

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ANTÔNIO JOSÉ LOPES ALVES

**A CIENTIFICIDADE NA OBRA MARXIANA DE MATURIDADE:
UMA TEORIA DAS *DASEINSFORMEN***

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA
AO INSTITUTO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
FILOSOFIA.**

**ORIENTADOR:
JOÃO CARLOS KFOURI QUARTIM DE MORAES**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO, E
ORIENTADA PELO PROF.DR. JOÃO CARLOS KFOURI QUARTIM DE MORAES
CPG, 27 de agosto de 2012.**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP**

AL87c Alves, Antônio José Lopes, 1966-
 A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma
teoria das *Daseinsformen* / Antônio José Lopes Alves.
-- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: João Carlos Kfourti Quartim de Moraes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Marx, Karl, 1818-1883 – Crítica e interpretação.
2. Marxismo. 3. Filosofia marxista. 4. Ciência política.
5. Categorias (Filosofia). 6. Epistemologia. I. Moraes, João
Carlos Kfourti Quartim de, 1941- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The scientific character in the Marx's work maturity: a theory of forms of being

Palavras-chave em inglês:

Marx, Karl, 1818-1883 – Criticism and interpretation

Marxism

Marxist philosophy

Political science

Categories (Philosophy)

Epistemology

Área de concentração: Filosofia

Titulação: Doutor em Filosofia

Banca examinadora:

João Carlos Kfourti Quartim de Moraes [Orientador]

Armando Boito Junior

Ester Vaisman

Jorge Luís da Silva Grespan

Márcio Bilhanrinho Nunes

Data da defesa: 27-08-2012

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 27 de agosto de 2012, considerou o candidato ANTÔNIO JOSÉ LOPES ALVES aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

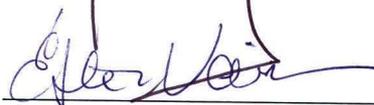
Prof. Dr. João Carlos Kfourri Quartim de Moraes



Prof. Dr. Armando Boito Júnior



Prof. Dr. Ester Vaisman



Prof. Dr. Jorge Luis da Silva Grespan



Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves



Prof. Dr. Antonio Rago Filho

Profª. Dra. Lígia Osório Silva

Profª. Dra. Mônica Hallak Martins da Costa

11/08/2012

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos, Stefano, que chegou quando o itinerário ainda estava em seu nascedouro, e Eleonora, que aportou em minha vida quando o roteiro já se concluía, e à minha amada esposa, Sabina, companheira de afeto, intelecto e espírito, que com sua parceria e temperança suavizou a rudeza do caminho.

Agradeço em primeiro lugar, ao meu pai (in memoriam), à minha mãe e à minha irmã, queridos familiares. Em segundo lugar, ao Professor Quartim, orientador da presente tese, que com sua postura acadêmica exemplar deu provas de que as diferenças de posição não redundam necessariamente no silêncio indiferente ou na rotunda hostilidade. E, por fim, aos colegas do Grupo de Pesquisa Marxologia, que com as discussões travadas e observações feitas em muito colaboraram para correção de rumos e esclarecimento de problemas.

*Pois sim, com doutor erudito trato!
O que ele próprio não apalpa, é abstrato;
O que não pega em mãos, é cousa nula,
Será mentira o que ele não calcula;
O que não pesa, jamais será válido;
O que não cunha, tem por traste esqualido.*

Mefistófeles, Doutor Faustus, Goethe.

*(...) toda a ciência seria supérflua se a aparência e a
essência das coisas diretamente coincidissem.*

Marx, O Capital.

*Papel, em vez de ouro e de prata, é um bem;
Tão cômodo é, sabe-se o que tem;
Não há da troca e regatear a praga,
Com vinho e amor cada qual se embriaga;
Para quem quiser metal, tem-se um cambista,
E se faltar, cava-se em nova pista;
Colares, cálices, vendem-se em hasta,
Com que o papel logo salda. Basta
Para que ao cético de asno se tache;
Nada mais se requer: vingou a praxe.
No império, assim, para sempre perdura,
De ouro, papel e gemas a fartura.*

Mefistófeles, Doutor Faustus, Goethe.

RESUMO

A presente tese resulta de pesquisa de doutoramento a qual teve por objeto o padrão de cientificidade que orienta e estrutura a crítica marxiana da economia política em sua fase de maturidade. Nesse sentido, buscou-se apreender, compreender e explicitar o conjunto de elementos e determinações conceituais a partir dos quais se organizou o pensamento de Marx no enfrentamento da decifração do modo capitalista de produção da vida humana, bem como quando da tarefa de avaliação de pensadores e correntes da economia política que pretenderam explicar cientificamente o mundo da produção do excedente. A questão inicial a que se volta Marx é precisamente explicitar a natureza do *mais-valor*, a forma da riqueza como capital, superando as aporias e inconsistências que caracterizaram as aproximações teóricas dos economistas. O trabalho de investigação dos textos marxianos evidenciou a existência de uma teorização cuja base é a definição do estatuto das categorias como *Daseinsformen*, *Existenzbestimmungen*, como *formas sociais de ser* do existente, seja este ente, processo ou relação. As relações sociais mesmas apareceram a partir desse horizonte como formas de existência historicamente determinada dos indivíduos sociais, de sua atividade e dos produtos desta. Essa determinação vai de encontro com o que a tradição das interpretações marxistas, majoritariamente, assumia como base da exercitação científica de Marx: a dialética hegeliana. Contrapondo-se a essa posição predominante, a pesquisa, e a tese que nela se arrima, intentou descortinar e revelar o caráter da teoria marxiana acerca do capital, como uma *analítica categorial* das formas de ser da produção capitalista. No âmbito do desenvolvimento da pesquisa, buscou-se então determinar o mais precisamente possível o que distingue essa analítica, a delimitação da *differentia specifica* do objeto da reflexão marxiana. Nesse contexto, o *Forschungsweise* marxiano, o seu modo de investigação, e não tanto o seu modo de apresentação constante de *O Capital*, foi prioritariamente considerado como o centro da própria atividade científica de Marx. Assim, o *Darstellungsweise* revelou-se como instância determinada, e não determinante do discurso marxiano, estando sempre subsumida à ordem da analítica da forma do existente em questão a cada momento, bem como das relações que aquele guarda com outras determinações dentro de um complexo particular. Resulta disso, que a determinação mesma do *momento preponderante* não é tributária da eleição *a priori* de uma categoria em particular tomada como princípio ou *chave explicativa*. Ao contrário, depende da marcha da analítica como tal, da articulação que preside o ser da coisa como concreto efetivamente existente, independentemente da teoria ou dos procedimentos. A esse respeito, a própria questão de método acabou por ser reposicionada em função disso, não sendo mais entendida como núcleo da cientificidade, mas como momento igualmente determinado pelo talhe do objeto. O que encaminhou a tese da existência de um *antimétodo* no pensamento marxiano.

Palavras-chave: Marxologia, Cientificidade, Crítica da Economia Política, Formas de ser.

ABSTRACT:

This thesis results from doctoral research which had the object of scientific standard and structure that guides the Marxian critique of political economy at its stage of maturity. Accordingly, we sought to learn, understand and explain the range of conceptual and determinations from which was organized Marx's thought in coping with the unraveling of the capitalist mode of production of human life, and when the evaluation task of thinkers and currents of political economy that sought to explain scientifically the world's production surplus. The threshold issue that turns Marx is precisely explain the nature of surplus-value, the shape of wealth as capital, overcoming the aporia and inconsistencies that have characterized the theoretical approaches of economists. The research of the Marxist texts revealed the existence of a theory whose foundation is the definition of status categories as *Daseinsformen*, *Existenzbestimmungen* as social forms of being of the existent, is this entity, process or relationship. The same social relations that emerged from the horizon as the existence of historically determined forms of social individuals, their activity and products thereof. That determination runs counter to the tradition of Marxist interpretations, mostly, assumed as the basis of scientific exercise Marx: the Hegelian dialectic. Opposed to this dominant position, research, and the thesis that it is anchored, brought uncover and reveal the character of the Marxian theory of capital as an analytical categorical ways of being of capitalist production. In developing the survey, we sought then to determine as precisely as possible what distinguishes this analysis, the delimitation of the *differentia specifica* of the object of Marxist reflection. In this context, the Marxian *Forschungsweise*, its mode of inquiry, rather than its mode of presentation contained in the *Capital*, was primarily considered as the center of scientific activity itself of Marx. Thus, the *Darstellungsweise* proved to be instance specific, not a determinant of Marxian discourse, being always subsumed to the order of the analytical form of matter exists in every moment, as well as that of relations with other custody determinations within a particular complex. It follows that the same determination of the tax is not currently leading the election in advance of a particular category or taken as a key explanatory principle. Rather, it's the march of analytics as such, who chairs the joint is the real thing as actually existing, regardless of theory or procedures. In this respect, the very question of method turned out to be repositioned because of this, no longer seen as core scientific, but also time as determined by the intaglio of the object. What forwarded the theory that there was an *antimetod* in Marxian thought.

Key words: Marxology, Scientific, Critique of Political Economy, Forms of Being.

Sumário:

Introdução: Para uma crítica do “Método da Suspeita”	15
Parte 1	
Capítulo 1: Arqueologia Crítica do Problema	
I. Questões Introdutórias	33
II. Pressupostos Críticos.....	35
III. Kautsky e a Aproximação Naturalista	42
IV. Engels e as Leis da Dialética	54
V. Lênin	63
VI. A Interpretação Logicista	71
Capítulo 2: As Categorias como <i>Daseinsformen</i>	
I. As Categorias e as Coisas	89
II. A Centralidade da <i>Differentia Specifica</i>	100
III. <i>Differentia Specifica</i> e Produtividade Analítica	115
IV. Modos e Formas: precisões conceituais da crítica marxiana da economia política..	128
Capítulo 3: Crítica Marxiana da Questão de Método	
I. Fundamento e Método	145
II. A Crítica do Método.....	156
III. Para Além de Hegel: o fundamento materialista da crítica.....	169
IV. A Determinação Social do Pensamento e o Problema do <i>Standpunkt</i>	176
Parte II	
Capítulo 4: O Valor e suas Formas	
I. A Forma Mercadoria como Unidade do Diverso	195
II. O Valor como Determinação.....	204
III. Dinheiro, Circulação e Realização.....	224
IV. O Capital como Totalidade	241
Capítulo 5: As Relações Sociais como Formas de Ser: a questão do trabalho produtivo	
I. Colocação do Problema	267
II. A Forma Social da Produção.....	265
III. A Precedência da Determinação pela Forma	283
IV. O <i>Produtivo</i> como Caráter da Atividade	296
Capítulo 6: Algumas Leituras num Roteiro de Pesquisa	
Apresentação	321
I. Christopher Arthur e Bertel Ollman	323
II. Giannotti e Ruy Fausto.....	338
III. Lukács	350
IV. Althusser	364
Conclusão	
Questões Finais	385
A Metáfora do Anatomista.....	386
Da Possibilidade do Conhecimento Objetivo da Realidade Social	392
Referências Bibliográficas	399

INTRODUÇÃO

Para uma crítica do “Método da Suspeita”

É oportuno no momento em que cabe expor inicialmente, e de modo bastante sumário, os principais pressupostos, elementos e questões envolvidas num trabalho de pesquisa textual do pensamento marxiano, ter bem claro a justificativa apresentada pelo próprio Marx para não incluir uma *introdução geral* em seu *Para a Crítica da Economia Política* de 1859. Argumentava o pensador alemão que ao principiar-se um escrito com uma exposição de tal natureza, corria-se o risco de *anteciparem-se* os resultados da investigação, sem que as mediações e proposições neles pressupostas pudessem ainda ser devidamente esclarecidas. Como não se pode optar-se aqui por não fazê-lo, dado o caráter do trabalho que é trazido a público, ao menos tentará se considerar a advertência marxiana de, na medida do possível, não se adiantar aquilo que somente o desenvolvimento da análise dos textos pode efetivamente corroborar.

Uma vez posta essa ressalva primeira, é necessário explicitar o *porquê* do esforço de investigação conceitual empreendido, tanto no que tange às suas origens particulares, quanto com relação à justificativa sobre a qual se acha assentada. Nesse sentido, não obstante a importância que pode ser reconhecida ao tema da *cientificidade* da crítica da economia política, a posição deste, do modo como se o fez – pretende-se prová-la como uma *teoria das Daseinsformen (formas do ser)* – dependeu de circunstâncias bastante peculiares ao autor da propositura. Por um lado, a definição mesma do caráter do padrão de ciência que subjaz à crítica marxiana da economia política, deve sua figura discursiva ao resultado obtido quando em pesquisa de mestrado, o investigador chegou à conclusão de que, para Marx, a categoria da individualidade seria a *forma de ser do ser social*¹. Formulação essa cujo arrimo se encontra na indicação marxiana encontrada nos *Grundrisse* – objeto da pesquisa anterior – segundo a qual as categorias seriam *Daseinsformen, Existenzbestimmungen*. Nesse sentido, a determinação do próprio estatuto das categorias em Marx, bem como o modo como que estas integram a teorização da crítica da economia política, apareceu como um desafio necessário à compreensão do pensamento marxiano.

¹ Para maiores esclarecimentos remete-se a esse particular ao texto da dissertação em tela – *A Individualidade nos Grundrisse de Karl Marx*, dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1999, p. 7-8 – bem como ao do artigo desta originado – *A individualidade Moderna nos Grundrisse*, In *Ensaio Ad Hominem 1*, Tomo IV, Estudos e Edições Ad Hominem, São Paulo, 2001.

Como consequência, emergiu das leituras e elaborações preparatórias a uma proposta de pesquisa a designação da cientificidade marxiana como *teoria das formas de ser*. Por outro lado, a propositura dessa hipótese que animou a pesquisa e se acha exposta na presente tese também procede dos desenvolvimentos teóricos levados a efeito por José Chasin, dentro do projeto mais amplo de *Retorno a Marx*. No caso específico do presente trabalho esse volteio aos próprios termos e textos de Marx tem por objetivo o esclarecimento do talhe de sua cientificidade, assim como o delineamento do conjunto de questões e temas correlacionados.

Não se ignora que ao intuito de tomar como objeto de investigação o caráter da cientificidade marxiana exercitada em sua obra madura, no contexto de sua crítica da economia política, pode-se levantar algumas objeções. Dentre as possíveis redarguições à proposta está a de que o seu tema talvez esteja esgotado; e isso em um duplo sentido. Primeiramente, poder-se-ia afirmar que, dados os desdobramentos históricos do último século e meio, a posição marxiana não estaria mais em condições de fazer frente aos desafios do tempo social. Em segundo lugar, a pergunta pela resolução da ciência de Marx estaria, pois, ela mesma exaurida pelas discussões no interior da tradição marxista; à tese do *método dialético marxista*, não haveria então mais nada a acrescentar. Com relação à primeira objeção, cabe uma dupla observação. A cada advento de crise que assoma e balouça a “normalidade” da produção capitalista, os enunciados marxianos acabam sendo aqui e acolá referidos, ao menos para pretensamente serem desacreditados e afastados. De certo modo, a emergência, continuada e reiterada, de “anomias” ao funcionamento pleno do capital termina esta mesma por recolocar se não seriam estes pretensos “escapes da curva”, em verdade, a forma mesma de o capital operar como modo de produção histórico-social da vida humana. Em outros termos, a “crise” aparece, nem que seja pela sua insistente repetição e pela gravidade com que se manifesta em diversos momentos, como a via normal, *o padrão*, de realização da riqueza como capital. Algo que a crítica marxiana da economia política afirma explicitamente. Frente a isso se torna deveras difícil tratar o pensamento de Marx como um espólio empoeirado ou um cadáver enterrado e entregue à pura putrefação. No que respeita à segunda objeção, a qual é, por assim dizer, de natureza interna ao marxismo tanto vertente acadêmica como partido teórico-prático, é decisivo

assinalar que a suposta resolução da ordem de procedimentos de *O Capital* pela sua remissão sem mais à dialética especulativa de Hegel se mostrou, desde seus momentos primevos, como algo no mínimo inconsistente. Haja vista o enorme esforço que diversos autores da tradição marxista, dentre os quais verdadeiros gigantes do pensamento, empreenderam para tornar factível e aceitável um *Marx hegeliano*. Essa tarefa hercúlea incluiu – e ainda inclui – desde a simples subsunção da reflexão marxiana aos ditames da dialética como padrão de pensamento até proposituras extremamente sofisticadas, seja do ponto de vista propriamente filosófico seja daquele do travejamento de uma forma estilística de leitura. O grande problema que se pode depreender de todo o roteiro de interpretações que reforçam, e às vezes forçam também, o laço de Marx a Hegel, reside na incongruência flagrante entre o que o autor de *O Capital* aponta como o *fundamento* (*Grundlage*) de sua teoria e aquele sobre o qual se ergue a monumental arquitetônica do filósofo do *Espírito*. Em geral, o que se observa é o recobrimento do *modo de pesquisa* pelo *modo de apresentação* das categorias. A dialeticidade da exposição se sobrepõe sobre o teor analítico – ao conjunto de pressuposições não epistêmicas – da extração e compreensão das categorias como formas da efetividade. Some-se a isso, a questão candente de buscar enquadrar Marx dentro dos cânones a partir dos quais o pensamento filosófico opera com a questão do conhecimento, ao menos desde Descartes – o método como o princípio da cognição científica e as diversas concepções metafísicas de *sujeito* e *objeto*. Emaranhado de vieses e de posturas filosóficas algo inerciais que constitui o que se pode denominar, analogicamente, de *imperialismo gnosiológico*, a tendência filosoficamente preponderante na tradição de pretender dar resolução autônoma ao problema do conhecimento, e a partir dele recolocar em perspectiva todas as demais candencias do pensamento (CHASIN, 2009, P. 26-27). Acerca dessa série de problemas, a análise textual e a discussão com a tradição se voltou nos três primeiros capítulos da presente tese, para o qual se remete com o fito de maior aprofundamento.

Um segundo ponto a esclarecer, ou encaminhar uma via de aclaramento, é o referente à tradução de *Daseinsformen* por *formas de ser*. Longe de definir-se como uma mera questão filológica ou de estilo, essa aparente firula terminológica guarda, em

realidade, uma relação profunda e essencial para com o tema da pesquisa. Afora o desafio de ao menos verter decentemente um termo ou vocábulo de uma língua extremamente sintética para o vernáculo luso do pesquisador², reside no entendimento de seu sentido preciso a possibilidade de compreensão do estatuto marxiano das categorias. O que poderia tornar-se um problema verdadeiramente indisputável em Marx e até mesmo com certa ressonância metafísica ou escolástica, dirige diferentemente sua resolução com base nos próprios elementos textuais. Na passagem da *Einleitung zun den Grundrisse* em que a referida caracterização das categorias aparece, Marx apõe a mesma, como acima já se mencionou, um complemento cujo talhe ultrapassa a sinonímia e se coloca como um desdobramento teórico. Ao acrescentar *Existenzbestimmungen* à delimitação das categorias como *Daseinsformen*, Marx indica o caráter mesmo das formas. A indicação marxiana se distancia num só movimento do paradigma metafísico, segundo o qual as categorias são formas puras e autônomas, figurações da razão autossustentada, bem como do entendimento empirista ou pragmático, para o qual aquelas seriam somente esquemas abstratos de pensamento. Contrariamente aos dois tradicionais disputantes, as *formas* se definem em Marx como *determinações de existência*, o que as envia enfaticamente aos entes ou processos objetivos, ao finito concretamente existente.

O núcleo problemático do vocábulo se situa obviamente no substantivo *Dasein*, principalmente em virtude da sua incorporação técnica ao glossário particular de uma das correntes mais influentes do último século. A tradução por *ser-aí* carrega um lastro demasiado complicado em se tratando da compreensão do pensamento marxiano. Enquanto nas versões nascidas de Heidegger, e mesmo no seu nascedouro, o *Dasein* traz consigo explicitamente o sentido de *derrelito*, de algo *lançado no mundo, desamparado*, no caso marxiano, a *determinação* social aparece como conteúdo precípuo e determinante. Além disso, se no caso do autor de *Ser e Tempo* parece viger, apesar das declarações em contrário, uma delimitação antropológica, no que tange a Marx, o *Dasein* designa o ente

² Com referência a essa questão vide a maneira extremamente circúnvaga pela qual uma das duas traduções brasileiras completas da *Introdução de 1857*, até o presente momento, verte *Daseinsformen*: “formas de modo de ser”. Cf. Marx, Karl. *Introdução [à Crítica da Economia Política]*, In *Coleção Os Pensadores*, Volume Marx, Editora Abril, São Paulo, 1974, p. 127. Sobre essa versão voltar-se-á mais à frente, na parte dedicada à discussão da questão de método em Marx.

concreto realmente existente em geral, próximo ao que seria, por exemplo, o *Gegenstand*. O termo em tela aponta para o que é objetivamente, de modo independente, autônomo com relação aos modos de sua apreensão, e não de saída a uma forma específica de existência, mediada já por algum nível ou tipo de vivência ou presciência. Assinale-se igualmente o cunho precisamente determinado do ente ativo, o homem concreto – sempre, *homens concretos* – em sua relação com o mundo, o que faz distar o pensamento marxiano das sendas heideggerianas. Delimitação essencial ao pensamento marxiano desde os seus primeiros momentos, determinação objetiva do caráter do ente/processo existente é algo observável, juntamente com o talhe eminentemente *ativo* do comportamento dos indivíduos sociais, já nos *Manuscritos de 1844*, mas de modo mais concretizado e desdobrado nas *Ad Feuerbach* e na *Die deutsche Ideologie*. Coisa que não é abandonada na maturidade, mas ganha um conteúdo determinativo mais concreto, porquanto passe a integrar a decifração da *anatomia* do moderno modo de produção capitalista, na crítica da economia política. Nesse sentido, a pesquisa assume aqui explicitamente a identidade entre *ser* e *existente*, a junção essencial do *ser* com *aquilo que é*. O que não exclui, evidentemente, a acepção de ser como predicado ou definição particular – “o ser de alguma coisa”, mas faz com que esse sentido se subsuma ao primeiro. Desse modo, a definição conceitual depende sempre da forma concreta, particular e finita do existente, não é um ato puro do intelecto, nem tem sua validade atestada por uma suposta homologia essencial com uma razão substantivada. Assim, *formas de ser* não tem a significação lassa do referimento a um algo indeterminado ou inespecífico. Ao contrário, é a determinação particular e precisa de um existente dado – ente ou processo – em sua inerência e imanência, como *síntese objetivo-efetiva de determinações*, como uma configuração plena de categorias, como *existência atual*, a delimitação categorial pensada rigorosa porque expressão aproximada da delimitação categorial real que perfaz o existente tal como este é. Ainda a respeito da justificação do modo como se verteu *Daseinsformen*, assinale-se que na tradução da *Introdução* constante da primeira edição completa dos *Grundrisse* em português³ também se opta pela solução apresentada nesta tese, o que de certo modo se constitui em importante apoio aos nossos

³ Cf. Marx, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011, p. 59.

argumentos, ainda que não exclua uma futura revisão se o andamento de pesquisas ulteriores assim indicar.

No intento de seguir o compromisso inicial, de não se antecipar apenas o que marcha da análise pode dar conta de tornar explícito e compreensível, somente necessita-se então esclarecer, ainda que brevemente, outra questão importante. Relativa à ordem dos procedimentos observados para com os materiais investigados – os textos marxianos da crítica da economia política da maturidade –, a qual extravasa em muito o sítio do puramente técnico.

Mais uma vez o compromisso com os textos e termos de Marx desempenha o papel de parâmetro. O exame da problemática da cientificidade marxiana de maturidade, em que pese o enorme conjunto de leituras e interpretações da mesma, tomou como divisa fundamental o afastamento daquilo que pode denominar-se, com certa licença, de *método da suspeita*. Ou seja, o procedimento um tanto comum de tomar-se o texto de Marx como simples *pré-texto* para a afirmação de uma chave de leitura, em geral a contrapelo do que o autor mesmo diz. Por essa rubrica, pode contar-se entre essas posições aquelas que, independentemente do dito, buscam surpreender no pensamento marxiano um *momento especulativo* ou tentam ancorá-lo, a despeito das observações de Marx, numa fundamentação lógico-dialética, ignorando olímpicamente o caráter analítico de sua cientificidade, o qual é explícita e largamente assinalado por ele. Ao reverso disso, a pesquisa preferiu, por regra geral, dar o *benefício da dúvida* ao pensamento marxiano, intentando conferir e aferir as suas declarações com aquilo que o seus procedimentos efetivamente operam.

Por conseguinte, ao invés de “ler” nos desdobramentos argumentativos marxianos a eficácia de um esquema lógico ou a vigência analógica de uma concatenação dialética herdada de *A Ciência da Lógica* ou de outras, a investigação procurou por confirmar, ou não, mediante o escrutínio textual, o funcionamento de uma analítica das *Daseinsformen* que extrai e explicita *determinações de existência*. Diversamente de tentar o vislumbre duma concatenação *a priori* de momentos do capital como infinito substantivado, empreendeu-se, o quanto foi possível, uma analítica dos textos, recolhendo um a um os

elementos que configuram a cientificidade marxiana madura. Intentando compreender esse estudo das formas de ser – pista fornecida, aliás, pelo próprio Marx – que perfazem a organicidade funcional – não necessariamente sistêmica – do capital e de sua regulação – não equilíbrio – pela forma valor. Dessa maneira, a dialeticidade da exposição aparece mais como uma alternativa expressiva posta pelas relações intrincadas, dinâmicas e abertas havidas entre as determinações formais da atividade humana e dos seus produtos como capital. Portanto, não tanto como sinal de uma filiação filosófica de fundo ou mesmo da afirmação de uma continuidade entre o finito e a linguagem peculiar de Hegel, tomada como expressão objetiva de uma substância que transita em sua infinitude. O que remete à questão de saber se poderia Marx expor ou apresentar o modo de produção capitalista, contraditório em essência, prescindindo de elementos discursivos ou formas de mediação conceituais recolhidas dos *modos peculiares de expressão* da especulação hegeliana. Afinal o *Darstellungsweise* de *O Capital* ter tomado a forma duma exposição dialética se reveste de uma necessidade, no sentido estritamente filosófico do termo? Isso é algo que evidentemente não pode nem deve ser decidido nos limites de uma introdução.

Afora esse jaez de aproximação da obra marxiana, dominante em certo período dentro do marxismo, há também que referir criticamente as tentativas que, não obstante afastando ou pretendo afastar a crítica da economia política da sua pretensa “matriz” hegeliana, tomaram apenas o caminho oposto e igualmente abstrato. No interior dessas formulações está pressuposta uma concepção abstrata de *determinação conceitual*, segundo a qual, qualquer discussão de pressupostos resvalaria obrigatoriamente para a metafísica em geral. Basicamente, podem-se apontar dois modos de situar-se frente à questão da delimitação das categorias. Posições essas para as quais a recusa da suposta fundamentação dialética do método de Marx equivaleria ao abandono mesmo de qualquer noção de *determinação*.

Nesse sentido, para uma das vertentes críticas da determinação categorial, o que emergiria do exercício científico de Marx seria uma forma de *indeterminismo*, ao menos inicialmente. No âmbito dessas posições, a teoria marxiana, ao abdicar da pressuposição de um princípio absoluto *a priori*, abriria mão, por consequência, de qualquer pressuposto determinativo. O materialismo marxiano seria então um discurso em cujo cerne não poderia

ser identificado nenhum posicionamento geral acerca da própria natureza do efetivo. O que resultaria em que a teoria mesma se converteria num articulado de conceitos dependentes de uma contingência *absoluta*, sem parâmetros fora dela, sem uma caução categorial. Em primeiro lugar, é importante assinalar que uma objeção da questão dos princípios que aceita os termos da metafísica – segundo os quais, os princípios são necessariamente de natureza imaterial ou transcendente – acaba por soçobrar, ou ao menos a isso tende na medida em que contrapõe à determinação metafísica absoluta sua mera contrafação: a indeterminação absoluta. Em que pese a tentativa de desvencilhar o pensamento dos vícios metafísicos, o resultado a que se chega é somente uma simples inversão de sentidos, a qual aceita, tacitamente ou não, o conteúdo e o caráter imputados pela tradição filosófica preponderante à noção mesma de determinação. Assim, uma inversão não deixa de ser especulativa, apenas por ser uma inversão. Desde a *Die deutsche Ideologie*, Marx indica esse problema, por exemplo, quando toma para exame a concepção de Stirner, a qual, entre outras coisas, faz substituir o *universal abstrato* por um *singular abstrato*⁴. Em segundo lugar, essa posição parece encontrar-se invalidada se a quiser como uma consequência do padrão de reflexão de Marx. Tome-se tanto a advertência marxiana acerca das *pressuposições, com as quais nós começamos (Voraussetzungen, mit denen wir beginnen)*⁵, contida na obra supracitada, assim como nas primeiras linhas da *Einleitung* aos *Grundrisse* de, 1857, acerca do ponto de partida; a produção dos indivíduos socialmente determinada: *indivíduos produzindo em sociedade – logo, produção socialmente determinada dos indivíduos é naturalmente o ponto de partida {Ausgangspunkt}*⁶.

A outra leitura crítica da determinação na obra marxiana é de caráter mais amplo e não referida imediata ou principalmente à questão da resolução do conhecimento ou do método, mas que tem consequências também para esse domínio. Essa postula uma fundamentação de caráter estritamente naturalista para o pensamento de Marx. No contexto dessa variante de interpretação, o materialismo marxiano seria de talhe naturalístico ou não

⁴ Cf. Silva, Sabina. A Fenomenologia do Egoísmo, In Ensaio Ad Hominem 1, Tomo IV, Estudos e Edições Ad Hominem, São Paulo, 2001, p. 239-248.

⁵ Cf. Marx, Karl. Die deutsche Ideologie, In Marx-Engels Werke, Band 3, Dietz Verlag, Berlin, 1969, p. 20-21.

⁶ Cf. Marx Karl. Einleitung zum Grundrisse, In Marx-Engels Werke, Band 42, Dietz Verlag, p. 19.

então não poderia ser propriamente materialista. Apesar da proximidade com o *indeterminismo* acima mencionado – porquanto sustente um afastamento para com a dialética, dele se diferencia porquanto pretenda, ao mesmo tempo, postular uma instância determinativa e colocá-la referida necessariamente ao natural. A determinação concebida biologicamente está à base dessa posição, ainda que não do mesmo modo das apropriações enviesadas do darwinismo pelas ciências sociais durante certas quadras históricas. Trata-se, sobretudo da tentativa de fornecer ou encontrar uma fundamentação naturalista, arrimada nas aquisições teóricas e cognitivas advindas do desenvolvimento das ciências da natureza, em especial aquelas que se dedicam ao entendimento dos viventes. Não obstante o mérito de se opor às elucubrações de cunho idealista presentes em algumas versões do marxismo que rejeitavam o *economicismo*, em especial as de talhe historicista, parece correr o risco de não atinar para a centralidade da *determinação da forma (Formbestimmung)* na crítica marxiana da economia política. A pesquisa, cujo resultado agora se expõe, levanta como uma das questões fundamentais para a compreensão da cientificidade de Marx exatamente a prioridade da determinação da forma social de ser para a apreensão do que constitui a *differentia specifica* da produção capitalista. Tal é o caso, p.ex., do exame marxiano da disputa acerca da determinação de *trabalho produtivo/improdutivo* nas diferentes versões da economia política a partir da colocação original do problema feita por Adam Smith⁷.

A tese que ora apresentamos se divide em duas grandes partes. A primeira se volta a questões mais gerais, num registro de abstração maior. O primeiro capítulo, intitulado *Arqueologia Crítica do Problema* se propõe a explicitar como a definição do caráter da cientificidade marxiana foi abordado nos “clássicos do marxismo”, bem como nos primeiros representantes da vertente lógica que intentam resolver o epistemológico sustentando já um nexos, em algum nível, essencial de Marx com a filosofia hegeliana. O segundo capítulo é voltado ao problema da determinação da própria cientificidade da crítica marxiana da economia política em sua fase madura, tratando basicamente do estatuto das categorias como *Daseinsformen*. O terceiro capítulo versa sobre o tema do método em

⁷ Cf. Marx, Karl. Theorien über den Mehrwert, viertes Kapitel, In Marx-Engels Werke, Band 26.1, Dietz Verlag, Berlin, 1971.

Marx, não somente pretendo aproximar-se de uma delimitação do que distingue sua esfera dos procedimentos, mas, e principalmente, indicando o aporte crítico com relação à tradição filosófica moderna, contido na posição marxiana sobre a *questão de método*. No momento em questão tem-se a indicação de elementos teóricos que permitem sustentar a posição de que Marx, por assim dizer, desmonta o *discurso do método*. Nesse sentido, estabelece como resolução a figura do *antimétodo*. A segunda parte da tese tem como momentos mais importantes os dois capítulos temáticos: um sobre a *forma valor* e o outro sobre a posição de Marx acerca da discussão em torno da determinação da categoria *trabalho produtivo* no interior da economia. Ambos os capítulos são concebidos como abordagens de análises de problemas particulares, no curso das quais é possível demonstrar a cientificidade marxiana como *analítica das formas sociais de ser*. O último capítulo – *Algumas Leituras num Roteiro de Pesquisa* – tem por objeto as posições produzidas nos últimos 50 anos dentro marxismo acerca do problema focado pela pesquisa, tendo por eixo o debate da posição de cada autor com referência às relações do pensamento marxiano com o de Hegel, em particular com a dialética. Ao final da tese, oferece-se uma breve conclusão, na qual se discute alguns resultados gerais da pesquisa.

Como último esclarecimento acerca desta tese, cabe ressaltar um detalhe técnico, mas nem por isso desimportante, e que pode interferir em sua leitura e compreensão. As referências bibliográficas constantes das citações de obras de Marx no corpo do texto remetem àquelas originais, conforme publicadas nas Marx/Engels Werke, editadas pela Dietz Verlag, consoante o disposto na lista que se encontra ao final do presente trabalho.

Nesse contexto, foram adotadas algumas soluções terminológicas que não obrigatoriamente seguiram os cânones, formais ou informais, de tradução que se fixaram na leitura e interpretações marxistas em português. Como exemplos disso, têm-se dois casos importantes, porquanto sejam expressões do intento a que a pesquisa e sua exposição buscaram realizar. Em primeiro lugar, a escolha por *formas de aparição* como opção em português para *Erscheinungsformen*, ao invés de *formas de manifestação*, a qual se observa, entre outras, na versão brasileira de *O Capital* editada pela Abril Cultural, na Coleção Os Pensadores. Ou ainda como está traduzida na primeira versão em português dos

Grundrisse, realizada sob a coordenação editorial do Professor Mario Duayer: *forma fenomênica*⁸. Aqui, a forma de verter foi dirigida pela meta de transmitir o mais fielmente possível a relação havida entre as *formas* da sociabilidade, das essenciais para aquelas da aparência. Apontando explicitamente para o caráter expressivo do *aparecer* numa dada forma imediata das determinações essenciais, sem que com isso se caísse na dicotomia ou mesmo contraposição, incorreta neste âmbito categorial, entre fenômeno e essência. A segunda ocorrência que importa destacar é aquela relativa à tradução de *Mehrwert* por *mais-valor*. O sentido da eleição pela quase literalidade se encontra na posição teórica de indicar o conteúdo categorial mais preciso dos termos, neste caso, do excedente em valor. Em que pese a perda de eufonia ou de elegância, pareceu a solução mais adequada. Visto que o presente trabalho se propõe à dilucidação das categorias e de seu estatuto no pensamento marxiano, um certo desconforto teórico se instalou no curso do exame dos textos para com as maneiras como tradicionalmente o conceito em tela era vertido ao português, seguindo sempre de perto a forma francesa *plus-value*. Assim, a solução aqui operada parece, até o momento, ainda a mais adequada.

A esse respeito é importante referir que a tese que se apresenta não está sozinha. Posteriormente à finalização da pesquisa e de sua exposição, a primeira versão em português dos *Grundrisse*, acima referida, coincide em muito em diversos momentos desta tese com respeito à tradutibilidade conceitual. Especialmente em relação ao caso da categoria *Mehrwert*⁹. Essa remissão não tem, evidentemente, o sentido de um tipo qualquer de *apelo à autoridade*. Mas tenta ressaltar que a opção terminológica encontra amparo também em esforço de monta de tornar disponível um texto marxiano central da fase madura ao público de língua portuguesa, o que pressupõe, entre outros, o exame refletido arrimado na tentativa de compreensão aprofundada do conteúdo. Além disso, não significa também, por outra parte, que se acompanhe sempre o equacionamento do traslادamento vocabular. Tal se passa *exempli gratia* com a escolha feita pelo autor da tese de traduzir por

⁸ Cf. Karl Marx. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011, por exemplo, p. 95.

⁹ Cf. Duayer, M. *Apresentação*, In Karl Marx. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. Op.Cit., p. 23.

*momento preponderante*¹⁰ a expressão *übergreifendes Moment*. Diversamente na publicação anteriormente referida optou-se por *momento predominante*, talvez se tentando atenuar o sentido de uma determinação cujo caráter poderia ser interpretado como absoluto. No trabalho ora apresentado, buscou-se, diferentemente, acentuar exatamente o talhe de determinação central que uma dada categoria assume, num contexto problemático específico, frente às demais, estando presente inclusive como momento de delimitação real destas últimas¹¹.

¹⁰ Cf. Marx, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. Op.Cit., em especial, p. 49.

¹¹ Tal se observa, por exemplo, na exposição analítica que faz Marx das relações efetivas existentes entre produção, consumo, distribuição e troca, objetando e recusando as aproximações meramente lógico-silogísticas elaboradas tanto pelo socialismo *belletrista* quanto pela Economia Política, na *Introdução de 1857* aos *Grundrisse*.

PARTE I

CAPÍTULO 1
ARQUEOLOGIA CRÍTICA DO PROBLEMA

I

Questões Introdutórias

A hipótese basilar da qual se parte no presente trabalho é a de que a obra de maturidade de Marx se constitui não numa ciência econômica particular, nem na aplicação de um método filosófico qualquer aos problemas da economia. Ao contrário, se perfaz numa teoria das formas de ser da sociabilidade em sua configuração moderna, da ordem do capital. Seria assim, a reflexão marxiana madura, um exercício de dilucidação da efetividade social do capital em seus nexos mais essenciais e em sua lógica específica. Produzida através da articulação rigorosa das categorias, das determinações fundamentais deste tipo de sociabilidade. Afastar-se-ia igualmente, deste modo, a identificação desta a uma aproximação do real de natureza empírico-dedutiva. O que a põe distante também de um amoldamento de dados ou objetos dentro de um quadro formatado através de uma lógica *a priori* de natureza especulativa.

Assim posta, a tese proposta pela investigação se relaciona ao tema da “ciência econômica de Marx”, explicitando seus aspectos distintivos. Pois pretende deixar delineados os nexos principais que conformam teoricamente o exercício científico marxiano, esclarecendo seus pressupostos e implicações. Bem entendido, o exame não se dirige à discussão de detalhe acerca de problemas particulares da economia, como o seriam investigações ou polêmicas sobre aspectos pontuais como, por exemplo, a vigência ou não da lei do valor no mundo contemporâneo. Não obstante a importância científica deste último ponto ou de outros quaisquer, o exame da obra marxiana madura terá por escopo a determinação da sua malha categorial constitutiva. Pretende-se demonstrá-la como analítica de formas de ser. Portanto, um problema de cunho geral, por definição, filosófico, e não a sua prospecção no nível de uma ciência particular ou em questões mais pontuais. Além disso, mesmo admitindo ser o conjunto dos escritos marxianos um estudo e exposição críticos de um dado objeto particular, o modo de produção capitalista, é importante ressaltar que no curso deste enfrentamento crítico, “pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e reprodução da vida humana” (LUKÁCS, 1979, p. 14-15). Ou seja, compreendem-se seus conceitos não como esquemas arbitrários de aproximação, mas como descrição do modo pelo qual um modo

histórico concreto de ser social se põe. Esta inquirição científica do modo que se efetuou veio a tornar possível a explicitação dos liames societários em termos materialistas, da qual o caráter específico propõe-se aqui rigorosamente a apresentar e demonstrar. Devendo ser, por este motivo, apreendida na totalidade da reflexão marxiana, e não apenas como exercitamento científico particular.

Numa palavra, o que a tese pretende deixar evidente é que a cientificidade marxiana seria então algo outro que um *corpus* científico e metodológico influenciado e delimitado pelo modo da “ciência de seu tempo” ou a aplicação de *A Ciência da Lógica* de Hegel à analítica da forma mercadoria. Teses estas quase consagradas nas leituras tradicionais da obra marxiana, às quais julgamos importante referir, ainda que de modo bastante sumário. Nesse sentido, o enfrentamento dessa tradição hermenêutica se reveste de uma dúplice importância. Primeiro, ao revelar a forma como uma dada interpelação do pensamento de Marx se estabeleceu, indicando os protagonistas da cena interpretativa do marxismo. Em segundo lugar, permite, ao mesmo tempo, já o afastamento de certos vieses que se consolidaram no decorrer da trama acadêmica e política de índole trágica, que caracterizou a relação dos comentadores com a obra marxiana. Não será abordada, neste momento, toda a série de “leituras de Marx”, mas somente aquelas que desempenharam um papel posicional do problema em torno do tipo de ciência de *O Capital*. Trata-se de uma resenha da questão, da verificação inicial do estado da arte. Por esse motivo, quatro autores que se julgam como importantes não aparecerão ainda aqui. Sendo a eles reservado um espaço próprio ao fim da segunda parte deste trabalho, quando todo conjunto de temas relacionados àquele enfrentado e exposto tiver sido o mais que possível tratado. Três destes, Althusser, Giannotti e Lukács, constituem-se, cada um a seu modo e com determinado significado, personagens de alta relevância para a discussão aqui levada a cabo. Um quarto autor, Chasin, diferentemente dos acima referidos, não se afirma apenas como um intérprete de Marx. Em sua elaboração teórica deixou configurado um verdadeiro roteiro de pesquisa, ao desvelar uma série de aspectos e temas centrais da obra marxiana, os quais ou bem se encontram desencaminhados ou bem mesmo intratados pela tradição marxista. O que, aliás, se acha expresso em seu repto investigativo de “retorno a Marx”, lançado frente ao conjunto de abordagens do pensamento de Marx, em especial de sua

crítica da economia política. Nesse sentido, quem pretende retornar a algum lugar, assevera simultaneamente duas coisas: que um dado rumo se perdeu e que, não obstante os óbices históricos, reencetá-lo é uma tarefa possível. Para tanto, conseqüentemente, cumpre repisar o caminho em que o horizonte da crítica marxiana da economia política se perdeu de vista, a fim de, no rascunho do mapa desta desorientação, se desviar das sendas acadêmicas.

Pode-se, grosso modo, dividir a hermenêutica marxista acerca da questão do padrão de ciência da obra de maturidade de Marx em duas vertentes. As quais se separam em função da forma sofisticada da aproximação ou não e da presença ou não de certo rigor lógico no trato com as enunciações. Uma vertente pretende certificar para a reflexão marxiana um nicho junto às ciências em geral, em alguns momentos, apresentando desta uma versão naturalista. Enquanto outra intenta enquadrá-la como prática de um tipo particular de armação lógica. No entanto, nas duas prevalecem preponderantemente tanto da questão de método, quanto a asserção da vizinhança da obra marxiana com a de Hegel. Esses dois traços, a busca por uma via de acesso ao pensamento marxiano através da identificação de seu método e a posição de Marx próximo à especulação hegeliana, estão ambos presentes na quase totalidade das correntes e dos intérpretes.

II

Pressupostos Críticos

É uma postura filosófica consolidada, com o peso de um mandamento protocolar, que quando se coloca o debate da cientificidade imediatamente se põe a problemática do método da subjacente à teoria e ao seu discurso. Com relação a Marx, não é diferente. E isso, com o agravante de se impor sempre uma respeitosa, quando não, obrigatória, deferência à dialética hegeliana. Menção esta a qual, em grande parte das vezes, tende a identificar o padrão reflexivo de Hegel, em especial a lógica como explicitação do movimento da essência racional do mundo, como o núcleo teórico de *O Capital*. Neste sentido, a dupla crítica marxiana da economia política, a qual é não somente dirigida à teoria, mas também ao mundo do capital, acaba por aparecer como um tipo especial de aplicação da dialética à realidade social moderna. Assiste-se a um desvio que se configura como produzido em duas etapas ou possuindo duas faces. A averiguação da forma

marxiana de cientificidade se reduz a uma inquisição metodológica e esta última se resolve no chegar de Marx a Hegel, na afirmação de uma apropriação epistemológica da filosofia do conceito. Normalmente, não apenas o caráter preciso da teoria marxiana se esfuma, mas o próprio Hegel se vê logicizado. A interrogação sobre as categorias em que se assenta a teoria fica, portanto obnubilada por esse predomínio da epistemologia lógica. O estatuto próprio dos conceitos marxianos, o que estes são, e a identificação de sua contextura teórica específica, do modo pelo qual se encadeiam num perfil elaborado particular, são temas relegados ao ostracismo. A definição categorial, a que afinal remetem as categorias em Marx, é um sujeito sobre o qual o silêncio assume a função explicativa. Ou melhor, tem sua resolução derivada daquela do método. Dessa discussão em particular, a presente tese voltará a ocupar-se no capítulo 3.

Outro modo sob o qual aparece o problema da definição do estatuto próprio da cientificidade da obra marxiana é aquele da periodização do itinerário de sua constituição. Normalmente, no traçado dessa história de construção intelectual, convencionou-se nos círculos do marxismo opor ao Marx de *O Capital*, produtor de ciência, ao *Jovem Marx*. O que caracteriza esse Marx imaturo, ora apontado como hegeliano, ora como feuerbachiano, é o fato de seu pensar ser uma reflexão ainda demasiadamente filosófica e próxima ao idealismo de seu tempo, não obstante nunca se determine com precisão de que tipo de linha idealista ele se filie. Assim sendo, a maneira como se entende o rumo seguido por Marx em direção à forma madura da crítica da economia política não é uma questão meramente acadêmica ou de história do pensamento. Ao contrário, a posição mesma da problemática revela no seu encaminhamento, ou desentendimento, os pressupostos que configuram uma dada aproximação da elaboração teórica marxiana.

Então, o que significa traçar a periodização da obra de um autor? Para além da mera pretensão de classificar os seus diversos escritos ou de simplesmente dividir a sequência cronológica de fases, a organização do itinerário de desenvolvimento de um dado pensamento revela ou pode explicitar o conhecimento, ou desconhecimento, da natureza específica de seu padrão de reflexão. A forma como se faz a história de um determinado pensamento, evidencia de maneira clara o modo sob o qual este é abordado. Assim, historiografia e filosofia, reflexão e história esboçada, denunciam sua interdependência

radical. De tal modo que a incompreensão para com as origens ou a forma pela qual um exercitamento filosófico se instaura gera necessariamente distorções no seu trato, fazendo da tarefa de expô-lo um jogo definido por regras quase sempre arbitrárias. Resida essa arbitrariedade no mísero arranjo mal acabado de momentos que se sucedem no tempo, da obra e da vida, sem o menor sentido de rumo, continuidade e ruptura. Isto é, na imposição, grosseira ou extremamente sofisticada, de critérios extrínsecos ou de parâmetros ditados pela mais recente moda intelectual, em nada muda o resultado. O estipêndio da arbitrariedade somente pode ser a perda do efetivamente gerado, do posicionamento ou do conteúdo de dada reflexão, em benefício de sua atualização postíça ou de sua rápida e violenta condenação como paradigma ultrapassado.

Neste sentido, podemos dizer, não sem ousadia, que a grande maioria das tentativas de organização do pensamento marxiano no correr de nosso último século primou, da ponta mais rasa e vulgar àquela caracterizada por elevada erudição, pelo desconhecimento da natureza própria à obra de Marx. Nas suas mais variadas versões, tais empreendimentos analíticos redundaram no obscurecimento do *modus* marxiano, quando não na pura e simples supressão de seu caráter distinto. Destituição de conhecimento filosófico que não poupou nem mesmo representantes mais dignos e/ou tecnicamente competentes da tradição recente em historiografia do pensamento. Apenas para novamente registrar, no que tange às relações do pensamento marxiano para com o idealismo em geral, Hegel em particular. De maneira pendular ora foi aproximado em desmedida da especulação hegeliana, a ponto de ser tratada sua obra madura como mera aplicação de *A Ciência da Lógica* à realidade econômica do capital, ora esta é posta como geração *ex nihilo* de um método não inteiramente discernido pelo próprio autor, uma versão mais refinada de naturalismo ou de logicismo. Na confluência da aparente oposição de tais proposituras acerca da obra marxiana, ressoa um ruído de fundo comum, um eco de uma única atitude fundante, a de apor à leitura o maneirismo da interpretação. Apropriar-se de Marx, sem ler Marx, ou de lê-lo e dele se apropriar por meio de um viés. A leitura transtornada de extração – sem dúvida, mais ou menos rica, dependendo de suas condições e instrumentais – em exercício de imputação de significado, de implicações e demandas do próprio intérprete, reverte-se em amputação do sentido efetivo do texto. Evidentemente, esta situação não caracteriza tão

somente o abordo da reflexão marxiana. De certo modo todo e qualquer autor está sujeito aos traumas da imputação de sentido, da violação que disseca o corpo discursivo espargindo seus elementos constituintes em abstrações isoladas, membros apartados por disjunção, ou estabelecendo aqui e acolá conexões destes com modos de pensamento ou problemáticas estranhas, gerando uma monstruosidade insustentável.

A forma de entendimento (ou de desentendimento) da obra marxiana no decorrer do século XX fixou certas diretivas de abordagem e intelecção que ganharam o estatuto de verdadeiras chaves de leitura, com força de preconceito arraigado. Duas proposituras se impuseram com maior vigor e sucesso. A primeira foi a do tríplice origem do pensamento de Marx, o amálgama fantástico entre economia política, política francesa e filosofia alemã. A segunda, a do corte epistemológico cunhado por Althusser, da oposição entre um "jovem Marx", ainda ligado ao humanismo ou à filosofia, e um "Marx maduro", "científico", dono afinal de um método próprio, gnosiologicamente emancipado. No primeiro caso, o pensamento de Marx aparece como produto curioso de uma junção entre três elementos ou tradições estranhas entre si em suas motivações, determinações e condições, prodígio nascido de uma tanto tempestuosa quanto confusa fecundação. Como poderia semelhante origem gerar algo com um mínimo de coerência é questão para a qual se faz muda quase toda tradição do campo marxista. No segundo caso, é a origem mesma que se encontra descartada como problema. Aqui o pensamento não é tomado como produto de um itinerário, com todas as idas e vindas, ratificações ou retificações, mas é unilateralmente fixado por um de seus momentos. Esse é eleito como mais pertinente, não a partir de um desdobramento ou evoluir que pusesse uma inflexão, mas de uma regra ou critério exógeno à sua própria emergência, no caso a instauração de um método. Diversamente do panorama marxista assim tracejado, Chasin assinala que,

(...) a nova posição formulada por Marx não é uma pura instauração endógena. Sua gênese, por isso, não é apenas uma questão para a história intelectual ou de mera erudição, mas problema condicionante do acesso ao entendimento efetivo de sua natureza teórica, bem como da qualidade do complexo categorial que integra sua fisionomia (CHASIN, 2009, p. 26).

Neste texto, ponto de chegada - julgado parcial por seu autor - do investimento intenso e rigoroso de pesquisa dos textos marxianos, Chasin traça de saída o perfil da

questão da origem e do desenvolvimento conforme enfrentada pela tradição marxista. Desenho justo e impiedoso das vicissitudes e descaminhos da interpretação da obra marxiana. Afastando logo na primeira formulação qualquer caráter miraculoso ou "original" da reflexão marxiana, Chasin a afirma como ato de apropriação ideal de mundo. Ou seja, não é ela posição discursiva autossuficiente, produto de um lance genial, mas fruto do desenvolvimento de um dado padrão de exercitamento intelectual. Propositura esta, portanto, que põe na ordem do dia o problema da origem do pensamento marxiano, o entendimento de como veio a ser a reflexão do autor de *O Capital*.

Assim a justa compreensão do *corpus* marxiano somente pode ser alcançada na medida em que se volta aos próprios textos, na apreciação rigorosa destes na marcha mesma em que aquele se gerou. Esforço a exigir o exato contrário das prescrições mais atuais em matéria de exegese. O domínio da natureza específica do pensamento marxiano somente pode ser obtido sob a condição de um efetivo *retorno a Marx*. Retorno este modulado por uma estrita obediência ao posto pelo texto, à sua singular forma objetiva, o que,

(...) exige a captura *imane*nte da entificação examinada, ou seja, a *reprodução analítica* do discurso através de seus próprios elementos e preservado em sua identidade, a partir da qual, e sempre no respeito a essa integridade fundamental, até mesmo em 'desmascaramento', busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades (CHASIN, 2009, p. 40).

Deste modo, ler é responder ao desafio de facear um objeto, obviamente de tipo diverso daquele da materialidade, trazendo de suas entranhas a rede de determinações que o compõe e o sustenta. A abordagem de uma obra é então seu enfrentamento nos seus próprios termos e não na sua inquirição através de um repertório de problemas extrínsecos. A leitura é, por conseguinte, exercício de apropriação da imanência do texto, por isso a revelação de sua estrutura argumentativa por meio da subsunção ativa do leitor, e não o desvelamento a si dos limites do pesquisador a pretexto e à custa do texto.

Posição rigorosa da leitura como *crítica imane*nte que encontrou sua expressão mais elaborada no escrito supracitado, mas a qual se apresenta já como pressuposto teórico da abordagem da obra marxiana em textos anteriores de José Chasin. Em particular, no que respeita ao problema da periodização da reflexão de Marx, encontramos o exercitamento

deste padrão rigoroso de exegese filosófica em *Marx ao Tempo da Nova Gazeta Renana*. Publicado sob a forma de prefácio ao livro *A Burguesia e a Contra-Revolução*, no qual estão reunidos quatro dos mais importantes artigos de Marx trazidos à público em *Nova Gazeta Renana* (1848), este artigo se propõe a explicitar a dimensão decisiva deste período da vida intelectual do autor alemão. O escrito em tela perfila o itinerário de desenvolvimento do *corpus* marxiano até aquele momento e indicando as conseqüências e inflexões futuras para a posterior crítica da economia política. Assim define Chasin o momento marcado pelos acontecimentos revolucionários contemporâneos da *Nova Gazeta Renana*: "O ano de 1848 é de extrema importância para Marx, para o marxismo e para todo processo mundial (passado e futuro) da revolução - reconhecida esta como atualização virtual da potência oniparente do trabalho" (CHASIN, 1987, p. 12-13). Deste modo, encontra-se fixada natureza determinante do ano de 1848 para o pensamento marxiano. Período em que, segundo Chasin, pôde emergir e emergiu com clareza a possibilidade efetiva de transformação cabal de mundo, através da lógica do trabalho, representada praticamente pela sua figura social. Percepção que tem tanto de definitiva, quanto pouco tem de súbita. Ou seja, é esta intelecção fruto de um intenso, apesar de relativamente pouco extenso, rumo de elaboração de um padrão reflexivo próprio. Arrimando-se nos testemunhos marxianos contidos no prefácio à *Para Crítica da Economia Política*, Chasin refaz toda a rota teórica e prática que leva do Marx ainda ligado aos modos de proceder e de refletir do *idealismo ativo* àquele que, realizando a crítica da forma especulativa da compreensão hegeliana do Estado, consegue fundar uma nova maneira de abordar a mundaneidade social.

Marx nem sempre foi marxiano. É desta evidência histórica concreta, trazida, aliás, pelo próprio Marx no prefácio acima referido, que parte José Chasin. Do fato de que a forma marxiana de pensar, não obstante deva em muito ao gênio da individualidade, nem por isso constitui apanágio de herdado natural. Desta maneira, Chasin intenta, não obstante de modo sumário, a seguir os passos teóricos que tornaram a posição marxiana necessária e possível. Neste sentido, subverte os termos em que a expressão "Jovem Marx" comumente aparece, enquanto referência baseada mais na idade precoce do intelectual que na produção efetivada naquele período, para ligá-la a um momento anterior e diverso daquele no qual

surge o pensamento efetivamente marxiano. Ao contrário de estabelecer a cronologia sobre critérios usuais, mas externos à obra pesquisada, como é o caso da linha temporal abstratamente tomada, segue-se aqui a prioridade do objeto, os escritos de Marx, para, partindo deste, poder delimitar as fases de seu pensamento. Considerando o intervalo de tempo definido pelos anos de estudos, compreendido entre 1837 e 1841 de maneira alusiva, Chasin se dirige à exposição da primeira ocasião em que Marx põe em ação o arsenal filosófico-metodológico do idealismo ativo. O ano é 1842 e o empreendimento a chefia da redação de *A Gazeta Renana*. Jornal que não deve ser confundido com seu sucessor de seis anos mais tarde, esta publicação existiu brevemente como veículo da burguesia liberal renana em seus confrontos políticos e ideológicos com a autocracia prussiana. Como jornalista, Marx tem a oportunidade de exercitar seu conjunto de conceitos e pressupostos forjados sob a égide do idealismo nos mais variados assuntos, da educação ao matrimônio, da liberdade de imprensa aos direitos consuetudinários, tendo sempre por divisa e norma uma concepção antropológica racional do Estado e direito fundada na filosofia da autoconsciência: o homem definido como sujeito racional e livre, e o Estado sendo a realização desta sua essência atemporal. Dentre os temas aos quais Marx devotará sua ardorosa atenção, aqueles reunidos sob a rubrica de "interesses materiais" (a questão das deliberações parlamentares sobre o roubo de lenha do vale do Mosela e as discussões sobre o livre-comércio) constituirá o móbil empírico a exigir a revisão do idealismo ativo.

Acompanhando com rigor o traçado resumido dado pelo próprio autor a este respeito, Chasin situará no ano de 1843, quando Marx abandona a chefia da redação do jornal, pouco antes de seu fechamento pela censura prussiana. Momento de inflexão inaugural no qual Marx passa a empreender um exame minucioso e crítico dos seus pressupostos teóricos, da especulação hegeliana sobre o Estado em particular. Não se encontra no enorme manuscrito resultante deste empreendimento crítico, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, o que Chasin denominará de *determinação onto-negativa da politicidade*. Ou seja, a identificação da política como traço não essencial do homem, apontando para sua necessária superação. Entretanto, certamente neste momento se abre com a crítica do feitio especulativo da reflexão hegeliana, a crítica ontológica à especulatividade, o período propriamente marxiano. Neste sentido, assiste-se à emergência

de um padrão novo de intelecção, arrimado no comportamento teórico atinente para com a objetividade das entificações, ao por-si da mundaneidade. Alicerce sobre o qual se erguerão as outras duas críticas, as da politicidade e da economia política - realizadas em escritos como *Sobre a Questão Judaica* e *Miséria da Filosofia*, por exemplo, a crítica da especulação, portanto, pode ser entendido como ato inaugural, balizamento de parâmetros filosóficos que jamais serão abandonados por Marx. Pense-se apenas a título de ilustração na assertiva contida em *A Ideologia Alemã*, de que seu pensamento parte do *único pressuposto do qual não se pode fazer abstração senão na imaginação: os indivíduos vivos e ativos*, bem como na declaração constante de *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolph Wagner*, distante décadas da crítica aos neo-hegelianos, onde ele afirma que *eu não parto nunca de conceitos. Meu ponto de partida é a mercadoria. É a esta que eu analiso, na forma sob a qual ela aparece*. Assim sendo,

(...) é nítido, portanto, que o itinerário de 42 a 47 perfila a constituição do ideário marxiano. Que ao fim desse tempo cumprira-se uma extensa e complexa trajetória intelectual, resultando na configuração adulta, ainda que não plenamente madura do pensamento de Marx (CHASIN, 1987, p. 19).

A esse respeito, vale chamar a atenção para o fato de que se 1843 se crava como ano fundante da reflexão marxiana, isto não equivale de modo algum a infirmá-lo como posição de completude. É antes o aflorar inicial de um padrão filosófico que o parir de uma fórmula pronta e multiformemente acabada.

O pensamento marxiano irá desenvolver-se, aprofundar-se, direcionado agora para a decifração das determinações essenciais da sociabilidade moderna, para o esquadrinhamento crítico da anatomia da sociedade civil. Este exercício de crítica do real se efetivará no sentido da escavação das categorias que definem o *modus* societário do capital e suas expressões, o Estado e a política modernos. O que trará a cada novo passo, ratificações e retificações, enriquecimento de alguns esquemas categoriais e alteração de alcance de outros, sempre na direção indicada pela apropriação do real na forma do pensamento, que na sua marcha empreende a concreção progressiva das categorias. Neste particular, Chasin assinala o ganho intelectual trazido pela maturidade, aberta com a redação dos *Grundrisse*, afirmando que,

(...) este recomeçar, que proporcionará o trânsito do *delineamento adulto* para a *fisionomia madura* do pensamento científico de Marx, compreende a transição da *Miséria da Filosofia* para os *Grundrisse*. Trata-se, no plano da ciência, da superação de uma análise econômica, ainda um tanto não desembaraçada da teoria da oferta e da procura, pela formulação plena da teoria da mais-valia, ou dito de forma mais restrita: Marx introduz nos *Grundrisse* a distinção entre *trabalho* e *força de trabalho*. Distinção fundamental, inexistente na *Miséria da Filosofia*, onde ainda não figura a descoberta da “categoria essencialmente diferente”: *Arbeitskraft* - não uma mercadoria entre outras, mas uma mercadoria *única*, produtora de valor (CHASIN, 1987, p. 20).

Assim sendo, a elevação de patamar do pensamento marxiano adita na maturidade o discernimento mais aprofundado da forma de ser do capital. Delimita essa enquanto modo de produção da vida humana assentado na contradição essencial e profunda do trabalho assalariado, na qual a potência criadora de riqueza, convertida em mercadoria, é trocada por seu valor, materializado num *quantum* de trabalho morto, tornando-se, desta maneira, matéria alienada e de alienação; a perda radical como resultado da posse de suas forças essenciais de objetivação como mercadoria: *Esau e o prato de lentilhas* (CHASIN, 1987, p. 228).

Potencialização da posição teórica de extrair cientificamente do concreto as suas determinações essenciais, cujo caráter é crítico. Assumindo em cada nova configuração um perfil mais definido e uma solidez categorial maior. A constituição do padrão marxiano de reflexão dista em muito da forma como foi e é habitualmente entendida. Viciada essa última que foi por seu duplo viés, gnosiso-epistêmico e politicista, na problematização da questão de método, a aproximação da obra de Marx feita anteriormente se caracterizou por uma deturpação explícita da ordem de prioridades categorial por ele mesmo fixada. Para Marx, a delimitação precisa do modo de ser da coisa analiticamente faceada precede e faz assim possível uma tematização da esfera do conhecimento em sua natureza e jurisdição (Cf. CHASIN, 1987, p. 21). A este respeito, Chasin irá tornar ainda mais radical sua posição quando, partindo do aprofundamento da sua pesquisa da fase adulta e início da madura oito anos mais tarde, *Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, declarará que “a rigor não há uma questão de método no pensamento marxiano” (CHASIN, 2009, p.89).

III

Kautsky e a Aproximação Naturalista

Para a primeira vertente de comentadores, a obra marxiana seria atravessada por um rigoroso determinismo a *modus* naturalista ou fatalista, como se afirmaria desde Kautsky até os representantes do marxismo vulgar. No texto inaugural deste tipo de aproximação da obra de Marx, Kautsky pretende apresentar o pensamento marxiano, no que ele tem de original, como uma curiosa junção de três tradições teóricas diversas, o pensamento inglês, francês e alemão, representadas, respectivamente, pela economia política ilustrada, pela política francesa e pela filosofia clássica do idealismo alemão. No interior desta estranha figura, deste híbrido ou, como o denominou Chasin, *tríplice amalgama* (Cf. CHASIN, 2009, p. 29-37), surgiria uma teoria que permitiu a Marx fundar a “unidade das ciências”. Com toda a carga de reducionismo aí implicado, é afirmada a anulação da especificidade do ser social em relação à naturalidade e a aplicação do padrão de cientificidade típico das ciências da natureza (Cf. CHASIN, 2009, p. 31-35).

Neste sentido, Marx teria sido o iniciador de uma verdadeira revolução científica no que tange à compreensão dos fenômenos sociais, no curso da qual se veriam superadas as deficiências tanto dos autores tradicionais, moralistas e juristas, que assentavam sua análise do social em noções como *liberdade*, *vontade* etc., quanto aquelas dos *naturalistas*, como denomina Kautsky os iluministas. Argumenta Kautsky que, se nos primeiros não havia a percepção de necessidades causais nos fatos sociais, já nos segundos a ideia de *Natureza* explicava tão somente os “atos simples”, determinações que os homens compartilham com os animais, deixando os “atos complexos”, aqueles constituídos pelas “ideias sociais e ideais”, na penumbra do inexplorado cientificamente. Com Marx ter-se-ia então inaugurado um novo momento científico, no qual,

(...) [a] evolução social foi situada no quadro geral da evolução natural; o espírito humano, mesmo nas suas manifestações mais elevadas e mais complicadas, nas suas manifestações sociais, era explicada como sendo uma parte da Natureza; a conformidade causal de sua atividade foi demonstrada em todos os domínios e a última base do idealismo e do dualismo filosófico foi aniquilada (KAUTSKY, s/d, p. 17).

Marx teria dessa maneira operado uma subsunção de ordens de existência, *natureza* e *sociabilidade*, a uma mesma e única legalidade, a *dialética*. Assim, naturalidade e

sociabilidade seriam duas formas de manifestação de um único princípio material da realidade, cuja determinação decisiva seria aquela da contraditoriedade, traduzida em âmbito humano pela *luta de classes*, que regeria como fundamento os andamentos da história, bem como, por consequência as “ideias e ideais ativos dos homens”. A indistinção das ordens de ser da realidade aparece aqui como o ponto central desta *démarche* interpretativa. Na busca da definição da ciência de Marx, na sua determinação em analogia com os desenvolvimentos havidos em outros campos do saber, os traços distintivos da realidade humanosocietária são sumariamente apagados. Assim, “por mais distinta que possa parecer a sociedade do resto da natureza, nesta, como naquela, encontramos a evolução dialética, quer dizer: o movimento provocado por uma luta de oposições que surgem espontânea e continuamente no próprio meio” (KAUTSKY, s/d, p. 17). Ao mesmo tempo em que se põe a sociabilidade como submetida a leis naturais têm-se, por outro lado, a *dialetização* da própria naturalidade. Tal questão da relação entre o desvendamento das determinações essenciais do capital e a suposta relação deste com uma pretensa teoria dialética geral, da qual Marx teria sido, senão o fiador, ao menos um filiado, já aparece, como o veremos mais à frente, em Engels.

É exatamente no contexto desse empreendimento de cientificização do estudo da sociabilidade que Kautsky situa a importância, bem como a superioridade, que o pensamento de Marx possui. Ressalta a superioridade e a força inerentes ao pensamento marxiano frente às tentativas de análise científica da sociabilidade, a qual resulta de uma particularidade metodológica. Nesse sentido, declara que,

Teria sido completamente incompreensível a sua influência ser tão extraordinária se Marx não tivesse conseguido descobrir as bases ainda ignoradas da sociedade capitalista. Depois de tais descobertas, não existem mais conhecimentos sociológicos de importância primordial a obter que ultrapassem Marx, enquanto se mantiver a forma atual de sociedade. Pode-se dizer também que durante todo este período o seu método será mais frutuoso do que qualquer outro (KAUTSKY, s/d, p. 9-10).

No entanto, os aspectos mais gravosos da aproximação que Kautsky realiza da obra de Marx é a meta da obra, a qual se anuncia no próprio título. A forma como o tema das origens que concorreram para o nascimento, constituição e consolidação da teorização marxiana é tratado, pode ser considerado um critério de leitura. No caso em tela, vê-se aqui

claramente a exogeneidade da qual serão vitimadas grande parte das “interpretações” da reflexão científica marxiana. Na circunscrição que define este, por assim dizer, “território hermenêutico” do marxismo, o pensamento de Marx é visto como algo que brota e viceja na periferia de sistemas ou de perspectivas teórico-filosóficas alheias, como um ramo de uma árvore maior ou resultado de um hibridismo acadêmico. A obra marxiana seria uma *quimera*, para usar uma imagem vinda da genética. Uma entidade resultante da mistura de elementos essenciais vindos das mais diferentes ordens temáticas. No exame de como o tema das origens do marxismo podemos flagrar a origem mesma “amalgama” denunciado por Chasin, como acima o referimos.

A teoria marxiana aparece a Kautsky como “a fusão, bem rara, da profundidade científica com a audácia revolucionária, que o faz viver com muito mais intensidade meio século depois de sua morte do que quando se encontrava entre os vivos” (KAUTSKY, s/d, p. 10). Sustenta-se aqui uma pretensa assimilação de Marx pelos vários âmbitos da vida social moderna, daquele circunscrito pela pesquisa acadêmica àqueles onde se dão os embates decisivos da ordem societária. Penetração esta a qual para Kautsky tem força de uma constatação autoevidente, é que cumpre, para ele, explicar com plausibilidade: a energia das origens e o poder do método, da dialética materialisticamente reconfigurada. Intentando determinar com um pouco mais de rigor, nosso autor migrará da imagem, desmesuradamente genérica e indefinida, da fusão para a noção de uma *síntese* de ordens do saber científico. O pensamento marxiano é então uma “síntese” de diversos domínios científicos, de distintas tradições de reflexão filosófica e de formas de prática, aparecendo assim como resultado de uma rara “fusão” entre filosofia, ciência e prática revolucionária. Síntese que explica a seu ver não apenas a especificidade teórica de Marx, mas acima de tudo também sua força:

Se queremos definir o caráter da contribuição histórica deste homem prodigioso, o melhor será talvez dizer que tal contribuição é uma síntese de domínios diferentes e com frequência até contraditórios: encontramos aí, antes de tudo, a síntese do pensamento inglês, francês e alemão, a do movimento operário e do socialismo e, por fim, a da teoria com a prática (KAUTSKY, s/d, p. 10-11).

Com relação ao último problema constante da citação de Kautsky acima, aquele da relação entre teoria e prática, cabe apontar um mérito importante, não obstante seu conhecido *cientificismo*. Ele reconhece explicitamente que a atividade prática de Marx sempre se orientou pela tentativa e consecução da apreensão teórica rigorosa das determinações centrais da realidade social e dos nexos essenciais existentes entre elas. Portanto, em se pretendendo uma compreensão da ação proposta nos marcos do marxismo, a que necessariamente apreender com a máxima correção seus fundamentos teóricos. Não por outra razão a temática das origens que presidiram a emergência da teoria marxiana é o alvo principal da intelecção.

O esquema da síntese se realiza numa construção que tenta dar conta de dois aspectos, dificilmente conciliáveis, como já o referimos, uma vez que se supõe a amalgama, por um lado, e, de outro lado, se constata o poderio e a coerência da elaboração marxiana.

No curso da exposição de Kautsky, o pensamento de Marx aparece por fim como resultado de um processo de síntese, mais que de confluência, de três tradições de pensamento da vida moderna: a alemã, a francesa e a inglesa. No interior dessa articulação ideal, cada nação oferece a Marx uma determinada porção ou um momento do saber. À Inglaterra coube a parte *material*, o desenvolvimento o mais pleno das formas, meios e relações da produção capitalista. O que engendrou um, por assim dizer, “espírito” puramente pragmático, o qual se caracteriza pela estreiteza de visão e o conservadorismo, marcadamente abstenção de qualquer veleidade de “aquisição de largos horizontes”, o que penetrou em todas as classes. Sua característica mais marcante a avaliação desmesurada do trabalho de detalhe tanto na política quanto na ciência. Em Inglaterra, segundo Kautsky, não teria havido um processo de revolvimento da vida social e política, mas uma acomodação de antigos componentes numa nova articulação. Da França veio o *princípio motor da política*. Um país de desenvolvimento capitalista mais atrasado quando comparado ao dos ingleses, baseado na agricultura e numa indústria de luxo, com grande domínio das populações dos centros urbanos, em especial Paris. Ao contrário do “espírito de compromisso” bardo, o desenvolvimento social francês foi sempre caracterizado pela contestação dos poderes arcaicos e suas formas de dominação e articulação políticas. Não houve aqui um processo de reforma ou acomodação, mas sim “a

conquista do poder político”, a qual encetada por uma classe oprimida, “produz sempre uma modificação do mecanismo social”, em contraste com o caso inglês, predominava o *espírito radical* e o *entendimento político*. No que tange à Alemanha, a reflexão marxiana herda o *método científico* propriamente dito, a *dialética*. O que já demarca uma diferença com relação a Engels, por exemplo, para quem a dialética é uma lógica do mundo. Em Kautsky, a doutrina emanada da obra hegeliana surge como uma organização específica do esforço de inteligência científica. O mundo germânico se define por um desenvolvimento capitalista retardatário entre as nações europeias dominantes à época, sem a constituição completa das classes que realizavam, em Inglaterra pelo compromisso pragmático e em França pela revolução política, a consolidação da sociedade e do Estado modernos. E isso não obstante o estímulo e o exemplo vindos dos seus dois contemporâneos europeus mais fortes, na sociedade alemã “o desejo de ação dos seus elementos mais enérgicos e mais elementos mais inteligentes não pode se realizar em nenhum dos domínios que a burguesia da Europa ocidental tinha conquistado” (KAUTSKY, s/d, p. 40). Assim, não podendo obrar senão na elucubração teórica, os representantes filosóficos da sociedade alemã “imaginavam os melhores métodos para o avanço do pensamento e da investigação intelectual” (KAUTSKY, s/d, p. 41). Um espírito demasiadamente contemplativo, que vicejava e se fortalecia quando “ficava-se pela posse das teorias juntas e negligenciava-se lutar para se conquistar o poder necessário para aplicá-las”. Desse resumido esboço histórico feito por Kautsky, há que reter que cada princípio realizado pelos três grandes países europeus, deixado a si mesmo, revela-se insuficiente e não resolutivo. O que se comprovaria pelo fato de que “Os alemães durante muito tempo, não souberam desembaraçar-se d idealismo inativo, como os ingleses do conservadorismo e os franceses da fraseologia extremista” (KAUTSKY, s/d, p. 42).

De certa maneira, assiste-se ao mesmo modo de operar esquemático quando o problema enfrentado é da relação de trabalho e produção intelectual de Marx e Engels. Kautsky pretender explicar as diferenças e comunidades entre os dois pensadores fazendo recurso a uma espécie de genealogia sociológica. Marx por sua origem, uma família de advogados, voltou-se às questões teórico-filosóficas e à jurisprudência, e Engels, por ser oriundo de um lar de industriais, irá ocupar-se da compreensão da vida econômica concreta

(KAUTSKY, s/d, p. 27-29). O que aparecerá mais tarde, no livro, no problema das fontes do marxismo, como genealogia geopolítica, toma a feição neste passo de uma síntese de genealogias pessoais. Desse modo, Marx se dirigirá, para usarmos a nomenclatura do próprio autor, para as *ciências psicológicas antigas*, e Engels para a *moderna economia política*. Kautsky parece ignorar que Marx, segundo o Prefácio de 1859 à *Para uma Crítica da Economia Política*, já em fins de 1843 foi obrigado a dedicar-se, pelo enfrentamento de questões concretas, a encetar o estudo da “anatomia da sociedade civil”. A concordância de ambos, tendo em vista a disparidade de origens, reside no seu assentimento à Revolução. O encontro de dois atores vindos de origens díspares se dá pelo reconhecimento de um repto. Tem-se aqui a origem de outra concepção que fez época seja no interior da academia seja fora dela, aquela da quase inseparabilidade de Marx e Engels que a tradição tanto marxista, quanto antimarxista se apegava como verdade autoevidente. Por conseguinte, segundo Kautsky, “Foi seu ponto de vista revolucionário proletário que permitiu a Marx fundar a unidade das ciências. Porém, quando falamos de Marx, não devemos nunca esquecer que obra foi realizada simultaneamente por Friederich Engels (...)” (KAUTSKY, s/d, p. 27). E isso a tal ponto que chega a pontuar que “Foi a concordância de suas ideias [de Marx e de Engels] que imediatamente os aproximou, quando se relacionaram pessoalmente, em 1844, em Paris. A identidade das ideias deu em breve lugar a uma completa comunhão e a uma colaboração onde é impossível dizer o que cada um forneceu” (KAUTSKY, s/d, p. 29-30). No intercâmbio espiritual das tradições que um e outro dominavam se põe uma verdadeira natureza siamesa da comunhão de ideias. A postulação de uma vontade revolucionária gemelípara, não obstante reconheça explicitamente a superior profundidade de Marx, mas sempre na sua complementaridade com o caráter mais “audacioso” de Engels.

Posta assim as origens do pensamento marxiano, faz-se mais compreensível, não necessariamente mais aceitável, o modo como Kautsky em certos momentos defende a sua versão de como Marx teria podido superar a natureza compartimentalizada das ciências, em direção à propositura de uma unidade destas. Na descrição feita por Kautsky parece ressoar o diagnóstico segundo o qual a separação das ciências, ou dos dois grandes grupos de ciências – físicas e “psicológicas” –, se deve mais a uma inadequação de método, principalmente daquelas pertencentes ao segundo conjunto – psicológicas ou morais – que a

uma distinção provinda do caráter do objeto, da secção da realidade tomada por cada uma delas. O que explicaria o sucesso de umas, as do primeiro domínio, e o fracasso das do segundo. Assim sendo,

As ciências se encontram repartidas em dois grandes domínios: o das ciências naturais, que procuram definir as leis dos movimentos dos corpos inanimados e animados, e o das ciências psicológicas ou ciências do espírito, assim impropriamente chamadas. Porque, na medida em que o espírito surge como manifestação de um corpo particular, ele é do domínio das ciências naturais (KAUTSKY, s/d, p. 12).

Nesse contexto, a consciência é entendida apenas como uma emergência puramente natural, como um dado resultante tão somente resultante da história de transformações das espécies hominídeas. A produção da consciência pela concreta vida social, pelo conjunto variegado e contraditório de relações sociais efetivas, não é sequer suspeitado. Por isso, o contraste que Kautsky faz entre os dois grupos epistêmicos, de um lado, a *natural*, onde se impõe uma compreensão material e por-si da realidade, e, de outro lado, as *psicológicas*, onde se observa a prevalência das noções de vontade e liberdade. Vê-se igualmente que, além do método, o fulcro da questão é a determinação de *causas absolutamente objetivas* (Cf. KAUTSKY, s/d, p. 14-15).

Kautsky dá voz ao duelo epistêmico entre *monismo* e *dualismo*, o qual seria superado na medida em que se reintegre cientificamente o conceito de sociedade naquele de Natureza, tendo como princípio regulador a noção de *causalidade objetiva*. Em outro momento é possível ouvir também um eco da concepção iluminista do homem como *produto das circunstâncias e da educação*, em franca oposição ao que observa criticamente Marx na segunda das suas *Ad Feuerbach*. Parece igualmente haver nas páginas de *As Três Fontes do Marxismo* a identificação entre objetividade e causalidade natural. A possibilidade de uma forma concreta, objetiva, materialmente posta expressa, mas não natural, e sim social, não é admitida. Não obstante recuse, com razão, os dualismos filosóficos tradicionais, parece aqui ser vítima de um deles: em se afirmando a não naturalidade de um objeto ou relação se afirma a sua *inconcretude*, {concreto = natural} *versus* {abstrato = não natural}. Assim, a concretude social ou a sociabilidade tecida como redes de relação objetivamente existentes, lhe permanece invisível. Tal concepção pode ser flagrada principalmente quando da tematização das chamadas *ciências históricas*. A essas

pertence o estigma da incompletude, no qual restaram uma vez que se a tradição iluminista logrou desvendar a natureza dos atos simples, os quais os homens compartilhariam com os animais, “já no que se refere aos seus atos complicados, ideias sociais e ideais, os naturalistas não o conseguiram. (...) O seu monismo materialista permaneceu incompleto e não conseguiu vencer o idealismo e o dualismo” (KAUTSKY, s/d, p. 15-16).

Frente a tal situação de incompletude do monismo materialista anterior, Marx teria completado a tarefa ao estabelecer uma relação causal necessária entre luta de classes e relações econômicas, por um lado, e ideias e luta de classes, por outro. Além disso, superou a distinção entre o social e o natural, indicando a “*evolução dialética*” como o comum às duas esferas. Ou seja, um dos principais méritos de Marx – senão seu maior – seria o de ter posto a sociabilidade como momento de um arranjo mais geral da natureza. O social se situaria num quadro de legalidade maior, com o qual não rompe, ainda que se realize com certas determinações próprias e novas. Em outros termos, “Por mais distinta que possa parecer a sociedade do resto da Natureza, nesta, como naquela, encontramos a evolução dialética, quer dizer: o movimento provocado por uma luta de oposições que surgem espontânea e continuamente do próprio meio” (KAUTSKY, s/d, p. 17). Tem-se assim uma quase supressão do histórico-social, porquanto se situa o desenvolvimento da sociabilidade e suas transformações no quadro mais amplo da evolução natural. O histórico-social torna-se desse modo, na melhor das hipóteses, um capítulo do evoluir de uma natureza tida como única instância de totalidade e universalidade. O que sobressai é a indistinção da ordem de determinações de existência e a conseqüente transmutação do humano em episódio do natural. A unicidade da realidade, como conjunto de nexos e determinações objetivamente articulados, existentes por si, se desvia para uma indiferenciação ôntica. Ao proceder dessa maneira, Marx “não só transformou completamente a ciência histórica, como anulou também o abismo entre as ciências naturais e as ciências psicológicas” (KAUTSKY, s/d, idem).

Por conseguinte, a unidade da ciência defendida marxianamente aparece na reflexão de Kautsky, não como a compreensão da historicidade da relação humana com a natureza expressa na cientificidade, mas como ciência da humanidade natural. Cognição e elucidação das leis naturais, “dialéticas” da evolução humanosocietária em geral. A unidade

equivale aqui exatamente ao oposto das colocações marxianas feitas, p.ex., em *A Ideologia Alemã*. Lá, somente a partir da compreensão da história efetiva da elaboração humana de mundo por meio da atividade concreta dos homens, do fazer-se humano, realizado plenamente a partir do momento da *grande indústria*, é que se pode entender a natureza e a relação cognitiva dos homens com ela. Já na pena de Kautsky, é posição da história humana como capítulo ou episódio da dialética natural cósmica.

Por outro lado, o problema de onde se originaria a própria separação das ciências não comparece com a explicitação e o tratamento requeridos. O liame essencial entre as formas de desenvolvimento da cientificidade e consciência social, de um lado, e as necessidades da reprodução do capital, por outro lado, é diagnosticado como mera *singularidade* histórica. Um tema crucial, que circunscreve o âmbito contraditório em que se dá a produção de saber e conhecimento na modernidade e determina a repetida inapetência dos cientistas para compreender realisticamente as bases efetivas de seu ofício, permanece, portanto, não enfrentado (Cf. KAUTSKY, s/d, p.18). A ligação irremediável entre a ordem do capital e o afastamento do real como pressuposto da reflexão é capturada discursivamente como uma peculiaridade que provoca perplexidade, quando nosso autor assinala que,

O pensamento e o conhecimento humanos deveriam ter nela [na concepção de Marx] se inspirado abundantemente – porém, singularmente, a ciência burguesa se afastou dela por completo e foi apenas em oposição a esta última, enquanto ciência particular, proletária, que a nova concepção científica pode se afirmar (KAUTSKY, s/d, p. 18).

O que se imiscui insuspeitamente é a relação objetiva, já destacada por Marx nos prefácios e no posfácio a *O Capital*, entre ciência e *Standpunkt* social. Nesse contexto, Kautsky percebe, em meio a uma série de confusões conceituais, a relação existente entre a universalização do modo de produção do capital e o desenvolvimento acadêmico-profissional das, diríamos hoje, ciências humanas e sociais. Tal nexos aparece com clareza no uso (e abuso) dos métodos ou considerações estatísticos ou baseados no exame mensurado (*Massenbetrachtung*) de relações.

Outra problemática correlata, apenas indicada por Kautsky, mas que não recebe abordagem satisfatória é o da *relatividade do conhecimento*. A afirmação da relatividade do

conhecimento em Kautsky termina por ser o interdito do conhecimento por si do mundo. Relatividade que retoma o teor kantiano e não se assenta na determinação histórico-social do saber e do conhecimento. A questão da fundamentação prática do conhecimento, explícita em Marx, pelo menos desde *Ad Feuerbach*, não é sequer referida. O fato de a relação com o mundo ser ativa, transformadora e produtora, e não meramente, ou primeiramente, cognitiva, não aparece na tematização de Kautsky. Ele parece mesmo aproximar Marx de Kant. O problema das condições, em que reside o pressuposto principal das discussões – se estas são *biológicas, transcendentais* ou *histórico-sociais* – não encontra enfrentamento. Relatividade que é considerada nos mesmos quadros de referência que aqueles vigentes no senso comum acadêmico, como relativo *a nós, ao sujeito*, e não à situação efetiva do fazer científico, a qual varia historicamente (Cf. KAUTSKY, s/d, p. 26). A relatividade assim definida põe um ambiente linguístico e epistêmico, onde termos como absoluto e objetivo tendem a se identificar. Ter um conhecimento objetivo do mundo equivale, portanto, a conhecê-lo do *ponto de vista de Deus*. Uma vez postas as coisas desse modo, o próprio progresso possível do conhecimento se vê enfraquecido, na medida em que os limites se fixam ainda kantianamente. Não obstante a observação acerca da infinitude potencial do conhecimento pela sua própria relatividade, o limite, uma vez que é um dado transcendental, permanece tendo a última palavra. É uma possibilidade determinada negativamente, não pela exequibilidade ou plausibilidade de novos avanços, mas pela afirmação de um mero pluralismo, advindo da real impossibilidade da objetividade do saber. A infinitude possível não é mais que um frágil repto lançado ao futuro:

Não devemos, de modo algum, recuar a abordar um problema qualquer que estejamos em condições de elucidar. Não devemos, desencorajados, deixar cair os braços para murmurar resignadamente: **ignorabimus** (ignoraremos), pois desse modo jamais saberemos o que quer que seja. Este desencorajamento caracteriza o pensamento burguês moderno. Em vez de tender, com todas as suas forças, para alargar e aprofundar o nosso saber, ele aplica-se afincadamente a fixar-lhe os limites e a desacreditar a certidão do conhecimento científico (KAUTSKY, s/d, p. 26).

Por esse motivo, mesmo quando Kautsky quer estabelecer as determinações sociais do pensar, o faz de modo extremamente genérico. Não especifica contextos e relações histórico-sociais, como Marx procedeu em *O Capital*, quando de sua apreciação crítica da economia política alemã (Cf. MARX, 1998, 23, p. 21-22). Como consequência, por um

lado, acaba por apresentar a hostilidade burguesa à cientificidade como uma espécie de *retardo cultural*. Por outro lado, quando trata dos nexos que unem indivíduo e sociedade, tende a aproximar a tematização marxiana da natureza social da individualidade àquela de cunho naturalista. Segundo a qual homens são *produtos* da sociedade, entendida este última como um “meio”, quase natural. É curioso como mesmo ao dirigir objeções bem fundadas ao *iluminismo pedagógico* e ao *filantropismo burguês* em geral, termina por não atentar para o paradoxo de que tais doutrinas se baseiam em premissas naturalistas. Entre as quais a da existência de uma natureza humana, biologicamente definida, transmitida e herdada: o *egoísmo natural*; concepção que ele mesmo reclama para as ciências “psicológicas”. Para resolver o imbróglio, lança mão da saída mágica de atribuir uma dialeticidade em geral. Entendida não apenas como método, mas como lógica essencial e universal, verdade da finitude do real, um princípio geral de movimento. A dialética é concebida como substância da mundaneidade, tanto natural quanto social. Tem-se aqui a reedição das fórmulas especulativas em uma versão que se quer materialista. Ou seja, a reposição da *coisa da lógica*, como o havia denunciado Marx já em 1843 na crítica a Hegel, quando inicia o trânsito para além do *soi disant idealismo ativo*. Por essa via, e ao arrepio das observações marxianas, Kautsky atribui a Marx a elaboração de tal dialeticidade absoluta que perpassaria a ordem da efetividade, não como atributo ou aspecto objetivo da coisa (ente, relação ou processo), mas como a sua verdade lógica. Um dos exemplos mais claros, que prosperará sob a aparência de ortodoxia na tradição marxista, é a conversão da luta de classes em caso particular de uma pretensa lei geral da evolução dialética do mundo. Ou seja, de embate observado em várias sociedades devido ao padrão de sociabilidade fundado na propriedade privada, sob as mais diversas determinações particulares reais, esta se transforma em princípio modelar do evolver histórico:

Para Marx, pelo contrário, a luta de classes não era mais do que uma forma de lei geral da evolução da Natureza, que de modo nenhum tem um caráter pacífico. Evolução é, para ele, como já notamos, “dialética”, quer dizer, o produto de uma luta de elementos opostos que surgem necessariamente. Todo conflito destes elementos irreconciliáveis deve finalmente conduzir ao esmagamento de um dos dois protagonistas e, por consequência, a uma catástrofe (KAUTSKY, s/d, p. 23-24).

Figurando ao lado da categoria “dialética”, a nomear nada mais que antagonismo entre termos antitéticos, surge a de *catástrofe*, como mero momento de aniquilação de um dos termos da relação. Nesse contexto, há uma diferença com referência à especulação hegeliana, um empobrecimento, sem dúvida. Pois, em Hegel, a conclusão de um processo ocorre enquanto *suprassunção* dos próprios termos e de suas contraposições recíprocas num momento de realização superior das determinações. Com o irromper de sua *hybris* dialética, Kautsky parece necessitado de atribuir a Marx um momento de “resolução” da processualidade em geral, coisa que inexistente na analítica marxiana. No discurso de Marx, a contradição, quando há, p.ex. na forma mercadoria dos produtos, não indica uma resolução, pode permanecer em aberto. As crises testemunham essa abertura da configuração processual da mercadoria, onde a articulação de determinações não pressupõe a égide de uma lógica racional.

A maneira na qual se dá discussão das categorias que perfazem a objetividade das coisas e a integralidade do método, indicam como Kautsky concebe o lugar, se este há, para a filosofia no pensamento de Marx. Como corolário da tese de Kautsky tem-se a negação *in limine* da filosofia como conhecimento, posta agora como tarefa ociosa, na medida em que dela se retira seu último refúgio, os temas humanos:

Ao mesmo tempo, [Marx] fundava a unidade do saber humano e, dessa forma, tornava a filosofia supérflua, na medida em que a filosofia procurava precisamente substituição desta unidade. A filosofia, com efeito, não era mais do que uma sabedoria situada acima das ciências e que delas não era deduzida; constituía uma certa unidade de pensamento sobre a evolução do mundo (KAUTSKY, s/d, p. 17-18).

Outrossim, tal resultado aparece como consequência direta da suposta unidade imediata teoricamente realizada por Marx entre social e natural. Pois, porquanto operada tal integração de domínios, através da identificação da essência dialética de ambos, a filosofia, que punha a si como tarefa a integralização do conhecimento num dado patamar de universalidade, se torna dispensável.

Em outro ramo da polêmica, geralmente, se encontra a tese de que a base da cientificidade de Marx seria constituída por uma lógica de tipo dialética, a qual se aplicaria aos objetos sociais, atribuindo-os uma articulação e pondo-os em determinação recíproca.

Por essa via se ordenaria o material numa sequência na qual se poderia entrever o movimento das categorias característico de uma construção dialética. Pelo menos desde a afirmação de Lênin, em seus *Cadernos Filosóficos*, de que “Não se pode compreender plenamente *O Capital* de Marx e, em particular, seu primeiro capítulo se não se estuda atentamente e não se compreende toda a lógica de Hegel” (LENIN, 1955, p. 149). O da constituição de um “método dialético materialista” e o problema posto, por isto necessariamente, das relações (de herança ou de crítica, sempre tomadas num sentido absoluto) entre Marx e Hegel são duas das questões mais recorrentes a respeito de nosso tema. Com referência ao caso das afirmações leninianas, seus pressupostos e implicações filosófico-científicas, este será abordado mais à frente quando delas esta apresentação crítica vier a ocupar-se especificamente. No momento há que situar o momento em que surge esse padrão de aproximação da obra marxiana.

IV

Engels e as Leis Dialéticas

Para esse lado da querela da fundamentação no campo do marxismo, a reflexão marxiana se efetivaria pela aplicação ou forja de uma dialética materialista. A qual seria previamente escoimada do idealismo, por meio de uma inversão da idealidade da lógica especulativa em uma lógica de fundamento materialista. Tese que é aventada pela primeira vez já nas obras de Engels, em especial em *A Dialética da Natureza*. Observa-se neste autor o procedimento de extrair dos enunciados hegelianos leis, noções ou princípios gerais de cunho dialético, aplicáveis à mundaneidade. Tais princípios ou leis estabelecidas por Hegel em sua *Lógica*, ainda que, ressalte Engels, “de acordo com sua consciência idealista, como simples do pensamento”, teriam sido “impostas à Natureza e à História, não tendo sido deduzidas como resultado de sua observação, mas sim como leis do pensamento”. Frente a que se, “entretanto, invertemos a coisa, tudo se torna simples e as leis dialéticas, que parecem tão misteriosas na filosofia idealista, se tornam claras como o sol” (ENGELS, 2000, p. 34). Aqui tudo se resolve a partir da transcrição de leis universais do mundo, descobertas e estatuídas de modo idealista, para o quadro de uma filosofia de talhe materialista.

Para comprovar a sua tese e a possibilidade da realização de tal empreendimento filosófico, Engels elabora um amplo histórico dos inícios da modernidade. No qual ressalta o extraordinário desenvolvimento da investigação científica da natureza, indicando os principais elementos de distinção para com os momentos anteriores. Indicando que “Foi essa a maior revolução progressista que a humanidade havia vivido até então, uma época que precisava de gigantes e, de fato, engendrou-os: gigantes em poder de pensamento, paixão, caráter, multilateralidade e sabedoria” (ENGELS, 2000, p. 16). Nesse sentido, situa tal evoluir da cientificidade moderna dentro do movimento geral de revolucionamento da humanidade ocidental, posto em marcha pela nascente ordem do capital, realizado sob o comando das suas *personæ*. Ou seja, o novo padrão de exame da natureza, da elucidação do funcionamento das suas forças, se inscreve dentro da transformação geral de mundo observada com a eclosão de formas de relação social, inteiramente novas, correspondentes a possibilidades produtivas igualmente inauditas até então. Pontuando o caráter eminentemente inovador e instaurador do novo desse momento histórico, identifica esse nexos afirmando: “Assim também a investigação da Natureza evoluía então acompanhando a revolução geral, e era, por seu turno, inteiramente revolucionária, uma vez que era forçada a lutar pelo seu direito à existência” (ENGELS, 2000, *idem*).

Ao fim dessa narrativa histórica, termina por apontar o que constitui, por assim dizer, o ponto de insuficiência máximo no quadro meritório das ciências da natureza: a concepção estática da própria natureza. O ponto de fragilidade e incompletude que relativiza o reconhecimento dos reais avanços devidos a essa quadra histórica. Imutabilidade, permanência absoluta, repetição enfadonha são características essenciais do mundo dentro da forma de concebê-lo nas modernas aproximações científicas. Junto à positividade imanente ao impulso inovador, constituída pela recusa dos princípios transcendentais ou teológicos na explicação da natureza, aparece como seu complemento contraditório, a concepção desta última como totalidade imutável. Limitação da qual não teria escapado nem mesmo os materialistas do século XVIII. E isso, não por inabilidade ou incompetência teóricas, mas em razão da indisponibilidade de outros materiais provenientes das ciências. Assim declara Engels: “Incluo os materialistas do século XVIII nesse período, porque não dispunham eles de nenhum outro material de ciências naturais, a não ser o já

descrito” (ENGELS, 2000, p. 19). O que não significou a simples afirmação absoluta do paradigma, por assim dizer, da imutabilidade do mundo, pois, o desenvolvimento da filosofia moderna, acompanhando a investigação científica da física mecanicista, mas concomitantemente a superando, engendrou elaborações teóricas que apontavam noutra direção. Entre elas, Engels cita aquela da teoria kantiana da formação da Terra. Verdadeiro momento de ruptura com a concepção *petrificada* da natureza, com obra aparecida em 1755, na qual asseverava ser o planeta e sua forma resultantes de um processo ocorrido através do tempo. O que colocava também a possibilidade dos seres que estão nela, as estruturas, as relações etc., ter se originados processualmente e não terem sido sempre o que são, ou seja, eternamente. O mundo físico, natural, teria assim ele próprio uma história no tempo:

(...) na obra de Kant, estava o ponto de partida para todo o progresso ulterior. Se a Terra era algo que se tinha ido formando, então estava claro que seu atual estado biológico, geográfico e climático, suas plantas e seus animais deveriam também ter-se ido formando pouco a pouco. A Terra havia de ter uma história, não só no espaço, das coisas colocadas umas ao lado das outras, como também no tempo, das coisas sucedendo-se uma depois das outras (ENGELS, 2000, p. 20).

Emergência conceitual que, inicialmente, encontrou fria recepção para, depois no transcurso histórico das próprias ciências, ser confirmada pelo desenvolvimento dos diversos campos de investigação científica da natureza:

A transformação gradual da superfície terrestre, e de todas as condições de vida sobre a mesma, conduzia indiretamente à transformação gradual dos organismos e sua adaptação a esse meio que se transformava: conduzia, pois, à variabilidade das espécies. Mas a tradição é uma força não só na Igreja Católica, mas também nas ciências naturais (ENGELS, 2000, p. 21).

O que ocorreu apesar da resistência operada pela tradição acadêmica que não percebia a contradição entre os avanços das empreitadas científicas e o alicerce fundamental da teorização erigido sobre a ideia de uma natureza perene e eterna. Uma vez que não apenas no âmbito institucional da sociabilidade ou no nível do senso comum, pois, “a tradição é uma força não só na Igreja Católica, mas também nas ciências naturais” (ENGELS, 2000, *idem*). Dentro desse conjunto de conhecimentos que enfrentavam a tradição acadêmica e buscava romper com ela, coube aos ramos devotados ao estudo da vida dar o golpe decisivo

com esboço e ulterior desenvolvimento de uma compreensão científica da evolução no tempo. No interior desses campos do saber científico, consolidando-se como conhecimento, “Quando mais profunda e exata se ia fazendo essa investigação, tanto mais se ia desfazendo, entre suas mãos, aquele rígido sistema de uma natureza orgânica invariavelmente fixa” (ENGELS, 2000, p. 22). A investigação das formas de desenvolvimento do orgânico, com seu avanço em busca de evidências da transformação dos viventes, não apenas abriu um novo território às ciências, mas, segundo Engels, colaborou no sentido de fundar um novo padrão de cientificidade. Na medida em que o ofício da paleontologia se realizava com o preenchimento de lacunas da rota de surgimento, desaparecimento e, mais importante, de alteração de umas em outras, de espécies dos seres vivos, a evolução passava a pôr na ordem do dia a historicidade como aspecto essencial e imanente à realidade concreta. Desse modo, “tudo aquilo que se considerava rígido, se havia tornado flexível; tudo o quanto era fixo, foi posto em movimento; tudo quanto era tido por eterno, tornou-se transitório; ficara comprovado que toda a Natureza se movia num eterno fluxo e permanente circulação” (ENGELS, 2000, p. 23). Para além das questões particulares, as quais estarão sempre em aberto na dependência dos exames efetivos e das comprovações de natureza empírica, tais empreendimentos científicos, põe em marcha uma nova compreensão da totalidade do mundo. Segundo Engels, a realidade física como tal passa a enquadrar-se pela *démarche* do movimento. E, isso será decisivo mais à frente, não somente como elemento ou característica das formas de ser da efetividade, mas como categoria fundante ou determinativa em última instância.

Nessa direção, Engels quer encontrar a partir das aquisições científicas a sustentação, a fundamentação, para uma nova compreensão da natureza. A qual advoga ser o movimento de autodiferenciação da natureza uma verdadeira essência da realidade do mundo. Uma totalidade historicamente constituída e constituindo-se em modos diversos de existência material, do inorgânico ao humano, passando pela vida orgânica em geral. Pois,

Também o homem surge por diferenciação. Não somente individual, diferenciado de uma célula ovular até o organismo mais complicado que produz a Natureza, mas também historicamente. Quando, depois de lutas milenares, se fixou finalmente a diferenciação da mão e do pé, donde resultou o caminhar ereto, o homem se tornou diferente do mono; constituiu-se o fundamento do desenvolvimento da linguagem articulada e

da formidável expansão do cérebro que, desde então, tornou intransponível o abismo que separa o homem do macaco (ENGELS, 2000, p. 25).

Nesse contexto, acaba assim por rascunhar uma *teoria da evolução em geral*. Tematização que, em nosso autor, tomou a forma de uma concepção cíclica da temporalidade, onde a movimento das formas materiais se torna algo mais que uma determinação inerente, para converter-se em substância mesmo da ordem material. Tudo graças a uma logicidade imanente ao *ir-sendo* do mundo concreto, o que confere ao desenvolvimento acontecido o caráter de consequência ou de posto por uma “necessidade férrea” (ENGELS, 2000, p. 30).

No entanto, porquanto se enquadre dentro do movimento de alteração geral da natureza, o desenvolvimento humano-societário não é compreendido como instância emergente apenas da ordem natural, o que equivaleria a repisar os equívocos do Iluminismo em geral. Para Engels, o desenvolvimento humano não é produto apenas de uma história passada, mas é posto pela ação deliberada dos próprios homens. Numa palavra, pela história em sua plenitude. Não tão somente um transcorrer no tempo das determinações e formas de ser em sucessão, mas da alteração destas pelo agente que se transforma no tempo.

Com o homem, entramos na história. Também os animais têm uma história: a de sua descendência e desenvolvimento gradual até seu estado atual. Mas essa história é feita para eles e, na medida em que eles mesmos dela participam, se realiza sem que o saibam ou queiram. Os homens, pelo contrário, quanto mais se afastam do animal, entendido limitadamente, tanto fazem eles próprios sua história, correspondendo, cada vez mais com maior exatidão, o resultado histórico aos objetivos previamente estabelecidos (ENGELS, 2000, p. 26).

Ao lado da percepção da especificidade do histórico humano, comparece também aqui a identificação de um papel ativo e determinante da consciência de si. Ao evoluir histórico das formas de ser sociais dos homens parece corresponder, em Engels, a um acréscimo ou melhoramento da identificação das determinações que conformam o mundo humano. Algo que do ponto de vista da elaboração marxiana é, no mínimo problemático. Porque não contempla o *quantum* de descompasso entre o desenvolver da autoprodução humana de mundo, da elevação do saber e do conhecimento em geral que o acompanha, e o efetivo domínio cognitivo e consciente da própria marcha histórica. Compare-se, nesse sentido, a

afirmação engelsiana com a observação de Marx, em *O Capital*, na parte relativa ao fetiche da mercadoria, segundo a qual os homens fazem, mas não o sabem. O que nos permite romper com a pretensa identidade entre as noções de *desenvolvimento* e *evolução*, que parece estar em grande parte da bibliografia marxista. Não que se negue que o *evolucionismo* tenha desempenhado um papel no pensamento marxiano, mas as linhas de desenvolvimento das formas de ser em Marx possuem um caráter bem mais complexo que a suposição de um roteiro evolucionário concebido de maneira simplista.

O problema epistemológico e filosófico acima mencionado remete a outro de cunho mais amplo, aquele da relação entre as ciências e a filosofia. Na relação entre as duas formas de conhecimento elaborado, Engels indica que à primeira, cumpre elaborar fundamentações a partir das aquisições da segunda, mas também, e principalmente, refletir sobre as lacunas do saber teórico das ciências – um papel eminentemente crítico. Nesse sentido, a filosofia deve formatar, sempre em consonância com o conhecimento dos ramos científicos, uma teorização que dê conta do conjunto das relações, processos e entes da Natureza. Não como uma mera justaposição ou coleção empiricamente disposta, mas como totalidade cujos nexos se põem pela sua essência dinâmica. Há a pressuposição de uma totalidade harmonicamente dinâmica ou dinamicamente harmônica, como quadro geral no interior do qual são compreendidos os avanços pontuais e particulares de cada ciência, na esteira das próprias diferenciações que o movimento natural compreende: “Mas o movimento da matéria não é apenas o grosseiro movimento mecânico, a simples mudança de lugar; é calor e luz, tensão elétrica e magnética, associações e dissociações químicas, vida e, finalmente, consciência” (ENGELS, 2000, p. 27-28). Não é do movimento da matéria que se trata, mas da mobilidade como substância desta última. Um princípio que atravessa a materialidade e a impulsiona inerente e imanentemente ao seu desenvolvimento através da transição evolucionária das formas de existência. Tal princípio é – bem entendido – de natureza física, *natural*, mas ainda assim um momento substancial, expressão de uma regra ou lei que se inscreve na e pela materialidade. Engels configura assim, deliberadamente ou não, um tipo de *especulação naturalista* ou de *naturalismo especulativo*, cujo exemplo mais cortante é o da afirmação da *indestrutibilidade do movimento*:

A indestrutibilidade do movimento não pode ser concebida apenas no sentido quantitativo, mas também no qualitativo. Uma determinada matéria cujas mudanças simplesmente mecânicas de lugar apresentem a possibilidade de transformar-se, sob certas condições favoráveis, em calor, eletricidade, ação química e vida, mas que não é capaz de gerar, por si mesma, essas condições semelhante matéria terá perdido o movimento. Um movimento que tenha perdido capacidade de transformar-se nas diferentes formas que lhe são próprias, possui ainda *dynamis*, mas já não apresenta nenhuma *energeia* e assim terá sido, em parte, destruído. Mas ambas essas coisas são inconcebíveis (ENGELS, 2000, p. 28).

Nessa tematização, Engels parece confundir duas coisas, que: a realidade material – não há outra, obviamente – é princípio de si mesma e esta se altera, por um lado; e que se imponha, por consequência disso, a necessidade de conceber-se um princípio ou coisa parecida, que aja por um *instinto lógico* de mobilidade, de movimento logicamente configurado e assumindo formas diferentes, por outro lado. O mundo se move, mover-se é uma característica da imanência do real, central o concedamos; o que é muito diverso de afirmar a existência substancial do movimento. É a transformação das determinações em entes ou a substancialização dos predicados e dos atos de *pôr* (*Setzen*), a qual Marx rechaça já em 1844, no terceiro de seus *Manuskripte* (Cf. MARX, 1956, p. 577).

No âmbito dessa concepção do movimento como substância, Engels entende as leis da dialética como as leis mais gerais do desenvolvimento histórico, o qual abrange natureza e sociabilidade. São leis que podem ser extraídas da historicidade do concreto, humano ou natural: “As leis da dialética são, por conseguinte, extraídas da história, da Natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas essas fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano” (ENGELS, 2000, p. 34). Sendo, ao mesmo tempo, as leis do pensamento humano na apropriação do movimento do mundo, uma integralidade entre o modo de ser da objetividade e aquele da subjetividade dentro de uma mobilidade essencial que a tudo abraça e determina. Não havendo assim uma distinção entre o modo pelo qual o real se perfaz na sua processualidade e o modo pelo qual ele é apropriado e reconstruído pela cognição e pela reflexão científico-filosóficas. Ao contrário do que Marx não se cansa de asseverar, pelo menos, desde 1857, em *Introdução* aos *Grundrisse*, quando de sua crítica da identidade hegeliana entre ôntico, o modo de constituir-se e ser do real, e o metodológico, o

modo de apreendê-lo (Cf. MARX, 1983, p. 35-37). Por conseguinte, tem-se aqui uma versão da identidade hegeliana entre sujeito e objeto, entre pensamento e coisa, entre subjetividade e objetividade. E não a relação multifacetada e plural – prática, estética, teórica etc. – como pode ser encontrada no pensamento marxiano. O grau em que Engels percebe essa reposição do quadro referencial hegeliano é discutível. No entanto, pode observar-se o rumo da questão quando comete o equívoco ao declarar que Hegel “de acordo com sua concepção idealista” tenha estabelecido as tais leis dialéticas como leis do puro pensamento. Para Engels a viragem necessária em relação ao idealismo em direção ao materialismo parece equivaler à atribuição da logicidade sistêmica à imanência do mundo como tal. Ora, por vias transversas, a especulação hegeliana já o faz, na medida em que a *Ideia*, princípio do tudo (e do nada!), em Hegel, a substância racional, é o essencial da própria materialidade e de seu movimento. Em realidade, é a *Ideia* como tal o concreto, da qual as formas particulares, materiais e finitas são tão somente modos de sua realização, abstratas, por sua finitude irremediável, as quais devem ser superadas e reintegradas no movimento geral da substância. O problema hegeliano não é supor que as leis sejam leis do pensamento, mas sim que são leis da *imanentia mundi*, do concreto, mas pondo este como conjunto de figuras da substância racional. Não são então apenas leis do pensamento, mas da matéria, por suas existências particulares, como modos de ser do pensar da substância dinâmica ou de uma dinamicidade substancial. Pensar e ser idênticos por sua essência lógica.

Continuando a definição das leis da dialética, Engels produz um diagnóstico do que, a seu ver, constitui o erro fundamental de Hegel, o qual emperra a heurística analítica da dialeticidade no idealismo: “O erro [de Hegel] consiste em que essas leis são impostas à Natureza e à História, não tendo sido deduzidas como resultado de sua observação, mas sim como leis do pensamento” (ENGELS, 2000, p. 34). Frente à atribuição impositiva de uma logicidade *a priori* ao mundo, o que segundo Engels teria feito Hegel, caberia *deduzir* as referidas leis dialéticas a partir do movimento da natureza elucidado pelas ciências. A famosa *inversão* da dialética do idealismo rumo ao materialismo, como extração dos princípios lógicos, válidos em sua máxima generalidade, como universais, dos próprios fenômenos concretos da realidade, natural e social. Retomando uma referência feita mais

acima, quando iniciamos nossa viagem pela concepção engelsiana do problema, partirmos não do pensar, mas da materialidade e “invertermos a coisa, tudo se torna simples e as leis dialéticas, que parecem tão misteriosas na filosofia idealista, se tornam claras como o sol”. Não obstante a aparência, não se trata ainda aqui do desvendamento analítico da articulação das determinações do real, a qual pode conter a contradição como uma sua característica. Como procede a análise marxiana das formas sociais da riqueza como capital, tomando-as enquanto formas de ser da particularidade efetiva, mercadorias, por exemplo. Mas da elaboração de uma teoria geral do real, uma *ontologia* no sentido tradicional do termo, ainda que de caráter dialético-materialista, tendo como fulcro a categoria do *movimento*, sobre a qual se erigiria o quadro das leis que definiriam o desenvolvimento das formas particulares do real. E isso, mesmo quando declara não querer “redigir um tratado de dialética”, pois, a questão é a natureza da empreitada: encontrar um fundamento último, *o indestrutível movimento perpétuo do real*, por detrás do conjunto do fenômeno, e não a elucidação do conjunto de determinações de cada forma concreta de ser. Nesse diapasão, “(...) as leis dialéticas são leis gerais de desenvolvimento da Natureza e, por conseguinte, válidas no que diz respeito à teoria das ciências naturais” (ENGELS, 2000, p. 35). Ou seja, as leis da dialética configuram uma unidade epistêmica e ontológica da cientificidade na forma de uma série de enunciados lógicos. Nesse sentido, atravessa todo o texto a identidade basilar e necessária entre *movimento* e *energia*, como fundamento monístico da realidade, o princípio que se realiza pela via das transformações da natureza, mesmo que não entendido pelas ciências que o apontam:

(...) haver formulado pela primeira vez, uma lei geral aplicável ao desenvolvimento da Natureza, da sociedade e do pensamento, segundo uma forma válida para todos os casos, constitui, sem dúvida uma façanha de transcendência histórica mundial; e esses senhores [acadêmicos que se recusam a aceitar a validade da dialética em geral e da transformação da qualidade em quantidade] estiveram transformando, desde alguns anos, a quantidade em qualidade sem saber o que faziam; deverão consolar-se com Monsieur Jourdain, de Molière, que também durante toda a sua vida, havia feito prosa sem jamais ter suspeitado (ENGELS, 2000, p. 39).

Tais colocações abrem caminho à especulatividade. O grande problema não é notar a presença do movimento, das transformações quantitativas que engendram alterações qualitativas etc., mas é pretender capturar sobre tais observações um princípio universal e

depois dele deduzir as formas gerais da realidade ou do conhecimento. O que se revela como um dos problemas da aproximação da questão da cientificidade em geral, da de Marx em particular, produzida por Engels. Atribuição de uma logicidade como pressuposição epistêmica e ontológica à posição marxiana que será uma trilha seguida por uma vertente da tradição marxista que se dedicou ao problema. A qual inflou sobremaneira o papel da temática lógica na compreensão da elaboração da crítica marxiana da economia política, por meio da sobreposição do *Darstellungsweise* ao *Forschungsweise* que engendrou na leitura de *O Capital*.

Nesse particular vale a pena referir uma indagação levantada por Lukács acerca do modo como Engels encarava as formulações marxianas, até que ponto demonstrava as haver compreendido em todo seu alcance e escopo: “(...) em que medida ele, nas questões metodológicas decisivas, se apossou com total coerência da transformação ontológica da imagem de mundo realizada por Marx, e em que medida se contentou em colocar Hegel ‘materialisticamente de pé’ (LUKÁCS, 2011, P. 155). Ainda que situe o contexto de embates políticos-ideológicos que explicam, mas não necessariamente o justificam, o procedimento engelsiano e suas limitações patentes, Lukács parece indicar um ponto importante da questão do destino da obra marxiana no decorrer da formação da tradição marxista. A *reação ao Neokantismo* como exigência ideológica do movimento revolucionário que acabou por contribuir para com o desentendimento do pensamento marxiano maduro e das relações críticas deste com as formulações hegelianas, em especial, o “flerte” com a lógica do *Espírito* como recurso do *Darstellungsweise*.

V

Lênin

Conquanto a aproximação lógica de Marx a Hegel, tendo o tema da dialética e suas leis por centro, seja uma constante desde as primeiras críticas metodológicas a *O Capital*, como o atestam as observações marxianas a este respeito no posfácio à segunda edição da obra (Cf. MARX, 1998, 23, p. 22-27), em nenhum autor tal nexos filosófico alcança amplitude e profundidade que em Lênin. Muito embora haja que se ressaltarem sempre os méritos leninianos no afastamento do marxismo das tendências economicistas ou em suas

contribuições teóricas de vulto no que tange à política, no problema em tela, Lênin revela-se a fonte de um caminho extremamente espinhoso e complicado. Senda orgulhosamente trilhada por parte da tradição marxista sedenta de encontrar uma fundamentação filosófica que pudesse dar conta da querela metodológica. E isso independentemente da questão de se tal discussão seria cabível ou não com relação à obra marxiana.

A demasiada aproximação do pensamento marxiano à filosofia hegeliana, por meio da identificação de uma pretensa operosidade lógica na analítica de *O Capital*, por conseguinte, passou a exigir de Lênin a sustentação da pertinência da própria propositura de Hegel. Parcialmente arrimado em observações de Marx segundo as quais haveria um *rationellen Kern* mistificado pelo modo como opera a especulação idealista (Cf. MARX, 1998, 23, p.27), Lênin pretende escoimar esse *caroço racional* do invólucro que o desvirtua. Supondo-o mais que a intuição extremamente genérica, por isso mesmo abstrata e não resolutiva, do movimento de *devenir* como aspecto ou elemento imanente ao real, a reflexão leniniana tentará fundamentar gnosiologicamente um filosofia de caráter geral que esteja implícita na crítica marxiana da economia política. Hegel seria então, por pistas fornecidas pelo próprio Marx, o *caroço filosófico* da cientificidade marxiana.

Por esse motivo, Lênin se impõe como tarefa necessária o reconhecimento do *verdadeiro sentido* da lógica hegeliana. Esse lado verdadeiro, não místico da lógica dialética reside, segundo nosso autor, no espelhamento do “movimento do mundo objetivo no movimento dos conceitos”. O que, de certo modo, significa atribuir a Hegel o contrário do que ele mesmo definia, ou seja, o finito como um mero capítulo do infinito, o particular como realização do universal, e não este como atributo daquele. Nesse sentido, aquela – a lógica dialética – tem como pressuposto a presença do universal na singularidade, o que seria demonstrado no ato linguístico mais simples de enunciação, o qual pressupõe uma dada relação com a universalidade. Em apoio à sua tese, Lênin aborda a analítica marxiana da mercadoria a partir desta chave teórica, onde ela seria a “forma não evoluída” na qual se encontram já, nos limites de sua determinidade, as contradições fundamentais do capital. Passo dos *Cadernos Filosóficos* que parece imperioso citar na sua integralidade, não obstante sua extensão:

A formação dos conceitos (abstratos) e o fato de operar com eles, implicam já a representação, a convicção, a consciência da necessidade de leis na conexão universal objetiva. Destacar a causalidade dessa conexão é absurdo. É impossível negar a objetividade dos conceitos, a objetividade do geral no particular e no singular. Hegel é, portanto, bem mais profundo que Kant e outros, quando ele estuda o reflexo do movimento do mundo objetivo no movimento dos conceitos. Assim que a forma simples do valor, o ato isolado de troca de uma mercadoria dada por outra envolve já na forma não evoluída *todas* as contradições fundamentais do capitalismo, - da mesma maneira a mais simples *generalização*, a primeira e mais simples formação dos conceitos (julgamentos, silogismos etc.) significa o conhecimento cada vez mais profundo pelo homem do encadeamento universal objetivo. É aqui que é preciso buscar o sentido verdadeiro, a significação e o papel da Lógica de Hegel (LENIN, 1956, p. 148).

O intercâmbio das trocas das mercadorias, a relação de valor simples etc., seriam desenvolvimentos em direção à exposição/realização da totalidade de determinações essenciais do capital. A analítica conforme desfiada no capítulo sobre a mercadoria teria como seu segredo recôndito o exercitamento de uma lógica da contradição que conforme as categorias como elaboração de um concreto articulado, o qual já contém *in nuce* a totalidade das contradições da totalidade da qual é exemplar. A analítica do valor como determinação essencial e imanente à forma mercadoria é assim enquadrada no esquema – o qual muito embora dinâmico, não deixa por isso de ser esquemático – de círculos de determinações que se repetem e englobam uns aos outros. Lênin vê aí um exemplo de que Marx “aplicou a dialética de Hegel em sua forma racional à economia política”.

É nesse contexto que se insere o famoso aforismo no qual Lênin afirma a raiz lógico-hegeliana da analítica de *O Capital*, o qual se fixou no senso comum, tanto da tradição marxista quanto ilustrado, com força de coisa autoevidente: “Não se pode compreender perfeitamente *O Capital* e Marx, e em particular seu primeiro capítulo, sem ter estudado a fundo e compreendido *toda* a Lógica de Hegel. Portanto, nenhum marxista sequer compreendeu Marx meio-século depois dele” (LENIN, 1956, 149). A tese se refere mais que à aplicabilidade gnosiológica de um método, indo além, afirma, em primeiro lugar, a pertinência da própria posição hegeliana, e, em segundo lugar, a filiação, embora crítica, de Marx a ela. Lênin parece ter feito pouco da advertência marxiana acerca da distinção entre o *modo* (*Weise*) de pesquisa e aquele da sua exposição. O primeiro constituiu-se como analítica que parte do concreto, em sua finitude, como o prioritário em sua

existência atual e autônoma frente à cognição. Já o segundo é atinente às maneiras de apresentar o conjunto de determinações, contraditórias, que perfazem o *Konkretum der Ware*. Concreto que não pode deixar de ser prioridade e critério frente à cognição, sob o risco de se abandonar o terreno materialista, o da admissão do ser *por-si* de entes e processos.

Outro momento em que Lênin promove uma aproximação filosófica de Marx a Hegel, como sempre, tentando identificar no segundo uma dada positividade que o levava, ao menos virtualmente, para além do terreno circunscrito pelo idealismo, é da relação entre teoria e prática. Na introdução da prática como critério de verdade de uma proposição teórica, conforme posta na tese II de *Ad Feuerbach*, Lênin pretende ver outro exemplo da conexão do pensamento marxiano com o de Hegel (Cf. LENIN, 1956, p. 174). Quando, antes de tudo, o que é prática em um e em outro, é a verdadeira questão. Em Hegel a categoria de “ação” se determina como “Ideia Prática”, como prática de natureza espiritual que se objetiva, se perde no contexto da exterioridade do mundo e se realiza como subsunção conceitual do mundo. Haveria paralelo disso em Marx? Lênin aparentemente não percebendo o caráter e as implicações do problema que sua própria tese levanta se interroga a respeito de Hegel: “Porque, portanto, a partir da prática, da ação, passa-se somente ao Bem, *das Gute*? Isso é estreito, unilateral! E o *Útil*?” (LENIN, 1956, *idem*). Ou seja, a verdadeira questão para a qual Marx já atinara, desde fins de 1843, que se refere à concepção do próprio real como momento ou figura de um princípio ideal logicamente animado, não parece chamar a atenção do autor russo. Conceber o real finito, particular, concreto, efetivo, como mera posição de uma substância eiva a reflexão hegeliana de impropriedades filosóficas a tal ponto que, mesmo em existindo um conjunto de percepções teóricas meritórias – como a do movimento imanente às formas da realidade –, torna inaplicável qualquer lógica ou esquema que dela possa extrair uma analítica das coisas em sua imanência. No interior do sistema especulativo, um princípio racional é erigido como a verdadeira concretude, da qual o mundo finito não seria mais que momento. Uma dada característica da objetividade finita – o movimento, a mudança de suas determinações e estados de ser – é tornada substância.

O fato de iniciar-se pela exposição do mundo como caminho da Ideia por suas sendas lógicas, proíbe a aproximação sem mais desta elaboração daquela que pretende desvendar a forma de ser do particular em sua contextura efetiva e irreduzível. Em Hegel tem-se a *Ideia Prática*, não a prática em sua efetividade e concretude. Por isso a mediação leva a *das Gute*, à eticidade, à realização da prática da idealidade e do humano como autoconsciência e não como ente concreto, histórico, determinado e finito. O *ser-em-si e por-si* da *Ação* é antes a afirmação de uma atividade autônoma, verdadeiro ente e sujeito único real, que tem *em-si e por-si* mesmo seu princípio eficiente e final. O qual *age* independentemente da relação com o exterior, o qual é, aliás, convertido em *exterioridade*, outro da identidade imediata e ideal do espírito consigo mesmo. É muito mais próximo inclusive da ideia de *ação* antiga, distinta do fazer, que tinha a produção como critério. Em Marx, certamente “a consciência humana não somente reflete o mundo objetivo, mas também o cria” (LENIN, 1956, p. 174), entretanto, não na forma do puro movimento da consciência. Mas no haver-se efetivo com as condições e com as matérias concretas. Muitas das quais não postas pela própria atividade, postas como coisas que a transcende. Caráter este reproduzido pelo resultado da ação concreta de produção, o produto do trabalho.

Apesar de a posição leniniana tender a aproximar em demasia a obra marxiana da de Hegel, é interessante notar como Lênin se depara com a questão da determinação do estatuto de ser dos entes e processos. Essa que constitui o fulcro da crítica marxiana a Hegel em quase todas as fases de seu pensamento desde 1843, sem, no entanto conseguir tematizá-la, sem extrair explicitamente dela todas as suas implicações. Marx põe sob o crivo crítico a conversão de determinações da atividade dos entes em ser, a atribuição especulativa de autonomia às formas de ser ou de atividade. Veja-se a esse respeito o momento *dos Manuscritos de 1844* (já acima referido), onde Marx afirma que a atividade não é o sujeito, mas o é um ente concreto, real, particular, determinado, físico, material, vivo e ativo. O ser não é *objetividade*, mas *objetivo*. Lênin chega mesmo a referir em dado momento a identidade hegeliana, logicamente perpetrada, entre ser e nada. É nessa direção que observa Lênin quando afirma que,

(...) salta aos olhos, é que por vezes Hegel vai do abstrato ao concreto (*Sein* (abstrato) – *Dasein* (concreto) – *Fursichsein*), e por vezes o inverso (o conceito subjetivo – o objeto – a verdade (a ideia absoluta)). Não

estaria aí a inconseqüência do idealista (o que Marx chamava de a ‘mística das ideias’ em Hegel)? Ou seria por razões mais profundas? (por exemplo, *o ser = o nada* – a ideia do devenir, do desenvolvimento). De início, *aparecem furtivamente* impressões, depois uma *coisa qualquer* se destaca, - em seguida se desenvolvem os conceitos de *qualidade* (determinações da coisa ou do fenômeno) e da *quantidade*. O estudo e a reflexão orientam o pensamento até ao conhecimento da identidade – da diferença – da razão de ser – da essência em relação ao fenômeno, - da causalidade etc.. Todos esses momentos (etapas, graus, processos) do conhecimento vão do sujeito ao objeto, se verificando pela prática e chegando pela verificação à verdade (=ideia absoluta) (LENIN, 1956, p. 200-201).

O que parece escapar-lhe é o fato de a identidade entre *verdade* e *ideia absoluta* ou entre *ser* e *nada*, por exemplo, não se situa apenas no campo das impropriedades ou inconseqüências epistêmicas do idealismo. Além disso, tende-se a transmutar a ordem de determinações do real em expressão de uma logicidade da razão concebida como sujeito autônomo. Essa operação filosófica torna inconciliável tal propositura com uma de cunho materialista, bem como impossível sua identificação, ainda que crítica, como fundamento filosófico desta. Na primeira, o *Dasein* não possui dignidade de existência é apenas um ponto de passagem, não obstante necessário, à reafirmação, muito embora enriquecida, da infinitude do ser. Na segunda, a materialista, ao contrário, o *Dasein* é o verdadeiro *sujeito* da enunciação, ao qual cabe inquirir sua lógica própria, o conjunto de suas determinações particulares de existência e a articulação destas, mediante a qual este se perfaz como ente ou processo concreto. Não há um remédio que sane moléstia especulativa do idealismo, conquanto seja possível identificar-lhe certos aspectos não completamente putrefeitos.

Lênin, seguindo o que para ele se constituía na chave de elucidação da cientificidade marxiana, se propõe identificar e delimitar a lógica que preside *O Capital*. Por certo, “Marx não nos deixou a ‘Lógica’ (com L maiúsculo), mas nos legou a *lógica* de *O Capital*. Seria preciso tirar proveito dela o mais completamente possível para a questão que nos interessa”. Marx não teria elaborado um tratado acerca da lógica dialética em sua versão materialista, mas a teria posto para trabalhar na análise da mercadoria, do valor e do modo de produção do capital. A “questão que nos interessa” é estabelecer uma fundamentação gnosiso-epistêmica para a cientificidade do marxismo. Nesse sentido, produzir uma filosofia geral de mundo, ampla o bastante, que arrime o exercício científico

em bases materialistas. Continuando, arremata o raciocínio propugnando uma coleta conceitual nos campos minados do idealismo hegeliano: “Em *O Capital*, é a uma única ciência que Marx aplica a lógica, a dialética e a teoria do conhecimento do materialismo [não é necessário três palavras: é uma e mesma coisa], tomando de Hegel tudo aquilo que tem valor e desenvolvendo-o” (LENIN, 1956, p. 201). Marx reconhece a Hegel o mérito de “ter sido o primeiro a apresentar as suas [da dialética] formas gerais de movimento {*ihre allgemeinen Bewegungsformen*} de modo completo e consciente” (MARX, 1983, p. 27). Nesse caso, “o que tem valor” na reflexão hegeliana se resume à enunciação, não obstante completa e consciente, das *formas gerais do movimento*, das categorias que conformam as passagens e transformações da efetividade num nível extremo de abstração e idealidade, daí a exposição preponderantemente lógica. Teria Marx então apenas aplicado as tais leis gerais, configurações teóricas extremamente genéricas e abstratas, as quais são tudo e nada em particular, à economia política? Não estaria se dando de novo o caso da confusão entre *Darstellungsweise* e *Forschungsweise*?

Em momento posterior dos *Cadernos*, o qual tem idêntica significação, Lênin compara Marx a Lassale, a partir da análise do trabalho deste último sobre Heráclito. Nesse passo afirmará que no pensamento marxiano “há um grande volume de coisas novas e somente o interessa o movimento à frente que parte de Hegel e de Feuerbach e os ultrapassa, o qual vai da dialética idealista à dialética materialista”. Enquanto Lassale copia Hegel e nada acrescenta sob uma cortina de pseudoerudição. Adita-se aqui um complicador a mais, porquanto se pretende a reflexão marxiana como síntese que engloba e supera antípodas no pensamento alemão. Além disso, Marx aparece assim como aquele que deu uma nova elaboração à dialética, sob o registro do materialismo. Marx partiu de Hegel e chegou a Feuerbach e deste ao *materialismo histórico*, acrescenta, sintomaticamente Lênin, “e dialético”: “Marx, em 1844-47, partiu de Hegel para ir a Feuerbach e, *para além* Feuerbach, até o materialismo histórico (e dialético)” (LENIN, 1956, p. 266).

No curso das provas da dialeticidade de fundo do discurso científico marxiano, Lênin chega mesmo a inverter os termos de *O Capital*, onde se estabelece a distinção entre o modo de apresentação formal e o modo de pesquisa analítica. Para Lênin, a exposição dialética da crítica da economia política se deveria a seu próprio caráter dialético como

teoria. A dialética é mais que *Darstellungsweise*, é tomada como fundamentação epistêmica e ontológica. A razão de o modo de apresentação marxiano ser “dialético” reside não numa opção de caráter metodológico, estilístico ou epistêmico, mas na natureza mesma do movimento do mundo. Bem entendido, não se trata aqui de afirmar apenas a contraditoriedade imanente à coisa como critério da exposição, mas de localizar este aspecto ou qualidade, como algo mais que um atributo da particularidade real. Como na relação entre finito e infinito, a contradição da mercadoria se inscreveria como mais um caso de uma lei geral. Desse modo, a dialeticidade dos fenômenos enfrentados analiticamente por Marx em *O Capital* seria apenas um caso da dialética universal, o que de resto, atribui também à teorização marxiana:

Marx em *O Capital* analisa de início o que há de mais simples, de mais habitual, de mais fundamental, de mais geral, de mais ordinário, o que se depara milhares de vezes, a *relação* da sociedade burguesa (mercantil): a troca das mercadorias. A análise descobre nesse fenômeno elementar (nessa ‘célula’ da sociedade burguesa) *todas* as contradições (*respective* o embrião de *todas* as contradições) da sociedade contemporânea. Sua exposição nos descreve em seguida o desenvolvimento (e o crescimento e o movimento) dessas contradições e dessa sociedade na Σ de suas diversas partes desde seu início até o seu fim.

Tal deve ser o método de exposição (*respective* de estudo) da dialética em geral (porque a dialética da sociedade burguesa é, para Marx, apenas um caso particular da dialética). Que se comece pela mais simples, a mais habitual, a mais geral etc., por **não importa qual proposição**: as folhas das árvores são verdes; Jean é um homem; Médor é um cão etc. Há já nela (como o observava genialmente Hegel) da dialética: o **particular** é geral (...) (Cf. LENIN, 1956, p. 280-281).

Igualmente, a questão do *ponto de partida* (*Ausgangspunkt*) parece não ser percebida por Lênin com a importância que lhe dá Marx. O ponto do qual arranca a analítica marxiana, o *Konkretum der Ware*, o existente, o sujeito efetivo, dado, *a mercadoria tal qual ela se apresenta*, não é, pois, indiferente. Uma coisa é iniciar-se pela finitude como momento a ser ultrapassado por sua colocação na totalidade, outra é explicitar o modo de ser da finitude. O qual, para além de sua determinidade, simples *coisa de troca*, é um *médium* da reprodução da relação capital. A Lênin parece escapar que em Marx, não se trata de eleger e/ou erigir um fundamento teórico. Antes há que esmiuçar teoricamente um dado modo de produção, desde suas figuras e relações, aparentemente, mais simples até aquelas nas quais

se desvelam as determinações, altamente contraditórias, de um modo de produzir riqueza. Então, não é do exercício de uma lógica que se trata, mas de uma analítica da *coisa*, da riqueza como ela *aparece* no mundo do capital, como imensa coleção de *valores*. Lênin parece não perceber que o mérito da dialética para Marx seria o de tão somente ter revelado a transformação, a dinamicidade, a não perenidade formal de entes, relações e processos. Positividade esta perdida na exata medida em que esse caráter ou atributo se vê transformado em substância. Coisa lógica dotada de vida e movimento que formata a compreensão da particularidade (e antes, a própria particularidade real como tal) como mera figura fugidia do movimento geral do conhecimento. Transformação do aspecto comum ou da universalidade concretamente existente como atributo em universalidade substancializada ou substância universal.

A partir de tais colocações feitas pelos autores fundadores do marxismo, se fixaram a logicidade como chave de leitura de *O Capital* (e o conseqüente nexos necessário de Marx com Hegel) e a tese do *amálgama originário*, enquanto verdadeiros pontos de fé da ortodoxia marxológica. Gerou-se em torno das questões suscitadas pelo *método dialético* uma ampla e variada gama de autores que pretenderam, com maior ou menor grau de requinte e erudição, a vasculhar a obra de Marx em busca de determinar sua *lógica*.

VI

A Interpretação Logicista

Em Jindrich Zelený, por exemplo, a lógica aparece no interior da tentativa de decifração do padrão de cientificidade marxiana, sendo a sua principal chave de interpretação. Propondo enfrentar a questão do estatuto da explicação científica em Marx, a investigação do autor tem por parâmetro uma preocupação com a estrutura lógica daquela. Para este autor, a grande novidade marxiana residiria no que denomina de “tipo lógico”, a qual seria a base da concepção marxiana de explicação científica. A cientificidade marxiana se caracterizaria por uma transformação dos conceitos fixos, a referência conceitual a uma essência imutável, em conceitos “elásticos”. Diferentemente daquilo que a tradição científico-filosófica produziu, Hegel e a economia política. O caráter da cientificidade marxiana é então imediatamente referido à questão do método. A crítica marxiana da

economia política, por exemplo, a Ricardo, é tomada como crítica centrada na ordem dos procedimentos. As objeções marxianas à não apreensão da totalidade das determinações, ao fato de Ricardo centrar seu exame da categoria valor unicamente sobre o lado quantitativo, como emerge na relação de valor, aparecem como crítica de método. Sendo assim, a descrição científica ricardiana dos problemas da lei do valor seria defeituosa e errônea,

(...) porque no contexto ricardiano não se percebe o caráter limitado e provisório de sua função no conhecimento do objeto, sua limitação, o fato de que são [as determinações quantitativas] somente um momento na totalidade do processo de conhecer, mas se apresentam como conhecimento total, como conhecimento do caráter, da essência (da 'natureza' como se comprazem em dizer Ricardo e Smith) dos objetos investigados (ZELENÝ, 1974, p. 27).

O problema da economia política se resumiria ao desentendimento dos passos formais ou da necessária, do ponto de vista metodológico, totalização dos mesmos no processo de cognição da realidade. Assim, a diferenciação de Marx *vis-à-vis* à economia política radicaria menos na ordem dos conteúdos, da elucidação das determinações, que no papel que estas últimas desempenham no interior da lógica de seu discurso científico. Dessa maneira, a diferenciação entre a Marx e a Economia Política radica menos no conteúdo da teoria que no lugar ou na função que nela ocupam as determinações conceituais. A inovação marxiana se situaria numa modalidade inaudita de trama lógica das categorias. O viés do entendimento que Zelený tem de Marx é preponderantemente gnosiso-epistêmico. Um exemplo é a conversão que, segundo o autor, o discurso marxiano procede de uma categoria em outra.

Os problemas atinentes ao discurso científico da Economia Política, o seu entendimento a-histórico do modo de produção, entre outros, se devem à unilateralidade da análise quantitativa, e não o contrário, como o afirma o próprio Marx em *Theorien über den Meherwert*. Assim, as pretendidas “elasticidade” e “mobilidade” das categorias existem como apanágio do caráter lógico-formal específico da reflexão marxiana e não da elucidação das determinações ou traços essenciais pertencentes à dos entes ou processos por-si mesmos. A cientificidade da crítica da economia política apresentaria, por conseguinte, como centro de gravidade uma nova “concepção dos conceitos” e não uma nova posição acerca do estatuto de ser das formas de existência social. Nova atitude

filosófico-científica que parte do reconhecimento da objetividade imanente às formas de realidade, a põe as categorias como formas de apropriação conceitual e reprodução teórica do desenvolvimento do efetivo, do concreto. Para Zelený, ao revés, tudo vai resumir-se ao confronto entre duas fundamentações lógicas diversas do discurso científico:

Enquanto que no caso de Ricardo, a lógica materialista substancialista está predeterminada por sua concepção da essência fixa, no caso de Marx, o progresso para além da essência fixa até a essência dialética processual está vinculado a uma nova concepção da lógica materialista substancialista: na obra de Marx se utiliza – *sit vènia verbo* – uma lógica materialista relativista-substancialista (ZELENÝ, 1974, p. 39).

Haveria desse modo em Marx, uma resolução lógico-epistemológica do conhecimento de cunho lógico, com a conseqüente crítica das posições anteriores via método dialético. Em razão da centralidade da questão lógica, emerge aqui, como no caso anterior, o problema das relações de Marx com a especulação e o método hegelianos. Postula haver um enlaçamento “crítico” do método marxiano com a concepção hegeliana do lógico. Em Hegel, assistir-se-ia uma identificação entre lógico e ontológico, o que é extravagante no conjunto, mas “surpreendentemente rico de ideias originais e profundas visões invertidas da estrutura ontológica da realidade e da estrutura lógica do pensamento correto” (ZELENÝ, 1974, p. 95). Ideias essas que serviram, segundo Zelený, na contraposição a Kant e a Schelling, de “preparação teórica do tipo de análise materialista-dialético” (ZELENÝ, 1974, p. 97). Corresponderia à instauração de uma interpretação dialético-processual da realidade. Na ciência marxiana, os conceitos que se articulam para dar vida à nova configuração teórica, logicamente estruturada e tendo o materialismo por balizamento geral, ganham uma contextura que ultrapassa em muito os limites em que se viram confinados no esquema hegeliano. Liberados que foram da “mística do idealismo absoluto” constituíram a base da ciência própria a Marx, uma nova modalidade de “pensamento conceitualizante”. Marx se utilizaria de uma lógica estruturante do objeto, a qual, além da predicação, da identificação dos atributos, seria capaz de indicar igualmente o processo de gênese da coisa faceada. É sob a forma de tal enlace que Zelený captura a existência de determinados lineamentos gerais de Marx acerca do ser, enquanto “concepção lógico-ontológica” (ZELENÝ, 1974, p. 63-64). A questão de uma “herança hegeliana” em

Marx é tão recorrente quanto problemática. Esta herança existiria como apropriação de um modo de conformação geral da investigação, quase sempre de espécie lógica.

Herança essa que figuraria de maneira bem diferente de uma filiação imediata. Nesse passo, Zelený intenta dar carnação mais palpável ao qualificativo *crítico* que usa para designar o laço lógico que relaciona Marx a Hegel. Parte então para um exaustivo exame de supostos precedentes ou antecessores de elaboração lógica da investigação científica. Casos existentes na história da filosofia, tendo esta sempre entendida como trama lógico-metodológica das teorias. Indo de Aristóteles aos físicos da Renascença, da lógica formal da predicação 's-p' àquela hegeliana, passando criticamente pela vertente relativista 'aRb', pretende identificar momentos, ao menos potenciais, de constituição de uma lógica relacional não relativista. No caso da assimilação marxiana de Hegel, tudo apreça apontar a uma depuração ou correção da “deformação” idealista da lógica, presente em *Wissenschaft der Logik*. Por seu teor lógico na interpretação da cientificidade marxiana aqui em causa, como em Giannotti (como veremos no capítulo sexto), as categorias em Marx são tomadas tão somente como *Gedankenformen*, *formas do pensamento*, e não *Daseinsformen*, formas de ser concretamente. Vale apenas a existência das categorias como produtos do pensar metodologicamente configurado, disciplinado e parametrizado, como *coisa do método*, não as ligando com sua existência na realidade, como trama de determinações do efetivo, do particular, do concreto, daquilo que *é*. O problema do ponto de partida, por exemplo, o qual seria uma ancoragem na questão do *ente* ou das *formas de entificação objetivos*, transmutese de um golpe apenas naquela da distinção formal dos modos de investigar e de apresentar o material. A extração e a articulação das abstrações, sempre em obediência à objetividade da coisa, e na conseqüente necessidade de torná-las mais próximas o possível do concreto abordado, se desviam para o desafio de “elaborar as percepções e as representações empíricas até elevá-las a conceitos” (ZELENÝ, 1974, p. 54-55). Eis uma ilustração de como o tema da produção do *concreto pensado* pode transformar-se em mera crítica histórica da epistemologia.

Nesse contexto, o que em Marx corresponde ao processo de concreção das abstrações, a *Reise rückwärts*, a *viagem de retorno* (Cf. MARX, 1983, p.35), a produção final do *vorgestellten Konkreten*, aparece em Zelený como “oscilação” entre o

encadeamento lógico e o processo ou forma de ser analisados. E isso não obstante a referência ao real. Nesse sentido,

(...) o desenvolvimento teórico de Marx toca constantemente a realidade histórica factual. (...) Todo *O Capital* de Marx está penetrado por essa constante oscilação entre o desenvolvimento dialético abstrato e a concreta e sensível realidade histórica (ZELENÝ, 1974, p. 61).

Oscilação a qual não se constitui numa fragilidade ou indecisão, mas se baseia no cerne mesmo da teorização marxiana. Ligação inescapável da cognição com a coisa, do esquema articulado da trama categorial com a efetividade que cumpre deslindar, posta pelos méritos devidos à coerência interna endogenamente produzida:

Marx pode *conceitualizar* a realidade histórica exclusivamente pelo fato de ter configurado a refiguração científica como organização interna, idealizada e tipificada, das relações capitalistas historicamente reais. Essa “separação” não se praticou no interesse de um alheamento da realidade histórica, nem é nenhuma fuga idealista da realidade. Efetua-se, pelo contrário, no interesse da assimilação racional da realidade, no interesse da aproximação intelectual materialista-dialética da realidade (ZELENÝ, 1974, idem).

E tudo isso sem se colocar a questão de se tal aproximação efetivamente promove, ou ao menos permite, a assimilação do real como *concreto pensado*, a captação das determinações decisivas e dos liames entre elas existentes. Tudo se passa para o autor em tela como se fossem idênticos, por um lado, a descoberta da conexão necessária interna da realidade histórica concreta, e, por outro lado, o perseguir logicamente a conexão interna do processo histórico. Ou seja, ao invés da dilucidação da forma de ser, a partir da explicitação de seus nexos categoriais mais essenciais, têm-se a propositura de um oscilar permanente entre os níveis lógico e factual do próprio discurso. A busca por uma fundamentação lógica para a cientificidade marxiana faz com Zelený desconsidere as observações marxianas contidas em diversos textos, como no posfácio à Segunda Edição de *O Capital*. A produção do *concreto de pensamentos* por meio da relação onde o efetivo é *im Menschenkopf umgesetzt und übersetzt* (Cf. MARX, 1998, 23, p. 27) fica desse modo obscurecida em proveito de uma hipótese esquemática.

A mesma pretensão de fundamentar a cientificidade marxiana na lógica aparece por vezes, como arrimo filosófico do qual se deriva um princípio de inteligibilidade para outras

disciplinas do pensamento, como a filosofia da história, por exemplo. Este é o de caso particular de D'Hondt. Em seu *De Hegel à Marx* produz a afirmação do método dialético *tout court*, como núcleo da ciência e da filosofia marxianas. Buscando determinar a particularidade da existência desse método na obra de Marx, o define como um conjunto de procedimentos através do qual se estabelece o princípio de unidade histórica. A qual é posta para além da dispersão e da multiplicidade dos eventos. No enfrentamento do desafio de explicar racionalmente a sociabilidade,

É preciso aceitar a alternativa: ou bem renunciar à explicação histórica, e se contentar em recontar histórias – que podem oferecer interesse –, ou bem buscar a explicação na história mesma, e adotar um método que reencontre, não sem esforço, o movimento da coisa (D'HONDT, 1972, p. 206).

Nesse âmbito, as formas categorias integrantes do discurso marxiano são entendidas como conexão interna dos fenômenos histórico-sociais, tornando-as elementos de uma articulação dialética generalíssima. A noção mesma de *conexão interna* é também utilizada algo fora do contexto marxiano – aquele delimitado pelo reconhecimento da natureza de complexo objetivo de categorias que conformam a coisa – para torná-lo momento de um novo esquema epistêmico. O que representa também uma inflexão de monta com relação à posição marxiana acerca da universalidade, como aspecto comum historicamente engendrado (Cf. MARX, 1983, p. 20-21 e 35-41), a qual passa a ser tomada como a verdade dos processos particulares. Um princípio absoluto de determinação que permite unificar logicamente a diversidade dos desenvolvimentos históricos a partir de uma amarração, cujo ponto de enlace de seus fios estabelece a conexão real vigente na aparente aspensão de suas fibras. No interior dessa concepção da cientificidade marxiana se atam lógica e filosofia da história, por meio da hipótese de categorias que unifiquem e identifiquem os termos e os modos de relação examinados.

Como em toda postulação de um fundamento lógico que sirva de base ao exercício científico de Marx, pretensa herança hegeliana é posta como momento essencial da crítica da economia política. Dentro desse quadro mais amplo de relação filosófica, o despojo mais importante do espólio da especulação que foi recolhido e utilizado por Marx foi aquele do método dialético. Como fiel depositário das construções do idealismo de Hegel, retendo e

desenvolvendo a elaboração da unidade lógica do diverso, segundo D'Hondt, "Marx continua Hegel" (D'HONDT, 1972, p.206). Nessa direção, conquanto se reconheça as implicações altamente problemáticas da coincidência ou identidade entre o processo e o modo de apreendê-lo, a incongruência de ambas as perspectivas filosóficas (materialismo e idealismo) não é tomada como resultado de uma diferença de fundo, mas de uma insuficiência metodológica da especulação. A oposição marxiana à identidade entre *Ser* e *Ideia*, à postulação da idealidade como substância autônoma, não possui para o autor um caráter propriamente filosófico, mas tão somente epistêmico. Seria desse modo, não um questionamento a Hegel feito do ponto de vista da ordem de determinações e do estatuto de ser do real, mas do ângulo da teoria do conhecimento. Por esse motivo seria perfeitamente possível, para D'Hondt, que "Marx e Engels, retendo o essencial do método dialético, tenham invertido sua base". Frente à denúncia marxiana de que Hegel caiu na ilusão de supor o real como resultado do movimento do puro pensar, nosso autor diz, na finalização do mesmo parágrafo que "Marx, fincado (*debout*) no real, não pode tolerar essa inversão metodológica" (D'HONDT, 1972, p. 207). Além da não percepção do alcance das observações marxianas contra o sistema especulativo, desde fins de 1843 até os seus últimos manuscritos (passando pelo *O Capital*, inclusive), de vê-las como objeções de caráter apenas metodológico, há que ressaltar a união de pensamento indiferenciada entre Marx e Engels. Traço comum a todas as tentativas das aproximações logicizantes da cientificidade marxiana, a referência sempre difusa a dupla não ocorre casualmente, denuncia na singeleza e rapidez a ausência de arrimos textuais em Marx. Normalmente se busca amparo em textos engelsianos para tal empreitada¹².

Nesse contexto, a crítica de Marx a Hegel é sempre tida como uma contestação epistemológica, um erro no âmbito dos procedimentos, e não da ordem do entendimento da própria realidade, um erro atinente ao conteúdo, da conformação geral do apreendido. Quando Marx retoma a questão em *O Capital*, por exemplo, no já referido *posfácio*, D'Hondt dá mais à declaração da distinção de base, que à determinação mais precisa da diferença. Uma vez que a lógica dá forma ao discurso, a distinção é tratada como mera *inversão lógica* ou *epistêmica*. O fato de que por sua *base – Grundlage* – seja em relação à

¹² A esse respeito, conferir outros exemplos nas páginas 216 e 217 do mesmo escrito de D'Hondt.

especulação hegeliana *seu oposto direto – ihr direktes Gegenteil* – não tem reconhecido seu devido peso. A oposição flagrante não radica, somente, nos modos de apreender o real, mas na posição mesma frente a ele; se é este síntese por-si de determinações imanentes ou se é a articulação de suas determinações posta pelo movimento da razão que atravessa unitariamente sujeito e objeto. Por desentender a radicalidade da questão, D’Hondt parece considerar que Marx continua silenciosamente a aceitar a segunda alternativa. E muito embora reconheça a transformação necessária, o *reversment* pelo qual passa a dialética na assimilação marxiana, pontua que “Entretanto, qualquer que seja a base (*assisse*) que se lhe reconheça, materialista, ou, ao contrário, idealista, a concepção processual e dialética da história persiste, e ela implica suas próprias condições teóricas” (D’HONDT, 1972, p. 207). O que é perfeitamente dedutível, porquanto tudo se passa no terreno dos embates entre as opções de fundamentação gnosiológica. Que a processualidade em Hegel seja o desenrolar de uma substância mística que nos seus volteios ponha como um seu outro o conjunto de eventos e de determinações particulares e finitas a serem superadas, e que em Marx se dê diretamente o oposto, parece não ser uma diferença de vulto. Como consequência, uma questão para a qual se silencia é a de ser factível ou não que a processualidade abstrata e o momento substancializado possam ser *condições teóricas* do discurso materialista de Marx.

Nesse sentido, uma coisa é apontar o mérito hegeliano de ter identificado a processualidade imanente ao real, outra bastante diversa é compreender, apanhar, apreender essa mesma processualidade dentro do enquadramento do movimento da razão. Por não considerar tal distinção importante, D’Hondt quase cede á tentação de alinhar Marx nas fileiras da dialética em geral, na medida em que declara que ele não rompeu com a tradição hegeliana, mas a recolheu como *cultura*:

Marx critica com o maior rigor e o maior vigor o que chama de “base idealista” da dialética hegeliana, e isto desde seus primeiros escritos. Ele abre uma via teórica original. Mas ele não preconiza para tanto uma “revolução cultural”, no sentido em que certos de nossos contemporâneos a entendem. Ele recolhe, após inventário, a herança de uma cultura.

Ele recupera, em particular, a dialética hegeliana, mas ele a remodela. Ele a lança sobre uma outra pista, ele desanuvia (*allège*) seu curso, ele lhe confere um estilo inédito. Não seria o caso de dissimular ou de depreciar as modificações com as quais Marx a beneficiou. Mas é

incontestável que, a seu parecer, é antes a *dialética hegeliana* que lucrou com que seus enriquecimentos (D'HONDT, 1972, p. 211).

Assim como, para o autor em tela, um método deve dar conta de estabelecer para além do diverso a unidade do movimento, o modo como percebe e tematiza a relação de Marx com Hegel segue a mesma diretriz. As diferenças entre ambos existentes, mas transcorrem sobre o leito da unidade filosófica fundada no compartilhamento do método dialético, ainda que melhorado e enriquecido pelo herdeiro. Haveria assim uma remodelagem da dialética, mas que não deixa de ser hegeliana no aspecto mais determinante. A crítica da economia política tomou e fez prosperar a dialética especulativa, recusando dela o seu *sentiment théologique*, o que faz da diferença marxiana nada mais que um processo de *acquis* de novos elementos somados pela pesquisa e pelo exame crítico da cientificidade social de ponta da época (Cf. D'HONDT, 1972, p. 211 e 214). Quando, talvez, em verdade, é no *sentiment théologique* recusado por Marx que se situa o verdadeiro problema da especulação.

Um último exemplo da leitura da obra marxiana a partir das tendências logicistas, que vai ser aqui referido, é aquela produzida por Rosenthal. Sua interpretação se põe a partir de uma abordagem unilateral de uma famosa missiva de Marx a Engels, na qual afirmava haver um quê de *racional* no método hegeliano. Partindo disso, se coloca a procurar em *O Capital*, rastros de um método herdado de Hegel e alterado profundamente por Marx, o qual teria dado origem ao *método dialético materialista*.¹³ A existência deste nódulo racional mistificado e, principalmente, sua utilização enquanto método lógico escoimado do que nele havia de idealista, desde então se colocado como o ponto fulcral da tematização de *O Capital*. Haveria assim uma dada continuidade entre lógica hegeliana e aquela operada como instrumento científico na economia de Marx. Os escritos marxianos de crítica da economia política são entendidos como “exemplo de aplicação do método dialético criado por ele à análise de questões concretas da ciência e da prática revolucionária” (ROSENTHAL, 1959, p.4). Deste modo, a lógica tomada unilateralmente

¹³ Diz na referida carta Marx que, “se tempo houvesse para tais trabalhos, eu exporia de bom grado em duas ou três folhas impressas, sob uma forma acessível à razão humana comum, o que há de *racional* no método que Hegel descobriu, mas que ao mesmo tempo mistificou...” Cf. Marx. *Ausgewählte Briefe*, Dietz Verlag, Berlin, 1953, p. 121.

enquanto método é posta como centro da argumentação e da pesquisa, a ponto de declarar em dado momento que “este livro [*O Capital*] constitui a ‘ciência da lógica’ marxista” (ROSENTHAL, 1959, idem). O dito método dialético materialista apresenta, na descrição mesma que dele faz Rosenthal, surpreendentes similitudes com a forma sistemática em geral, a hegeliana em particular, reencontrando assim seu solo gerador. A dialética materialista é compreendida como ciência da evolução do real em sua totalidade, tanto da naturalidade quanto do social, uma teoria que abrange o mundo objetivo:

A dialética materialista, sendo a ciência das leis as mais gerais da evolução da natureza e da sociedade, portanto do mundo objetivo, é ao mesmo tempo uma lógica, uma teoria do conhecimento das leis do pensamento. As leis mais gerais do conhecimento do ser, que a dialética formula, são simultaneamente as leis as mais gerais do conhecimento, por meio das quais o pensamento apreende a realidade (ROSENTHAL, 1959, p.12).

No que respeita às relações de Marx para com a economia política, em especial, Smith e Ricardo, o autor vê igualmente no método dialético um instrumento de instauração científica e de crítica epistemológica. Por exemplo, na crítica de Marx à dupla determinação smithiana do valor, como tempo de trabalho necessário e soma das três fontes de rendimento, afirma que esta se dirigia ao caráter do método de Smith:

Marx submete a uma crítica rigorosa o método de Smith do qual ele revela o duplo caráter. De uma parte, o economista inglês tenta estabelecer as correlações da sociedade burguesa, penetrar, segundo a expressão de Marx, na sua fisiologia interna. Isto lhe permite formular essa tese primordial que o valor é a cristalização do trabalho fornecido para produzir mercadoria. (...)

Mais longe, Smith, em contradição flagrante com seu próprio esforço de descobrir a fisiologia interna da sociedade burguesa, apresenta frequentemente como essenciais relações externas (ROSENTHAL, 1959, p. 25).

O que em verdade se relaciona a duas questões diferentes, à da determinação de essência e aparência dos fenômenos pela analítica, e àquela delineada pelo *Standpunkt* da ciência, é considerado como dependente de uma eleição metodológica. Em primeiro lugar, a Smith é objetado por Marx o seu, por assim dizer, derrapar constante entre os níveis da ciência e o da vida econômica ordinária, a dos “agentes”. Em segundo lugar, o problema

radica nas possibilidades de fazer ciência em determinadas condições histórico-sociais que delineiam certo horizonte a partir do qual há ou não plena “visibilidade” das determinações essenciais. Faz parte dessas condições tanto o nível de desenvolvimento e organização gerais da sociedade, quanto a pertinência social do cientista. Da mesma maneira, a posição mais favorável frente a Ricardo é tomada no diapasão gnosiológico, uma avaliação centrada no modo de proceder ou dos passos a serem abstratamente fixados na cognição: “Marx estima mais o método de Ricardo o qual teve êxito em suplantar certas contradições da teoria de Smith e em apreender o mais profundamente a fisiologia interna da sociedade burguesa” (ROSENTHAL, 1959, p. 26). Sucesso que é diagnosticado como devido a um método mais correto. E qual seria esse método adequado de tratar a matéria?

Após ter descoberto no valor a base das relações internas, Ricardo se esforça para pôr de acordo com a lei do valor todos os fenômenos da produção e da circulação burgueses. Ele rejeita as idéias confusas de Smith a respeito do salário, do lucro e da renda considerados como partes constitutivas e fontes do valor. Ele os considera como um efeito e não como a causa do valor. Ele elimina igualmente as sobrevivências das visões dos fisiocratas próprias à doutrina de Smith e demonstra que a renda é criada somente pelo trabalho e não pela natureza (ROSENTHAL, 1959, p.26-27).

Não por acaso, o que parece constituir o maior mérito metodológico de Ricardo, para Rosenthal, a subsunção de todas as relações a um dado princípio ou categoria encarregado de tecer a malha unitária da explicação (no caso, o valor), será mais tarde o que, para Marx, explicará o malogro da teoria ricardiana. A pretensão de erigir uma explicação cujo centro gira em torno da dedução dos fenômenos particulares a partir de uma categoria em última instância, impedirá Ricardo de tematizar corretamente as contradições econômicas. Contradições que não são, nem apenas nem em primeiro lugar, teóricas, mas são reais, radicam na essência da coisa a ser desvendada pela analítica. Ricardo não somente afastará as contradições da reflexão científica de Smith, mas, por uma posição insuficiente frente ao efetivo, também aquelas que se imiscuem silenciosamente a partir do terreno pré-teórico. É de uma concepção de relação entre as categorias e não somente da ordem dos procedimentos formais da pesquisa. Ao revés, quando as preocupações de ordem formal se colocam como prioritárias na discussão, pode muito bem resultar na propositura de uma articulação categorial, *um encadeamento (ein*

Zusammenhang), lógico ou internamente coerente, mas o qual pode ser em compensação *superficial (flache)* (Cf. MARX, 1983, p. 25). Platitude que se denuncia como efeito da tentativa de ordenamento formal do material, sem que este mesmo forneça os parâmetros das relações entre as categorias. De tal padeciam as teorias que pretenderam ajustar as formas constituintes da produção como um todo (produção, distribuição, troca e consumo) a um dado esquema lógico ou metodológico aprioristicamente definido. O que denunciava Marx em *Introdução de 1857*. Em contraste, o esforço científico marxiano se perfaz pelo *sondar (ergründen)* a coisa, através da análise de sua constituição interna e das determinações que a elaboram. Para, em um momento posterior, reconstruí-la como uma totalidade de determinações, agora, pensada. Análise e reprodução categoriais que obedecem não à diretriz abstrata de um método, mas ao mando do concreto, seja ente ou processo, a ser conhecido. Nesse sentido, se Marx considerava a posição de Ricardo como “cume” (*plafond*) insuficiente no estudo das correlações internas e necessárias do modo capitalista de produção, não o fez por razões puramente metodológicas.

No lado oposto, situam-se autores que, em geral, tendem a recusar tal vínculo entre Marx e Hegel, mas sustentando de seu modo igualmente a existência de algo como um método dialético próprio a Marx, pagando ou não certo ônus ao pensamento hegeliano. Dentre estes autores, vale referir aqui, em primeiro lugar, Galvano Della Volpe, o qual é explícito na afirmação de uma ruptura de Marx com relação a Hegel. Ao mesmo tempo assevera a presença de um método lógico na obra de maturidade (a partir da *Introdução de 1857*), caracterizando-o como “círculo concreto-abstrato-concreto, [que] nos permite uma rigorosa visão da lógica geral da relação *estrutura-superestrutura*”, um “método histórico-experimental e, em tal sentido, histórico-dialético” (Cf. DELLA VOLPE, 1963, p.145-160). Para Della Volpe, o método dialético inaugurado por Marx não se configura como aplicação daquele de Hegel, nem apenas o depura de seu idealismo, mas é uma cabal reconfiguração da ordem lógica do discurso. Promove uma reconciliação das duas lógicas tradicionalmente estabelecidas, a formal, apoiada no princípio da não contradição, e a dialética, erigida pelo reconhecimento da contraditoriedade. E tal reconciliação se impõe em função da própria base materialista, por meio do reconhecimento da contradição em sua dúplice figura, da reciprocidade interna e, ao mesmo tempo, externa entre os elementos (os

instrumentos de trabalho e o capital; o tempo de trabalho e a distribuição) (Cf. DELLA VOLPE, 1979, p.120-125).

CAPÍTULO 2
AS CATEGORIAS COMO *DASEINSFORMEN*

I

As Categorias e as Coisas

É um dos objetivos do presente trabalho deixar evidenciado, com o máximo rigor possível, o fato de que o exame crítico do mundo do capital realizado por Marx se efetiva enquanto uma analítica das formas de ser. Ou seja, uma análise das categorias fundamentais da sociabilidade do capital, entendidas estas mesmas como *formas de ser* da efetividade, *Daseinsformen*, e não puras figurações ideais. Tentaremos mostrar que este traço distintivo e essencial do padrão científico da obra marxiana dá forma e dirige a elucidação dos nexos essenciais do modo de produção capitalista, tanto da sua realidade objetiva quanto de sua expressão ideal. O que se põe não como uma fundação teórica de talhe metodológico, mas, conquanto possa ter consequências para este terreno, é atinente antes do mais ao próprio estatuto das categorias. Delimitação conceitual que embora instaurada precisa e explicitamente em 1857, quando da discussão elaborada na *Introdução* aos *Grundrisse*, não se resume a este momento de formulação do pensamento marxiano, mas o acompanha no curso do seu desenvolvimento ulterior, inclusive após a redação e publicação de *O Capital*. Um dos exemplos mais emblemáticos a esse respeito é o caso do manuscrito *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolph Wagner*.

O texto marxiano em questão, redigido em 1880, constitui-se num dos últimos testemunhos textuais da forma pela qual a crítica da economia política foi elaborada e revisitada posteriormente por seu autor. Fazendo parte de cadernos de anotações e glosas escritos de outros teóricos da economia, esse conjunto de comentários e escrutínios, se colocam dentro dos marcos da forma característica de trabalho de Marx. Forma essa a qual é um modo de teorização que já mais se furtou ao confronto crítico com as demais posições, aqui com uma dada avaliação de sua própria obra maior *O Capital*. Desde a revisão crítica da *Filosofia Hegeliana do Direito*, em 1843, passando pelos famosos *Manuscritos de 1844* e os materiais que fariam parte dos *Grundrisse* e de *As Teorias do Mais-Valor*, foi sempre um aspecto essencial do pensamento marxiano a apreciação crítica cuidadosa, rigorosa, das diversas postulações científicas e filosóficas existentes. Comportamento intelectual que teve por pressuposto igualmente preponderante o estudo detido e minucioso de escritos e obras, cuja montanha de transcrições e citações é a mais

clara evidência. E isso mesmo em se tratando de um autor que poderíamos qualificar de menor monta, como Adolph Wagner, frequentemente qualificado por Marx no decorrer do texto, de *Dunkelman*, homem confuso, *vir obscurus*. Adolph Wagner que, fortemente influenciado por Carl Rodbertus, publica seu *Lehrbuch der Politischen Ökonomie*, durante a década de 1870, no qual pretende, além de expor suas próprias concepções, criticar aquelas de Marx contidas em *O Capital*.

É interessante notar que nesse movimento de exame crítico Marx, ao mesmo tempo em que indica as principais lacunas ou fragilidades que, a seu ver, caracterizam a posição de Wagner, cuida de explicitar com mais detalhamento os pressupostos ou pontos principais de sua própria teorização. Desse modo, da questão do que se constitui a análise da forma da mercadoria, empreendida no Livro I de *O Capital* até as considerações sobre os problemas atinentes à circulação, passando, obviamente, pelo tema da substância do valor, os principais complexos categoriais tratados na crítica da economia política aparecem nas glosas a Wagner.

E não apenas isso, aparece também no escrito em tela a retomada de seus posicionamentos críticos acerca da especulação filosófica, que substancializa as categorias, transformando-as em formas ideais puras e autônomas, cujo movimento de determinação se expressaria teoricamente, como cerne racional da efetividade mesma. Coisa essa que se realiza em Wagner naquilo que Marx denomina de “*economia de conceitos*” (*Begriffswirtschaft*) (Cf. MARX, 1962, p. 364).

Nesse sentido, iniciando a apresentação das posições de Marx acerca de sua própria teorização, cabe-nos referir, a esse respeito a sua observação de que, “para mim, nem o ‘valor’ nem o ‘valor de troca’ são sujeitos, senão a mercadoria (*daß weder “der Wert”, noch, “der Tauschwert” bei mir Subjekte sind, sondern die Ware*)” (MARX, 1962, p. 358). Ou seja, na teoria marxiana, o sujeito efetivo, real, concreto, não é, pois a categoria valor, nem nenhuma outra, mas a mercadoria. Da exposição analítica do valor como *Bestimmung* se cuidará mais à frente. Por ora, o que se impõe assinalar é que a analítica não parte de conceitos puros, das categorias como puras formas ideais, mas da efetividade da própria produção da vida humana, que se realiza na forma da mercadoria. A teorização arranca dessa maneira, daquilo que Marx denomina de *Konkretum der Ware*, do *concretum* da

mercadoria, de uma dada forma objetiva de entificação da riqueza, característica do capital. Ao contrário, por conseguinte, do modo wagneriano de (des) entender *O Capital*, segundo o qual *valor de uso* e *valor de troca* seriam dois conceitos obtidos por dedução (*Ableitung*) ou divisão de outro mais geral, o conceito de valor. Ao lado da objeção, irônica, do procedimento típico dos “professores alemães”, a qual nada mais faz que, como uma versão das mais pedrestes da especulação filosófica em geral, manobrar conceitos como meros termos linguísticos, Marx fornece então uma descrição do seu próprio modo de proceder a análise. Marx não parte, pois, do *Wertbegriff* para determinar valor (e valor de troca como sua forma de aparição) e valor de uso, mas do “*Konkretum der Ware*”, do *concreto da mercadoria*. Ou seja, dum ente dado em sua forma de ser específica e finita, dum *Dasein*, do atualmente existente, daquilo que é no mundo, para desvendar suas especificidades, sua *differentia specifica* frente aos demais entes ou modos de entificação social.

Ponto importante esse porque repõe, pela pena do próprio Marx, uma questão crucial para o correto entendimento da crítica da economia política, aquele referente ao *ponto de partida* da teoria:

De prime abord, como eu não parto de conceitos, portanto também não do “conceito de valor”, e não tenho, por isso, de modo algum “dividi-lo”. Eu parto do que é a forma social a mais simples em que se apresenta {*sich darstellt*} o produto do trabalho na sociedade atual, e esta é a mercadoria. Eu a analiso, e certamente antes de tudo na *forma na qual ela aparece* {*in der Form, worin sie erscheint*}. Aqui, então eu descubro que ela é, por um lado, em sua forma natural, uma coisa *de uso* {*Gebrauchsding*}, ou seja, é *valor de uso*; por outro lado, *portador de valor de troca* {*Träger von Tauchswert*}, e sob este mesmo ponto de vista {*Gesichtspunkt*} ‘valor de troca’ (MARX, 1962, p. 368-369).

Tal é o posicionamento marxiano acerca do *Ausgangspunkt*, do ponto de partida de sua cientificidade. Assim sendo, já que Marx, diferentemente da especulação, não parte de conceitos, das formas do pensar, expressões ideais da realidade, tomadas em sua aparente pureza e autonomia, ele o faz das formas de ser da efetividade, tal qual esta se apresenta na própria realidade. Na exata medida em que o ponto de partida marxiano se revela como sendo a coisa mesma, *in der Form, worin sie erscheint*, onde se busca a delimitação cada vez mais precisa dos elementos que perfazem a entificação social examinada, não se trata de uma investigação pré-formatada por um método, no sentido gnosiológico do termo. Mas

antes se tem aqui o exercício de uma analítica, que decompõe a coisa em suas determinações essenciais. A ausência de uma eleição metodológica a priori, ao contrário de ser uma lacuna, uma falha, ou, de dito numa lavra mais “generosa”, um aspecto não explicitado da teorização marxiana, constitui, por assim dizer, o núcleo da mesma.

O que, ademais, diferencia a teoria das formas sociais de ser de uma versão empirista de saber. O início da operação científica, da categorização, na medida em que pressupõe e desdobra o reconhecimento da objetividade, do *por-si*, do seu objeto, não o reduz de outra parte a ser apenas isso. A matéria da elaboração teórica não se resume ao seu aparecer como mera soma de aspectos imediatamente perceptíveis, em justaposição, a serem conectados em virtude de um princípio gnósio-epistêmico. Ao contrário, trata-se, desde seus momentos primevos, do defrontamento com formas objetivas de existência, as quais perfazem a concretude de entes, processos e relações sociais. Por esse motivo, a cientificidade marxiana é, prioritariamente, de cunho *analítico*. A abordagem científica é, em primeiro lugar, ainda que não somente, a extração cognitiva de elementos determinativos centrais, os quais configuram, pela via de sua concatenação real, a coisa que se intenta conceitualmente elucidar. Desse modo, a conexão efetiva das categorias, existente independentemente da atividade de cognição, é afirmada como metro da teoria. A admissão explícita do caráter *por-si* da concretude social tem como resultante não somente a delimitação das categorias idealmente postas, uma expressão conceitual da existência destas como determinações essenciais da determinidade. Dá-se também a posição do momento da síntese, da apresentação da integralidade do objeto como exposição de como aquelas se articulam concretamente e integralizam o objeto, numa totalidade de determinações *por-si*.

Nesse contexto, é teoria da coisa construída sob o mando da própria coisa, a qual é analisada, dissecada, separada, decomposta em seus aspectos múltiplos, diversos e, até mesmo, opostos. Tipo de procedimento teórico o qual a toma como aquela mesma “se dá” na realidade social, para, através do conjunto de atos da analítica que, miudamente, decompõe o existente em seus elementos. Os quais passam à forma de abstrações, para numa posterior etapa de reconstrução, apresenta-la como um todo de determinações que a delimitam como ente, ou processualidade, específica, na forma de um todo pensado.

Conjunto de operações que distinguem as partes constitutivas da coisa umas das outras, e, na sequência, identifica o nível de determinações preciso em que cada uma delas se encontra na particularidade da existência atual da mesma. Por exemplo, a relação, expressiva, entre valor de troca e valor, bem como o caso da delimitação do campo de ação do valor de uso no interior da forma mercadoria, o qual é necessariamente subsumido ao valor. Entretanto, não em razão de uma predileção acadêmica, de um preconceito científico ou de um enquadramento metodologicamente balizado, mas em função do quadro de relações categoriais, que é circunscrito pela existência concreta da própria coisa. A esse respeito, Marx continua a expor sua própria marcha científica:

Aqui eu descubro que, de um lado, em sua forma natural, é uma *coisa para uso*, em outros termos, um *valor de uso*; por outro lado, um *portador de valor de troca*, e, deste ponto de vista, é ela própria um “valor de troca”. Análise posterior deste último me mostra que valor de troca é apenas uma “*forma da aparição*”, é modo de apresentação autônomo do *valor* contido na mercadoria, então, eu começo a análise deste último (MARX, 1962, p. 369).

Os termos são inequívocos: *eu descubro (finde ich)*, *me mostra (ziegt mir)* etc., os quais denunciam essa espécie de *submissão ativa* à coisa examinada. Repõe-se aqui a observação marxiana de 1857, segundo a qual, o objeto existe tanto na cabeça quanto na realidade objetiva, não sendo este mesmo, enquanto concretude de determinações, criação do ato de pensar ou da prática analítica. A coisa *in der Form, worin sie erscheint* é, mesmo nesse nível imediato um todo de determinações, ainda que não percebidas, ou o são tão somente apreendidas ao modo da *representação caótica do todo*. O que reafirma, ademais, o caráter eminentemente materialista e imanentista da concepção marxiana de saber. A mercadoria, tal qual ela aparece, não é uma pura conjunção de pontos aleatórios ou de “percepções” subjetivas que o método dá forma e substância, mas é ela mesma a “figura social concreta do produto do trabalho {*konkrete gesellschaftliche Gestalt des Arbeitsprodukts*}” (MARX, 1962, *idem*). O que é imediatamente diverso de uma “economia de conceitos puros” ou de *puros conceitos*. Construção na qual as categorias, entendidas como formas ideais autônomas, se encadeariam sob o mando de um método ou de um enquadramento formal, lógico. A teorização marxiana pretende, ao elucidar a forma de ser da mercadoria, a forma elementar sob a qual a riqueza existe e se apresenta no mundo do capital, desvendar as

determinações essenciais desta mesma forma, entre as quais, o valor, que constitui o *übergreifendes Moment* da mercadoria.

Comentando o que caracteriza sua própria analítica, prossegue Marx afirmando a necessidade de distinguir dentro do *Konkretum* examinado as determinações preponderantes daquelas que são subsumidas à primeira. Isso, não em função de um método, mas sob a regência da própria coisa, no caso, a forma específica da mercadoria. Forma de ser onde o valor se põe como o elemento determinante no complexo de categorias que conformam a mercadoria, uma vez que é essa determinação que a torna trocável, põe como formalmente idênticos os produtos do trabalho, e não a utilidade dos mesmos, a particularidade material ou específica de cada um deles. Por isso, o valor de uso, muito embora reconhecido como uma determinação inerente à mercadoria – e decisivo para o entendimento da força de trabalho *valendo* como uma mercadoria, não desempenha o papel de *übergreifendes* da forma de ser mercadoria. É exatamente nisto que consiste uma analítica, no separar (*fernzuhalten*) os elementos, em distingui-los e identificar o âmbito de determinações particular a que cada qual pertence, em indicar assim a *differentia specifica* das formas de ser, e não na posição de uma identidade abstrata entre os termos, nem de uma indeterminação mascarada de interdeterminação.

Por conseguinte, é igualmente decisivo ressaltar que não é adequado, portanto, inquirir acerca de qual categoria, em *última instância*, desempenharia o papel de princípio teórico ou conceito basilar do “sistema” marxiano, seja o valor, seja o trabalho. Em primeiro lugar porque, conforme o próprio Marx o declara logo no início de suas glosas, acerca da pretensa centralidade da categoria valor em seu “sistema”: “como eu nunca elaborei {*aufgestellt habe*} um ‘sistema socialista’, então isso é uma fantasia de Wagner, Schöffle e tutti quanti” (MARX, 1962, p. 357). O que não significa a ausência de pressupostos, evidentemente, mas os coloca num registro diferente em relação ao *modus* usual da filosofia e da cientificidade tradicionais. Não há propriamente uma pressuposição metodológica que dirija imperiosamente o rumo e ritmo da análise. Vigora, ao reverso, o reconhecimento da necessária independência da coisa analisada e de sua contextura ontológica, seu ser efetivamente dado, presente, o qual exige o desvendamento da

articulação de suas determinações que a fazem ser exatamente o que é, por assim dizer, síntese de determinações do existente.

Em segundo lugar, e pisando num terreno que se tornaria minado após a sua morte, Marx afasta com igual veemência a atribuição à sua teoria de uma lógica, em sentido estrito, que informe a relação de valor e suas formas. Em realidade, na relação de valor, a contradição entre valor e valor de uso, a mercadoria representa neste último um ente concreto, um algo de diverso, em seu preço, uma *Ercheinungsform* de seu valor, um algo de comum. Somente seria o caso de uma mera operação lógica, um procedimento epistemologicamente fundado, em não se partindo da “coisa social (*sozialen Ding*), da ‘mercadoria’”, e se deste modo então se trataria desses “conceitos se cindindo em si mesmos (duplicando-se), e em seguida debatendo-se sobre qual de ambas as fantasias é o verdadeiro Jakob!” (MARX, 1962, p.375). Desse modo, a operação especulativa converte atributos, traços, elementos, aspectos, determinações da realidade, que estão presentes em vários casos particulares históricos concretos, o fato de os homens terem sempre de transformar a natureza, de apoderar-se dela, de toma-la e torna-la adequada a si, por exemplo, em uma universalidade absoluta a priori. O nascimento filosófico do *Universal* em contraposição com a existência deste como caráter comum a várias coisas ou momentos histórico-sociais. A universalidade de determinações, longe de ter um caráter a priori ou pressuposto, é para Marx, um desenvolvimento histórico concreto que se deu, ou se dá, no e pelo próprio evoluir efetivo da interatividade histórica dos homens. O pensamento o captura, ou não, e o elabora na forma da categoria pensada. Assim, o que era traço da realidade, nascido e mantido pelo próprio rumo concretamente seguido, torna-se conceito geral, e pode mesmo transmutar-se em universalidade abstrata, a priori e mística, quando se inverte teoricamente a linha de desenvolvimento e a torna então expressão ou realização de uma essência lógica.

Logo, na especulação *wagneriana* não há lugar para a determinação objetiva. Assim,

De maneira nenhuma, Wagner fala aqui do desenvolvimento das medidas efetivas {*wirklichen Maße*} desses bens, isto é do desenvolvimento de suas medidas de grandeza, pois isto lembraria ao leitor que aqui pouco se

trata daquilo que como de costume se entende por “medida de valor” (MARX, 1962, p. 367).¹⁴

O desenvolvimento da forma valor, em Wagner, não é a descrição analítica das formas de ser que a integram, mas, dentro do âmbito da economia de conceitos, é o exercício conceitual puro de articular abstratamente os termos, igualmente abstratos, numa relação conceitual, no mais das vezes, puramente verbal. Continua observando Marx a esse respeito afirmando que o “o suposto desenvolvimento no *vir obscurus* se reduz [ou deságua ou derrapa] a ‘atar’ {*anknüpfen*} e, de certo modo, a ‘desatar’ {*Aufknüpfen*}” (MARX, 1962, p. 367-368).

Ao contrário, no modo de investigação marxiano, onde o *Ausgangspunkt* é a mercadoria, tal qual ela aparece, revelada na análise de suas determinações como unidade de valor de uso e valor, a cientificidade não estanca na simples posse teórica destas mesmas determinações, nem mesmo em sua articulação, contraditória, aparentemente lógica. Mas, prosseguindo, aponta a partir do “duplo ser da mercadoria” (*doppelsein der Ware*) o que o constitui como forma de ser, para a qual aquela duplicidade primeira é um modo de apresentação imediato do caráter da própria atividade produtiva em sua especificidade histórico-social – o “dúplice {*zweifacher*} caráter do trabalho”. Posição categorial que se desdobra analiticamente, porquanto se exercite como extração e explicitação de determinações cada vez mais essenciais, as quais explicam e resolvem as formas de aparição imediatas, bem como esclarecem a contraditoriedade implicada nestas últimas:

(...) o trabalho *útil*, isto é, os modos concretos dos trabalhos que criam valores de uso, e de *trabalho* abstrato, de *trabalho como dispêndio de força de trabalho*, indiferentemente do modo útil pelo qual é dispêndio (de que a apresentação do processo de produção depende mais tarde); que no desenvolvimento da *forma valor da mercadoria*, em última instância, sua forma dinheiro, e, portanto, de *dinheiro*, o *valor* da mercadoria apresenta-se no *valor de uso* da outra mercadoria, isto é, na forma natural da outra mercadoria; que *mais valor* ele mesmo vem a ser derivado de um “específico” *valor de uso da força de trabalho*, pertencente a ele exclusivamente etc. etc. que, portanto, para mim, o valor de uso desempenha um papel de todo importante muito diferente daquele na economia anterior, mas *nota bene* ele é apenas levado em consideração quando tal consideração deriva da análise acerca das formações econômicas, não por cogitações aqui e acolá acerca dos

¹⁴ Marx, Karl. Randglossen zu Adolph Wagners Lehrbuch der politischen Ökonomie, Op. Cit., p. 367.

conceitos ou palavras “valor de uso” e “valor” (MARX, 1962, p.370-371).

Ou seja, a analítica do *doppelsein* da mercadoria permite encontrar o caráter dúplice da própria forma de atividade que nela se objetiva. De um lado, trabalho útil, “den konkreten Modi der Arbeiten”, na criação de valor de uso, de outro lado, o trabalho abstrato, como puro dispêndio de força de trabalho, independentemente da maneira em que ela seja efetivamente gasta, em qualquer que seja o valor de uso no qual ela se objetive concretamente. É uma abstração teoricamente desenvolvida, sem dúvida, mas não epistemologicamente posta, pelas virtudes ou vícios de um princípio a priori, lógico ou não, que dirija a analítica explícita ou implicitamente, e sim na, e pela regência da própria efetividade da mercadoria, como desvelamento de aspectos que estão na coisa como determinação imanente de sua forma específica de ser.

Modo de deciframento do objeto o qual, em sendo rigorosa e constantemente orientado pela contextura própria da coisa examinada, faculta a descoberta e a explicitação da polissemia e da complexidade das determinações. O que se observa claramente no caso da categoria valor de uso da força de trabalho, a qual se revela como possuindo um caráter dúplice no modo de produção capitalista. Questão que será importante quando do enfrentamento do problema da determinação do que seja *trabalho produtivo*. Sumariamente, a *arbeitskraft* apresenta no que tange ao seu valor de uso uma duplicidade. De um lado, há o valor de uso concreto, como produtor de um valor, cujas propriedades particulares se originam do exercício de uma capacidade de produzir modificações ou efeitos no objeto de trabalho. De outro lado, há o valor de uso que se refere à produção de mais-valor, ao acréscimo de valor que supera aquele necessário à própria reprodução da força de trabalho. O valor de uso aparece assim desvelado em sua natureza complexa, abrigando ao menos duas possibilidades de determinação no curso, e simultaneamente, de um mesmo processo de produção. Nesse diapasão, o valor de uso não é eliminado da ciência por Marx. Contrariamente, aparece em certos passos da analítica, determinado pela vigência do valor, no desenvolvimento da forma valor, ou como categoria central no tratamento do mais-valor, como momento determinante. Tal ocorre, por exemplo, no processo de produção/valorização, no qual o valor de uso da força de trabalho convertida

em mercadoria é o elemento mais importante, uma vez que nele radica a possibilidade de reprodução do capital, da criação do mais-valor a ser apropriado pelo capital por via da sua *persona*. Nesse sentido, diversamente do que afirma Wagner, bem como os seus epígonos da economia contemporânea, o valor de uso não é descurado por Marx, muito menos desaparece da analítica marxiana, nem ainda é abstraído metodologicamente. Ao contrário, Marx reconhecia já nos *Grundrisse* que “O valor de uso desempenha ele mesmo um papel como categoria econômica”, porquanto forneça ao capital um *corpo* efetivo e efetivador no processo de produção/valorização. Ou seja, como capital efetivando-se na forma mercadoria por meio da mobilização de forças e operações particulares e concretas:

A natureza particular do valor de uso na qual o valor existe ou que agora aparece como corpo do capital {Körper des Kapitals}, aparece aqui ele mesmo como de forma determinante {formbestimmend} e determinando a ação do capital; dando a um capital uma propriedade determinada frente a outro; particularizando-o {es besondernd} (MARX, 1983, p.546).

É indicado, na análise do valor, sob a *charakteristische Form* em que aparece, como *gesellschaftlichen Gebrauschswerts*, um *historischspezifischen Charakter*, e não ao *modus* do *vir obscurus*, como categoria *em geral* (*schlechthin*), valor sem mais, ou “por excelência”, como conceito ou forma pura de uma utilidade abstrata e a-histórica.

Aqui se flagra o que constitui o caráter social específico, diferenciado, da atividade produtiva no contexto do capital, o qual se expressa como atributo da mercadoria. Nesse sentido, o valor existe como *gegenständlicher Charakter der Sache* e a “coisa”, o produto do trabalho, então, como *Vergegenständlicher menschlicher Arbeit*. Assim, “esse conteúdo é apresentado como caráter que pertence {zukommt} a ela mesma objetivamente, embora essa objetividade não apareça em sua forma natural (mas o que faz necessária uma forma valor particular)” (MARX, 1962, p. 375). Esse desvelamento da natureza das categorias, como formas de ser da efetividade, em si mesmas complexas, traz consequências cada vez mais abrangentes. Não somente o valor de uso é revelado em sua trama intrincada, em sua dualidade, perdendo sua aparência unívoca, mas, *pari passu* à marcha analítica, o valor enquanto tal emerge como categoria eminentemente histórica. Porquanto seja, ao fim e ao cabo, forma de expressão de uma dada relação histórico-social particular, sob a égide da

qual transcorre a atividade produtiva, a forma valor está longe de possuir um caráter qualquer de universalidade absoluta:

(...) o “valor” da mercadoria expressa apenas numa forma historicamente desenvolvida algo que também existe em todas as outras formas históricas de sociedade, embora *sob uma forma diferente, nomeadamente, o caráter social do trabalho*, na medida em que existe como *dispêndio de força de trabalho “social”*. Se, então, “o valor” da mercadoria é apenas uma forma histórica particular de algo que existe em todas as formas de sociedade, o mesmo deve ser verdade do “valor de uso social”, na medida em que caracteriza o “valor de uso” da mercadoria (MARX, 1962, p.375-376).

O valor é uma determinação, um dado caráter social das coisas como mercadoria, a ela é imanente. Logo, como caractere social da objetivação do trabalho, o valor das mercadorias é tão somente uma determinação histórica particular, de uma dada época. Um algo que caracteriza a atividade humanosocietária como tal, o seu caráter social específico, o modo pelo qual as diversas formas, as variadas determinações se encontram articuladas como modo determinado de produção social da vida humana. No momento presente, o modo de produzir cuja pressuposição basilar é a valorização do capital, a produção de mais-valor por meio da produção de valor de uso, o que evidentemente, em muito difere do observado em outras formas históricas de interatividade social.

Decorre daí uma das razões da produtividade específica da analítica marxiana que permite chegar à apropriação teórica de uma totalidade de determinações da efetividade, de *Daseinsformen*, inicialmente apreensíveis apenas na forma de uma representação imediata, caótica. Marcha de cientificidade na qual as categorias emergem como resultado de um exercício de análise, de distinção categorial, que exige como seu remate necessário a reconstrução pensada da articulação real, na qual as categorias configuram a própria coisa abordada. Reconstrução que deve, se o quer reprodução científica da efetividade, operada ao mando da própria coisa, ser estabelecimento da ordem de determinações que vigora no próprio ente ou processo enfrentado.

II

A Centralidade da *Differentia Specifica*

Como em toda obra marxiana, as delimitações de caráter mais geral apenas encontram seu lugar próprio em relação a um tema ou a uma questão específica de que se ocupa o pensamento no processo de análise. Ou seja, em Marx não é possível, a não ser em momentos bastante localizados e breves, achar uma discussão de talhe conceitual mais amplo ou universal. Seja o estatuto das categorias, seja aquele da cognição, tais problemas somente são examinados a partir da marcha mesma da analítica de *uma coisa* dada – ente, processo ou relação – na construção da explicação das causalidades que a conformam como tal. Esse é também o caso do que constitui a base da posição científica marxiana, a identificação analítica e o posterior estabelecimento categorial-argumentativo da *differentia specifica*, do aspecto essencial, da determinação central que particulariza concretamente o objeto examinado. No que tange à crítica marxiana da economia política, a indicação precisa da determinação da *forma de ser* da *produção social capitalista*. O apontamento da *diferenciação específica* da moderna interatividade capitalista é, pois, a meta *sine qua non* da analítica e a pressuposição do ulterior desenvolvimento do andamento científico de detalhe. O que não significa um processo de fundamentação categorial *a priori* do processo da análise do material de pesquisa. Porquanto a descoberta desse elemento particularizador – o qual, no que respeita à sociabilidade, trata-se sempre de uma dada relação social específica – somente é facultada pelo exame que o destrincha em suas determinações e que, posteriormente, as concatena conceitualmente, reproduzindo teórica e aproximativamente a sua existência objetiva como existência pensada. A prioridade da efetividade enfrentada pela análise categorial permanece sendo o ponto central da armação conceitual de Marx. O que a afasta tanto da *especulatividade*, que se dedica ao engendramento de figurações ideais supostamente autônomas e fundamentadoras em relação à finitude, quanto do empirismo, para o qual a série de dados e conexões imediatas entre estes resumiria a totalidade do efetivo.

Nesse sentido, o tema da *differentia specifica* surge da discussão acerca de questões normalmente mal colocadas, e também, por isso, deslocadas de seu justo contexto, pelos autores da economia política. Ao fim do capítulo XI, livro II de *O Capital*, Marx denuncia

o acabamento do *fetichismo peculiar à economia burguesa (bürgerlichen Ökonomie eigentümliche Fetischismus)* que consiste em transmutar o *caráter social* assumido pelos diversos elementos constantes da produção do capital em marcas naturais devidas à existência material e objetiva, “natural”, daqueles como tais. Ou seja, para os economistas, ser *capital* é resultante de características intrínsecas e imanentes aos objetos por si mesmos, como consequência das suas propriedades físicas e/ou objetivas. Assim, meios de trabalho, em virtude de suas qualidades diretamente mobilizadas no processo imediato de produção, classificar-se-iam como *capital fixe*; já o valor despendido na aquisição do uso da força de trabalho constituiria, junto com aquele gasto com matéria-prima ou recurso natural, *capital variable*. Do mesmo modo que a produção de capital é tomada e pensada como *forma natural da produção*, seus elementos são examinados a partir de determinações empiricamente constatáveis e mensuráveis de maneira direta. Ato contínuo, as determinações que delimitam a existência social, concreta e particular, daqueles elementos como momentos ou “fatores” do capital, acabam sendo tratadas como simples decorrência da *natureza material (stofflichen Natur)* destes como *coisas (Dinge)*. A origem desse equívoco, segundo Marx, reside ou bem na não identificação do que constitui a *differentia specifica* do processo de produção como processo de valorização, como processo de produção do capital, ou bem na confusão daquela com aspectos não essenciais. Mesmo que esses sejam empiricamente mais salientes na consecução do processo econômico como um todo (o momento da circulação, por exemplo) ou na atividade da produção dos valores (como o são os elementos constituintes desta em sua existência imediata) (Cf. MARX, 1998, 24, p. 138).

A definição marxiana de *differentia specifica* se dá, por conseguinte, no contexto da determinação do *capital em geral* face à pluralidade dos diversos capitais que integram o sistema e competem entre si. Capital que em sua generalidade pode ser entendido tanto no sentido da relação social que atravessa e delimita a sociabilidade moderna como tal, quanto naquele da constituição de um *quantum* de valor social total frente aos *quanta* existentes. Neste último sentido, como valores utilizados na produção do mais-valor em nichos particulares da produção de riqueza. Em ambos os casos não se trata de uma mera figura mental hipotética ou de um construto conceitual puro, mas do remetimento teórico à

determinação essencial da produção capitalista frente àquelas que lhe são anteriores ou diversas.

Acerca disso, Marx nos *Grundrisse* assevera que o capital em geral tem uma dupla validade, de uma parte, como categoria, abstração teórica, e, de outra, como existência real do conjunto do capital frente a cada capital tomado isoladamente. Nesse sentido, a categoria em questão aparece, evidentemente, como *uma abstração (eine Abstraktion)*, como uma figura ideal, mas que não tem por isso um caráter meramente convencional ou um simples construto teórico, não é abstração arbitrária (*eine willkürliche Abstraktion*) (Cf. MARX, 1983, p. 362). Esse conceito remete à *differentia specifica* da forma de produção do capital, na medida em que reúne articuladamente as principais determinações que caracterizam os elementos da produção na função capital, são certos aspectos determinantes a certas somas de valores que desempenham, valem, existem, como capital, realizando-se como mediações objetivas da relação social na qual a riqueza é produzida capitalisticamente. O que não redundaria necessariamente em postular a existência de uma forma de entificação que engendre um *ente em geral e abstrato*, como efetividade empírica contraposta aos *entes* em sua pluralidade. O capital em geral é real, mas não como um *ente subsistente*, um figura dada, mas como totalidade de relações. Uma vez que *capital* não é coisa, mas uma dada forma social de existir, uma relação dentro da qual, as coisas *valem (gelten)* como elementos mediadores da valorização. De uma parte, porquanto desempenhem efetivamente seus papéis no interior do processo imediato de produção. De outra parte, nos demais momentos do circuito do capital, o capital em geral não pode ser *uma coisa* – nem conjunto de coisas – não obstante sua realidade, observada no quiproquó das relações econômicas. O “capital como capital real” é, pois, “interação recíproca entre diferentes capitais (*wechselwirkung vieler Kapitalien aufeinander*)” (MARX, 1983, p.549).

Em Marx, portanto, a racionalidade do universal, da categoria geral, pode ser aferida por sua remissão à *differentia specifica* que delimita e distingue a coisa tratada, no caso a produção do capital, frente às demais. Nesse sentido, conhecer é distinguir, estabelecer conceitualmente os elementos e a articulação que diferencia os objetos entre si. Essa diferenciação se traça duplamente no que tange ao capital. Primeiramente, como modo de produção frente às demais formações socioeconômicas historicamente existentes –

quando se considera que este tem por finalidade a produção de um excedente em valor e não mais apenas a simples reprodução e manutenção das condições de produção da vida e a subsistência de uma comunidade. Em segundo lugar, quanto dele frente às formas particulares de capital no interior do circuito de sua realização. Capital variável, por exemplo, se distingue do constante, porquanto se dirige à relação com a força de trabalho viva, na assimilação desta ao conjunto de condições do processo de produção/valorização. Conquanto seja o movimento da forma capital, a função variável e a função constante se diferenciam pelo fato de mobilizarem instâncias e momentos diversos na formação do valor e na extorsão de mais-trabalho. Além disso, há que atentar para a dúlice existência do universal, já indicada, pois, “Enquanto o universal é, portanto, por um lado, somente uma *differentia specifica pensada* {*gedachte*}, igualmente ela é uma *determinada* forma real ao lado {*neben*} da forma do particular e do singular” (MARX, 1983, p. 363). A questão da cientificidade marxiana é exatamente, ao acercar-se da *differentia specifica* que particulariza processos, entes e relações, estabelecer teoricamente o caráter próprio da produção capitalista, definindo de modo o mais preciso possível a própria categoria capital. Em contraste com a tradição da economia política, para a qual capital é tão somente o *comando sobre trabalho de outrem* (*Kommando über fremde Arbeit*), do modo como aparecia determinado na argumentação da economia política. Para Marx, o que delimita e caracteriza a relação de produção tipicamente capitalista é “o poder de apropriar-se de trabalho de outrem sem troca, mas com a aparência de troca {*die Macht ist, sich fremde Arbeit ohne Austausch, ohne Äquivalent, aber mit dem Schein des Austauschs, anzueignen*}” (MARX, 1983, p. 546).

Assim, a identificação da *differentia specifica* faculta a delimitação da ordem de determinação existente entre as diversas relações sociais, as *formas de ser da sociabilidade*, no caso, capitalista, abrindo a via de distinção entre aquela que possuem um caráter mais essencial daquela que são uma *forma de aparição* (*Erscheinungsform*) desta. A concorrência, a relação social mais explícita da sociabilidade do capital, tanto entre os capitais quanto entre as forças de trabalho, tem o estatuto de *forma de aparição* quando considerada em referência às determinações mais centrais que nela encontram expressão. A concorrência não explica as *leis econômicas* particulares ao capital, mas é *delas executor*

(*ist deren Exekutor*), é uma *consequência* ou *resultado* (*Folge*) da dinâmica própria que se segue necessariamente da produção do capital, do impulso à maximização e à otimização do processo de valorização. Ricardo, por exemplo, por não tomar adequadamente essa distinção formal acaba deslocando a determinação do capital da relação social entre capital e trabalho, realizada na concretude imediata pelo intercâmbio entre suas *personæ*, para o âmbito da conexão entre o capital e o valor produzido. Deslocamento determinativo expresso, segundo Marx, pelo papel central conferido pelo economista inglês à *poupança*. Além disso, o próprio capital não é capturado senão sob sua forma de expressão, como um conjunto de valores de uso, e não como uma determinada relação social que converte estes valores em mediação da valorização de um valor anteriormente posto. Do que resulta que se eternize forma capital como mero meio de produção, como condição em geral da atividade produtiva. De relação social objetivada é compreendida sob sua forma de aparição a qual, não obstante seja necessária ao processo, não explica a si mesma. Vale ressaltar, adjacientemente, que na teorização marxiana, as formas de aparição não têm, a esse respeito, uma relação de subvalorização para com as determinações essenciais. A conexão entre essência e aparência não possui um caráter axiológico ou epistêmico, mas exprime teoricamente a ordem de determinações entre as instâncias do concreto. A aparência não é, nesse sentido, idêntica à falsidade, mas é considerada como uma *forma expressiva* das relações sociais essenciais. As formas de aparição tomadas em si e por si mesmas como se dão, sem o concurso de uma analítica que desentranhe suas determinações, apontadas pelo conjunto das determinidades, e as explicita articuladamente, resulta na mera justaposição das formas de expressão, ou, no máximo, na mensuração de suas correlações recíprocas.

A aproximação empirista mediada pela mensuração de efeitos e regularidades, destarte atinja em algum nível as determinações mais importantes, entretanto, não bastas para esclarecê-las, nem muito menos ainda, para esboçar a articulação categorial que perfaz a forma econômica capitalista. No caso Ricardiano, Marx denuncia que se tem a aceitação do excedente como quase uma resultante natural da produção, como uma mera variável dependente do *quantum* de trabalho seja aplicada sobre a matéria-prima, parte-se da efetividade imediata da riqueza, sem que esta mesma seja afinal objeto de exame. Na

melhor das hipóteses, como em Ricardo, põe-se em relevo o tema da variação das forças produtivas, mas sem alcançar a determinação propriamente formal que subjaz ao uso destas e as delimita como tais no processo de trabalho/valorização. Daí o problema é como se divide o sobrevalor e de modo algum como este é possível. A distribuição, e não a produção, dos valores passa a ser o verdadeiro assunto da economia. Tratada assim como *produção em geral* em caráter de máxima abstração, o processo capitalista de produção não é esclarecido em sua particularidade.

As relações do capital, uma vez tomadas por sua expressão como ocorre no transcurso do processo de trabalho, como *coisa*, e, por via disso, *naturalizadas*, tornadas algo derivado de uma *natureza humana*, não podem, no limite, serem esclarecidas. Os modos de conexão entre as categorias – por exemplo, a necessária separação dos trabalhadores para com os meios de produção – são tratados como modos naturais, fatos mortos da produção, sem origem ou desdobramento. No que tange a essa relação, a *separação (Separation)* aparece como fato natural, oriundo da lógica do valor de uso dos meios de produção, e não como aquilo que é: uma determinada forma histórico-social de relação entre os indivíduos que trabalham e as condições objetivas de sua atividade. A economia política, por isso, vê-se impedida de abordar cientificamente essa separação, e por isso, o próprio capital como tal, uma vez que *die Separation macht zu Kapital*. A separação, bem como a conseqüente oposição, dos meios de produção – como propriedade privada – frente aos trabalhadores é o núcleo relacional da produção capitalista (Cf. MARX, 1983, p. 459). As conexões ulteriores entre os momentos da produção assumem no interior dessa forma de naturalização das categorias sociais uma figuração teórica que não permite, ao limite, a identificação da determinação essencial dos momentos. Com o que se recai num tipo qualquer de afirmação de indeterminação conceitual, de agnosticismo ou mesmo na dispensa da própria delimitação científica daqueles momentos, como é o caso da alteração acerca da determinação da distinção entre *capital fixo* e *circulante*, o qual se verá mais à frente.

Da posição da cientificidade marxiana, ocorre exatamente o oposto. Como o encargo principal da analítica científica é exatamente proceder e estabelecer o mais seguramente possível a série de distinções, a determinação categorial, entendida como

delimitação efetuada pela indicação de diferenças específicas e essenciais entre as coisas permanece como parâmetro inegociável do discurso. A reciprocidade das determinações, por exemplo, entre valor de uso e valor de troca nos momentos da produção e da troca, não anula a especificidade das mesmas, nem cria um espaço para a afirmação sem mais de uma indeterminação. A unidade do processo de produção do capital, no interior da qual tanto a produção imediata do valor quanto a circulação deste aparecem como essenciais, não significa a posição de uma identidade absoluta dos momentos sob a vigência de um princípio *a priori* de talhe metodológico ou mesmo ontológico. Unidade e especificação são como tais, elas próprias, momentos de determinação da existência concreta e finita de entes, processos e relações. A mútua posição de valor de troca e valor de uso, como mediação e *telos* um do outro, não apaga de modo algum a particularidade determinativa de um e de outro.

A *differentia specifica* se põe no plano *formal* de distinção categorial. Trata-se antes de tudo do estabelecimento das determinações sociais que preenchem uma dada categoria nos diversos momentos constitutivos do processo do capital. O capital como tal também está subsumido nesse enquadramento. A distinção entre capital *circulante* e *fixo*, por exemplo – a qual é decisiva para a compreensão da relação entre o tempo de produção social e aquele de circulação (de desvalorização) – não deve ser entendida em sentido absoluto e substantivo:

(...) cada parte pode vir a ser considerada como fixa ou circulante uma frente à outra e postas efetivamente alternando-se neste relacionamento {*Beziehung*}. A simultaneidade do processo do capital nas diversas fases do processo é somente possível por meio dessa divisão mesma e disjunção {*Abstoßen*} em porções, da qual cada capital é, no entanto, capital em uma determinação diversa. (...) O essencial é sobretudo, aqui, ter em vista o capital como tal; que as determinações aqui desenvolvidas, são determinações que fazem do valor em geral capital; as quais constituem a *differentia specifica* do capital como tal (MARX, 1983, p. 562-563).

Nos termos da cientificidade marxiana, não se trata de *dois capitais*, de natureza diferente, mas da mesma relação social – *capital* – definindo o movimento de realização do valor e do mais-valor em dois momentos diferentes, mas complementares, do processo. De sorte que cada um dos capitais é capital, mas o são *in einer verschiedenen Bestimmungen*. Duas

determinações diferentes, que são, pois, componentes do processo de transformação do valor em capital como tal. Atos de uma processualidade que constitui a especificidade da própria produção – e, obviamente, da circulação – de mercadorias sob o mando social da relação capital. O tempo de circulação, no qual o trabalho como atividade de valorização não é absorvido, corresponde a uma *transposição* (*Umsetzen*) do valor que está pressuposto (*vorausgesetzt*) de uma determinação formal (Cf. MARX, 1983, p. 563), como valor (*plus* mais-valor) criado, posto pelo processo imediato de produção, em outra, como valor valorizado destinado a realizar-se sob sua forma autônoma, como dinheiro (*plus* dinheiro). Não há no seu decurso criação de um novo valor, e muito menos acréscimo de um mais-valor.

A *differentia specifica* do capital subsume a circulação como momento necessário e, não constituinte da criação do valor, não obstante tenha, negativamente, um peso específico para a realização dele. O valor (incluindo evidentemente um *quantum* de mais-valor) assume, ou ao menos pode *vir a assumir*, por meio da circulação uma forma mais adequada à reprodução da riqueza como capital. A forma autônoma do dinheiro permite ao valor tomar a existência plena de capital, uma vez que o desvencilha dos óbices e limites da particularidade de uma figura discreta e objetivamente determinada pelo seu uso potencial e pelo conjunto das características finitas dos produtos do processo imediato de produção. Como dinheiro, ao contrário, o valor (*plus* mais-valor) pode livremente “encarnar-se” em outras figurações objetivas a fim de se reproduzir, de se incrementar. No entanto, a mutação do valor *in rebus* para a sua forma autônoma implica num tempo em que a valorização como tal não se põe atualmente, mas apenas pode, em seus resultados, aparecer na outra ponta do processo, como um *plus* em dinheiro. É um tempo de desvalorização do próprio capital, temporalidade negativa ou degenerativa que o valor, por assim dizer, *experimenta*, na medida em que se faz necessário o seu deslocamento junto com o da mercadoria que o abriga em direção ao *locus* mercantil propriamente dito. Alteração meramente formal que não acrescenta um grânulo sequer de valor novo ou a mais, pois se trata tão somente de intercâmbio de equivalentes. Muito diversamente de criar valor, a circulação pode, na contingência envolvida nas suas várias operações, depreciá-lo ou mesmo destruí-lo. Momentos que se apresentam como formal e empiricamente antitéticos, mas que fazem

parte da mesma unidade de determinações que circunscrevem a forma social de produção do capital e não devem por isso ser abordados na sua antítese imediata:

O capital contém certamente ambos os momentos em si. 1. O tempo de trabalho como momento criador de valor. 2. O tempo de circulação como limitando o tempo de trabalho e por isso limitando o momento da criação total de valor pelo capital; como necessário, porque o valor ou o capital, o qual é resultado imediato do processo de produção, mas, na verdade, *valor* não-posto em sua forma adequada. O tempo – transcorrido entre produção e reprodução – exigido por essas conversões formais é tempo desvalorizando o capital. Se, por um lado, a continuidade entra na determinação do capital como circulante, processando-se {*prozessierend*}, da mesma forma, a *interrupção* da continuidade (MARX, 1983, p. 564).

O que vale para determinar a função circulante, vale igualmente para aquela fixa. Tem-se então unidade e diversidade de determinações na delimitação do valor de uso do *capital fixe*, como elemento ou conjunto de condições reais que tomam parte no processo imediato de produção das mercadorias:

À origem, como consideradas na passagem {*Übergehn*} do valor ao capital, o processo de trabalho veio tão somente a ser acolhido no capital, e por suas condições materiais, seu ser-aí material, o capital aparece como a totalidade das condições desse processo e secretado {*sonderte*} em si em correspondes porções qualitativamente diferentes, como *material de trabalho* (que é a expressão conceitual e correta, e não material bruto), *meios de trabalho* e *trabalho vivo*. Por um lado, era o capital, sua existência material {*stofflichen Bestehn*} dissociada nesses 3 elementos; por outro lado, era sua unidade movida mesma o processo de trabalho (ou a unidade desses elementos uns com os outros no processo), em repouso, o produto (MARX, 1983, p. 591).

Por um lado, a determinação como capital atravessa como caráter social – *formal* – dos elementos constantes da produção. Por outro lado, como efetividade processual ou *realer Prozess*, o capital como tal sofre uma alteração no curso da qual a existência das condições como capital se separaram totalmente (*fiel ganz auseinander*) de sua determinação social essencial da forma de ser. Constituindo, pois, seu *stoffliche Seite*. Assim, continuam a ser capital, *o material de trabalho, os meios da atividade e a própria atividade da força de trabalho viva*, mas cada um segundo determinidades específicas dentro do processo imediato de trabalho, como momentos objetivos deste. A *differentia specifica*, nesse sentido, não equivale a um talhe determinativo cuja *démarche* essencial seja aquela da

identidade absoluta. Ao contrário, dada sua natureza processual, finita e concreta, a produção do capital afirma a sua determinação principal, a valorização do valor, como existir efetivo de condições objetivas e subjetivas realmente mobilizadas, numa movimentação cujo resultado é uma coisa ou efeito de valor/mais-valor. A par disso, existem os elementos do *capital fixe* antes de sua movimentação no processo de produção concreto como pressuposições do capital ou como capital pressuposto. Como tal, a determinação formal de capital ainda é o momento preponderante de modo incontestável. A *Formbestimmung* os põe em perfeita *homogeneidade (Gleichartigkeit)* no que tange à delimitação de sua existência social, econômica. A forma material (*stoffliche Form*) é, nesse contexto, uma forma de aparição múltipla do próprio capital, uma determinada divisão deste em *Portionen* discretamente distinguíveis. Compondo ativamente o processo concreto de trabalho, de uma parte, o capital existe como elementos ou condições objetivas movidas no sentido da produção do valor, estes mesmos como valor já posto. De outra parte, existe como força que se objetiva nas, pelas, e sobre as, condições, *pondo valor (wertsetzend)*, como potência realmente ativa, criando valor novo e, simultaneamente, mais-valor. Esse último é o capital emergindo do processo de trabalho na forma concreta de um resultado particular. Por conseguinte, os diversos elementos da produção – das condições ao produto – se revelam formas materiais de existência do capital, estes são determinados preponderantemente não tanto por suas propriedades físicas e imediatas, como coisas úteis *em geral* a um processo ou atividade qualquer, mas especificamente como *o valor de uso do capital (der Gebrauschwert des Kapitals)* (MARX, 1983, p. 592).

A determinação de *valor de uso do capital* assumida objetivamente pelos elementos do processo imediato de produção é particularmente observável no desenvolvimento que os meios de trabalho conhecem sob a égide do capital. O sistema da maquinaria é, a esse respeito, para Marx, uma das realizações das mais acabadas dessa determinação social, da forma de ser capital dos fatores – objetivos e subjetivos – da produção. No engendramento progressivo do processo maquinal de produção tem-se a adequação do meio de trabalho à função precípua de valor de uso para a valorização. Mesmo não abolindo a figura objetiva, concreta e por-si dos meios de trabalho, o evolver que vai do uso dos membros do corpo do trabalhador como máquina à criação do maquinário automática e autônomo propriamente

dito é um roteiro que impõe à objetividade dos elementos mediadores da atividade a forma de ser do capital. A transferência do controle do processo do sujeito para o meio tornado autômato (*Automat*) é um desenvolvimento do trabalho produtor de valor que corresponde à afirmação objetiva do *pôr valor* como fim em si, da forma capital do processo produtivo. Não obstante a máquina possa manter-se como tal na ausência da relação capital, ser concebida e usada *capitalisticamente* {aqui incluir a discussão da maquinaria de *O Capital*} tem consequências reais para a sua forma concreta de ser, seu *ser-aí material* (*stofflich Dasein*) e sua *existência* (*Existenz*) como meio de trabalho (Cf. MARX, 1983, idem).

A determinação própria do valor de uso do capital na forma do instrumento de trabalho simples ou unitário, segundo a qual este último serve de intermediário ou *meio*, que transmite a atividade do trabalhador é diverso do caso específico da maquinaria. Nessa existindo como capital, o que se tem é o conjunto de atos perpetrados pelos indivíduos subsumidos como mediação da ação da máquina ou do sistema automático de produção. Nesse sentido, a habilidade (*Geschick*) e a atividade (*Tätigkeit*) tornam-se apanágio ou caráter do meio convertido em centro do processo de produção. Coisa, que se ressalte, não se origina apenas de contingências surgidas no curso do desenvolvimento técnico-tecnológico, mas depende da forma da produção. Essa transferência progressiva e necessária do centro de gravidade da produção do valor da força de trabalho operando concretamente para o meio de suas operações corresponde exatamente à acentuação determinativa do trabalho morto, como capital, frente ao trabalho vivo, como mera operacionalidade de uma força abstratamente concreta de valorização. Desse modo,

A apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado – da força ou da atividade valorizadora pelo valor sendo por si {*Wert seiend für sich*}, está no conceito do capital, é posta, na produção baseada na maquinaria, como caráter do próprio processo de produção também em seus elementos materiais e por suas condições materiais. O processo de produção cessou {*hat aufgehört*}, no sentido de ser {*zu sein*} processo de trabalho, enquanto trabalho como unidade dominante que predomine sobre ele {*berrschende Einheit über ihn übergriffe*} (MARX, 1983, p. 593).

A assimilação da capacidade de trabalho na forma abstrata de uma força de valorização, como puro item do capital, abriu e abre caminho para a conversão ôntica dos meios de trabalho capitalizados em momento preponderante do processo de produção. Como forma

de existência social da produção, o capital determina e adstringe a potência de valorização efetiva, a força de trabalho, transformando-a em momento necessariamente subsumido em relação àqueles nos quais esta se põe como elementos ou condições objetivas da atividade. O caráter de *poder estranho* (*fremde Macht*) da maquinaria – como capital – frente aos indivíduos que a mobilizam aparece como resultado concreto e finito da *differentia specifica* da interatividade capitalista; de modo algum, como sugere certa crítica das chamadas *técniências*, sob a forma de uma propriedade intrínseca à objetividade da tecnologia como ente ou processo de efetivação.

Todo o conjunto de fenômenos típicos do capital que emergem na relação entre os sujeitos vivos e ativos, de um lado, e as condições da atividade vital dos mesmos, convertidas em capital, de outro lado, reunidos sob a rubrica de *entfremdet Arbeit*, são por isso, entendidos como forma de aparição das determinações essenciais do caráter social particular da produção social capitalista. São decorrências de talhe objetivo que determina a forma de existir do conjunto de elementos da produção/valorização, na medida em que é a tendência necessária (*notwendige Tendenz*) – ou seja, imanente e inerente – ao capital: *diminuir o quanto possível o trabalho necessário*. Os aprimoramentos e progressos técnico, científico e tecnológico aparecem determinados como exprimindo essa linha tendencial de desenvolvimento da forma capital de ser, porquanto ao aumentarem a potência produtiva da atividade, diminuem o peso relativo do tempo de trabalho requerido à reprodução do valor da força de trabalho. Frise-se então que, não obstante não derive simplesmente de uma determinação puramente técnica, a *economia de tempo* ou o *aumento da produtividade como tal*, se expressa objetivamente como ganho técnico de potência em geral da produção:

Na maquinaria, o valor objetivado aparece, além disso, como uma pressuposição frente a qual, a força valorizante da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno {*ein unendlich Kleines*}; pela produção em massas enormes que é posta com a maquinaria, desaparece igualmente no produto toda a conexão com o carecimento imediato dos produtores {*Produzenten*} e por isso com o valor de uso imediato; na forma que toma o produto produzido e nas relações sob as quais ele é produzido, está posto já como portador do valor, e seu valor de uso apenas como condição para isso (MARX, 1983, p. 594).

O capital aparece como objetividade material e/ou concreta que domina, agora também tecnicamente, o processo de trabalho/valorização. Defronte aos trabalhadores individuais, a dominação do capital aparece – de modo espelhado – como império da tecnologia sobre o trabalho. O capital como *capital fixe* aparece, dessa maneira, como a existência real de *uma pressuposição (eine Voraussetzung)* necessária ao próprio processo de trabalho; na forma duma coisa *sine qua non* à atividade como tal.

A *differentia specifica* conquanto seja “formal” não significa, entretanto, mera formalidade, ou aspecto contingencial ou mesmo intangível do *Dasein*. Ao contrário, na formulação marxiana do problema, que retoma explicitamente os termos e o espírito dos escritos tradicionalmente alcunhados genericamente como “de juventude”, indica a forma capital, particularmente *capital fixe*, como uma dada modalidade histórico-social de existência concreta dos elementos da produção. Nesse âmbito, a *pequenez, als unendlich Kleines*, com a qual o trabalho vivo se reveste no interior do processo imediato de produção automatizado nada mais faz senão expressar na forma do ente a especificidade determinativa do capital como tal. O *estranhamento* reaparece na maturidade marxiana, agora obviamente mais determinado, como consequência de uma relação social econômica real que se exprime objetivamente como caráter social concreto dos meios de produção frente à força de trabalho ativa. Por outro lado, isso não somente se expressa na forma do trabalho objetivado diretamente como *capital fixe*, mas também na sua versão *variable*. Os produtos do processo de produção engendrados no contexto da maquinaria capitalista, necessariamente como uma *enormen Massen*, exprimem num outro momento da valorização a mesma determinação do capital. Como entes oriundos de uma atividade regida e delimitada pelos ditames da valorização do valor, os produtos como mercadorias tem apagadas quaisquer conexões com a satisfação da necessidade imediata individual como tal. Portanto, o produto *é produzido apenas como portador do valor e seu valor de uso apenas como condição para isso (Trager von Wert und sein Gebrauchswert nur als Bedingung hierfür)*.

A especificidade do capital como modo de produzir historicamente particular redundava numa *reconfiguração (Umgestaltung)* da forma de existir de entes, processos e relações. Essa transformação se revela como modalização dos elementos da produção. No

caso do modo capitalista de produção, o desenvolvimento dos meios da atividade em maquinaria não é, para Marx, de modo algum acidental. A determinação específica do capital implica no curso de seu próprio evoluir a assimilação crescente como força produtiva da valorização dos desdobramentos da técnica e da cientificidade, na medida em que os coloque como mediações que incrementam a extração de mais-valor; a produção da riqueza. Desse modo, a

(...) acumulação da ciência {*Wissen*} e da habilidade, da força produtiva universal do cérebro social {*der allgemeinen Produktivkräfte des gesellschaftlichen Hirns*}, é assim absorvida {*absorbiert*} no capital e aparece por isso como propriedade do capital, e particularmente como *capital fixe*, este ingressa {*eintritt*} assim como meio de produção no processo de produção (MARX, 1983, *idem*).

O corolário de todo esse processo de reconfiguração categorial é o deslocamento da centralidade da atividade produtiva da força de trabalho ativa para a posição das condições objetivas de produção, em especial dos meios de trabalho tornados autômatos e autônomos. Dessa maneira, “não é no trabalhador, mas no capital que se apresenta o trabalho social geral {*ist es nicht in dem Arbeiter, sondern im Kapital, daß sich die allgemein gesellschaftliche Arbeit darstellt*}” (MARX, 1983, p. 595). O caráter da própria cientificidade moderna se vê desnudado porquanto se identifique a determinação social – *capital* – que necessariamente tem de assumir para poder desenvolver-se. Talhe social que, evidentemente, não esgota o incremento da potência de autoprodução dos homens, pois constitui tão somente *uma* forma de ser social historicamente engendrada das forças produtivas sociais. Nesse sentido, Marx não postula uma identidade abstrata, indeterminada, entre força produtiva e capital, e muito menos entre este último e as ciências. No entanto, o capital, primeiro pressupõe historicamente um determinado grau de desenvolvimento das formas de cientificidade sobre a natureza, e, depois, passa a pressupor crescentemente o impulso cada vez mais incrementado do aperfeiçoamento destas. A cientificidade em geral é formatada como força objetiva de valorização, de transformação do valor em capital.

A complexidade da determinação pela forma histórico-concreta de ser da interatividade humana, a sua delimitação por uma dada *differentia specifica*, que

particulariza de modo efetivo o fazer social dos homens, redundando em que essa objetividade formal ou *forma objetiva de existir* em nada se identifique com uma marca antropológica ou uma destinação natural (por natureza, de uma vez por todas). Diversamente, a historicidade imanente das categorias que definem o modo de ser social dos homens, em que pese sua realidade – inclusive empírico-material – bem como as potenciais irreversibilidades que cada reconfiguração possa dar azo, tem por *démarche* seu caráter mutável e mutante. E isso não somente pelo talhe histórico, mas igualmente em função de que se engendram necessariamente potenciais reais de atuação social que não se confundem com as formas limitadas pelo teor das relações sociais a cada momento. O capital em não sendo *uma coisa*, mas uma dada forma de existir das coisas, ainda que as afete, não impede em sentido absoluto a vigência dos aspectos técnicos que independem da determinação da tecnologia, por exemplo, como capital. Assim como ocorre no caso da mercadoria em sua existência imediata, o valor de uso também não é suprimido por sua existência de mediador da valorização. Na forma mercadoria, o seu valor de uso, a efetividade e a materialidade plasmadas pela interatividade social, é subsumido como vetor do valor, mas com ele não necessariamente se identifica, nem pode ser abolido. O valor de uso da maquinaria, como elemento mediador objetivo de produção de objetos do cuidado humano, permanece – e deve permanecer – a fim de dar continuidade ao processo de valorização como tal. Não existe valor sem valor de uso, assim como não existe produção de capital sem produção material e objetiva de coisas e efeitos carecidos. A existência do complexo das forças sociais de produção como valor de uso do capital,

(...) de modo algum quer dizer que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital ou que sua existência *{ihr Bestehn}* como maquinaria seja idêntica com sua existência como capital; tampouco quanto o ouro cessou *{aufhörte}* de ter seu valor de uso como ouro logo que não fosse mais *dinheiro* (MARX, 1983, p. 596).

A especificidade formal do capital que amolda sociamente entes e processos constantes da produção imediata, por certo, como se viu, fornece o sentido e a direção nos quais o conjunto de elementos e condições da atividade é mobilizado. Nesse particular, de certo modo, o arcabouço e o arsenal de coisas e comportamentos implicados na produção de valores são, por assim dizer, *capital*. Entretanto, essa forma de ser-áí concretamente não

deve ser entendida como uma dedução de uma suposta essência oculta nos meandros técnicos do valor de uso, a qual se expressaria adequadamente. Ao contrário, a forma *capital* é somente uma dada modalidade de existência social que, não obstante afete, e até adstrinja, a efetividade do valor de uso, de maneira nenhuma é a única forma de ser possível deste conjunto objetivo de propriedades dos objetos, ou mesmo a mais produtiva do ponto de vista estritamente técnico. Nesse âmbito,

(...) de que a maquinaria seja a forma adequada do valor de uso do capital fixe de modo algum resulta daí que a subsunção {*Subsumtion*} sob a relação social do capital seja a relação social de produção adequada e melhor para a utilização {*Anwendung*} da maquinaria (MARX, 1983, idem).

Pode muito bem acontecer o contrário, que determinadas formas sociais de existência sejam perniciosas ou, no mínimo, limitantes para o desenvolvimento dos elementos e condições – objetivas e subjetivas – da produção.

A importância central da delimitação precisa do que constitui a *differentia specifica* não se resume ao momento presentemente explicitado da trajetória da elaboração científica de Marx, nem muito menos esgota seu potencial cognitivo na determinação da forma capitalista em termos genéricos. Ao contrário, o enfrentamento teórico marxiano tanto no que tange ao espectro de problemas enfrentados quanto na discussão crítica das proposituras da economia política como disciplina científica se nutre constantemente daquela identificação categorial, bem como a potencializa e desdobra, na indicação de outros eixos conceituais. Assim, se pode ver com clareza o aprofundamento da determinação do *momento preponderante* da forma social capitalista de produção no delineamento que ganham os temas examinados no desenvolvimento da crítica da economia política em *O Capital* e em outros escritos posteriores, como as *Theorien über den Mehrwert* etc.

III

***Differentia Specifica* e Produtividade Analítica**

A *differentia specifica* aparece em *O Capital*, num primeiro momento, no contexto da crítica marxiana ao modo como operam os economistas com relação às categorias, com

vistas à determinação do capital. Nesse sentido, Marx indica a ausência da identificação precisa da determinação essencial particular que delimita e define a forma histórica moderna da produção da vida humana. A objeção se centra no fato de a economia política, em geral, cingir-se à posse de certas características em abstrato, a produção e a troca de mercadorias, por exemplo, e a partir daí passar à construção de sistemas teóricos:

(...) Dois pontos são aqui característicos para o método da apologética economista {*ökonomistischen Apologetik*}. Primeiro, a identificação de circulação de mercadorias e troca imediata de produtos por meio da abstração de suas diferenças. Segundo, a tentativa de vir a negar {*wegzuleugnen*} as contradições do processo capitalista de produção, na medida em que se dissolvem as relações {*Verhältnisse*} de seus agentes de produção nas conexões {*Beziehungen*} simples que se originam da troca de mercadorias. Produção de mercadorias e circulação de mercadorias são, entretanto, fenômenos que pertencem a diferentes modos de produção, com extensão e alcance também diferentes (MARX, 1998, 23, p. 128).

Como corolário da *sabedoria dos economistas* tem-se a identificação abstrata, ou seja, sem a explicitação das diferenciações principais, entre *circulação de mercadorias* e *troca imediata de produtos*, com o que é dissolvido ou anulado (*auföst*) o que distingue efetivamente os diversos modos de produção um dos outros. O problema reside no fato de que esse “método” desconsidere pura e simplesmente que fenômenos econômicos ainda que presentes em momentos e formações societárias diferentes têm *extensão* (*Umfang*) e *alcance* (*Tragweite*) bem diversos, dependendo do modo de produção em que funcionem como forma do processo produtivo. Assim, produção e troca/circulação de mercadorias podem tomar parte da produção da vida em momentos históricos diversos, mas exatamente por conta dessa diversidade efetiva, capturada e explicitada pela *differentia specifica* pensada, possuem “sentidos” concretamente diversos. A *differentia specifica* do sistema do capital, a produção do mais-valor, constitui e delimita funcionalmente tanto a produção quanto a troca/circulação de mercadorias como momentos integrados e reciprocamente determinados da valorização. A valorização do valor, a transformação do dinheiro – seja na forma da materialidade direta das condições objetivas de produção, seja na da moeda – em capital, é o elemento regulador e determinativo da produção e da movimentação das mercadorias. Na medida em que essas últimas existem como formas particulares e objetivas do capital, o circuito por elas descrito, do seu engendramento no processo imediato de

trabalho à sua conversão final em dinheiro, obedece à diretiva da valorização. Algo bem diverso do que ocorria no interior de modos de produção anteriores e/ou diferentes do capitalismo. O que acentua de modo explícito que o centro de gravidade do pensamento de Marx é a distinção categorial, o estabelecimento da diferenciação dos fenômenos da vida social, a identificação o mais rigorosa ou precisa possível do que particulariza uma determinada forma histórico-social da produção frente às outras. A mercadoria como produto do processo imediato de trabalho, mas determinado como de valorização, é algo de bem distinto, e particular, em relação ao que era, por exemplo, na medievalidade tardia.

A identificação do caráter essencial capitalista que assumem produção e intercâmbio sociais permite reposicionar categorialmente o problema da determinação *dos capitais*, porquanto os explicita como *momentos* ou *funções* do *quantum* de mais-valor extorquido no curso do processo de valorização. Nesse sentido, a cientificidade marxiana tem como escopo a distinção entre formas de ser, entre determinações, bem como entre os níveis em que se dá a relação entre elas, o modo como se efetiva a concatenação ou articulação das mesmas. As categorias que descrevem e explicam teoricamente a forma de ser da realidade social tem seu lugar conceitual parametrizado pelo momento da *differentia specifica* que fornece o balizamento ou a orientação que delimita a validade e o sentido de cada uma daquelas dentro do contexto circunscrito pelo modo particular e concreto de produzir a vida humana numa dada época. No moderno sistema de produção capitalista, a *relação social* capital constitui esse traço determinativo fundamental em torno do qual se erigem as demais relações e processos societários. A analítica marxiana tem sempre frente a si esse momento predominante, o qual determina a particularidade da produção do mais-valor.

O que evidentemente não exclui as transformações pelas quais possa passar a sociabilidade, alterações que tornam ainda mais complexas e interdependentes as relações que caracterizam a produção capitalista. No entanto, tais mutações se dão sempre no sentido do aprofundamento e do enriquecimento categorial do capital, e como tais são postas, ao menos virtualmente pelo desenvolvimento real das relações capitalistas, bem como da universalização do seu caráter social. O sentido efetivo dessas transmutações acaba sendo sempre definido pela *differentia specifica* do capital, a qual delimita o alcance

relativo das próprias mudanças. Um dos momentos analíticos em que se pode observar isso é o do exame marxiano das relações entre a acumulação capitalista e o comportamento do capital variável, ou seja, do *quantum* de valor despendido em salário.

A acumulação do capital, ou seja, a reprodução ampliada do valor em escala cada vez mais colossal, possibilitada e expressa na produção industrial arrimada na maquinaria e na transformação da ciência/tecnologia em *capital fixe*, não altera o *caráter fundamental* (*Grundcharakter*) do sistema do capital (Cf. MARX, 1998, 23, p. 641). E isso, não obstante tenha como horizonte e resultado o alargamento da massa de salários e/ou de assalariados. Conquanto represente um avanço da produção social no que tange à situação contingente da força de trabalho, na medida em que force o deslocamento relativo do valor para o polo do *capital variable*, a relação social capital não se altera no que respeita à determinação essencial. A subsunção do trabalho vivo como potência de valorização sob o mando do trabalho morto como capital tem seu escopo aumentado, passa a normatizar economicamente mais nichos da produção. Assim, portanto delimita-os como *sítios* da valorização do valor, mas não faz necessariamente pender para o canto oposto ao do capital a instância de legiferação e de regulação da produção de riqueza como tal. O que constitui outro ponto importante a ressaltar acerca do peso da *differentia specifica* no pensamento de Marx. As alterações de determinidade sofridas pelo complexo objetivo da produção social, o qual é historicamente concreto e determinado, a ampliação relativa da proporção de valor voltado a um dos momentos, não constituem mudanças de forma que façam um dado modo de produção “transitar”. Nesse sentido, os efeitos da acumulação do capital, ainda que sejam perceptíveis na distribuição do valor sob as suas duas formas elementares, não causam automaticamente a mutação da determinação principal, se esta permanece sendo a *nomos* da produção.

As melhorias palpáveis, e reais, de vida e de condições de reprodução da força de trabalho, constituem, por isso, para Marx, uma *goldnen Kette*, um grilhão dourado. O qual tem por efeito, não necessariamente por *telos*, uma *losere Spannung*, um relaxamento da tensão societária, que, entretanto, não altera a configuração da sociabilidade, a forma particular da relação social de produção que é a *differentia specifica* da ordem do capital:

Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um maior *peculium* tampouco superam {*aufheben*} a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco a dos trabalhadores assalariados. Preço aumentado do trabalho em virtude da acumulação do capital, quer dizer de fato somente que o tamanho e o peso do grillão dourado que o trabalhador assalariado já forjou para si mesmo, permite um relaxamento da tensão (MARX, 1998, 23, p. 646).

A conexão social entre capital e trabalho permanece referenciada pelo *Zweck* do capital, o qual a *persona* deste deve obrigatoriamente perseguir como interesse pessoal: *Verwertung seines Kapitals* (MARX, 1998, 23, p. 647). A obtenção do mais-valor, da alíquota que suplanta o valor despendido na forma de *capital variable*, é a meta da própria produção. A riqueza como valor excedente extorquido na produção, incorporado no valor da mercadoria criada, em sendo a forma de existência preponderante do carecimento social satisfeito na produção, persevera como determinação principal do processo.

O aumento relativo da massa de salários não indica, por conseguinte, uma mudança radical na forma da interatividade, da produção social da vida, que permanece sendo, pela existência mesma da *forma* assalariada da apropriação dos resultados da produção pela força de trabalho. Logo, um modo de produzir a vida cuja pressuposição principal seja a de um *quantum* de valor produzido e não percebido pelo trabalhador. A atividade de mobilizar condições objetivas de produção como capital – *utilizadas capitalisticamente* – compele à existência de um *surplus* em valor não pago pelo capitalista. O que é *bedingt seiner Natur*. A determinação do capital como tal reside na forma da relação social que preside, e sob a qual transcorre, a produção e não por elementos contingenciais como, por exemplo, a figuração mais ou menos pungente que assume a extorsão de mais-valor.

A identificação científica da *differentia specifica* do capital oferece ademais aqui a possibilidade de refutar a explicação da acumulação do capital em função de uma pretensa *natürlichen Populationsgesetz*, pondo o movimento de reprodução da força de trabalho, e de seus sujeitos reais, dentro dos marcos da forma social da produção:

A lei da produção capitalista, a qual subjaz {*zigrunde liegt*} à pretensa “lei natural da população” chega simplesmente a isso: a relação entre capital, acumulação e taxa do salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago transformado em capital e o adicional deste necessário à movimentação do capital adicionado (MARX, 1998, 23, p. 649).

Ao invés de conceber a interação entre acumulação de capital e variação de força de trabalho disponível como resultante de uma relação entre termos extrínsecos e naturalmente isolados, a crítica marxiana os demonstra como momentos do movimento de valorização ampliada do próprio capital. Como elementos e relações essenciais para a reprodução do valor valorizado que põe – e repõe – continuamente as pressuposições da capitalização numa potência mais elevada a cada ciclo. Trata-se da relação entre *unbezahlten und bezahlten Arbeit*. Ou seja, a descrição analítica da forma capital da produção, uma determinada conexão entre *quanta* de tempo de atividade mobilizado na produção das mercadorias. Liame que expressa na forma de organização da temporalidade interna do valor uma dada, e historicamente particular, relação social que condiciona e formata o processo de trabalho como processo de valorização.

Outro momento importante em que a determinação da *differentia specifica* aparece em *O Capital* é no capítulo 11 da segunda seção do livro II, intitulado *Teorias sobre Capital Fixo e Circulante - Ricardo*. O tema aqui é o da crítica da concepção ricardiana acerca da distinção, ou ainda melhor, da oposição entre *capital fixo* e *circulante*. Oposição que ele aborda no interior de uma confusão categorial, atinente à ordem de determinações:

O capital circulante vem a ser aqui [na passagem referida por Marx], por um lado, confundido com o capital variável, isto é com a parte do capital produtivo gasta em trabalho. Por outro lado, entretanto, como a oposição não é engendrada {*geschöpft*} a partir do processo de valorização – capital constante e capital variável – mas do processo de circulação (a velha confusão smithiana), surgem determinações duplamente falsas. (...) ao invés de ver através {*durchschau*} do mecanismo interno, situando-se na posição dos fenômenos acabados, então essas diferenças [de uma parte, aquela entre capital constante e variável, e, de outra, entre fixo e variável] de fato coincidem (MARX, 1998, 24, p. 117-118).

Como toma por ponto de partida os *fenômenos acabados* (*fertigen Phänomene*), ou seja, as formas de aparição imediatas das determinações do capital, especificamente, o processo de circulação *in abstracto*, tem-se como resultado uma equiparação de momentos diferentes do processo total de valorização. Identificação abstrata que se expressa na identidade tácita entre duas distinções de natureza diversa: de um lado, a diferença de grau de durabilidade do capital fixo e, de outro lado, aquele referente ao capital na forma de fixo e de variável.

Esse equívoco ou indistinção não provém de uma lacuna de caráter metodológico ou de talhe lógico, mas de uma dada *posição (Standpunkt)* que se toma frente à coisa abordada. Posicionamento esse que não deriva ou depende de uma eleição gnósio-epistêmica, do arranjo que se escolhe e é conferido antecipadamente aos procedimentos, mas do reconhecimento do caráter de *por-si* do objeto. Caráter ou feitio que impõe como modo de procedimento uma analítica de determinações, na qual os momentos ou elementos constitutivos devem ser identificados tanto em sua contextura próprio quanto em sua interrelação ou interdeterminação recíproca. Conjunto de passos ou de procedimentos cognitivos que não necessariamente se configuram como *um método* no sentido filosófico moderno do termo. Ao contrário, a série de andamentos e atos teoréticos marxianos são postos pela prioridade ôntica postulada à coisa. No caso em particular, a delimitação do processo de produção como momento preponderante a partir do qual se estabelecem certas distinções arimadoras da explicitação das categorias advém da constatação do processo de valorização antes de tudo como processo de produção historicamente determinado. Um modo particular de produção da vida humana. Não sendo, portanto, resultado de uma *démarche* metodológica ou epistêmica. O que desloca a questão mesma do terreno da fundamentação teórica *a priori* para aquele circunscrito pela existência objetiva do complexo categorial examinado. Desse modo, a analítica tem diante de si a existência imediata da multiplicidade de mercadorias em circulação, mas precisa alcançar a determinação que dá empuxo e direção ao movimento das mercadorias. Vetor esse que, muito embora esteja presente no processo de circulação, não é explicável pela própria movimentação do capital sob a forma das mercadorias produzidas no momento de realização do valor. Disso se segue que a explicação da circulação se dê, em princípio, pelo remetimento da forma elementar da riqueza a seu processo de gênese efetiva, o que equivale a *descobrir (durchschauen) a engrenagem íntima (innere Getriebe) do processo capitalista de produção.*

Acerca da temática da questão de método na crítica da economia política, o presente trabalho voltar-se-á em momento adequado. Por ora, cabe assinalar que o descobrimento analítico da *differentia specifica* do modo de produção capitalista, da determinação que confere ao sistema do capital sua fisionomia peculiar, é o resultado da analítica das formas

sociais de ser que perfazem a produção social moderna. O qual, por sua vez, permite o deslindamento das categorias e da concatenação que as articula em um modo de produção societário historicamente particular e concreto. Formas da existência de entes, processos e relações que se encadeiam segundo a ordem de determinações que é *engendrada* (*geschöpft*) do caráter efetivo e específico que assume o processo de produção como processo de valorização.

A concepção predominante na economia política parte do momento da circulação das mercadorias, como dado imediato da intuição e da representação, de modo empiricista, como existência pura e indeterminada. Os economistas leem a totalidade do movimento do capital a partir do processo de circulação, tomando aquele em sua duplicidade formal imediata, *fixo* e *circulante*. Dualidade que pode expressar e não ser determinante do circuito de realização do capital. A distinção fundamental entre *capital fixe* e *variable* não encontra ressonância teórica, e ao assim se dar, não é tratada:

Essa propriedade característica da parte do capital gasta em salários, a qual distingue *toto caelo* capital variável do capital constante, desaparece, porquanto é considerada a parte do capital gasta em salários simplesmente da posição do processo de circulação e assim aparece {*erscheint*} como capital circulante em oposição ao capital fixo gasto em meios de trabalho. Isso fica explícito já, por estar sob uma rubrica – a do capital circulante – junto com uma componente do capital constante, gasta em material de trabalho, vem a ser contraposta a uma outra componente do capital constante, gasta em meios de trabalho (MARX, 1998, 24, p. 122-123).

Uma vez que a segunda forma de ser do capital no processo de produção é recoberta inteiramente pela rubrica *circulante*, a relação mesma que constitui o núcleo da produção de capital, a extorsão de mais-valor, não é apreendida e desvendada. Desse modo,

(...) a diferença totalmente crucial entre capital variável e constante é apagada; portanto, todo o segredo {*Geheimnis*} da formação do mais-valor {*Mehrwertbildung*} e da produção capitalista, as circunstâncias {*Umstände*} que transformam certos valores e coisas em capital, é apagado (MARX, 1998, 24, p. 124).

A alíquota de valor que *funciona* como mecanismo de apropriação de força de trabalho, em troca da qual a utilização desta última é penhorada, não encontra expressão como categoria pensada e é cancelada cientificamente.

A posição *empirista abstracta*, assim criticada por Marx, confunde as determinidades físicas, como a durabilidade – que depende de propriedades físicas das coisas –, com a determinação essencial de natureza formal, o caráter social conferido pela função desempenhada pelo meio de produção no processo de trabalho/valorização. Nesse sentido, “a durabilidade da matéria, da qual é feito, não faz dele [do material de trabalho] em e para si capital fixo” (MARX, 1998, 24, p. 128). Ao contrário, a durabilidade como categoria econômica se define em função do papel que esse material cumpre como mediação objetiva do processo de valorização. Ou seja, as próprias determinações tecnológicas dos meios de trabalho, em princípio, dependem também de *seiner Qualität als fixes Kapital*, a qual é, por sua vez, uma *quididade* essencialmente social, expressa uma dada forma das relações sociais de produção.

Não obstante a determinação de capital fixo seja de natureza social, derivada do contexto fixado pelas relações sociais de produção preponderantes, a materialidade ou a objetividade própria do valor de uso, como conjunto de propriedades inerentes e intrínsecas ao artigo produzido, não estão necessariamente excluídas da questão. Assim, a durabilidade característica do “material” do qual se compõe ou é feito o objeto resultante do processo de trabalho/valorização é uma determinação que se articula àquela de capital. Mas, não como determinante, mas sob o modo de aspecto determinado pela *função social* de ser capital. Dessa maneira, com relação ao valor de uso delimitado como *capital fixe*, “A durabilidade de sua matéria {*Stoffs*} é, portanto, uma condição de sua função como meio de trabalho, e por isso também fundamento material {*materielle Grundlage*} do modo de circulação, que faz dele capital fixo” (MARX, 1998, 24, *idem*). Sendo *materielle Grundlage*, a série objetivamente articulada de qualidades e elementos que perfazem o valor de uso é subsumida categorialmente ao capital como relação social ou forma de ser da efetividade societária. O valor de uso que *funciona* ou é *utilizado capitalisticamente* não é de modo algum inerente e naturalmente capital.

A analítica marxiana desvela, por conseguinte, o talhe próprio das categorias como formas de ser na medida mesmo em que as destrincha e revoga cientificamente sua aparente simplicidade ou univocidade. As determinações não são entendidas como formas conceituais cuja *démarche* essencial seja a da autoidentidade imediata com a qual, por

assim dizer, *se oferecem* no nível da prática corrente ou da intuição e da representação diretas. Diversamente, tais formas são flagradas pela análise em sua dupla complexidade constitutiva. Primeiramente, essas mesmas categorias são decomponíveis em outras tantas que, articuladamente e segundo um modo determinado, as perfazem como tais. Além disso, possuem modalidades de vigência e de relacionamento que dependem da *posição* (*Standpunkt*) a partir da qual a cognição é referida. Desse modo, os equipamentos e ferramentas determinados como *capital fixe* se apresentam sob uma dupla forma de ser: a) como *meios de trabalho* e b) como *capital constante*. O primeiro caso remete à existência daqueles no interior do processo de trabalho em sua relação com a força de trabalho viva em atuação. Evidentemente que a delimitação social *capital* preside e regula as formas de existir em que os elementos da produção são mobilizados. No entanto, tais condições não são simplesmente volatilizadas, perdendo sua contextura material ou sua imanência objetiva. Como meios de trabalho, a coisa ou complexo de coisas continua a existir como tal e como tal a ser usada e a oferecer a resistência própria ao ente ou ao efeito concreto. Portanto, os meios de trabalho se relacionam, capitalisticamente, com a força de trabalho como *fatores reificados* (*sachlichen Faktoren*) do processo de trabalho, como coisas cuja norma e modos de funcionamento independem, e se sobrepõe, à deliberação do trabalhador assalariado na execução de sua atividade vital. A segunda *posição* é aquela circunscrita pela determinação da atividade como *processo de valorização*, no qual tanto o conjunto dos meios de trabalho quanto a força de trabalho comparecem na forma social do capital, como *capitais*, seja na função constante seja na variável. É um dado *caráter* (*Charakter*) social que os elementos da produção assumem, sempre em subsunção determinativa à forma da produção que vige num contexto histórico-societário particular. A *differentia specifica* do capital é esse momento determinante que subsume os demais complexos categoriais da moderna produção da vida humana.

Tal duplicidade, ou mesmo possível multiplicidade, de aspectos é de natureza objetiva, constitui a diversidade intrínseca de determinações que enforma a concretude dos existentes em sua imanência. Não é um dado puramente teórico ou uma pressuposição metodológica. A multilateralidade das determinações categoriais é atributo do existente, do *ser-aí* das coisas e processos, como tal, a qual não *aparece* como dado imediato da

percepção e da representação. Como articulação de determinações imanentes, o concreto é já uma síntese. Uma composição de totalidade que permite a existência da coisa na sua particularidade real e objetiva. À cognição compete desmembrá-la, analisá-la, em seus elementos determinativos; depois, identificar, com base na própria efetividade social, a ordem sempre particular e situada em que as determinações se relacionam e se condicionam; para, finalmente, recompor como síntese pensada, representação conceitual a mais aproximada possível, o existente em sua complexidade.

O caráter inapropriado das formulações dos teóricos da economia política reside, segundo Marx, numa inapetência para com as distinções categoriais de ordem formal, o que os leva a um *empirismo abstrato*, ao tratamento do imediatamente dado, perceptível e mensurável no nível aparente de determinações. O problema da durabilidade como determinação do *capital fixe* explicita isso de modo dúplice. De um lado, há a tentativa de conceituar a questão a partir da posição da circulação, momento determinado, e não determinante, da produção social. Por outro lado, vige uma confusão entre determinações formais e materiais, no contexto da qual se esfumam as diferenciações que delimitam o âmbito e o funcionamento particulares de cada categoria ou elemento do complexo examinado. A cientificidade soçobra na incapacidade, inconfessa ou declarada, de proceder à execução do que lhe cabe, de estabelecer as distinções entre objetos – entes ou processos – investigados. No que tange à propositura científica ricardiana, tema da passagem de *O Capital* aqui discutida, a resultante a que se chega é da impossibilidade de traçar uma *line of demarcation* entre as funções fixo e circulante do capital; esta distinção mesma é declarada como “*A division not essential*” (Cf. MARX, 1998, 24, p. 131-132).

O que torna especialmente problemática a teorização da economia política, em particular em Ricardo, é o fato de que nesta não se parte da especificação daquilo que torna a produção do capital efetivamente distinta e particular. A valorização do valor, que inclui como momento preponderante a troca entre capital e trabalho, bem como a assimilação da força de trabalho como força valorizadora, é recoberta completamente pelo momento mais imediato e perceptível do modo de produção, por aquele da circulação. Nesse último, a parte do capital despendida em salário e a outra em meios de produção são reunidas abstratamente sob a rubrica de *capital circulante*:

É claro desde o princípio que a determinação do capital gasto em força de trabalho como circulante ou fluido é uma determinação secundária {*sekundäre Bestimmung*}, pela qual sua *differentia specifica* no processo de produção é apagada; uma vez que nessa determinação os capitais gastos em trabalho e em matéria-prima são equivalentes; uma rubrica que identifica a parte constante com aquela do capital variável não tem nada a ver com a *differentia specifica* do capital variável em oposição ao capital constante (MARX, 1998, 24, p. 134-135).

Procedimento conceitual empirista esse que não permite assinalar a ordem de determinações, confundindo dessa maneira entre as de aparição e as de cunho mais essencial. A *differentia specifica* que delimita a produção do capital como tal não é por isso capturada nem muito menos tematizada cientificamente. A diferenciação das funções sociais, das formas de ser, assumidas por *quanta* de valor, segundo determinadas relações de produção, se encontra *anulado* (*ausgelöscht*) conceitualmente. A questão decisiva do *como* (*wie*) se despende o valor na produção do capital, o qual é determinado pela forma histórico-social da mesma – e que se expressa de uma forma ou de outra no momento da circulação, não encontra ressonância no discurso da economia política.

Tomar como ponto de partida e referencial para a teorização o momento da circulação, na qual tanto os valores pressupostos quanto o valor criado – com o *plus* em valor posto pela atividade produtiva – aparecem e se realizam, ao fim do circuito, na forma dinheiro, significa abdicar da explicação do mais-valor como tal:

Os valores-capital {*Kapitalwert*} antecipados para a produção sob a figura {*Gestalt*} de meios de produção e meios de subsistência aparecem aqui [no momento da circulação] igualmente no valor do produto. Com isso a transformação do processo de produção capitalista num completo mistério é exitosamente realizada e a origem do mais-valor contido no produto escapa totalmente da vista (MARX, 1998, 24, p. 136-137).

Porquanto não se aborde na análise o ato de *pôr valor*, no curso do qual o mais-valor se engendra como realização da pressuposição da própria forma social da troca entre capital e trabalho, a origem do excedente *escapa totalmente da vista* (*gänzlich dem Blick entrückt*). A *posição* configurada pelo momento da produção, a angulação da analítica constituída pela identificação do processo de trabalho/valorização como momento preponderante da criação do excedente em valor, é o elemento decisivo que possibilita o encaminhamento satisfatório da explicação e da argumentação. Não se trata, repita-se, de seguir a postulação

de um princípio de método, mas de encontrar por meio de uma análise do material – no caso, a forma *mercadoria* dos produtos do trabalho –, e em obediência a ele, a determinação mais essencial da produção dos valores sob o mando social do capital. A determinação relacional que delimita a totalidade dos momentos e elementos da produção, a geração de um *plus* em valor, pelo qual não se paga, constitui a *differentia specifica* que cabe discernir e apropriar conceitualmente, a fim de propiciar à marcha da análise a descoberta e elucidação dos outros complexos problemáticos implicados pela moderna produção de riqueza.

A *differentia specifica* na medida em que é o elemento central a orientar o procedimento analítico marxiano, condiciona o próprio estatuto das categorias teoricamente expostas e articuladas. Uma que, “Não se trata aqui de definições, sob as quais as coisas vêm a ser subsumidas. Trata-se de determinadas funções, as quais são expressas em categorias determinadas” (MARX, 1998, 24, p. 138). Essas não podem ser entendidas como meras *definições (Definitionen)* conceituais, modelos ou paradigmas mentais, por meio dos quais se constroem classificações convencionais, onde os objetos são enquadrados. Muito ao contrário, as categorias, como figuras conceituais, no discurso científico marxiano capturam as *funções determinadas, as quais são expressas em categorias determinadas (bestimmte Funktionen, welche in bestimmten Kategorien ausgedrückt werden)*. Funções ou caráter social, figuração particular advinda da forma das relações sociais que delimitam um dado modo concreto de produzir a vida humana, que é assumida pela atividade e pelos produtos desta. As *categorias teóricas* não são construtos ideais convencionais, mas expressão de formas de ser, de existir, dentro de contextos sociais concretos e finitos; são a expressão mental das determinações da existência atual de entes, processos e relações. A cientificidade contida na propositura marxiana extravasa assim o terreno da economia política, porquanto se afaste do empirismo, do convencionalismo e do pragmatismo que caracteriza ao fim e ao cabo boa parte das formulações produzidas pelos seus representantes (mesmo os mais destacados e relevantes).

IV

Modos e Formas: precisões conceituais da crítica marxiana da economia política

Uma vez conferido o estatuto filosófico das categorias no pensamento marxiano, cabe enfrentar o problema das conexões determinadas entre o *modo de produção*, o *modo de ser da interatividade social*, e as *formas de ser* de entes, relações e processos, a modalidade de existência atual desses elementos dentro dos quadros de uma sociabilidade específica. As categorias podem muito bem, no que tange à sua existência histórica concreta, serem anteriores ao modo de produção em investigação, por exemplo, a *troca de mercadorias* ou a própria *mercadoria* em relação à produção capitalista. Nesse sentido, determinadas formas sociais, e suas figurações, conteúdos novos uma vez constituindo elementos de uma nova totalidade, a partir de uma articulação categorial particular. As categorias nunca podem ser tomadas *in abstracto*, separadas e isoladas da formação societária que integram. O que, de um lado, especifica e delimita a aproximação categorial, porquanto *situa* a categoria em questão num contexto de relações circunscrito e particularizado. Mas, por outro lado, indica, concomitantemente, a complexidade das relações entre *formas de ser* e os modos de produção social nos quais uma categoria pode vir a existir concretamente. O itinerário histórico de uma categoria, conquanto forneça o caminho real por ela percorrido e sua participação na constituição do modo de produção em análise, não encaminha a decifração de seu sentido como elemento do próprio modo de produção. Historicamente, as trocas de mercadorias, mediadas por dinheiro, o desenvolvimento do comércio, não apenas é anterior ao capital, mas são reconhecidas como *historische Vorraussetzung*. Além disso, a forma mercadoria é *allgemeine elementarische Form des Produkts*, ou seja, a forma de existência própria dos resultados da produção no mundo do capital. Nesse sentido, não somente essa forma é preeminente historicamente, mas o é igualmente no que tange à determinação econômica essencial do modo de produção capitalista. Forma de ser dos produtos que se realiza, pela série de metamorfoses que passa no processo de produção e realização do valor, até atingir aquela específica do dinheiro. Dinheiro que existe não somente como mediação do intercâmbio, mas antes como modo de existência universal da riqueza capitalista. Por essa razão, Marx indicará que “Mercadoria e dinheiro são, ambos, pressuposições elementares do capital (*elementarische*

Voraussetzungen des Kapital), no entanto, somente se desenvolvem em capital (*entwickeln sich aber erst zu Kapital*) sob determinadas condições” (MARX, 1970, p. 87). Condições específicas que podem ser observadas, em especial, quando Marx pontua, linhas à frente, que:

A transformação do dinheiro, ele mesmo apenas forma transmutada da mercadoria {*nur verwandelte Form der Ware*}, em capital somente se dá quando a própria capacidade de trabalho é transformada em uma mercadoria, que a categoria do comércio de mercadorias tenha já previamente tomado posse de uma esfera na qual esse sido tenha sido excluído ou apareça apenas esporadicamente. Apenas quando a população trabalhadora não faça mais parte das condições *objetivas* de trabalho ou ainda que adentrem ao mercado como produtores de mercadoria; em lugar de vender os produtos de seu trabalho, vendem antes seu próprio trabalho, ou mais precisamente, sua capacidade de trabalho (MARX, 1970, p. 87).

As condições nas quais os elementos assumem a forma capital são, antes de tudo, determinadas relações sociais particulares, historicamente engendradas e reproduzidas como *nomos* da interatividade. Um conjunto de nexos societários no qual a atividade produtiva mesma aparece em seu princípio eficiente – a capacidade de trabalho – como mercadoria a ser assimilada como elo da cadeia do processo de valorização.

Nesse contexto, a produção capitalista se entende, precipuamente, como uma totalidade de relações, no quadro da qual se engendra a particularização histórica das categorias da interatividade social. O modo de produção capitalista é, então, uma determinada articulação categorial onde os elementos constantes da atividade produtiva ganham seu caráter específico de momentos do capital. A produção em geral ganha assim um cunho determinativo, como produção em geral *de capital* e não como forma abstrata e ahistórica da atividade produtiva humana. Como corolário necessário disso, as demais formas constantes da sociabilidade, como aquelas do intercâmbio, por exemplo, assumem uma nova configuração, não obstante possam conservar a sua aparência antediluviana. De esfera determinante, a troca de mercadorias se converte em *Moment* determinado pela produção do mais-valor, como forma de mediação da realização deste na forma capital/dinheiro. No contexto já definido pela existência preponderante da relação social do capital, a conexão entre dinheiro e circulação, não é mais aquela da introdução histórica

deste no intercâmbio simples de mercadorias, sob a figura da *moeda*, como meio de troca: “Quando falamos do capital e de sua circulação, nos encontramos num estágio de desenvolvimento social no qual a introdução do dinheiro não comparece *{hereinkommt}* como descoberta etc., ao contrário é pressuposição” (MARX, 1983, p. 571). O dinheiro aparece como elemento da produção do mais-valor sob outra modalidade formal. Não é posto, exteriormente, apenas como mero auxiliar da troca de mercadorias, mas existe, entre outras coisas, como notação simbólica do que torna as mercadorias trocáveis. A sua função simbólica, por certo, não suprime a determinação de meio de intercâmbio, mas a modifica essencialmente. Porquanto seja ele mesmo nada mais que uma mercadoria passando a funcionar como equivalente, posição objetiva do valor no confronto dos valores em sua pluralidade, o dinheiro tem também um valor. Como tal, é ele posto sob as mesmas determinações da produção e da circulação do capital. Como meio de circulação do capital,

Por um lado, ele é um algo precioso *{kostbare}* a representar *{darzustellen}* o que custa *{kostend}* em tempo de trabalho, forma deduzida *{abgehd}* do excedente, do valor. Por outro lado, ele pode ser considerado como uma máquina que economiza tempo de circulação e assim libera tempo para a produção. No entanto, porquanto ele mesmo, como uma máquina, custa trabalho e é produto de trabalho, representa frente ao capital *faux frais de production*. Figura no âmbito dos custos de circulação (MARX, 1983, p. 572).

Essa reconversão do dinheiro em meio de realização de capital tende a determiná-lo unicamente como elemento mediador do movimento do valor valorizado. Nessa direção, redefine-se a preciosidade do dinheiro, de qualidade por-si da moeda torna-se propriedade posta pelo funcionamento deste no circuito do capital. A própria forma imediata do dinheiro, na objetividade figurada na moeda, tende também a ser transtornada, com o fito de tornar o seu custo cada vez mais irrelevante. No interior dessa tendência, segundo Marx, “(...) o capital o transforma em um momento puramente *ideal* de sua circulação” (MARX, 1983, p. 572). Tal reconfiguração do dinheiro, que afeta inclusive sua figuração imediata, como moeda, não advém somente, e não propriamente, de contingências de natureza técnica ou históricas, mas da determinação da forma da produção. Produção esta que não é *de mercadorias*, mas *de capital*. Modo de produzir que enquadra a forma mesma da

circulação num contexto onde *Zirkulation ohne Zirkulationszeit ist die Tendenz des Kapitals*.

Desse modo, como a produção se destina à criação de mais-valor e a circulação à realização deste como excedente em dinheiro, a mercadoria aparece como *forma universal necessária do produto* (*allgemein notwendige Form des Produkts*), é a forma de existência correspondente dos elementos objetivamente participantes do processo de produção capitalista. Esse conjunto compreende tanto os resultados, os valores produzidos no curso do processo de valorização, quanto das condições deste mesmo processo. Por conseguinte, essa forma social de ser é assumida por aqueles elementos, independentemente das circunstâncias particulares e das características físicas e objetivas das coisas e processos mobilizados na produção. Forma social de ser da produção que preside a série de momentos, aparecendo no curso do processo seja efetivamente, como caráter específico da riqueza que determina os produtos, seja idealmente, como posição prévia dos produtos na forma mercantil na contabilização destes como itens do capital a ser reproduzido e valorizado. Esse cunho geral se impõe como norma e se apodera da produção social da riqueza em sua totalidade, não apenas nos ramos que são historicamente contemporâneos do modo de produção capitalista, mas igualmente naqueles que lhes são cronologicamente anteriores; agricultura, por exemplo. Dessa maneira, à preponderância crescente, no nível da processualidade histórica, das formas categoriais do capital – em especial, da sua forma elementar, a mercadoria – no âmbito da interatividade social, corresponde, no que tange à existência atual do sistema, ao seu funcionamento, à assimilação do caráter mercantil como algo próprio e inerente aos seus constituintes e processos objetivos.

A mercadoria possui, no modo de produção capitalista, por assim dizer, um duplo modo de exposição (*Ausdrucksweise*). De um lado, aparece como *mercadoria simples*, forma elementar imediata do resultado do processo de produção. Nesse contexto, sua determinidade simples exprime abstratamente, de modo isolado e imediato, como dado “natural”, a determinação essencial que preside e regula a valorização do valor. Unidade imediata de valor e valor de uso, a forma mercadoria apresenta o conjunto das determinações de existência do capital à maneira de propriedades intrínseca e naturalmente objetivas. A mercadoria aparece como figuração autônoma, modo de existência direta,

originada da atividade produtiva. Nesse sentido, “como resultado e produto direto de um *quantum* determinado de trabalho”, tomada como *produto do capital* (*Produkt des Kapitals*), diversamente, a mesma forma se apresenta como mediação da realização efetiva da riqueza. Como tal, a mercadoria dada singularmente vale como parte alíquota do produto total, do valor valorizado, do produto existindo como capital e, sendo assim, valem e se afirmam na totalidade de momentos que constituem o circuito de realização do mais-valor – aí incluso aquele da circulação – como *portador do capital total* (*Träger des Gesamtkapitals*). Modo de existência que se exprime efetivamente na posição do preço como expressão do valor das mercadorias. Não se trata da colocação do preço de uma mercadoria imediata e isoladamente dada, mas desta, como momento do produto total do capital, como parte constante do capital como totalidade do produto do processo de valorização, o qual se expressa como plêiade de mercadorias.

O processo de valorização não abole empiricamente a posição do valor de uso *particular e concreto* dos produtos ou das condições da produção. Nesse sentido, a identidade entre processo de produção e de valorização não significa a anulação da finitude própria e objetivamente discernível dos elementos envolvidos e mobilizados na posição/extração de mais-valor. Ao contrário, o processo de trabalho continua a engendrar uma massa de valores de uso efetivos, a serem consumidos segundo sua especificidade objetiva. No entanto, como processo de valorização, de efetuação de mais-valor, a produção de mercadorias se converte em produção de artigos cuja principal determinação é a de representar (*stellen*) o capital como um todo. Nesse sentido,

A massa de valores de uso produzida representa *{stellt}* um *quantum* de trabalho = ao valor contido e consumido no capital (aos *quanta* de trabalho materializado transmitido ao produto) + aos *quanta* de trabalho trocado por capital variável, do qual uma parte substitui o valor do capital variável e outra constitui *{bildet}* o mais-valor (MARX, 1970, p. 103).

A mercadoria perde assim sua aparente simplicidade imediata e se revela forma de existir particular do capital, realização empírico-objetiva da valorização e por este lado é uma determinada forma representativa do curso do próprio processo de produção capitalista. Como forma social concreta e específica de um ente, a *mercadoria* remete ao modo societário, ao conjunto de relações sociais, no bojo do qual transcorre a interatividade, a

produção da vida humana, num contexto histórico particular. Por isso, a *forma mercadoria* é considerada por Marx como forma elementar da riqueza produzida nos parâmetros do capital. Não somente por seu caráter de efetivação imediata do excedente, a existência mesmo deste *plus* social da produção como unidade ou entificação discreta, discernível objetivamente, mas, principalmente por seu talhe sintético. A figuração concreta da mercadoria vale assim e dessa maneira se reafirma no curso dos momentos da valorização – da produção dos valores à realização final como capital-dinheiro, figura autônoma do valor valorizado – como síntese objetiva da malha relacional que preside necessariamente a atividade produtiva capitalista. Uma entificação dada, cuja existência, para ser como tal mercadoria, precisa afirmar-se como objetividade – física ou não – dos produtos que serão lançados inexoravelmente à circulação e ao mercado, com o fito precípua de fazer aparecer na ponta final do processo o mais-valor produzido e posto como parte (*Teil*) do valor dos produtos. O capital se determina então não como simples *meio de produção*, mas especificamente sendo a forma de ser adotada ou assumida pelos variados meios de produção, como *meios de produção de mais-valor*, da riqueza na forma do valor excedente àquele despendido como capital variável. Marx dessa maneira determina a função social dos meios de produção no mundo do capital:

A função específica, verdadeira, do capital como capital, é, pois, a *produção do mais-valor*, que, como se apresenta ulteriormente, nada mais é que *produção de trabalho excedente, apropriação de trabalho gratuito* no processo de produção efetivo, que se apresenta concretamente {*vergegenstandlich*} como *mais-valor* (MARX, 1970, p. 10).

Por isso, as mercadorias em sua pluralidade integram, então, essencialmente o processo não apenas no que concerne à produção como processo concreto de trabalho, transformando-se de instrumentos e materiais em produtos por meio da intervenção ativa da força de trabalho. Essas o fazem igualmente no que tange ao aspecto formal, de caráter unicamente social, concomitante e sequencialmente ao momento da produção em sentido estrito e tomado isoladamente como ponto de partida:

Como mercadoria, o produto do capital deve entrar no processo de troca das mercadorias {*Austauschprozess den Waren*}, e com isso não apenas nas transformações materiais efetivas {*in den wirklichen stoffwechsel*}, senão igualmente passar por {*durchmachen*} cada uma das alterações da

forma {*Formverwandlungen*}, o qual apresentamos como metamorfose das mercadorias. Porquanto se trate apenas de alterações formais – a transformação dessas mercadorias em dinheiro e a retransformação deste {*Rückverwandlung*} em mercadorias – se fazem {*bereits*} no processo que o sob o nome de “circulação simples” – a circulação das mercadorias como tal (MARX, 1970, p. 107).

A forma mercadoria não remete, então, somente à série de determinações imediatamente atinentes à existência da mercadoria como figuração elementar e abstrata da riqueza, mas aponta para a determinação essencial, à preponderância categorial, da *differencia specifica* da produção capitalista, como produção do capital por meio, e ato contínuo, da de mercadorias. Não se trata, por conseguinte, da mera criação e venda de mercadorias, e sim da operação processual de valorização, da capitalização, tendo por mediação subordinada, ainda que imprescindível, o momento da circulação. De modo que “essas mercadorias são agora igualmente portadoras do capital {*Träger des Kapitals*}; estas são o próprio capital valorizado, emprenhado {*geschwängerte*} com mais-valor” (MARX, 1970, p. 107). Com isso, a própria movimentação de mercadorias é engendrada e metrificada pela forma da produção de capital, a qual regula como *nomos* o conjunto das relações que integram a sociabilidade do capital. A denominada *circulação simples* tem revelada analiticamente seu caráter de determinação mais essencial. Não se trata mais do mero ir e vir das mercadorias em sua aparente contingência e dependência do mercado, tomado como momento ou nicho em separado e autônomo com relação à produção/valorização. Ao contrário, esse espaço social no qual os produtos perambulam é ele mesmo um desdobramento da forma da produção social do capital, não importando aqui mais o fato de sua existência histórico-empírica ser de muito antecedente a do capital como tal. Como categoria do modo de produção capitalista, o mercado, a existência atual da circulação do capital no decurso da sua realização plena, como valor valorizado a ser expresso em sua forma autônoma e indiferentemente permutável (dinheiro), é um momento necessariamente implicado no processo e por este delimitado.

Essa remissão característica das *formas* com relação à articulação que perfazem um dado *modo de produção* pode ser observada com especial clareza quando se considera a forma mercadoria em sua concatenação com a produção do capital enquanto tal. A dúplici determinidade da mercadoria – valor e valor de uso – que aparece já na sua figura como

ente tomado isolado e abstratamente, remete à determinação essencial do próprio processo de trabalho como processo de valorização. Desse modo,

Assim como a mercadoria é a unidade imediata de valor de uso e valor de troca, o processo de produção, o *processo de produção de mercadoria*, é a unidade imediata do processo de trabalho e do de valorização. Como *mercadorias*, isto é como unidade imediata de valor de uso e valor de troca, como *resultado*, como produto, aparecem ao processo {*aus dem prozess herauskommen*}, então como um elemento constituinte dele (MARX, 1970, p. 11).

Conexão essa entre a forma da atividade e aquela do produto que determina o conjunto das mediações sociais através das quais o processo de valorização, a produção propriamente dita do capital, chega a seu termo. Unidade de determinações que exige e põe as condições necessárias ulteriores à realização do mais-valor na forma autônoma de valor e simultaneamente encaminha o momento das transações mercantis como pressuposição implícita no processo.

A circulação não se limita mais, assim, à forma imediata de transação simples, cujo objeto é o multiverso das mercadorias tomadas na sua imediatidade, como entes de valor. No curso da analítica marxiana se ultrapassa esse limiar abstrato e se explicita o momento determinante dos movimentos mercantis. O circuito de realização do valor, nele incluso o mais-valor, engendrado pelo processo de produção de mercadorias se põe como o movimento em essência que se efetiva como circulação de mercadorias. Trata-se, portanto, do *Zirkulationsprozess des Kapitals* e não mais apenas das múltiplas operações de trânsito dos resultados do processo imediato de produção *in abstracto*. O mais-valor com o qual o valor anteriormente posto nas diversas condições objetivas de produção é fecundado e enriquecido constitui o verdadeiro alvo do processo. Como meta precípua da atividade produtiva à qual se subsumem, como elos determinados, os demais elementos e passos da sucessão de momentos que levam à reemergência do valor (*plus* mais-valor) na forma de dinheiro (como um *mais-dinheiro*).

O fato de essas formas desempenharem o papel de mediações efetivas da valorização do valor, entretanto, não faz com que as suas figurações sejam de *per se* capital. A esse respeito, Marx chama a atenção, no mesmo manuscrito em tela, para o duplo equívoco em que incorre o empirismo abstrato da economia política:

Os economistas cometem a mancada {*blunder*} de, por um lado, identificarem essas formas elementares do capital {*Elementarformen des Kapitals*} – mercadoria e dinheiro – como tais ao capital, por outro lado, ao declararem capital o modo de existência do valor de uso {*Gebrauchswertexistenzweise*} do capital – o *meio de trabalho* – como tal (MARX, 1970, p. 8).

Erro dúplice de atribuir ao capital uma mera existência empírica, de tomar a forma de aparição específica e determinada do capital, como valor de uso incluso e mobilizado no processo de produção/valorização, como o único aspecto do problema. O empirismo abstrato parte da aparência do processo como instância dada, sem interrogar-se pelas determinações que possam operar em níveis menos imediatos. À identificação sem mais de dinheiro e condições de produção a capital, corresponde outra, na qual o capital como tal é concebido como mero conjunto dos elementos objetivos da produção. As formas são manipuladas no limite estrito da sua dação direta e imediata, no máximo, segundo as determinidades que podem ser apreendidas nos contornos das figuras compreendidas na produção da riqueza como capital. De uma parte, tem-se a naturalização social do capital, ou seja, a fixação do caráter particular histórico de uma relação societária, nos marcos da qual se dá a valorização do valor como meta da produção, como modo de existência pertencente à natureza mesma do ato produtivo, e dos meios e objetos neste movimentado e por este implicado. A *forma capital* se apresenta, nesse contexto, como uma forma inerente à produção social da vida como tal, independentemente das circunstâncias efetivas nas quais transcorra. De outra parte, em complementaridade, o capital, de forma de ser da riqueza (e das suas variadas condições de produção) num contexto histórico-social dado, é tomado então como mero elemento de produção, igualado ao valor de uso próprio de cada um dos termos que se relacionam na produção. Os meios/condições são, imediatamente, capital, e este é, igualmente, de modo direto, caráter que vem a inerir aos objetos em sua existência físico-objetiva.

A complexidade específica inerente e imanente à produção como processo de valorização se afirma na medida em que se leva em conta a emergência de determinações particulares que delimitam a mercadoria quando esta se põe como condição da produção.

Ultrapassando, como já se notou mais acima, o seu caráter mais imediato, delimitado pelas determinidades abordáveis na mercadoria tomada abstratamente. Assim,

Consideramos agora a figura do capital {*die Gestalt des Kapitals*} no interior {*innerhalb*} do processo imediato de produção, então se tem a mercadoria sob a *dupla figura* {*Doppelgestalt*} de *valor de uso* e *valor de troca*. Mas em ambas as formas tratam-se {*treten*}, além disso, de determinações diferentes, daquelas que se observam naquela da mercadoria simples e autônoma, de determinidades mais desenvolvidas {*weiter entwickelte Bestimmtheiten*} (MARX, 1970, p. 11).

Nesse sentido, tomada como condição de produção no bojo do complexo do processo de valorização, a mercadoria, figura *simples* e *elementar* da riqueza, se desvela como entificação cujo conjunto determinativo se constitui, por sua vez, de elementos que a tornam forma ela mesma complexa. A univocidade da mercadoria, em que pese a dúplici determinação que inclusa já na sua simplicidade imediata, é desvelada como aspecto meramente aparente. Por exemplo, o valor de uso, em cuja forma de existência imediata, aparenta ser preenchido por um conteúdo até mesmo simplório, apresenta como tomado na mercadoria como condição do processo de produção/valorização uma dupla conotação objetiva. O ser dos meios de produção se determina de uma parte, como conjunto de matérias ou de objetos a serem moldados na forma de um valor no curso da produção, e, de outra parte, como instrumentos de produção. Nas palavras de Marx, “Essas são as determinações da forma {*Formbestimmungen*} do *valor de uso*, advindas da natureza mesma do processo de trabalho, e assim, em referência ao meio de produção, se determina mais fortemente o valor de uso” (MARX, 1970, p. 11). Diferentemente do modo como o valor de uso se apresenta subsumido ao valor na imediatidade da forma da mercadoria simples, no tocante ao processo de criação do mais-valor, é ele que emerge como momento predominante por excelência do complexo categorial: “A *determinação da forma do valor de uso* torna-se aqui o essencial mesmo para o desenvolvimento das relações econômicas, das *categorias econômicas*” {*Die Formbestimmung des Gebrauchswerts wird hier selbst wesentlich für die Entwicklung des ökonomischen Verhältnisses, der ökonomischen Kategorie*} (MARX, 1970, p. 11). E isso, frise-se energicamente, não por motivos de natureza extracientífica, num enquadramento moralizante da argumentação ou, em seus antípodas, como derivado de um volteio metodológico repentino. Ao contrário, a mutação

do grau de determinação da categoria nos quadros da compreensão teórica da produção ocorre em correspondência com o papel determinativo que o valor de uso passa a desempenhar efetivamente como elemento da mercadoria como condição de produção.

A centralidade da determinação da forma de ser do valor de uso no processo de valorização é atinente não apenas às condições objetivas, mas igualmente, e principalmente, ao estatuto categorial da *força de trabalho* integrada ao capital. Funcionando ou valendo como mercadoria, assumindo esta forma, dentro do complexo da produção capitalista, uma capacidade, ou um conjunto delas, tem seu usufruto produtivo trocado por uma parte do capital. Seu vendedor, o indivíduo trabalhador vivo e ativo, desloca formalmente de si um momento de sua existência concreta, tornando-o um elemento alienável por um dado *quantum* de dinheiro o qual deve corresponder ao seu valor expressão da quantidade de valor socialmente produzido necessário à reprodução das suas propriedades orgânicas e intelectuais como força de trabalho. Assimilado e assumido como mercadoria pelo capital, a capacidade do sujeito passa a apresentar-se na figura mercantil como uma parte do valor de uso do próprio capital. Ou seja, uma particularidade individual emerge, porquanto possua agora o caráter social objetivo de condição produtiva, como forma de aparição da relação capital:

Uma parte do *valor de uso*, no qual aparece o capital no interior do processo de produção é a própria *capacidade de trabalho viva* {*lebendige Arbeitsvermögen*}, mas como capacidade de trabalho determinada, correspondente à especificação do valor de uso particular do meio de trabalho e como *capacidade de trabalho operante* {*sich betätigendes Arbeitsvermögen*}, como *força de trabalho exteriorizando-se* adequadamente {*sich zweckmassig äussernde Arbeitskraft*}, que opera {*Betätigung macht*} o meio de produção em seus momentos objetivos e *converte* por meio disso a forma original desses valores de uso na forma nova do produto. Os próprios valores de uso sofrem assim no interior do processo de trabalho, um *efetivo processo de transformação* {*einen wirklichen Verwandlungsprozess*} de natureza mecânica, física e química (MARX, 1970, p. 12).

A determinação da capacidade de trabalho como força objetiva do capital, entretanto não significa uma fantasmagórica transformação desta em um elemento abstrato, sem particularidade. Conquanto o valor de uso da capacidade de trabalho importe ao capital em seu aspecto mais geral, como posição de mais-valor, a valorização tem necessariamente de

transcorrer sob a forma concreta da produção de algum valor de uso. O que implica na exigência da atividade produtiva como processo de objetivação particular da capacidade de trabalho, em seu exercício como força de modificação da forma objetiva dos meios de produção. É importante notar com relação a isso o fato de que se, por um lado, as condições objetivas e subjetivas aparecem necessariamente determinadas na forma do capital, quando de sua assimilação, por outro lado, o capital aparece igualmente de modo forçoso como um conjunto de valores de uso em operação pela força de trabalho: “(...) o *processo de trabalho* inteiro como tal, na interação viva de seus momentos objetivos e subjetivos aparece como a figura global {*Gesamtgestalt*} do valor de uso, isto é, [como] a figura *real* do capital no processo de produção” (MARX, 1970, p. 12). Consequentemente a forma efetiva do capital é aquela na qual o processo de valorização pode ser levado a efeito, na figura do valor de uso dos seus momentos constituintes em concreta operação. O capital passa desse modo da sua forma dinheiro para aquela mais apropriada à criação de mais-valor e as condições nele apropriadas passam a existir como capital efetivamente atuante. Nesse contexto, tomam uma figuração “na qual, essas funcionem {*funktionieren*} efetivamente como capital, isto é como meio de criação de valor, de valorização do valor, isto é de sua valorização. Esses meios são, portanto, capital” (MARX, 1970, p. 14).

Por conseguinte, a elaboração teórica marxiana não pode ser entendida como uma argumentação construída em torno de *formas* conceituais, cuja tessitura resulte numa ordem qualquer de rigidez determinativa. Nesse sentido, as categorias não se definem, nem se acham circunscritas em seu âmbito de validade, por um estatuto unívoco e invariável. As *Daseinsformen* não podem ser compreendidas sob o mesmo critério com o qual tradicionalmente se opera em epistemologia. E isso, nem em uma acepção *formalista*, onde as categorias se encontrem delimitadas em seu conteúdo e escopo, e se referiram umas às outras já nesse enquadramento; nem em um contexto dialético-especulativo, no qual, não obstante a admissão da transformação e transmutação categoriais, um determinado conceito permanece sendo *em última instância* em termos absolutos. No caso da analítica marxiana, o reconhecimento da concretude finita como o terreno de onde efetivamente a cognição se arranca e ao qual esta deve estar sempre referida, tem como consequência uma reconfiguração da definição da própria noção de determinação. O *momento preponderante*,

übergreifend Moment, é determinado pelo procedimento analítico como tal, na dependência irremediável da identificação daquela entre as diversas categorias que, na articulação objetiva da coisa, se mostra como efetivamente determinante e subsumindo as demais. Nesse diapasão, é o complexo enfrentado analiticamente, e não uma eleição metodológica, que irá apontar a natureza e o grau das relações de determinação existentes entre as categorias. Com relação à determinação precisa das categorias que vigem como formas de ser da sociabilidade, o decisivo é o modo pelo qual estas integram e se remetem reciprocamente na armação de um dado modo de produção específico. Daí o papel eminente, como já o vimos, conferido por Marx à delimitação da *differentia specifica*. Componente fundamental da crítica marxiana da economia política, esse momento analítico aponta para a constituição de uma *determinação modal* de caráter histórico-social, a qual estrema e, em alguns casos, restringe o conteúdo e a vigência categoriais. Assim, “(...) tampouco as mercadorias e o dinheiro são em si e por si capital”. O que vale tanto para as coisas quanto para seus possuidores, na medida em que “estes apenas se transformam em capital a partir de determinadas pressuposições {*unter bestimmten Voraussetzungen*}, apenas sob estas mesmas pressuposições {*unter denselben Voraussetzungen*} o é o possuidor de mercadoria e dinheiro em capitalista” (MARX, 1970, p. 14). Tanto assim é que, a forma dinheiro em sua imediatidade, como dada soma de valor de troca em forma autônoma é definida por Marx, linhas abaixo das citadas, como *ersten provisorischen Form* do capital. Ou seja, o dinheiro somente é propriamente capital porquanto se engaje, por meio da ação dos seus possuidores, no roteiro seguido pelo processo de valorização; o dinheiro deve tornar-se capital, para tanto *dies Geld soll sich verwerten*. *Nota bene* que as formas de ser não se identificam imediata e resumidamente à figuração físico-objetiva, são antes determinadas relações sociais que plasmam características das quais se revestem as condições e produtos da interatividade. Em momento ulterior da argumentação, no mesmo escrito em tela, Marx retoma essa questão, agora no horizonte delimitado pela relação entre processo imediato de trabalho e processo de valorização. Chama a atenção para o fato de que o aspecto mais direto da produção como criação de artigos cujas propriedades satisfazem dados carecimentos humanos obra no sentido de perder-se de vista o que determina a produção como especificamente capitalista:

(...) como o processo de produção do capital é *em geral* {überhaupt} processo de trabalho, o *processo de trabalho como tal*, o processo de trabalho em todas as formas sociais seria necessariamente *processo de trabalho do capital*. O capital seria então considerado como *coisa* que desempenha {spielt} um dado papel real {eine gewisse dingliche rolle}, a ela atribuído no processo de produção. É essa mesma lógica que conclui que em sendo o dinheiro ouro, o ouro seria em si e por si dinheiro, em que como trabalho assalariado, todo trabalho é necessariamente assalariado. Prova-se então a *identidade* a partir do que é idêntico em todos os diversos processos de produção, separando-o {festgehalten wird} de suas *diferenças específicas* (MARX, 1970, p. 13).

Nesse sentido, o capital não é uma coisa, não se identifica às condições objetivas e subjetivas concretas da produção, mas é antes um determinado caráter social assumido por estas, uma forma de comportar-se e de viger socialmente de coisas e indivíduos. Os elementos assim dados *werden sollenden Kapitals*, devem vir a tornar-se capital. Capital é precisamente uma relação social na qual o valor *se valoriza* por meio da produção, um comportamento social no qual a atividade tem por norma e *telos* o engendramento de um excedente em valor:

A produção de mais-valor – a qual contém a conservação do valor original anterior – aparece então como o fim determinante {bestimmende Zweck}, o interesse motor e *resultado acabado* {schliessliche Resultat} do processo de produção capitalista, como por meio do qual o valor original se transforma em capital (MARX, 1970, p. 9).

Do até aqui discutido, vê-se que um *modo de produção* é uma particular determinação modal das categorias, a qual pode ser entendida tanto em sentido histórico mais amplo, como o papel da forma dinheiro nas diversas formações societárias, quanto no que respeita à série de metamorfoses que os produtos do trabalho sofrem no decurso total do processo de valorização. Nesse contexto, modo é uma articulação particular na qual as categorias assumem determinadas características e matizes específicos, por meio dos quais se dá a concatenação das mesmas num todo de relações.

CAPÍTULO 3
CRÍTICA MARXIANA DA QUESTÃO DE MÉTODO

I

Fundamento e Método

O caráter da pesquisa empreendida, bem como os resultados obtidos, e até aqui apresentados, permitem definir que o problema do conhecimento, em Marx, não resolve por sua remissão, nem muito menos sua redução, àquele do método. O que se observa é exatamente o afastamento explícito para com o padrão epistemológico da reflexão filosófica dominante acerca da cientificidade. Essa objeção à tradição preponderante é das “leituras” se dá num duplo registro. Primeiro como oposição ao vínculo imediato a Hegel, não, evidentemente, na direção de uma total inexistência de relação, mas tentando demonstrar a distancia crítica, de natureza ontológica, que os separa. O que permite, ao mesmo tempo, preservar “o Hegel” que há na reflexão marxiana, e em nada traz prejuízo em que esteja lá. Segundo, talvez o mais complicado, mas exigido pelo primeiro lado da polêmica, a apresentação do que chamamos de “antimétodo” em Marx. Ou seja, não apenas o método marxiano não é um derivado da dialética de Hegel – ou de qualquer outra –, mas que a própria questão de método perde o sentido em Marx, se posta nos termos tradicionais desde Descartes ou Kant. Sendo um tanto ousado, e arriscado, poderíamos dizer mesmo que em Marx não há a operação de um método, de um conjunto de procedimentos que conformem a subjetividade científica qualificando-a ao conhecimento do verdadeiro. “Não há estrada real {*Landstraße*} para a ciência”, adverte Marx no prefácio à edição francesa de O Capital, não havendo assim um caminho único, privilegiado ou previamente configurado de acesso à cognição de mundo. A seguir, arremata afirmando que, “só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos” (MARX, 1998, p. 31).

O ponto de partida de nossa recusa da leitura epistemologista da obra marxiana se ancora, conforme se explicitou no primeiro capítulo desta tese, na conquista teórica produzida por José Chasin no interior de sua proposta filosófica de “retorno a Marx”, cujos primeiros resultados analíticos se acham consolidados em seu “Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, publicado, inicialmente, como posfácio a Pensando com Marx, em 1995. Neste escrito, Chasin expõe o que denomina de “ontologia estatutária”,

determinação do caráter presente na obra marxiana, a qual se apresenta como produto de uma década e meia de pesquisa rigorosa na obra de Marx, em especial às questões relativas ao processo de formação do pensamento marxiano em suas feições próprias. Neste sentido, os estudos de Chasin se situam nos antípodas das correntes majoritárias, uma vez que se propõe à “escavação” cuidadosa dos escritos marxianos. Busca encontrar, nos próprios textos e termos de Marx, o padrão de racionalidade que os conforma e que, ao mesmo tempo deles resulta.

Mas qual a natureza desta ontologia, desta referência teórica ao ser das coisas e a forma de ser dos entes? Metafísica? Hermenêutica? Fenomenológica? Estatutária. Numa palavra, antissistêmica, não afeita a construções apriorísticas nem exercitada como puro jogo de categorias. Tema pela primeira vez levantado por Lukács, num dos capítulos de sua última obra (*Para uma Ontologia do Ser Social*)¹⁵, a existência de uma “ontologia” na obra marxiana, e das relações desta com a questão de método, foi também objeto de exame rigoroso no texto chasiniano acima referido. Chasin, seguindo os passos analíticos e os indicativos recolhidos da própria obra de Marx acerca desta questão, em especial os contidos em *Introdução de 1857*, desenvolve um exame cuidadoso das principais determinações dos procedimentos marxianos, buscando configurar um esboço de conjunto desta problemática. Pesquisa atenta, a qual se teve por motivação certas observações lukacsianas, em muito acabou por superá-las, e, em certa medida, corrigi-las. A este respeito, Lukács explicitamente termina por confinar o caráter ontológico da obra marxiana em termos bastante tradicionais e acadêmicos dentro de contornos usuais na filosofia, em sua relação como ponto de partida e arrimo de um sistema. Além disso, há também uma demasiada aproximação a Hegel, através da postulação de que haveria neste último uma ontologia tendente ao efetivo, por ele não desenvolvida, desvirtuada pelo esquematismo lógico, a qual teria sido recolhida e modificada por Marx no sentido da apreensão do mundo concreto por si. Chasin, ao contrário, baseando-se no que denomina *três críticas ontológicas*, da política, da especulação hegeliana e da economia política, produzidas por Marx, pretende mostrar o movimento de constituição do pensamento marxiano em exata oposição ao idealismo. Não apenas, e em primeiro lugar, metodologicamente, mas do ponto

¹⁵ Cf. Lukács. *Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, Editora Ciências Sociais, São Paulo, pp.11-17.

de vista da questão do ser. Em Hegel há uma identidade entre Ser e Ideia, em Marx não. Haveria no pensamento marxiano uma prioridade na ordem do ser do mundo efetivo em relação às formas de consciência e idealidade. Não há um princípio racional que explique o mundo e se realize por meio da história, ao revés, há a história efetiva da produção humana de mundo, atravessada por toda sorte de contradições e tensões. Como padrão de reflexão que apreende e reproduz a trama do real, os fundamentos do pensamento marxiano não podem se articular num sistema ou esquematismo, mas num conjunto de evidências e proposições gerais, obtidas pela própria pesquisa do mundo.

Deste modo Chasin destaca, num escrito postumamente referido, que,

(...) a ontologia marxiana não é uma resolução de caráter absoluto, nos moldes do sistema convencional, mas a condição de possibilidade de resolução do saber. É, em outras palavras, um estatuto movente e movido de cientificidade, orienta e é orientado pela ciência e pela prática universal dos homens. Orienta e é orientada, guia e é guiada, corrige e é corrigida. Ou seja, não é um absoluto inquestionável, uma certeza estabelecida por dedução a partir de axiomas, de uma vez para sempre (CHASIN apud VAISMAN, 2001, p. IX).

A ontologia marxiana, deste modo, nunca se apresenta como um todo fechado de categorias encadeada numa ordem de determinações a priori e sistemática, nem se postula como último e permanente delineamento das formas de ser. Ao revés, coloca-se, antes de tudo, como,

Afirmção da objetividade do mundo e a possibilidade de ser conhecido, possibilidade determinada que é sócio-historicamente, exercendo a função de base e guia para a ciência da história, especificamente como ontologia regional do ser social, e que se nutre das ciências e a elas respondem tanto quanto elas mesmas têm de responder aos lineamentos ontológicos pelos quais se guiam, mas os quais não tomam como coágulos de saber imutável. De sorte que ontologia e ciência se potencializam e se criticam recíproca e permanentemente (CHASIN apud VAISMAN, 2001, p. VII).

Não sendo então um conjunto de noções abstratas das quais, sob a égide de um esquema que seria conformado por estas mesmas, se extrairiam os resultados particulares. Em verdade, é desta última etapa, a compreensão dos resultados, é que se ergue uma ontologia estatutária. Assim, a esfera mais geral e a mais particular, no ato de

conhecimento, guardam uma relação bem específica, não de concorrência ou oposição, mas de promoção e correção mútuas e contínuas.

Neste sentido, nada mais inadequado que supor à base da crítica da economia política uma forma de lógica ou de sistema de categorias qualquer construído *a priori*, independentemente de sua sofisticação ou de permitir uma compreensão de algum tipo da contraditoriedade imanente ao real. Em havendo a explicitação de elementos contraditórios na ordem do capital pelo pensamento marxiano, e há, com certeza, tais traços, antes de configurarem um princípio de inteligibilidade puro ou de indicar uma substância, pertencem ao caráter imanente das coisas abordadas. Em Marx, a contradição não é um postulado metodológico *a priori*, nem é regra de procedimento (tratar o mundo pela “ótica” da contradição), mas é característica da síntese efetiva que preside a existência concreta de dados produtos humanos numa sociabilidade atravessada por um tipo específico de determinações. Assim sendo, em havendo algo de “dialético” na obra marxiana, não é seu método, mas a própria coisa, objeto de estudo. Não se trata aqui da operação, mediante a qual um determinado conteúdo seja conformado no ato de sua abordagem por uma teoria geral ou lógica da contradição de qualquer espécie. Muito ao contrário, trata-se da investigação do objeto, que parte de sua forma de existir a mais imediata, como se apresenta efetivamente, seu *Dasein*, para, a partir daí, descortinar por meio da análise de suas determinações a sua forma essencial, a qual é contraditória. Por exemplo, a mercadoria, um ente atravessado em sua essência pela contradição entre valor de uso (conjunto de propriedades concretas que a tornam aptas a satisfazer alguma necessidade social) e, por outro lado, valor (propriedade social que a torna trocável por outro produto qualquer). Não é uma lógica da contradição que rege a pesquisa, mas é esta última que desvela, ou não, a contraditoriedade imanente da forma da mercadoria. E aqui cabe um esclarecimento. Não se trata, é evidente, de afirmar uma dialética da materialidade, independente de saber-se a sua existência ou não, mas de explicitar a contraditoriedade imanente e essencial da *forma mercadoria* assumida pelos produtos no modo de produção capitalista. Neste sentido, é igualmente patente que não é a cadeira, por exemplo, em sua materialidade concreta, como coisa feita deste ou daquele material, que possui uma articulação contraditória de determinações, como poderia supor-se partindo de um

materialismo abstrato e empiricista (“dialético” ou não), mas a sua existência, objetiva, como mercadoria. A contradição se afirma como cerne da forma de ser das coisas como mercadoria, e não apenas por serem resultados do trabalho humano. Que a forma mercadoria apresente consequências efetivas – limitadoras ou promotoras de desenvolvimento – para a própria produção humana é outra questão, a qual concerne à relação progressivamente contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e a prevalência das relações capitalistas de produção. O que confirma e não nega, pois que determina de maneira precisa seu estatuto, o caráter efetivo e objetivo da contradição no pensamento marxiano, uma vez que a compreensão desta se instaura de maneira diversa seja da questão de método moderna, de Descartes a Kant, seja da identidade entre método e desenvolvimento real, tese que atravessa o sistema hegeliano.

É neste diapasão que Marx afirma no posfácio à segunda edição de *O Capital* que

Meu método dialético, em seu fundamento {*Grundlage*}, não é somente diferente do hegeliano, mas é também seu oposto direto {*direktes Gegenteil*}. Para Hegel, o processo do pensamento {*Denkprozeß*}, que ele, sob o nome de ideia {*Idee*}, transformada num sujeito autônomo, é o demiurgo do efetivo {*Wirklichen*}, este apenas a sua manifestação externa (MARX, 1998, 23, p. 27).

Ou seja, a distinção entre Marx e Hegel se dá num nível muito mais essencial que aquele circunscrito à esfera dos procedimentos. O fundamento hegeliano é a da identidade entre ser e ideia antes referida. Identidade que inverte a relação de determinação real entre ser e pensar, fazendo do primeiro um modo de ser particular ou fugidío, e em si inconsistente de manifestação do segundo. É a postulação de um ser para além dos entes, à parte deles, o qual o determina a multiplicidade de coisas e processos como a série de modos contingentes de seu aparecer. Por isso, a história humana, em Hegel, é fenomenologia da substância racional automovente, uma coisa/pensamento autônoma e viva. Para Marx, continuando o texto acima citado, “pelo contrário, o ideal {*Ideelle*} nada mais é senão o material transposto {*übersetzte*} e traduzido {*umgesetzte*} para a cabeça do homem” (MARX, 1998, 23, idem). Resulta disso que a natureza da teoria é *tradução* da coisa enquanto efetivamente existente para a forma do pensamento. Sendo assim, a explicitação de uma lógica, de um modo de ser específico de um ente específico. Não há

uma homologia direta entre ser e idealidade, entre o processo pelo qual a coisa é o que ela é e aquele outro através do qual a rede de suas determinações é abordada e apropriada conceitualmente pela cabeça. Neste sentido, também no posfácio, numa conhecida passagem, a qual é tomada (e traduzida) unilateralmente, Marx arremata a discussão. Assevera que em Hegel a dialética em sendo um processo de desenvolvimento da Ideia, de um ente da pura razão, que por suas mais variadas diabruras põe efetivamente o mundo, “ela”, a dialética, “está assentada sobre a cabeça [*steht bei ihm auf dem Kopf*]. É preciso invertê-la [*Man muß sie umstülpen*], para que possa ser descoberto o seu núcleo racional [*rationellen Kern*] envolvido no invólucro místico” (MARX, 1998, 23, *ibidem*). Em outros termos, não se trata de uma inversão de cunho metodológico ou lógico, mas remete à ordem de determinação dos entes como tais. Ao invés de assentar as categorias “na cabeça”, isto é, na racionalidade pura da substância ideal, deve-se assentá-las na efetividade do mundo. Da razão como postulado à forma de ser como descoberta, eis a rota do distanciamento entre Marx e a especulação hegeliana, e permite o descortino tanto dos méritos do “grande pensador” quanto das mazelas que pervertem as conquistas teóricas. Assim, “núcleo racional” – a evidência da contradição como traço imanente aos modos de ser e aparecer – é ferido de morte pelo invólucro místico, a transformação de um caráter dos entes em substância que lhes subjaz, para aquém e para além deles. Sendo entes e processos tão somente formas de aparecer, ainda que necessárias, da substância. Neste sentido, acaba por tomar uma face eminentemente conservadora na medida em que faz do desenvolvimento efetivo tão somente momento do evoluir da substância mística, uma etapa de realização da racionalidade posta desde o princípio como pressuposto e não como conquista possível. Como resultante mais que conhecida tem-se a santificação do existente em nome da razão pressuposta em todo processo e o estancamento da própria mudança.

Nada mais distante disso que a compreensão das categorias como *Daseinsformen*, formas de ser (de estar aí) – e não *do ser* – *Existenzbestimmungen*, determinações de existência, como aparece explicitado pela primeira vez em Introdução de 1857¹⁶, aos *Grundrisse*, a qual aparece plenamente exercitada em O Capital. As categorias não são

¹⁶ Marx, Karl. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, In Marx/Engels: Werke, Band 42, Berlin: Dietz-Verlag, 1983, p. 40.

entes da pura razão, existentes apenas e diretamente na forma conceitual ou como regras de ação dos sujeitos, mas são formas de ser da efetividade que podem ser capturadas e transformadas em conceitos. No contexto estrito definido pelo conhecer, produção de conceitos pela atividade da cabeça humana, os quais correspondem na forma do pensamento, ao fim do processo, ao objeto concreto abordado. É um roteiro que vai da coisa enquanto complexo imediato de determinações, o concreto tal qual se apresenta, a população ou a mercadoria, por exemplo, à reprodução de sua articulação íntima e imanente como concreto representado no pensamento. No final, o que se deve ter é a apreensão das relações sociais de produções e das classes nelas implicadas, bem como do valor como determinação social da mercadoria em contradição com o valor de uso. Das categorias na forma do ser (*in der Form des Seins*) àquelas do pensamento e da racionalidade. Pressuposto aqui está evidentemente a posição do real e do ser como objetividade, como complexo de categorias, de determinações articuladas em uma rede de relações recíprocas, e por vezes antitéticas, que existem independentemente das operações mentais pelas quais venham a ser capturados. Complexo de ser que é por si mesmo e reage ao sujeito nas suas mais variadas formas de atividade, e não apenas na cognição. Objetividade que aponta, ao mesmo tempo, tanto para o caráter de por si da coisa, quanto à sua possibilidade de *vir-a-ser* objeto de uma dada atividade, inclusive do pensamento. Além disso, vale ressaltar que *Daseinsformen* aponta em seu sentido direto para formas do efetivamente existente, ou seja, das coisas, da mundaneidade, do concreto, e não do ser em sentido geral. Vê-se confirmado mais uma vez a natureza não especulativa do movimento cognitivo, pois, este não tem como pressuposto o ser em sua generalidade, mas a multiplicidade dos entes, dos quais cabe apreender seu ser, a forma nas quais as determinações de existência se articulam e o fazem ser o que é e como é.

A pesquisa, não obstante a sua aparência, não se reduz à pura recolha e justaposição empirista de caracteres, nem a posição destes num esquema silogístico qualquer, é o processo no qual as abstrações produzidas pela investigação da coisa, a extração de dados aspectos, perdem seu caráter simples e extremamente geral, ganhando em concretude e especificação. É a investigação de uma dada época concreta da produção humana, por exemplo, partindo de seu aspecto mais imediatamente constatável em direção à

determinação de suas principais categorias, de suas formas de ser, passando pelo processo de extração – de abstração – de dentre seus elementos aqueles comuns a outros momentos históricosociais, bem como, e principalmente, daqueles que a distingue das demais. É um traçado no qual se tem em tela a *diferença específica* a cada ente ou processo estudado. Por exemplo, a determinação da forma social particular que assumem os meios e condições de produção da vida humana, bem como o intercâmbio, no modo de produção capitalista. Não é a subsunção da concretude a uma tipologia ou a um princípio gerais, mas a dilucidação das determinações particulares do concreto, assim como a sua reprodução pelo pensamento. É apreensão da síntese das categorias conforme sua articulação na realidade. Não se trata de simples “reflexo” ou “impressão”, mas de *tradução* da síntese concreta de determinações na forma da efetividade para a de uma síntese de determinações na forma do representado.

É o exato roteiro que vai das abstrações razoáveis às determinações de existências – conforme tematizado também por Chasin em Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica – que se vê realizado na análise da mercadoria. Parte-se da mercadoria como *forma elementar (Elementarform)* da riqueza no mundo do capital para se alçar à identificação do valor como categoria determinante da produção (MARX, 1998, 23, p. 49). Forma elementar, por que modo de ser particular assumido pelos produtos da atividade humana vital no interior da sociabilidade capitalista, enquanto realizações do trabalho assalariado, inserido na troca entre força de trabalho e capital. O ponto de partida da análise marxiana não é o valor, que é exatamente o que cabe ser elucidado, nem muito menos o “conceito de valor”, mas a mercadoria tal qual ela é na efetividade, na mundaneidade do capital. Neste sentido, Marx nunca parte de conceitos, mas da coisa tal qual ela se apresenta, para, através da sua análise, da investigação da série de suas determinações, das mais aparentes às mais essenciais, alcançar um conjunto de categorias simples que conformem a “lógica” da coisa estudada. No caso específico da mercadoria, valor e valor de uso, na sequência, trabalho abstrato e trabalho concreto, e a partir daí num movimento crescente de especificação, a delimitação do trabalho abstrato, “simples gelatina de trabalho humano social”, *sans phrase*, como *substantia* do valor da mercadoria (Cf. MARX, 1998, 23, p. 56-61).

O caminho assim percorrido pela atividade do conhecimento começa tomando a mercadoria em sua aparente simplicidade, com a qual os agentes da troca estão acostumados e nela imersos, bem como de opacidade imediata, para chegar à mercadoria como figura desvelada, um *plenum* de determinações de existência. Momento final este em que agora se torna visível não somente um conjunto de abstrações, mas a articulação das mesmas, as quais perfazem a coisa como ente enquanto tal. Articulação esta parametrizada pela identificação precisa do que constitui o *momento predominante (übergreifendes Moment)*, da categoria que determina em última instância a forma de ser específica do objeto. Momento, ou elemento constitutivo duma dada totalidade de determinações, o qual delimita a natureza da relação entre as categorias. No caso da mercadoria, o valor, e sua substância, o trabalho abstrato. Não que as demais categorias sejam simplesmente negadas em sua vigência ou existência, mas estas têm definida sua esfera em relação àquela que delimita a coisa como coisa específica. Assim, o valor não pode existir, na pura abstração, *par soi même*. Tão somente o é pela sua existência como determinação social de dado produto do trabalho humano concreto. Entretanto, não é por ser apenas produto do trabalho, dirigido a uma necessidade específica, que algo se torna mercadoria. Um produto não é por si imediatamente mercadoria, somente o é sob a condição de ser também imediatamente, ser-para-outro, ser para a troca, realização e relação de trabalho social geral incorporado num valor de uso. Daí a regência ser do valor, da categoria através da qual a trocabilidade universal das coisas e atividades é efetivada como aspecto imanente ao produto. Realização do trabalho humano na particularidade histórica da troca de força de trabalho por salário. Como momento predominante da forma mercadoria, o valor é uma determinação central obtida pela análise da efetividade da mercadoria, e não um pressuposto analítico ou princípio do qual se deduziriam as demais formas como modos de sua existência particulares. A este respeito, num manuscrito datado de pouco antes de sua morte, Marx observa contra Adolph Wagner, crítico alemão de sua obra que atribuía à categoria valor papel similar àquelas desempenhadas nos sistemas filosóficos pelas ideias “claras e distintas” – das quais se deduz o mundo – que,

(...) eu não divido o valor em valor de uso e valor de troca, como termos antitéticos em que se decompõe o abstrato, o ‘valor’, mas afirmo que a forma *social concreta* do produto do trabalho, da ‘mercadoria’, é por uma

parte valor de uso e por outra parte ‘valor’, não valor de troca, posto que este é uma simples forma de manifestar-se e não seu próprio *conteúdo* (MARX, 1962, p. 369).

O que se tem desenhado, ainda que sumariamente, na analítica da coisa mercadoria, poderia ser descrito como um método? Por certo um caminho dado foi percorrido, mas valeria ele para todo e qualquer objeto? O que podemos observar não é o exercício de uma metodologia universal ou a descrição de *uma chave* de interpretação dos fenômenos, mas um simples roteiro de percurso. Passos por meio dos quais se atravessa as sendas de aspectos e elementos de uma dada concretude, uma via que não está dada, mas que se percorre. Neste sentido, e apenas neste, talvez, um *método* (*μέθοδος*), um caminho que se segue em direção a um algum objetivo ou lugar. A palavra grega que é marxianamente tomada em seu sentido o mais literal, pois, há apenas caminhos específicos para o desvelamento da verdade de coisas específicas. Da mesma maneira que somente caminhos específicos podem nos levar a lugares específicos. Certamente, caminhos e atalhos, desvios e bifurcações, podem nos levar, como roteiro alternativo ao destino. Mas isso ao preço de nos perdermos em sendas e, mesmo, nos afastar-nos demasiado do objetivo.

Assim, como nem todos os caminhos não nos levam a todos os lugares, sendo o roteiro definido pelo objeto, o conhecimento, ao menos em seus inícios, não possui um mapa detalhado de antemão. Resta-nos o parâmetro oferecido pela própria coisa, não havendo um fundamento a priori que decida a questão do saber anteriormente ao próprio saber. Portanto, todo movimento de conhecimento é uma caminhada pelas escarpas tortuosas do objeto enfrentado. Marx, a nosso ver, se acha aqui em franca oposição a toda a tradição moderna anterior. Para essa, a posse de *um* método seria a garantia de verdade da ciência. Em consequência, o momento de prefiguração da subjetividade do pesquisador seria o momento central de constituição do saber, e o objeto, um produto do modo de concebê-lo. Na obra marxiana dá-se o oposto, a investigação minuciosa das determinações da coisa sob o mando da própria coisa tornada objeto da atividade científica. Neste sentido, afirmamos com Chasin, com certa tranquilidade e uma dose inevitável de ousadia que, “a rigor não há uma questão de método no pensamento marxiano” (CHASIN, 2009, p. 89). Melhor ainda, não haveria sequer método *strictu senso*, “se todo método pressupõe um

fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas, preliminarmente estabelecida, que sustente, ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento” (CHASIN, 2009, idem). Assim sendo, nunca ocorre em Marx uma preponderância da questão do conhecimento, da sua possibilidade ou das vias de se atingi-lo. Não que isto seja descurado. Mas é de muito evidente o fato de que tais questões somente apareçam referidas após um dado percurso, mais ou menos acabado, no qual certa articulação do material se torna coerentemente apresentável. Disto é testemunha o lugar destinado por Marx à questão do método da economia política na supracitada Introdução de 1857, como terceira parte, após a dilucidação das relações entre produção, consumo, troca e distribuição no interior da produção de mercadorias. Igualmente a questão da possibilidade da verdade do conhecimento, que depende mais da determinação histórico-social do pensamento, do *Standpunkt* no qual se faz a ciência, do que da posse de uma metodologia especial. A este respeito, vale referir a análise, feita por Marx no mesmo posfácio a segunda de *O Capital*, acerca da impossibilidade social da economia política na Alemanha de seu tempo, na exata medida do descompasso da realidade alemã com aquela predominante nas duas outras potências europeias (Cf. MARX, 1998, p. 19-22).

De toda esta questão resulta não haver em Marx também uma garantia prévia da verdade, ainda que possa haver verdade, a obtenção de um dado conhecimento pela investigação e exame da coisa. Neste contexto, Marx se situa a uma segura distância tanto frente à tradição epistemológica moderna, a afirmação da garantia *a priori* do verdadeiro mediante a posse de um método universal de conhecimento, quanto da pura negação *in limine* da possibilidade do conhecimento do verdadeiro. Essa última, advogada pelas diversas correntes que compartilham do *perspectivismo*, que caracteriza a linhagem filosófica de origem em Nietzsche, a qual desaguou nas várias propostas de hermenêuticas surgidas no decorrer do século XX e ainda vigentes. A possibilidade do conhecimento, na obra marxiana, é afirmada como evidência da relação prática com o mundo e a verdade é posta como meta a ser construída mediante o exame da efetividade e o descortino das determinações que a enformam objetivamente.

A seguir, serão apresentados de forma mais detalhada dois momentos nos quais o exame do caminho (*Weg*) percorrido pela crítica marxiana da economia política em sua

feição mais madura em direção à apreensão da *differentia specifica* do capital. Marx não se dedicou com muita frequência a esse tipo de incursão ao problema do conhecer, e do método em especial, de forma destacada, mas podem-se destacar duas ocasiões em que isso se deu em sua obra. Primeiramente, na famosa *Einleitung zun den "Grundrisse"*, redigida em 1857, à qual o próprio Marx refere no prefácio à *Para Crítica da Economia Política*, de 1859. Não obstante seu autor a tenha considerado inadequada, dado o risco de antecipar conteúdo e conclusões somente compreensíveis na medida em que o texto integral, escrito entre 1857-1858, fosse então apropriado pelo leitor, em razão deste ter se mantido na forma de manuscrito não publicado, acaba a introdução em questão tendo grande importância para a compreensão do pensamento marxiano. A segunda ocorrência desse tipo de discussão é a registrada no posfácio à 2ª edição de *O Capital*, já em resposta a certas objeções que demonstraram incompreensões acerca do caminho do conhecimento trilhado pela crítica da economia política em sua principal obra.

III

A Crítica do Método

O exame específico acerca do método na Introdução de 1857 se localiza na sua parte terceira, não obstante a questão já tenha sido referida ou mesmo sumariamente discutida nos dois itens anteriores. Tal exame se dava no contexto da circunscrição inicial do estatuto das categorias, o qual também se apresenta em *Die Methode der politischen Ökonomie*, em igual âmbito. Isso é decisivo para a compreensão do espaço determinado, nunca determinante, que o problema do método possui no pensamento marxiano. Esse tema jamais é abordado em sentido autônomo, desconectado do objeto, como a elaboração de um sistema de procedimentos a ser aplicado no enfrentamento cognitivo a qualquer complexo categorial. Não por acaso, o exame do modo (*Weise*) ou do caminho (*Weg*) mais adequado ao conhecimento da realidade social principia não com uma simples discussão de fundamentação *a priori* do método, com o estabelecimento de um preceito ou de uma regra procedimental, mas com o exame da contextura do próprio objeto. A questão primeira não é *afinal qual o melhor modo de organizar previamente a aproximação, e sim afinal do que é que nos aproximamos*. A determinação da contextura ôntica do objeto precede a do modo

de apropriá-lo conceitualmente. Em outros termos, o que é o concreto? Essa interrogação se desdobra pelas páginas da *Einleitung* e passa a retracejar, na sequência de seu desenvolvimento e discussão, o caminho percorrido pela apreensão das categorias mais essenciais ao modo de produção capitalista. Frise-se que se trata da compreensão de um itinerário de viagem já concluída, de percorrer sob a forma do objeto aquelas sendas que o foram sob o modo da prática cognitiva da ciência. Não tem esse excursionar pelas vias do método nenhum talhe prescritivo, mas um caráter puramente demonstrativo, sintético e representativo. Há que atentar para o fato de que Marx somente expõe a questão do *Weg* após a identificação das categorias mais importantes da produção (*produção, distribuição, troca e consumo*), do caráter específico destas e, principalmente, do exame da articulação e das relações recíprocas havidas entre elas.

A parte do escrito em questão começa exatamente pela determinação do próprio concreto. Com a investigação acerca da diferença entre o *concreto* propriamente dito e o *imediat*, o “dado puro”, conforme este se oferece à intuição e à representação. A população, p.ex., tal qual esta aparece diretamente, é uma *Abstraktion*, uma noção ou uma percepção empírica vazia, quando não se leva em consideração as determinações que delimitam e ordenam a sua existência enquanto efetividade. O que não significa a postulação da existência de um princípio *a priori* ideal ou suprassensível, frente ao qual o empírico como tal seria declarado como *falso* ou *irreal*. Os entes ou processos que se encontram na experiência são o ponto de partida irrecusável de qualquer propositura científica. Nesse sentido, o existir-aí, concretamente, da população *die Grundlage und das Subjekt des ganzen gesellschaftlichen Produktionsakts ist* (Cf. MARX, 1983, p. 35). A questão não é discutir a efetividade da *população*, mas sim encontrar as categorias, bem como a concatenação que vige entre estas, que a determinam e a perfazem como tal. A concretude da população, como ente, não é posta em suspeita. O adversário marxiano não é o empírico, o finito, o que equivaleria à posição especulativa de negar concretude ao mundo objetivo por-si, mas sim, o empirismo, a redução da concretude ao conjunto de determinidades imediatamente perceptíveis e mensuráveis do concreto existente. Além disso, é importante frisar que a cada nova determinação ou pressuposição que se descobre, uma série de outras é trazida à tona. Ou seja, no discurso científico marxiano não é possível

definir *uma* categoria em “última instância”, que determine em absoluto, como fundamento primeiro ou à qual os complexos categoriais realmente existentes possam ser simplesmente reduzidos conceitualmente. A analítica escava e abstrai das figuras empíricas – sejam tais, processos ou entes – as suas determinações.

A análise tem como meta extrair e fixar determinações que encaminhem a cognição na direção do ultrapassamento da *chaotische Vorstellung des Ganzen*, da apreensão do finito dado em sua determinidade imediata. É um procedimento de cunho analítico, ou seja, cuja *démarche* reside no destrinçar o concreto na figuração em que este se apresenta, e assim separar os aspectos nele presentes. O que indica haver duas pressuposições básicas, que se situam *aquém* da ordem propriamente metodológica, mas que a delimitam e orientam. Primeiro, a afirmação da existência *por-si*, e não somente *em-si*, da efetividade sensível. A ceterioridade do finito é, por conseguinte, um ponto de honra central para a posição marxiana. Não é o ato conceitual ou teórico que dá realidade concreta a um *objeto* – *Gegenstand*, para retomar as *Ad Feuerbach* (Cf. MARX, 1978, p. 5) – mas, ao contrário, aquele, como atividade de um ente igualmente concreto, deve ter como *Ausgangspunkt* a plenitude do efetivo, do *que é*, como referencial para a apreensão, e o posterior estabelecimento em nível teórico, do *ser*, da determinação, deste. Em segundo lugar, e como corolário necessário da posição analítica de Marx, emerge a afirmação de que as categorias como tais são formas determinativas do finito efetivamente existente. Em outros termos, os aspectos essenciais obtidos analiticamente não são entendidos como apanágios da intelecção, mas como determinações da própria *coisa* teoricamente enfrentada, no caso, da produção dos indivíduos sociais produzindo como *uma* população particular. Não se trata da recusa do empírico em favor de outra *dimensão de realidade* que, supostamente, se situaria “acima” ou “além” do finito. O ente ou o processo a ser esclarecido é já, de saída, objetivamente, uma totalidade de categorias. Ao contrário, a questão é a de discernir o aspecto essencial, ou o conjunto deles, que determina a forma de existir, do *Dasein*, da população. A população como tal, em sua finitude, é já o *concreto*. O que se debate é a definição do que a torna *essa* população particular, produzindo segundo o modo historicamente determinado pelo capital. O que, de certo modo, afasta a posição marxiana do registro hegeliano, apesar das aparências discursivas. O concreto como

Zusammenfassung vieler Bestimmungen é uma pressuposição antes de tudo de talhe ontológico. A síntese ou concatenação categorial das diferentes determinações existe como forma da efetividade da coisa, e na coisa, independentemente da intelecção. O movimento dessa última é que, ao aproximar-se analiticamente, tem por finalidade a produção de uma síntese pensada (Cf. MARX, 1983, p. 35). Em Marx, o ser e o pensar permanecem existindo como momentos diversos de uma relação real e determinada, não se identificam, apesar de poder estabelecer-se entre ambos uma dada conexão qualquer.

A partir do esclarecimento da questão que necessariamente está pressuposta naquela do conhecimento, se dá a distinção entre dois *Wege* frente à efetividade imediatamente dada, à *população*. De um lado, o caminho seguido pela economia política, o qual consiste em obter por meio da análise da totalidade imediata de relações, categorias cada vez mais simples, com base nas quais se construíram os sistemas explicativos clássicos acerca da produção capitalista. De outro lado, está *aquele último (Das letzte)*, seguido por Marx, o qual inclui como etapa necessária a que se empreende a *viagem de volta (die Reise wieder rückwärts)* ao concreto efetivamente existente, à *população*, mas não mais como uma representação ou figuração caótica do todo, e sim como uma reprodução conceitual do fundamento e sujeito reais da produção. A totalidade categorial por-si é retomada agora como conjunto de categorias, devidamente articuladas, no pensamento, como síntese pensada. O caminho científico marxiano opera, portanto, num roteiro que vai do concreto conforme este se oferece imediatamente ao concreto compreendido como tal pelo pensamento, passando pelo trecho da abstração, no qual os *momentos isolados (einzelnen Momente)* são *mais ou menos fixados e abstraídos (mehr oder weniger fixiert und abstrahiert)* (Cf. MARX, 1983, idem). Procedimento esse que o *modus operandi* de Marx tem em comum com aquele da economia política clássica. No entanto, o movimento de aproximação científica da realidade não cessa na obtenção daqueles momentos abstratos, ao contrário, estes são remetidos à concretude que perfazem a cada complexo particular analisado (por exemplo, a produção ou o intercâmbio) e obtém uma determinada feição e um alcance determinativo próprio que depende do efetivamente existente. Não há, por conseguinte, como já se o assinalou, uma instância categorial que seja o fundamento do discurso, ao redor do qual, as demais figuras conceituais se moveriam como peças de um

mecanismo teórico de caráter sistêmico. De certo modo, pode-se afirmar que não existe, ao menos num sentido tradicional, um “sistema” em Marx.

Nesse sentido, o *Weg* propriamente marxiano, em distinção ao que ocorria nos autores da Economia Política, não se estaca na posse das categorias mais simples em seu isolamento, nem mesmo faz delas o arrimo conceitual que sustenta, lógica ou arbitrariamente, uma arquitetônica teórica. Tais figurações abstratas, as quais assim o são não somente por seu teor ideal, e sim por seu caráter vácuo e indeterminado, não tem, portanto, um peso específico de princípios irrevogáveis, a partir dos quais os processos explicados seriam deduzidos ou arrimados. Essas são “tão somente” *abstrações*, ao menos nas etapas mais primaciais do processo de aproximação científica, formas ideais nas quais se captura e se expressa determinados lineamentos categoriais do concreto. Além disso, e por isso mesmo, não têm tais figuras o modo de existência da universalidade *a priori*, da qual o existente particular e finito seria uma simples eclosão. Como as categorias pensadas não possuem preexistência e nem autonomia frente ao concreto, essas devem ser sempre cotejadas e matizadas pelo desenvolvimento processual efetivo que se tem em exame. Assim, a *produção* não tem legitimidade científica senão com base na sua remissão a um dado modo de produzir concreto e particular. A procedência ou adequação de uma categoria científica não é assegurada simplesmente por sua coerência, interna ou com a teoria, portanto nem mesmo por seu conteúdo, normalmente, certos traços gerais e ainda informes do complexo categorial investigado. Essa qualidade depende acima de tudo da aproximação do *concretum* objetivamente posto, em sua particularidade imanente e inerente, a fim de tomar posse dele como *Gedankenkonkretum*. Não por outra razão, define seu modo de proceder como aquele que *vom Abstrakten zum Konkreten aufzusteigen* (Cf. MARX, 1983, idem). Elevação que tem como alvo não o encontro de formas puras do pensamento, tomadas então como a verdade última do concretamente existente, como o seria nos marcos do idealismo *stricto sensu*.

Retomando a questão da determinação da questão de método em função daquela atinente à delimitação do estatuto de realidade do objeto, Marx fornece como sustentação da indicação do caminho que inclui a *Reise wieder rückwärts* como *die wissenschaftlich richtige Methode* a pressuposição básica de que o concreto é como tal *uma síntese de*

*muitas determinações. Ou uma unidade dos diversos (Einheit des Mannigfaltigen). Não se trata, por conseguinte, de uma assertiva cuja legitimidade seja instaurada metodologicamente, mas assentada num ponto de partida acerca da natureza de entes ou processos como objetividade e imanência. Caráter objetivo de ser que se perfaz exatamente pela articulação plena de suas categorias, pela concatenação particular que fornece a delimitação de sua finitude e distinção. Não é o ato de conhecer um arranjo dado pela subjetividade metodologicamente orientada a um mero *em-si* ou à informidade de um real absolutamente desconexo. Ao contrário, a cognição se aproxima de um processo ou ente real, o qual tem *em-si* e *por-si* uma dada configuração objetiva, *uma forma de ser*, que cabe capturar conceitualmente, traduzindo-a numa figuração mental que reproduza e também explique o modo de ser da concretude. A síntese categorial não é, a um nível mais primário e essencial, uma dação teórica, mas é o caráter específico dos próprios existentes. Tal fato explicaria inclusive o porquê de o *pensar* reproduzi-lo como articulação de categorias. E aqui é importante ressaltar que tanto o pensar e quanto o existir, ambos permanecem como momentos de uma relação, de uma defrontação, efetiva; ou seja, mantêm cada qual seu estatuto próprio, sem se identificarem. Com evidente acento categorial pendendo para a prioridade do existente, do concreto, frente ao pensamento que o vasculha e forceja por conhecê-lo. Como tal, o que existe não é obra do pensamento, nem é o que é como simples momento da transitividade da *substância racional*. A concretude sintética, o existente, em Marx, nesse contexto, se diz de dois modos: primeiro como *este* ente ou processo efetivo por-si; depois, como *totalidade de pensamentos*. Assim, “O sujeito real permanece existindo como sempre em sua autonomia fora da cabeça; até quando a cabeça se comporta apenas teoricamente, apenas especulativamente” {*Das reale Subjekt bleibt nach wie vor außerhalb des Kopfes in seiner Selbständigkeit bestehn; solange sich der Kopf nämlich nur spekulativ verhält, nur theoretisch*}. A cientificidade não é definida em separado da efetividade sobre a qual se debruça, ao invés, deve delimitar-se sempre em função da processualidade concreta a ser explicada. Em outros termos, “Também para o método teórico, por conseguinte, deve o sujeito, a sociedade, ter-se sempre à vista como pressuposição da representação” {*Auch bei der theoretischen Methode daher muß das Subjekt, die Gesellschaft, als Voraussetzung stets der Vorstellung vorschweben*} (MARX,*

1983, p. 36).

A esse respeito, é bastante revelador o fato de que Marx, ao invés de elaborar uma justificativa epistêmica ou metodológica, atinente prioritariamente à esfera procedimental, passe a discutir a natureza mesma das categorias. As formas são abordadas em sua dúplice existência possível; como integrantes imanentes à concretude da coisa e também como figuras ideais que representam teoricamente estes elementos. A longa exposição que se segue à apresentação dos *Wege* – seu próprio e aquele incompleto seguido pela Economia Política – se debruça sobre questões que remetem ao modo de existência das categorias e sobre os contornos e parâmetros que definem a validade científica das mesmas. O problema central está sempre em delimitar o alcance explicativo e discursivo das categorias em referência ao estatuto do objeto, às diversas formas de sociabilidade e de interatividade, buscando encontrar o papel que aquelas cumprem na particularidade concreta. Nesse sentido, a existência antidiluviana de algumas categorias da vida social, como o *valor de troca* ou o *dinheiro*, por exemplo, não fazem delas um princípio trans-histórico da produção. Essas, ao contrário, existem exprimindo relações sociais particulares, determinadas duma dada época, e delimitando-se por esta função expressiva. A categoria pode ter existido historicamente de maneira “abstrata”, isolada e antes da série de conexões e elementos históricosociais, que a transformam em uma forma societária plenamente desenvolvida. Que a remeta a um conjunto mais complexo e multiforme de relações sociais. Complexidade essa que se determina pelo grau de reciprocidade e de interdependência efetivamente existentes entre os diversos nichos e dimensões da produção social da vida humana. A resposta à inquirição acerca da possibilidade de existência independente (*unabhängige*) da assim chamada categoria mais simples frente àquela concreta revela, na sua aparente simplicidade, o quanto a solução deriva da própria analítica da coisa examinada e não de uma diretriz de caráter epistêmico: *ça depend* (Cf. MARX, 1983, *idem*). A dependência irremediável do estatuto das categorias como conceito e da articulação destas numa forma discursiva do talhe concreto do objeto – sua contextura e maturação – é uma *démarche* característica da cientificidade marxiana. De um ponto de vista jurídico, *exempli gratia*, a posse pode aparecer como uma existência ou forma de existência social real, mas pressupondo sempre uma configuração particular, finita e

concreta, na qual agrupamentos determinados exercem sobre o mundo.

As observações acerca da categoria *trabalho* são ainda mais esclarecedoras, porquanto apontem para o fato de que esta somente pôde vir a existir nesta simplicidade, como *Arbeit überhaupt*, a partir do próprio desenvolvimento histórico. O aumento da complexidade da própria interatividade social, com a emergência na modernidade da forma do capital, é o arrimo efetivo da categoria. Nesse contexto, a existência da categoria aparentemente simples oculta toda uma rota de transformações históricas na forma da produção que colocam a atividade mesma como pressuposição essencial, independentemente do cunho particular de cada ofício produtivo. O que aponta para o fato de que o caráter, simples ou complexo, de uma categoria não advém somente do ato cognitivo, da abstração, mas, acima de tudo, ao do evoluir efetivo da coisa ou processo por-si, da produção social como tal. O caráter geral ou universal de uma categoria é uma emergência posta pelo desenvolvimento da produção da vida. Nesse sentido, “Assim as abstrações mais gerais só surgem no desenvolvimento mais geral do concreto, onde aparece uma série comum, partilhada por todos” {*So entstehen die allgemeinsten Abstraktionen überhaupt nur bei der reichsten konkreten Entwicklung, wo eines vielen gemeinsam erscheint, allen gemein*} (MARX, 1983, p.38).

Esse aspecto do problema aponta para uma das questões mais importantes envolvidas na posição marxiana acerca da produção do conhecimento. O *trabalho em geral* como categoria não tem apenas um princípio de existência, aquele referente à atividade de conhecer operada pelos sujeitos reais, vivos e ativos, no confronto das propriedades concretas de seu aparelho sensório-cognitivo com aquelas pertencentes à efetividade objetiva externa a eles. Além disso, a categoria simples, mais depurada de elementos particulares e acessórios ou contingenciais, por isso, mais “oca”, requer como condição de possibilidade a existência de uma forma societária na qual as diversas modalidades de atividade produtiva – física ou ideal – tenham um mesmo metro social. Ou seja, a categoria *trabalho em geral* é também implicada – e explicada – por uma sociedade onde os vários tipos de trabalho se equivalem, sejam equiparáveis, cotejados objetivamente a partir de um *médium* ou terceiro que desempenhe a função de mediação social. O trabalho como produtor de riqueza-capital, de mais-valor é, portanto, a pressuposição social efetiva do

trabalho em geral como categoria científica. O que dá bem a dimensão da particularidade concreta a qual se subsume a própria cientificidade. A aproximação científica da realidade social – historicamente produzida pelos próprios homens – está irremediavelmente condicionada pelo talhe específico deste objeto. Essa consequência já afasta, pois, da reflexão marxiana acerca do problema de qualquer pretensão a esboçar um paradigma único, abstrato e universalizador da cientificidade, do *fazer ciência*. O desenvolvimento real do objeto condiciona e determina as possibilidades de sua aproximação:

Por conseguinte, a abstração mais simples, a qual a moderna economia coloca acima de todas e que exprime uma conexão antiquíssima e válida para todas as formas de sociedade, porém apenas aparece nessa verdadeira abstração prática como categoria da sociedade moderna. {*Die einfachste Abstraktion also, welche die moderne Ökonomie an die Spitze stellt und die eine uralte und für alle Gesellschaftsformen gültige Beziehung ausdrückt, erscheint doch nur in dieser Abstraktion praktisch wahr als Kategorie der modernsten Gesellschaft*} (MARX, 1983, p.39).

A seguir, adverte Marx para o limite da validade científica das categorias mais simples, mais abstratas, aparentemente mais vazias de conteúdo determinante, o qual a cientificidade dominante tende a exacerbar. A economia política confere àquelas um caráter universal que atravessaria as mais diferentes formas de produção social, como um elemento a-histórico e permanente tanto em sua vigência abstrata como em seus lineamentos mais essenciais. Daí derivaria, em parte, a concepção das leis da produção como leis naturais e imutáveis. Ao contrário, as leis ou regras que regulam a produção nas diversas sociedades históricas concretas, com as formas de ser e modos peculiares de existência, não tem a fixidez suposta na natureza, nem muito menos são marcas antropológicas indeléveis e inalteráveis no tempo. Por um lado, como formas sociais, concretas e finitas de existência, são as leis da produção indefinidamente transformáveis, podendo vir a sofrer reconfigurações que lhes alterem o talhe da vigência e mesmo seu conteúdo mais determinante. Por outro lado, aquelas que se caracterizam pela sua máxima universalidade, não são igualmente fundamentos do itinerário histórico, princípios *a priori* de determinação da interatividade societária. Diversamente,

(...) mesmo as categorias abstratas apesar de sua validade – justamente por sua abstração – para todas as épocas são, no entanto, na determinidade desta abstração mesma, igualmente produto de relações históricas e possuem sua plena validade {*Vollgültigkeit*} apenas para, e no interior,

destas relações (MARX, 1983, idem).

Na sequência dessa discussão, aparece um dos momentos mais referidos da discussão de Marx sobre o conhecer, mas que é talvez um dos mais desentendidos. A partir da delimitação das condições históricas da existência concreta das categorias simples, em especial, da remissão à questão da determinação dessa pelo desenvolvimento social, Marx passa a abordar as relações existentes entre os modos mais medrados de interatividade societária com aqueles que os antecederam. A realidade histórica capitalista, em sendo a forma mais desenvolvida da sociabilidade baseada em uma forma qualquer de propriedade privada das condições da produção, aparece, por conseguinte, como o modo a partir do qual as categorias podem ser tomadas, no que tange, inclusive, à dilucidação de formações societárias anteriores ou ainda não propriamente desenvolvidas. Não por um motivo de caráter epistêmico ou em função de uma simples arbitrariedade. Mas na exata medida em que *ela [a sociedade moderna] edificou-se com aqueles destroços e elementos, dos quais certos restos ainda não superados nela se conservam {mit deren Trümmern und Elementen sie sich aufgebaut, von denen teils noch unüberwundene Reste sich in ihr fortschleppen}* (MARX, 1983, ibidem). Em outros termos, a forma mais desenvolvida, em que pese sua *differentia specifica*, sua particularidade, edificou-se (*sich aufgebaut*) a partir da reconfiguração ôntica de, ao menos, algumas das categorias pertencentes a formações que as antecederam no tempo. Remodelação que, em certos casos, correspondeu à dação de caráter universal às categorias, como a do *trabalho*, por exemplo, que eram preenchidas na realidade social efetiva por um conteúdo extremamente particularizante. As categorias, como as condições objetivas da produção que se tornam propriamente *capital* apenas dentro de uma dada relação social objetiva, têm sua forma de existência societária concreta reconfigurada e oferecem com isso um novo conteúdo determinativo para a atividade produtiva. Ainda que estas permaneçam material ou objetivamente (os meios de trabalho, por exemplo) existentes com suas propriedades físicas e objetivas que lhe sejam inerentes. É somente a partir desse contexto bem preciso é que se pode tomar com justeza e correção a observação marxiana de que *A anatomia do homem é **uma** chave para a anatomia do macaco (Die Anatomie des Menschen ist ein Schlüssel zur Anatomie des Affen)* (MARX, 1983, ibidem – negrito nossos).

Em primeiríssimo lugar, há que ressaltar com ênfase que duas das traduções da *Einleitung zur den “Grundrisse”*, daquelas examinadas no curso de elaboração do presente trabalho – uma delas, brasileira¹⁷ – ao estranhamente elidirem o vocábulo *ein* (um/uma) dão a entender ao leitor ou ao estudioso menos atentos que se trata de uma prescrição de talhe epistêmico. Ou mesmo da indicação de uma norma “marxista” universal e obrigatória pela qual as formas menos desenvolvidas ou menos complexas de existência necessariamente, por assim dizer, “se resolveriam” no remetimento de suas categorias, ou do modo particular destas existirem, àquelas das mais maturadas. Nada mais falso, levando-se em consideração tanto as observações que antecedem quanto aquelas que se sucedem à célebre afirmação. Marx, certamente, argumenta no sentido de haver uma relação entre modalidades historicamente diversas, em termos de grau de complexidade, de vida e produção sociais. Não obstante, isto não significa asseverar que o modo de ser concretamente mais desenvolvido de uma categoria numa dada sociedade hodierna forneça, por si só, a possibilidade do entendimento desta mesma forma do ser social em sociedades anteriores. Afora isso, há perigo desse tipo de entendimento epistêmico resultar na atribuição, ainda que implícita e não deliberada, de um tipo de “evolucionismo” ao pensamento marxiano. Ainda que as categorias que perfazem a interatividade social burguesa possam ser um dos elementos que auxiliem na decifração do modo de ser destas em momentos históricos anteriores, tal não se dá, entretanto, sob o signo da pura e simples identidade. Nesse sentido,

A economia burguesa fornece assim a chave para a antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que borram todas as diferenças históricas e veem a burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, a corveia etc. quando se o faz com a renda fundiária. Mas não se o deve identificá-las. Além disso, sendo a sociedade burguesa mesmo apenas uma forma opositiva de desenvolvimento, por isso, relações de formas anteriores frequentemente apenas são nela encontradas totalmente atrofiadas ou até travestidas.

{*Die bürgerliche Ökonomie liefert so den Schlüssel zur antiken etc.*

¹⁷ Cf. Marx, Karl, Introdução [à Crítica da Economia Política], In Coleção Os Pensadores, volume Marx, Abril Cultural, São Paulo, 1974, p. 126. Cabe aqui referir a existência de duas outras traduções brasileiras, as quais não comentem a elisão acima apontada: uma referente apenas ao item *O Método da Economia Política*, publicada na Coleção Primeira Versão, n.º. 71, IFCH-UNICAMP, 1997, e aquela já discutida na Introdução da presente tese, constante da primeira tradução completa dos *Grundrisse* em português publicada pela Boitempo Editorial em 2011.

Keineswegs aber in der Art der Ökonomen, die alle historischen Unterschiede verwischen Und in allen Gesellschaftsformen die bürgerlichen sehen. Man kann Tribut, Zehnten etc. verstehen, wenn man die Grundrente kennt. Man muß sie aber nicht identifizieren. Da ferner die bürgerliche Gesellschaft selbst nur eine gegensätzliche Form der Entwicklung, so werden Verhältnisse früherer Formen oft nur ganz verkümmert in ihr anzutreffen sein oder gar travestiert} (MARX, 1983, idem).

A função heurística desempenhada pela figuração moderna das categorias, tendo em vista o conhecimento de épocas anteriores (ou menos complexas) da produção social da vida humana, porquanto possuam aquelas *uma verdade (eine Wahrheit)*, somente pode ser tomada (*zu nehmen*) *cum grano salis*¹⁸. Essa prudência científica se torna tanto mais essencial, quanto mais se deva ter em mente que a atividade de conhecer é para Marx, antes de tudo, o ato de apreender, fixar e, posteriormente, estabelecer teoricamente o conjunto de determinações, e da articulação destas, que perfazem um dado modo de existência histórico da sociabilidade. Ou seja, a distinção o mais precisa possível, a indicação da *differentia specifica* permanece como meta e diretriz inegociáveis da aproximação científica no discurso marxiano.

Aquela cautela científica na identificação do papel das categorias traz como consequência o que pode ser identificado como *antimétodo* marxiano. Não no sentido, evidentemente da ausência de procedimentos ou regras de produção da intelecção, mas como elemento que relativiza o papel central atribuído à metodologia, pelo menos desde as auroras da modernidade. A esfera dos procedimentos cognitivos se resolve apenas na medida em que remeta ao modo de existência objetivo do objeto e não aos modos como um suposto sujeito autônomo, este na realidade igualmente determinado histórico-socialmente, se aproxime deste ou daquele modo dado *a priori* do efetivamente existente.

Não por outra razão, Marx definirá como principal ponto a reter (*festzuhalten*) o fato de que o concreto a ser explicado, *o sujeito, aqui, a moderna sociedade burguesa, está dado tanto na efetividade quanto na cabeça (in der Wirklichkeit so im Kopf, das Subjekt, hier die moderne bürgerliche Gesellschaft, gegeben ist)*¹⁹. Em outros termos, a base do

¹⁸ Marx, Karl. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, Op.Cit., p. 40.

¹⁹ Marx, Karl. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, Op.Cit., idem.

“método” marxiano não se situa numa pressuposição epistêmica, mas no reconhecimento de que o ente ou o processo examinado está duplamente dado, não somente como conjunto articulado de categorias mentais, mas, antes de tudo, como uma série articulada de categorias que perfazem a concretude. A síntese categorial está dada, positiva e prioritariamente na realidade em relação ao ato da cognição. Como corolário, *die Kategorien daher Daseinsformen, Existenzbestimmungen*. Daí também resulta a já assinalada inexistência da “chave” de cunho conceitual a partir da qual um construto metodológico pudesse ser erigido e passasse assim a funcionar. A analítica das formas da concretude não pode, por conseguinte, ser sobreposta ou substituída por um receituário procedimental de caráter prescritivo. Apenas a decifração categorial, da qual a extração das abstrações mais gerais é tão somente *um momento*, pode abrir caminho à compreensão e explicação dos complexos efetivamente existentes. Nesse sentido, não parece haver no discurso marxiano nada que autorize a sua identificação com uma metodologia qualquer, seja esta de talhe lógico seja de cunho historicista. Ademais, acerca dessa última questão é importante notar como reiteradamente Marx chama a atenção para o quão equivocado pode ser meramente acompanhar o desenvolvimento histórico, cronológico, de uma da categoria. Por outro lado, como *die politische Ökonomie ist nicht Technologie*²⁰, a questão da decifração da *differentia specifica* dos modos de produção social da vida não se soluciona com o exame da atividade produtiva em sua figura mais imediata, como produção de valor de uso, de seus elementos objetivos ou da forma abstrata e empírica da relação dos homens com a natureza. Ao contrário, o problema apenas encontra solução porquanto se atinja a aproximação a mais rigorosa possível da *forma de ser social particular* na qual aquela atividade transcorre num determinado modo de produzir a vida humana. Trata-se, portanto, de identificar analiticamente um dado *padrão de existência categorial*, o qual configura propriamente *um modo*, ao qual, uma vez subsumidas, as categorias ganham sua pertinência histórico-concreta:

Em todas as formas de sociedade é uma produção que determina todas as outras e cujas relações por isso designa {*anweist*} também a todos os outros, seu lugar {*Rang*} e influência {*Einfluß*}. É um matiz {*Beleuchtung*} geral, no qual todas as outras cores estão imersas

²⁰ Marx, Karl. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, Op.Cit., p. 21.

{*getaucht sind*} e [que] as modifica em sua particularidade. É um éter {*Äther*} particular que determina o peso específico de todo o existente (*Daseins*) que nele eclode {*hervorstechend*} (MARX, 1983, p.41).

A metáfora atmosférica tem aqui uma especial importância na medida em que acentua tanto a imersão das categorias num dado modo particular de existência social concreta, quanto o espraiamento desse halo societário por todos os nichos e meandros da sociabilidade, como determinação essencial, à qual estão subsumidas as demais relações e formas e que estas realizam. É um determinado matiz ou tonalidade (*Beleuchtung*) dominante que enquadra e formata as outras cores e matizes, fornecendo-os seu espaço e configuração adequados.

IV

Para Além de Hegel: o fundamento materialista da crítica

O tratamento que encontra em *Introdução de 1857* o problema da relação entre o estatuto das categorias e a definição dos procedimentos adequados à cognição das conexões da interatividade social, permite colocar a questão de método conforme aparece em *O Capital* sob um ângulo diverso do predominante na tradição das leituras da obra marxiana. O desafio não é tornar palatável a pretensa absorção marxiana do método dialético hegeliano, mas o de explicitar as bases mesmas do procedimento da crítica da economia política, a qual contempla a abordagem da relação contraditória entre as determinações que perfazem as formas da produção social capitalista. A questão do *fundamento* (*Grundlage*) – e não da *fundamentação*, como quer a tradução, altamente enviesada pelo “império da gnosiologia”, oferecida na coleção *Os Economistas*²¹ – do método de *O Capital* não se resolve mediante sua ancoragem numa pretensa herança hegeliana de talhe lógico, mas somente com a compreensão da sua dúplice determinação pelo objeto. Primeiro, da subsunção ativa à coisa que se investiga. Em segundo lugar, como resultante necessária do primeiro aspecto, da forma analítica de proceder.

Esse problema exige sua remissão a outro, que será referido por Marx próximo ao fecho do posfácio em questão, mas que no mais das vezes é absolutamente ignorado pelos intérpretes afiliados à convicção da existência de uma herança hegeliana que orientaria *au*

²¹ O que pode ser observado com especial clareza In: Marx, Karl. *O Capital*, livro I, Coleção Os Economistas, volume Marx I, Abril Cultural, São Paulo, 1985, p. 20.

fond o discurso marxiano. Referimo-nos aqui à indicação de que *se deve distinguir o modo de apresentação formal do modo de pesquisa (muß sich die Darstellungsweise formell von der Forschungsweise unterscheiden)* (Cf. MARX, 1998, 23, p. 27). O modo de apresentar, que se configura como uma totalidade de enunciados que têm como alvo tornar disponível à compreensão um dado conteúdo, a *crítica da economia política*, não pode ser sobreposto ou fazer recobrir àquele mediante o qual o conhecimento foi efetivamente conquistado e produzido. Ou seja, entre o modo de apresentar, o qual obviamente contém – como Marx mesmo o reconhece – uma série de elementos ou formas de mediação recolhidos ao jargão hegeliano, e o modo de descobrir as determinações, analítico por excelência, há, senão uma convivência tensa, ao menos uma diferença essencial. Quando se acentua em demasia o papel do *modo de apresentar*, extravasando sua validade para além de seu peso específico na elaboração marxiana, normalmente se perde de vista o *modo de descobrir*, aquele que caracteriza propriamente o procedimento marxiano diante da concretude social capitalista. As posições teóricas que aproximam Marx a Hegel, ou melhor, a *crítica da economia política* à *Wissenschaft der Logik* passam ao largo dessa questão e não abordam o problema do estatuto das categorias marxianas. Portanto, também tratam da resolução metodológica, a partir de uma inquirição que se centra unicamente na economia interna do discurso apresentado, sem interrogar-se pelo como se armam os conceitos assim expostos.

Como Marx procede ante a seu objeto? Dialeticamente? Deixemos pois que o próprio discurso marxiano nos ajude a esclarecê-lo: “A pesquisa tem de apropriar-se em detalhe da matéria, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e detectar sua conexão interior” {*Die hat den Stoß sich im Detail anzueignen, seine verschiedenen Entwicklungsformen zu analysieren und deren innres Band aufzuspüren. Erst nachdem diese Arbeit vollbracht, kann die wirkliche Bewegung entsprechend dargestellt werden*}. Somente uma vez efetivada essa aproximação da articulação categorial que perfaz a coisa é que possível empreender uma exposição do conhecido, na qual “se espelha idealmente a vida da matéria {*spiegelt sich nun das Leben des Stoffs ideell wider*}” (MARX, 1998, 23, *idem*). O que se tem aqui é uma retomada sintética da apresentação da discussão do método de *O Capital* feita por um periódico russo, citada e avalizada por Marx no *posfácio* à 2ª edição. É importante ressaltar que numa passagem, igualmente transcrita por Marx, o autor

do mesmo artigo russo faz notar, ainda que de modo ácido, a distinção entre *Darstellungsweise* e *Forschungsweise*, assinalando o talhe analítico do segundo em oposição ao aparentemente idealista do primeiro.

Nesse sentido, parece ser de utilidade apanhar alguns dos pontos principais do extrato da resenha em questão, contido no corpo do posfácio. Em primeiro lugar, há que indicar o fato de o *ponto de partida* (*Ausgangspunkt*) não ser um princípio conceitual *a priori* ou uma chave de interpretação previamente interposta entre o pesquisador e a matéria examinada, nem mesmo um conceito anteriormente fixado. Como analítica, o procedimento tem sempre como referencial a *aparência ou manifestação externa* (*äußere Erscheinung*) (Cf. MARX, 1998, 23, p.26) com a qual aquela se depara. Não se trata então de uma crítica de conceitos ou formas puramente ideais, nem, por conseguinte, de prover uma articulação cujo arrimo e balizamento se situem no terreno de uma logicidade previamente desenhada. O início do processo de pesquisa tem sempre como material a coisa tal qual ela se apresenta na efetividade social, na dimensão mais ceterior da prática social, na qual os homens reais têm de defrontar com o cotidiano e os desafios desta. Ceterioridade que é referida logo na abertura da obra, quando se indica a *äußere Erscheinung* do modo de produção capitalista: a riqueza como uma *imensa coleção de mercadorias* (*ungeheuer Warensammlung*) (MARX, 1998, 23, p. 49). É exatamente dessa forma de dar-se, de aparecer, da riqueza que se parte no procedimento analítico, tendo como objeto, evidentemente, não a pluralidade multiforme das mercadorias, mas a forma de existir, igualmente dada na efetividade social, que lhes são comuns: a forma mercadoria. Mas, ressalte-se, não é uma discussão acerca do “conceito” de mercadoria, ou desta como categoria epistêmica, mas uma análise, separação em partes constituintes, da forma de existir atual dos produtos do trabalho. Um segundo aspecto importante indicado na resenha russa, e que reafirma o contido em *Introdução de 1857*, é o caráter não unívoco, ou particular, das categorias. O fato de estas só poderem ser corretamente captadas e apreendidas em remetimento a um modo de existência histórico concreto da produção social. Em enlace essencial com a *differentia specifica* que determina a matriz categorial desse ou daquele modo de produzir a vida humana. A diversidade histórica da organização societária dos homens é um horizonte que delimita, e adstringe em termos de

universalidade categorial, a cientificidade social. Não se deve pretender, senão como simples *abstrações razoáveis* (*verständige Abstraktion*) (Cf. MARX, 1983, p. 20), que as categorias tenham uma validade universal. Aqui se observa o uso de um símile no qual a formação social é comparada a um organismo, vivo por definição, com a possibilidade de modificar-se no tempo, de assumir modos de existência diferenciados, nos quais determinados aspectos sofram um processo de modulação, instaurando uma *differentia specifica* com relação ao modo anterior de ser. Ou seja, “(...) uma e mesma figura fenomênica (*Erscheinung*) subsume-se {*unterliegt*} a leis de todo {*ganz und gar*} diversas em consequência da estrutura inteiramente {*Gesamtbaus*} diversa de cada um desses organismos, da variação {*Abweichung*} em cada um de seus órgãos, das diferenças das condições etc.” (MARX, 1998, 23, p. 26).

O decisivo é encontrar e fixar categorialmente a diversidade essencial que se estabelece no curso das transformações históricas da produção social da vida humana; é capturar a particularidade de cada modo em sua *differentia specifica*. Em virtude de não ser este o momento apropriado, a discussão do sentido marxiano da noção mesma de *differentia specifica*, que tem uma importância crítica para a definição de parâmetros de diferenciação *Sub specie*, será desenvolvida na conclusão desse trabalho. Por ora, cabe deixar apontado que esse elemento da reflexão marxiana, que aparece primeiramente nos *Grundrisse*, permanece tendo no desenvolvimento da crítica da economia política um valor capital. Como corolário dessa posição, tem-se uma definição de lei social que se distancia cabalmente do modo como se entende lei nas ciências físicas. A legiferância é sempre de caráter histórico e particular. Lei é, nesse contexto, determinado padrão condicional “que regula nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social e sua substituição por outro, superior {*welche Entstehung, Existenz, Entwicklung, Tod eines gegebenen gesellschaftlichen Organismus und seinen Ersatz durch einen andren, höheren regeln*}” (MARX, 1998, 23, idem). Um último ponto a notar é a indicação do caráter dinâmico como um traço inerente à interatividade social. Estreitamente conectado ao tema da lei social da produção como regra mutante dependendo do caráter específico e particular da forma concreta de cada sociabilidade, a questão da própria historicidade da organização da vida societária se revela um traço importante da reflexão marxiana, nas considerações do

comentador russo. Não obstante seja de talhe irremediavelmente objetivo, pois que “dirigido {*lenken*} por leis que não somente são independentes da vontade, da consciência e das intenções dos homens, mas antes, ao contrário, lhes determina vontade, consciência e intenções” (MARX, 1998, 23, *ibidem*), o processo da vida social não é do mesmo tipo do que ocorre na natureza. A transformação é uma constante inerente e imanente. Em que pese o teor quase objetivista que empresta ao pensamento marxiano, em virtude da acentuação tendendo à unilateralidade do momento objetivo, a apresentação russa tem a virtude de buscar articular o modo analítico de Marx ao caráter movido e movente da própria realidade social.

O tratamento do aspecto precedentemente indicado nos remete ao tema das relações da reflexão marxiana, e de sua cientificidade, com o pensamento de Hegel, em especial, com a dialética. Mas de uma vez confessada por Marx, a presença de certos delineamentos devidos ao filósofo do Espírito foi em medida talvez ainda maior assinalada sob o signo de uma influência ou mesmo de uma filiação. Em certos casos, como o de Ruy Fausto e outros, por exemplo, o método da crítica da economia política é tratado, senão seu próprio arcabouço teórico, como *um capítulo da dialética em geral*, sendo a pretendida crise do marxismo somente uma manifestação das agruras inerentes a esta corrente²². Avaliação com a qual, evidentemente, o presente trabalho de pesquisa não está assente. Nesse sentido, há que reconhecer a presença hegeliana na crítica da economia política, sem, no entanto, fazer com que esta recubra o que originalmente de Marx.

Marx, mesmo admitindo as virtudes da dialética, bem como o papel de inflexão representado por Hegel, de modo algum vai simplesmente situar-se, como mais *um hegeliano*. Ao contrário, de maneira explícita e desdobrada, desde 1857, fez sempre questão de ressaltar o quanto a *démarche* de sua elaboração diferia essencialmente daquela do mestre alemão. Abundam autoindicações críticas nos manuscritos dos *Grundrisse*, nas quais fazia questão de ressaltar o necessário cuidado que a forma expressiva deveria merecer, para que o desenvolvimento da argumentação não tomasse a aparência de uma

²² Cf. Fausto, Ruy. Marx: Lógica e Política, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 15-21.

pura *dialética de conceitos*, mas que se explicitasse como uma *expressão de relações reais*²³. Em um desses apontamentos, observa-se explicitamente que:

Será necessário mais tarde, antes de abandonar essa questão [da relação entre dinheiro e mercadoria], corrigir {*zu korrigieren*} a maneira idealista de expressão {*die idealistische Manier der Darstellung*}, a qual dá a aparência {*Schein*} de tratar-se apenas de determinações conceituais {*BegriffsBestimmungen*} e da dialética desses conceitos {*Dialektik dieser Begriffe*}. Portanto, antes de tudo, a frase: o produto (ou a atividade) torna-se mercadoria; a mercadoria valor de troca; o valor de troca dinheiro (MARX, 1983, p. 85-86).

Já no contexto de *O Capital*, Marx trata de explicitar com mais desdobramentos o quão diverso, em termos de pressuposições essenciais, sua posição diverge daquela da especulação hegeliana. Essa divergência não radica numa simples diferença epistêmica ou de concepção metodológica, mas depende da identificação de uma oposição cujo sentido se relaciona com a determinação mesma da concretude. O concreto, como se viu anteriormente, quando da discussão de *Introdução de 1857*, não é, para Marx, produto de uma operação ideal que sintetiza em si determinações e que, nesse proceder, ultrapassa o nível do finito, existente *aí*, positivamente, para descortiná-lo então como *momento* da transitividade de uma substância racional. É o concreto, como ente e/ou processo positivos, uma síntese dada, não percebida direta e imediatamente. Não é o ato de intelecção que confere concretude à coisa, mas é este a apropriação da concretude, por meio da concreção de abstrações, como *coisa* ou *concreto pensado*. No posfácio, do qual nos ocupamos, essa delimitação crítica reaparece de um modo ainda mais cortante, quando Marx pretende, concomitantemente ao tracejamento das fronteiras entre si e Hegel, também apontar o que há de meritório, não obstante a especulatividade, na dialética. Não é de modo algum a configuração de uma lógica que permitiria plasmar teoricamente objetos quaisquer. O que Marx identifica como *den rationellen Kern* não é uma chave epistêmica ou um princípio conformador do conhecimento. Diferentemente, é o fato de a *contradição*, como um dos aspectos mais essenciais do desenvolvimento da realidade, ter tido no pensamento hegeliano, sob o nome de *dialética*, a exposição de *suas formas gerais de movimento (ihre allgemeinen Bewegungsformen)*. Reconhecimento de um mérito sem dúvida, mas situado no terreno da *generalidade*, ainda mais quando precedido e sucedido da grave ressalva de

²³ Cf. Marx, Karl. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, Op.Cit., p. 25, 43, 85-86, 175, 340.

que aquele tenha sofrido uma *mistificação* (*Mystifikation*), não encerra o testemunho de uma dívida ou filiação científica de larga monta. A contradição, como *determinação* ou *atributo* das formas de realização e do concreto, não é na crítica da economia política, como era na *especulação*, *sujeito real*. Não é a contradição que se move por meio da relação antitética entre valor e valor de uso no cerne da forma mercadoria, mas é esta um *caráter* imanente à forma de ser dos produtos como realização do trabalho no processo de valorização. Entre *caráter* e *sujeito efetivo* há, pois, uma diferença essencial. A contradição não é um infinito que *se realiza* na finitude da forma das mercadorias, mas é um aspecto flagrado analiticamente, como talhe ou teor de uma relação entre duas determinações. Assim como o próprio valor, que não é, senão por meio *da* mercadoria como sujeito concreto, discreto e finito, e enquanto uma determinação desta, existindo como *figura simples* da riqueza no mundo do capital. O aspecto que encerra certa positividade na dialética é que esta *em sua figura racional* (*In ihrer rationellen Gestalt*), ou seja, como expressão dos movimentos de configuração de entes e/ou processos concretos, finitos e discretos, *no entendimento positivo dos existentes, inclui bem como, igualmente, o entendimento de sua negação, de sua necessária destruição* (*in dem positiven Verständnis des Bestehenden zugleich auch das Verständnis seiner Negation, seines notwendigen Untergangs einschließt*) (MARX, 1998, 23, p. 28).

A posição de Marx frente à especulação hegeliana se explicita de modo límpido quando assinala que “Meu método dialético é, em seu fundamento, não apenas diferente do hegeliano, mas reverso direto dele {*Meine dialektische Methode ist der Grundlage nach von der Hegelschen nicht nur verschieden, sondern ihr direktes Gegenteil*}” (MARX, 1998, 23, p. 27). A analítica marxiana, nem mesmo a exposição das contradições encontradas, não se arrima na mera adaptação ou depuração da lógica idealista em uma contraparte materialista. O que ocorre é, antes melhor, uma nova posição filosófico-científica cuja matriz se situa nos antípodas daquela de Hegel. Como *direktes Gegenteil* em comparação à especulação, o padrão reflexivo e de cientificidade marxiano se ergue a partir do reconhecimento do ser por-si de processos, entes e relações, em sua finitude e especificidade concretas. Não é o caso de uma nova fundamentação metodológica, mas de uma base, uma pressuposição essencial, a qual remete a um nível de determinação mais

primário que aquele gnosiológico. A oposição a Hegel é de natureza ontológica, é a da instância do que se define como *ser* antes daquela acerca do *conhecer*. À substancialização do pensar como sujeito Marx opõe a prioridade dos entes e processos em sua finitude e existência atual como ponto de partida e parâmetro da cognição. Como já se assinalou anteriormente, o que resulta desse posicionamento crítico não é uma simples inversão metodológica, mas uma reversão em cuja base está a identificação e o reconhecimento teóricos da autonomia do efetivo. O que resulta, sem dúvida, também numa reversão – ou inversão – do tratamento das categorias, porquanto estas não sejam mais manobradas como momentos de um sistema de realização da infinitude da *Idee*, e sim como formas de determinação do ser de um existente (ente ou processo) particular e finito. A ordem dos procedimentos se determina por aquela referente à do estatuto das categorias; e não o contrário.

V

A Determinação Social do Pensamento e o Problema do *Standpunkt*

Como já se indicou anteriormente, a apropriação conceitual dos nexos principais e mais determinativos da realidade social não depende tão somente dos elementos do processo científico, tais como o reconhecimento da objetividade por-si da coisa examinada e a exercitação dos procedimentos adequados arrimados no primeiro. Além dessas componentes diretos do processo do conhecimento, para Marx, exerce um papel determinante a realidade social efetiva na qual a ciência é produzida. Compreendida majoritariamente como variável apenas, ou preponderantemente, limitante em certas correntes de pensamento social, a *determinação social do pensamento*, no âmbito da reflexão marxiana possui, a este respeito, um sentido distinto. Determinação pelo tempo social que condiciona, possibilitando ou impedindo, a aproximação científica da realidade, delimita o espaço de movimentação do investigador. Instância delimitadora da atividade cognitiva, mas que pode evidentemente adstringi-la, obstando o acesso às determinações mais importantes ou essenciais de dado processo, esta foi quase sempre abordada unilateralmente como véu que, engendrado deliberadamente ou não, encobre a realidade e produz modos falsos ou falsificados de consciência da efetividade social. Esse foi *grosso*

modo o tom que conduziu as diversas *teorias da ideologia* que se pretenderam construídas tendo o legado marxiano por herança. Exames cuidadosos realizados sob o lema do *Retorno a Marx*, na década passada, se não afastaram ao menos tornaram problemática a ancoragem teórica da concepção de ideologia como *falsa consciência*, ou mesmo a propositura de uma *teoria geral da ideologia*, a partir da reflexão filosófica e científica de Marx²⁴.

Antes de uma *teoria da falsa consciência*, em Marx, o que se observa é a identificação das pressuposições reais de natureza histórico-social que determinam, não somente as posições ideológicas, *pelas quais os homens conscientizam-se (bewußt werden) deste conflito e nele lutam {ihn ausfechten}* (MARX, 1971, p. 9), mas igualmente a própria produção científica. As relações existentes entre as *formações ideais* e a efetividade social que naquelas se expressa constitui um desdobramento teórico da identificação da prioridade determinativa da consciência pela vida real e não uma teoria sociopolítica das mediações ideais da dominação. Nesse sentido, todas as formas de consciência expressam cada uma a seu modo, e segundo as conexões existentes entre a vida de indivíduos e grupos com a forma histórico-concreta da interatividade societária, o modo de viver e os desafios nele implicados de uma determinada época ou situação social. Por conseguinte, ainda que se resguarde a *differentia specifica* que determina uma dada forma de consciência frente às demais, pode-se perceber como ciência e ideologia constam de um mesmo conjunto de expressões ideais dos enfrentamentos concretos dos indivíduos sociais com seu mundo e com a própria totalidade da realidade.

É nesse contexto que se colocam as diversas observações marxianas acerca da determinação social na qual se subsume a própria cientificidade de sua época, em especial, o caso do desenvolvimento da economia política como disciplina científica. Uma dessas indicações críticas, talvez a mais célebre, seja a contida em *O Capital*, no posfácio à 2ª edição, acima examinado. Na análise em questão se debruça sobre os rumos e descaminhos da economia política na Alemanha:

(...) no momento onde na Alemanha a produção capitalista atingia sua maturidade, as lutas de classe já haviam, na Inglaterra e na França, revelado *{offenbart}* ruidosamente seu caráter antagonístico; enquanto

²⁴ Cf. Vaisman, Ester. Determinação Marxiana da Ideologia, manuscrito, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

isso, o proletariado alemão tinha preparado uma muito decidida consciência teórica de classe {*bereits ein viel entschiedneres theoretisches Klassenbewußtsein*} assim como a burguesia alemã. Assim que uma ciência burguesa da economia política parecia aqui possível, esta havia se tornado novamente impossível (MARX, 1998, 23, p. 15).

Exposição que sumariamente aponta e destaca o papel determinante do *Standpunkt* na produção da ciência, delimitando como as transformações de natureza histórico-social no modo de produção capitalista reverberaram na compreensão científica da produção da vida. Sob o caminho epistêmico que vai da imparcialidade científica de Ricardo ao viés apologético e sicofanta da *economia vulgar*, tem-se o desenvolvimento e complexificação crescente das formas de ser reais da produção e da extorsão do mais-valor na Inglaterra, com a acomodação correspondente destas em figuras jurídicas e estatais. O caso alemão, ainda mais complicado, padece de um anacronismo essencial, oriundo das vicissitudes particulares do desenvolvimento do capitalismo germânico o qual, obviamente, não requereu nem permitiu sincronicamente a expressão científica de relações reais ainda inexistentes. Permaneceu sempre a reboque e no retardo com relação aos desenvolvimentos do capital nas sociedades onde este vigorava já como forma acabada ou em acabamento da produção e da sociabilidade. O que teve consequências sérias na apreensão científica da realidade social. Quando a realidade central do capital permitia e exigia sua compreensão científica minimamente válida, não se punha ainda efetivamente na Alemanha; quando o era, já na segunda metade do Século XIX, as condições de ponta da cientificidade não mais existiam na Inglaterra. Os interlocutores não eram mais Smith, Ricardo, mas o que Marx denomina *economia vulgar*. Tendo como resultante patética a não a aproximação propriamente científica das formas de ser do capital, mas apenas a repetição incompetente das fórmulas empiricistas de alhures, as quais, na melhor das hipóteses, apenas refinavam o senso-comum prático dos homens de negócio ingleses.

Menos referido é o caso em que, a partir do exame crítico da querela acerca da determinação da categoria *trabalho produtivo* em oposição à do *trabalho improdutivo* na economia política, Marx desvela por assim dizer a *base ideológica* da própria questão da produtividade do trabalho:

Em Destutt [de Tracy] manifesta-se exatamente {*tritt es recht hervor*} – o que já se dá em Smith – que o aparente enaltecimento {*Verherrlichung*}

do trabalhador produtivo é de fato o enaltecimento dos *capitalistas industriais* em oposição aos *Landlords* e aos *such monied capitalists*, os quais vivem apenas de seus rendimentos {*Revenue*} (MARX, 1993, 26.1, p. 242).

O debate científico em torno da categoria *trabalho produtivo* se situa, antes de tudo, no interior da luta travada entre as *personæ* do capital propriamente ditas, de um lado, e os proprietários fundiários, bem como aos representantes do capital a juros, de outro lado. Combate levado a efeito durante o processo de consolidação do modo de produção do capital. Não se trata de uma análise a partir do *Standpunkt* dos sujeitos reais da produção, da classe dos indivíduos que alienam uma capacidade de trabalho como *força de trabalho* ao capital, mas daquele dos representantes das formas da propriedade privada. O que pode ser igualmente verificado quando da análise marxiana do pensamento de Destutt de Tracy no que tange à questão da origem em primeira instância do lucro, do qual a renda – da terra e do dinheiro – aparece como uma dedução. A fonte do lucro, o mais-valor extorquido pelos capitalistas industriais aos assalariados, aparece remetido diretamente aos proprietários e não aos produtores efetivos. O mais-valor surge, ainda que por vias tortas, como produto da reprodução ampliada do valor das condições, dos *capitais*, da produção. No entanto, tal reprodução se entende como operada não pelos assalariados, mas sim pelos proprietários que *põe em movimento* {*in Bewegung setzen*} os seus capitais por meio de trabalho alheio (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 242). A analítica da produção mesma do mais-valor não é então empreendida. O elemento de efetivação do mais-valor, e, posteriormente, do lucro propriamente dito, a atividade concreta do trabalhador assalariado no interior do processo de valorização, não comparece senão como mera mediação do “trabalho” do capitalista. O diagnóstico que procede da argumentação marxiana não tem um caráter limitadamente epistêmico ou gnosiológico, atinente apenas aos modos – pertinentes ou não da cientificidade – mas, os supera, indicando os problemas do discurso científico como expressão, porquanto revelam, ainda que inconscientemente, as “contradições que em seu conjunto constituem a essência da produção capitalista” {*Widersprüche zusammen, die das Wesen der kapitalistischen Produktion ausmachen*} (MARX, 1993, 26.1, p. 251). A forma predominante ou prevalecte da cientificidade social é entendida como correspondente ideal da forma – e das contradições – da própria sociabilidade que por esta é explicada. A

natureza contraditória da produção de riqueza na qual, os efetivos, agente e atividade dela não se apropriam se expressa como enviesamento da argumentação, a exposição do processo não a partir de seu elemento de realização real, o trabalho produtor de mais-valor, mas do apropriador do mais-valor.

Páginas mais à frente, a crítica marxiana novamente aborda essa proximidade quando enfrenta analiticamente o sentido efetivo da segunda distinção smithiana entre trabalho *produtivo* e *improdutivo*. Nesse passo, Marx discute o fundo mercantilista da argumentação acerca da durabilidade dos produtos como caráter da produtividade do trabalho, indicando a volta ou a permanência do entesouramento, mas agora *na forma de uma de acumulação, mas daquela real (in der Form der Schatzbildung, sondern der reellen)* (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 276), de uma reprodução de valor. A produtividade do trabalho é conferida então pela possibilidade do consumo de seu produto pôr, virtualmente, uma mercadoria de valor maior que o nela contido. Aspecto essencial esse que, além disso, já está contido na própria determinação do capital como tal, uma vez ser este elemento que põe a riqueza numa dada forma de existência, como mercadoria/mais-valor, e que é posto continuamente por este mesmo processo. Movimento de valorização, de reprodução do valor, que se impõe como regra ao desenvolvimento mesmo das condições objetivas de produção e das forças produtivas de um modo geral. Dessa maneira, a reprodução das próprias forças produtivas – seu incremento, sofisticação e melhoria – aparece objetivamente como desenvolvimento ampliado das pressuposições do capital:

Vimos não somente como o capital produz, mas que este mesmo é produzido e que este emerge {*hervorgeht*} do processo de produção, desenvolvendo-se neste mesmo, como uma relação essencialmente modificada. Por um lado, este dá forma ao modo de produção {*gestaltet es die Produktionsweise um*}, por outro lado, é essa figura modificada do modo de produção e a um nível {*Stufe*} específico de desenvolvimento das forças produtivas materiais o fundamento e a condição – a pressuposição de sua própria configuração {*Gestaltung*} (MARX, 1993, 26.1, p. 365).

Ademais, por essa via Marx pode então esclarecer a aparência da produção pelo capitalista apontando a duplicidade real da sua figuração social. De um lado, proprietário capitalista privado das condições objetivas da produção, e por isso apropriador efetivo do mais-valor, *capital personificado (personifiziertes Kapital)*, deve buscar ampliar mais e mais a

obtenção e a apropriação do *surplus* do valor. De outro lado, como *mero funcionário do capital* (*bloßer Funktionär des Kapitals*), *persona* que medeia a produção do capital, deve privilegiar o valor, e neste o mais-valor, e não propriamente o valor de uso da produção. Por este motivo, o capitalista deve buscar o aumento da *abstrakten Reichtums*, a *apropriação crescente do trabalho de outrem*. Aqui se encontra a raiz inclusive da temática da *poupança privada* como *virtude econômica* do capitalista. Ainda que, *au fond*, em virtude da determinação preponderante do capital – reproduzir e acumular ampliamente – a qual ele está sujeito como indivíduo ou grupo social, sua figura real em muito se aproxime do avaro clássico. Não no sentido imediato do entesouramento simples, da coleção de bens ou dinheiro, mas como acumulação de capital, a qual todas as formas de atuação e controle devem subsumir-se (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 253). Duplicidade de *persona* que é então determinada pela forma social da produção e não pelo costume, pelo “egoísmo natural” ou por qualquer receituário moral. Forma de aparição da *persona* do capital que se estabelece assim em virtude da própria determinação das relações sociais nas quais transcorre a conexão efetiva entre capital e trabalho. No curso daquelas o trabalho vivo e todas as forças de objetivação e qualidades são absorvidos ao capital e subsumidos a este como *seus* elementos constitutivos e inerentes. Processo de assimilação real e contínua que redundando no aparecimento da figura societária mesma do capitalista como *trabalhador produtivo*, porquanto a partir dela se efetive e, por conseguinte, se personifique a relação social *capital*. O desenvolvimento sem peias do processo capitalista de produção de riqueza faz com que, na proporção em que essa assimilação da força produtiva do trabalho vivo pelo capital se fixe como verdadeiro *nomos* da produção, a identificação do capitalista, do apropriador, como produtor se fortaleça e se imponha quase como uma evidência natural. O que dá azo ao surgimento, no nível tanto da percepção imediata quanto do entendimento, de um tipo de *fetichismo* em torno da própria pessoa do capitalista. Posição ideal essa que não deriva necessariamente de má-consciência deliberada dos seus elaboradores, mas expressa igualmente um dos resultados do desenvolvimento histórico da sociabilidade própria ao capital. A esse respeito, momentos mais à frente, quando examina polemistas da teoria smithiana, Marx ressalta, contra estes últimos, o fato de pertencerem ao *Standpunkt* histórico dos *capitalistas cultivados* (*gebildeten Kapitalisten*). Aqueles autores,

diferentemente da crua e franca brutalidade científica do pensador escocês, partem do sujeito *em geral* da produção, *o Homem*, e não dos indivíduos reais, contrapostos em classes pela divisão social do trabalho. Nesse diapasão, costumam *reconhecer* (*anerkennen*) todos os ofícios, e seus efetadores, que de alguma maneira interferem na produção do humano em geral como *produtivo* (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 260). No fim das contas, a polêmica empreendida contra a distinção *produtivo/improdutivo* redundava em tornar – discursivamente – tanto os proprietários do capital, os quais prestam um “serviço” ao comandar o processo de extorsão do mais-valor, quanto o dos “servidores” remunerados pela renda, como tão, ou mais, produtivos que os trabalhadores que trocam força de trabalho pela parte variável do capital.

Esse aspecto da questão reaparece também quando a análise marxiana se volta a Rossi e a sua distinção entre trabalhos *diretos* e *indiretos* com relação à produção material. Nesse caso em especial, Marx ressalta o lado diretamente apologista e pragmaticamente interessado da argumentação dos teóricos que, sustentando haver uma conexão indireta – mas pretensamente essencial – entre seu ofício e a produção efetiva da riqueza capitalista, buscam justificar sua própria remuneração. Nesse sentido,

Ele se põe em separado na divisão do trabalho, como essas diferentes operações se repartem entre pessoas e da qual o produto, isto é a mercadoria, é o resultado do trabalho cooperativo destas, não de um indivíduo entre estes. Mas a grande preocupação dos trabalhadores “espirituais” à la Rossi é justificar {*rechtfertigen*} a grande *share* que eles encampam {*bezieln*} da produção material (MARX, 1993, 26.1, p. 267).

A respeito da posição smithiana, em contraste com aquela que caracterizará os autores da economia vulgar, Marx ressalta ser a primeira expressa na *linguagem da burguesia ainda revolucionária, que não submeteu ainda a si toda a sociedade, o Estado etc.* (*Sprache der noch revolutionären Bourgeoisie, die sich die ganze Gesellschaft, Staat etc., noch nicht unterworfen hat*) (MARX, 1993, 26.1, p. 273). Ou seja, é Smith expressão do momento no qual a classe burguesa em ascensão, revolucionária, no qual ainda não se encontravam tanto as mediações sociais capitalistas, quanto as ações do Estado a estas necessárias, submetidas a leis. Daí a ojeriza do economista clássico aos gastos estatais, por estes não significarem produção de valor, mas apenas apropriação e dissipação da riqueza produzida nos nichos societários propriamente econômicos. Os quais podem ser admitidos somente enquanto

servants do interesse público, do bom andamento da sociabilidade do capital – ou como Marx mesmo o nomeia, *Interessen der produktiven Bourgeois* – por isso devem ser reduzidos ao mínimo necessário e eficiente. São *faux frais de production* e não investimentos ou inversões de capital. Smith entende sob essa rubrica (*improdutivo*) todas as *ocupações transcendentais* (*transzendenten Beschäftigungen*), bem como aquelas que nada têm a ver direta ou indiretamente com a organização da política e do Estado (Cf. MARX, 1993, 26.1, idem). Smith se situa deste modo no *Standpunkt* propriamente moderno, capitalista, não obstante em sua fase de emergência, porquanto sua argumentação já se distancie igualmente tanto daquele da antiguidade quanto daquele outro que caracteriza em vários pontos a reflexão científico-filosófica do tempo da monarquia absoluta ou *constitucional-aristocrática*. No âmbito do primeiro caso, o trabalho diretamente produtor da riqueza material propriamente dito ainda carrega o estigma (*Brandmal*) da escravidão. Já no segundo, seus porta-vozes teóricos sustentavam a existência dos gastos dos “ociosos” como elementos necessários à produção de riqueza. Frente e contra essa posição originária, a análise marxiana situa a da burguesia já em sua fase de consolidação como classe social efetivamente dominante, como *persona* da forma social de produção do capital. Nesse novo momento, os antigos óbices se transmutaram em elementos constitutivos de seu poder social politicamente expresso. Assim, o Estado com todo o seu conjunto de funções e toda a sorte de ônus, são reconhecidos como meios orgânicos de manutenção de seu domínio societário frente à ameaça representada pela emergência das *personæ* do trabalho propriamente ditas que confrontam a burguesia “produtiva” exigindo para si o título de *produtivas*. Nesse contexto histórico-social, as funções relativas ao exercício das leis aparecem portando o talhe de necessidade interna e são assim compreendidas pela economia política. Aliadas a isso surgem uma série de outras modalidades de produção intelectual e ideológica que aparecem no horizonte como momentos necessários da vida burguesa e de seu predomínio, os quais cumpre provar sua produtividade econômica.

A doutrina ideológica do *Estado mínimo* se assenta, portanto, na percepção cientificamente fundamentada de que tais préstimos de serviço constituem frente àquelas atividades efetivamente produtivas *faux frais de production*. Cabendo, portanto, reduzir a

presença desses no cômputo do capital a um *mínimo necessário*. Relação com as formas de atividade em segunda potência que, nem no terreno da efetividade nem daquele ideal, será possível manter, dada o talhe contraditório imanente às categorias do capital. Caráter antagônico das relações sociais que imporá mais e mais a restauração do conjunto do trabalho improdutivo como um todo, incluídas aí as atividades *parasitárias*, bem como o superdimensionamento daquelas indispensáveis (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 145). O agigantamento do Estado e de seu séquito de relações e procedimentos improdutivos está posto como necessidade interna ao capital, com a qual convive em permanente contradição, apesar do que possa parecer no nível puramente ideológico ou cotidiano.

No limite, abstraindo-se teoricamente a questão da determinação formal, da forma de ser particular da atividade produtiva no capital, dever-se-ia admitir, porque não, a figura do criminoso como efetivamente *produtiva*. Marx num dos momentos mais inspirados e curiosos dos *Anexos* às *Theorien über den Mehrwert* chama a atenção analiticamente para essa consequência do modo de enfrentar o problema da produtividade do trabalho. Tomando-se o tema a partir da pura determinidade imediata da *produção em geral*, a atividade criminosa pode muito bem revelar-se inclusive como mais produtiva, do *Standpunkt* do processo produtivo direto, que boa parte das funções não pertencentes à produção material e frequentemente reconhecidas como tais pela *economia vulgar*. Pode-se mesmo enumerar uma série demasiado extensa de efeitos e reverberações objetivos que a ação do criminoso produz para e sobre a esfera da produção de riqueza; tanto no que concerne ao conjunto de dispositivos dirigidos à efetuação daquela, quanto àqueles destinados à proteção e salvaguarda da propriedade privada em geral:

O criminoso produz, além disso, [dos seus próprios delitos] toda a polícia e a justiça criminal, o esbirro, o juiz, o carrasco, os jurados etc.; e todos estes diversos ramos profissionais, os quais constituem igualmente diferentes categorias da divisão social do trabalho; desenvolve diferentes faculdades do espírito humano, criando novos carecimentos e novos modos de satisfação destes (MARX, 1993, 26.1, p. 363).

Esse complexo de posições concretas, o crime, tem implicações que extravasam mesmo o terreno das interações imediatas com a riqueza e a propriedade. Gera todo um contexto social que se expressa idealmente – e também ideologicamente – nas formulações intelectuais – filosófico-científicas e estéticas – nas quais a sociabilidade se espelha e pode

observar no nível do entendimento e da sensibilidade o quadro de experiências surgido das suas próprias relações sociais. Nessa parte do manuscrito, intitulado *Digressão (Abschweifung)*, Marx desdobra a figura do criminoso como esta foi reconfigurada na história da literatura, no engendramento de tipos e personagens, bem como no de formas de narrativa e de concepção estilística (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 363-364). Movendo-se já no terreno circunscrito pelo estabelecimento do domínio social incontestável das *personæ* do capital como classe, a economia política vulgar não pode senão reproduzir sob uma forma reflexiva a massa dos pré-juízos predominantes. Preconceitos esses baseados na sacralidade da propriedade privada dos meios de produção da vida humana, e preterir arbitrariamente a figura do criminoso moderno, tão correspondente a si quanto a do financista ou do arrendatário, no curso do debate sobre a produtividade do trabalho. Não por acaso, Marx refere Mandeville e sua tematização acerca do papel do mal e da perversão como estímulos ao progresso, ao comentar a posição abstrata da economia política. Expressão intelectual do período feroz da ascensão da burguesia ao poder, 1705, pôde esse autor ainda apontar, intuitivamente, a conexão que atam os momentos deletérios àqueles “normais” da vida social moderna (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 364).

O caso da *Vulgärökonomien* atinge tal gravidade que Marx, em dado momento dos *anexos*, denuncia o comprometimento de seus representantes com a sustentação do domínio instaurado pelas *personæ* do capital. Os autores da economia vulgar, ao procederem a identificação da relação entre capital e trabalho reduzindo-a a determinidade formal – trocas simples de mercadorias – o fazem “precisamente a fim de vir a fraudar a relação específica” {*gerade um das spezifische Verhältnis wegzuschwindeln*} (MARX, 1993, 26.1, p. 382). A perda da condição de objetividade em função do novo *Standpunkt* histórico encaminha a cientificidade do capital à escamoteação e à apologética. A propositura da universalidade do caráter produtivo a todo e qualquer intercâmbio de dinheiro por trabalho, compreendido abstratamente como *prestação de serviços*, redundando na total perda da possibilidade de especificação da relação social capital como tal. A conexão social não é mais entre capital e trabalho, meramente a da pura permuta de mercadorias.

Outro momento importante da determinação social do pensamento, com relação a esse tema em particular, diz respeito à preponderância das categorias que descrevem a

forma da atividade produtora de mais-valor nas formações ideais que expressam o modo de produção do capital. Predomínio que tem sua raiz no fato de que a *determinidade social [econômica]* (*ökonomische*) *gesellschaftliche Bestimmtheit*) da produção está a tal ponto *fundida* (*zusammengewachsen*) com a forma objetiva, material, dos próprios meios de produção (MARX, 1993, 26.1, p. 383-384). Ou seja, há um motivo objetivo, efetivo, real que determina a prevalência de dados modos de expressão Ideal, não se resumindo apenas, e não principalmente, a um mero déficit cognitivo ou epistêmico. Assim, a utilização desmedida de categorias cujo contexto determinativo é bem estreito como noções gerais acerca do modo de produção, não obstante inclua um lado ou uma tendência apologeticos, deve ser entendido também como indicativo do grau de desenvolvimento do modo de produção específico e das formas sociais de existência atual que lhe são correspondentes. Nesse diapasão, a forma social capital, ao tornar-se o momento preponderante da produção, faz com que a “separação apareça como a relação normal nessa sociedade” {*Trennung erscheint als das normale Verhältnis in dieser Gesellschaft*} (MARX, 1993, 26.1, p. 384). Essa forma social se baseia no afastamento das condições objetivas de produção, tornadas por este meio capital, em relação aos produtores efetivos, os trabalhadores assalariados. Este fato surge como conexão *normal*, ou até mesmo “natural”, pertencente à natureza particular dos meios de produção como puros resultados de trabalho anterior, como meros *quanta* de trabalho objetivado.

Como se vê, a crítica marxiana da economia política, no caso, da determinação *trabalho produtivo/improdutivo* de Smith, mais que revelar a “derrapagem” conceitual – aquela do nível formal para o imediato – apresenta também tanto o caráter histórico-social quanto aproximativo do conhecimento científico. Nas relações intrincadas de anterioridade e ulterioridade entre autores e correntes, ocorre um constante deslocamento categorial que se observa dos mercantilistas a Smith, passando pela fisiocracia. No decorrer do qual se verifica a obnubilação do valor pela sua forma de apresentação. O que demonstra como a objetividade é uma conquista de determinado *posicionamento*, e não dependente apenas da eleição de uma metodologia “válida”. Posição científica analiticamente orientada que discerne no todo de determinações da *coisa*, aquela que se põe como o *momento preponderante*. Da percepção da riqueza sob a *pura forma fantástica* (*bloß phantastische*

Form) como metais preciosos àquela do valor da mercadoria (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 145), dista um caminho de tematização que vai do aspecto aparente da realização da produção/valorização à determinação do *trabalho* como substância do valor. O que não impede, dado o *Standpunkt* da própria ciência da riqueza, que retorne ao modo de aparição – objetivação numa mercadoria *durável* – fazendo perder de vista a determinação essencial de caráter *formal* – a inserção necessária da atividade num quadro de relações – ou a forma do trabalho como produtor de capital. Determinação formal que pode apresentar-se como imperecível no curso de suas metamorfoses, na figura de ouro e prata.

A posição do problema da determinação do trabalho produtivo exemplifica o teor das considerações marxianas, na medida em que indica a correspondência do desenvolvimento da polêmica com aquele do próprio modo de produção do capital. No momento de consolidação das relações tipicamente capitalistas, com o conseqüente estabelecimento da expressão jurídica destas, a abordagem da economia política encaminha a teorização na direção de englobar toda a série de atividades como *produtivas tout court*. Contrapostas à versão clássica, as correntes subsequentes obraram por apagar as fronteiras categoriais, traçadas pela determinação formal, e passaram a fazer constar sob aquela rubrica virtualmente todas as categorias de ofício antes excluídas – formal ou materialmente – pelo pensamento econômico anterior. À identificação do sistema produtivo do capital como *natural* correspondeu no desenvolvimento de sua forma ideal e científica a colocação de todas as classes requeridas por este – imediata ou imediatamente – como *produtivas*. Desenvolvimento histórico do modo de produção no decurso do qual foram sendo assimiladas esferas de produção antes não diretamente vinculadas à criação de riqueza como força produtiva, notadamente as *positiven Wissenschaften*. Tornou-as parte integrante e constitutiva do sistema de produção, convertendo-as em momento da totalidade da produção de riqueza, mediante a utilização do conhecimento científico na maquinaria e na manipulação de propriedades químicas e físicas dos materiais. Operação de assimilação a qual teve como contrapartida ideológica a pretensa demonstração científica que

(...) se obrigava assim a enaltecer e justificar {*verherrlichen zu müssen und rechtfertigen*} cada uma das esferas de efetivação {*Wirkungssphäre*}, demonstrando que ela “se relacionava” {*im Zusammenhang*} com a produção da riqueza material – como meio para esta – e com isso

apressava-se a fazer de cada um seu “trabalhador produtivo” no “primeiro” sentido do termo, a saber, um *labourer*, que está a serviço do capital que trabalha {*des Kapitals arbeits*}, de um modo ou outro seja útil ao seu enriquecimento etc. (MARX, 1993, 26.1, p. 146).

O juízo ou avaliação de cientificidade produzidos na análise marxiana dos diversos autores e correntes da economia política é parametrizado pela identificação do grau de aproximação ou distanciamento que as proposituras têm com relação à determinação formal, à *differentia specifica*. Delimitação denominada como propriamente *econômica* num sentido de todo distinto daquele usualmente propugnado e exercitado na economia como ciência particular. Determinação econômica remete não a um reducionismo a *fatores*, nem à tradução economicista das relações sociais. Em revanche, equivale a identificar e assinalar teoricamente o caráter determinativo de uma categoria, ou de um *caráter* desta particular, para o modo de produção da vida humana, o qual é historicamente configurado. Modo de produzir que contém, como parte decisiva e pressuposição eliminável, um dado comportamento real ativo frente à natureza, no curso do qual se mantém fisicamente a vida humana por meio da apropriação do natural numa figura transformada. Assimilação humana da natureza que se configura de modos diversos histórica e societariamente. Mas que não resume ou resolve a totalidade das manifestações humanas. A denominada *determinação econômica* remete exatamente à categoria, ou ao conjunto de categorias, que exercem o papel concreto de momento preponderante no todo articulado efetivo e finito de formas de ser de atividade vital e produtos. Relação preponderante que subsume concretamente as demais formas num dado campo do processo de produção social da vida humanas. E isso não somente em relação àquelas categorias imediatamente referentes à produção de riquezas. Por assim dizer, o momento preponderante fornece o *tom* na qual são executadas as demais relações, impondo-se progressivamente como a forma *par excellence* da interatividade humana em seu todo, e em cada uma de suas facetas. A *forma mercadoria*, em certo sentido, migra para as esferas de atividade distantes da produção de riqueza e passa a vigor *analogicamente* como a forma de aparição de todas as objetivações humano-sociais. É dessa maneira que opera o exame marxiano das posições dos economistas, dividindo-os entre os que se arrimam ao menos nas franjas da determinação

formal do trabalho produtivo e aqueles que se orientam pela produção de um produto material ou duradouro. O ponto essencial é a delimitação estatuída pela identificação das categorias como *formas de ser*, *formas da interatividade social* que particularizam e condicionam tanto os indivíduos, quanto sua atividade e seus produtos. Assim, *capital*, *mercadoria*, *produtividade* etc. não são “coisas”, mas, cada qual, um dado *caráter* ou *forma social objetiva de existência*, que o conjunto da interatividade e cada um de seus elementos se revestem.

PARTE II

CAPÍTULO 4
O VALOR E SUAS FORMAS

I

A Forma Mercadoria como Unidade do Diverso

Em um dos seus últimos escritos, *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolph Wagner* (o qual já foi discutido no segundo capítulo da presente tese) onde, ao mesmo tempo em que enfrenta as avaliações críticas feitas à sua principal obra por Wagner. No curso desse embate, explicita as determinações principais de sua crítica da economia política, Marx observa que, “nem o ‘o valor’ nem o ‘valor de troca’ são para mim o sujeito, mas a mercadoria {*daß weder ‘der Wert’, noch, ‘der Tauschwert’ bei mir Subjekte sind, sondern die Ware*}” (MARX, 1962, p. 358). Neste sentido, a analítica marxiana não tem por ponto de partida uma categoria abstratamente posta, como pura figura conceitual ou epistêmica, mas sim uma entificação dada e concreta, particular, a mercadoria. A recusa da abstratividade pura como fundamento teórico põe como arrimo e metro da própria análise levada a efeito o concreto faceado, e como *telos* desse mesmo esforço de inteligência a dilucidação dos nexos essenciais e dos principais aspectos que perfazem o objeto como tal. No caso em questão, a mercadoria assim como ela se dá nas formas mais imediatas da sociabilidade do capital, e a sua forma de ser social específica que a delimita como a forma da riqueza correspondente ao modo de produção capitalista. O sujeito real da analítica marxiana não é então um conceito, uma ideia ou categoria como ser do puro pensar ou produto da sua posição metodológica. Ao contrário, se trata sempre da coisa efetiva, em sua existência concreta e objetiva, na imanência das formas de ser que a determinam. A teorização arranca dessa maneira, daquilo que Marx denomina de *Konkretum der Ware* (MARX, 1962, p. 369), do *concretum* da mercadoria, de uma dada forma objetiva de entificação da riqueza, característica do capital.

É interessante notar que no movimento de exame crítico Marx, ao mesmo tempo em que indica as principais lacunas ou fragilidades que, a seu ver, caracterizam a posição de Wagner, cuida de explicitar com mais detalhamento os pressupostos ou pontos principais de sua própria teorização. Desse modo, da questão do que se constitui a análise da forma da mercadoria, empreendida no Livro I de *O Capital* até as considerações sobre os problemas atinentes à circulação, passando, obviamente, pelo tema da substância do valor, os principais complexos categoriais tratados na crítica da economia política aparecem nas

glosas a Wagner. E não apenas isso, aparece também no escrito em tela a retomada de seus posicionamentos críticos acerca da especulação filosófica, que substancializa as categorias, transformando-as em formas ideais puras e autônomas, cujo movimento de determinação se expressaria teoricamente, como cerne racional da efetividade mesma. Coisa essa que se realiza em Wagner naquilo que Marx denomina de “*economia de conceitos*” (*Begriffswirtschaft*) (MARX, 1962, p. 364).

Ao afastamento da *Begriffswirtschaft* wagneriana, corresponde o empreendimento teórico de capturar a trama que constitui a efetividade da forma burguesa da produção, tendo como base não um dado método, dialético ou coisa que o valha, o qual teria o apanágio de facultar ao seu possuidor o acesso seguro à verdade da coisa. Ao revés, no exercício de uma analítica rigorosa e minuciosa, o desenho de um roteiro de escavação progressiva do objeto, o adentrar em seu âmago determinativo. Não por outro motivo, Marx escolherá o termo *ergründen*, literalmente *penetrar*, para expor ao leitor, no prefácio à primeira edição de *O Capital*, a tarefa a que se destina sua teoria, o desvendamento da forma valor, o coração mesmo da mercadoria. Neste diapasão, no entanto, a reflexão científica marxiana não pode ter como início o enfrentamento da categoria valor em seu isolamento conceitual, arriscando cair ou bem numa mera dialética de formas puras do pensamento ou bem numa elucubração linguística, que se resume, na melhor das hipóteses, a volteios intelectuais entorno da significação de termos. Nas duas opções, faces de um idêntico *modus* filosófico, a especulação, em suas versões sofisticada ou simplória, têm-se como resultante necessária a perda das determinações reais e objetivas dos fenômenos em benefício de um jogo reflexivo. Marxianamente, a logicidade maior ou menor de uma elaboração de semelhante talhe em nada altera a sua configuração problemática.

Por esta razão, Marx assevera vigorosamente que,

Eu nunca falo da ‘*substância social comum do valor de troca*’, digo antes que os valores de troca (valor de troca sem ao menos dois, não existe) representam alguma coisa *comum a eles*, que é de todo independente de ‘*seus valores de uso*’ (isto é, aqui, de sua forma natural), saber, o ‘valor’ (MARX, 1962, p. 358).

Ou seja, o valor, como categoria do real, e é disso sempre que se tratará em Marx, como o veremos, não existe senão como esse elemento comum a duas mercadorias, que se expressa

como um terceiro no confronto das mesmas. Se, por um lado, a penetração cognitiva da categoria valor é o alvo, seu esclarecimento científico, por outro lado, forçosamente, a consecução desse *telos* somente pode realizar-se na medida em que o discurso não perca de vista a natureza própria de aspecto que o define. Na ausência de tal cuidado analítico facilmente se recai na especulatividade própria aos discursos que invertem a ordem de ser entre categoria ou forma e os objetos concretos. No âmbito da especulação faz-se dos segundos meros modos de ser fenomênicos da primeira.

A investigação, portanto, tem seu ponto de partida precisamente na analítica da mercadoria, a *Elementarform* da riqueza na sociabilidade do capital, a forma na qual o resultado da produção humana aparece imediatamente, e à maneira da pluralidade de seus produtos: “A riqueza das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, a mercadoria individual como sua forma elementar (*Elementarform*)” (MARX, 1998, 23, p. 49). A investigação parte aqui da mercadoria, a forma elementar, conforme esta se apresenta para revelar-lhe o conjunto das determinações que a constituem como tal. Procedimento este que, ao contrário daquele dos *economistas* que iniciam pela *produção em geral* ou pelo *dinheiro*, afirma o momento concreto como parâmetro da cientificidade. Dizer-se da mercadoria uma *forma elementar* pode ser entendida num duplo sentido. Seja como unidade simples e imediata do produto do trabalho na vigência do capital, na sua acepção mais direta e, aparentemente, isenta de pressuposições. Mas, igualmente, enquanto modalidade de existência necessária que todos os resultados da produção humana têm de revestir-se para poderem alcançar a esfera de sua plena sociabilização, a fim de, por assim dizer, lograr vida social.

Neste contexto, a primeira determinação a ser explicitada por Marx é aquela que se oferece imediatamente à intuição e à representação dos sujeitos, o valor de uso. Ou seja, é ela:

(...) um objeto externo, uma coisa, que por suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer tipo. A natureza dessas necessidades, se elas se originam, por exemplo, do estômago ou da fantasia, nada altera a coisa. Não se trata aqui também de como a coisa satisfaz a necessidade humana, seja imediatamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto da fruição {*Gegenstand des Genusses*}, ou sob uma via indireta, como meio de produção (MARX, 1998, 23, *idem*).

Como valor de uso, a mercadoria é *außere Gegenstand*, uma figura de exterioridade plena, existente por-si e possuidora de elementos ou caracteres que a qualificam como objeto particular, determinado, ainda que socialmente posto, à diferença dos objetos ou entes naturais. Para além da aparente obviedade contida na afirmação da mercadoria como *eine Ding*, uma coisa, se explicita o princípio científico-filosófico que dá o parâmetro ao discurso marxiano: a identificação, e o conseqüente respeito, teóricos pelo caráter de ente do próprio objeto investigado. Por ter em si certos traços concretos, imanentes, “naturais”, a mercadoria satisfaz necessidades humanas de qualquer tipo. A utilidade da mercadoria, que decorre de seu valor de uso, é determinada pelas propriedades do *corpo da mercadoria* (*Warenkorps*). Deste modo, “Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa mais ou menos trabalho ao homem” (MARX, 1998, 23, p.50), é uma determinação cuja imediatidade se afirma tão logo o trabalho humano se objetive na forma de um produto qualquer. Entretanto, se por este viés é esse caráter um lado mais empírico e imediato, por outro lado, é ele produto da atividade concreta dos homens, seja aquela de criação de coisas úteis, seja a da descoberta e fixação da serventia que os objetos possam ter. De todo modo, é a objetivação um ato histórico (*geschichtliche Tat*) (Cf. MARX, 1998, 23, idem). Assim, o caráter de ser da mercadoria, sua natureza de ente concreto, remete também à qualidade de entificação histórico-social. O que não anula, nem no momento da produção nem naquele do consumo, a imanência das determinações da mercadoria como valor de uso, mas as particulariza como posição histórica e societária dos homens na resposta às demandas colocadas pelos diversos carecimentos oriundos da necessidade de sobrevivência. A este respeito, vale aqui notar que num outro momento de sua vida intelectual, o qual pode ser situado como o de constituição de seu padrão reflexivo, Marx, em *A Ideologia Alemã*, faz observar que “O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX&ENGELS, 1969, p.20). Na seqüência, dá o passo teórico fundamental ao afirmar que, diversamente do que ocorre entre os animais, as condições de vida destes mesmos indivíduos sociais são produtos de sua atividade concreta de criação de meios de existência. Culminando, numa passagem suprimida do manuscrito, com a enunciação de que “O primeiro ato *histórico* destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de

produzirem seus meios de vida {*Lebensmittel zu produzieren*}” (MARX&ENGELS, 1969, idem).

O valor de uso assim não deve ser compreendido como natural, num sentido de absolutamente *não social*, não obstante o próprio Marx se utilize deste vocábulo para distingui-lo do valor, a determinação puramente social da mercadoria. Muito ao contrário, natural aparece aqui como indicativo de imanência à mercadoria como produto de atividade concreta e útil. O valor de uso, longe de uma pretensa naturalidade, de teor físico-biológico, a qual lhe pode ser atribuída pela aparência das afirmações marxianas, é um algo posto pelo haver-se social prático-concreto, efetivo, com a mundaneidade. Haver-se o qual é ele mesmo ato social. A utilidade depende das características objetivas, imanentes, inerentes, “naturais” das coisas, mas aquelas são resultantes, igualmente objetivas e materiais, da prática concreta dos homens, de sua produção. O valor de uso, assim sendo, independe da quantidade de trabalho para sua produção, da apropriação do mundo numa forma humana, não obstante também possua uma determinidade quantitativa, sua qualidade de objetos discretos e singulares. A determinidade aqui aludida é definida, em termos de sua medida, pelos aspectos específicos de cada tipo de valor de uso, de sua quantidade unitária, de modo como suas características particulares podem ser medidas, agrupadas e separadas. Em virtude disso, Marx delimitará o valor de uso como “o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja sua forma social. Na forma de sociedade a ser considerada elas constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca (*die stofflichen Träger des-Tauschswerts*)” (MARX, 1998, 23, p.50). Conteúdo concreto da riqueza que, por força do tipo específico de sociabilidade, a do capital, à qual a análise marxiana se dirige, tem adensado à sua particularidade de produto do trabalho, outra cuja origem radica na forma social da produção. Em outros termos, ser valor de troca, ou simplesmente valor, não é resultante do ato social de objetivação dos homens frente à necessidade de se produzirem, mas é um aspecto que remete a um dado estágio histórico da sua produção. Ser valor e capital não são qualidades imanentes às mercadorias como produtos da atividade produtiva, mas são elementos determinativos relativos ao modo como as categorias sociais vigem e são organizadas num momento histórico bem preciso e delimitado. Propriedade histórico-social que emerge e delimita a mercadoria como forma material de uma dada

relação social, o valor de troca. Tornar-se *stofflichen Träger des-Tauschswerts* não é uma destinação ou uma fatalidade inscrita à testa da mercadoria como objetivação, mas forma de ser que converte o *ser produzido simplesmente para outrem em para outrem na mediação e vigência do valor*, sob o mando absoluto da necessidade de reprodução do capital. Tal determinação torna densas as calmas águas da mercadoria, a ponto de turvá-las mesmo, elaborando-as como signos do valor.

A segunda determinação que emerge no exercício da analítica da mercadoria, partindo de sua figura mais fenomênica, é aquela que se dá imediatamente como valor de troca. E a este respeito é importante ressaltar a observação marxiana feita contra Wagner, de que o valor de troca não é a categoria determinadora em sua especificidade. Essa é antes melhor uma forma de aparecer dela, na medida em que apenas se tem valor de troca como pluralidade de mercadorias, no interior de uma relação que as coloca frente a frente como produtos do trabalho humano em geral. Forma relacional, uma vez que, “valor de troca sem ao menos dois, não existe”, na qual se expressa a determinação que cabe elucidar e explicitar cientificamente. Tal observação se reverte de importância central na medida em que discerne os âmbitos e dimensões do escopo da investigação, ao estabelecer uma distinção entre os níveis mais fenomênicos e imediatos e aqueles de caráter mais essencial. Sem essa distinção ficar-se-ia às voltas com os aspectos mais quantitativos da relação de valor, não se obtendo deste modo a apreensão dos elementos que a delimitam e a determinam como tal. Por esse motivo, não é uma determinação intrínseca à mercadoria, enquanto simples produto de trabalho tomado em geral, é uma determinação, uma forma de ser, eminentemente relacional:

O valor de troca aparece, inicialmente, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo se trocam por valores de uso de outro tipo, uma relação que muda constantemente com o tempo e o lugar. O valor de troca parece por isso como algo acidental e puramente relativo; um valor de troca imanente (*valeur intrinsèque*), imanente à mercadoria, portanto uma *contradictio in adjecto* (MARX, 1998, 23, p.50-51).

Assim sendo, o valor de troca é a determinação propriamente quantitativa, na qual os valores de uso, resultantes da atividade produtiva, se intercambiam socialmente. Por essa razão, tal categoria remete de maneira direta à proporção, à medida pela qual as

mercadorias são trocadas. Não sendo uma imanência à mercadoria como simples objetivação da atividade humana, o valor de troca não é ele mesmo então medida da relação.

Não obstante o valor de troca não ter o caráter de determinação no que respeita à forma de ser do produto na sociabilidade do capital, sendo ao contrário, forma expressão, ou *de aparição*, *Erscheinungsform*, torna possível, por outro ângulo, flagrar pela análise indícios que encaminham o exame ao momento preponderante da forma mercadoria. Neste passo da argumentação, Marx estabelece, ainda que sucintamente, uma série de conexões e distinções entre valor de uso e valor de troca, as quais permitem a aproximação categorial da determinação essencial. A primeira das relações categoriais que se deve referir primeiro, é o fato de que não há valor, e muito menos valores de troca, sem valor de uso, deste modo, “nenhuma coisa pode ser valor (*Ding Wert sein*), sem ser objeto de uso. O que é inútil, é também inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui por isso nenhum valor”. O caráter de utilidade da coisa, não apenas se constitui num suporte ao valor, mas também, com anterioridade na ordem de determinações, numa condição de ser das mercadorias. O que não anula a diferença entre tais traços, mas, ao identificar o nexo que os une, indica a tensão imanente à forma de ser mercadoria do produto. Apontamento analítico que não estanca na posse de uma identidade abstrata. Muito ao contrário, exige como desenvolvimento conceitual necessário a explicitação da distinção categorial entre valor de uso e valor. Não é apenas por ter “um valor para alguém”, ser útil, que tal ou qual objeto são valores. Logo,

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É o caso, quando sua utilidade para os homens não é mediada pelo trabalho. Assim o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas selvagens etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem por meio de seu produto satisfaz sua própria necessidade, cria valor de uso, mas não mercadoria (MARX, 1998, 23, *idem*).

Ou seja, ser valor, ao contrário de ser valor de uso, não é uma determinação intrínseca ao produto do trabalho ou aos objetos da atividade dados diretamente, sem mediação produtiva anterior, à produção. Algo pode muito bem ser útil, produzido ou não, satisfazer uma necessidade humanosocietária qualquer, individual ou grupal, sem que seja apenas por isso

mercadoria. Marx prossegue o movimento analítico desdobrando que, “Para produzir mercadoria, ele não deve produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social”, o produto do trabalho deve dirigir-se, e isto é capital, imediatamente a outrem, visar algo mais que a satisfação da necessidade no limite individual. A mercadoria aparece como forma eminentemente social do produto. Forma de ser que tem no remetimento ao outro um aspecto inextricável da própria atividade de produção, o qual a rege, dá sentido e pertinência. Não se trata da existência da troca e do intercâmbio sociais como contingência, momento de exterioridade, em cuja indiferença para a produção fizesse deles simples consequência do arbítrio e/ou da carência extrema do produtor. Ao contrário, a direção, a forma e os modos da atividade se dão pela vigência necessária do *commercium hominum*. Entretanto, fixando-se tal determinação em sua figura imediata, como posição da produção como algo precipuamente voltado a outrem, corre-se o risco de tornar a forma mercadoria, forma universal da interatividade humana, o que, evidentemente, se encontra em direta contraposição com o pensamento marxiano. Nesse sentido, Marx, na sequência, vai delimitar de modo mais rigoroso aquele remetimento a outrem. É para outrem, mas não só para outrem simplesmente:

O camponês medieval produzia trigo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Mas nem o trigo nem o trigo do dízimo eram por isso mercadorias, por serem produzidos para outrem. Para vir a ser mercadoria, o produto precisa vir a ser transferido a outrem, servir a outrem como valor de uso, através da troca (MARX, 1998, 23, p.55).

Não se trata, por isso, do *gift*, do presente ou do donativo, nem menos das formas de intercâmbio social anteriores ao capital. Como sempre, o que demanda a compreensão e apreensão da coisa investigada, é o desvendamento de sua particularidade, de sua *differencia specifica*. Explicitação do caráter determinativo próprio à mercadoria que vai encaminhar a análise para além dessa forma relacional imediata. No seu desdobrar-se, o exame revela ser o valor de troca uma determinação de caráter ainda puramente fenomenal.

O valor de troca, por dizer-se sempre no plural, como determinação relativa, pertence à ordem da multiplicidade e da multilateralidade de intercâmbios que perfazem o conjunto do mundo das mercadorias. Não obstante isso, como mais acima se afirmou, o

valor de troca aponta para um elemento que vige na própria relação, que dá a essa seu parâmetro, e é por ela realizado:

Tomemos ainda duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, ela é sempre apresentável {*darstellbar*} em uma equação na qual dado quantum de trigo vem a ser igualado a dado quantum de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = z quintais de ferro. O que diz essa equação? Que um algo comum de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e, igualmente, em z quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a um terceiro, o que em si e para si não é nem um nem outro. Cada um dos dois, enquanto seja valor de troca, deve ser, portanto, redutível {*reduzierbar*} ao terceiro [*auf dies Dritte*] (MARX, 1998, 23, p.51).

A existência de *um igual* ao qual as mercadorias são equiparadas, um terceiro (*Dritte*), que como *médium* realiza a unidade das próprias relações de troca, pondo-as em equação, faz surgir em cena o valor, propriamente dito. Ao mesmo tempo, delimita o valor de uso, em consequência, como um modo ou forma na qual aquele se exprime como relação das mercadorias umas com as outras. Assim, o valor de troca é tão somente “modo de expressão” (*Ausdrucksweise*) ou “forma de aparição” (*Erscheinungsform*) daquele terceiro, com o qual não se identifica, mas efetiva como medida dos produtos do trabalho como valores (MARX, 1998, 23, idem). Terceiro elemento da relação proporcionalmente efetivada entre as mercadorias, o qual se constituirá então no objeto propriamente dito da analítica. Presença preponderante na relação é exatamente este *Gemeinsames*, algo comum, o valor, que constitui o *übergreifendes* da forma mercadoria, do qual o valor de troca é fenômeno. Desta maneira, o ato da troca, o qual constitui um ato de equiparação, onde x de um dado tipo de mercadoria = y de outro de tipo diverso, afirma a existência de uma identidade na e pela múltipla diversidade dos valores. Uma forma objetiva que se põe, ao mesmo tempo, como aquilo que de comum determina os valores e deles difere efetivamente. As trocas proporcionais entre valores de tipos variados apontam para o valor, ao *terceiro* ao qual aqueles são realmente reduzidos.

II

O Valor como Determinação

Mas qual seria a natureza desse *Gemeinsames* a que os valores em sua diversidade são reduzidos? Em primeiro lugar, é uma coisa completamente diferente das propriedades “naturais” das mercadorias, tomadas como valores de uso, dos aspectos objetivos imanentes àquelas como produtos de trabalho útil e particular, suas características concretas, que lhes conferem utilidade. É, ao contrário, exatamente a abstração (*Abstraktion*) dessas propriedades que constitui, negativamente, o valor. Tal característica não radica no valor de uso, pois, “Como valores de uso, as mercadorias são todas de diferente qualidade, como valor de troca somente podem ser de quantidade diferente, não contêm, portanto nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1998, 23, p.52). Nessa determinação abstrata, na medida em que ela se põe pela negação da concretude dos valores de troca, bem como dos trabalhos úteis e concretos que os produzem, resta tão somente a qualidade das mercadorias, a de serem “produtos de trabalho” (*Arbeitsprodukten*). Marx, por isso, observa que,

Afastado o valor de uso do corpo das mercadorias, vejam que resta ainda apenas uma propriedade, a de produtos do trabalho. No entanto, o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Abstraindo de seus valores de uso, abstraem-se assim também de seus elementos constituintes materiais e formais, que faz dela valor de uso. Não permanece mesa ou casa ou fio ou uma outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis {*sinnlichen*} estão apagadas. Não permanece produto do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de outro trabalho produtivo. Com o caráter útil do trabalho produtivo desaparece o caráter útil dos trabalhos nela apresentados, desaparece por isso também as diferentes formas desses trabalhos, eles não se diferenciam mais, mas são na totalidade reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 1998, 23, idem).

Assim como com o valor de troca desaparece (*verschwindet*) o caráter útil dos produtos, igualmente se apaga este traço da própria atividade que os cria. A equiparação das coisas como mercadorias, na forma de objetos sociais precipuamente produzidos para outrem na mediação da troca, revela o cunho próprio da atividade mesma que as faz existir. Para além, para aquém, da aparência imediata do intercâmbio, onde o aparecer da determinação afirma a variedade inescapável dos valores, a momento determinador da relação, ao contrário,

infirmar a multiplicidade, ao colocá-la sob a égide de um elemento que nega a própria diversidade das mercadorias. Com a infirmação desta característica das trocas se apaga igualmente aquela das atividades que criam as coisas trocadas. Do mesmo modo que o valor é a forma da anulação da diversidade e especificidade dos produtos, o é para a produção, em seus mais diferentes ramos. A sociabilidade da atividade, ou o caráter social do trabalho aparece como abstração das formas concretas e úteis da produção humana, convertendo-se num mero *médium* abstrato, na medida do valor dos produtos. Da determinação do valor, emerge outra, aquela do trabalho abstrato.

Despidos da sua forma “natural”, o que persiste então da concretude dos produtos? Continua Marx, afirmando que “Não restou nele senão a objetividade fantasmagórica (*gespenstige Gegenständlichkeit*), uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é o dispêndio de força de trabalho humana sem consideração acerca da forma de dispêndio dela. Essas coisas representam ainda apenas que em sua produção foi gasto força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa sua substância social comum, são elas mercadorias – valores mercadorias”. Daí as coisas produzidas existirem nos contornos do capital, antes de tudo, como “valores”, “elas são valores” (*sind sie Werte*). As mercadorias indicam agora apenas que em sua criação foi despendido trabalho humano, *in abstracto*, em geral, indiferenciado, sua forma de existência social, mercadoria, traz à tona, no ato de realização de seu fim, a troca, a determinação do valor, como seu momento essencial. Forma de ser social, pois que, em primeiro lugar, é base de um modo de existir recebida nos quadros delimitados por um tipo particular de sociabilidade, aquela do capital. E em segundo lugar, e mais decisivo ainda, é afirmação do caráter social, geral, do próprio trabalho humano, não obstante pela via contraditória da negação necessária das modalidades concretas da própria atividade. Nesse sentido, o valor é uma abstração real. Não é gerada por procedimentos da troca, mas nestes, na sua efetuação, ao contrário, o expressam e o valor de troca como *notwendigen Ausdrucksweise oder Erscheinungsform des Wert*:

Na própria relação de troca das mercadorias aparece-nos o valor de troca destas como algo de indiferente a seus valores de uso. Abstraindo-se então, efetivamente, do valor de uso dos produtos do trabalho, assim obtém seu valor, como ele, agora a pouco, foi determinado. O comum que

se apresenta na relação de troca ou valor de troca é, portanto, seu valor (MARX, 1998, 23, p.53).

Em outro momento de elaboração da teoria do valor, aquela situada nos *Grundrisse*, também se pode encontrar um exercício analítico próximo, não obstante as diferenças de natureza bibliográfica e de ponto de partida. O discurso marxiano, no que tange à delimitação conceitual da categoria valor segue aqui um rumo diverso, arranca da relação entre valor e preço, e, mercadoria e dinheiro.

O valor aparece como determinação central das mercadorias em relação aos preços. O preço se diferencia do valor não somente como o nominal se distingue do real, não somente por sua denominação em ouro e prata, mas porque o valor aparece como a lei (*Gesetz*) dos movimentos descritos pelo dinheiro. Determinação essencial que não é resultado de uma “redução” subjetiva, mas é, e existe efetivamente por via de sua forma de aparecer, não obstante diferente e quase nunca coincidente com esta, a expressão de valor. Expressão de valor que se efetiva como realidade das trocas múltiplas de mercadorias, nas quais o preço exprime, num abaixo ou acima do valor, fenomenicamente, a medida dada pela forma social preponderante: “A diferença entre preço e valor, entre a mercadoria, medida pelo tempo de trabalho no qual ela é produzida e o produto do tempo de trabalho pelo qual ela se troca, esta diferença exige uma terceira mercadoria por medida, na qual se exprima o valor de troca efetivo da mercadoria”. Movimento de expressão pelo qual o valor se exprime idealmente nos preços das mercadorias. Expressão, *nota bene*, não identidade, entre o valor e suas formas de aparecer. A posição do valor na efetividade das trocas se dá mediante o preço, mas permanece a diferença fundamental entre os dois níveis da *coisa-expressão* que envolve, ao mesmo tempo, identidade e *não identidade*. Assim, continua Marx:

Porque o preço não é igual ao valor, o elemento que determina o valor – o tempo de trabalho – não pode ser o elemento no qual se exprimem os preços, porque o tempo de trabalho deveria exprimir-se simultaneamente como elemento determinante e não determinante, como igual e desigual a si mesmo. Porque o tempo de trabalho, como medida de valor, existe apenas idealmente {nur ideal existiert}, não pode servir de material de comparação dos preços (MARX, 1983, p.75).

Exercitação analítica de comparável teor pode ser observada no tratamento marxiano das relações entre mercadoria e dinheiro. O dinheiro diferentemente do que uma posição positivista poderia supor tem também sua gênese, a qual se situa no próprio quiproquó das mercadorias. No multiverso de movimentos de intercâmbio, nos quais as mercadorias se medem e se trocam, pondo a cada novo ato de reiteração a vigência do valor como sua determinação mais essencial. Na superação da aparência de exterioridade entre dinheiro e mercadoria, entre, na imediatidade da troca, unidade pura de valor e produto do trabalho humano. É na exata medida em que desvela as determinações da relação de valor das mercadorias, que a analítica marxiana trazer à luz a natureza do dinheiro como forma do valor. Num primeiro momento, como análise da relação de valor das mercadorias, onde o valor se afirma enquanto qualidade ou determinação própria das mercadorias. Deste modo,

As mercadorias, uma vara de algodão e uma medida de óleo, por exemplo, consideradas como algodão e óleo, são diferentes por natureza, possuem propriedades diferentes, se medem por unidades de medida diferentes; elas são incomensuráveis. Como valores, todas as mercadorias são iguais qualitativamente e diferentes somente em quantidade, todas servem, portanto, de medida umas às outras e se substituem (se trocam, são convertíveis entre si) segundo proporções quantitativamente determinadas. O valor é sua relação social, sua qualidade econômica (MARX, 1983, p.76).

A mercadoria como valor, na troca por outras, é qualitativamente equivalente a todas as outras, a partir de “*ihre ökonomische Qualität*”. Qualidade econômica ou determinação social por excelência, a qual vai aparecer em *O Capital* como *objetividade fantasmagórica*, o valor se desvela como *forma de ser* determinativa da forma mercadoria. As mercadorias são e representam o valor num material diferente (*verschiednen Material*), suas propriedades naturais (*natürlichen Eigenschaften*), qualidades específicas são apagadas. As próprias mercadorias, por suas determinações formas internas, têm uma “dupla existência”, onde “ao lado da sua natural uma puramente econômica, na qual ela é um simples signo, é uma letra para uma relação de produção, um simples signo para seu próprio valor” (MARX, 1983, *idem*). Num jogo entre abstratividade e concretude, onde a primeira exerce necessariamente o papel de predominância, de regência na ordem de determinações de existência, mas sem com isto anular-se sem mais a figura concreta de produto:

Como valor, cada mercadoria é igualmente divisível; em seu existir natural não o é. Como valor, ela permanece a mesma, ela percorre também variadas metamorfoses e formas de existência; na realidade, se trocam mercadorias apenas porque elas são desiguais e correspondem a diferentes sistemas de necessidades. Como valor, a mercadoria é universal, como mercadoria real, ela é particularidade (MARX, 1983, ibidem).

De um lado, universalidade de valor, pela qual se atesta a relação social na qual e pela qual obtém sua forma objetiva como mercadoria, como valor encerrado numa figura particular continuamente transmutada em signo de sua onipresença prática. De outro lado, particularidade de valor de uso, contentor efetivo da forma social, um ente particular em sua objetividade de coisa, ao modo diretamente material ou qualquer outro que sirva à satisfação do multiverso de carecimentos humanos. Posição de uma contraposição mediada ou de uma mediação contraditória, na qual a figura objetiva e existência abstrata se determinam e exigem, enquanto negação do viger exclusivo de cada caráter isoladamente considerado. Desta maneira,

Como valor, é ela própria que determina a medida de sua trocabilidade; o valor de troca exprime precisamente a relação na qual ela substitui outras mercadorias; na troca efetiva, ela é trocável apenas em quantidades que dependem de suas propriedades naturais e correspondam às necessidades dos cambistas (MARX, 1983, p.76-77).

Duplicidade de existir que assinala a unicidade de elementos contraditórios, que ganhará posteriormente densidade de determinações na analítica da mercadoria, quando esta, terá seu corpo concreto delimitado como portadora do valor.

É no interior desta prospecção da determinação essencial da forma elementar da riqueza no mundo do capital que o dinheiro vai aparecer. Não mais como categoria isoladamente fixada, abstratamente posta frente às mercadorias, como este se dá na intuição imediata das trocas. Mas emergirá do próprio movimento das mercadorias, a partir da relação de valor. Duas mercadorias de tipos diferentes, quando trocadas, afirmam nesta relação, a partir das proporções em que estas se intercambiam que, para além de sua forma “natural”, objetiva, particular, são antes de tudo valores. São cada uma delas portadoras do mesmo valor, elas são iguais, como valor realizado, somente na contingência de o ser num material diverso. Neste sentido, a relação de valor, na qual as diversas mercadorias se

inserir instaura um momento de identificação efetiva das mesmas a partir da qualidade social destas, de seu existir como valores. Movimento de troca, o qual partindo da variegada existência dos valores, na forma de valor de uso, portanto, da irreduzível diferença concreta das mercadorias, as põe como figuras de uma identidade absoluta, na qual se apagam mesmo todas as qualidades específicas que as fazem serem objetos de uso diversos. Nesse jogo de identidade e diferença, que caracteriza a relação de valor, surge como forma necessária a objetivação do terceiro elemento, do *dies Dritte*, o valor, como coisa, igualmente concreta frente às mercadorias individuais. Tal emergência somente se dá na medida em que cada uma das mercadorias, como efetivação social de trabalho, ou sendo trabalho humano em geral realizado, já é por si mesmo, objetivamente, um equivalente para as demais. Por conseguinte, conclui Marx que,

Como valor, a mercadoria é um equivalente para todas as outras mercadorias, numa proporção determinada. Como valor, a mercadoria é equivalente; como equivalente, todas as suas propriedades naturais são nela apagadas; ela não está mais, com as outras mercadorias, numa relação qualitativa; ao contrário, ela é tanto a medida universal, quanto representante universal {*allgemeine Repräsentant*}, como o meio de troca universal de todas as outras mercadorias. Como valor ela é dinheiro (MARX, 1983, p.76).

O dinheiro se determina então como mercadoria, que existe como todas as demais, mas que, ao mesmo tempo, contrastando-se delas, não toma mais a mesma forma de ser, tendo negado seu caráter particular, de ente de valor específico, afirma-se como a universalidade das mercadorias objetivamente expressa. Representante universal, imagem concreta do valor pondo-se frente aos valores, o dinheiro é esta mercadoria, cuja especificidade radica, contraditoriamente, na negação de toda relação ou determinidade específica. O ser da mercadoria, segundo sua forma de ser determinada encontra efetividade no dinheiro, realiza-se como universalidade tornada ente, e passa a medir e mediar o intercâmbio de valores. A mercadoria se alça assim a ser do valor, sendo valor em plenitude, não mais constringido pela figura delimitada e finita do valor de uso. Pode deste modo, uma vez liberado da adstrição de ser entidade concreta particular, ser universalidade objetivamente posta, reificada, ao lado das demais coisas. Como terceiro, elemento em comum, *Gemeinsames*, agora tornado ele mesmo coisa no mundo, ser medida efetiva, não mais

virtual e interna, das mercadorias. As mercadorias, na vigência do dinheiro, encontram enfim sua alma espelhada concretamente numa outra figura mercantil, cuja particularidade ou “forma natural” própria é a de ser forma de valor pura. Somente por esta razão pode o dinheiro servir de medida.

Deste modo, dinheiro é o meio através do qual se realiza a abstração objetiva do valor. Como mediação efetiva (*wirkliche Vermittlung*) do processo de transformação da mercadoria, numa figura particular real, em simples signo de valor. Metamorfose real que, para além da abstração como pura forma do pensar, se coloca como abstração efetiva. Metamorfose da relação de valor em dinheiro e posição objetiva da representação de uma relação social como coisa social concretamente existente frente às mercadorias. Neste modo de mediação concreta do valor, na equiparação mercantil, ao vir a aparecer o valor numa figura material, se efetiva a necessidade posta pela própria troca de equivalentes. Assim,

Como as mercadorias diferem, como valores, umas das outras tão somente quantitativamente, qualitativamente cada mercadoria deve necessariamente diferir de seu próprio valor. É necessário, portanto, que seu valor possua também uma existência diferenciável de ela qualitativamente e, na troca efetiva, esta separabilidade deve tornar-se separação efetiva, porque a diferença natural das mercadorias deve necessariamente entrar em contradição com sua equivalência econômica e que uma e outra possam existir lado a lado apenas porque a mercadoria adquire uma dupla existência, ao lado da sua natural uma puramente econômica, na qual ela é um simples signo, é uma letra para uma relação de produção, um simples signo para seu próprio valor (MARX, 1983, *idem*).

A potencialidade do valor torna-se efetividade posta no dinheiro como caráter objetivo de uma coisa. Uma relação, proporcionalmente efetuada, entre valores, entre coisas de valor ou do valor, se completa como posição do próprio valor como coisa. Neste contexto, o valor da mercadoria se torna como dinheiro, uma existência particular ao lado dela. *Dasein* particular-universal, a partir do qual se dá a comparação, a equiparação, a medição das mercadorias individuais umas às outras, forma de ser na qual se resolvem. Negando, por conseguinte, sua particularidade natural, a imanência das suas propriedades em benefício da afirmação mediada do seu ser imanente, seu valor.

Posição da abstração como coisa objetiva que se dá, na sociabilidade do capital, das suas dimensões mais prosaicas e imediatas àquelas mais essenciais e determinantes, num

duplo processo de negação da especificidade. O pôr do valor como figura concreta, complexo de determinações entificado se dá, segundo Marx, de um modo dúplice:

A cada instante, nos cálculos, na contabilidade etc., transformamos as mercadorias em signos de valor, nos as fixamos como simples valores de troca, abstraindo de sua matéria e de todas as propriedades naturais. No papel, na nossa cabeça, essa metamorfose se efetua por simples abstração; mas, nas trocas efetivas, uma *mediação* efetiva é necessária, um meio que opere essa abstração. Nas propriedades naturais, a mercadoria nem é constantemente trocável, nem trocável por *qualquer outra mercadoria*; ela não o é na sua igualdade natural consigo mesma; ao contrário, ela o é uma vez posta desigual a si mesma como qualquer coisa de não igual a si, como valor de troca. É-nos necessário começar por convertê-la em si mesma em valor de troca para comparar em seguida este valor de troca e trocá-lo por outros (MARX, 1983, p.77).

Ou seja, a abstração ocorre em dois modos. Tanto como representação mental, na cabeça (*im Kopfe*), quando da determinação ideal de seu valor, quanto na objetividade realizada por um signo ou símbolo, uma representação do valor, do tempo de trabalho como tal. Duplicidade que, por um lado, afirma o estatuto próprio da analítica marxiana, asseverando a realidade do processo de abstração, para além da sua natureza teórica, é uma componente efetiva da vida social do capital e não apenas uma figura epistêmica ou gnosiológica. E, por outro lado, em consonância com isso, a abstratividade é determinada como efetividade do processo de ser da mercadoria, superando o ponto de vista demasiado estreita que coloca a própria troca na dependência da volição dos “agentes econômicos”. Operação que, evidentemente, exige um interveniente de natureza subjetiva, na medida em que a troca ocorre pela interatividade dos indivíduos sociais. Pois,

As mercadorias se transformam em barras, primeiro, na cabeça e na linguagem, antes de serem trocadas uma pela outra. Antes de trocá-las, são avaliadas e, para fazê-lo, é necessário situá-las nas relações numéricas determinadas. Para poder colocá-las em relações numéricas e as tornar comensuráveis, é preciso que elas recebam a mesma denominação (unidade) (MARX, 1983, *idem*).

O que indica uma relação entre ser e pensar, efetividade e linguagem, na obra marxiana, bem distante daquela afirmada pela compreensão usual, que a tem como determinação unívoca e abstrata de uma “base material” sobre formas epifenômicas de expressão. Ao revés, o que se observa é a presença das figurações ideais como formações práticas, cujo

conteúdo específico se situa no âmbito de sua funcionalidade social. A transformação ideal da mercadoria numa unidade de valor não é nem simples elemento fortuito, nem determinativo, mas é momento do processo real de abstração concreta, de posição do valor como objeto.

Não obstante isso, a marcha dos eventos não é posta simplesmente pela subjetividade dos cambistas. É, ao contrário, posição de uma dada forma de ser real da atividade dos indivíduos, a qual determina a forma do produto e de seu intercâmbio societário. Logo, tudo isso depende da forma objetiva de ser social dos entes objetos da troca, das mercadorias, das suas determinações objetivas que as configuram enquanto tais. Pois, tornando-se um valor de troca,

(...) um produto (ou uma atividade) não é somente metamorfoseado em uma relação quantitativa determinada, em um número proporcional – a saber, em número que exprime seu equivalente, a quantidade de outras mercadorias que lhe é igual, ou naquela proporção em que ele é equivalente a outras mercadorias – mas é necessário que seja ao mesmo tempo metamorfoseado qualitativamente (diferindo qualitativamente): 1) porque ela não é tempo de trabalho como tempo de trabalho, mas tempo de trabalho materializado; tempo de trabalho não sob a forma do movimento, mas do repouso, não sob a forma de processo, mas de resultado; 2) porque ela não é objetivação do tempo de trabalho em geral que existe somente na representação (que é ele mesmo apenas trabalho separado de sua qualidade, do trabalho no qual a única diferença é quantitativa), mas o resultado determinado de um trabalho determinado, naturalmente determinado, diferente qualitativamente de outros trabalhos (MARX, 1983, p.78).

Proporcionalidade, metamorfose, equivalência, são todos momentos objetivos de um processo igualmente objetivo, que convoca a atividade própria da subjetividade, tomada em seu lado ideal, a operação de abstrair, no sentido de realizar o mais plenamente possível a destinação das mercadorias. O que põe a concepção marxiana a uma distância considerável das posições hoje predominantes acerca da temática do simbólico. O simbólico não é expressão de uma pretensa onipotência individual na posição de mundos, mas a posição das coisas mundo social, tais como são e porque o são, na forma de um terceiro, no qual se afirma a sua natureza societária. Portanto, “Um tal símbolo supõe a aceitação universal {*allgemeine Anerkennung*}; ele só pode ser um símbolo social; ele apenas expressa de fato {*in der Tat*} relações sociais”, expressão que não é apanágio tão somente das disposições

subjetivas, mas antes de tudo das relações sociais, das formas de ser concretas nas quais os indivíduos reais interagem. Simbólico que tem seu estatuto de ser definido como expressividade das formas de existir da objetividade de atividade e de produto, aqui da mercadoria, e assim,

(...) representa a parte alíquota do tempo de trabalho; o valor de troca em tais partes alíquotas, como sendo capaz de expressar por meio de simples combinação aritmética todas as relações dos valores de troca entre si. Esse símbolo, o signo material do valor de troca é um produto das próprias trocas, não a execução de uma ideia a priori (MARX, 1983, p.79).

Por conseguinte, o dinheiro é uma mediação de a si da mercadoria enquanto valor de troca. O valor de mercadoria assume (*erhält*) uma existência material separada (*eine materiell von ihr getrennte Existenz*) da própria mercadoria. Forma de ser que se perfaz como unidade de quatro propriedades ou funções sociais, as quais são desdobramentos das determinações contidas na própria relação de valor entre as mercadorias, sendo o dinheiro mesmo seu modo de expressão objetivo. Em primeiro lugar, como medida da troca das mercadorias, é a efetividade da determinação central das mesmas, existindo como substância ou unidade comum a todas, variando apenas o seu *quantum* em cada uma delas, o quanto nas diversas mercadorias contém de partes alíquotas de tempo de trabalho. Em segundo lugar, como mediação da própria troca, é o dinheiro o nexos que une e reduz a diversidade de manifestações do valor, tornando possível a efetuação da abstração, pondo em comunicação o valor aprisionado em cada forma concreta e útil dos valores de uso. Neste sentido, em virtude dos aspectos acima referidos o dinheiro é também a expressão da forma social dos produtos (*gesellschaftliche Form der Produkte*), do valor de troca, na sociedade do capital, é ele mesmo objetivado (*vergegenständlichen*) e separado das próprias mercadorias. Exprimindo como coisa, ao modo do repouso, o caráter social específico dos produtos do trabalho e da atividade produtiva no mundo do capital, o dinheiro põe concretamente a troca e a torna exequível. Em terceiro lugar, emerge a determinação do dinheiro como representante das mercadorias (*Repräsentant der Waren*), enquanto imagem ou ocupando o lugar destas, servindo como presença derivada ou em segundo plano do produto do trabalho assalariado. O que o faz adequado a desempenhar o papel de objeto dos contratos. Em quarto e último lugar, Marx destaca a determinação mais

central, qual seja a de mercadoria universal (*allgemeine Ware*), existindo ao lado de todas as outras. Tal propriedade objetiva do dinheiro faz dele, por assim dizer, a mercadoria perfeita, ou *par excellence*, na medida em que é o valor existindo em separado do ente que determina na forma de outro objeto, que se oferece igualmente à intuição e à representação dos indivíduos. Mercadoria universal que se põe no horizonte das trocas como aquela dotada de possibilidade infinita de câmbio, metamorfoseando-se, assume a forma de todos os valores e, mais importante, faz com que estes revelem sua verdadeira natureza social de trabalho humano *sans phrase*. Não por outro motivo, o dinheiro será para a relação de produção do capital a forma de realização do valor, ou seja,

Essa propriedade do dinheiro como mercadoria universal frente a todas as outras, como encarnação de seu valor de troca, faz dele, ao mesmo tempo, a forma realizada e sempre realizável do capital, a forma de aparição (*Erscheinungsform*) sempre válida do capital, uma propriedade que aparece quando da *bulliondrains*; o que faz com que o capital historicamente comece a aparecer apenas sob a forma de dinheiro (MARX, 1983, p.80).

O aparecimento do dinheiro, com todas essas determinações, corresponde a uma necessidade particular de um modo específico de intercâmbio social. As relações de troca, as quais quanto mais se desenvolvem, mais tornam os sujeitos dela dependentes, esta forma parece (*scheint*) ser independente deles. Tem a aparência de uma relação estranha (*fremden Verhältnis*) aos indivíduos sociais, o que constitui o fenômeno do fetichismo, cujo embrião da analítica a ser executada por Marx em *O Capital* já se encontra aqui em gestação.

Por via desta analítica, o dinheiro se encontra despido e desvelado como expressão do caráter social da produção humana efetuada sob o mando do capital. A análise marxiana ao revelar a determinação precisa do dinheiro, além de expor a conexão deste com a forma da produção e da circulação das mercadorias, se afasta da mera admoestação moral contra o valor de troca objetivado e sua abstração dos valores. Muito ao contrário, marxianamente se acentua o fato de a produção ser, em todos os seus momentos e mediações, algo eminentemente social, mesmo quando tal caráter se torna, não apenas objetivado, mas objetivado em confronto com os próprios produtores. Modo de interdependência societário que corresponde a um dado momento do desenvolvimento do caráter social da produção (*gesellschaftlichen Charakter der Produktion*). Esse modo objetiva a virtualidade social

inscrita na forma de ser da mercadoria. Efetiva-se a superação da diversidade “natural” pelo traço comum advindo de ser posição concreta de trabalho humano social indiferenciado, intercambiável *ad infinitum* e colocar em comunicação como ramos de uma mesma produção social tipos de atividade antes existentes isoladamente ou só se influenciando de maneira contingente. Na medida em que a troca é a mediação necessária da produção e a objetivação do valor a da troca, o dinheiro se mostra como a encarnação inevitável da sociabilidade da mercadoria, da forma elementar da produção burguesa. O valor é o cimento ou a argamassa da sociabilidade e o dinheiro sua forma concreta de existir. Desse modo, não é o dinheiro que produz essas contradições e oposições (*Widersprüche und Gegensätze*); ao contrário, é o desenvolvimento dessas contradições e oposições que produz o poder aparentemente transcendental do dinheiro (*die scheinbar tranzendente Macht des Geldes*). A relação entre mercadoria e dinheiro, entre o produto do trabalho e a mediação das trocas, supera a aparência de exterioridade e contingência, a que uma mera aproximação histórica poderia engendrar, para revelar-se categorialmente como desdobramento formal objetivo de determinações do primeiro no segundo elemento. Assim,

O produto torna-se mercadoria; a mercadoria torna-se valor de troca; o valor de troca da mercadoria é sua qualidade de dinheiro {*Geldeingenschaft*} imanente; esta sua qualidade de dinheiro se separa dela como dinheiro livre, ganha uma existência social universal, distinta de todas as mercadorias particulares e de seu modo de existência natural; a relação do produto a si mesmo como valor de troca torna-se sua relação com um dinheiro existente ao lado dele ou ainda a relação de todos os produtos ao dinheiro existindo fora de todos eles. Como a troca efetiva dos produtos engendra seu valor de troca, seu valor de troca engendra o dinheiro (MARX, 1983, p.81).

A partir da dupla existência da mercadoria, na medida em que o valor de troca despoja-se de qualquer liame com as características concretas da mercadoria, tal distinção de determinações (uso e valor), destas duas formas de existir, progride até a diferença (*Unterschied*) e daí para a oposição e a contradição.

No bojo deste complexo problemático, pode ser destacada a questão da natureza da *representação* na analítica marxiana. O problema do estatuto da representação se refere aqui especificamente à transformação, metamorfose, ideal das mercadorias em dinheiro, processo este que não transcorre apenas com o concurso da subjetividade humana e suas

formas de ideação, mas se desenrola na efetividade do movimento das mercadorias, obedecendo às determinações da relação de valor. Todo o centro da temática se refere à abstração da forma concreta de sua existência “natural”, própria, em benefício de sua circulação como mercadoria, como valor de troca, como preço. Metamorfose que é apenas subjetiva, isto é “nur im Kopf der einziehnen”, mas toma a forma da representação ideal social objetiva. Ou seja, “in der Vorstellung der Gessellschaft”, na representação da sociedade, daqueles sujeitos entre os quais transcorre a relação de troca, sendo uma transformação esta de estatuto diverso daquela efetivada realmente no ato de troca de mercadoria por dinheiro. Tal reelaboração de forma se constitui como nota Marx, um dos dois pressupostos da própria circulação, e, portanto, da realização do valor:

(...) para que haja circulação, duas coisas antes de tudo são necessárias; *primeiro lugar*, o pressuposto que as mercadorias sejam preços; *em segundo lugar*, não sejam atos de troca singulares, mas um conjunto, uma totalidade de trocas em contínuo movimento e se operando mais ou menos sobre toda a superfície da sociedade; um sistema de atos de troca (MARX, 1983, p.119).

A mercadoria então se determina, não mais como ente particular, dotado de propriedades específicas, mas como valor de troca, assumindo a forma da relação social na qual se insere. Diversamente de coisa oriunda da atividade produtiva, a mercadoria se transmuta ela mesma em relação, valor de troca, de acordo com o tempo de trabalho proporcionalmente contido nela, assume-se, ato contínuo, como equivalente de todas as demais. O que não se realiza sem contradições, na medida em que este novo aspecto imediato não corresponde resume a totalidade de suas determinações. O ser, por assim dizer, “natural” da mercadoria não pode simplesmente aniquilar-se em valor, pois negaria a própria troca e com ela a circulação, como série múltipla e multilateral de intercâmbios. Persiste deste modo, a diferença tensional, contraditória, no seio da unidade da forma mercadoria. Na posição desta mudança essencial de forma se vê surgir como necessidade a mediação do dinheiro, como representação externa das relações sociais que constituem a forma de ser mercadoria. Uma vez que,

O valor de troca da mercadoria exprime a globalidade das relações quantitativas nas quais todas as outras mercadorias podem ser por ela trocáveis, determinadas pelas mesmas quantidades desiguais, que podem ser produzidas pelo mesmo tempo de trabalho. O dinheiro existe apenas

como valor de troca de todas as mercadorias ao lado e fora das mesmas (MARX, 1983, idem).

Movimento de troca que exige o recurso de uma representação efetiva para realizar-se na plenitude de suas determinações como circulação de mercadorias, como processo de mediação concreta de realização do valor. Representação real que é posição do dinheiro como valor da mercadoria, não somente fora dela (*außerhalb*) e ao lado ou junto às mesmas (*neben*), mas enquanto traduzido numa forma ideal objetiva, que transmuta os próprios termos da relação de troca, como preço. Segundo momento de metamorfose que se põe como desdobramento necessário do processo de realização do valor do qual é determinação. A formação do preço das mercadorias não se perfaz enquanto parte contingente e externa à totalidade de relações de intercâmbio, mas se constitui num coroamento do mesmo, última etapa na qual o valor se autonomiza das mercadorias que determina. Marx entende tal processo de transformação como de *tradução*. Neste processo, as mercadorias “devem ser traduzidas em dinheiro {*müssen ins Geld übersetzt*}, expressas {*ausgedrückt*} nele. O dinheiro torna-se o nome universal {*allgemeine Nenner*} do valor de troca, das mercadorias como valor de troca” (MARX, 1983, ibidem), o preço se entende marxianamente como valor expresso em dinheiro, posto como similar ou equiparável ao dinheiro. É o último ato de conversão da mercadoria em valor, posto que se apresente em cena trajando unicamente sua máscara abstrata e ideal, numa pura idealidade, a qual nada mais faz senão que expressar sem os adornos do valor de uso os contornos que a definem como ente de valor. Como preço, a mercadoria revela seu espírito abstrato e seu ânimo cortês, uma vez que se deixa à livre circulação sem os constrangimentos de uma forma material e particular. Desta maneira, “a medida universal dos valores de troca devém agora em medida presente entre todos os valores de troca e o dinheiro com o qual *se as põe em igualdade*” (MARX, 1983, p.120). Tal argumentação marxiana pode auxiliar na enunciação justa de mais de um dos problemas candentes e espinhosos para a inteligência das formas de ser contemporâneas do capital. Entre estes se situam aquele da formação dos preços e a questão da medida.

Não apenas os nexos entre mercadoria, dinheiro e preço se iluminam, mas o próprio caráter do processo do qual, estas são determinações, aquele da circulação, se esclarece ele

mesmo como parte integrante do circuito do valor em seus desdobramentos, em direção à sua efetivação como capital. Neste sentido, não se deve iniciar a analítica a partir da figura do dinheiro, de uma forma de ser, de existir, do valor como capital, mas da sua pressuposição, o processo de produção como tal. O que afasta de um só golpe tanto o formalismo ou o esquematismo das categorias fixadas como figuras epistemicamente constituídas, bem como o positivismo que imbui as aproximações teóricas do dinheiro na sua imediatidade, conforme se apresenta na circulação. Assim, como o dinheiro não é uma entificação abstratamente tomada pelo discurso marxiano, a partir de sua autonomia aparente (o que não significa falsa ou ilusória, mas apenas como caráter mais imediato), para revelar-se momento de metamorfose do valor, o mesmo ocorre com a circulação, em sua totalidade. O dinheiro desvelado como desdobramento formal da troca, da interação das mercadorias em torno do valor, tendo seu momento de máxima autonomização sua configuração como preço, aponta para a necessidade de apreender o movimento no qual se enquadra o processo do qual é mediação. Como o dinheiro não cria o valor, mas é a expressão deste na forma de uma coisa, sendo o preço nada mais que o valor posto na sua determinidade como dinheiro, como abstração. O movimento de circulação nada mais é que momento determinado da produção e realização do valor, no qual obtém sua virtude de realizar-se como tal. Circuito que se perfaz por uma mudança simultânea de forma e de matéria do processo, onde,

Na produção tomada por seu lado material, o instrumento vem a ser utilizado e o material trabalhado; o resultado é o produto – um novo valor de uso criado, diferente de seus pressupostos elementares. No processo de produção, tomado por seu lado material, criou-se um produto. Essa é a primeira e mais essencial mudança material. No mercado, na troca por dinheiro, vem a ser expulso do circuito do capital e cai no consumo, torna-se objeto de consumo, seja ele satisfação final de necessidades individuais ou como material para um outro capital. Na troca da mercadoria por dinheiro, coincidem a mudança material e aquela de forma; no dinheiro, o próprio conteúdo participa da determinação econômica formal. A reconversão do dinheiro em mercadoria, no entanto, é aqui, ao mesmo tempo, a reconversão do capital nas condições materiais de produção (MARX, 1983, p.568).

O que não se deve é fixar-se um dos momentos, tomando-o separadamente como processo autônomo, perdendo-se de vista o horizonte geral a partir do qual se enquadram as

determinações e as partes do circuito inteiro. O dinheiro não é apenas, ainda que o seja considerando-se separadamente as trocas, mediação da circulação, enquanto intermediário entre a produção e o consumo. Mas é também, e principalmente, mediação entre a produção e a produção (*Vermittlung zwischen der Produktion und Produktion*), onde o termo e o início se encontram, otimizados pelo movimento inteiro de circulação, como posição das condições de reprodução do capital num patamar mais alto de determinação. A partir disso, a circulação aparece como momento pertencente ao movimento de alterações formais e materiais, pelo qual passa o valor, até atingir sua realização como capital pressuposto da produção. Alterações estas que não necessariamente coincidem, diversamente do momento da troca, e subsequentemente do consumo, pois, na circulação não há a reconversão recíproca do dinheiro em mercadorias, e do capital em condições de produção, ou seja, pondo na ordem dia a própria reprodução do capital.

Na circulação, a reprodução é ela mesma momento negado, uma vez que o tempo desta não é tempo nem de produção de um novo valor, tendo a transmutação das condições objetivo/subjetivas de produção em elementos do processo de valorização, nem tem a reprodução como horizonte. Circulação é, não obstante seu caráter de necessidade para o capital, momento de desvalorização do próprio valor posto na forma mercadoria. Desvalorização esta que não significa extinção do valor, mas que,

(...) o capital passou da forma de dinheiro àquela de uma mercadoria, de um produto, que tem um determinado preço que deve ser realizado. Como dinheiro, existia como valor. Agora existe como produto e apenas idealmente como preço; mas não como valor enquanto tal. Para valorizar-se, isto é, conter e multiplicar valor, ele deveria passar da forma de dinheiro àquela dos valores de uso (material – instrumento – trabalho assalariado); mas desta maneira, perderia ele a forma de valor e deveria entrar de novo na circulação, para pôr-se de novo nesta forma universal da riqueza (MARX, 1983, p.317).

O que contém já em germe a determinação do capital como processo crivado pelo signo da incongruência de momentos. Passos de um mesmo processo, os quais na imediatidade dele não se identificam, nem mesmo se encontram, não obstante se exijam de maneira irrevogável. Valorização e desvalorização não são elementos ou situações de absolutamente excludentes, e sim, diversamente, se completam na sua negação recíproca. Negação que não é virtude de um postulado lógico qualquer, mas caráter nascido da tessitura própria

que os graves e agudos da produção do capital assumem na sua configuração harmônica. Harmonia particular que não se fecha em uma solução final, mas que se reproduz e se reatualiza pelo evoluir de seus momentos concretos. Assim,

(...) a desvalorização constitui em todos os casos um momento do processo de valorização; seria já simplesmente neste particular porque o produto do processo em sua forma imediata não é valor, mas primeiro deve entrar na circulação para vir a ser realizado como tal. Quando, portanto, pelo processo de produção o capital é reproduzido como valor e novo valor, então é igualmente posto como *não-valor* {*Nichtwert*}, como algo *se valorizando*, antes de tudo, *através da troca* (MARX, 1983, idem).

Valorização e desvalorização emergem aqui como determinações divergentes e recíprocas do processo de ser do capital, não na forma simplista e imediata de um antagonismo abstrato. Contradição que se “resolve” na própria circulação, com o retorno do capital à forma adequada a si, o capital *als solches*, como dinheiro, a *Form des allgemeinen Reichtums*.

A relação pela qual se afirma, por um lado, o nexos essencial entre a produção e a circulação, e, por outro lado, o caráter da determinação da segunda pela primeira, aponta para a unidade dos dois momentos enquanto partícipes do processo vital do capital. Processo no qual a circulação perde sua aparência de etapa puramente contingente e indiferente em referência à esfera da produção propriamente dita, para ser posta como via de realização necessária do valor enquanto valor no rumo da reprodução do capital. Inicialmente, como posição do capital como valor posto nas mercadorias por intermédio da atividade produtiva que cria mais valor. Em seguida, como transformação do valor aprisionado na forma do valor de uso em valor-dinheiro e valor-preço, no intercâmbio mercantil. Para, finalmente, no último estágio, ser posto ao modo do valor por si e afirmar-se na compra de novo trabalho e na reprodução das próprias condições de produção. Reinaugurando assim seu circuito de existência como capital, como forma de ser, relação social, autorreprodutora, tendo como *telos* imanente a autovalorização de si mesma. Unidade dinâmica processual que, em cada passo de seu existir, de seu sendo, nada mais faz senão reproduzir ou tender a reproduzir como meta o momento inicial de sua posição. O processo vital do capital, que abarca a circulação como seu meio de efetivação da

virtualidade do valor, é em essencial a posição continuada e necessária das suas pressuposições centrais, das condições de produção como condições de valorização. Aqui, valorização e produção coincidem. Pois, na medida em que não é na circulação que o valor se põe, mas por virtude dela apenas se realiza, por intermédio do *quiproquó* das mercadorias, a posição do valor só pode se dar no momento da própria produção.

Interatividade produtiva que é posta no interior de uma particular forma de ser, de uma relação social determinativa, que define e delimita precisamente o caráter e os limites próprios a cada um dos seus elementos. Marx, por isso, não parte da produção como produção em geral, mas da produção efetivamente existente, de um dado modo de produzir, onde se articulam as formas ou categorias sociais de uma dada maneira. Formas ou categorias, algumas delas que já existiam em momentos anteriores da produção social dos homens, mas que ganham novas significação e elaboração no interior deste determinado modo de ser da produção, outras que emergem por virtude deste mesmo novo momento da interatividade social. O capital, como modo de ser da produção atual, delimita o produzir como reprodução continuada e ampliada das suas condições de ser. Reprodução que se põe como tendência e princípio da produção, o qual cinge o âmbito das relações e fornece o cunho dos termos que nelas se defrontam. Reprodução que é, na base da posição dos próprios produtos, unidade entre operação da criação das coisas e o pôr dessas mesmas coisas como corpos *do valor*, as determinando como *die stofflichen Träger des Tauschswerts*. Unicidade entre os processos de produção e valorização, que não significa uma identificação absoluta. Trabalho e capital não se recobrem, mas se relacionam como momentos de um complexo categorial, a produção no modo de produção do capital, onde o segundo termo determina o primeiro. Determina, delimita, adstringe, mas, de modo algum, o elimina ou subsume como mera aparência. A produção de valores não é possível senão ao *modus* da produção dos valores de uso. Uma determinação, por mais central, preponderante e poderosa que seja, somente o é como aspecto determinante de uma dada entidade ou de um processo reais. A postulação da existência do valor como substância autônoma, na sua determinidade própria, sem a interferência de uma categoria concreta, uma mediação efetiva e efetivadora, um *corpo* que a assumisse, seria a admissão de um conceito especulativo. Da mesma forma, a atividade que põe valor não é, nem pode ser outra coisa,

que atividade produtiva concreta. Daí a unidade entre valor e valor de uso existir realmente – fato já assinalado mais acima – como contradição no cerne da forma mercadoria. Atividade na qual, por meio da criação de valores de uso particulares, do desenvolvimento e crescimento da massa de objetos que satisfazem necessidades humano-societárias, dá-se em concomitância a formação do valor. Elaboração da riqueza humana na forma do valor que se realiza enquanto manutenção e incremento do valor quando da transmutação da força de trabalho de potência em valor de uso consumível e consumido pela produção. Relação entre capital e trabalho onde, através da efetividade das suas respectivas *personæ*, o processo de produção/valorização se desenrola em três momentos distintos, mas necessariamente interligados. Os dois primeiros transcorrem imediatamente na seara da produção enquanto tal:

(...) através do processo de valorização o capital, 1. conserva seu valor através da própria troca (a saber, com o trabalho vivo); 2. cresce, cria sobrevalor. Como resultado desta unidade entre processo de produção e de valorização, aparece apenas o produto do processo, isto é, o próprio capital como ele se origina como produto no processo do qual era pressuposição – como produto, que é valor, ou o próprio valor aparece como produto desse processo, e, com efeito, um *valor mais elevado*, porque conservado como mais trabalho objetivado que aquele o qual era originalmente. Esse valor como tal é *dinheiro* (MARX, 1983, idem).

Ou seja, há, por um lado, a troca, irremediável com o trabalho vivo, o elemento que traduz em efetividade o valor das condições de produção do valor na medida em que as usa, impedindo assim sua mera deterioração físico-temporal. E, por outro lado, como uma compensação ao capital, por transigir em que o valor assuma a forma pouco diáfana e nada abstrata dos valores de uso, há a posição de um valor a mais, de um *mais-valor* (*Mehrwert*). Trabalho cria objetos, coisas efetivas, de propriedades efetivas e imanentes, mas as quais são *coisas-valor*, *coisas-dinheiro*, elas são produzidas como tais como dinheiro. Duplicidade que não é posta por um ato da subjetividade dos agentes, mas, ao revés, é característica das coisas produzidas como mercadoria, como valor, como momentos do capital. Assim sendo, trabalho imediatamente produz, e se produz como, dinheiro. Não por certo ainda o dinheiro em sua pureza. O que tem por resultado um dinheiro que “*ist nicht als solches gesetzt*”, posto não na forma de puro valor, mas na de uma mercadoria de certo

preço, como algo que deve (*soll*) ser trocada para “*solche realisieren*”. Por tudo isso, “Como mercadoria ele deve 1. ser valor de uso e como tal objeto de carecimento, objeto de consumo; 2. trocar seu equivalente – em dinheiro – para vir a ser trocado. Na venda pode, primeiro, realizar-se seu novo valor” (MARX, 1983, *ibidem*). O que faz aparecer a circulação na determinação mais acima aludida, como momento do processo de produção/valorização. Momento de posição do capital como tal, “*Kapital als solches gesetzt wird*”, o retorno do capital à sua forma dinheiro, a rota inversa àquela da produção. A produção do capital pede a circulação enquanto seu ato de complemento, de efetivação de seu elemento característico, o valor, para pô-lo numa forma própria despida do peso da particularidade concreta dos usos e necessidades humanos. A circulação é como tal posta pela produção como exigência de dar ao valor uma existência social o mais pura possível. Demanda a qual a produção não pode, sob o risco de não realizar-se, eximir-se de responder afirmativamente. Deste modo então, o trabalho cria valor de uso para reproduzir o valor, e só pode fazê-lo dessa forma para colocá-lo a circular. Para impulsioná-lo ao jogo do ir e vir social no mercado, uma vez que em não tendo uso não é trocado, não circula, e, ao invés de realizar-se como dinheiro ao final, o valor feneceria.

O capital aparece assim no discurso marxiano não como uma coisa, a materialidade ou a objetividade própria das condições não são o problema, a questão é de outra ordem. O capital se revela, na analítica, como *forma* de ser social, como uma dada relação que institui ordens de determinação e de caráter. Determinação e característica das coisas, nelas como imanência formal, dação de modos específicos de existir que as fazem tal ou qual. Tal liame social emerge como unidade de momentos de interatividade que se integram, não sem problemas, pela via de seus rumos e veredas, os quais, dado o modo de ser intrinsecamente contraditório do capital, abrem desvãos que se alastram e dilatam na medida em que progridem em sua reprodutibilidade sem termo. Valorização que só é posta completamente, na plenitude de suas determinações, pela mediação da desvalorização, por isso,

No próprio processo de produção – onde o capital permanece constantemente pressuposto como valor – *sua valorização* aparecia como inteiramente dependente da única relação entre ele próprio como trabalho objetivado e o trabalho vivo; isto é da relação entre capital e trabalho assalariado. Mas agora como produto, como mercadoria, ele aparece

dependente da circulação, a qual é exterior a esse processo (MARX, 1983, idem).

Não por outra razão, no curso de sua análise, Marx irá surpreender o progresso prodigioso dos meios de produção e circulação, já tão característicos de nossos dias, como tendência irremediavelmente posta no horizonte da sociabilidade do capital. Não como uma sua pretensa tendência benevolente ao progresso humano, mas como modo de atingir a meta de tornar o menor possível o peso da necessária desvalorização de si (MARX, 1983, p.444-447). Tal elaboração analítica remete diretamente à questão do desenvolvimento das potências humanas de autoprodução, das forças produtivas, em sua relação tensional e contraditória com as formas de ser da interatividade social do capital. O que faz aparecer também como imperativo científico a natureza real das contradições aí instauradas, as quais em Marx, diferentemente do que ocorre na especulação filosófica em geral, não encontra uma solução epistêmica de cunho lógico, mas depende sempre dos complexos reais em questão. No bojo desta questão, cujo alcance escapa ao escopo deste passo de nossas considerações analíticas, se põe outra, mais que pertinente e decisiva, antes de tudo, de um ponto de vista científico: a da necessária natureza evanescente das formas sociais de ser e dos modos que estas integram em Marx.

III

Dinheiro, Circulação e Realização

O circuito de realização do capital, o qual inclui os momentos da valorização e desvalorização de si como necessidade, assim analiticamente desvendado, põe a figura do dinheiro como um dos elementos-chave do processo. Não como forma imediatamente apreendida dentro dos limites da prática comezinha do tráfico, no qual ele aparece enquanto um simples objeto ao lado das mercadorias, fazendo-as face sob o signo da exterioridade, mas como ele mesmo uma mercadoria. Mercadoria especial, mas que apenas realiza na forma da efetividade material, a objetividade social do valor, a determinação mais essencial e distintiva da mercadoria como *Elementarform* da riqueza. No percurso deste modo delineado, O dinheiro percorre o caminho de representante das mercadorias, enquanto valores, a representado pelas mercadorias. Não se afirma apenas como *médium* da troca de

mercadorias, ao contrário, ainda que sem deixar de sê-lo, expõe-se como momento objetivante do valor das mesmas. E como tal, se coloca como algo mais mediador simples do intercâmbio, se põe enquanto *telos* e substância do próprio intercâmbio das mercadorias. Converte-as em seus meios de vida, torna-as meras figuras de si, puros modos de ser do dinheiro, ele sim, agora, transmutado em momento preponderante. Assim sendo,

(...) como o valor de troca se pôs no dinheiro como *mercadoria universal* ao lado de todas as outras mercadorias particulares, o valor de troca se pôs ao mesmo tempo no dinheiro como mercadoria particular (pois ela possui uma existência particular) ao lado de todas as outras mercadorias (MARX, 1983, p.84).

O próprio dinheiro aparece então como uma mercadoria particular, entrando em contradição com sua determinação de coisa de trocabilidade absoluta universal (*allgemeinen unbedingten Austauschbarkeit*). Como no fundo ele é uma mercadoria retirada do circuito das trocas, em função de certas propriedades inerentes, cumpre o papel de *imago* do valor de troca, sob a forma duma coisa efetiva e material. Não obstante isso, uma mercadoria cuja principal característica, a de ser forma objetiva da trocabilidade universal das mercadorias, separa-a de todas as demais. Neste sentido, o dinheiro é:

(...) uma mercadoria como as outras e, ao mesmo tempo, não é uma mercadoria como as outras. Não obstante sua determinação universal, ele é uma coisa trocável ao lado de outras coisas trocáveis. Não é somente o valor de troca universal, mas é igualmente um valor de troca particular ao lado de outros valores de troca particulares. Aqui nova fonte de contradições que se fazem valer na práxis. (Na separação entre as atividades dos financistas das do comércio efetivo resultam novamente da natureza particular do dinheiro) (MARX, 1983, p.85).

Transubstanciação de forma socialmente posta que engendra contradições, em razão das determinações imanentes e inerentes ao processo mesmo e não como mera resultante de uma anomalia ou de um defeito contingente. E isso pelo fato de que há já no curso da relação necessária entre mercadorias e dinheiro, entre a objetivação do processo de valorização na forma da concretude e aquela da abstração objetiva, certa incongruência (*Inkongruenz*). Desencontro formal situado na dupla exigência posta no dinheiro. De que ele seja uma mercadoria como qualquer outra, entregue às mesmas condições de troca que as demais, e, ao mesmo tempo, ente de trocabilidade universal confrontando a trocabilidade

particular das diversas mercadorias, pela qual apague imediatamente o caráter próprio a cada produto. Incongruência devida necessária e inescapavelmente ao ser do próprio dinheiro, em virtude do qual,

(...) é imanente ao dinheiro cumprir suas finalidades negando-as ao mesmo tempo; de se autonomizar com relação às mercadorias; de meio que era, tornar-se um fim; de realizar o valor de troca das mercadorias, separando-se dele; de facilitar a troca dividindo-a; de suplantar as dificuldades da troca generalizando-as; de autonomizar as trocas frente aos produtores na proporção mesma em que os produtores se tornam dependentes da troca (MARX, 1983, *idem*).

Assim, tem-se a determinação recíproca entre dinheiro e mercadoria na circulação, posta já num momento anterior, aquele da produção. A circulação tão somente exprime em outro registro uma determinação imanente à mercadoria como forma universal, historicamente específica, da riqueza. Na circulação desta maneira, os dois termos da relação produzem, no decorrer da efetivação desta, a circulação um do outro, não obstante tenha cada um deles um curso inverso do outro. Desenvolvendo-se o intercâmbio das mercadorias, na direção de sua multiplicidade e multilateralidade, tem-se como seu forçoso acabamento, a circulação do próprio dinheiro. Neste contexto,

(...) na medida em que o dinheiro medeia a troca das mercadorias, isto é, aqui, sua circulação, onde ele é *instrumento da circulação, roda da circulação*; mas na medida em que, nesse processo, vem a circular, onde ele gire, onde siga um percurso e um movimento próprios, tem-se aí uma *circulação, circulação do dinheiro*, circuito do dinheiro (MARX, 1983, p.117).

O arco descrito pelo dinheiro corresponde, como forma pura da determinação do valor no corpo de um objeto particular, àquele desenhado pelo movimento das próprias mercadorias, ainda que o circuito de um e de outras não necessariamente se identifique, e, portanto, preserve certos traços próprios e distintivos. A circulação de mercadorias e a do dinheiro se condicionam (*bedigen sich*) reciprocamente. Reciprocidade que não significa anulação da ordem de determinações ou afirmação direta da indeterminação como regra do processo. Interdeterminação que se efetiva como relação entre dois termos que não se põem exatamente como causa e efeito, mas como elementos de uma configuração cujo caráter remete à expressividade categorial, conforme mais acima tratada. Por isso, a linha que o

dinheiro percorre depende de sua referência constante à circulação das mercadorias. Aqui, na análise do movimento do dinheiro em sua circulação, conceito (*Begriff*) é igual a forma (*Form*). O que não anula a especificidade de cada uma das determinações, de cada um dos momentos, das formas de ser efetivas, as quais mantêm sua distinção recíproca. O movimento processual é delimitado pelo caráter total do modo de produção (*Gesamtcharakter der Produktionsweise*). Portanto, “A circulação das mercadorias é a pressuposição original {*ursprüngliche Voraussetzung*} a da circulação do dinheiro” (MARX, 1983, p. 118). Disto pode inferir-se que o modo de produção se explicita como: 1) produção em geral, a totalidade da produção e 2) uma totalidade de momentos, articulação de formas de ser. Dentro dos contornos dessa organização, cuja matriz delineia um conjunto integrado e integrador de relações sociais, estas se revelam determinações de existência, particulares, concretas, bem como momentos dum processo.

Todo este movimento analítico que toma corpo dos *Grundrisse* se realizará em *O Capital* enquanto decifração ou desvendamento do *enigma do dinheiro*. O que Marx se propõe na analítica é elucidar o “segredo” da forma dinheiro. Perseguindo o desenvolvimento formal do valor, das suas formas mais simples àquelas mais complexas e “fulgurantes”, como o dinheiro – é o movimento de metamorfose do valor, em suas diferentes figuras que cabe ser compreendido, indo do abstrato ao concreto. Desse modo, não se trata de seguir a analítica a partir da suposição duma pretensa “sociedade mercantil simples”. Ao contrário, o que Marx tenta levar a cabo é a analítica das formas do valor em seu desenvolvimento, e não o mero desdobramento deste – a expressão dedução não guarda analogia total com seu sentido propriamente matemático – não é uma dedução analítica, com o seu necessário vezo tautológico. Não se trata ademais de uma genealogia do valor, mas da análise da mercadoria enquanto de forma de ser e, na consecução da mesma, do desvelamento das outras configurações categoriais que a integram. Trata-se de percorrer o seu desenvolvimento, do adensamento categorial, no decurso do qual se dá a emergência de novas determinações a cada passo. Por isso, o ponto de partida aqui é a relação mais simples, mais vazia de determinações, aquela transcorrida entre uma mercadoria e outra de tipo diverso. não se trata da descrição de uma sociedade de puros livre-cambistas, mas de *comprovar* (*nachzuweisen*) a gênese da forma dinheiro. Por conseguinte,

(...) duas mercadorias diferentes, A e B, em nosso exemplo linho e casaco, desempenham {spielen} claramente dois papéis diferentes. O linho representa seu valor no casaco, o casaco serve de material dessa expressão de valor. A primeira mercadoria desempenha um papel ativo, a segunda um passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo, ou se encontra na forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou se encontra na forma equivalente (MARX, 1998, 23, p.63).

É antes de tudo do acompanhamento das formas de ser do valor, de seus momentos mais simples àqueles mais repletos de determinações que se dirige a análise marxiana: a demonstração categorial da necessidade da forma dinheiro, posta já como pressuposição do movimento de intercâmbio das mercadorias.

A relação de valor de uma mercadoria a outra é a exposição da forma a mais abstrata da vigência do valor, momento este encontrado por abstração da série de outras formas de ser mais efetivas e complexas. Marx procederá a partir de então a analítica das formas do valor até alcançar a forma dinheiro enquanto forma culminante dum dado desenvolvimento categorial, como se segue: 1. simples, 2. total ou desdobrada e 3. geral, estando no cerne de cada uma destas, as formas valor relativa e equivalente. Entendidas estas duas últimas, enquanto determinações imanentes à série de metamorfoses pelas quais passa o valor, como formas de ser, duas funções, dentro da mesma relação, as quais as mercadorias assumem no interior da relação de valor, de expressão do valor, que só é possível numa outra mercadoria. Ou seja,

(...) forma relativa de valor e forma equivalente são mutuamente pertencentes, se condicionam reciprocamente, momentos inseparáveis, mas igualmente mutuamente excludentes ou extremos que se opõem, isto é, polos (*Pole*) da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diferentes mercadorias relacionadas umas às outras pela expressão de valor (MARX, 1983, p.118).

Aparecendo cada uma delas como forma da relação, onde a primeira, a relativa, concerne à mercadoria cujo valor é expresso, e a segunda, a equivalente, à mercadoria que fornece o material – seu *Warenkorps* – à expressão do valor da primeira. E isso porque uma mesma mercadoria não pode se apresentar (*aufreten*) nas duas formas na mesma expressão de valor. “Essas antes se excluem (*schließen sich*) polarmente” – o que constitui o cerne

tencionado da forma valor. A explicitação da determinação do dinheiro como forma por-si do valor se efetiva como desdobramento analítico da própria mercadoria, “*tal qual ela aparece*”, deixando de existir assim a aparente oposição abstrata entre mercadoria, tomada na sua multiplicidade, por um lado, e dinheiro, considerado positiva e isoladamente, por outro.

A analítica marxiana, ao fim e ao cabo, faz com que se revele no movimento de determinação em que emerge o valor e suas formas o próprio caráter efetivo da mercadoria, do *ausgangspunkt* do seu discurso científico. Nesse contexto, o acompanhamento analítico que desvenda o cerne categorial dos produtos do trabalho humano no modo de produção do capital. Na medida em que assim procede, Marx desvenda o valor como a determinação *par excellence* e preponderante das mercadorias. Assim, delimita-as em função das necessidades de realização do processo de vida do capital. Ato contínuo a isso, nega a aparente simplicidade abstrata do ponto de partida, do concreto imediatamente dado. As mercadorias perdem sua aparência de simplicidade, de efetivo enquanto objeto imediato da intuição e da representação, para se descortinarem como formas de ser complexas, cuja espessura categorial supera o conjunto de aspectos apreensíveis na prática social corrente. Deste modo, a mercadoria revela seu duplo. Dupla determinação de ser que se perfaz, num primeiro momento, como simultaneidade de valor de uso e de valor. O que as determina enquanto objetos marcados pela particularidade da sua produção e da sua destinação específicas e concretas, e como ser de valor, abstratividade objetiva de relações sociais. Por um lado, as mercadorias são valores de uso, com um conjunto de elementos e funções sediados no sua *forma natural*, no *Warenkorps*, enquanto forma objetiva, concreta, dada por suas qualidades específicas que definem ou delimitem sua utilidade. Por outro lado, são também, enquanto entes, de modo simultâneo, *Wertform*, *forma valor*. Forma que é igualmente objetiva, mas não reside na materialidade e na especificidade de cada um dos valores em particular, sendo esta “expressão da mesma unidade social” (*Ausdrücke derselben gesellschaftlichen Einheit*). Duas formas objetivas, mas de natureza diferente e oposta, as quais convivem no *concretum* da mercadoria. Desta maneira,

A objetividade de valor das mercadorias diferencia-se de Wittib Hurlig, pois, não se sabe por onde apanhá-la. Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, em sua objetividade de

valor não está contido (*geht*) nenhum átomo de matéria natural. Podemos por isso virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor, ela permanece imperceptível (*unfaßbar*) (MARX, 1983, p. 62).

O estatuto dessa duplicidade categorial não se define, diga-se *en passant*, como tudo o mais em Marx, enquanto mera característica epistêmica do discurso ou como produto de uma metodologia especial, mas como aspecto essencial da coisa, a *forma mercadoria*, faceada analiticamente. É a evidência dessa duplicidade, e não um receituário ou plano metodológico, que encaminha os passos que o próprio exame tem de seguir. Muito próximo à afirmação de Marx em *Introdução de 1857*, na parte intitulada *Método da Economia Política*, quando observa que se deve partir do concreto. Mas não deste na forma imediata, a qual permite, quando muito, uma visão caótica do todo, mas a partir da marcha das abstrações e sucessivas concreções, percorrer a uma viagem de retorno específica em que se compreendam as determinações que especifiquem as categorias (Cf. MARX, 1983, p. 34-35). Ou, nos termos de *O Capital*, *zurückkehren*, “retroceder” ou “retornar” (MARX, 1998, 23, *idem*). Assim a análise se desdobra na configuração de momentos que adensam categorialmente o objeto, a mercadoria, partindo-se exatamente das suas formas de aparição, do *concretum* imediatamente dado, aqui, a empiricidade das trocas, a multiplicidade e multilateralidade do intercâmbio. A seguir, têm-se um punhado de categorias ou formas de ser, como determinações do existente, isoladas por abstração, para, finalmente, voltar-se àquele concreto anterior. Não mais como *concretum imediatamente dado*, o que equivaleria proceder à maneira positivista ou por mero empirismo, como reunir de manchas sensório-pragmáticas, mas como reprodução do concreto em suas determinações. Concreto como momento de concreção das categorias, o empírico vazado pela analítica de suas formas de ser e o desdobramento das próprias formas em categorias cada vez menos abstratas e mais particularizadas, automeadiação da analítica. O qual fornece o metro e delimita o alcance de cada forma abstrata extraída do complexo, indicando a articulação das categorias. Articulação das categorias num todo que expresse intelectual e teoricamente a rica totalidade do concreto objetivamente existente, e não posta por uma série de procedimentos metódica ou logicamente encadeados. Neste caso em particular,

(...) as mercadorias possuem forma de valor comum – a forma dinheiro – contrastando muito claramente das variegadas formas naturais de seu valor de uso. Aqui cabe, no entanto, realizar, o que nunca foi tentado pela economia burguesa, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, portanto, perseguir o desenvolvimento da expressão de valor contida nas relações de troca das mercadorias, de sua figura mais simples sem brilho, até a ofuscante forma dinheiro. A relação mais simples de valor é claramente a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria de tipo diferente, qualquer que seja. A relação de valor entre duas mercadorias fornece, por isso, a expressão de valor a mais simples para uma mercadoria (MARX, 1998, 23, *ibidem*).

O que reafirma o momento da circulação como passo necessário do processo de produção do capital, na medida em que o valor na forma da mercadoria aparece ainda como “figura incompleta”, não realizada plenamente, determinada ainda pelo *Körper* da mesma, por isso, *nur potentieller Wert, nicht wirklicher*. Valor potencial ou sob uma forma ainda não plena, pois, ainda aprisionada numa entificação particular ou concreta. O dinheiro é, com sua duplicidade de determinações contraditórias, realização objetiva da forma social pura do valor e a circulação é o seu processo de vir-a-ser na efetividade. Somente com a circulação se dá o momento de passagem da potencialidade do valor à sua efetiva existência social como tal, o que constitui uma das marcas mais distintivas e essenciais do modo de produção do capital. Processo vital no qual o qual devém a si mesmo, pela série de metamorfoses, onde,

(...) o dinheiro se transformou em mercadoria, e na troca D-M, o consumo colocou termo ao processo; ou a mercadoria foi trocada por dinheiro – e na troca M-D, D acabava desaparecendo para ser ele mesmo trocado novamente por M se o processo finaliza de novo no consumo ou o dinheiro se retiraria da circulação e transformar-se-ia em tesouro morto e riqueza somente presumida (MARX, 1983, 442).

Como *tesouro morto (toten Schatz)*, o capital não se realizaria em sua completude, enquanto relação social de produção, cujo pressuposto é a reprodução ampliada de si através da produção e de seus circuitos. Por este motivo, o consumo, não obstante seja o momento de término do roteiro, não constitui o fim absoluto do processo. O consumo aparece aqui como etapa determinada do ciclo de formas do capital, fornecendo o escoamento do produto, sendo a passagem do valor-mercadoria ao valor enquanto tal, considerando-se o lado do capital. O consumo é o pretexto da transmutação do valor como

determinação imanente à mercadoria em dinheiro, em valor por-si objetivado, reificado. Dinheiro que será agora elemento reprodutor das pressuposições concretas do processo de valorização, uma vez transformado em condições objetivas e subjetivas de produção. Assim,

O processo de produção não pode começar de novo antes da transformação da mercadoria em dinheiro. A *constante continuidade* do processo, a passagem livre e fluida do valor de uma forma a outra, ou de uma forma do processo a outra aparece como condição fundamental da produção fundada no capital, a um grau totalmente outro que nas formas anteriores de produção (MARX, 1983, p. 441).

Tal observação marxiana indica o caráter próprio ao modo de produção do capital, o qual se dirige, em última instância e como pressuposto, à reprodução constante e sempre crescente de si, pela via do incremento geral da riqueza na forma concreta das mercadorias. Realização ampliada do pressuposto geral da produção que exige como se vê a troca multilateral de mercadorias, a circulação do produto, seja sob a forma da multiplicidade de objetos de uso, portadores de valor, seja naquela do dinheiro, ou valor por-si. Na ausência da categoria da circulação, da vigência do valor como valor de troca,

A mercadoria não se conservaria mais como dinheiro, tampouco o dinheiro se conservaria como mercadoria; cada seria um ou outro. O valor como tal não se conservaria na e pela circulação como preponderante (*übergreifend*) sobre seu processo de transformação, sua mudança formal; e o próprio valor de uso (diferentemente do que se passa no processo de produção do capital) não se produziria pelo *valor de troca* (MARX, 1983, p. 442).

Tal relação entre as instâncias da produção e do consumo, na sua interdeterminação particular, onde o segundo termo aparece como momento inevitável e posto como necessidade vital da própria produção. Portanto, longe do aparente caráter de contingência. A produção não é entendida por Marx possuindo um caráter eterno ou imutável da interatividade social, mas como forma histórico-social de ser. O que aponta para a natureza eminentemente histórica do capital e de suas categorias. A circulação se configurando como momento essencial do processo é típico do moderno mundo do capital. Pois, diferentemente do que ocorria em outros modos de produção, a circulação é “a passagem livre e fluida (*das ungehinderte und flüssige Übergehn*) do valor de uma forma a outra ou

de uma fase do processo a outra, aparece como condição fundamental da produção fundada sobre o capital” (MARX, 1983, p. 441). Não é mais um momento meramente acessório, contingente ou convencional (Aristóteles), mas uma mediação essencial à produção, médium da realização do valor.

A questão em tela nos remete a outra, de natureza mais geral, a do estatuto das categorias frente ao decurso histórico concreto. Ou seja, o problema da existência histórica das determinações nas diversas modalidades de articulação social, ou *modos de produção da vida humana* conforme historicamente se configuraram. Páginas antes das acima abordadas, Marx observa a respeito do surgimento do contexto histórico marcado pela separação entre trabalho, na forma do trabalho assalariado, e condições de produção, como capital, que,

O que nos interessa, inicialmente, é o processo de dissolução que transforma uma massa de indivíduos de uma nação etc., em trabalhadores assalariados *δυνάμει* livres – isto é, indivíduos aos quais somente sua falta de propriedade coage ao trabalho e à venda de trabalho – não implica de outra parte que as fontes anteriores de rendimentos ou, em parte, as condições de propriedade desses indivíduos hajam desaparecido, mas, inversamente, que só sua utilização haja mudado, que seu modo de existir tenha sido transformado, seja passando-o a outras mãos, mas enquanto tal como fundos livres, ou mesmo que permaneça em parte nas mesmas mãos (MARX, 1983, p. 410).

Em outros termos, a alteração histórica instaurada pela emergência da ordem societária do capital se configura como algo que uma simples troca de proprietários, no caso das condições objetivas de produção, ou de função, no que tange ao caráter do trabalho. Significou antes de tudo uma verdadeira redefinição categorial no modo de dar-se concretamente a produção.

Trata-se de uma *transformação*, no sentido o mais rigoroso da palavra. O *modo de existência (die Art ihres Dasein)* dos elementos da produção foi profundamente mudado, no sentido de que o conjunto de determinações que perfazem a produção passa a assumir uma forma histórica de ser totalmente diferente da anterior. Redefinição da ordem do ser das categorias, onde, simultaneamente, homens e coisas se determinam como entes subsumidos às necessidades de reprodução ampliada do capital. O que é deveras diverso do que se

verificava, por exemplo, na sociabilidade feudal. Deste modo, os elementos do processo de produção,

(...) existem ainda, mas sob outra forma; como fundos livres, sobre os quais se extinguiram todas as antigas relações políticas etc., e que confrontam a estes indivíduos separados e privados de propriedade tão somente sob a forma de valores, valores fielmente atados a si mesmos (MARX, 1983, idem).

O que se vê surgir com o capital é o aparecimento de uma nova modalidade de relação social na qual se inserem os indivíduos sociais, sua atividade e os produtos desta. Não mais como destinados, todos, à manutenção ou subsistência de um grupo comunitário, mas à produção sempre em escala cada vez mais ampliada, à criação de riqueza.

Verdadeira reelaboração das determinações no curso da qual, estas permanecem sendo, mas o seu existir concreto passa a delimitar-se por outras pressuposições. Totalidade articulada que as define como momentos de um processo cujo caráter específico é capturado analiticamente por Marx pela categoria *modo de produção*. Modo de produção seria, portanto um dado quadro em cujas fronteiras e por seus próprios limites as categorias da produção assumem uma específica configuração, se relacionam umas às outras, se condicionando reciprocamente, dando vida e contornos a uma articulação histórica concreta e determinada. Pode-se mesmo entrever no discurso marxiano um *jogo* ininterrupto entre identidade e diferença no caráter e vigência das categorias da produção da vida humana. Assim, a identidade residiria no imediato *Dasein*, na existência direta, no seu *estar-aí* de condições e indivíduos sociais. A diferença remeteria ao modo específico pelo qual adquire sua forma de ser adequada a uma dada configuração histórico-particular da produção social (dinheiro, trabalho assalariado, crédito). Como em todo jogo, os termos ou as suas partes integrantes não podem manter-se em separado, mas têm de se conectar dentro de certos padrões, os quais aqui estabelecem a necessária subsunção efetiva dos primeiros a formas de ser particulares e concretas. Não é preciso uma perspicácia extraordinária para perceber que, para o *modus* científico marxiano, a determinação da diferença constitui o principal alvo de qualquer intelecção teórica. Uma vez que sem a qual se recairia naquilo que Marx ironicamente denominava *sabedoria dos economistas* (MARX, 1983, p. 23). Especial talento que consiste em solenemente apagar todos os traços de diversidade efetiva entre as

formas históricossociais de produção para afirmar os caracteres abstratos isolados pela cognição. Desta maneira, conferindo à universalidade da abstração uma natureza absoluta e a-histórica, este modo de proceder acaba fixando aspectos e lados da coisa em sua imediatidade, sem atentar para o que a faz ser parte de um dado complexo categorial efetivo. Desta maneira, por um lado, qualquer forma de trabalho pretérito acumulado e objetivado num certo produto vira capital, independentemente da época histórica, e, por outro lado, o próprio capital é tornado mero *quantum* de trabalho realizado. O que se perde é exatamente a determinação da *differencia specifica*, a qual constitui quase que uma obsessão científica da reflexão marxiana. Por conseguinte, da mera existência histórica de dinheiro, trabalho assalariado, trocas etc. em outros períodos anteriores ao do capital, não se pode inferir a igualdade de seu estatuto categorial. Tais categorias existiram antes do capital, mas sua existência ou vigência, em âmbitos limitados, possuíam um sentido de todo diverso, e em alguns casos até oposto, àquele característico da ordem social do capital.

Não é outro o escopo da analítica marxiana senão a captura do caráter particular da produção capitalista. E isso abrange não apenas a enumeração das formas de ser que integram e determinam o capital, mas, e acima de tudo, a própria integralidade do processo de ser do capital como relação e modo históricos de produção. Sendo assim,

(...) o processo de produção global do capital inclui tanto o processo de circulação propriamente dito quanto o processo de produção. Eles constituem as duas grandes seções de seu movimento, e aquele aparece como a totalidade desses dois processos. De um lado, é o tempo de trabalho, de outro, tempo de circulação. E a totalidade do movimento aparece como unidade do tempo de trabalho e do tempo de circulação, como unidade da produção e circulação. Essa unidade mesma é movimento, processo. O capital aparece como essa unidade em processo de produção e circulação, uma unidade que pode ser considerada, tanto como seu processo de produção como um todo, quanto o decorrer determinado de *uma* rotação do capital, de *um* movimento retornando em si mesmo (MARX, 1983, p. 520).

Duas grandes seções (*zwei großen Abschnitte*) que somente têm sua pertinência revelada quando apresentadas na articulação que tomam parte, tornando o conjunto vertebrado e pondo-se como termos de uma relação dinâmica que se reproduz pelos veios abertos e desenhados pelo movimento como um todo. Produção e circulação se configurando enquanto momentos de um complexo categorial unitário, no seu condicionamento recíproco

e na sua mútua exigência enquanto passos necessários de realização, de um pelo outro, bem do processo como um todo, constitui a *differencia specifica* do capital tomada por seu lado mais totalizante. A apresentação discursiva desta relação entre produção e circulação, na ordem de determinações precisa, indica o percurso pelo qual o capital se torna capital, conceitualmente (*begrifflich*), seu circuito (*Unlauf*). Deste modo,

(...) as fases pelas quais passa o capital, que constituem o circuito do capital, começam conceitualmente com a transformação do capital em condições de produção. Mas agora, não tomaremos o capital em devir, mas o capital devindo, o qual atravessa as seguintes fases: 1. criação do mais-valor ou processo de produção imediato. Seu resultado, o produto. 2. o produto é levado ao mercado. Transformação do produto em mercadoria. 3. α) entrada da mercadoria na circulação ordinária. Circulação da mercadoria. Seu resultado: transformação em dinheiro. Esse aparece como primeiro momento da circulação ordinária. β) reconversão do dinheiro em condições de produção; circulação do dinheiro; na circulação ordinária, a circulação de mercadorias e a circulação de dinheiro aparecem repartidas entre dois sujeitos distintos. O capital circula primeiro como mercadoria, depois como dinheiro e vice-versa. 4. renovação do processo de produção, que aparece aqui como reprodução do capital original e processo de produção do capital a mais (MARX, 1983, p. 519).

A imagem do circuito tem aqui especial importância na medida em que aponta a natureza eminentemente reprodutora ou autoreprodutora da interatividade do capital. Circuito, pois que ponto de partida e de chegada, de certa maneira, ambos coincidem abstratamente. Mas tão somente abstratamente, na medida em que a identidade dos extremos se nega pelo aparecer da ponta final como um novo início incrementado por todo o seu movimento. No começo, transformação (*Verwandlung*) do dinheiro em condições de produção, momento no qual emerge como capital, com a inescapável relação sua para com o princípio subjetivo da produção, a força de trabalho individual viva. No pôr-se do dinheiro como condições de produção/valorização e enquanto tratante com o trabalho, se dá a posição propriamente do capital em oposição às formas do entesouramento monetário ou da riqueza apenas presumida. A virtualidade do valor no dinheiro se coloca como potência ativa ao mobilizar pressupostos objetivos e subjetivos de produção. Este é o movimento de vir-a-ser capital (*werdenden Kapital*) que se distingue como processualidade se efetivando do seu turno final/inicial enquanto capital tornado (*geworden*) capital, comandando um

novo ciclo de sua reprodução. Entre o tornar-se e o tornado se situa toda a diferença dos momentos constitutivos do capital, os quais, ambos, enquanto determinações movidas e moventes são formas da mesma relação social, e não duas coisas ou dois tipos de capital.

É neste sentido, e somente nele, que se pode falar, pois, de distinção entre, por exemplo, capital *fixe* e *circulant*. Compreendido o movimento de vir-a-ser das formas do capital, determinações como *fixe* e *circulant* perdem a aparência de coisas externas ou de duas formas de capital, para se revelarem como determinações formais do capital, de um mesmo capital. Por um lado,

(...) o valor, predominando sobre as diferentes fases desse movimento, nele se conservando e se reproduzindo, como sujeito dessas mutações que se desenrolam em um circuito circular – como espiral, um círculo que vai se ampliando – o capital é *capital circulant*. *Capital circulant* não é, portanto, nenhuma forma particular do capital, mas é o capital numa determinação mais desenvolvida como sujeito do movimento descrito, que ele mesmo é como seu próprio processo de valorização (MARX, 1983, p. 520-521).

Assim sendo, o capital circulante não é um tipo de capital, entendido este como uma coisa, por exemplo, as condições de produção, mas é a mesma relação social corporificada e expressa em dinheiro, que circula e cumpre suas funções na reprodução do sistema de produção. É a forma social da produção no seu movimento de ampliação e realização, o desenvolvimento do valor, já contido e expresso como determinação da mercadoria, agora como movimento e não mais como característica do valor de uso. É o próprio movimento de independência do valor frente às suas formas particulares. Por outro lado, é, também,

Capital não-circulante. *Capital fixo*, precisamente, capital *fixado*, fixado numa das diferentes determinidades, fases que ele tem de percorrer. Tanto quanto ele persista numa dessas fases – a própria fase não aparece como passagem fluida – e cada uma tenha sua duração, ele é fixo, não circulante (MARX, 1983, p. 521).

É uma determinação oposta a anterior, mas a ela relacionada como sua antítese necessária e inevitável. É o capital posto numa determinação imediata e concreta, enquanto mobilize trabalho vivo no uso dos meios, por exemplo. Da mesma maneira que a anterior, também não constitui uma categoria própria, mas uma dada *função social* na produção, um momento no processo unitário de reprodução, a qual abarca a produção e a circulação. São

as duas *determinações formais (formelle Bestimmungen)* distintas da mesma relação social objetivada, modos de aparição obrigatórios em função da particularidade própria à produção do capital, enquanto processo de criação e de circulação do valor em escala cada vez mais ampliada. Como círculo de reprodução sempre crescente de si mesmo, o seu princípio, sua pressuposição, não é o da manutenção de uma dada forma num patamar específico, mas o seu incremento virtualmente infinito e sem peias. Daí o impulso que o faz percorrer todo o circuito de sua reprodução, para retomar-se como momento de produção do *mais-valor* adensado e desenvolvido pela circulação. Deste modo,

O mesmo capital aparece, por isso, sempre, em ambas as determinações, que se expressa em que uma das suas partes aparece sob uma condição, a outra sob uma outra; uma como imóvel, a outra como circulante, circulante não no sentido aqui nomeado, como se o capital se encontra numa *fase da circulação propriamente dita* em distinção da *fase da produção*, mas que na fase em que se encontra, ele se encontra na fase *fluida*, como se processando, como se transladando a uma outra fase; em nenhuma emaranhada como tal e assim contida em seu processo global (MARX, 1983, p. 522).

Por conseguinte, o modo de existência adequado ao capital é definido exatamente pela articulação das suas determinações de ser, não obstante sua negação recíproca, como momentos de integração daquele vir-a-ser, como, p.ex., o são os momentos de valorização e desvalorização. Articulação que não é mera justaposição ou “coexistência” (Nebeneinanderbestehens), mas é a posição daquelas “em permuta” (wechseln sie ab) constante.

As duas determinações formais do capital são duas das suas formas de ser, assim como a forma mercadoria e dinheiro. A mercadoria existe enquanto *Momento potentialer als Kapital*, uma expressão do *Lebensakt des Kapital*. Seja como mercadoria, e assim, formalmente, quando convertida em dinheiro e, desse modo, comprador de força de trabalho. Seja como elemento do processo de produção, e dessa maneira, materialmente. Seja, por fim, por fim, como dinheiro, como das *realisiert Kapital, Kapital als realisiert Wert*, capital por excelência; ou ainda como meio de circulação, na compra de mercadorias para o processo de produção/valorização, uma *verschwindende Vermittlung*. É um movimento de realização do valor como capital que se dá nas diversas fases do circuito, o

qual inclui a circulação como um dos seus passos essenciais. O ato vital do capital somente se cumpre passando por esta mediação necessária, processo de metamorfose que, ao final, reproduz de modo maximizado as condições iniciais. Ao contrário do modo habitual da economia política, o momento da circulação não é uma antítese abstrata da produção, pois, ainda que, marxianamente, esta não possa crescer ou gerar novo valor, ela não é, para o capital, *bloß äußerliche Operation*. Ao contrário,

Assim como é pelo processo de produção que ele vem a ser, na medida em que o valor por meio dele se pereniza e se incrementa, assim ele vem a ser uma pura *forma* de valor – na qual são apagadas as pegadas de seu devir e de seu existir específico no valor de uso – somente reconfigurado por meio desse primeiro ato de circulação, enquanto repetição deste ato, isto é o processo vital [do capital] pode apenas por meio do segundo ato de circulação, na troca havida de dinheiro por condições de produção e constitui a introdução aos atos de produção (MARX, 1983, p. 538).

Esta, a circulação é o momento, portanto, onde *so wird es in die reine Form des Werts*, pois, são aí apagados os traços de seu vir-a-ser (*werdens*) e seu existir específico (*sein spezifisches Dasein*) no valor de uso. Logo, a circulação está contida, portanto no conceito de capital (*die Zirkulation gehört also in den Begriff des Kapital*), como movimento constituído de metamorfoses sofridas pelo capital, é a circulação uma condição, determinada, do processo de produção, e, por conseguinte, também resultado deste último. Momento determinado pela forma da produção, mas que, como movimento imediato, funciona como um nevoeiro (*Nebel*), que oculta (*versteckt*) o conjunto de conexões (*Zusammenhängen*) e relações do capital. Nessa relação entre determinante, a produção, e determinada, a circulação, a qual é a que se dá imediatamente, o tráfico social do capital, cabe destacar dois pontos: 1) Posição do capital in der *Form des Produkts*, pela qual ejeta ou lança (*herausstößt*) o valor de seu círculo, fazendo-o circular; e 2) Transformando assim um outro produto em um de seus *Daseinsmomente*. E isso porque “o movimento de metamorfoses que ele tem de perfazer aparece agora como condição do próprio processo de produção; igualmente como seu resultado” (MARX, 1983, idem).

O descortino do circuito de realização do capital, pela via das várias fases e transições formais do processo unitário de produção/circulação permite ver que ao fim e ao cabo se trata da metamorfose do *tempo social de trabalho*. Processualidade real onde as

qualidades de *fixe* e *circulant*, por exemplo, dependem do lugar e da função em cada parte do dito roteiro. Alterações formais do valor em sua efetivação como capital, que nada mais são que desenvolvimentos de tempo de trabalho e atividade sociais em formas de ser, em relações objetivas e objetivadas, que se tornam independentes, ganham autonomia frente aos indivíduos sociais. Sendo assim, mesmo no processo transcorrido sob a tutela do capital,

O trabalhador acrescenta de início ao valor do material e do instrumento, por intermédio da utilização dos instrumentos como instrumentos e da formatação do material, tanto um novo trabalho = tempo de trabalho contido em seu próprio salário; o que acrescenta a mais é sobretrabalho, sobrevalor. Mas por meio dessa simples relação, em que se utiliza o instrumento como instrumento e se põe o material como material do trabalho, por meio desse simples processo entram em contato com o trabalho, postos como seu meio e objeto e então como objetivação do trabalho vivo, são postos como momentos do próprio trabalho, vem a ser conservados não na forma, mas na substância, e esta substância é, economicamente considerada, tempo de trabalho objetivado (MARX, 1983, p. 277).

Portanto, o capital perde sua aparência fetichista, de coisa possuidora de poder, para desvelar-se como relação social objetivada, na qual o tempo de trabalho social ganha, ao objetivar-se como produto privado, autonomia. Não é o capital o momento substancial da produção, como aparecia na economia política, mas sim a atividade sensível dos indivíduos sociais, com a rede de interatividade social que a caracteriza.

Além disso, outro aspecto importante é o fato de valor de uso e de valor – na forma relacional de valor de troca – serem ambas as formas nas quais aparecem os elementos e produtos da atividade. Duas formas divergentes, mas necessárias, como momentos do capital. O que nega certa maneira de entender a teoria marxiana bastante difundido, pela qual o valor de uso se encontra excluído das considerações. Ora, nada mais falso, na medida em que na relação entre trabalho vivo e morto, no simultâneo processo de produção e valorização, se dá, por um lado, a utilização de um valor de uso particular em sua especificidade, o consumo da força de trabalho como ente de utilidade. Por outro lado, nesta utilização, se conserva o valor de uso, e o valor, das próprias condições, se impede sua depreciação por desgaste improdutivo. Por conseguinte,

Na medida em que o trabalho vivo transforme aquele por intermédio da sua efetivação no material, uma transformação, a qual por meio da finalidade determina o trabalho e bem como atividade adequada ao fim – (uma transformação que não é como o pôr no objeto morto, a forma como exterior à matéria, simples aparência fugidia de seu existir) –, o material então vem a ser conservado numa forma determinada, a mudança material é subsumida a matéria e a finalidade do trabalho. O trabalho é o fogo vivo conformador, a perecibilidade das coisas, sua temporalidade, como sua formação por intermédio do tempo vivo. No processo de produção simples – abstração feita do processo de valorização – utiliza a perecibilidade das coisas, a fim de pôr sua utilidade (MARX, 1983, p. 278).

Evidentemente, se dá concomitantemente a valorização, na medida em que os elementos a serem transformados são eles mesmos valores. O valor destes deve ser conservado, reproduzido, incrementado. O que não elimina a conservação do valor de uso pela mobilização da qualidade particular, produtora de valor, da força de trabalho, ao contrário, a pressupõe.

IV

O Capital como Totalidade

O circuito de efetivação do capital se revela então como totalidade das formas do valor, como série de metamorfoses da temporalidade social da produção objetivamente posta na forma mercadoria e objetivada como dinheiro, preço etc. A relação contraditória das formas de valor revela então sua dimensão de efetivação desta própria forma de ser. Conjunto de transmutações que se operam já nos momentos mais abstratos, conforme descritos em *O Capital*, no que respeita à forma valor equivalente. A forma equivalente é a forma da permutabilidade (*Austauschbar*) imediata de uma mercadoria com outra. É esta *uma forma peculiar de valor (eine eigentümliche Wertform)*, cujo caráter se desdobra numa tripla determinação. Em primeiro lugar, o valor de uso se torna forma de aparição de seu contrário, o valor. O equivalente como forma de representação duma determinação puramente social, duma forma social de ser das coisas como mercadorias, o valor. Representação assim de uma dada relação social específica. A peculiaridade que parece imprimir à mercadoria posta nessa posição ou função social o caráter de equivalente como uma sua propriedade intrínseca. A aparência de “naturalidade”, de pertencer à coisa por-si

mesmo, como um caráter imanente, da mesma maneira que as propriedades concretas que dela fazem valor de uso. Em segundo lugar, O trabalho humano concreto torna-se forma de aparição de seu contrário, o trabalho humano abstrato, como já pode ser evidenciado a partir da relação entre o *Warenkorps* da mercadoria-equivalente e o valor da outra mercadoria. Tendo em vista as determinações apreendidas a partir da análise da própria forma mercadoria, onde a presença contraditória e essencial de valor de uso e valor denuncia a existência duma dupla determinação da própria atividade. E, por conseguinte, finalmente, o trabalho privado, particular, específico de uma modalidade dada de atividade produtiva se converte, na própria relação, em seu contrário, trabalho imediatamente social (Cf. MARX, 1998, 23, p. 70-73). Deste modo, no confronto de duas mercadorias, confrontam-se não apenas coisas de tipos diversos na figura abstrata de valores. Mas, antes de tudo, atividades concretamente diversas que as produziram, mas agora como simples atividades produtoras de valor, reduzidas a um comum gasto social de tempo de trabalho, cuja diferença é apenas no que é mensurável, na quantidade de sua duração. O valor e o capital são, cada um a seu modo, segundo as fases de produção e reprodução da riqueza, formas sociais gerais, universalidades da atividade produtiva, não obstante seu caráter inerente e objetivamente estranhado.

O conjunto articulado destas metamorfoses do tempo social de trabalho é que pode ser observado na analítica marxiana que tem por centro a determinação precisa das formas de ser do valor, partindo da simplicidade, aparente, da relação de valor. A relação de valor se apresenta como expressão efetiva da forma valor simples, na figura do valor de troca. Este último se determina então, diferentemente de ser uma categoria imanente, antes como *expressão autônoma (selbständig Ausgedrückt)* do próprio valor. Como o afirma Marx, em *O Capital*:

A forma valor simples de uma mercadoria está contida em sua relação de valor com uma mercadoria de tipo diferente ou na relação de troca com a mesma. O valor da mercadoria A vem a ser qualitativamente expresso por meio da sua trocabilidade imediata da mercadoria B com a mercadoria A. Vem a ser expresso quantitativamente por meio da trocabilidade de um determinado quantum da mercadoria B por dado quantum da mercadoria A. Em outras palavras: o valor de uma mercadoria é expresso de maneira autônoma por meio de sua representação como ‘valor de troca’ (MARX, 1998, 23, p. 74-75).

O valor de troca é uma *representação (Darstellung)*. É uma forma de ser fenomenal posta apenas na relação de valor, uma forma “derivada” daquela determinada pelo valor. A determinação inerente à forma da mercadoria é o valor, uma determinação qualitativa, não proporcional. Daí a crítica aos economistas, tanto mercantilistas quanto livre-cambistas, os quais, cada um a seu modo, ressaltam unilateralmente ora a forma equivalente, *die qualitative Seite des Wertausdrucks*, ora a relativa, *die quantitative Seite*. A relação de valor expressa no confronto entre duas mercadorias, onde uma vale como valor de uso e outra como valor de troca, a natureza antitética da própria forma mercadoria, da unidade contraditória de valor de uso e valor. A relação de valor expressa na concretude imediata a síntese de determinações que preside e conforma a mercadoria como *figura imediata* da riqueza. Figura imediata da qual o segredo reside na natureza histórica da própria interatividade humana, e não num atributo inerente à coisa enquanto particularidade concreta, em sua *forma natural*. Desta maneira,

O produto do trabalho é, em todos os estágios sociais, objeto de uso, no entanto apenas numa época determinada do desenvolvimento histórico, a qual apresenta o trabalho despendido na produção de uma coisa de uso como sua propriedade ‘objetiva’, isto é como seu valor, transforma o produto do trabalho em mercadoria (MARX, 1998, 23, p. 76).

O capital aparece aqui também, enquanto modo da produção, dando a modulação histórica específica ao caráter social da atividade humana. Para resumir, *forma simples de valor = forma simples do produto do trabalho, no mundo do capital*.

O curso da argumentação marxiana se destinará a expor como, através de uma série de *metamorfoses (Metamorphosen)*, a forma valor simples se transmutará em formas mais complexas. Partindo daquela primeira, insuficiente por definição para expressar concretamente o multiverso possível das relações do valor, este irá passar por um conjunto de alterações formais, indo da sua forma abstrata, *forma embrionária (Keimform)*, até a forma preço, dinheiro etc.

A primeira destas metamorfoses é a que se dá na forma valor simples em direção àquela do dinheiro por meio da total ou desdobrada. Esta última desempenha no processo o papel de mediação essencial. Deste modo,

(...) a forma valor individual passa por si mesma a uma forma mais completa. Por meio da mesma, o valor de uma mercadoria A vem a ser expresso certamente apenas numa mercadoria de outro tipo. Mas qual é o tipo dessa segunda mercadoria, se casaco, ferro, trigo etc., é totalmente indiferente. (...) O número de suas possíveis expressões de valor é limitado apenas pelo número de tipo de mercadorias diferentes dela. Sua expressão de valor transforma-se por isso em uma série sempre ampliável de diferentes expressões de valor simples (MARX, 1998, 23, idem).

O valor não se acha mais expresso na relação de uma dada mercadoria individual com outra mercadoria, mas com o conjunto variegado das mercadorias, sua relação ao *mundo das mercadorias* (*Warenwelt*). Para além da forma simples, mais abstrata, agora é o multiverso das expressões de valor, onde as mercadorias aparecem verdadeiramente como *Gallerte unterschiedsbar menschlicher Arbeit*. É este complexo de relações que dirige o exercício analítico marxiano, porque preside o desenvolvimento efetivo das formas do valor. No interior deste complexo, “O valor de uma mercadoria, do linho, por exemplo, é agora expresso em inumeráveis outros elementos do mundo das mercadorias. Qualquer outro corpo das mercadorias torna-se espelho {*Spiegel*} do valor do linho” (MARX, 1998, 23, p. 77). O *espelhamento* por meio do qual o valor de uma mercadoria se revelava através do seu confronto com o seu avesso, o valor de uso, em uma outra, se multiplica e o *tempo de trabalho social* se expressa explicitamente como independente da forma concreta do valor de uso, bem como do trabalho útil que o insuflou como alma da mercadoria. Uma forma mais abrangente e complexa do valor. A qual não causa mais a impressão enganosa de pressupor-se uma sociedade mercantil simples. Pura aparência enganosa da forma mais abstrata do valor, indicando a vigência mesma do valor que “regula” (*reguliert*), mas não necessariamente “equilibra”, as relações de troca das mercadorias.

A forma valor geral, ao contrário das duas anteriores, é a forma apropriada da efetividade das trocas, forma mais completa e complexa. Ela constitui o *Konkretum* da qual parte a analítica marxiana no esforço de investigação do capital. E isto, não obstante ser ela, no modo de exposição, *Darstellungsweise*, o ponto de chegada. Concreto pensado, desvelado teoricamente em sua riqueza de determinações, e não apenas como o *factum* empírico das trocas cotidianas. Descortina-se assim como síntese de determinações que as conforma e delimita-as como *relação de valor*. Neste contexto, dinheiro surge como forma

realizada do valor. Figuração empírica da forma geral, onde se fundem, por meio da sociabilidade do intercâmbio das mercadorias, a permutabilidade imediata, a forma equivalente geral e a forma “natural”, concreta da mercadoria, “o ouro”, que a isso serve. O ouro torna-se assim mercadoria-dinheiro exatamente por ter, como todas as outras mercadorias, funcionado como equivalente individual, particular ou geral, num conjunto de processos sociais que o excluíram progressivamente do próprio mundo das mercadorias. O que aparece neste passo, de modo tão fulgurante quanto o seu próprio brilho metálico, é a objetividade do duplo caráter social, coisas úteis e valor. Por conseguinte, não se trata do resultado duma simples atribuição subjetiva de valor, nem duma forma lógica das trocas, da trama gramatical do fetiche. Ao contrário, esta última é que deve ser entendida como expressão imediata daquele duplo caráter social objetivo. Antes de tudo, o duplo caráter se refere às formas sociais de ser que os produtos da atividade assumem num dado momento histórico, de um lado, objeto da necessidade social, de outro lado, objetivação dispêndio de força de trabalho humana *sans phrase*, trabalho abstrato. Como o afirma Marx,

(...) o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes uns dos outros, consiste na sua igualdade (*Gleichheit*) como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor (*Wertcharakters*) dos produtos do trabalho, aparece (*erscheint*) a cada um dos embaraçados (*Befangenen*) às relações (*Verhältnissen*) de produção de mercadorias, do mesmo modo que antes dessa descoberta, tão definitivo (*endgültig*) quanto a decomposição científica do ar em seus elementos deixa perdurar a forma do ar como forma de corpo físico (MARX, 1998, 23, p. 77).

Frise-se, tal caráter não é um *parecer*, um problema de angulação do sujeito ou um erro de avaliação, mas um *aparecer*, o modo como a sociabilidade do capital se mostra imediatamente, como qualidade imanente e inerente aos produtos.

Outro não é, pois, o sentido contido na crítica marxiana à proposta de reforma dos bancos defendida por Darimon, que abre os manuscritos dos *Grundrisse*. A resposta adequada à posição pretensa crítica deste último exigiu de Marx a elucidação completa da complexidade da forma dinheiro. Forma esta, na qual o valor se apresenta destituído, ou melhor, completamente liberado das determinações particulares, que o aprisionavam junto ao valor de uso. Figura fulgurante, inebriante, da qual seu brilho intenso ofusca e oculta seu

verdadeiro cerne. Núcleo determinativo comum de todos os produtos do trabalho humano na forma mercadoria, no modo de produção capitalista. Neste sentido, “O ouro e a prata são mercadorias como as outras. O ouro e a prata não são mercadorias como as outras: como instrumentos de troca universal, são mercadorias privilegiadas as quais degradam as outras mercadorias justamente em virtude desse privilégio” (MARX, 1983, p. 62). Tal é o modo como com Darimon se expressa a contradição interna à forma de ser da riqueza, uma antítese vazia e sem determinação, na qual os termos preenchem e são preenchidos com conteúdos totalmente contingentes. Por isso, a solução lhe parece ser simplesmente declarar como ilegítimo o direito de ouro e prata desfrutarem como dinheiro do monopólio de mediação das trocas. O que, do ponto de vista de Darimon, equivaleria a declarar nulo o próprio dinheiro, fazendo da totalidade das mercadorias, elas mesmo em sua multiplicidade, também dinheiro. Desta maneira, sua proposta,

(...) eleva todas as mercadorias ao monopólio que apenas o ouro e a prata possuem exclusivamente. Deixai existir o Papa, mas fazei de cada um, um Papa. Suprimis o dinheiro transformando todas as mercadorias em dinheiro e dotando-as todas das propriedades específicas do dinheiro. Aqui, pode-se perguntar justamente se o problema não exprime sua própria absurdidade, e se, por isso, a impossibilidade de sua solução não reside já nas condições postas em seu enunciado (MARX, 1983, idem).

Marx diagnostica na posição da própria questão a sua insustentabilidade como problema teórico e prático. A partir do suposto da distinção absoluta entre mercadoria e dinheiro, como duas substâncias ou coisas absolutamente separadas e independentes. O propugnador seria, assim, vítima da dupla aparência dos produtos como mercadoria. De um lado, as mercadorias seriam apenas um resultado, produtos, do trabalho humano, privado e diferenciado. A troca mesma seria uma contingência, existindo ao lado, como elemento exterior à produção. O que significa a cisão dos momentos unitários do circuito de realização do valor e, da consequente, reprodução do capital.

Na sequência se põe a questão sobre seus próprios pés, escapando-se da imediata e aparente exterioridade entre produção de mercadorias e circulação, entre mercadorias e dinheiro:

(...) o sistema de trocas burguês não faz necessário ele próprio um instrumento de troca específico? Não cria ele necessariamente um equivalente particular para todos os valores? Quer uma forma desse

instrumento de troca ou desse equivalente seja manipulável, adequado, quer acarretando menos inconvenientes que outro (MARX, 1983, *ibidem*).

As contradições constitutivas do sistema de produção e intercâmbio sociais do capital são entendidas unilateralmente como *inconvenientes* do meio de troca. Estes óbices trazidos pela circulação ampliada do dinheiro se enraízam na totalidade econômica, não obstante sua fachada, em função da forma que esta assume na modernidade. A contraditoriedade vige como aspecto essencial da totalidade do sistema, passando a modular as nervuras e conexões através das quais fluem os elementos vitais do processo de produção. Os aspectos inconvenientes do meio são, em verdade, determinações essenciais do modo de produção enquanto tal, objetivadas como coisa possuidora da capacidade de pôr-se em intercâmbio com quaisquer outras. Um instrumento mediador particular que expressa a forma universal da produção. Por esta razão, expressa contradições também elas universais deste mesmo modo histórico de produzir a vida humana. Contradições universais expressas na particularidade do dinheiro, como conteúdo virtualmente posto em seja qual for a mercadoria. Suprimir o dinheiro seria, portanto, para Darimon a solução. No entanto, tão somente isto o universalizaria explicitamente, tornando capaz de valer (*gelten*) como dinheiro. Assim sendo, acaba por colocar a nu, o caráter mercantil de tudo, na medida em que o nega na aparência, mas o afirma hiperbolicamente na essência. À dificuldade conjuntural de manobrar com ouro e prata, mercadorias separadas socialmente como dinheiro, responde nosso herói com a destituição de um pretense privilégio. A este respeito, assinala ironicamente Marx que,

Os economistas ingleses buscam resolver essa dificuldade fazendo uma distinção. O que se exige nesses momentos de crise, dizem, não é de ouro ou de prata como dinheiro, mas de ouro e de prata como capital. Eles se esquecem de acrescentar: de capital, mas de capital sob a forma determinada de ouro e de prata (MARX, 1983, p. 63).

O que a crítica marxiana da economia política exercita, no fundo, mesmo em sua versão acabada em *O Capital*, é o roteiro de apreensão do concreto, do sujeito real, para além de suas determinações mais imediatas. É ao *Konkretum* que se dirige o exame que busca arrancar, desentranhar, trazer à tona (*ergründen*) a determinação essencial, que faz dos produtos hieróglifos sociais. Aspecto determinante que, como relação social, tende a

reproduzir-se pelos atos que constituem as fases de sua produção e circulação, afirmando-se na figura final, e ao mesmo tempo pressuposta, de princípio da própria atividade produtiva, o capital. Marx parte deste modo do concreto, do efetivamente existente, das mercadorias em suas trocas, do que nos convoca a uma *representação caótica do todo*, separando dele sua unidade abstrata, a mercadoria particular e individual. Não se trata de uma reedição do hegelianismo, como, aliás, o próprio Marx adverte (Cf. MARX, 1983, p. 35-36), pois, o concreto da intuição e da representação, imediatamente existente, já é um conjunto articulado de formas, uma *síntese de determinações*. A síntese não é, primariamente, uma posição da racionalidade ao *modus* da cientificidade, ao contrário, é o caráter preciso de entes e processos, os quais antes de tudo existem objetivamente e perduram no seu existir. Entes e processos são – na medida em que continuem sendo – articulações categoriais. Conjunto determinativo que a cabeça humana confronta e pretende reproduzir à sua forma, como síntese pensada. Daí arranca o esforço de apropriação intelectual de formas de ser como analítica, separação, extrusão de abstrações. Retirada e separação de aspectos visando a distinção mútua dos mesmos em determinantes e determinados. Como toda operação de extração, o instrumento extrusor, no caso a cabeça humana, deve ser modulada pela matéria a ser obtida, no sentido de não degradá-la ou torná-la figura simplesmente toldada *à moda* da cabeça. É neste passo que impõe o critério da razoabilidade das categorias abstratamente configuradas, tanto enquanto conceitos quanto como elementos isolados. Novamente, o todo da mercadoria é que deve dar a cartada decisiva e não a aposta epistêmica. Não é um exercício de fundamentação, mas de desvelamento, de revelação, de determinações constituintes da forma de ser mercadoria – valor de uso, valor, trabalho concreto, trabalho abstrato. As quais precisam ser articuladas como reprodução teórica da mercadoria, mediante a articulação recíproca das mesmas.

Não é o esforço de juntar os cacos de uma antiga totalidade fraturada pelo exercício da abstração, é antes de reconstituir o modo preciso no qual cada uma das formas arrancadas se interligam, se determinam e perfazem a mercadoria como entificação concreta. Articular é, pois, determinar, ou melhor, no espírito marxiano, expor determinações. A reciprocidade do todo das categorias, não exime, ao revés, exige, a posição de uma articulação determinada. Reciprocidade não é indeterminação.

Determinação que se faz mediante a exposição analítica das formas do valor no seu desenvolvimento por via daquelas simples e desdobrada. Processo científico no qual a concreção das próprias abstrações é momento obrigatório, na medida em que as põe na totalidade realmente existente como relação de valor recíproca das múltiplas mercadorias, e não mais na sua forma mais simples e abstrata, de uma a outra mercadoria. O momento configurado deste modo corresponde ao reencontro com o *Konkretum die Waren*. Aqui aparece o concreto como totalidade articulada de determinações que supera o empiricamente constatável, não no sentido de aboli-lo ou negá-lo como ilusão, mas esclarecendo-o, iluminando-o, fazendo emergir sua ordem de determinações inerente e própria. Tornando, pois, evidente o seu ser que jaz no seu existir. Marx jamais abandona o princípio filosófico de que o ser está sempre junto do que é, como determinação ou conjunto de categorias, tecido que inere e configura a processos e entes em sua objetividade. Os objetos da intuição e da representação reaparecem agora como todo articulado no pensamento, reprodução teórica do processo efetivo em suas determinações diferentes e, até, divergentes.

Tem-se deste modo, o roteiro de descortino que vai da mercadoria como concreto imediatamente dado a concreto revelado, pela analítica, desmembrada, destrinchada em suas determinações de existência. Explicação do caráter “misterioso” de que se reveste a mercadoria. O qual não advém de ser ela valor de uso, coisa produzida pela atividade humana que satisfaz determinada(s) necessidade(s) de cunho social, nem pelas suas determinações enquanto valor, dispêndio de força de trabalho humana, num tempo social determinado. Mistério cuja origem radica na própria forma, onde,

(...) ela retroespelha {*zurückspiegelt*} aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis suprassensíveis ou sociais (MARX, 1998, 23, p. 86).

Enigma solucionado da própria forma mercadoria, na qual as relações sociais dos produtores tomam a forma de relações entre os produtos do trabalho. A forma mercadoria *retroespelha* {*zurückspiegelt*} ante os indivíduos o caráter social de sua atividade e dos

produtos desta, como propriedades naturais das próprias coisas, como valor contido na mercadoria, e não como relação social. Reflexão pelo avesso enquanto caráter social da propriedade privada, e da atividade social que põe a propriedade privada como forma universal e autônoma dos produtos.

Esse espelhar-se da forma social através da sua vigência como determinação dos produtos se faz pela redução de complexo e concreto a simples e abstrato, no nível da equalização das atividades pelo tempo socialmente necessário. O que é particular e incomensurável, a concretude do dispêndio de força de trabalho nos diversos trabalhos, se torna comum e mensurável. Redução que não é, *nota bene*, uma simples hipótese ou fundamentação epistêmico-metodológica. Mas, teoricamente, é o reconhecimento de um processo efetivo, posto mesmo no nível da evidência empírica, do aparecer das categorias do capital, seu *Augenschein* e na experiência corriqueira, *Erfahrung* da troca das mercadorias. De modo que, “Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais complexo, seu valor o põe igual ao produto do trabalho mais simples e é expresso por isso mesmo apenas em determinado quantum do trabalho mais simples”. E isto porquanto sejam objetivas,

As diferentes proporções nas quais os diferentes tipos de trabalho são reduzidos a trabalho simples como sua medida, vem a ser fixadas através dum processo por trás das costas dos produtores e, portanto lhes parecem {*scheinen*} dadas pela tradição (MARX, 1998, 23, p. 59).

Não é um postulado teórico, uma exigência do “método” de Marx, mas forma de ser do trabalho social sob o controle do capital. Esta serve de “fundamento” pré-teórico à formulação marxiana. Os diversos trabalhos úteis, por uma parte, “são formadores de valores de uso”, em suas diferentes qualidades específicas, mas estes são, também, de outra parte, “substância do valor”, na medida em que se abstraia sua qualidade determinada: duas mercadorias, nesse contexto, terão igual qualidade, a qualidade do trabalho humano.

A apresentação da elucidação marxiana do mistério da forma mercadoria pretende se opor a certas leituras contemporâneas da obra de Marx, ao reafirmar o caráter objetivo das determinações. Dentre estas, a de Giannotti. Tomando a análise do fetiche unilateralmente, o autor brasileiro declara sem mais as categorias como *objektive Gedankenformen* (Cf. GIANNOTTI, 2000, p. 14-15). Deliberadamente identifica o *modus*

das categorias teoricamente elaboradas e articuladas no discurso marxiano com aquele em que elas se dão *in mente*, como conteúdo ideal da consciência dos *soi-disant agentes econômicos*. Cabe-nos novamente asseverar que, em momento algum da análise do valor, as categorias deixam de ter contextura efetiva. Continuam sendo no âmbito da teoria, não obstante a alteração de registro, o que são fora da cabeça, *Daseinsformen*, formas de ser, agora integrantes da reprodução mental do processo de entificação do qual são determinações. As categorias como *Gedankenformen* não são as categorias cientificamente articuladas, delimitadas marxianamente como determinações da efetividade, no *corpus* conceitual da crítica da economia política, mas sim as da própria economia política. Estas têm evidentemente validade objetiva, na medida em que possibilitam o mover-se dos agentes. Mas o alcance desta legitimidade é de natureza pragmática, não teórica. Corresponde especularmente às determinações essenciais da forma social da produção, a qual é *zurückspiegelt* pelo ir e vir recíproco das mercadorias. A existência das categorias *in mente* nas *personæ* do capital é, pois, aquelas formas “refletidas no cérebro dos produtores privados”, formas como o dinheiro que *concretamente vela* (*sachlich verschleiert*), ao invés de *revelar* (*zu offenbaren*) o caráter social da interatividade (Cf. MARX, 1998, 23, p. 89).

Como analítica, a cientificidade marxiana se efetua na medida em que, no enfrentamento com o objeto, seja capaz de dividi-lo em suas partes constituintes, e depois reconstruí-lo de modo a reproduzir sua concreitude no pensamento. Sendo assim, tal exercício intelectual pressupõe não uma dada forma metodológica, compreendida como *chave* pela qual se abrem os portais da objetividade em sua complexidade, mas ao contrário, parte da própria coisa em sua contextura efetiva. O que não significa uma concepção empirista do saber, na medida em que o empírico em sua imediatidade não fornece a explicação da série causal que o conforma como concreto existente objetivamente. Parte-se do concreto *dado aí*, imediatamente, do *Dasein*, do que é, para dissecá-lo, extrair suas principais determinações e articulá-las posteriormente com o fito de rerepresentá-lo como algo deveras diferente de um conjunto de manchas sensoriais ou de objeto manipulável pragmaticamente. Analítica que não tem segredo *a priori*, mas que se constitui como modo de analisar, de pesquisar, *Forschungsweise*, pela sequência de passos

nos quais decompõe a coisa e rearticula como modo de ser pensado. A analítica, e é sempre disso que se trata no início, se orienta no desdobramento teórico da coisa pela própria coisa, no caso do exame da mercadoria, da sua forma de ser, a extração da forma valor que a determina e cientificamente é revelada. Como correspondente necessário desta *démarche*, Marx assinala o caráter custoso, árduo e sem garantias que o processo de conhecer cientificamente traz como sua marca própria: “Todo começo é difícil, vale para toda ciência” {*Aller anfang ist schwer; gilt in jeder Wissenschaft*} (MARX, 1998, 23, p. 11). Observação contida no prefácio à primeira edição de *O Capital*, a qual frequentemente passa despercebida na leitura descuidada. Indicação marxiana que se completa com outra encontrada no prefácio à edição francesa de 1872, na qual se lê que,

Não há nenhuma estrada já dada para a ciência, e apenas aqueles que não temem o esforço de galgar suas íngremes veredas, é que têm a perspectiva de alcançar seus cimos luminosos {*Es gibt keine Landstraße für die Wissenschaft, und nur diejenigen haben Aussicht, ihre lichten Höhen zu erreichen, die die Mühe nicht scheuen, ihre steilen Pfade zu erklimmen*} (MARX, 1998, 23, p. 31).

É interessante notar que Marx se refere à dificuldade que o leitor irá enfrentar no início do livro, exatamente na analítica da forma mercadoria, mas na universalidade da afirmação, assevera sobre a natureza de qualquer empreendimento cognitivo. Incluso aí o seu próprio.

O que se tem pela análise da forma mercadoria em suas demais formas constituintes é também um desvelar metodológico, pois, evidentemente, ciência não se faz de qualquer maneira, como atitude espontânea, encontro furtivo com a verdade. Isto seria iluminação, não cognição. No entanto, a questão, não é tanto saber se há ou não um método, mas o caráter deste. O *corpus* científico marxiano não autoriza, até onde podemos ver, a postulação de um método como núcleo interno de seu padrão de ciência. Consoante discussão anterior, o método é na literalidade, a mais cortante, *caminho tortuoso* (*μέθοδος*). A este respeito, Marx frequentemente usa os vocábulos alemães *Weg* ou *Weise* quando quer se referir ao seu próprio exame e modo de proceder (Cf. MARX, 1998, 23, p. 27). Já *Methode* é reservado a momentos em que a questão surge colocada em seus contextos mais tradicionais, como inquirição acerca de um conjunto de procedimentos prefigurados que antecipem os passos a seguir. Normalmente tal referência se atrela às demandas externas à obra marxiana e não à descrição do procedimento que a pauta (Cf. MARX, 1998, 23, p. 26-

27). O “método” da crítica da economia política assim entendido, possui um “instrumental” particular, diverso daqueles disponíveis e operados nas demais ciências. Trata-se de uma atividade teórica de análise, de separação, de distinção, de destacamento das determinações de existência da coisa, umas frente às outras e umas em relação às outras, através da “força de abstração” (*die Abstraktionskraft*). A busca de deciframento, no exercício da analítica, da *Zellenform* da produção capitalista, da forma celular desta, da forma de existir imediata, unitária e individual da riqueza, dos produtos do trabalho no modo de produção do capital. A força de abstração enfrenta o concreto, em sua forma própria, *die Wertform der Ware* e a esmiúça, esquadrinha-a e revela suas dimensões não apreensíveis na intuição e na representação imediatas. Não é o procedimento de natureza lógica ou de fundamentação teórica *a priori* de um “objeto de conhecimento”. É, antes, o *ato de penetrar (ergründen)* teoricamente *a coisa como esta se dá na efetividade imediata*. No caso, na sua determinidade de coisa produzida pela atividade social dos homens. Na direção de esclarecer, clarificar, explicitar, explicar a sua forma de ser que a torna tal qual é, a sua natureza de mercadoria. Observações que valem na medida exata que se acompanhou um roteiro concreto e particular de análise percorrido por Marx, uma vez que este não é mais o lugar de proceder a um exame da questão de método no pensamento marxiano²⁵.

²⁵ Este é realizado na primeira parte desta tese.

CAPÍTULO 5
RELAÇÕES SOCIAIS COMO FORMAS DE SER
A QUESTÃO DO TRABALHO PRODUTIVO

Como já se indicou quando da abordagem da questão da categoria *valor*, na elaboração da crítica marxiana, o elemento decisivo é aquele de natureza *formal*. No entanto, evidentemente, não se trata aqui de um formalismo, em sentido lógico. Muito ao contrário, *forma* significa, marxianamente, a determinação de existência social de um ente, processo ou relação, na vigência de certo conjunto de condições específicas e particulares. Nesse contexto, o aspecto formal é sempre atinente à atualidade da coisa em questão. O que qualifica o estatuto mesmo das categorias de modo assaz diverso daquele observado na tradição filosófica dominante. Esse padrão teórico se confirma em vários momentos da discussão que Marx produz acerca das ciências societárias de seu tempo e permite ato contínuo elaborar sua própria cientificidade. Um dos casos no qual a determinação de caráter formal aparece como central é o do exame da querela em torno da distinção operada por Smith entre trabalho *produtivo* e *improdutivo* no modo de produção capitalista.

I Colocação do Problema

O exame marxiano das concepções acerca da determinação de *trabalho produtivo* nas diversas obras dos economistas, e nas correntes por estas conformadas, se inicia retomando a primeira das determinações enunciadas a este respeito por Adam Smith. Delimitação categorial que, segundo Marx, determina de modo preciso a atividade produtiva no contexto da produção capitalista: é produtivo o trabalho que rende um mais-valor ao proprietário dos meios de produção, aquele que além de repor o valor da sua força de trabalho, fornece um excedente em valor. Nesse sentido, produtivo é o trabalho que, não somente produz mercadorias, mas as produz como capital, que transmuta dinheiro e condições materiais de produção em capital. Delimitação conceitual que, não obstante sua justeza, não passou imune às limitações da posição da economia política esforço científico de desvendamento da sociabilidade moderna. No caso smithiano, Marx chama atenção para o fato de haver uma indistinção entre duas determinações de ordens diferentes acerca do *trabalho produtivo*, que leva o pensamento do autor escocês a desviar-se da dilucidação do problema:

Tudo em Smith nos pareceu, até agora, ambivalente {*zweischlächtig*}, o mesmo ocorre com a determinação {*Bestimmung*} do que chama de *trabalho produtivo* em contraste ao *trabalho improdutivo*. Nele se encontra uma confusão {*durcheinanderlaufend*} entre duas determinações (*Bestimmungen*) acerca do que ele chama *trabalho produtivo*, e nós examinaremos, antes de tudo, correta, a primeira determinação (MARX, 1993, 26.1, p. 122).

Essa confusão entre, de um lado, o aspecto formal, a produção do mais-valor, e, de outro lado, aquele material, como atividade produtora de valores objetivamente postos, faz com que Smith se desloque do terreno da determinação social para o da imeditiade. Assim fazendo ele não conseguiu apreender o caráter do trabalho no mundo do capital. As discussões críticas empreendidas por Marx seja com a obra smithiana, seja com a dos seus epígonos, terão por parâmetro do desenvolvimento analítico daquela primeira determinação, de caráter formal.

Determinação categorial que, apesar da lacuna acima referida, se origina do desvencilhamento do pensamento de Smith em relação ao *falso modo de representação* (*falscher Vorstellungsweise*) ainda existente nas tematizações dos mercantilistas e fisiocratas, não obstante tenham definido a riqueza como um *excedente* em relação à reprodução. Modo de representação conceitual inadequado na medida em que se arrima imediatamente na forma de aparição empírica do mais-valor. No caso dos fisiocratas, como *quantum* excedente em espécie da produção agrícola, como quantidade direta, em grãos, por exemplo, que ultrapassaria aquela necessária à satisfação das necessidades de alimentação do camponês. Marx ressalta a limitação dessa *démarche* ao observar que, já no tempo dos grandes autores da corrente fisiocrata, outros ramos de produção apresentam igual característica. No entanto, o importante do limite não consiste apenas num descuro para com a existência de um excedente físico nos demais nichos da produção, mas com relação ao que esta de algum modo denuncia e pede análise; a configuração do excedente em valor. Não apreendendo o caráter determinativo, mas apanhando-o somente em sua empiricidade imediata, os fisiocratas não atinam para a produção como produção de mais-valor, mas, ao contrário, reduzem o valor ao valor de uso. Tal discussão valeria igualmente para o caso da corrente mercantilista, a qual se atém ao imediato, ao excedente gerado nas trocas comerciais de artigos oriundos de certos ramos da produção. Apenas o trabalho

efetivado nesses setores poderia ser classificado como produtivo. Nesse sentido, o mérito de Smith, ao cunhar a determinação do trabalho produtivo remetida ao capital, foi o “de libertá-la do falso modo de representação {*sie nur von falscher Vorstellungsweise befreiend*}, extraindo {*herausarbeitend*} o núcleo interno {*innren Kern*}” (MARX, 1993, 26.1, p. 123).

O que importa a Marx não é evidenciar algum tipo de equívoco epistêmico ou lógico, flagrar a insuficiência de fundamentação teórica, mas antes a demarcar a posição segundo a qual vige uma articulação de determinações na determinidade de coisas, relações e processos. A qual a análise deve capturar, tanto em sua rica diversidade quanto na unidade de concatenação das categorias. Um pressuposto, evidentemente, mas que, entretanto, não possui o caráter duma pressuposição meramente teórica ou metodológica. Diversamente, trata-se de um pressuposto remete à ordem das determinações da existência atual, das categorias como formas de ser da realidade. Ou seja, é de cunho ontológico. Modo particular de existir da atividade social dos indivíduos que é determinado pela rede de relações específicas na qual esta se insere e é realizada. No caso, da relação social característica do capital, aquela havida entre vendedor e comprador de força de trabalho. Essa determinação auxilia na delimitação das fronteiras entre uma aproximação de caráter empirista e aquela de talhe propriamente materialista. A afirmação de determinações de existência inerentes e imanentes a coisas, processos e relações, simultaneamente põe como resultante a precedência ou prioridade do real, da forma específica do ente ou dos processos de entificação. Concomitantemente, a própria cognição pode ser delimitada como *extração* (*herausarbeitend*) do núcleo interno do objeto examinado.

No curso das considerações críticas dirigidas a Smith, Marx retoma sucintamente as duas distinções essenciais para a compreensão do modo de produção capitalista: 1) entre a mercadoria *Arbeitsvermögen* e sua utilização, o trabalho mesmo; e 2) entre a mercadoria *Arbeitsvermögen* e as demais mercadorias. O que permite a apreensão científica do mais-valor como tal. Assim, a “mercadoria deve ser tomada, por conseguinte, como existência diferente do próprio trabalho {*Ware muß also als unterschiedne Existenz von der Arbeit selbst aufgefaßt werden*}” (MARX, 1993, 26.1, p. 141). Distinção que desvela o fundamento concreto da riqueza, porquanto indica a que título o salário é pago. Não por trabalho, que é manifestação da mercadoria, um determinado uso que redundando no final do

ciclo de valorização em lucro. O trabalho assalariado é o intercâmbio de parte do dinheiro/capital pela única mercadoria que o trabalhador pode dispor e vender como *trabalhador*: a *Arbeitsvermögen*.

De posse dessa delimitação categorial, Marx passa em revista as concepções, mais ou menos elaboradas, surgidas no interior da discussão da determinação de trabalho produtivo de Smith. A maior parte delas apresenta como traço predominante a *indistinção* ou a *indeterminação* categorial. Não se estabelece a tematização que indica, em primeiro lugar, o momento preponderante da totalidade que define ou subsume os demais em relação à forma de ser específica da sociabilidade capitalista. Em segundo lugar, nota-se a substituição da *differentia specifica* categorial por argumentos de natureza imediatamente moral ou de caráter ideológico. A equiparação das diversas atividades, descurando-se exatamente da relação social particular que faz delas ou não produtoras de mais-valor, é o “método” mais em voga. Assim, a relação principal que atravessa e baliza a produção de riqueza, aquela transcorrida entre trabalhador assalariado e capitalista – entre *trabalho* e *capital*, simplesmente é ignorada. Forma de liame societário reconhecida, apenas de modo tortuoso, na argumentação que indica a necessidade da figura de “intermediário” (*Vermittler*) entre o trabalhador e o conjunto de elementos de sua atividade; a *persona* do capital, o capital representado individualmente pelo proprietário privado dos meios de produção da vida humana. Relação social que se torna *unwesentlich* para a Economia Política posterior a Smith/Ricardo, exatamente a determinação efetiva que faz da atividade produção de capital e não somente de valor de uso. A mediação particular essencial finita, a pessoa do capitalista, é posta desse modo como não determinante, como mera necessidade exterior de uma relação que transcorreria apenas entre *produtores* e *consumidores*, delimitados abstratamente como agentes da troca de mercadorias. A existência dessas mercadorias como capital, enquanto forma particular de ser, momentânea, do capital fica obnubilada. A vida econômica aparece, em argumentações desse talhe, como um transcurso simples entre carecimentos e valores de uso. A aparência imediata é tomada diretamente em sua determinidade como a totalidade de determinações. A economia posterior, que predominou, e ainda predomina, desde meados do século XX, se arrima

nessa aparência. Um dos representantes da economia política posterior à versão clássica que mais representa essa vertente de interpretação é Ganilh.

Por esse motivo, um dos momentos nos quais a posição marxiana a esse respeito pode ser mais bem apreciada é aquele no se critica o sistema mercantilista – em sua versão ulterior, em Ganilh – pela afirmação do valor como determinação *imane*nte à forma mercadoria da riqueza. Para Marx, ao contrário do autor supracitado, não é na troca que se estabelece a grandeza de valor das mercadorias, mas é onde esta se expressa como valor de troca na proporção dada pelo confronto com os valores das demais mercadorias. A relatividade se fundamenta no *medium* estatuído pela referência da multiplicidade das mercadorias produzidas ao *trabalho em geral* ou *trabalho social*. Essas se defrontam reciprocamente como unidades, formas singulares, de *allgemein gesellschaftliche Arbeit*. Na concepção examinada por Marx se patenteia a confusão entre forma de ser e forma de aparecer do valor – produção e troca – das mercadorias. Nesse contexto, “*Seu valor de troca mais elevado não é produto da troca, mas apenas aparece na mesma. (Sein hoher Tauschwert ist also nicht das Produkt des échange, sondern erscheint nur in demselben)*” (MARX, 1993, 26.1, p. 176).

Dessa confusão entre a determinidade relacional – valor de troca das mercadorias – e a determinação econômica – quantidade de trabalho social ou *em geral* – advém a aporia do sistema mercantilista: na tentativa de definir a natureza da riqueza no modo de produção capitalista, termina por negá-la. Porquanto a riqueza, tomada em sua forma de aparição imediata no intercâmbio mercantil, não possui uma existência anterior à troca, como *uma imensa coleção de mercadorias* de valores diversos, apenas tem aquela uma realidade no interior das trocas recíprocas dos valores de troca. A riqueza não tem uma existência objetiva anterior e posterior ao processo de intercâmbio de mercadorias, tão somente neste tem uma vigência efetiva como tal, como dinheiro trocável e trocado na forma da mercadoria imediatamente no mercado. As mercadorias não são, então, por-si mesmas, riqueza, na acepção capitalista, como *mais-valor*; são apenas valores de uso “úteis ou inúteis”. Pois, “Por meio da troca de mãos, ela [a mercadoria] *deixou de ser valor de troca*. Por isso, a riqueza da sociedade, que se compõe de valores de troca, desapareceu” {Durch den Wechsel der Hände haben sie aufgehört, Tauschwert zu sein. Damit ist der Reichtum

der Gesellschaft, qui se compose des valeurs échangeables, verschwunden} (MARX, 1993, 26.1, p.179). O capital enquanto tal, como soma da riqueza, não existe, pois, como totalidade não pode ser trocada por nenhuma mercadoria. A afirmação da relatividade absoluta dos valores, que no fundo se resolve como indeterminação absoluta, tem como núcleo oculto a negação do próprio terceiro, da determinação do valor, do *equivalente* ao qual se remetam as mercadorias na forma de valores de troca. A troca, por isso, não teria então ela mesma um referencial pelo qual se regule como intercâmbio de equivalentes em valor. Na ausência desse regulador que se estabeleça como um terceiro – *ein Drittes* – ou *medium*, a própria troca se converte na arte recíproca de intercambiar valores necessariamente acima de seu valor. Não havendo essa mediação a partir da qual se dê patamares de excedente, não por sua vez, a figura real de um excedente em sentido estrito também não existe.

A aporia do *não valor* dos valores, ou da concepção destes apenas como valores de troca, põe como uma de suas consequências a admissão de que qualquer trabalho que se possa trocar por qualquer outra coisa é produtivo. A discussão se dá aqui, mais uma vez, em torno da definição smithiana de trabalho produtivo na versão em que desaparece a determinação propriamente *formal*, mais essencial. Por oposição à delimitação da produtividade pelos efeitos empíricos permanentes do trabalho, se ergue a indeterminação absoluta do trabalho, assim como ocorria com a riqueza. A indistinção entre as formas determinativas e aparentais, com a consequente redução do escopo analítico ao âmbito dos valores de troca, redundando na vulgata da economia política, na atribuição do caráter *produtivo* a todas as formas de atividade as quais sejam realizadas por meio de trabalho remunerado. Para ser definido teoricamente como produtivo bastaria que o trabalho fosse trocado, ou trocável, por um dado quantum de valor, ou seja, que tenha ele mesmo um valor de troca. Forma de posição do problema que confunde o valor posto *pelo* trabalho, com aquele posto *na* força de trabalho. Nesse sentido, toda a atividade que repusesse o valor despendido em sua compra seria imediatamente produtiva. A relação social assalariada, ainda que compareça como elemento de determinação, o faz de modo puramente abstrato, direto, empírico. Por conseguinte, a própria diferenciação entre trabalhos efetivamente produtivos frente aos improdutivos perde sua pertinência, resta tão somente como

diferenciação a quantidade em que os trabalhos em sua variedade seriam produtivos, o quanto de valor, remuneração, é pago por eles. O que aparece com especial clareza quando Ganilh tenta estabelecer uma proporção na qual se poderia aferir a produtividade de cada atividade remunerada. A *differencia specifica* da conexão salarial que põe capital frente àquelas que compartilham apenas a determinidade da remuneração não é capturada conceitualmente. A forma de ser da atividade, a relação social nos marcos da qual o trabalho produtor de riqueza se dá, não é tematizada. Na esteira disso, a questão mesma da identificação do excedente, da riqueza propriamente dita, e de sua origem, problema inaugural da economia política desde Hume, desaparece por completo. A determinação abstrata da sociabilidade do capital como sociabilidade da troca ou da equivalência demonstra assim sua insuficiência ou sua falsidade, porquanto se atenha apenas ao aspecto mais imediato da relação e não avance na delimitação do fundamento do intercâmbio de valores. Nesse contexto, o que a proporção apontada por Ganilh esconde e explicita é antes o fato de que são necessários tantos trabalhadores produtivos para sustentarem em razão direta tantos outros improdutivos. Ou ainda que “apenas a criação pelos trabalhadores produtivos de um excedente não pago provê um fundo a partir do qual são pagos os trabalhadores improdutivos (nur das von den produktiven Arbeitern geschaffne, aber ihnen nicht bezahlte Surplus überhaupt einen Fonds liefert, von dem die unproduktiven Arbeiter bezahlt werden)” (MARX, 1993, 26.1, p.182). Além disso, a existência mesma dos gêneros de atividade remunerada que não se trocam diretamente por capital depende daqueles propriamente produtivos, como formas de trabalho que gravitam em torno dos primeiros, seja de modo acessório seja de modo parasitário.

Desse modo, evidencia-se, mais uma vez, que a crítica marxiana à querela em torno do trabalho *produtivo/improdutivo* não tem um talhe metodológico, mas possui caráter ontológico, porquanto tenha em mira a determinação essencial de existência de uma dada categoria da realidade social, no caso, a atividade produtiva. O remetimento à ordem do capital como totalidade da produção social não se dá por uma exigência epistêmica ou lógica. É, antes de tudo, posta pela prioridade real da própria produção, conforme já delineada por Marx em 1857, quando refuta a articulação meramente silogística, o encadeamento *superficial (flacher)*, pois somente lógico, em benefício de uma

concatenação na qual as categorias da produção se remetam reciprocamente segundo a determinação da concretude (MARX, 1983, p. 24-25). Caráter que opõe de modo cabal a analítica marxiana à elaboração da economia política, porquanto não se trate nela de armar um esquema dedutivo ou dialético pelo qual as categorias se articulem.

No caso da vulgata da economia política, tudo se resume à apresentação das categorias no nível imediato em que estas se apresentam na interatividade social, os valores de troca diretamente *na troca e pela troca*, em Ganilh, por exemplo. Uma vez que a ordem das relações conforme se dão não possuem determinação, mas apenas determinidade, o procedimento da economia vulgar explicita no curso de seu desdobramento sua natureza especulativa. A relação de intercâmbio típica da sociabilidade burguesa, *a troca de valores*, é apresentada como sujeito. O nexos determinado entre os produtores e proprietários, bem como dos produtos entre si, é tomado abstratamente como momento determinante, na verdade único momento, da produção do capital. Como tal, é ele o regente da existência do trabalho frente à riqueza. De mediação, a troca se converte mercantilisticamente em fundamento social. Um liame objetivo, uma forma de ser aparente, entre momentos da produção se apresenta como ente ou entidade, *eine mystische Person*. Como ironicamente se refere Marx a essa categoria aparential transfigurada especulativamente em sujeito: *Herr échange*.

A posição crítica marxiana se configura como determinada e orientada pela identificação da ordem de efetividade das categorias não apenas na medida em que tem por padrão a existência das mesmas, mas também quando indica a posição mesma do discurso em relação à concretude social. Nesse diapasão, o *Standpunkt* dos críticos da discussão smithiana acerca do o trabalho *produtivo/improdutivo* é aquele que toma o consumo, e não a produção, como *momento preponderante* do processo de produção de riqueza. Daí a indistinção com que procedem quando, abordando a questão da renda, referem aos salários. Esses são tomados abstratamente, independentemente da relação social – capital ou não – na qual se insere a remuneração. Como, para aqueles, o consumo dirige a produção em última instância, como determinação, a renda é o elemento que faz expandir o *field of production*, ao expandir o *field of material consumption*. Frente a isso, Marx, uma vez mais partindo da identificação da produção como momento preponderante concreto do processo

de valorização, aponta para o motivo efetivo do surgimento de tais argumentações. Coloca a relação entre produção e consumo dentro do quadro de determinações da efetividade, chamando a atenção para o fato de que estes “são *em si* inseparáveis” (*unzertrennlich an sich* sind). No caso da produção capitalista, esse caráter unitário aparece como junção de momentos antitéticos e exteriores, não por uma anomalia, mas em função da sua própria forma social. A relação social de produção é determinada como conexão cuja meta é a produção de riqueza, na forma de um excedente em valor necessariamente para outrem. Nesse contexto, a produção é imediatamente *superprodução*. E, além disso, superprodução a ser apropriada por outrem.

Uma vez sendo a produção do capital em realidade inerentemente *Überproduktion*, produção pela produção – de valor –, esta põe como seu momento determinado o consumo como *Überkonsumtion*, consumo pelo consumo de valor. O consumo *improdutivo* do Estado e das demais instâncias não econômicas da sociedade serve como momento antitético necessário ao funcionamento pleno da figura do capitalista propriamente dito. A oposição imediata desses conjuntos, de uma parte, o capitalista *produtivo*, e, de outra, os proprietários de rendimento, se resolve na medida em que se os remeta à forma da produção do capital. A unidade social de produção e consumo se efetiva, no quadro do capital, como momentos isolados e opostos. Assim, a superprodução do capital exige como seu complemento econômico-social o superconsumo, e, conseqüentemente, a instituição, ou a manutenção, de dimensões improdutivas da vida social e/ou econômica.

II A Forma Social da Produção

No que tange à posição marxiana do problema em tela é importante salientar que a categoria mesma de capital como tal é uma forma de ser social específica da riqueza, da produção social que ultrapassa ou excede as suas próprias condições objetivas, a qual é historicamente determinada. Modo particular de ordenamento e concatenação dos momentos constitutivos da atividade que se reproduz ampliamente, que não pode ser identificada sem mais à riqueza como tal. O excedente em trabalho, ou em tempo social de trabalho, que se configura como riqueza material apropriada privadamente, poderia muito bem *aparecer* como *quantum* de valores efetivos apropriados pelos próprios produtores,

sem se apresentar, portanto, como propriedade particular capitalista. Põe-se desse modo, distinção entre riqueza e mais-valor capitalista, ao mesmo tempo em que se determina este último. O capital é, pois, uma relação social nos quadros da qual no processo imediato de produção. Neste, o trabalhador assalariado põe, ao produzir a mercadoria, um *plus em valor* – que supera o valor da sua própria força de trabalho – a ser apropriado pelo detentor dos meios de produção, a partir da incorporação da força de trabalho ao conjunto da propriedade privada. O cunho produtivo, ou não, do trabalho é delimitado na exata medida em que este transcorra nos marcos dessa relação social.

Nesse sentido, como determinação científica, a produtividade da atividade não se identifica com seu caráter diretamente material ou objetivo particular, mas é posto em função da forma preponderante de ser da sociabilidade capitalista. Independente do juízo possível sobre a relevância ou pertinência dum valor de uso concreto, bem como das necessidades sociais satisfeitas, o trabalho que o criou se define como produtivo porquanto seu produto seja *expressão (ausdruckt)* de uma relação social determinada. Relação social ou forma de ser da interatividade; no caso, *capital*. Assim,

O tipo de valor de uso da mercadoria na qual se incorpore {*verkörpert*} o trabalho de um trabalhador produtivo pode ser fútil. Essa determinação material não está atada {*hängt*} com aquela propriedade sua, a qual apenas expressa uma determinada relação social de produção (MARX, 1993, 26.1, p.128).

O capital é despido de sua aparência imediata de coisa, para revelar-se relação e processo de determinação de *coisas*, sejam entes (dinheiro e mercadoria), sejam as operações de dação de forma humana ao natural (a própria atividade produtiva). O conteúdo concreto e específico do valor de uso, não obstante seja um aspecto do qual a forma mercadoria não possa abrir mão, é uma determinação subsumida frente à valorização do valor, à produção de mais-valor. Discussão que desvela a cientificidade marxiana como um processo de apreensão analítica de formas de ser, de determinação particular (histórica e social) da interatividade recíproca dos indivíduos e dos modos de organização desta. O que se explicita com mais clareza, quando Marx, na sequência da argumentação acima citada, continua afirmando que: “Ele [o caráter produtivo do trabalho] é uma determinação que não

provém (*stammt*) do seu conteúdo ou seu resultado, mas de sua forma social determinada (*bestimmten gesellschaftlichen Form*)” (MARX, 1993, 26.1, *idem*).

Por conta da determinação da forma social da produção, na aparência do capital, as condições objetivas e subjetivas da produção são postas como momentos concretos deste, como sua propriedade natural. Consequentemente, a forma capital aparece como um modo natural de ser das próprias condições de produção. Como corolário, tem-se a posição do capital como resultado e/ou propriedade naturais do trabalho *sans phrase*. O trabalho tomado como atividade produtiva aparece, por seu próprio valor de uso imediato, físico, fisiológico, neural, como fonte natural do mais-valor:

Quando este aparece {*erscheint*} enquanto propriedade natural {*Natureigenschaft*} do capital – por conseguinte, como uma propriedade provinda {*hervorquellende*} de seu valor de uso – por força disso, inversamente, o sobretrabalho e as forças produtivas sociais do trabalho se vindicam {*sich zu vindizieren*} como propriedade natural do trabalho, as próprias forças produtivas sociais deste se põem com forças produtivas do capital e o excedente mesmo deste como mais-valor, como autovalorização {*Selbstverwertung*} do capital (MARX, 1993, 26.1, p. 370).

O capital aparece como consequência natural do uso da força de trabalho e da operacionalização das forças produtivas. A riqueza aparece como imediatamente como um *surplus*, excedente, como mais-valor em relação àquele da força de trabalho social dos indivíduos; extorsão metódica de *mais-tempo-de-trabalho*. A produtividade crescente da atividade produtiva aparece também como pressuposto de uma nova rodada de extração de excedente em valor e não como riqueza social em potência.

Em decorrência da aparência de naturalidade do capital, nos quadros da qual as condições objetivas e subjetivas da produção são postas como seus momentos concretos, tem-se a posição, num nível igualmente aparente, do capital, mero resultado do trabalho como atividade produtiva imediata, propriedade imanente aos produtos. O ser capital aparece como decorrência simples e imediata do valor de uso *concreto* do trabalho e da operação das forças produtivas e a riqueza imediatamente como mais-valor; é desta aparência que se nutrem as doutrinas econômicas. Trabalho = posição de mais-valor; meios e condições da produção = capital; riqueza = mais-valor, *surplus*, o potencializar da propriedade privada por meio da atividade. Nesse contexto, um modo histórico-societário

particular de produzir a vida humana acaba por apresentar-se como etos natural e imutável da interatividade social.

A esse respeito, Marx chama a atenção, no interior de sua crítica à vulgata da economia política, para o fato de o modo capitalista da produção de riqueza social é uma articulação de vigência historicamente determinada. E como tal apenas *ser forma transitoriamente necessária ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho social e à transformação do trabalho em trabalho social (vorübergehend notwendige Form zur Entwicklung der gesellschaftlichen Produktivkraft der Arbeit und Verwandlung der Arbeit in gesellschaftliche Arbeit zu sein)*. Ao lado da delimitação histórica do modo de produção moderno, há que ressaltar também a determinação dele n *forma transitória*, concreta e particular, que toma o itinerário de constituição da produção social dos indivíduos. Produção essa que parte das primeiras elaborações societárias que tiveram a forma – ainda que incipiente – da propriedade privada como modo efetivo de ampliação da interatividade social. Organização da produção e do intercâmbio sociais que superou realmente, na contingência histórica efetiva, os modos societários baseados na reunião dos indivíduos por meio das determinações de ordem natural ou tradicional (família, lugar de nascimento, convivência em espaços contíguos etc.). Conquanto não se possa – nem se deva – atribuir a Marx a elaboração de uma filosofia da história sem mais, há que indicar a presença em sua analítica das formas societárias de ser do reconhecimento do talhe inerentemente social e genérico da interatividade humana. Caráter este vem engendrando-se e se desenvolvendo na concretude da existência atual dos modos de produção historicamente configurados. Frise-se que essa determinação, não obstante sua natureza preponderante, não possui uma universalidade *a priori*, como substancialidade que *se* afirma como um pretense sujeito universal, do qual as formas históricas finitas e concretas seriam meras emanações. Ao contrário, a universalidade ou a generidade da interatividade humano-social seria, antes melhor, produto ou resultado em permanente elaboração do itinerário histórico efetivo. Elaboração essa que teve, e tem mesmo, um *quantum* de contraditoriedade imanente e real, que pode ser verificada nas mais diversas formas de organização da vida social, na *démarche* das quais a determinação social dos indivíduos tomou corpo efetivo. No que tange a esse problema Marx observa nos *Grundrisse* que:

(...) O homem começa a se individualizar pelo processo histórico. Ele aparece à origem como ser do gênero {*Gattungswesen*}, tribal, animal de rebanho – mas de modo algum ζῷον Πολιτικόν no sentido político. A troca mesma é um meio essencial desta individualização. Torna supérfluo o sistema de rebanho e o dissolve. Desde que a coisa tomou tal rumo, o homem enquanto indivíduo singular se relaciona somente consigo mesmo, mas ao mesmo tempo os meios de pôr-se como indivíduo tornaram-se fazer universal e comum. Esta comunidade pressupõe a existência objetiva do indivíduo como proprietário, por exemplo, como proprietário fundiário, e em certas condições, que o encadeiam à comunidade, ou antes, constituem um elo de sua cadeia. Na sociedade civil, por exemplo, o trabalhador existe de uma maneira puramente inobjetiva, subjetiva; mas a coisa que se põe frente a ele tornou-se desde então a verdadeira comunidade que busca devorar tudo, quanto mais devora (MARX, 1933, p. 404).

O surgimento e mutação das formas societárias de produção da vida humana têm como um de seus traços mais marcantes o fato de apresentar-se como modos de viver, nos quais a individualidade propriamente dita ganha espessura, mas como resultado do desenvolvimento da própria sociabilidade. Ou seja, só se é individual quanto mais social se for, e, simultaneamente, tanto mais se incrementa a sociabilidade, mais tem como implicação necessária a emergência de formas de individuação. Contraditoriedade imanente à processualidade humana de ser em ato no mundo, por meio da apropriação deste, que se revela como atributo fixado de maneira virtualmente irreversível. Entretanto, esse caráter contraditório, conquanto sua universalidade, existe apenas como elemento ou determinação que podem ser identificados analiticamente por meio da compreensão científica das formas concretas de sociabilidade, uma vez que é nestas últimas que aquele vem a ser e viger, não obstante tal se dê de modo altamente contraditório. Contradição então que não é *a* substância real, mas “meramente” uma qualidade dos processos analisados. O que afasta a tematização marxiana dos vieses de natureza idealista, e isto não apenas, e antes de tudo, epistemologicamente, mas também ontologicamente, visto que na relação de predicação nela afirmada, o finito realmente existente tem a prioridade de determinação em relação aos seus predicados. No que fere a esse particular, a simplicidade da fórmula não dá margens a maiores hermenêuticas: *desde que a coisa tomou tal rumo (Sobald die Sache sich so gedreht)*. Não há aqui nenhum traço de postulação de um princípio que reja o evoluir histórico. Do que se trata é, diversamente, da constatação de que o ser social dos homens,

em seus dois momentos, intimamente entrelaçados – o *individualizar-se* e o *socializar-se* – tornam-se características irreversíveis, uma vez fortalecidas pela própria pugna dos seres humanos em torno da manutenção de sua existência como entes concretos. É um resultado da interação objetiva com o mundo em condições determinadas, igualmente objetivas, que se transforma em pressuposto reproduzido a cada novo momento histórico, não obstante numa variedade enorme de formas sociais específicas.

Nesse diapasão, como categoria do modo de produção capitalista o *trabalho produtivo* não se define pela *determinação material (stofflichen Bestimmung)* e particular da atividade concreta e de seu produto. Mas, ao contrário, se origina de uma *forma social determinada (bestimmten gesellschaftlichen Form)* – e isso é decisivo –, das relações do modo de produção no qual ele [o trabalho] se efetiva (*den gesellschaftlichen Produktionsverhältnissen, worin sie sich verwirklicht*). No cerne da determinação marxiana está o entendimento das relações sociais como formas de ser, de existir concretamente de coisas, relações e processos. As relações sociais características, as quais delimitam e definem uma dada interatividade societária historicamente localizada. Não são simples modos de organizar o transcurso dos intercâmbios sociais ou maneiras mais ou menos eletivas nas quais os indivíduos entram por contrato. As relações sociais são, antes, determinadas formas efetivas de existência, formas da finitude, da particularidade, de entes e processos de entificação objetivos. Relações sociais historicamente determinadas as quais definem a amplitude de funções, o nível de determinações e a índole própria de cada um de seus termos. Nesse sentido, trabalho assalariado e capital são categorias sociais que se concatenam como elementos de uma articulação na qual, o polo determinativo está assentado no segundo. Momento preponderante, porquanto nele se expressa o fundamento mesmo da sociabilidade e da produção. Por esse motivo, teoricamente a categoria *produtivo/improdutivo* é *compreendida (verstehn)* a partir da *posição (Standpunkt)* do detentor do dinheiro, do capitalista, e não do trabalhador. Posição que não tem sua matriz na metodologia ou na eleição arbitrária de momentos, mas na efetividade da produção de riqueza ao *modus* de capital. Delimitação e compreensão cientificamente expressas numa totalidade de categorias pensadas, as quais não são imediatamente apreensíveis no nível da intuição e representação. A cientificidade marxiana, como já se observou, é de caráter

eminentemente *analítico*, no sentido mais forte e preciso do termo. Faz-se e procede como uma analítica, como exame que decompõe a efetividade imediata, na sua determinidade, nos diversos momentos que a constituem. Parte-se então aqui da síntese de determinações real como pressuposto ineliminável, para reconstruí-la em pensamento, não necessariamente repetindo-se os modos nos quais a experiência corriqueira a enfrenta. Daí a necessária disparidade entre a apreensão científica e aquela possível pelos agentes imediatamente imersos na interatividade social. Distinção entre os níveis *pragmático* e propriamente *conceitual* da cognição. Da ausência dessa diferença, igualmente essencial, Marx dará indicações precisas na crítica à cientificidade incompleta da economia política, mesmo em suas feições clássicas. Cientificidade que, como ressalta em *Introdução de 1857*, paralisa a analítica na etapa da abstração de determinações essenciais, contentando-se em reunir, lógica ou empiricamente, tais categorias abstratas num sistema explicativo. Muitas vezes, o parâmetro será dado, na vigência da incompletude teórica, pela prática corrente, outras tantas por um logicismo, de viés necessariamente idealista (Cf. MARX, 1983, p. 35).

A precisa determinação formal dispõe de uma maneira particular igualmente a questão da *produtividade*. Não apenas num sentido abstrato, como um *plus* genericamente apostado em relação ao tempo e aos recursos, empiricamente considerados, mas em relação à criação do *mais-valor*, como princípio e objetivo da produção capitalista. Marx parte da pressuposição, não somente teórica – mas, antes de tudo, efetiva – de que o resultado da equação produtiva não pode restar em zero. Há que surgir um *a mais* em valor em comparação com o quantum de valor despendido na criação objetiva de valor. Eis o próprio fundamento (*Grundlage*) da existência do capital. Tem-se aqui, ademais, uma retomada largamente mediada pelas diversas precisões conceituais conquistadas no processo de elaboração maduro da crítica da economia política, de questões levantadas já em 1844. Na análise da relação entre capital e trabalho como aquela de natureza central, ressurgem a tematização do trabalho estranhado (*entfremdet Arbeit*) como fundamento da propriedade provada, e não o contrário, como o fazia a economia política: “O capital baseia (*beruht*) sua existência sobre esse tipo de trabalho assalariado produtivo” (MARX, 1993, 26.1, p. 123). O processo de valorização tem como seu alicerce a relação na qual se opera a apropriação

do *mais-valor*. Desde seus primeiros momentos, na troca entre capital e força de trabalho, como alienação da capacidade de trabalhar, penhorada por dinheiro, até o ato de apropriação propriamente dito do mais-valor contido, não obstante invisível, da propriedade privada produzida pelo produtor efetivo.

A produtividade do trabalho sob o modo de produção capitalista se entende sempre em sentido relativo, porquanto seja a produção de um *quantum* de valor que supera aquele da própria força de trabalho do qual é a atividade. Um trabalho que somente repusesse o valor consumido da parte em dinheiro voltada à sua remuneração, que fosse apenas *reprodutivo*, não seria *capitalisticamente* produtivo. As categorias que descrevem uma dada forma objetiva do processo social implicam sempre, no pensamento de Marx, em algum tipo de determinação particular, que reconhece, distingue e fixa uma dada *differentia specifica* de ordem formal, *formell*. Circunscrição formal que, conquanto isso, não remete à configuração de uma pura tipologia epistemicamente fundamentada ou ao exercício de um esquema lógico *a priori*, e sim a determinados modos efetivos de ser de coisas, processos e relações. Efetividade social na qual vige um conjunto articulado de elementos e aspectos que a perfazem como tal; como produção de capital, processo imediato de produção de mercadorias como valorização do valor, por exemplo. Riqueza aqui é exatamente essa quantidade de *sobretalho* incorporada à mercadoria, na forma objetiva de um mais-valor acrescido àquele referente ao valor da força de trabalho.

No que fere à segunda definição smithiana de trabalho produtivo, ao afastar-se da determinação pela forma social, pela relação societária específica na qual se insere a atividade, a elaboração conceitual acaba por desviar-se da distinção conceitual necessária à compreensão da particularidade do modo de produção do capital. Surgem novos elementos que remetem à determinidade concreta da atividade – como a durabilidade, a incorporação ou não do trabalho numa “coisa” etc. – e não mais se referem à *differentia specifica* da relação social *capital*. Desse modo, “Em Smith, a segunda concepção (*Ansicht*) de trabalho ‘produtivo’ e ‘improdutivo’, ou melhor, continuando com a sua outra, resulta em que o primeiro trabalho produz *mercadorias*, o segundo, não produz ‘nenhuma mercadoria’” (MARX, 1993, 26.1, p. 125). O liame social que *põe* o trabalho concreto como trabalho *geral* – cujo valor de uso é *pôr* mais-valor – fica obnubilado em meio às considerações

acerca das determinações empíricas ou imediatas. O capital como relação social, forma de ser, que delimita a existência societária particular de atividade, de seu agente e de seu produto, não é apreendida enquanto tal. A particularidade social é desconsiderada no curso da argumentação de Smith. Ao fazê-lo,

Ele abandona, portanto, a determinação da forma {*FormBestimmung*}, aquela determinação do que é um “trabalhador produtivo” da posição {*Standpunkt*} da produção capitalista; contra os fisiocratas faz valer {*machen geltend*} que a non agricultural class, industrial class reproduz seu próprio salário e, por conseguinte um valor equivalente àquele que ela consome e por meio disso “ela continua ao menos do fundo ou do capital que a empregou”.

Assim nasce a segunda determinação do que seja “trabalho produtivo” em oposição {*Gegensatz*} e em dependência {*Abhängigkeit*} daquela dos fisiocratas (MARX, 1993, 26.1, p.132).

A desconsideração da determinação propriamente *formal*, da categoria como forma social e particular de existir, a cientificidade de Smith termina por reatar com um momento de elaboração científica anterior, a qual já havia superado. A identificação precisa da forma de ser da atividade, da relação social que a determina possui, no discurso marxiano, preponderância sobre as demais determinações. O trabalho deve então ser tomado em referência à forma social da produção, no reconhecimento de sua especificidade, para entender-se seu caráter de produtivo.

Por esse motivo, analiticamente, a própria categoria *trabalho* perde sua aparente simplicidade, ou, melhor ainda, revela seu caráter simples como aparência da determinidade, na medida em que esta *forma* é uma síntese de determinações. Trabalho que, não obstante permaneça referido à produção como tal de valores e mercadoria, revela-se como categoria complexa quando referido à totalidade de articulações que o tornam momento da produção do capital. Por conseguinte, o *trabalho consiste em trabalho pago mais sobretrabalho não pago* (*arbeit besteht aus bezahlter Arbeit plus unbezahlter Surplusarbeit*), ou seja, como categoria da produção de riqueza, o trabalho é ele mesmo um compósito. Composição essa que o define como propriamente *produtivo* do *Standpunkt* social capitalista. Tanto é assim que, mesmo atividades cuja subsunção ao modo capitalista de produção é *economicamente formal* (*ökonomisch-formelles*), como o de artistas, literatos ou prostitutas, apresentam o caráter de produtivos para quem emprega seus agentes.

Trabalhos que não perduram no mundo para além de seu cumprimento, mas que retornam aos seus compradores um mais-valor em relação àquele da força de trabalho contratada. A forma da relação *capital* se impõe mesmo em nichos econômicos distantes da produção direta da riqueza material. Como momento preponderante essa forma de ser social passa a representar o paradigma prático a partir do qual são firmados contratos de prestação de serviços, onde intervenha uma *persona* ao menos análoga a do capitalista. Figura individual que corresponde singularmente à função social que dinheiro e mercadoria assumem na produção de mais-valor: meios de extorsão de *sobretabalho*.

Aprofundando a crítica ao *empirismo* de Smith, Marx determina a mercadoria como *forma*, ou *modo de existência social* (*soziale Existenzweise*), *presumida* (*eingebildete*), do produto do trabalho produtivo. O que será de especial importância na abordagem do valor quando na forma *preço*. Porquanto haja uma duplicidade implícita na delimitação da forma mercadoria como modo de existência social dos produtos do trabalho. De um lado, uma espécie de *objetividade translata*, social, mas igualmente efetiva, vigorando como princípio regulatório da interatividade capitalista. De outra parte, uma *idealidade*, presumida nos trâmites societários e no quiproquó dos valores. Duplicidade que vige na imanência do objeto – no caso, a forma de ser capitalista da riqueza – e no constante remetimento deste ao modo particular do comportamento recíproco dos indivíduos na produção:

Quando falamos de mercadoria como materialidade {*Materiatur*} do trabalho – no sentido de seu valor de troca – trata-se da mesma apenas presumida {*eingebildete*}, um simples modo de existência social da mercadoria, o que não tem a ver com sua realidade corpórea {*körperlichen Realität*}; ela se apresenta assim como *quantum* determinado de trabalho social ou dinheiro. É possível que nem fique rastro do trabalho concreto, do qual ela é o resultado (MARX, 1993, 26.1, p. 141).

Dupla vida da mercadoria que faz ainda mais complexas as mediações sociais da produção, condicionando a possibilidade, ou não, de penetração no âmago das formas de ser. O ato científico de *penetrar* ou *desvendar* (*ergründen*) as determinações é modulado não apenas por variáveis intrínsecas à prática cognitiva ou aquelas referentes ao *Standpunkt social* dos sujeitos. O modo mesmo de existir do objeto pode, segundo o grau de sua intransparência, implicar em algum tipo de refratividade ao olhar científico. Desse modo, a improcedência

epistêmica ou os limites da economia política advém, ao menos em parte, do fato de que *uma relação social se apresenta sob a forma de uma coisa (sich ein gesellschaftliches Verhältnis in der Form eines Dings darstellt)*. A reificação da categoria não se deve então a um mero posicionamento inadequado do pesquisador, mas é determinado pela forma de ser mesma da efetividade da riqueza. Modalidade de existência do mais-valor como valor objetivado que deve percorrer o processo de metamorfose (*Metamorphose*) até alcançar aquela do capital propriamente dito. Por esse motivo, *produtivo* se define sempre por relação à dúplice existência da forma social. De um lado, como *mercadoria, Elementarform* ou *Erscheinungsform*, imediata, aparente do capital; e, de outro lado, como *capital*, forma de ser dos produtos, condições e elementos da produção, a qual está pressuposta à mercadoria, como determinação essencial.

Como a base da cientificidade marxiana reside exatamente na determinação precisa – *differentia specifica* – das formas de existência sociais concretas de entes, processos e relações, o *modus* generalizante de abordar a questão da produtividade do trabalho aparece como expressão da *estreiteza burguesa (bürgerliche Borniertheit)*. Achar (*halten*) que as formas de ser da produção características do capital são naturais da produção humana em geral é a posição subjacente àquela de considerar como produtivos quaisquer trabalhos que criem algo ou tenham um efeito que seja. Desconhecimento ou desconsideração do *Standpunkt* social que determina e delimita na efetividade a questão. Na exata medida em que o capital aparece, pensado (*halten*), como eternidade, as suas categorias particulares também o são tomadas como *em geral*. A-historicidade e empirismo abstrato como geratrizes da cientificidade abstrata da economia política e da ausência de um satisfatório equacionamento da questão formal. O que resulta no não reconhecimento da *differentia specifica* que se arma, como articulação plena de determinações categoriais, e se afirma, como um modo particular de produzir a vida em cada uma das configurações societárias, as quais são igualmente particulares, finitas, determinadas e concretas. O trabalho produtivo em Marx, por isso, aparece delimitado como o elemento mediador da valorização do valor, da transformação do valor inicialmente dado, em cada ciclo, em capital propriamente dito. Nesse sentido, “como trabalho que constitui o mais-valor ou serve ao capital como *agency* para pôr {*zu setzen*} mais-valor, e por isso, pôr-se como capital, como valor se valorizando

{*sich verwertenden Wert*}” (MARX, 1993, 26.1, p. 369). Em momento anterior do texto, quando discute e indica a, inépcia, da concepção de Rossi acerca da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, Marx chama a atenção para que,

Toda a produção capitalista se assenta em que o trabalho seja comprado diretamente, para no processo de produção apropriar-se de uma parte dele *sem compra*, mas a qual *se vende* no produto – o que é a razão da existência, o conceito de capital – é a diferença entre o trabalho, que produz capital, e aquele que não o produz, não é essa a base para compreender o processo de produção capitalista?

{Da die ganze kapitalistische Produktion darauf beruht, daß die Arbeit direkt gekauft wird, um im Prozeß der Produktion einen Teil davon *ohne Kauf* sich anzueignen, den man aber im Produkt *verkauft* – da dies der Existenzgrund, der Begriff des Kapitals ist – ist die Unterscheidung zwischen der Arbeit, die Kapital produziert, und der, die es nicht produziert, nicht die Basis, um den kapitalistischen Produktionsprozeß zu verstehn?} (MARX, 1993, 26.1, p.265).

Ou seja, assevera-se aqui a importância fundamental do remetimento do problema à forma de ser da produção do capital enquanto tal e afasta os modos abstratos de tratamento da questão, tomar *produtivo* num sentido geral. Para esse autor criticado por Marx, a produtividade é abordada num grau tão extremo de generalidade, onde o trabalho do doméstico, por exemplo, por produzir para ele seu sustento acabaria podendo ser reconhecido como produtivo. Nesse diapasão, todas as formas de atividades seriam produtivas sob a única condição de serem remuneradas de alguma forma. Páginas à frente, ainda ocupando-se de Rossi, Marx chama a atenção para o modo abstrato – e equivocado – como este põe a questão, porquanto não distingue a importância da distinção, entre as *formas de troca*, de específicas relações sociais de produção, nas quais o trabalho remunerado pode estar inserido. Rossi não percebe nem tematiza as diferenças essenciais havidas entre a troca por rendimento e aquela por capital propriamente dito. Nesse sentido, cai na superficialidade de subsumir a forma social particular concreta sob uma rubrica geral e vazia, *troca*, sem atinar para o quanto cada uma delas representa objetivamente de distinto para a produção dos valores:

[Que as] “*formes d’échanges*” apareçam {*erscheinen*} a Rossi indiferentes {*gleichgültig*}, é apenas como se o fisiologista dissesse que as formas de vida determinadas fossem indiferentes, fossem todas apenas formas da matéria orgânica. Essas formas são as que unicamente

importam, quando se trata de entender {*aufzufassen*} o caráter específico de um modo de produção social (MARX, 1993, 26.1, p. 268).

O trabalho assalariado e aquele do artesão independente “*Und diese Formen sind bestimmend für den stofflichen Reichtum selbst*”. Em outros termos, as formas particulares de troca entre o sujeito produtor e aquele que o remunera indicam, cada uma, a especificidade da determinação econômica de que se reveste a própria atividade produtiva; como simples produtora de valores ou como produtora propriamente de capital. São formas de determinação da existência concreta e finita dos indivíduos sociais, de suas atividades e dos produtos destas.

O que se percebe na tematização marxiana é a determinação da relação social como forma de ser ou um modo de existência. O capital, por exemplo, não é coisa, mas uma dada maneira de existir de condições de produção. Forma de existir que particulariza o ente ou o predicado objetivo em questão. A relação entre capital e trabalho, na qual o segundo é apropriado pelo primeiro termo é um caso típico disso. A compra ou aquisição em penhora da força de trabalho pelo capital é a incorporação desta ao capital, como objetivação do capital variável, em vista de seu uso como momento essencial do processo de valorização. O trabalho, a atividade produtiva, converte-se assim em modo de existir da produção de riqueza, como pletora de coisas cuja função precípua é servir de receptáculo do mais-valor. Ser capital torna-se a *enteléquia* dos produtos do trabalho. A existência atual desses últimos, da qual a *energeia* são as condições objetivas e subjetivas assimiladas ao capital, é precisamente a da mercadoria, forma de ser na qual se encapsula o mais-valor na unidade de valor e valor de uso. O trabalho vivo, de condição subjetiva da produção, transmuta-se, na operação imediata da produção como valorização, em forma atual de ser do capital, em capital variável em atividade. Decorre disso, que a produção de mais-valor por meio da absorção das forças produtivas, de determinação econômica de caráter sócio-histórico, como se observa em trecho já anteriormente referido:

(...) aparece {*erscheint*} como propriedade natural {*Natureigenschaft*} do capital – por conseguinte, como uma propriedade provinda {*hervorquellende*} de seu valor de uso – por força disso, inversamente, o sobretrabalho e as forças produtivas sociais do trabalho se vindicam {*sich zu vindizieren*} como propriedade natural do trabalho, as próprias forças produtivas sociais deste se põem com forças produtivas do capital e o

excedente mesmo deste como mais-valor, como autovalorização {*Selbstverwertung*} do capital (MARX, 1993, 26.1, p.370).

Uma das consequências mais importantes que resultam da analítica marxiana é a fixação de um padrão de cientificidade no qual conhecer é, sobretudo, *distinguir* as formas de ser específicas das coisas – sejam entes ou processos de entificação – no desvendamento da determinação particular precisa. Conhecer não é somente, nem principalmente, enquadrar a coisa numa categoria, exercitando uma forma de taxonomia, mas é antes *diferenciar, determinar, especificar*. Operação que desentranha as categorias fundamentais existentes, não obstante contraditoriamente, na *determinidade* das coisas mesmas. O que constitui e arrima a oposição marxiana à *die Weisheit der modernen Ökonomen*, a qual consiste em exatamente abstrair a *differentia specifica*. No caso particular da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, trata-se, num dado momento de estabelecer “por contraste”, a determinação do trabalho produtivo: o “funcionamento” de atividade e dinheiro como capital, como elementos que engendram do mais-valor e reproduzem a relação/forma de ser capital. Funcionar aqui não se resume categorialmente ao aspecto mais imediato, empírico, mas se refere a um dado modo de existir. Funcionar é assumir uma dada função num quadro de determinações e relações. É um existir atualmente “*como...*” concreto e efetivo. Existência atual que se define e se delimita em remetimento à forma específica de cada processo no qual a categoria toma parte. Processos que encerram um conjunto particular de relações entre entes, as quais os adstringem e circunscrevem o âmbito próprio destes. O que define a relação social como forma de existir e não somente como nexos imediatos e contingentes de coisas e sujeitos. O dinheiro, por exemplo, pode existir ou *funcionar* como meio de pagamento ou como capital, pode transformar-se em um determinado valor de uso a ser consumido como tal ou pode metamorfosear-se em valor que se valoriza pelo processo imediato de produção. O dinheiro assume assim determinadas formas de existir na medida em que é posto como meio de relações sociais também determinadas. Se, por um lado, um alfaiate frente ao consumidor imediato de vestimentas é tão somente fornecedor de um valor de uso, por outro lado,

(...) o serviço que o mesmo trabalhador alfaiate, empregado por um merchant-tailor, presta a este capitalista, de modo algum a esse respeito é

que ele transforme tecido em calças, mas é que o tempo de trabalho objetivado numa calça = 12 horas de trabalho e o salário que o alfaiate recebe = 6 horas. O serviço que ele presta consiste em que ele tenha trabalhado 6 horas gratuitamente. Que isso aconteça sob a forma da alfaiataria apenas *oculta* {*versteckt*} a relação efetiva {*wirkliche Verhältnis*} (MARX, 1993, 26.1, p.379).

Nesse sentido, a mesma atividade pode apresentar-se, ou existir, em determinações diametralmente distintas, como produtora de valor de uso, quando relacionada à renda e ao consumo pessoal, e como criadora de mais-valor no interior da relação entre capital e trabalho. Duas formas de ser distintas que se realizam em quadros de relações sociais distintos. A identidade imediata dos dois processos de intercâmbio, os quais envolvem as figuras do comprador e do vendedor, é apenas aparente, “dissimula” ou escamoteia a relação real de produção. A determinidade da relação de intercâmbio monetariamente mediada – o fato de sempre trocar-se trabalho por dinheiro – pode muito bem ocultar ou obnubilar a especificidade da relação de produção que determina o trabalho como economicamente produtivo. O que se impõe cientificamente a Marx é identificar a ordem de determinações que delimita e preside o processo de produção sob a sua forma capitalista.

Determinação geral que se afirma e se explicita com clareza na análise empreendida por Marx com relação à problemática do trabalho produtivo. Tanto em referência ao processo de produção/valorização considerado como um todo e quanto para com o produto como objetivação de uma gama variada de atividades e de capacidades de trabalho diferentes – e de valores igualmente diversos. Processo de produção que pode se exprimir como um único produto, um único valor objetivado. Contingência essa que não altera em nada a vigência da forma de ser da produção e nem do comportamento *vis-à-vis* das diversas forças de trabalho vivas com o capital. Pois, por variegadas que possam ser as funções cumpridas – mais diretas ou mais indiretas com relação à produção concreta – pelos assalariados no decorrer do processo,

(...) *a totalidade desses trabalhadores*, que possuem forças de trabalho de valores diferentes, ainda que a massa empregada mantenha-se mais ou menos no mesmo nível, produz um resultado o qual, considerando-se o *resultado* do simples processo de trabalho, se expressa numa mercadoria ou em um *produto material*; e todos, em conjunto, como atelier, são a máquina viva de produção desses *produtos*, de modo que, considerando-se o processo de produção em seu conjunto, eles trocam seu trabalho por

capital e reproduzem o dinheiro do capitalista como capital, isto é como um valor que se valoriza, um valor que se incrementa (MARX, 1993, 26.1, p. 386).

Não obstante a forma imediata das atividades seja diferente, porquanto são trocadas imediatamente pelo dinheiro na função social de capital, incrementam o valor posto no processo imediato de produção/valorização. Na medida em que o trabalho dessas se compõe de alíquotas paga e não paga, a qual é apropriada para além da remuneração do valor da própria força de trabalho, o primeiro pode considerar-se de um ponto de vista categorial como *produtivo*.

A determinação da atividade pelo capital, assim configurada permite compreender, num enquadramento diferente daquele usualmente observado a origem das classes, com suas frações. Diversamente da postura contemporaneamente dominante nas ciências sociais, nas quais, se parte da existência abstrata das camadas sociais em confronto, em Marx, a própria configuração da sociabilidade em classes se dá em função da forma social da produção. A divisão de classes é dada segundo o caráter específico – produtivo ou não – de cada uma destas categorias, a partir de sua relação para com o capital. O desenvolvimento da produção como produção social de objetos, sujeitos e processos. Diferenciação e especificação categoriais correspondentes às alterações havidas nos elementos e na totalidade da vida social. Processualidade histórica que instaura diferenças concretas, pondo modalidades novas de remetimento à forma social de produção da vida, as quais põem a diversidade no seio da unidade. Um exemplo disso é a liberação de tempo de *não trabalho* como pressuposição do incremento da criação de formações ideais mais sofisticadas e distantes da prática vital, formas de ideologia, como arte, ciência, filosofia etc. (Cf. MARX, 1993, 26.1, p. 314-315). Relações sociais não são, por conseguinte, *estruturas*, formações modais transhistóricas, mas maneiras de ser efetivas dos indivíduos, atividade e objetos. A sociabilidade, conjunto concatenado de formas de ser, é o espaço de formatação de elementos e modos realização, sempre particulares.

Desse modo, o modo socialmente determinado de articulação das categorias da produção delimita não somente as formas de ser da atividade, mas também aquelas sob as quais os indivíduos existem. As *personæ* da produção são *formas concretas* das relações

sociais determinantes. Capitalista e trabalhador assalariado aparecem como *função* (*Funktion*) de capital e força de trabalho, respectivamente:

(...) o capitalista enquanto tal é apenas um função do capital, o trabalhador, uma função da capacidade de trabalho {*Arbeitsvermögen*}. É, pois, também uma lei {*Gesetz*}, que o desenvolvimento econômico reparta as funções entre diferentes pessoas; o artesão ou o camponês que produz com os seus próprios meios de produção, ou bem se transforma pouco a pouco em um pequeno capitalista, que explora também o trabalho de outrem, ou bem ele perderá seus meios de produção, (...) e será transformado em trabalhador assalariado (MARX, 1993, 26.1, p. 384).

Modos de existência, concretos, particulares e reais dos indivíduos sociais vivos e ativos que balizam a interatividade. Forma de reciprocidade determinada a qual se põe aquém e além das consciências e vontades, resultante da rede de relações efetivas, do modo particular de comportamento societário historicamente constituído.

A esse respeito, Marx caracteriza o desenvolvimento das formas individuais de ser como algo determinado pela forma específica das relações sociais que predomina (*vorherrscht*) numa determinada formação societária. Predominância ou preponderância que subsume sob o *modus* de uma lei ou regra (*Gesetz*) que regula a efetividade. Normatividade dinâmica, que se verifica no desenvolvimento da sociabilidade sob a prevalência duma determinada forma de ser de coisas, relações e processos. Dinâmica real de desenvolvimento que aparece como *tendência* (*Tendenz*) de subsunção das relações e das *personæ* nelas envolvidas à forma de ser característica de um modo de produzir a vida. No que tange ao capital, como essa forma social de ser da produção, a determinação que vigora na relação entre os sujeitos que trabalham e os meios de sua produção é a da *Trennung*, da separação. Apartar os indivíduos que produzem dos seus meios de atividade, introduzindo a figura do proprietário capitalista, é a *démarche* regulatória do capital. Reconfiguração da figura do trabalhador em vendedor de força de trabalho livre que exige como pressuposto real a separação entre ele e os meios de sua produção, como *potência autônoma frente ao trabalhador* (*Macht der Arbeit gegenüber verselbständigt*). Uma determinada forma de ser, de existir concreta e efetivamente, dos próprios meios de produção que não se põe, necessariamente por motivos técnicos, mas a qual pode modular o desenvolvimento da força produtiva. Forças produtivas sociais cuja efetividade é a extração

crescente e sofisticada de *mais-trabalho*, a ser apropriado na e pela propriedade constituída em pressuposto da produção, a ser reproduzido continuamente a cada ciclo. Nesse contexto, a mediação entre trabalhador e meios de atividade é um terceiro estranho, mas essencial à produção do capital, o qual quer apareça quer não na figura concreta de *um* indivíduo, é posto pelo *telos* mesmo da produção de *mais-valor*.

Lei que descreve uma *tendência imanente* à forma societária preponderante, como articulação real que subsume ao modo duma totalidade historicamente estruturada todos os processos e relações existentes. Formas de atividade e de propriedade de meios de produção que, conquanto permaneçam os modos peculiares de reconhecimento e exercício das mesmas, ou bem elas são assumidas, em alguma medida, no interior do processo de produção/valorização, ou bem elas, e suas correspondentes *personæ*, são extintas. A transformação da posse heráldica da terra que se converte em *arrendamento*, com a geração de uma renda a onerar a produção de mais-valor ou a persistência de ofícios e ocupações na modalidade de *profissões liberais*. Maneiras de sobrevivência, as quais, em que pese a virtual contradição com a *nomos* geral do capital, acabam sendo, pelo desenvolvimento histórico efetivo, assimiladas no quadro da divisão social do trabalho, quando não são pura e simplesmente submetidas como as mediações da produção. A preservação do direito como *organon* e como exercício, agora voltado à manutenção e vigília da ordem da propriedade privada capitalista é um exemplo disso. A lida com as regras e leis que disciplinam os contratos, as quais expressam na forma da universalidade as assimetrias necessárias e inerentes à relação capital, pode ela mesma tomar a figura palpável de uma empresa capitalista, subsumindo *formalmente* o ofício de juristas e advogados aos ditames da valorização do valor.

Nesse sentido, a interatividade se explicita em Marx como totalidade determinada e determinante de nexos sociais nos quais os indivíduos sociais *vivos e ativos* existem reciprocamente. O que não redundaria na afirmação de uma multiplicidade de relações cujo peso específico ou bem não exista ou bem seja o mesmo. Ao contrário, a cientificidade marxiana, ao identificar, o momento da produção da riqueza como *mais-valor*, no processo imediato de produção de mercadorias como portadores do excedente em valor (em relação ao da força de trabalho), explicita a relação social de produção capitalista como núcleo de

determinação da sociabilidade do capital. Assim, a troca entre capital e trabalho, transcorrida efetivamente entre indivíduos concretos, em funções sociais conexas, mas contraditórias, é apontada como momento predominante da totalidade social capitalista. Totalidade que põe na relação entre capital e trabalho a virtualidade da valorização, porquanto o primeiro adquira, sem pagamento, a posição futura de mais-valor pelo segundo. A atividade objetiva da força de trabalho realiza, na produção de mais-valor no processo de produção imediato, o que se deu apenas potencialmente no intercâmbio acima referido: a “apropriação do trabalho vivo de outrem pelo trabalho objetivado” (*Aneignung fremder lebendiger Arbeit durch vergegenständlichte Arbeit*). Apropriação que se desenrola efetivamente somente no segundo momento dessa relação, como seu *telos* inerente, na produção do mais-valor realizado na produção de mercadorias. O que não é visível na imediatidade da vida econômica. Por isso, a crítica marxiana ao empirismo da economia vulgar. A fixação na imediatidade da relação entre capital e trabalho, a qual é formalmente igualitária, não indica a partir da análise desta determinidade a relação específica, de apropriação virtual do mais-valor, que transcorre *au fond*. Aquisição de capacidade de objetivação na forma da mercadoria que coloca o capital na posse gratuita do mais-valor. O que configura a distinção marxiana entre a forma da determinidade imediata, a qual pode expressar-se como igualdade entre livres negociantes na forma da lei e a *differentia specifica*, a qual constitui a determinação social central.

III

A Precedência da Determinação pela Forma

Assim, o exame do conceito de *trabalho produtivo* procedido por Marx indica e sintetiza as principais determinações da atividade na qual se cria especificamente *valor* e não apenas valor de uso. Por conseguinte, não se trata do *trabalho em geral*, mas duma forma específica, determinada, da atividade produtiva, que extravasa a sua condição mais simples e comum de produção de artigos ou efeitos destinados ao preenchimento de carecimentos. Por esse motivo, “O trabalho, como simples serviço destinado a satisfazer necessidades imediatas, nada tem a ver com o capital, pois o capital tem por meta esta satisfação” (MARX, 1983, p. 198). Nesse contexto, o que está em tela é a criação de

valores, cuja existência material ou objetiva deve ser suporte e veículo de um *mais-valor* posto no processo imediato de produção. Estabelece-se assim a *differentia specifica* que determina o trabalho como elemento essencial da interatividade do capital. O momento preponderante é a determinação pela reprodução do capital, uma categoria *econômica*, ou seja, atinente ao processo de produção da vida humana, e não de cunho moral ou ético. O *Übergreifend Moment* é estabelecido em função da vigência concreta da forma *capital* a qual se coloca como determinação para quem e para além da determinidade imediata de atividades e produtos. Não é o caráter imediato ou efetivo, assentado na forma física ou real dos produtos, que faz do trabalho algo, capitalisticamente, produtivo, e sim a produção de *mais-valor* por meio da produção de valores: “*O trabalho produtivo é simplesmente aquele que produz capital*” (MARX, 1983, p. 226).

Assim sendo, o trabalho em sua determinidade se referencia por sua relação ao capital, e não como atividade pura ou categoria sócio-antropológica. É uma forma específica de produção de riqueza, historicamente determinada, na qual o trabalho, como atividade, e a força de trabalho, como capacidade de produzir, têm uma existência delimitada, são e aparecem como mercadoria. Desse modo,

O trabalho apenas é valor de uso para o capital, e o é do próprio capital, isto é atividade mediadora pela qual este se valoriza. O capital, enquanto reproduz e acresce seu valor, é valor de troca autônomo (dinheiro) como processo, como processo de valorização (MARX, 1993, 26.1, idem).

O capital aparece aqui em sua determinação essencial, não como “coisa”, mas como relação social de valorização, de elevação do seu valor, por meio da produção de novos valores. Esse é o sentido estrito de delimitar o capital *como processo*, como uma dada relação societária na qual se insere a atividade criadora de valor. Como trabalho produtivo, a atividade do trabalhador deve satisfazer essa exigência precípua. Deve tornar-se valor de uso para a valorização do capital. A conexão assim delineada entre a produção imediata e a forma social da produção converte o trabalho em mediação do capital, em meio de efetivação da relação e de sua resultante. Processualidade social que tem como um de seus momentos mais decisivos a assimilação do próprio trabalho, da atividade sensível concreta (por meio da absorção do princípio subjetivo real – a *arbeitsvermögen*), ao capital como tal. Posição de uma ordem de relações na qual se passa a transfiguração do trabalho mesmo,

uma dação de forma nova de existir, que vige como determinação essencial da atividade, da realização concreta de fins e da produção. O valor de uso mesmo é reconfigurado, distanciando-se da sua determinidade concreta, no sentido de assumir um caráter em segunda potência, mas igualmente objetiva, com implicações para o trabalhador em sua relação com a atividade e com suas próprias potências produtivas: “Por conseguinte, o trabalho não existe como valor de uso para o trabalhador, não existe para ele, conseqüentemente, para ele como *força produtora* de riqueza, como meio ou atividade de enriquecimento” (MARX, 1983, p. 227). E isso tanto frente ao capital, enquanto possuindo um valor de uso *sui generis* – o de pôr valor novo –, quanto ao trabalhador, por possuir um dado valor.

Tais características advêm da determinação do *trabalho produtivo* a partir do modo de produção social da vida particular e efetivo, tendo por centro aquela de caráter *formal*, arrimada na forma de ser específica, concreta, da interatividade social. No caso, um modo de interatividade no qual a atividade, ou antes, seu pressuposto individual – a existência real de uma capacidade de efetivação – se troca por capital. Intercâmbio no qual pressuposição e *telos* se definem pelo incremento de valor do capital, a produção não somente de um valor, mas, por meio desta, de um *mais-valor* contido naquele. O quantum de valor que supere aquele invertido na aquisição penhorada do uso da capacidade de objetivação do trabalhador. Nesse sentido, somente é produtiva, a força de trabalho cuja posição de valor resulte num valor maior que o dela. Por conseguinte, apenas a atividade produtiva que ponha um valor superior àquele do pressuposto individual da produção, pode ser considerada como efetivamente produtiva:

O trabalho produtivo, no sentido do capital {*Sinn der kapitalistischen Produktion*}, é o trabalho assalariado que, em troca da parte variável do capital (da parte do capital desembolsada em salário), não somente reproduz esta parte do capital, ou o valor de sua própria capacidade de trabalho {*Arbeitsvermögen*}, mas produz, além disso, mais-valor para o capitalista (MARX, 1993, 26.1, p. 122).

O *übergreifendes Moment* do processo de produção, a sua específica forma histórico-social, se efetiva na relação entre capital e força de trabalho e imprime o cunho de produtivo ao trabalho. Como trabalho produtor de riqueza, a categoria *trabalho produtivo* indica a

natureza mesma da produção capitalista, o talhe particular que formata e delimita o conjunto dos resultados do processo produtivo.

Portanto, a riqueza mesma é entendida marxianamente como determinada *forma de ser* ou *relação social* e não diretamente no sentido empírico imediato, como massa de valores objetivos dados. O que pode ver-se na discussão levada a efeito contra Ganilh nas *Theorien über den Mehrwert*, por exemplo, acerca da variação do valor em função da diminuição da população produtiva posta pelo desenvolvimento das forças produtivas, capitalisticamente apropriado: “O valor excedente pode mesmo aumentar, sem que a quantidade do produto total aumente” (Der Surpluswert kann sogar nun steigen, ohne daß das Quantum des Gesamtprodukts steigt) (MARX, 1993, 26.1, p. 187). A riqueza como valor, ou ainda *mais-valor*, denuncia na sua relatividade constitutiva a sua natureza social. Uma quantidade igual, ou até menor, de valores empiricamente dados pode conter, em comparação com momentos anteriores da produção de mercadorias, um quantum maior de *mais-valor*, portanto maior de riqueza. Isso porque porquanto no tempo de sua produção se realiza uma maior proporção de *mais-valor*, de tempo social de trabalho acima das necessidades da força de trabalho, em referência ao tempo necessário à reprodução do sujeito que trabalha como trabalhador assalariado. O trabalho deste não é apenas *produtivo*, mas se torna *mais produtivo* em função da alteração na divisão de tempo de trabalho. Quanto maior o *sobretempo* maior a riqueza. A riqueza, no caso, a produção de *mais-valor* como capital, é uma forma social do produto, do tempo e da atividade, bem como das condições desta. A massa empírica dos produtos do trabalho constitui a forma objetiva imediata da riqueza, mas esta não se resume àquela, nem lhe é idêntica.

No interior do quadro de determinações acima referido, a distinção categorial *produtivo/improdutivo* se inscreve também no registro das relações proporcionais entre tempo necessário de trabalho e tempo excedente. Proporcionalidade que transborda o terreno do meramente pragmático, mas tende a efetivar a forma social que preside a sociabilidade, como determinação do desenvolvimento da reprodução do capital. Nesse contexto, pode ser situado o incremento das forças produtivas que permite e exige o deslocamento de tempo/*mais-tempo* de trabalho para o aprimoramento das condições, primárias ou secundárias, do processo de valorização. Percepção que já havia levado

Ricardo, por exemplo, a defender posição favorável à diminuição da massa de trabalhadores produtivos porquanto isto resultasse de um aumento efetivo da produtividade, isto é da produção de *mais-valor*, do trabalho que produz *mais-valor* numa taxa maior via progresso das forças produtivas. Nesse contexto,

(...) a tendência do capital é reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias a um *minimum* decrescente, portanto a reduzir igualmente o número da população produtiva *em relação* à massa do produto. Mas, por outro lado, sua tendência inversa é a de acumular, de transformar lucro em capital, de se apropriar o mais que possível de trabalho de outrem (MARX, 1993, 26.1, p. 199).

Produtividade social que se realiza contraditoriamente na vigência de duas tendências inerentes e imanentes à produção do capital. De um lado, a diminuição crescente do *quantum* de trabalho necessário em relação àquele excedente. De outro lado, o impulso de apropriar-se o mais que puder de trabalho como *sobretabalho* e, para tanto, de empregar igualmente a maior quantidade possível de trabalho produtivo. O desenvolvimento da maquinaria como força produtiva do capital incorpora e expressa essa contradição essencial. Contraditoriedade que opera como modo de efetivação do desenvolvimento do processo de produção de riqueza como capital e não como uma anomalia sistêmica. O *trabalho produtivo* se configura também como forma de relação da atividade, e de seus sujeitos reais, com suas condições existindo como capital.

Desse modo, o trabalho produtivo se determina por sua referência à produção de mais-valor. O trabalho aparece como agente de produção do capital como tal, isto é, como valor que se valoriza (*als sich verwertenden Wert zu setzen*), por meio do acrescentamento ao capital variável, despendido na aquisição de força de trabalho, de um *plus*. A produtividade do trabalho em sua subsunção geral ao capital se define como *coação ao sobretabalho* (*Zwang zur Surplusarbeit*), fornecimento de um quantum de tempo de trabalho, de valor, que supera aquele requerido à simples reprodução da força de trabalho, ao capital despendido como *capital variável*. Uma coação que se põe como inovadora, não obstante seja um elemento comum do capital com os modos de produção não capitalistas, ao arremeter a própria produção na direção de uma ampliação sem limites outros que não aqueles que lhe são economicamente inerentes.

É por meio dessa série de precisões categoriais, não metodológicas (ao menos, não antes de tudo) que Marx intervém na querela acerca daquilo que confere caráter propriamente *produtivo* em oposição a *improdutivo* ao trabalho. Pressuposição teórica que remete a questão em tela àquela da proporção havida na repartição do lucro em *capital* efetivo e *rendimento*, bem como a do capital como totalidade cindida da produção social em momentos de aparente contradição insolúvel. A base é e permanece sendo a evidência da extorsão de *mais-valor*, como *mais-tempo de trabalho* não remunerado. O qual constitui o fundo comum produzido donde se deduz o pagamento, via rendimento pessoal ou de classe (remuneração de atividades improdutivas, juros, posse de terrenos etc.), do trabalho improdutivo adjunto ou não à produção de *mais-valor* propriamente dita. Relação essa que expressa no nível da aparência imediata, no qual se percebem as partes alíquotas do capital na forma de *fontes de rendimento*, a conexão mais essencial entre o rendimento e o capital propriamente dito:

Se os trabalhadores produtivos são aqueles pagos pelo capital, e os trabalhadores improdutivos aqueles que são pagos pelo rendimento, é manifesto que a relação da classe produtiva à classe improdutiva é aquela do capital ao rendimento. Entretanto, o crescimento proporcional das duas classes não dependerá somente da relação existente entre a massa dos capitais e a massa dos rendimentos. Dependerá da proporção na qual o rendimento (lucro) crescente se transforma em capital ou é gasto como rendimento (MARX, 1993, 26.1, p. 171).

Além da evidenciação da determinação de cunho geral acima explicitada, cabe ressaltar o fato de o procedimento analítico marxiano buscar sempre a delimitação precisa e detalhada das categorias. Nesse sentido, não apenas o *rendimento* é remetido a sua fundamental com a produção do mais-valor, não sendo tomado como *fonte de renda* ou *fator econômico*, como dado, mas este mesmo tem seu duplo caráter de determinação revelado. O rendimento, em sua forma mais primária, é aquele que se manifesta como *lucro*, dedução ou sobra final sobre o mais-valor em relação ao capital como um todo, sendo sua aparição enquanto fundo destinado à manutenção dos trabalhadores improdutivos, uma forma social derivada e determinada. O que patenteia mais uma vez o talhe das categorias científicas no pensamento marxiano. Essas se entendem sempre como figuras ideais que têm sua validade

calcada na reprodução pensada da efetividade social e não como meros componentes de uma arquitetura lógica de qualquer natureza.

Aprofundando ainda mais esse liame determinativo que une a *forma* rendimento àquela do capital, ao momento preponderante do complexo da produção do capital, surgem na argumentação de Marx definições de rendimento que explicitam essa concatenação essencial. Dessa maneira, a categoria de *rendimento* (*revenue*) se demarca em diferença, mas conectada, a de *capital*: “A forma do rendimento apenas pode intervir (*eingreifen*) ou emergir (*hervortreten*), lá onde a forma do capital lhe defronta (*gegenübertritt*)” (MARX, 1993, 26.1, p. 205). Rendimento é aqui idêntico à massa de valores destinados direta e unicamente ao consumo individual em distinção à categoria *capital*, relação social na qual as condições e os produtos da produção se destinam imediatamente à valorização de seu valor. A categoria *revenue* abrange salário e lucro. Conquanto sejam determinações diferentes, rendimento e capital não estão isolados, mas apresentam relações e conexões, sendo intercambiáveis no circuito de realização do capital, o qual inclui os momentos da troca e da circulação como aspectos decisivos. Na análise da série relações e interações que conectam as *formas sociais* rendimento e capital, nos intercâmbios observados no modo capitalista de produção, Marx reafirma ao fim e ao cabo o primado científico da *differentia specifica*. Porquanto objetiva à economia política, mesmo em sua versão clássica a indistinção para com o talhe das relações econômicas vigentes na sociabilidade do capital. Assim recusa decididamente a identidade abstrata proposta por Smith entre as várias modalidades de intercâmbio postas e realizadas continuamente no circuito da valorização do valor, quando este iguala as trocas havidas entre *dealers* reciprocamente àquelas ocorridas entre estes e os indivíduos como consumidores imediatos. Em Smith tudo se passa como a produção em sua totalidade se resolvesse na categoria de *rendimento* tomada abstratamente (aí inclusa a indiferença entre salário e lucro). Ou seja, há a denúncia da identidade abstrata entre a troca de capital por capital e capital por rendimento:

A argumentação de Smith segundo a qual a troca entre negociantes deve ser equivalente àquela entre negociantes e consumidores (ele concebe assim consumidores imediatos e não industriais, que ele mesmo considera negociantes) é, portanto falsa. Ela repousa sobre o falso teorema de que o produto total se resolve em rendimento, e de fato significa apenas que a parte da troca de mercadorias que é igual a

exchange between capital e rendimento é igual a total exchange of commodities. {Der Satz von A. Smith, daß der trade zwischen dealers gleich sein muß dem trade zwischen dealers und consumers (worunter unmittelbare Konsumenten zu verstehn, nicht industrielle, die er selbst zu den dealers rechnet), also falsch. Er beruht auf seinem falschen Satz, daß sich ue das ganze Produkt in Revenue auflöst, und heißt in der Tat nur, daß der Teil des Warenaustauschs, der gleich exchange between capital and revenue, gleich ist dem total exchange of commodities} (MARX, 1993, 26.1, p. 221).

A identificação e explícita da *differentia specifica* é o cerne da cientificidade do discurso marxiano. Assim, cabe s analítica flagrar e esclarecer o feixe de determinações que preside em que cada momento de um complexo categorial, discernindo cuidadosa e rigorosamente as formas de ser que se articulam na totalidade da produção de riqueza. As categorias perdem, nesse contexto, sua aparência simples e unívoca, revelando seu núcleo determinativo prenhe de complexidade e de implicações efetivas. Desse modo, as categorias não são modelos abstratos ou tipológicos gerais sob os quais se enquadrem as relações e os seus sujeitos reais, mas formas de existir das interações e de seus agentes concretos. O esforço cognitivo marxiano consiste, mesmo quando remete as categorias à forma de ser da sociabilidade, em desvelar os matizes e as transições próprias a cada relação social particular, desnudando-as em sua especificidade.

Ainda a esse respeito, igualmente importante é a distinção de níveis de determinação categorial. O que se observa em especial quando Marx, páginas à frente do mesmo escrito, retoma a questão da existência de uma dúplice posição em Smith acerca do trabalho *produtivo/improdutivo*. A delimitação *formal*, que indica o talhe da relação social na qual se insere a atividade produtiva, tem o primado. Assim, o decisivo teoricamente foi, e continua sendo, a identificação da forma social do trabalho, dada pelo tipo de conexão societária concreta na qual este é exercido. O ponto determinativo reside na subsunção da atividade produtiva à relação social *capital* e não na sua efetuação empírica ou nos seus resultados diretamente objetivos, a geração de um valor de uso. À ausência dessa distinção, e do tratamento categorial correspondente, Marx denomina *compound* (*composto, combinação, mistura, amálgama*) (MARX, 1993, 26.1, p. 228). Dois níveis de determinação categorial são então ajuntados, amalgamados, perdendo-se de vista o ponto essencial da discussão: o que pode determinar o caráter de qualquer atividade como

capitalisticamente produtiva. O que evidentemente não resolve toda a objeção teórica marxiana a Smith. Outro aspecto importante da questão é aquele da *determinação histórico-social do pensamento*, em particular, a maturação ou o grau de desenvolvimento da própria coisa. Ou seja, do modo social capitalista de produção e suas formas características, incluindo aí a coincidência do momento da analítica com aquele em que as determinações atingem certo de vigência, e até de irreversibilidade. No caso de Smith, a ausência da *grande indústria* propriamente dita faz com que sua argumentação tenda a resolver a grandeza do capital total naquele da parte destinada a manter o trabalho produtivo, a *comandar* trabalho, salário. A articulação desses dois aspectos complicadores no pensamento de Smith dá azo a dois outros problemas. Em primeiro lugar, à concepção da vigência abstrata das formas da produção do capital, no sentido de sua a-historicidade, mediante a qual ele passa a comparar formas de sociabilidade do capital, com graus e histórias de desenvolvimento muito diversos, a partir da prevalência numa ou noutra do trabalho produtivo. Em segundo lugar, como consequência, dá também advento às *homilias* (*Homilien*) do escocês a favor das virtudes do *homme économe*. A cientificidade da moderna economia se dissolve assim em moralidade abstrata (MARX, 1993, 26.1, p.234-235).

Tal é, pois, o sentido que ganha a reflexão de Smith quando este pretende discernir entre o *labour* produtivo e improdutivo a partir da durabilidade dos produtos ou efeitos da atividade. Aqui, a questão se complica ainda mais na medida em que retoma, inadvertida e transversalmente, a posição do mercantilismo ao asseverar acerca da centralidade do dinheiro – e de seus modos aparentes de existir, ouro e prata – frente às demais mercadorias. Marx chama a atenção para o fato de que por detrás da aparência fetichista se oculta a determinação do dinheiro como figura autônoma e durável do valor. A teorização de Smith repisa esse terreno porquanto busque identificar no produto da atividade a duração enquanto ente de valor dos produtos do trabalho. Assim, trabalho produtivo seria aquele que se incorporaria em produtos e/ou efeitos vendáveis – essencialmente intercambiáveis – e que se preservam como valor no curso do tempo, uma vez que o “consumo abole (*aufhebt*) apenas lentamente (*langsam*) sua qualidade (*Möglichkeit*) de ser mercadoria ou de portador do valor de troca” (MARX, 1993, 26.1, p. 276). Ainda que o faça sem retomar o

aspecto reificante dos autores que lhe são anteriores, os quais confundem a categoria dinheiro como tal com sua forma material objetiva, Smith aplica o critério mercantilista no cotejamento que procede entre a produção objetiva de valor e os *services*. Nesse diapasão, Smith teria acrescentado à tematização do mercantilismo a distinção entre o dinheiro como caráter que é comum a todas as mercadorias frente aos invólucros (*Verhüllung*) nos quais o mesmo está guardado e oculto. Acréscimo que se revela, segundo Marx, um verdadeiro adensamento porquanto entesourado como metal precioso ou moeda imediata, o valor realizado perde a possibilidade de reproduzir-se ampliando a sua própria grandeza pela via de seu consumo produtivo.

Toda a série de momentos analíticos é que permite à posição marxiana denunciar criticamente, isto é, como produto da análise, a *estreiteza burguesa*, o empirismo abstrato que toma formas históricossociais de ser da produção como categorias naturalmente dadas, absolutas ou transhistóricas. O que resulta em tratar as abstrações, formações ideais correspondentes a dados aspectos determinantes de um complexo, de modo *não razoável, em geral*:

Somente a estreiteza burguesa, que toma as formas capitalistas mesmas de produção por formas absolutas – portanto, por formas naturais, eternas, da produção – pode confundir a questão de saber o que é o *trabalho produtivo* da posição {*Standpunkt*} do capital, com aquela de saber em geral qual trabalho é produtivo ou o que em geral o trabalho produtivo é, por conseguinte, acredita que é uma prova de grande sagacidade responder que todo trabalho que, em geral, produz alguma coisa, um resultado qualquer é *eo ipso* trabalho produtivo (MARX, 1993, 26.1, p. 368).

No contexto desse tipo de *positivismo*, de desconsideração pelo aspecto da determinação formal, *ser produtivo é produzir qualquer coisa*. Desatenção para com a *differentia specifica* que se arma e se afirma a cada momento histórico e em cada transição formal das categorias de um determinado modo de produzir a vida. Configuração particular concreta de modos de ser da interatividade social por meio da articulação específica, finita, delimitada, das formas de ser das quais se revestem efetivamente os elementos do processo de produção. Tendo como pressuposto esse reconhecimento categorial, trabalho produtivo é aquele elemento mediador da valorização do valor. Atividade que transforma o valor dado num ponto inicial de certo ciclo de valorização em capital propriamente dito, valor

valorizado e não apenas conservado. A forma de ser do capital está ao mesmo tempo pressuposta e é continuamente posta no decurso do processo de produção/valorização.

Cientificamente, o trabalho produtivo se define do *Standpunkt* do capital, ainda que se revele como estreito de outro, aquele definido pela produção humana tomada como pressuposição de si mesma. Ciência que deve tratar do que é e não, em primeiro lugar, do que *deve* ou *pode* ser. Cientificidade que nesse ato não toma a efetividade apenas por sua dimensão aparente, mas a escava no sentido de encontrar sua determinação; aqui, a determinação histórico-social de formas de ser da produção. O que possibilita a distinção essencial entre os âmbitos de determinação formal e material, com a consequente indicação do caráter limitado da produção capitalista frente à produção de valor de uso. No entanto, a *produção pela produção* aparece, objetivamente, como *produção pelo capital*, não apenas, e antes, de capital:

As forças produtivas sociais e gerais do trabalho são forças produtivas do capital; mas estas forças produtivas concernem apenas ao processo de trabalho e não afetam o valor de uso. Essas se apresentam como propriedades que remetem {*zukommen*} ao capital como coisa {*als Ding*}, como seu valor de uso (MARX, 1993, 26.1, p. 369).

O que, no registro das formas de aparição se mostra produção de *capital-coisa*, ou das coisas *sendo* imediatamente capital, na análise das formas de ser se revela como reprodução do capital como maneira de existir, como relação social onde estão imersos sujeitos, coisas e processos. Forma de *Dasein* que os assimila a si, os enquadrando *como* forças do capital; forças *capitalizadas*. De um lado, capitalização das forças produtivas sociais, e de outro lado, reificação do capital. Correspondência entre a existência do capital, valor valorizado ou a ser valorizado, como “coisa”, e das condições objetivas da produção como “capitais”, na forma de aparição do capital.

A determinação científica do *trabalho produtivo* não é tributária de considerações morais ou, pelo contrário, da simplicidade abstrata do empirismo, mas é dada pelo seu remetimento ao *Standpunkt* do capital. Procedimento esse que permite também delimitar o caráter particular do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social como forças do capital. A forma de ser capital, entendida como caráter particular concreto da produção, assimila as forças produtivas ao processo de valorização, subsumindo-as à articulação dos

momentos de produção do capital. Capitalização das forças produtivas, por um lado, como elementos de extração de mais-valor, de acrescentamento de valor, e reificação do capital, por outro lado, como entificação de relações sociais a partir do uso sócio-histórico específico das forças produtivas. As forças produtivas se convertem em formas de aparição objetiva do capital. Uma relação social, no curso da qual o valor se valoriza, se apresenta como coisa operando a própria valorização, como condição objetiva da produção. Disso resulta que o capital surja como *coisa destinada à produção* e não como uma específica relação social, e por via de consequência, a coisa, os meios, por exemplo, aparece como instrumento de valorização do valor. Ser capital aparece então como qualidade natural das coisas, como algo que lhes é inerente. O capital é imediatamente identificado aos meios e resultados de objetivação da atividade produtiva. Para além do fetiche da mercadoria, a reflexão marxiana indica o fetiche da relação social capital como coisa, do qual o fetichismo da mercadoria/dinheiro é uma expressão. O problema não reside na coisa, mas no fato de esta converter-se em forma de aparição objetiva da relação de produção capital.

Por conta da determinação específica oriunda do modo de ser da produção do capital, o trabalho produtivo se mede relativamente ao quanto o produto deste supera, como sua realização, como elemento do processo de valorização, o seu próprio valor, expresso no preço da força de trabalho. Assim como o *Warenkorps* é portador do valor, a força de trabalho, com suas qualidades e potencialidades objetivas particulares, é, para o capital, o portador do valor de uso especificamente capitalista. Valor de uso que não identifica à simples produção dum artigo qualquer, mas se define como a virtualidade de crescer valor, de modo que este supere o valor inicialmente despendido na sua aquisição penhorada. A mercadoria produzida é realização objetiva deste valor novo, o qual contém um quantum de mais-valor em relação ao capital variável. A força de trabalho é o modo de existência carnal e vivo, individualizado, da virtualidade do mais-valor. Potência que somente se afirma na sua realização concreta como produtora efetiva de mais-valor. Como observa Marx, “(...) apenas é produtivo o trabalho que capacita o trabalho objetivado, na troca consigo, a se apresentar como um quantum acrescido de trabalho objetivado” {nur die Arbeit ist *produktiv*, die vergegenständlichte Arbeit befähigt, im Austausch mit ihr sich als ein vergrößertes Quantum vergegenständlichter Arbeit darzustellen} (MARX, 1993, 26.1, p.

376). Por esse motivo, a determinação de *produtivo* não se refere ao conteúdo específico, material ou concreto, da atividade ou da força de trabalho que a opera. Ao contrário, refere-se à *especificidade abstrata* de *pôr-valor* como *mais-valor*. É uma determinação formal de natureza absolutamente social, decorrente da posição ou da função cumprida pelo trabalho vivo no quadro de relações sociais bem preciso; histórico e delimitado. Em decorrência disso, “Diselbe sorte Arbeit kann produktive oder unproduktive sein” MARX, 1993, 26.1, idem). Tudo depende com referência a que cunho e nível de relação social o trabalho se insere, se este se remete ou não imediatamente ao capital. A produtividade se desvela, como categoria, como uma determinação oriunda e delineada em referência ao capital, uma da forma social de ser, determinada pela forma da produção e da articulação dos elementos da sociabilidade por esta presidida.

No padrão fixado a partir da determinação pela *forma de ser* da sociabilidade, que rege a atividade produtiva, a produção de mais-valor por meio da produção de valor, o estatuto mesmo da mercadoria como resultado do processo imediato de produção se complexifica. As mercadorias não são mais, como no nível da aparência imediata, meros efeitos da *produção em geral*, mas de uma forma específica da produção. Como resultantes do processo de produção capitalista, a mercadoria é um receptáculo do mais-valor, do excedente engendrado no curso do processo produtivo, como meta primicéria deste. Nesse sentido, o trabalho produtivo, no capital, não é apenas aquele produtor de mercadorias, mas o que produz mais-valor ao proprietário das condições de produção. A teoria marxiana entende as categorias não como formas puras do pensar, esquemas racionais ou lógicos a serem impostos a uma realidade amorfa ou indeterminada. Conceitos como o de *trabalho produtivo/improdutivo* não são ideias ou noções esquemáticas ou classificações que poderiam abarcar a totalidade das relações existentes concretamente nos modos de produção. Ao contrário dependem visceralmente da efetividade das próprias relações. Tal é o sentido da análise marxiana sobre o estatuto da atividade produtiva de contingentes que não se enquadram imediatamente nas relações de produção de *mais-valor*. A forma de articulação das categorias do capital, como determinado *modo de produção da vida humana*, não vige como uma lei abstrata a subsumir em termos absolutos os elementos que perfazem a efetividade da produção. Sendo um modo e articulação real, e não meramente

lógico, o *capital* pode muito abarcar determinadas categorias herdadas de formações históricossociais anteriores e diferentes. Heranças ou sobrevivências que tendem, por certo, a tomar a forma econômica de aparecer típicas daquelas do capital. Não obstante, não restam, por isso, idênticas àquelas próprias ao modo de produção em questão. Tal é o caso dos artesãos independentes e de pequenos proprietários territoriais. No diapasão da cientificidade marxiana, a distinção *produtivo/improdutivo* não procede. Produtivo ou improdutivo são feixes categoriais nos quais se articulam as determinações dos aspectos essenciais da atividade produtora de mercadorias subsumida ao capital. O que determina de modo diferenciado o estatuto das próprias categorias em sua relação com a efetividade que visam *reproduzir* ou *traduzir para a cabeça*. Como não são postos em marcha pela pura operação conceitual, têm de submeter-se, na analítica, às formas de existir da efetividade. Nesse sentido, admite-se, sem problemas, a vigência de outros modos de existência atual que, de certa maneira, escapam à tipologia.

IV

O Produtivo como Caráter Social da Atividade

O que se torna explícito quando se aborda o tratamento marxiano à problemática da determinação do *trabalho produtivo* é que o trabalho, em sua determinidade, se referencia por sua relação ao capital, e não como atividade pura ou categoria sócio-antropológica. É uma forma específica de produção de riqueza, historicamente determinada, na qual o trabalho, como atividade, e a força de trabalho, como capacidade de produzir, têm uma existência delimitada, são e aparecem como mercadoria. E isso tanto frente ao capital, enquanto possuindo um valor de uso *sui generis* – o de pôr valor novo –, quanto ao trabalhador, por possuir um dado valor. Nesse contexto,

(...) o trabalho, que é vendido pelo trabalhador ao capitalista como valor de uso, é para ele seu valor de troca, que quer realizar, mas que já está determinado antes do ato dessa troca [com o capital], lhe está pressuposto como condição é determinada, como o valor de todas as outras mercadorias pela demanda e oferta ou em geral – e é o único aspecto que nos preocupa aqui – pelos custos de produção, pelo *quantum* de trabalho objetivado graças ao qual a habilidade de trabalho {*Arbeitsfähigkeit*} do trabalhador foi produzida e pela qual recebe um equivalente (MARX, 1993, 26.1, p. 227-228).

O caráter específico do trabalho assalariado propriamente dito, moderno, capitalista, em distinção de formas antigas de remuneração do trabalho – o *soldo*, por exemplo – na sua relação com o capital, e com o processo de valorização que o tem por parâmetro, por elemento regulador, como fonte de *mais-valor*. Tal cunho fornece a determinação em contraste das formas improdutivas de trabalho remunerado, trocadas por rendimento e não por capital. Essas criam produtos, fornecem serviços, úteis ou não, mas de modo algum um quantum de valor que supera aquele inicialmente posto. Tais atividades diminuem – e não crescem – o dinheiro; é a posição do consumo imediato do valor de uso, como fruição:

Todos esses trabalhadores [improdutivos], do mais alto ao mais elevado, disponibiliza-se por sua prestação de serviços, uma parte do *sobreproduto*, rendimento do capitalista. Mas a ninguém poderia ocorrer dizer que trocando seu rendimento por esses serviços, em outros termos, para seu consumo privado, o capitalista se põe como capital (MARX, 1983, p. 380).

No processo imediato de produção/valorização, onde dinheiro e mercadorias sofrem a série de metamorfoses mediada pela atividade, o próprio elemento operador destas transformações passa por uma alteração na sua forma de ser. Na medida em que, tomando parte do incremento de valor das condições objetivas, apenas interessa ao capital o valor de uso *formal* da força de trabalho, a virtualidade de pôr um valor que supere o seu próprio na produção de uma mercadoria. O valor de uso mesmo da capacidade de trabalho, transmutada em força de trabalho *formalmente* idêntica às demais, se encontra alterado. As diversas modalidades de potência produtiva dos indivíduos sociais são reduzidas ao exercício de uma força que põe, ao pôr valor, um *mais-valor*. A equiparação recíproca das mercadorias em sua efetividade multifacetada tem como correspondente originário a equivalência da diversidade de ofícios, técnicas e atividades sob o metro da *posição de mais-valor*. Metamorfose real de ordem social que vigora como processo ao qual se submetem todas as várias capacidades de trabalho – das diretamente manuais àquelas referentes aos postos de *manager* ou *ingénieur* – que tenham uma conexão essencial com a produção do capital. A interatividade social se reduz – efetivamente – à relação de forças de trabalho, que têm como atributo econômico efetivo a produção de *mais-valor*, sob o comando do capital, sob a vigência de uma relação social cuja pressuposição e meta são a valorização do valor das condições:

Somente o trabalho que produz capital é produtivo. Mas as mercadorias ou o dinheiro apenas se tornam capital trocando-se diretamente com a capacidade de trabalho, e apenas para vir a serem substituídas por mais trabalho que aquele nelas contido. Porque, para o capitalista como tal, o valor de uso das capacidades de trabalho não consiste em seus valores de uso *efetivos*, isto é a utilidade destes trabalhos particulares e concretos (...), e ele tampouco não se interessa pelo valor de uso do produto destes trabalhos concretos, porquanto para ele o produto é uma mercadoria (e isto desde sua primeira metamorfose) e não um artigo de consumo (MARX, 1993, 26.1, p. 126).

Os valores de uso das capacidades individuais socialmente produzidas passam, por assim dizer, a possuir dois corpos. De um lado, valores de usos *efetivos* (*wirklichen*), capacidades reais e particulares de operosidade, de transformação de um dado material, mediada por toda a série de instrumentos e meios, em produto visando à satisfação de necessidades sociais particulares. De outro lado, valores de uso *formais*, capacidade real de pôr mais-valor, de produzir um objeto ou efeito útil cujo valor supere aquele contido nela e nas condições de sua objetivação.

A determinação mesma da forma *mercadoria* assume, no interior do complexo categorial do capital, um caráter diverso daquele que se reveste na experiência social imediata, como mera *coisa produzida*:

(...) como tal, a mercadoria não é nunca imediatamente *{unmittelbar}* objeto de consumo, mas suporte *{Träger}* do valor de troca. É por isso que no modo de produção capitalista desenvolvido, somente uma parte de todo insignificante desses trabalhadores improdutivos pode participar diretamente da produção material. Essa parte apenas participa dela pela troca de seus serviços por rendimento (MARX, 1993, 26.1, p. 129).

Somente o produto do trabalho que se apresenta como resultado da atividade, na qual a meta seja a reprodução do dinheiro como capital, é propriamente mercadoria. Fora dessa relação específica – *capital* – tem-se a produção de um valor de uso, *imaginário ou efetivo* (*eingebildeten oder wirklichen*), trocado por *rendimento*. Desse modo, a forma elementar – de aparição – da produção capitalista está determinada de saída pelo caráter das relações sociais nas quais sua produção é realizada. O cunho de mercadoria não é impresso aos produtos do trabalho pela sua *troca* recíproca como valores, no mercado, mas pelo intercâmbio essencial que medeia a posição mesma dos valores, a produção destes sob o comando das *personæ* do capital. A *Elementarform* dos produtos como resultantes ou

meios do processo de valorização se impõe como determinação geral dos frutos do trabalho, *produtivo* ou *improdutivo*, mas sua vigência efetiva, como *differentia specifica* econômica, se dá na relação capital: *força de trabalho* x *dinheiro-a-valorizar-se*. Consequentemente, um provindo de uma mesma atividade concreta pode ou não ser *categorialmente* mercadoria, ainda que a mediação do dinheiro, como meio de troca, se exerça em ambos os casos. O que coloca a cientificidade marxiana nos antípodas não somente da *economia vulgar*, mas mesmo de toda ciência econômica posterior. Porquanto esta última tome a massa da produção (artigos e trabalho), por meio de uma econometria, na indistinção no que tange à relação social na qual e a partir da qual transcorre o processo de produção de *bens e serviços*.

Em outra antítese aos modos como são tomados os conceitos, nos quais a historicidade das categorias se entende contemporaneamente, em Marx este caráter histórico não funda nenhum tipo de indeterminação. Sob o domínio da qual não fosse mais possível delimitar a vigência determinativa de cada uma delas na articulação categorial em exame. No padrão marxiano de cientificidade, a *differentia specifica* – no caso, o intercâmbio de força de trabalho por capital na produção de mais-valor – continua desempenhando papel central. A reflexividade das categorias não resulta necessariamente num jogo conceitual livre. A identificação do peso específico de cada categoria no arranjo estrutural de um processo, como forma de ser da efetividade, permanece como *telos* inerente à cognição. Mas tal objetivo não se realiza aqui com o concurso de um princípio metodológico ou lógico. A base da cientificidade de Marx é de outro talhe. É eminentemente analítica. Não no sentido de uma fundamentação discursiva ou gnosiológica. O que está em jogo na crítica da economia política é o desvendamento de determinações operado pelo desmembramento analítico que identifica e separa, delimita e relaciona aspectos essenciais e subordinados, conforme o modo de existir concreto do complexo categorial abordado. O que pode ser evidenciado na crítica marxiana à miscelânea de determinações que Smith produz com referência ao *trabalho produtivo*:

(...) Smith recai na concepção dos Fisiocratas. O “trabalho produtivo” propriamente dito, que cria um mais-valor, portanto, um “produit net” é o trabalho agrícola. Ele abandona sua própria concepção de mais-valor para aceitar aquela dos Fisiocratas. (...) Ele deixa de lado, portanto, a

determinação da forma {*FormBestimmung*}, isto é aquela que determina que o seja um “trabalhador produtivo” da posição {*Standpunkt*} da produção capitalista (...) (MARX, 1993, 26.1, p. 133).

Além disso, a tendência histórica de as mercadorias – como forma de aparição objetiva da riqueza – serem produzidas, preponderantemente, pelos trabalhadores produtivos, acaba sendo apreendida pelo autor escocês como uma determinação categorial simplesmente justaposta àquela original:

Desde que o capital tenha se apoderado {*bemächtigt hat*} da totalidade da produção, o rendimento, até onde ele troca por trabalho em geral, não se trocará diretamente por trabalho que produz *mercadorias*, mas por simples *prestação de serviços*. Em parte ele se troca por *mercadorias* que devem servir como valor de uso, em parte por *services, prestação de serviços* consumíveis como tais, como valor de uso (MARX, 1993, 26.1, p. 133-134).

O que o faz perder de vista a prioridade do mais-valor para a produção capitalista. Nesse sentido, a produtividade do trabalho deixa de ser relativa – como posição de um valor acrescido em relação àquele da força de trabalho – para tornar-se absoluta; como valor que substitui ou restitui, na forma de mercadoria, aquele despendido em salário. Tudo se passa como se o trabalhador intercambiasse com o capitalista diretamente *trabalho*, como atividade posta na mercadoria. Abandona-se a *determinação da forma (FormBestimmung)* em benefício da aderência à empiria imediata. O que virtualmente impede a determinação do mais-valor na esfera da própria produção no quadro da troca de valores, bem como a compreensão científica da riqueza. Movimento contraditório da cientificidade que não se explica por si mesmo, como simples “equivoco” de tipo epistêmico, mas tem seu fundamento na própria concretude social. A pugna encetada por Smith contra o pensamento fisiocrata, ainda que dele partisse, leva-o a acentuar categorialmente aquilo que os autores desta corrente teoricamente desconsiderassem como *trabalho estéril*. Peleja essa não originada, e muito menos limitada, ao terreno da ciência. Expressa destarte a necessidade efetiva de compreensão e sustentação científicas da nascente produção manufatureira insular frente à centralidade da agricultura em França. Smith pretende criticar a fisiocracia aceitando os termos postos por esta, intentando demonstrar que a manufatura, e não apenas a agricultura, produz um produto líquido.

Como a determinação formal é, no problema em tela, o elemento central, resulta que nem todos os trabalhos que *se apresentam (sich darstellen)* em mercadorias são produtivos. Ainda que seus resultados compartilhem com aqueles as mesmas características objetivas – as quais perfazem seu valor de uso – pois, estes são atividades cuja meta e realização não são a posição do *mais-valor*, mas de um artigo útil. A mercadoria vale aqui não por sua determinidade material ou objetiva, mas como determinada *forma de ser social* dos produtos, forma imediata destes na qual se materializa ou se objetiva um *mais-valor*. Em sendo a mercadoria a forma mais imediata da riqueza no modo de produção capitalista, o produto como tal do processo de produção, “Explicar que o ‘trabalho produtivo’ é aquele que produz ‘mercadoria’, corresponde, portanto, à posição mais elementar que aquela que explica o trabalho produtivo como o que produz capital {*Die Erklärung von ‘produktiver Arbeit’ dahin, daß sie Arbeit ist, die ‘Ware’ produziert, entspricht also auch einem viel mehr elementarischen Standpunkt als die, die erklärt, daß produktive Arbeit solche ist, die Kapital produziert*}” (MARX, 1993, 26.1, p. 143). Posição ou *locus* elementar na medida em que se reporta, e se reduz, ao horizonte mais imediato da interatividade social capitalista. A figura da mercadoria, em cujo cerne determinativo pulsa o mais-valor produzido pela força de trabalho em movimento, existe como esse *estar-aí* da riqueza, como produto realizado de uma atividade levada a efeito nos marcos de uma relação social determinada; o *capital*. Delimitação categorial que, evidentemente, não se oferece à percepção direta dos agentes na sua atuação cotidiana. A economia política alcança, nos limites possíveis de sua posição histórica, a captura conceitual da mercadoria como dado imediato da riqueza, parte dessa figuração para tentar explicar a produção como tal. Limitação que não a impede, ao menos em suas versões de maior fôlego, de identificar na esfera da própria produção o nascedouro da riqueza, e no trabalho *em geral*, a atividade que põe o conjunto de bens e efeitos compreendidos sob a sua rubrica. No entanto, o caráter social preciso dessa atividade produtiva tende a escapar cognitiva e discursivamente, porquanto esta não seja ela própria interrogada em suas determinações. A natureza mesma do trabalho sob o mando do capital não é como tal tornado problema. Assim como o capital não é percebido em sua dimensão de relação social, o trabalho que produz capital também não o é. De um lado, o capital aparece como *coisa*, e, de outro lado, o trabalho como

simples *produtor de coisas em geral*. Diferentemente, em Marx, o capital emerge como *forma social* que determina a existência dos elementos constitutivos da produção da riqueza, como um dado tipo de relação social na qual, e pela qual, aqueles interagem e integram o circuito de valorização. No bojo dessa relação, a capacidade de produção individual aparece, ela mesma, na forma capital, porquanto seja convertida em força de trabalho, elemento ou aspecto alienável, separável de seu possuidor, passível de venda ou penhora. A forma mercadoria preside, com sua cisão interna, também a relação do sujeito vivo e ativo com sua capacidade de realizar-se objetivamente. Para este passa a importar, em primeiro lugar, o valor, e não o valor de uso, de suas capacidades. O valor de uso dessas, por outro lado, passa a ser assimilado ao capital, como momento, condição central de valorização. Nesse sentido,

Vê-se que o dinheiro é transformado em capital, que um valor de troca determinado em valor de troca que se valoriza, por isso, em valor *plus* mais-valor, que uma parte das mercadorias como tais se transforma, servindo ao trabalho como meios de trabalho (matéria-prima, instrumentos, ou seja, condições materiais de trabalho), outra parte é transformada em aquisição de capacidade de trabalho. Não é, portanto, aquela primeira troca entre o dinheiro e a capacidade de trabalho, ou a simples compra desta, que transforma dinheiro em capital. Essa compra incorpora ao capital o *use* da capacidade de trabalho por um tempo determinado, ou faz de um *quantum* determinado de trabalho vivo um dos modos de ser {*Daseinsweise*}, por assim dizer, a *entelequia* do próprio capital (MARX, 1993, 26.1, p. 370).

O trabalho, como atividade da força de trabalho assim determinada, converte-se em modo de existir da produção de riqueza como capital. A força de trabalho, desse modo separado formalmente de seu substrato real, o indivíduo vivo, torna-se *entelekheia* do processo, ao contrário do que era antes pura *energeia*, virtualidade. A força de trabalho apenas possui efetividade no interior do processo de produção, enquanto realmente absorvido pelo capital. Como enteléquia do capital, a força de trabalho em ação é a valorização do valor em ato, e não apenas potencial produtivo de mais-valor. Como valorização em ato, o trabalho, tornado momento do capital, é afinal produtivo, torna-se *mediação essencial* do processo de transformação do dinheiro em capital. Somente na efetividade do processo de produção, o trabalho absorvido é convertido realmente em capital, na medida em que este último é uma relação de produção. A realização do capital pelo emprego ativo do valor de uso da força de

trabalho corresponde então à conversão da própria força de trabalho em *enteléquia* do capital, ou seja, em capital em ato, processo de produção ou de efetivação da valorização, no qual a atividade se subsume como meio. A atividade concreta de produção de valores de uso existe como mediação da valorização do valor, da transformação do dinheiro em capital. É no interior desse quadro de determinações que o trabalho se efetiva como capitalisticamente produtivo; como produtivo do *Standpunkt* histórico-social do capital.

Alteração formal transcorrida no processo de produção que é de caráter real (*realiter*), o que significa uma mudança de determinação objetiva. O trabalho produtivo não é apenas, ou principalmente, uma atividade empírica, mas uma dada relação social nos marcos da qual se produz riqueza de um modo determinado, onde o trabalho, tanto o vivo e quanto aquele objetivado nas condições de produção, torna-se capital; quando consumidos na valorização do valor:

O trabalho produtivo é antes de tudo essa *relação* {*Verhältnis*} determinada ao trabalho que transforma o dinheiro ou a mercadoria em capital, e o trabalho, o qual por meio desta sua relação às condições de produção, a qual corresponde um comportamento {*Verhalten*} determinado no processo efetivo, transforma o dinheiro ou a mercadoria em capital, isto é que conserva ou acresce o valor do trabalho objetivado tornado autônomo frente à capacidade de trabalho (MARX, 1993, 26.1, p. 371).

Forma de ser, ou um modo de existir concretamente, que se explicita como *relação social*, uma maneira socialmente determinada de comportar-se, de atuar, de expressar-se da atividade produtiva.

Tendo em vista sua natureza relacional, na determinação categorial do trabalho produtivo é essencial não apenas a troca de trabalho por capital em sua generalidade, a qual pode abarcar momentos em que a atividade, ou seu princípio subjetivo – a *arbeitsvermögen*, se intercambia por uma série, longa ou curta, de conexões sociais com o capital. Ao contrário, para Marx um dos determinantes mais importantes da relação social *trabalho produtivo* é o fato daquela troca com o capital se dar *imediatamente* (*unmittelbar*), ou seja, diretamente como trabalho, ou mais propriamente, primeiro como força de trabalho e depois como atividade de valorização, incorporado pela mediação formal da troca de mercadorias ao capital, como um seu componente objetivo. O que resulta na perfeita

articulação entre o modo social de existência da atividade e aquele de seus resultados objetivos, dos produtos do processo produtivo:

(...) no processo – os dois momentos reunidos – um *quantum* determinado de trabalho objetivado se trocou por um *quantum* maior de trabalho vivo; o que se exprime assim no resultado do processo: o trabalho que está objetivado em seu produto > que o trabalho objetivado na capacidade de trabalho e, portanto > que o trabalho objetivado que é pago ao trabalhador; ou ainda, no processo efetivo, o capitalista não somente recupera, conserva, a parte do capital que ele avança em salário do trabalho, mas recebe também um mais-valor que não lhe custa nada. A troca *imediate* de trabalho por capital significa aqui: 1 – a transformação imediata do trabalho em capital, componente objetivo do capital no processo de produção; 2 – a troca de um *quantum* determinado de trabalho objetivado por um *quantum* igual de trabalho vivo mais um *quantum* excedente {*Surplusquantum*} de trabalho vivo, apropriado *sem troca* (MARX, 1993, 26.1, p. 374-375).

E sendo trocado desse modo particular, o trabalho como tal passa a relacionar-se com as suas condições objetivas de efetivação na forma do capital, tendo-os frente a si concretamente como figurações materiais e objetivas da relação social capital. Uma relação social que transmuta os predicados reais de coisas, indivíduos e processos, ao mesmo tempo em que se reproduz como tal por meio da utilização da força de trabalho que valoriza em valor e não simplesmente produz valores. O trabalho produtivo é, pois, a atividade posta numa *determinidade social específica* (*spezifische soziale Bestimmtheit*). Em outros termos, é o trabalho como ato produtivo posto imediatamente, na concretude direta do processo imediato de produção, como um momento constituinte do capital.

O processo de produção capitalista de valores é modo de reprodução do valor-capital, ou seja, do acréscimo de *mais-valor* àquele dos meios de produção, do *capital constante*. O que significa que os elementos que nele entram como condições objetivas (matérias-primas, máquinas, ferramentas etc.) na obstante sejam valores de uso, se articulam como parte do capital destinado a produção valor excedente e não apenas como simples meios de produção de valores. De modo que a massa salarial é somente uma expressão do capital, como *capital variável*. A subsunção do trabalho como forma viva do capital completa, pois, a cadeia de momentos de realização da valorização, e o converte, na forma do trabalho assalariado, em elemento do processo de produção do mais-valor. De modo que da multilateralidade virtual da atividade humana resta apenas a figura abstrata de

um *quantum* de trabalho, de valor, que se objetiva como salário pago pela utilização de uma capacidade transmutada em força valorizadora. Nesta incorporação do trabalho ao capital, aquele aparece então, de modo comezinho, como item da contabilidade diária do capitalista, como custo de produção.

A precisão marxiana da categoria *trabalho produtivo* demonstra ademais o quão equivocadas são as objeções acerca da pretensa inexistência de lugar para o valor de uso na tematização marxiana. A produtividade do trabalho em sua relação ao capital representa um momento importante do processo de valorização, no qual o valor de uso da força de trabalho é o centro categorial tanto do problema real quanto da sua analítica teórica. A produtividade do trabalho se arrima exatamente no valor de uso, não obstante meramente *formal*, da força de trabalho para o capital, como elemento que não somente conserva o valor no consumo produtivo das propriedades das condições objetivas, mas que põe, simultaneamente, valor novo, acresce um mais-valor:

(...) apenas o trabalho que se apresenta em uma mercadoria, portanto em valores de uso, é por isso trabalho pelo qual se troca capital. Isso é uma pressuposição autoevidente. Mas não é esse caráter concreto do trabalho, seu valor de uso como tal – isto é, por conseguinte, o fato de que ele seja, por exemplo, o trabalho do alfaiate, do sapateiro, do fiandeiro, do tecelão etc. – que constitui, para o capital, seu valor de uso específico {*ihren spezifischen Gebrauchswert*}, e, portanto o que o caracteriza como *trabalho produtivo* no sistema capitalista de produção. O que faz seu *valor de uso específico* para o capital não é seu caráter útil determinado, menos ainda as propriedades particulares úteis do produto no qual ele se objetiva. Mas seu caráter como elemento criador de valor de troca, trabalho abstrato (...) (MARX, 1993, 26.1, p. 376).

O usufruto dessa qualidade distintiva do trabalho vivo, a partir da sua aquisição penhorada, permite o surgimento, no decorrer do processo especificamente capitalista de produção, de seu resultado preciso: um mais-valor para o capital. A realização plena da produção do capital somente se alcança através da transmutação formal de dinheiro e mercadoria para a forma precisa de ser da riqueza capitalista, como valor valorizado. O que somente se efetiva na presença do trabalho como elemento que metamorfoseia as condições objetivas em capital, valorizando-as, pondo um *plus* em valor. Propriedade objetiva que a capacidade de trabalho assume na medida em que se a força a comportar-se como mercadoria, e a seu possuidor cedê-la por uma quantidade de valor destinada a reproduzi-la. Como aspecto

paralelo, mas igualmente importante no que tange à determinação do estatuto das categorias no pensamento marxiano, é importante ressaltar então para o fato de que o valor de uso como tal não possui no discurso científico de Marx, assim como na realidade capitalista, uma feição simples ou unívoca. Ao lado do valor de uso objetivo e concreto da força de trabalho, sua virtualidade de realizar esta ou aquela atividade, há também o valor de uso formal, eminentemente social e relacional, que é o de pôr valor e mais-valor.

Por isso, a determinação do trabalho produtivo, como *gesellschaftlich bestimmter* pelo capital, é dada pela sua troca por capital, por dinheiro tendo em vista a produção de um mais-valor – a valorização do valor –. Decorre daí que essa determinação reside na própria delimitação categorial, da *differentia specifica*, do modo de produção capitalista como tal. Armação categorial que a produção deve cuidar de reproduzir na efetuação do processo, reproduzindo-a na forma do produto criado, como mercadoria:

O valor da capacidade de trabalho para ele [o capital] é o excedente da quantidade de trabalho que ela fornece sobre a quantidade de trabalho objetivado nela mesma e que é requerido para sua reprodução. Naturalmente, ela fornece esse *quantum numa forma determinada (in der bestimmten Form)*, que é a sua como trabalho útil particular, como trabalho de fiação, trabalho de tecelagem etc. Mas esse caráter concreto, que em geral a capacita apresentar-se em mercadoria (*sich in Ware darzustellen*) não é seu valor de uso específico para o capital (MARX, 1993, 26.1, idem).

Dessa maneira, a meta da produção capitalista não é, portanto, nem a simples mercadoria, ao *modus* imediatamente mercantil, como mero objeto de troca, tal qual figura imediatamente no mercado, nem muito menos o valor de uso social-objetivo, “natural”, do produto. Mas a produção de mercadoria, como produção de uma forma social de ser do valor, invólucro formal do mais-valor que formata a concretude social das coisas produzidas, dando-as a particular efetividade de *formas elementares da riqueza capitalista*. Nesse sentido, o próprio valor de uso da força de trabalho e o caráter efetivo da atividade se veem transmutados, porquanto o que importa ao capital não é a sua utilidade inerente e específica, de produtores disso ou daquilo, mas seu caráter de elemento criador do valor de troca da mercadoria; trabalho abstrato. A troca de dinheiro, como capital, por trabalho, como capitalisticamente produtivo, é a efetivação imediata do princípio da produção capitalista. Na medida em que, de um lado, o produzir não tem por meta o valor de uso

particular, e, de outro lado, o consumo da força de trabalho tem por escopo a valorização de trabalho objetivado, de valor dado e não o fornecimento de um artigo. O que igualmente determina a esfera ôntica das *personæ* do modo de produção – do capital e do trabalho assalariado – por meio das quais as relações sociais de produção, imediatamente expressas e conscientizadas ou não, transcorrem e se realizam: *der Kapitalist als Kapitalist*. Pois, o *spezifischer Gebrauchswert* für das Kapital na força de trabalho não é sua qualidade física, material ou objetiva de produzir este ou aquele produto ou efeito concreto, mas o excedente em valor com relação àquele nela contida e pago pelo capital na troca com o trabalho.

Desse modo, o próprio valor de uso concreto das varias formas de interatividade social, suas multilaterais variedade e distinção, somente são admitidas como mediação da valorização do valor, como meios de produção do capital, na modalidade da redução destas ao trabalho abstrato. O valor de uso da força de trabalho, e da articulação social desta na multiplicidade combinada de forças individuais na cooperação, apenas vale porquanto seja fornecimento de excedente do quantum de trabalho nelas materializado. Atividade que fornece numa forma determinada, específica, de trabalho, a qual não passa de meio de transporte da verdadeira atividade – para o capital –, aquela de acrescer o valor. O incremento de valor, o qual supera aquele da parte variável do capital, no processo de imediato de produção é o *valor de uso específico* para o capital (*spezifischen Gebrauchswert für das Kapital*).

A categoria *trabalho produtivo* é uma forma determinada da atividade e do produto que ao se pôr como momento preponderante da sociabilidade capitalista o faz, conquanto isso, não ao modo abstrato, numa identidade absoluta. O que fica claro quando se analisa o modo como a forma da relação social do capital se relaciona com a chamada *produção imaterial* (*immateriellen Produktion*), com a atividade que produz mercadorias cuja existência é diferente daquela diretamente material. Interatividade cujo produto tanto pode ter ou não uma *figura autônoma* (*selbständige Gestalt*) em referência ao ato de produção que o criou. A determinação de *produtivo/improdutivo* cabe somente de modo particularizado e alguns nichos da vida social. O acento determinativo do capital pode muito bem aparecer como *forma de transição* (*Übergangsform*) ao modo de relação propriamente capitalista. A subsunção nunca é afirmada como universal do qual se deriva

ou se deduz os casos particulares. A analítica marxiana resiste ao logicismo, ao encadeamento superficial, não obstante sofisticado, das categorias ou dos momentos de determinação. O particular, como modo de existir efetivo de coisas, relações e processos, é o concreto, forma do finito. É a configuração particularizada de padrões gerais na forma da concretude social. Enquanto seja uma *tendência* da totalidade societária, a formatação da interatividade pelos parâmetros do trabalho que *põe mais-valor*, a distinção produtivo/improdutivo possui matizes e formas transicionais diferenciadas e complexas.

Na resolução marxiana da querela em torno da definição categorial da diferença entre trabalho *produtivo e improdutivo*, tem-se igualmente a determinação do capital como *relação social de produção*. O que distingue a reflexão científica de Marx daquela dos economistas, para os quais o capital é uma *coisa*. Estes o tomam apenas por sua determinidade material, como materialidade pressuposta à produção. O que Marx denunciava em *Die deutsche Ideologie* como *empirismo demasiadamente abstrato* (MARX&ENGELS, 1969, p. 21), um modo particular de *positivismo*, no qual a determinação das categorias se restringe às formas mais imediatas de seu *aparecer*. No caso do capital, como elemento constante do processo de produção, no qual está realizado e contido um quantum de trabalho passado. A forma de ser capital das condições de produção, o fato de estas existirem e serem *capitalisticamente*, é afirmada sem mais como única determinação de entes e processos da sociabilidade. O aspecto mais imediato é considerado como o todo da categoria. A cientificidade marxiana, ao revés, atém-se à *determinação formal*, à forma específica de existir efetivamente e particular de coisas e processos. Determinações formais que correspondem a modos articulados de ser com concretamente e não são configurações modais puramente conceituais e/ou apartadas dos objetos tais quais eles são na realidade, menos ainda seriam entidades hierarquicamente postas acima da concretude social. Formas de ser são especificações das coisas, formas que delimitam o existir concreto de entes e modos de entificações, compondo o conjunto da configuração modal particular de cada sociabilidade historicamente dada:

Aqueles [os economistas] os quais, por consequência, demonstram que toda a força produtiva atribuída ao capital é um deslocamento {*Verrückung*}, uma transposição da força produtiva do trabalho, esquecendo justamente o próprio capital é este deslocamento, esta

transposição, e que o salário como tal pressupõe o capital, é, portanto, também considerado, por seu lado, esta transubstanciação; este processo necessário consistindo em pôr suas próprias forças como estranhas frente ao trabalhador (MARX, 1983, p.230).

Formas de ser de elementos do processo social, determinadas configurações assumidas pelas categorias que perfazem um modo de produção específico. Formas de ser são modalidades de existência que particularizam – no que respeita à sociabilidade – tanto os objetos quanto os indivíduos e a atividade produtiva destes. Formas efetivas de existir as quais delimitam a maneira de ser dos objetos em sua finitude, aparecendo, embora não como a totalidade de determinações, na determinidade daqueles. Ser capital, trabalhador assalariado, atividade efetivamente produtiva, depende da posição concreta ocupada pelos entes do processo social nas relações, igualmente efetivas, que os conectam e os concatenam na articulação de um dado modo de produção da vida humana. Na argumentação marxiana, desvela-se a identidade categorial entre *formas de ser e relações sociais*. Estar em determinadas relações é existir de um determinado modo; isto é, um *ser como...*

É com base nesse padrão é que se identifica e delimita a determinação do trabalho em referência à produtividade frente ao capital. É nessa mesma forma de ser social que conforma o caráter de coisas e processos – ciências, forças produtivas materiais, interatividade e interdependência sociais – como capital, os quais se acham numa dada conexão específica com os indivíduos da relação. Assim como a maquinaria não é de *per se* capital, não obstante assim apareça inclusive por seu valor de uso no curso do processo de valorização, o conjunto da interatividade social dos indivíduos, posta como intercâmbio das forças de trabalho mediado pelo salário, também não o é. Não obstante, apareçam uma e outra, força de trabalho e forças produtivas, como formas objetivas de existência do capital. Ambas as forças humanas de apropriação, capacidade de trabalho e poder objetivo sobre a natureza, “são capitais” porquanto estas sejam operacionalizadas com base nas relações de produção e reprodução ampliada da riqueza social como coisa privada e não em razão de alguma propriedade “natural” das mesmas. Por meio desta distinção de ordem formal, como determinação particular de existência, Marx pôde afastar-se teoricamente do

positivismo da economia política, e indicar a diferença na ordem do ser, e não apenas cognitivamente, havida entre as formas de aparição imediatas e aquelas determinações mais centrais. A produtividade do trabalho ganha, nesse registro, um significado que ultrapassa àquele comumente atribuído pela econometria. Pois, como observa Marx também nos *Grundrisse*, “Esse processo [maquinaria], de fato, reduz a um mínimo o quantum de trabalho necessário à produção de um determinado objeto, mas somente para que um máximo de trabalho seja valorizado num máximo de objetos” (MARX, 1983, p. 597). A diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção não aparece mais como um acidente ou causa exógena ao processo de valorização, mas como consequência ou tendência imanente ao mesmo, como aumento potencial de tempo de atividade destinado ao mais-valor. Aumenta-se o quantum ou a proporção de trabalho efetivamente produtivo, do *Standpunkt* do capital, na medida em que se encurta àquele empregado à simples reprodução da força de trabalho social. Os elementos do processo se convertem *em capital*, passam a aparecer nesta função social particular, alteração na forma de ser que independe, a princípio, das determinações naturais e/ou tecnológicas de coisas e processos. O que resulta na conversão formal, na maneira de existir, em sua determinidade mesma, das condições objetivas e do princípio subjetivo – da capacidade individual viva e ativa – da produção em *momentos do capital*. Daí aqueles elementos tomarem efetivamente a própria forma de ser capital como a sua, quando referidos ao processo de produção/valorização: fixo – ciência, tecnologia, maquinaria como ferramenta etc. e circulante ou variável – salário – capacidade ou potência objetiva de realização existente e medida como mercadoria, força de trabalho individual alienável.

A *determinidade material (Die stoffliche Bestimmtheit)* do trabalho, a sua figura imediata, a qual se oferece diretamente como produtora de um valor de uso e se manifesta sob a forma de um artigo ou serviço a ser consumido, não exerce na determinação *produtivo/improdutivo* o papel central. O momento preponderante no caso da determinação categorial em questão é de natureza relativa e relacional. O caráter produtivo ou não da atividade depende do seu remetimento ou não à forma preponderante da interatividade capitalista:

Por fútil que seja o valor de uso da mercadoria na qual se encarna o trabalho de um trabalhador produtivo, esta determinação material não afeta a característica da mercadoria que faz dela a expressão de uma relação social de produção determinada, porque se trata de uma determinação do trabalho que não provém de seu conteúdo, mas de sua forma social determinada (MARX, 1993, 26.1, p. 128).

Forma social essa – uma dada relação para com a produção e seus meios – que se orienta pela diretriz da reprodução do valor por meio do processo produtivo. Nesse sentido, o acento determinante está sempre na particularidade da relação social em que se insere a atividade produtiva e não no resultado material ou objetivo da produção. Em consequência, as características materiais e objetivas das diversas modalidades de atividade em nada concernem à determinação de *trabalho produtivo*; senão conquanto se subsumam como mediações necessárias à produção do capital. E isso, por mais que o valor – como unidade de tempo de trabalho socialmente necessário e *sobretabalho* – não possa prescindir de ser como tal valor em valor de uso, em sua aparição na cena social. A mercadoria, como forma subsumida especificamente ao processo de produção/valorização, não é mais, preponderantemente, valor de uso, mas *portador de valor de troca (Träger des Tauschwertes)*, e como tal se impõe às demais determinações. O que não impede, por outro lado – pelo contrário, exerce uma pressão contínua nessa direção – que os trabalhos improdutivos sejam medidos pela mesma regulação daqueles envolvidos no processo de valorização, no intercâmbio com o capital. Regulação social que se dá por analogia – *analogen* – àquela com que se mede o valor da força de trabalho propriamente produtiva; como *custo de produção (Produktionskosten)*, de manutenção destas forças de trabalho improdutivas. Nos anexos das *Theorien*, ao abordar a denominada *produção imaterial*, Marx desdobra ainda mais esse aspecto da determinação ao analisar as diversas atividades que não se realizam imediatamente numa mercadoria tangível. Tanto nos casos da produção e transmissão do conhecimento, quanto naqueles atinentes à produção e desempenho artísticos, continua a vigor a relacionalidade como caráter essencial do trabalho produtivo. Assim, uma mesma atividade, dependendo do momento e da interação, pode muito bem ser qualificado como *produtivo* ou *improdutivo*. No tocante à educação, por exemplo, “Ainda que eles [os professores] nem sejam trabalhadores produtivos frente aos alunos, eles o são

frente ao seu empresário {Obgleich sie den Schülern gegenüber keine *produktiven Arbeiter* sind, sind sie es ihrem Unternehmer gegenüber}” (MARX, 1993, 26.1, p. 386).

Como formas de ser da interatividade social, as relações mesmas não possuem o caráter de fixidez e identidade abstrata de que se revestem as categorias como tradicionalmente são consideradas pelos economistas. Enquanto sejam formas da efetividade social, as categorias são históricas e se constituem como tais na particularidade e finitude do *ir-sendo* concreto da sociabilidade. Nesse sentido, o curso do próprio evoluir real do modo de produzir a vida, a existência atual da articulação das categorias, interfere na vigência das mesmas. O que resulta na diversificação constante das próprias determinações, no acréscimo de certos aspectos, na alteração dos momentos preponderantes ou na subsunção modificada de uns elementos em relação a outros. Assim, o decurso histórico efetivo apresenta uma variegada gama de possibilidades de arranjos que a cognição científica pode – e deve – enfrentar analiticamente a fim de capturar e expressar no pensamento a totalidade articulada das determinações que perfazem o modo de existir de coisas, processos e relações. O desenvolvimento e diferenciação da determinação do trabalho produtivo como *produtor de mercadorias*, de *portadoras de mais-valor* a ser revelado mediante a relação de valor, constitui um exemplo dessa diversificação que podem vir a sofrer as categorias. Dessa maneira, diferentemente do entendimento majoritário acerca do *ser* das categorias, o pensamento marxiano aponta como aspecto inerente a estas a *plasticidade histórica concreta e finita*. Por essa via, escapa-se, ao mesmo tempo, tanto da concepção dos conceitos como *formas fixas a priori ou processuais*, típica das posições de extração idealista, quanto daquela que os define como puros *esquemas mentais* ou *metodológicos*, constantes dos discursos baseados no empirismo ou no pragmatismo. Não obstante, a constatação e tematização da historicidade inerente às categorias estejam presentes já no sistema hegeliano, há que ressaltar o fato de que neste, os conceitos, em sua diversidade, serem tomados como particularizações da *Ideia*, da substância racional que executa seu trânsito pelo evoluir histórico. A sistematização abarca *a priori*, como modo de articulação lógico, as determinações históricas. Na especulação, a racionalidade das categorias se arma e se arrima na posição da autonomia do ideal frente à finitude, a qual é reduzida a caso logicamente dedutível do universal. No pensamento de Marx, ao contrário,

o ideal deve *espelhar* o desenvolvimento concreto, *transpondo-o* e *traduzindo-o* ao plano do pensamento. Enquanto na arquitetura hegeliana a dupla vida da categoria é uma aparência, no padrão reflexivo marxiano o conceito teoricamente configurado forceja por apreender as determinações da finitude, partindo da determinidade irreduzível do objeto. Assim, as formas de ser *se dizem* de dois modos: no cérebro e fora dele. No segundo modo, como articulação concreta de determinações que perfazem o ser da finitude, do *estar-aí* de coisas, relações e processos. Sendo o primeiro modo aquele da aproximação cognitiva, da captura analítica das determinações e do exercício de espelhamento cognitivo da articulação determinativa inerente e imanente ao efetivamente existente. Existência efetiva social, cujo caráter irremediavelmente histórico impõe à cientificidade, mais que em outros complexos categoriais, o desafio de abarcar na explicitação e explicação a sua processualidade. Assim, na exata medida em que o modo de produção especificamente capitalista se torna, não apenas predominante, mas progressivamente vigente como *nomos* da produção, mais a diferenciação entre trabalhadores *produtivos* e *improdutivos*, como *personæ*, passa a expressar-se como caráter determinativo da interatividade. De modo que,

(...) os primeiros produzirão, com pequeno número de exceções, exclusivamente {*ausschließlich*} mercadorias, enquanto que os últimos, com poucas exceções, executarão prestação de serviços pessoais. A primeira classe produzirá a riqueza imediata, material, consistindo {*bestehenden*} em *mercadorias* (...) (MARX, 1993, 26.1, p. 131).

A historicidade particular das categorias sociais não apenas apresenta-se no nível histórico mais amplo, da transição entre as distintas épocas econômicas, mas no interior mesmo da vigência de um dado modo de produzir a vida humana. Caráter histórico que se evidencia no próprio desenvolvimento das formas concretas do processo produtivo.

De modo semelhante se compreende a questão da “produção imaterial” propriamente dita, da produção intelectual e científica. A qual se desdobra no exame das concepções de Storch, e na crítica deste a Smith, a qual se arrima na distinção entre a produção de bens “internos” e externos. A percepção da importância crescente dessa componente em relação à produção diretamente material do mais-valor termina por levar, em função da forma abstrata com que é desenvolvida, a uma oposição igualmente abstrata deste em relação ao trabalho imediatamente produtor de riqueza material. Dicotomia

perpetrada pelo uso do termo *Zivilisation*, com o que se apagam as diferenças essenciais específicas dos diversos modos concretos de produção da vida humana. Para Marx, o ponto essencial ao qual a análise desse problema deve observar é a *bestimmter historischer Form* da produção social. A cada modo de produção histórico efetivo, *in ihrer spezifischen historischen Form*, corresponde um dado talhe de produção intelectual, que a expressa e pode dela, em certos momentos, inclusive tomar parte. Por esse motivo,

Para estudar as relações entre a produção espiritual {*geistigen Produktion*} e a produção material, é necessário antes de tudo não considerar esta última como uma categoria geral, mas tomá-la {*zu fassen*} numa forma histórica determinada. Por exemplo, ao modo de produção capitalista corresponde outro gênero de produção espiritual que aquele do modo de produção da Idade Média (MARX, 1993, 26.1, p. 325).

Nesse sentido, patenteia-se que em *Theorien über den Mehrwert* Marx retoma tanto a argumentação desenvolvida em 1859 – no *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política* – quanto em *Die Deutsche Ideologie*, acerca das relações entre os desenvolvidos sociais concretos e as formas de ideação. A forma específica e determinada da sociabilidade põem, por um lado, *eine bestimmte Gliederung der Gesellschaft*, e, por outro lado, *ein bestimmtes Verhältnis der Menschen zur Natur*. Dupla posição que confirma a centralidade da forma social de produção, a *differentia specifica* de cada momento histórico-social particular, para a determinação da forma de ser de indivíduos, relações, atividades e produtos. Além disso, Marx se volta criticamente contra o entendimento abstrato com relação às próprias atividades intelectuais. No mais das vezes, essas são reunidas, como em Storch, p.ex., em uma rubrica geral que as classifica e as opõem à produção diretamente material sem atinar para a diversidade concreta das relações que cada uma daquelas, bem como seus agentes reais, mantêm para com a produção do valor. Idem. Marx objeta também ao autor em questão o fato de delimitar a produtividade com base na produção de um valor de uso e não, no que efetivamente constitui a meta do capital, de um valor que contenha mais-valor. Ao fim e ao cabo, as críticas voltadas à distinção de Smith resultam no deslocamento do momento preponderante, da produção propriamente dita para o consumo. Assim como em Nassau, para o qual a verdadeira questão reside em definir e identificar o tipo de relação de apropriação – seja de mercadoria, seja diretamente de atividade (serviços, por exemplo) –

de que se trata. O consumo é o eixo em torno do qual se daria propriamente a produção de riqueza, seja quando voltado à manutenção ou produção da força de trabalho, seja na realização do valor das mercadorias.

Por esse motivo, ao não abordar a especificidade histórica da produção capitalista, a economia se vê impedida, segundo Marx, de compreender cientificamente tanto a produção ideal ideologicamente comprometida com as classes dominantes, quanto àquela *produção espiritual livre (freie) frente à formação social (geistige Produktion dieser gegebenen Gesellschaftsformation)* (MARX, 1993, 26.1, p. 257). A correspondência (*Entsprechung*) entre a forma social determinada da produção e aquela das suas expressões ideais não se postula então como “reflexo” automático ou epifenômeno direto das categorias da produção: “Das Verhältnis ist daher auch nicht so einfach” (MARX, 1993, 26.1, idem). O que revela um aspecto importante do modo como Marx concebe a conexão entre expressão e expresso, que de maneira alguma se identifica com a simples redução ideológica da primeira ao segundo. Assim, a “produção capitalista é hostil a certos ramos da produção espiritual, por exemplo, a arte e a poesia {kapitalistische Produktion ist gewissen geistigen Produktionszweigen, z.B. der Kunst und Poesie, feindlich}” (MARX, 1993, 26.1, idem).

O conjunto categorial acima perfilado permite à analítica marxiana se dirigir criticamente também às posições que buscavam legitimar o trabalho improdutivo por sua suposta relação com aquele propriamente produtivo. Contra a posição de que o trabalho improdutivo “economiza” trabalho, seja ao capitalista seja ao trabalhador, Marx indica haver uma confusão entre a distinção propriamente dita entre as formas da atividade em sua relação com a produção e a questão do desenvolvimento da divisão social do trabalho. Essa última, com o crescimento de complexidade e volume da produção, pode fazer com que determinadas atividades improdutivas se tornem função exclusiva de uma parte do contingente geral dos trabalhadores frente à outra que se incumbe do trabalho propriamente produtor de riqueza capitalista. A diversificação das atividades pelo incremento de relações e de demandas sociais, algumas das quais cada vez mais necessárias ao controle social da produção,

(...) não abole de modo nenhum a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, mas esta mesma distinção aparece como um resultado da *divisão do trabalho* o qual favorece desta maneira a produtividade geral

do trabalho, ao fazer do trabalho improdutivo função *exclusiva* de uma parte dos trabalhadores e do trabalho produtivo a função exclusiva da outra parte (MARX, 1993, 26.1, p. 270).

Desse modo, a subsunção da atividade produtiva à forma do capital a reconfigura como produção de mais-valor e de capital, criando um conjunto variegado de nichos que se nutrem da extorsão do sobretabalho e em torno dela gravita. Diversidade que não é uma mera contingência, mas aspecto necessário da conformação do processo de produção imediato em produção capitalista, no curso do qual os seus elementos são transmutados em sua forma social de ser. A transformação do trabalho – vivo e objetivado – no interior do processo de produção efetivo é de caráter real (*realiter*), não obstante formal. Formal não se opõe a real, porquanto seja em Marx aspecto que especifica ou delimita entes e processos em modos históricos particulares de produzir a vida humana. O trabalho, em suas duas formas, como atividade e como objetivação posta da atividade, é efetivamente, e não apenas como pensado, modo de existência do capital. Transmutação categorial que se efetiva igualmente no sentido contrário, na medida em que converte dinheiro em capital propriamente dito, como valor despendido na direção de sua valorização. Condições objetivas – dinheiro, meios e materiais de produção – somente se efetivam como capital por meio da sua relação com o trabalho. A imposição a esse último de um comportamento determinado (*bestimmtes Verhalten*), aquele de acrescer um mais-valor ao trabalho objetivado, de metamorfosear dinheiro e mercadoria em capital. Comportamento que especifica a atividade produtiva, para além da sua empiricidade, tão somente como criação de coisas ou artigos, posição de mais-valor como alma dos valores, como *raison d'être* destes. Trabalho produtivo por isso, “é apenas a expressão abreviada (*abkürzender Ausdruck*) para conjunto de relação, de tipo (*Art*) e modo no qual figura a força de trabalho no modo de produção capitalista”. Tipo, modo e relação são instâncias que delimitam a forma determinada de ser da atividade produtiva na quadra histórica do capital. Atividade produtiva que se distingue, especifica-se, em diferença às demais de existência histórico-concreta do trabalho humano, porquanto seja “forma da determinidade {*Formbestimmtheit*} sobre a qual se assenta (*beruht*) o modo de produção capitalista inteiro e o próprio capital” (MARX, 1993, 26.1, p. 371). A categoria *trabalho* não pode, portanto, ser entendida como

uma fundamentação epistêmica ou metodológica no pensamento marxiano. No máximo, comparece como abstração razoável, como atividade de produção de valores de uso, a qual somente ganha efetividade quando referida ao modo histórico de produzir a vida humana em exame. Nesse sentido, quando se discute o trabalho produtivo trata-se sempre de um trabalho socialmente determinado (*gesellschaftlich bestimmter Arbeit*) e não de uma categoria em geral, como substância ahistórica.

O trabalho produtivo, antes de simples conceito, como categoria efetiva, é *Formbestimmtheit* sobre a qual se assenta o modo de produção do capital como tal. Um *gesellschaftlich bestimmter Arbeit*, uma forma social determinada de atividade produtiva, aquela circunscrita pela produção da riqueza como capital, como relação social que tem o incremento reprodutível de valor *ad infinitum* como princípio regulador:

O *trabalho produtivo* é, portanto – no sistema de produção capitalista – aquele que produz *mais-valor* para seu *employer*, ou que transforma as condições objetivas do trabalho em capital e o possuidor destas em capitalista, por conseguinte, o trabalho que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1993, 26.1, p. 372).

Tal categoria constitui a *differentia specifica* do modo de produzir a vida sob a vigência do capital. Não se trata do trabalho *tout court, em geral*, como produtor de um artigo ou efeito objetivo útil qualquer, mas da atividade existindo segundo uma determinidade formal específica. Nos quadros do modo de produção particular do capital, “a qual implica (*einschließt*) uma relação de todo determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho” (MARX, 1993, 26.1, *idem*).

CAPÍTULO 6
ALGUMAS LEITURAS
NUM ROTEIRO DE PESQUISA

Como já se frisou mais de uma vez, a presente investigação se propõe a elucidar e expor o caráter próprio do padrão de ciência que norteia e integra a crítica marxiana da economia política em sua etapa mais desenvolvida. O trabalho assim empreendido compreendeu não apenas a leitura rigorosa e imanente dos textos marxianos, mas, também, partindo desta, o exame, igualmente o mais criterioso possível, de autores da tradição marxista, e de outros não necessariamente a ela afiliados, que se debruçaram sobre a questão da ciência produzida por Marx.

É nesse âmbito que se situa a abordagem da vertente lógica de interpretação dos escritos marxianos. Corrente de leitura da obra de Marx para a qual a presença da dialética hegeliana, como uma simples menção ou como um elemento constitutivo, desempenha um papel central. Nesse contexto, as relações havidas entre a formulação da crítica marxiana madura da economia política e a filosofia especulativa hegeliana, em particular em sua expressão propriamente *lógica*, aparecem em relevo frente a todas as demais questões. Problema que, em geral, não foi, ou é, posto pelos comentadores da obra marxiana de maneira independente dos textos, exteriores a estes. Em muitos casos, parte-se de determinadas declarações marxianas bem situadas e circunscritas a um tema ou aspecto do mesmo, para o qual o remetimento à filosofia hegeliana ou a certos pontos desta faça sentido, para a pura e simples atribuição de filiação filosófica ou metodológica. Uma dessas afirmações, entre as que mais são citadas, consta do *posfácio à 2ª. Edição de O Capital*, segundo a qual Marx disse ser *Schüler jenes großen Denkers*. Assertiva essa, normalmente tomada isoladamente tanto daquilo que a precede – o comportamento arrogante da *intelligentsia* alemã dominante à época – bem como com relação ao que a segue – a demarcação explícita da distinção, de princípio, quanto à especulatividade. Do que resulta uma aproximação demasiada dos padrões analíticos da crítica marxiana da economia política àqueles que configuraram o modo conceitual especulativo de concepção teórica da realidade. Em alguns momentos, se afirma mesmo, apesar dos pontos de distinção entre cada um dos autores ou correntes, uma subsunção ou uma compreensão dos desdobramentos analíticos de Marx como meros *casos* da dialética em geral. A teorização marxiana seria como tal apenas um capítulo da história da dialética, tomada como momento particular de uma posição filosófica geral.

Nas páginas que se seguem, discutem-se as posições mais importantes acerca desse espectro de tematizações recentes do marxismo, em especial as que se voltam sobre o problema de discernir o suposto enquadramento gnóstico-epistêmico que enformaria a elaboração de Marx, cujo resultado mais acabado seria *O Capital*. Iniciam-se as considerações em tela por duas das posições que retomando, ainda que criticamente, a herança dos *clássicos do marxismo*, estas intentam descobrir e demonstrar a comunidade profunda existente entre a exercitação científica marxiana e o pensamento hegeliano. Christopher Arthur e Bertel Ollman comparecem aqui como exemplos dessa atitude interpretativa frente à crítica marxiana da economia política. A dialética é de uma forma particular a cada perspectiva o centro das preocupações. Nesse sentido, caberia então procurar o quanto a dialética permanece vigendo e operando no interior do empreendimento analítico de Marx, bem como discernir as maneiras pelas quais a dialeticidade, como espírito e método da reflexão, poderia ainda configurar-se como caráter de cientificidade. O fenômeno da retomada do remetimento de Marx a Hegel se caracteriza como tendência filosófica, conforme destaca, entre outros estudiosos, Jacques Bidet, e não propriamente uma corrente. Quando compara, por exemplo, Arthur a Sekine, ressalta que “é que não só essas duas interpretações da Capital ‘à luz da Lógica de Hegel’ falta qualquer conexão rigorosa, mas as correspondências eles respectivamente assumem são estritamente incompatíveis” (BIDET, 2005, p. 123). O que se buscará evidenciar e explicitar é exatamente uma dada posição comum propugnando uma conexão essencial da cientificidade marxiana para com a filosofia hegeliana, por detrás das incompatibilidades textuais e teóricas.

Na sequência, essa postura de tomar a dialética como momento pretensamente preponderante do pensamento marxiano aparece nas figuras de dois de seus representantes mais importantes no Brasil, José Arthur Giannotti e Ruy Fausto. Num terceiro momento, aborda-se a posição lukacsiana acerca desse tema, conforme esta se consubstanciou na obra *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, onde o autor húngaro abandona a tese de um vínculo lógico, característico de momentos anteriores de sua obra. Mas, entretanto, mantém a proximidade de Marx a Hegel pela via da identificação de uma forma de

ontologia “verdadeira”, não especulativa, exercitada pelo filósofo do Espírito, da qual a crítica da economia política seria, em algum nível, tributária.

Por fim, a reflexão althusseriana sobre o problema da fundamentação, inclusa a questão da *Coupure épistémologique*, é discutida como um dos casos mais notáveis em que determinados pontos de compreensão podem achar-se comprometidos em função do viés e da posição da qual se fazem as perguntas. O distanciamento de Marx em relação a Hegel, por exemplo, o que de acordo com os resultados da pesquisa que ora se apresenta é um mérito, se revela como um destas positivities postas de modo enviesado pelo *epistemologismo*.

I

Christopher Arthur e Bertel Ollman

Christopher Arthur assim define seu esforço de interpretação: “em parte, um estudo dos motivos dialéticos da obra de Marx, em parte, além disso, desenvolvimento destes temas no contexto de uma nova tendência que emergiu em anos recentes, a qual é diversamente rotulada de ‘Nova Dialética’, ‘Novo Marxismo Hegeliano’ ou ‘Dialética Sistemática’” (ARTHUR, 2004, p. 1). Em primeiro lugar, é importante situar o esforço empreendido pelo autor em tela como dentro de uma posição filosófica cuja matriz se define pela recuperação do espaço do pensamento hegeliano, em particular da lógica, no interior dos debates do marxismo. Retomada de Hegel que se entende como crítico das tentativas iniciais levadas a efeito nos momentos primaciais da tradição marxista já com Engels e Kautsky, por exemplo. Assim, ao mesmo tempo em que a “corrente” de interpretação autodenominada *Novo Marxismo Hegeliano* pretende exercitar o desvelamento da presença de Hegel na crítica da economia política, tenta realizá-lo num registro diferente dos modos predominantes da “ortodoxia” marxista. Com relação a própria caracterização do conjunto de autores como uma *escola*, cabe salientar que a filiação dessa maneira indicada a uma propositura teórica muito ampla e genérica não permite a qualificação desta nesses cânones. Isso porque, não obstante comungando esse propósito epistemológico comum, os diversos autores chegam a formulações bem diversas, por vezes opostas (Cf. ARTHUR, 2004, p. 12-15 e 64-66). Em segundo lugar, relacionado ao

primeiro pontos, evidencia-se como a leitura proposta já se põe explicitamente como uma tentativa de reatar os laços entre a crítica da economia política com seu suposto fundamento lógico, de caráter dialético. Nesse sentido, prossegue, na sequência, afirmando tratar-se de “simplesmente um retorno para *as fontes*, fazendo um estudo sério do que Hegel e Marx realizaram com respeito à dialética” (ARTHUR, 2004, p. 3). Desse modo, “preferencialmente se focaliza a lógica de Hegel e como esta enforma *{fit}* o método de *O Capital* de Marx” (ARTHUR, 2004, p.4). O alvo é discernir teoricamente o talhe sistemático dessa construção lógica, ou seja, como os conceitos se articulam a fim de perfazer uma totalidade categorial que expressa toda a riqueza da concretude capitalista. Não como uma descrição do devir histórico do capital, do processo pelo qual as categorias constantes vieram a tomar a feição ou a configuração que têm, mas do modo no qual estas vigoram e operam reciprocamente como uma lógica que formata o sistema do capital.

Para tanto, diferencia dois tipos de dialética em Hegel: uma cujo caráter é histórico, que descreveria a dialeticidade imanente que regularia o curso do desenvolvimento das diversas épocas; outra, denominado por ele de *sistemática*, cujo resultado dos desdobramentos é “a articulação das categorias designadas para conceitualizar uma totalidade concreta existente” (ARTHUR, 2004, *idem*). Baseado nessa distinção, Arthur pretende redefinir a abordagem mesma da dialética, fazendo com que essa seja tomada não mais como no registro preferencialmente histórico, mas rigorosamente categorial. O autor tem em mira a produção de um novo entendimento que supere o referimento extremamente frágil no que respeita à compreensão dos movimentos de determinação dialética. A determinação não se daria mais apenas a partir dos horizontes da historicidade das categorias, do entendimento de como estas vieram a ser no decurso do desenvolvimento das formações sociais, como gênese localizada, mas agora na apreensão da lógica que as conforma *no* modo de produção capitalista. A dialética mesma sofreria assim uma mutação essencial de sentido. Seria a compreensão logicamente formatada das conexões e transições categoriais que caracterizam o capital como sociabilidade particular. Essa transformação semântica comportaria implicações em duas dimensões de racionalidade:

No nível filosófico, é um caminho do funcionamento com conceitos os quais se mantêm abertos e fluidos, e acima de tudo sistematicamente interconectados. No nível metodológico, põe a ênfase sobre a necessidade

para uma clara ordem de apresentação, a qual, entretanto, é não linear, no que concerne ao ponto de partida é não empírica ou axiomaticamente dado, mas necessita de interrogação (ARTHUR, 2004, p. 5).

Essa dupla mutação de significação apontaria para uma nova modalidade de determinação dos próprios conceitos, transferindo, de certo modo, o que antes caracterizava a compreensão dialética das grandes transições históricas para o terreno da determinação das categorias. A relatividade ou reflexividade das categorias assumiria o talhe dinâmico como caráter da própria articulação categorial. A não linearidade é identificada como o centro tanto da delimitação do *objeto*, de seu estatuto de ser, quanto da definição das estratégias correspondentes de apreensão dos nexos da realidade. A fluidez e a abertura que demarcam esse suposto novo entendimento das categorias não se estabelecem, entretanto, como variáveis de indeterminação. Ao contrário, o papel da dialética como forma de encadeamento e relação entre as categorias garantiria a posição da reflexividade recíproca como norma da articulação. A posição de, por assim dizer, uma historicidade interna ao encadeamento categorial faz com que a construção marxiana, na qual as diversas formas determinativas da produção capitalista são apresentadas, seja entendida como uma sequência onde instâncias de determinação se sucedem em função de sua completude ou complexidade. Sequenciamento categorial cujo alvo é a reconstrução conceitual de uma totalidade dada, do sistema de produção em seus diferentes momentos:

Minha própria visão parte da premissa que a teoria faceia {*faces*} uma totalidade existente, que conseqüentemente em compreendendo-a por completo, analisando-a em seus momentos, se a desnatura; quando os momentos são abstraídos da totalidade, o esforço para *reconstruir* a totalidade, identificando completamente a inabilidade da categoria em exame em cada estágio de compreensão em si mesmo; por isso a dialética move para o que é mais compreensivo (ARTHUR, 2004, p. 6).

O que parece tornar a lógica da *aufheben* – *suprassunção*, em termos estritamente hegelianos, ou, *superação*, num entendimento marxista genérico – uma *démarche* de arquitetura teórica. A incompletude ou *inability* intrínsecas de cada momento categorial faria com que a articulação categorial fosse “empurrada” em direção a níveis de determinação mais precisos. Um sistema dinâmico ou uma dinamicidade sistêmica na qual os diversos estádios ou *momentos* se enquadram, ao menos parecem enquadrar-se, a partir

de um caráter lógico absolutamente imanente e inerente, necessariamente posto pelas virtudes e déficits do desenvolvimento que se expõe. A dialética é o *discurso do sistema*. Por isso, a apresentação categorial aparece como tendo mais importância que a própria marcha da analítica exposta.

Nesse sentido, o caráter sistemático da dialética hegeliana se ajustaria com perfeição à propositura ao mesmo tempo como modo de apresentação lógico, isto é posto normativamente, bem como uma modalidade para a qual a natureza dinâmica dos liames e dos termos da relação é uma pressuposição básica. Bem ao gosto hegeliano, a natureza reflexa ou de mão-dupla das conexões categoriais não somente pertence ao escopo da teoria, mas se dá já nos quadros da relação constitutiva da *episteme*. Nesse diapasão, Arthur considera como elemento principal para o entendimento correto da dialética sistemática a *reflexividade da relação sujeito-objeto*. É uma armação teórica cujo vigamento se localiza na noção de *sistema* concebida como idêntica àquela de *totalidade*. Uma totalidade sistêmica que abarca num mesmo conjunto de movimento a coisa faceada e a atividade da consciência que a faceia.

A fim de realizar sua propositura assim delineada, Arthur propõe não somente uma retomada de Hegel, mas numa investigação escoimada dos atulhos acumulados pela história das interpretações da dialética pela vulgata marxista, mas assevera explicitamente que esse projeto implica numa *new reading of Hegel*. Nesse âmbito, o próprio modo como tradicionalmente a dialética hegeliana é vista em confronto com a modernidade é modificada. Não apenas se trataria de uma teorização na qual a forma da liberdade é concebida teleologicamente como realizada no mundo moderno, mas também compartilhando com esse um aspecto essencial do seu próprio paradigma. A sistematicidade assume aqui um caráter amplo e pleno de consequências, extravasando o campo propriamente do teórico, do filosófico; estando, por assim dizer, em anterioridade ontológica frente a este. Os apanágios do sistema, tais como a *abstratividade*, a *universalidade*, a *reflexividade* etc., passam a pertencer à esfera da própria totalidade existente como tal. Arthur pretende identificar um paralelismo entre o talhe sistemático da especulação e aquele que configura o capital como modo de produção ou totalidade

categorial articulada. Por conseguinte, o capital seria como também *racional*, na acepção hegeliana da palavra. A esse respeito afirma que

(...) a lógica de Hegel pode ser tomada {*drawn*} deste modo em um estudo do capitalismo, porque o capital é um objeto muito peculiar, fundado em um processo real de abstração na troca, em muito semelhante ao modo como se dá em Hegel a dissolução e reconstrução da realidade, como predicado do poder abstrativo do pensamento (...) (ARTHUR, 2004, p. 8).

Partindo dessa concepção sustenta haver uma conexão categorial entre as noções de *infinito* em Hegel e de *capital* em Marx. Dentro de certos limites, analogicamente, mas tão somente nessa significação, em muito lembra a observação marxiana acerca da comunidade abstrativa entre o *Estado Moderno* e a *filosofia hegeliana do direito*, encontrada na *Crítica da Filosofia do Direito, Introdução* de 1843²⁶. Entretanto, o que se deve assinalar com ênfase aqui, o qual tem consequências de monta, é o fato de transparecer com força a tese da existência de uma *homologia ontológica* entre a forma objetiva da efetividade e a forma da racionalidade discursiva. À objeção de que tal argumentação quando muito produziria uma visão hegeliana apenas renovada, atualizada, na qual a dialeticidade ainda estaria imanente ao mundo do capital como sistema categorial racional e, em consequência, afirmando um modo positivo de entender a ambos, como realização máxima da racionalidade, Arthur responde que:

Para um verdadeiro hegeliano, se o capital pôde ser mostrado incorporando a lógica do conceito, isto seria uma coisa esplêndida. Mas para mim, o verdadeiro fato que torna o capital homólogo com a Ideia é uma razão para critica-lo como uma realidade invertida, na qual abstrações automoventes põem-se acima {*upper hand over*} aos seres humanos (ARTHUR, 2004, *idem*).

No entanto, o simples apontamento para a lógica real do *fetichismo*, do ponto de vista da determinação das categorias, em nada altera o problema real da suposição ontológica sistêmica assim posta. O caráter especulativo imputado ao real, como um por-si, permanece como um ponto a ser objetado: a conjectura duma lógica incorporada, ou realizada, por um ente e/ou processo finitos.

²⁶ Cf. Marx, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2005, p. 151.

A supracitada homologia entre o efetivo e o ideal, mediante a transformação da noção de *sistema* em chave de entendimento, que Arthur concebe mesmo a idealidade como uma forma do processo real de intercâmbio de mercadorias. Nesse caso em especial,

(...) por boas razões materiais uma realidade objetiva tem a figura de uma idealidade. Para essa idealidade, ainda que sempre incorporada ao começo nas mercadorias e nas relações destas, categorias lógicas são efetivas porque dispositivos de sinalização {*signalling devices*} que regulam o mercado são por certo abstrações, abstrações reais, não abstrações do pensamento, é claro (ARTHUR, 2004, p. 9).

Para sustentar sua argumentação, toma como exemplo disso a forma dinheiro, a qual “permanece em uma relação, antes *lógica* que *material* para com as mercadorias”. 9. É importante notar como a aproximação interpretativa, uma vez viesada pelo seu logicismo, toma a determinação formal sem mais como algo de caráter lógico. E isso, em nada se altera pela oposição de sua conformação particular dialética. O aspecto formal, que em Marx, como já se viu anteriormente, remete antes de tudo a uma *determinada forma de ser atual* de entes ou processos, assume desmesuradamente a roupagem de uma determinação lógica. A relação entre dinheiro e mercadoria, a qual é delimitada pela forma da produção, a produção ampliada e reproduzível do mais-valor, é apresentada como uma conexão cuja *démarche* se estabelece *a priori* pela via de um enquadramento lógico particular. Obviamente, as formas de ser – ou do ser – de entes ou processos sociais não possuem a objetividade que caracteriza o conjunto de propriedades materiais ou concretas dos produtos em seus valores de uso. O que não significa, entretanto, que a sua relacionalidade como valores necessariamente tenha de pautar-se por uma figuração lógica qualquer. Bem entendido, quando o autor inglês remete a um ordenamento lógico das categorias não está a indicar uma articulação categorial, uma concatenação de determinações em termos genéricos, mas tem em mira precisamente o modo como isto é formulado no interior de uma concepção articulatória de termos particular. A palavra *lógica* tem aqui um sentido extremamente técnico. Mais à frente assevera mesmo haver “uma afinidade entre a ‘Ideia’ de Hegel e as relações e as relações estruturais entre mercadorias, dinheiro e capital, mas somente em razão de certas propriedades muito peculiares da economia monetária” (ARTHUR, 2004, p.10).

Esse ponto de partida não deixa de ter consequências de monta para outros elementos ou problemas correlatos. A pretensão de que o *capital* como forma de ser social da produção da vida humana possa ter alguma homologia essencial, traz como resultante necessário uma retroação do terreno do método para aquele das determinações mais ceteriores da teoria. Nesse sentido, “Marx pode ter tomado a lógica de Hegel simplesmente como uma ajuda para a exposição, mas para mim o vigamento {*framework*} lógico tem importância *ontológica*” (ARTHUR, 2004, p. 9). Ou seja, Arthur tem plena consciência de que não é possível sustentar a tese do paralelismo homológico entre o dialético e o real sem que a posição mesma acerca do que constitui o finito passe incólume. Aqui se tem claramente o quanto se trata mais de um projeto de renovação da dialética, que busca arrimar-se na pretensão de forma teórica ou fundacional à crítica da economia política, que propriamente de inteligência da cientificidade de Marx. Tal se corrobora na medida em que as afirmações acima se dão a contrapelo do próprio texto marxiano, o qual não apenas explicita seu fundamento (*grundlage*) como algo distinto do de Hegel, mas expõe o reconhecimento deste como o *exato oposto* ao da especulação. Além disso, a analítica categorial das formas de ser atual, no curso da qual as determinações são extraídas e, posteriormente, ordenadas segundo a existência mesma do complexo finito real, é simplesmente ignorada. Ocorre em Arthur o que se verifica em grande parte da tradição interpretativa sobre o pensamento marxiano. Primeiro, o modo dos procedimentos é transformado no *núcleo duro* da cientificidade. Depois, o modo de pesquisa é recoberto por aquele da apresentação, como se o fundamento mesmo do analítico, o reconhecimento do finito como *síntese de diferentes determinações*, não existisse e tivesse de ser “resolvido” por sua ancoragem numa suposta lógica imanente e autônoma do discurso. Em outros termos, a remissão ao estatuto das categorias como *Existenzbestimmungen* é olímpicamente abandonado, em favor da diluição do modo como, supostamente, a lógica dialética hegeliana fundamentaria *O Capital*. E por fim, ao menos no que tange a Arthur, tratar-se-ia de construir um modelo de correspondência entre os momentos constantes da crítica da economia política e aqueles da *Wissenschaft der Logik*. Nesse contexto, opera-se obrigatoriamente com uma identidade conceitual que, não obstante seja reputada e expressa como autoevidente, não possui validade em Marx. Totalidade, noção

que efetivamente habita o ecossistema teórico marxiano, é tomado como idêntico a sistema, conceito que, ao contrário, não aparece como elemento constante da armação argumentativa de Marx. Dizer-se *totalidade* ou *totalidade orgânica*, ainda que se possa arcar com certo ônus filosófico, não tem o mesmo peso específico que a noção de sistema. Uma totalidade não exige de seus momentos um enquadramento fechado ou encadeamento férreo do ponto de vista da acentuação determinativa recíproca das categorias. Uma totalidade orgânica não tem como caráter necessário a sua sistematicidade, mas tão somente a conexão funcional de determinações, a partir da qual se admite muito tranquilamente seu não fechamento ou seu desequilíbrio. O que mais de uma vez se observa no curso da exposição marxiana da produção capitalista.

Não obstante, o fôlego teórico e certo nível de sofisticação, desvela-se então, como o que está em questão não é tanto capturar teoricamente a configuração conceitual marxiana como um *objeto* de investigação por-si, mas confirmar a atribuição de sentido dialética. Ou seja, ao posicionar o pensamento marxiano na mesma alçada filosófica que o hegeliano, todo o problema no fundo se resume à armação de formas lógicas de aproximação do discurso.

Ollman, ao contrário de Arthur, não tem como motivação principal a determinação do caráter da cientificidade marxiana, bem como da posição que no interior desta a dialética. Ao menos a princípio, as suas indagações são dirigidas pelo *telos* de entender o pensamento de Marx em suas diferentes dimensões – ciência, crítica social, prospectiva e revolução – como uma totalidade reflexiva. Por conseguinte, pretende opor-se ao que considera o ponto de vista dominante das aproximações comumente operadas frente à obra do pensador alemão. Na maior parte das vezes,

Ciência, crítica, visão, estratégia para revolução são ordinariamente entendidas aparte uma da outra – alguns [dos autores tradicionais] sustentariam que estas eram logicamente incompatíveis – muitos interpretes do marxismo têm enfatizado somente um ou um punhado destes temas enquanto rejeitando ou trivializando os outros (OLLMAN, 2003, p. 2).

Nesse sentido, sua crítica se volta a estabelecer, ou restabelecer, uma imagem unitária do marxismo. Repondo como centro o conjunto de nexos entre aquelas problemáticas que, segundo ele, caracterizam *au fond* o marxismo como propositura intelectual. Essa imagem

unitária ou combinatória de escopos e níveis de reflexão teria como eixo orientador a posição mesma da compreensão do capital como momento historicamente superável por outro mais superior, o comunismo.

Não por acaso inicia sua exposição fazendo alusão ao que denomina de *Tales of Two Cities*, a suposta narrativa histórico-social acerca da transição de um estado societário para outro, a qual estaria implícita no discurso do marxismo. A cientificidade tomaria lugar na integralidade do refletir marxista como a posição do conhecimento que faculta tanto a possibilidade quanto a propositura dessa transição. Nesse contexto, o projeto de Bertel Ollman pode ser caracterizado pelo título de um dos capítulos de *Dance of the Dialectic: Putting Dialectics to Work*. Ou seja, no fundo trata-se de recuperar a vitalidade da leitura dialética de mundo como modo de pensar e ferramenta teórica que possa mediar idealmente a marcha à frente, tornando possível pensar cientificamente a posição de um além do capital. A ciência assim, não teria validade em Marx senão no interior dessa totalidade integral de pensamento e em vista da promoção das suas outras dimensões constitutivas. De certa maneira, às *três origens*, que constituem a tonalidade tradicionalmente dominante do *amálgama originário* desde Kautsky, Ollman faz substituir quatro aspectos ou partes do marxismo.

Desse modo, a *filosofia das relações internas*, como nomeia Ollman o padrão de pensamento marxiano, é uma propositura teórica cuja gênese se situa não no terreno da delimitação epistêmica da cientificidade, mas naquele atinente à questão da *alienação*. Tema que, aliás, foi seu objeto de estudo acadêmico inaugural (Cf. OLLMAN, 2003, p. 4), como fenômeno social intensamente vivido no mundo do capital, aliado ao da sua possível superação pela efetivação da forma societária comunista. Assim, pelo fato de o marxismo pretender a apreensão intelectual dos liames entre as determinações e categorias constantes da produção capitalista, deveria ele mesmo ser entendido a partir de uma perspectiva interpretativa que apanhe os nexos existentes entre os seus diversos elementos ou objetos de investigação.

A questão decisiva no que respeita ao entendimento do pensamento de Marx, para o autor norte-americano, é proceder a identificação do seu teor filosófico, ou seja, a definição do que o constitui como discurso reflexivo. Ollman, como já se mencionou acima, o

determina como *philosophy of internal relations*. A lógica interna que preside o encadeamento das categorias e descreve seu ordenamento necessário. A reflexão marxiana se proporia então, como qualquer propositura autenticamente científica a rastrear, delinear e expor a série de conexões imanentes, mas invisíveis, que subjaz à efetividade social. À cientificidade caberia a *search of relations*, “(...) especialmente relações as quais não são imediatamente óbvias, e em estudando o capitalismo Marx descobre relações entre o que é, o que poderia ser, o que não deveria ser, e o que poderia ser, acerca de tudo” (OLLMAN, 2003, p. 2). O que evidencia mais uma vez a interdependência e a reciprocidade que assinalaria o talhe peculiar da elaboração de Marx. Porquanto no interior desta se ponham concertadas determinadas esferas – a do conhecimento teórico-científico, a do juízo de possibilidade e a da propositura de ação – as quais, em geral, apareceram sempre na tradição filosófica ocidental em separado e como questões pertencentes a horizontes reflexivos distintos e até inconciliáveis. Afora isso, o escopo do pensamento científico seria no fundo a decifração dos liames determinativos essenciais, os quais, em que pese seu caráter definidor, não é algo *immediatly apparent*. Encontrar o ordenamento das categorias equivale por isso a deslindar o modo como estas se concatenam e se determinam reciprocamente. Nesse contexto, a delimitação da cientificidade marxiana equivale a definir o estatuto de sua filosofia, que o arrima como propositura de pensamento sobre o real. Tal delimitação teórica revela, no mesmo sentido preponderante da tradição marxista desde fins do século XIX, um arquétipo de formulação filosófica que em realidade é,

(...) um reporte {*carryover*} do aprendizado de Marx com Hegel, o qual trata as relações em que tudo se põe como parte essencial do que é, de modo que uma mudança significativa em alguma destas relações registra-se como uma mudança qualitativa no sistema do qual é parte (OLLMAN, 2003, p. 5).

Em outros termos, aqui se explicita não somente a maneira hegeliana de considerar a reflexividade das categorias, mas, e principalmente, conseqüentemente, o entendimento do existente como regido por uma lógica necessariamente sistêmica. Igualmente, reafirma-se igualmente a pretensa herança especulativa operando no interior da crítica da economia política. A vertebralidade do exercício científico de Marx é dada pela forma lógica dialética na qual os conceitos estariam concatenados. A conexão entre os diversos momentos

categoriais que integram e constituem, a cada passo, a reprodução do existente, ente ou processo, como *Gedankenkonkretum* é tomada já como uma resultante do método dialético e, por conseguinte funciona ao modo de um sistema. Como palavra-chave, *sistema* opera como uma forma de promover coesão necessária entre as noções de *totalidade* e de *relação*. Consistindo o método dialético essencialmente numa lógica rigorosa de identificação, ou atribuição, de inter-relações entre termos ou elementos. De certo modo, tem-se, a partir de pressuposições distintas das de Arthur, a atribuição da lógica sistêmica como a verdade das formulações marxianas. Procurando responder às possíveis objeções da propositura dessa presença da especulatividade hegeliana nos quadros do pensamento marxiano, Ollman enumera em seu auxílio um conjunto de referências teóricas do marxismo. De Lukács a Marcuse, passando por Sartre e Goldmann, segundo ele, atestariam que “a rejeição do idealismo de Hegel por Marx não inclui a filosofia das relações internas daquele” (OLLMAN, 2003, *idem*). Como pressuposto básico de uma propositura desse talhe se encontra, em termos ontológicos, ainda que de modo implícito, outra versão da *homologia*, ou ao menos, de uma *continuidade estrutural*, entre o lógico e efetivo. Nesse sentido,

(...) as interconexões que constituem o padrão-chave {*key pattern*} no capitalismo, a dialética que conduz o próprio sistema capitalista, como o padrão dos padrões, põe à “vista” {*into “sight”*} e torna algo real que requer sua própria explanação. Em um mundo composto {*made up*} de processos mutuamente dependentes, de qualquer modo, as interconexões entre as coisas inclui os vínculos destas para suas próprias precondições e futuras possibilidades, bem como tudo o que as está afetando (e o que estas estão afetando) agora mesmo (OLLMAN, 2003, p. 4).

Como se vê, não obstante essa visada totalizante, a compreensão do pensamento marxiano tem como ponto fulcral o método dialético herdado da filosofia hegeliana. A dialética seria o componente fundamental do todo reflexivo que ao mesmo tempo deslindaria as relações internas que perfazem o concreto social e também definiria a própria forma nas quais as conexões imanentes a todo sistema. O que coloca Ollman, de modo duplo, numa *démarche* idêntica a dos autores os mais tradicionais do pensamento filosófico a respeito do conhecimento. De um lado, o mais geral, no fim das contas, o acerto ou não de uma propositura teórica é medido em função do método ou da esfera dos procedimentos que advoga. Por outro lado, no que tange especificamente à identificação do padrão científico

de Marx, a resolução em última instância é dada pelo remetimento deste à dialética fundada por Hegel.

Uma vez tendo demarcado a natureza e alcance da *philosophy of internal relations*, nosso autor examina no capítulo, já acima referido, *Putting Dialectics to Work*, uma das questões mais importantes para o entendimento da cientificidade marxiana: o estatuto das abstrações e a conexão destas com a efetividade. Sendo que a dialética é concebida como idêntica à forma da articulação discursiva, e real, das categorias, torna-se inevitável esclarecer a própria definição das abstrações dentro do *modus* marxiano de pensar. Porquanto essas sejam, num primeiro nível epistêmico, a imagem das determinações reais no exercício do pensamento, a indicação precisa de seu caráter e função na crítica marxiana da economia política é uma tarefa essencial. Por isso, Ollman se põe a seguinte questão: “O que há, então, de distintivo acerca das abstrações de Marx?” (OLLMAN, 2003, p. 63). Ollman parte para essa empreitada disposto a determinar se há realmente esse cunho diferenciado na concepção marxiana da abstração. No entanto, o faz pensando em termos estritamente epistêmicos ou gnosiológicos. Parte, por conseguinte, do pressuposto de que o fundamento da ordem dos procedimentos, que se situam no sítio das determinações do real por-si, está já efetivamente dominado, discutido e suficientemente compreendido, bem como não exerce nenhum papel permanente na economia interna do pensamento de Marx. Assim,

(...) representando o processo de abstração de Marx como uma atividade predominantemente cônica e racional, eu não pretendo negar o enorme grau nos quais os resultados acuradamente refletem o mundo real. De todo modo, as fundações realistas do pensamento de Marx são suficientemente (ainda que não por meios adequados) entendidas para serem tomadas por já dados, enquanto nos concentramos no processo de abstração como tal (OLLMAN, 2003, idem).

Desse modo, o que é importante para a retomada do pensamento marxiano, a apreensão de seu *Grundlage*, do reconhecimento da legalidade e da autossuficiência por-si do finito, do existente, é tratado como um mero momento primacial, que não desempenharia mais uma função relevante com relação ao *processo f abstraction as such*. O quanto isso pode ser inadequado para o entendimento dos procedimentos marxianos se evidencia de pronto porquanto se considere a extrema proeminência atribuída por Marx a *viagem de retorno*, no

curso da qual as abstrações são cotejadas com a efetividade e ganham, por meio disso, um grau maior de concreção. A centralidade da determinação do caráter de realidade do finito existente aparece então como uma simples *fundação realista* e não como aquilo que é: um parâmetro essencial para a racionalidade do processo científico. Por esse motivo, a lógica dialética da especulação hegeliana surge como um recurso quase inevitável para conferir coerência à esfera procedimental. Além dessa exogeneidade no que respeita à concepção de como opera a cientificidade marxiana, há que ressaltar a qualificação de *realista* imputada a esta. O que se reveste de uma curiosa ambiguidade, porquanto se possa afirmar com isso tanto que a articulação categorial já existe como tal na realidade independente do pensamento, quanto ser esta mesma forma de concatenação conceitual lógica, obrigatoriamente *dialética* para nosso autor, é o modo mesmo de ser da própria realidade. Diversamente da posição *realista* lato senso, mas não evidentemente em contraposição a ela, a marxiana seria muito melhor descrita como *materialista* ou *immanentista*, porquanto parta de um triplo reconhecimento. Primeiro, da independência do ser de entes e processos em relação ao pensar que deles se aproxima e busca apropriá-los. Segundo, da diferença essencial entre ser e pensar. E terceiro, de que o ideal nada mais é que a tradução aproximada dos nexos que vigem na forma de ser do efetivamente existe, do *sujeito real*. Não havendo, portanto, nenhuma solução de continuidade ontológica entre lógica e efetividade.

Aprofundando sua explicitação de como entende o processo de abstração na teoria marxiana, Ollman afirma que ao contrário da forma como preponderantemente se operam com os conceitos as ciências sociais,

(...) Marx delimita *{sets out}* para coisas abstratas, em suas palavras, ‘como elas realmente são e sucedem’, fazendo do como estas sucedem parte do que estas são. Por isso, capital (ou trabalho, ou dinheiro) não é somente como o capital aparece e funciona, mas também como se desenvolve; ou como se desenvolve, é história real, é também parte do que é (OLLMAN, 2003, p. 65).

É novamente patente neste passo como o autor norte-americano faz transmigrar para o interior da delimitação das categorias a ordem da sistematicidade histórica, como encadeamento necessário de momentos lógicos. Coisa que se explicita com ainda mais

força quando tenta exemplificar expositivamente o modo em que se dá essa determinação sistemática com relação a um conceito central da teoria de Marx acerca do moderno modo de produção da vida humana, o de *capital*:

(...) capital, para Marx, não é simplesmente o meio material de produção usado para produzir riqueza, como é abstraído na obra de muitos economistas. Antes, inclui os estágios iniciais no desenvolvimento desse meio particular de produção, ou ‘acumulação primitiva’, certamente, tudo o que tornou possível para produzir-se o tipo de riqueza da maneira como se faz (nomeadamente, permite a riqueza tomar a forma do valor, alguma coisa produzida não por causa de sua utilidade, mas com o propósito de troca) (OLLMAN, 2003, *idem*).

Primeiramente, cabe chamar a atenção para o fato de que *capital*, para Marx, é antes de tudo o mais, uma relação social historicamente determinada, sob a qual se desenrola a produção da vida humana como criação de excedente em valor. É uma dada forma social de ser atual assumida pela atividade produtiva e pelos produtos dela resultante. É um caráter determinativo que delimita o modo de existência concreto de indivíduos, coisas e conexões sociais. Os meios de produção *se revestem* dessa forma social, são usados e mobilizados dentro dos marcos definidos por essa relação social, *valem (gelt)* como capital. Que o capital seja, como todas as formas concretas de existência social, dinâmico, tenha um talhe histórico e, mais ainda, possa alterar-se em suas mediações e no modo como os liames societários funcionam sob sua regulação, é um problema de outro tipo. O essencial para o entendimento da categoria não é, ao menos primeira e primariamente, o de seu evoluir histórico, o modo necessariamente contingente como certas condições e elementos objetivos da produção vieram a tornar-se capital, mas o que faz com que estes meios e produtos se convertam em capital. Ou seja, em virtude de que as coisas tornam-se mediações objetivas de extração de mais-valor, de promoção da valorização do valor. Por conseguinte, em segundo lugar, o *concept of capital itself* se refere a esse caráter social determinado da produção, e não a um produto de uma dialética pela via da qual, formas puras ou determinações transmutadas em sujeito se encaminhem no curso de “seu desenvolvimento” para a realização da *Idee*. Ollman, ao contrário, toma a dialética tão a sério que transporta a historicidade lógica, pela qual as categorias se conectam num curso preñado de necessidade, para dentro da própria determinação de existência. Nesse sentido,

afirmar que “A história do capital é parte do capital, compreendida na abstração de capital o qual Marx produz, e parte do que ele quer transmitir com o que o conceito abrange {covering}” (OLLMAN, 2003, p. 66). A processualidade em seu modo especulativo tende a converter determinações de existência, categorias ou aspectos objetivamente postos em *momentos* de desenvolvimento. O fato de o capital ser também uma totalidade produtiva, um dado *modo de produzir*, gera, sob a *démarche* de aproximações desse talhe, a aparência de que se trata de um desenrolar categorial. A história (*como se deu*) é transmutada em dever lógico (como um *se deu necessariamente como tinha de dar-se*), se encontrando então decalcada e transformada em mero roteiro da *Idee*. Compreender a troca como *momento* de realização do mais-valor, e da conseqüente reprodução da riqueza *como capital*, se converte numa mediação sistêmica. O que vai de encontro às observações de Marx, constantes da *Einleitung 1857*, segundo as quais a compreensão determinativa da categoria não se identifica forçosamente com a narrativa de sua gênese histórica efetiva. O que está em operação aqui é a pressuposição da sistematicidade categorial, que converte a história em movimento de engendramento da infinitude – que, no caso, seria o capital – e as demais formas de existência em momentos absolutamente subsumidos logicamente.

A processualidade contínua das formas sociais, o fato de que estas, para além da sua aparente disposição fragmentária e isolada, sejam modos de realização de uma determinada maneira concreta de existir da produção é concebida como norma *a priori* de uma concatenação lógica. Nesse sentido, para Ollman,

Marx, de todo modo, acredita que na ordem para apreender {grasp} adequadamente o sistema de conexões que constitui como tal uma parte importante da realidade que nele incorporada – ao longo do caminho no qual ele muda – nas várias abstrações nas quais e pelas quais se pensa sobre aquele (OLLMAN, 2003, p. 68).

O que poderia interrogar-se é se, de fato, seria necessário que a ordenação das categorias tomasse uma forma sistêmica. Em outros termos, processualidade e sistematicidade são obrigatoriamente sinônimas? Remeta-se aqui mais uma vez ao texto da *Einleitung zur den Grundrisse*. No trecho onde Marx observa criticamente que a propositura de uma concatenação lógico-dialética dos momentos da produção como totalidade – *produção, consumo, troca e distribuição* – na forma de um esquema ou silogismo, por meio da qual se

os enquadrem como momentos do universal, do particular e do singular, é, por certo, um modo de articulá-los. Mas completa a seguir que pode muito bem ser uma maneira um tanto *superficial (flacher)*²⁷ de tomar a articulação desses. E isso porquanto não se leve em consideração as relações internas recíprocas reais de interpenetração de cada um desses momentos da produção pelos demais. A efetividade finita da produção permanece portanto, como uma instância de ajuizamento e avaliação da razoabilidade das categorias como formas ideais de apropriação da realidade objetiva. Considerando-se obviamente a conseqüente série de conexões concretas nela apresentadas; onde o consumo, por exemplo, apareça como uma determinação, em vários sentidos objetivos, da própria produção dos valores.

II

Giannotti e Ruy Fausto

Assim, como nas posições acima discutidas, as aproximações de Giannotti e Ruy Fausto da obra marxiana têm como alvo unicamente apreender e explicitar o modo como cada um entende a relação da crítica da economia política com a filosofia especulativa hegeliana. Além disso, não se propõe aqui examinar todo o espectro que define, em seus mais variados gradientes e matizes, a produção do marxismo, ou do conjunto das “leituras” da obra de Marx, elaborado no Brasil. Tão somente se busca esclarecer como os referidos autores entendem a questão do tipo de ciência exercitada por Marx, uma vez que operam sob um viés gnósio-epistêmico que tem a delimitação da lógica como o fulcro que sustenta e impulsiona uma teoria. À guisa de conclusão, tentaremos, ao final deste momento da tese, um cotejo da posição do problema esboçado pelas duas abordagens em tela com aquela efetivamente apresentada nos textos marxianos, em especial, em *O Capital*.

Tem-se nas figuras de Giannotti e Ruy Fausto duas posições teóricas que colocam como centro a determinação da lógica que integra o tecido teórico da, assim chamada, “obra econômica” de Marx. E, no interior dessa questão mais ampla, aquela das relações entre Marx e Hegel. Em especial, a definição do caráter da “dialética” na obra de

²⁷ Cf. Marx, Karl. Einleitung zun den Grundrisse der polistischen Ökonomie, In Marx-Engels Werke, Band 42, Dietz Verlag, Berlin, 1983, p. 25.

maturidade merece por parte dos autores em exame o indicativo de cerne mesmo do problema da cientificidade marxiana. Afinal, qual é o estatuto da “dialética” na crítica marxiana da economia política? Como Marx esgrime com as reviravoltas do espírito hegeliano no confronto analítico com o modo de produção capitalista? De saída, os dois autores identificam desse modo, na generalidade, certa linha de descendência que une Marx a Hegel, não obstante todas as tensões internas e a série de incongruências havidas necessariamente numa filiação teórica assim afirmada por essas duas “leituras”. No entanto, se tais perfilados teóricos têm o mesmo problema por motivação, acabam por desembocar em resultados diversos, por vezes opostos, no que tange ao sentido da lógica que postulam haver na obra madura de Marx. Como o veremos, de forma sumária, enquanto para Giannotti, a relação com Hegel se põe como limite, impedindo uma solução satisfatória das questões da sociabilidade do capital, já para Ruy Fausto, ao contrário, a presença da lógica hegeliana no pensamento marxiano maduro, ainda que profundamente modificada, se revela como algo extremamente produtivo.

Em primeiro lugar, destacamos a reflexão de Giannotti acerca do estatuto de uma dialética ou de uma lógica própria a Marx, a qual seria a base, o fundamento de seu discurso. Já em *Origens da Dialética do Trabalho* se observa este mote da reflexão de Giannotti. A partir da retomada crítica de um juízo amplamente difundido, segundo o qual, Marx teria retirado o conteúdo do método dialético hegeliano, põe-se a examinar a questão em tela, na dita “obra de juventude”. Nesse sentido, interroga-se: “Como é possível pensar uma forma de investigação independente de seu conteúdo quando se visa precisamente a confluência de ambos?”. Ou seja, como é possível pensar uma lógica dialética materialista, que não recaia na identidade entre coisa e ideia, entre o modo de ser e o de conhecer, entre ontologia e método. Requisitos exigidos de tal método, se este pretender reconhecer a contradição na objetividade material, independente da idealidade. Requer-se, segundo nosso autor, uma separação da própria raiz. Será isto possível? Pois, continua Giannotti, “se a separação equivale a retroceder ao dualismo entre forma e conteúdo, entre método e ontologia, torna-se evidente que a famosa inversão da dialética não se fará sem uma completa reforma de seu significado” (GIANNOTTI, 1985, p. 9). O exame deste problema

circunscreve-se aqui à “obra juvenil” de Marx por uma dupla razão. Primeiro como concessão à moda vigente à época da primeira edição de livro (1965), onde esta fase do pensamento marxiano se achava em voga e discussão – basta pensar em Marcuse e Sartre trabalhando os *Manuscritos de 1844* –. Em segundo lugar, e isto é de importância capital para a inteligência da reflexão giannottiana, pela tese de que haveria uma “radical oposição epistemológica entre os textos de juventude e os de maturidade”. Existiria então um Marx “feuerbachiano”, antropológico, que tem por matriz de sua aproximação crítica da economia política pela noção de “*Gattungswesen*”, e outro Marx, na maturidade, liberto desta herança e da “essência genérica”, fazendo a crítica do mundo do capital e de sua expressão científica por meio de uma lógica inaudita. Esta tese, não obstante reformulada em certos termos, bem como a pretensão de delimitar criticamente a “lógica de Marx”, continua em escritos posteriores.

Em *Trabalho e Reflexão*, por exemplo, Giannotti, ao perseguir o problema das transformações da produção capitalista e as implicações destas para a lei do valor, empreende novamente o exame desta querela. O principal problema é aqui a delimitação do valor como tal, de “um padrão que se efetiva como uma coisa que escapa de um único comportamento de medida” (GIANNOTTI, 1983, p. 31). Tal interrogação não se põe, evidentemente, no interior de uma pesquisa de talhe propriamente científico, mas no âmbito da tentativa de determinar “uma dialética da sociabilidade”. Amparado pela noção de “esquema operatório”, tomado de certa leitura da obra de Piaget, pretende dar conta da reflexividade das categorias sociais do capital, onde o valor de uma mercadoria se exprime pelo valor de uso de outra, por exemplo. O esquema de objetivações sociais equivale a um *jogo*, que pressupõe ações e respostas que delimitam e estabelecem o *status* específico dos objetos mobilizados. Assim, o “*esquema operatório*, constituído pela bola, por sua trajetória, pelos agentes como arremessador e pegador instaura uma *objetividade social* muito elementar” (GIANNOTTI, 1983, p. 51). O que não significa, entretanto, a pretensão de poder de alguma forma simplesmente sobrepor à elaboração marxiana o conjunto de regras e conexões delineado por um esquema operatório (Cf. GIANNOTTI, 1983, p. 52). Mas, é antes um *modo de ver a questão* do processo histórico de instauração da objetividade social. Objetividade na qual, “A coisa do processo determina-se formalmente

como objeto transformado e transformável, para que algumas de suas propriedades possam exercer-se numa pureza que só tem cabimento numa situação artificial” (GIANNOTTI, 1983, idem). Ou seja, uma trama de relações recíprocas e reconhecidas que reconfigura o sentido da objetividade naturalmente dada.

É importante ressaltar, por conseguinte, que nosso autor admite com muita clareza a objetividade do fundamento desta relação, o próprio valor, afastando-se deste modo tanto das tradições empiristas ou utilitaristas quanto da crítica de Habermas ao “paradigma do trabalho”. Nesse sentido, o valor é coisa, mas “coisa social”, visto que pertence à existência do produto como *mercadoria*:

(...) forma que se instaura pelo fato de um *produto* ter sua existência social unicamente no interior do sistema efetivo de troca entre produtores *privados*, comprovando sua vigência para todos unicamente como parte alíquota do tempo de trabalho que o todo está disposto a dispensar para este ou aquele ramo da produção, operando em vista de determinado nível médio de produtividade do trabalho (GIANNOTTI, 1983, p. 239).

Coisa social realizada, traduzida na própria troca, forma de socialização dos produtos dos indivíduos, que tem o valor como norma a viger sobre os comportamentos aí observados. Assim, se é objetividade, se é coisa, o valor por outro lado não é entendido como existente na mercadoria, como uma sua determinação (a mais essencial como o era para Marx). Mas enquanto metro e regulação do intercâmbio é uma espécie de “transcendental”. Nesse contexto bem particular, a objetividade do valor adquire um sentido diverso daquele fixado pelas próprias indicações marxianas. O espaço do intercâmbio não é um momento determinado pela efetivação do mais-valor, como o de realização deste, mas se acha então concebido como determinante do caráter social dos produtos. A troca se baseia numa *ilusão necessária*, é sempre o fetiche que a preside.

Não por acaso, a seção sobre o *fetiche da mercadoria*, de *O Capital*, merecerá do autor uspiano particular atenção analítica, num artigo que, em certo sentido, antecipa a delimitação que o problema ganhará em seguida:

(...) mais do que uma teoria da ideologia, me importava antes uma teoria do fetichismo, de como certas relações sociais encontram medidas representadas, que só logram efetivar-se e impor-se na base de uma ilusão necessária (GIANNOTTI, 1998, p. 120).

Aqui, as categorias do capital já são compreendidas e adstringidas apenas como *Gedankenformen*, formas do pensamento, contudo, por outro lado, objetivas, enquanto pressupostos do comportamento coletivo dos indivíduos. Uma vez definido o estatuto das categorias da sociabilidade apenas pela via da figuração expressiva destas, simultaneamente tem-se a elisão do caráter propriamente objetivo que possui para os indivíduos o *seu comportamento recíproco* (*Verhalten ihrer gegeneinander*). Modo de agir e de pôr engendrado pelo fato de que estes *se comportam ativamente* (*sich aktiv zu verhalten*), tem de assim comportar-se, frente à realidade. Tomando a objetividade social de modo unilateral como determinada pelo que move imediatamente os indivíduos sociais na sua prática cotidiana, Giannotti toma a consciência dos agentes, uma *Erscheinungsform* expressiva em sentido derivativo para Marx, como a forma determinante em essência para o modo de produção. Seria, por assim dizer, uma vitória prática da *economia vulgar*. O modo de recepção das relações para os agentes se transforma numa *forma ideal reguladora* da interatividade social:

Toda riqueza social nasceria então da atividade racional dos empresários, dos trabalhadores e dos rentistas, no sentido de aplicar da melhor maneira possível seus capitais iniciais a fim de que possam ser repostos e crescer. Trata-se, pois de uma racionalidade falsa, na medida em que encobre os processos de exploração do trabalho, mas muito verdadeira, porquanto só ela individualiza o agentes do ponto de vista do sistema (GIANNOTTI, 1998, p. 123).

Na medida em que a objetividade das relações sociais se vê entretecida, não pelo complexo de ações e liames concretos, mediatizados e realizados pela produção social recíproca dos indivíduos, mas pelo que estes consideram imediatamente como determinativo, a apropriação teórica da realidade, que também é obra de indivíduos efetivamente situados, transmuta-se em *leitura* necessariamente enviesada. O que poria por terra qualquer distinção entre cientificidade e ideologia. Eis o sentido que preenche uma das observações que se encontram ao final do artigo:

Desse modo, o cientista que estuda está sempre revelando e encobrindo sua realidade – revelando, na medida em que retira o entulho e reconfigura sua aparência, e encobrindo, na medida em que sua própria prática não deixa de ser perspectivada (GIANNOTTI, 1998, p. 124).

Estando as coisas postas no terreno da perspectivação das leituras, quase tudo se torna fugidio, senão impede a possibilidade de cientificidade voltada ao social, e isso para não mencionar o estatuto dos parâmetros a partir dos quais se pode definir o que vem a ser *entulho*. Deve ser retido esse curioso sentido de *objetividade aparential* – e não de *aparência objetiva* – que passa a ser uma chave para a aproximação giannottiana, desde então eminentemente crítica, da obra marxiana. O transcendental que determinava a sociabilidade passa a ser uma espécie de travamento lógico imanente do próprio modo de produção capitalista a impedir seu arrebatamento, exatamente pelas vias de suas debilidades. Movimento reflexivo que de certa maneira antecipa o que se dará em seu livro mais recente.

Esta mesma “transcendentalidade” do valor que domina sobre a sociabilidade, é reencontrada também em *Certa Herança Marxista*. Nesta obra aparecida em 2000, no empuxo da contraposição à noção de “contradição real”, à afirmação de que o ente é contradição em processo, exemplificada na dupla determinação da mercadoria como valor e valor de uso, Giannotti irá apontar a existência de uma incoerência ou de uma aporia. A redução do conteúdo das categorias em Marx unicamente ao que consta da parte referente ao *fetichismo da mercadoria* aparece então de modo explícito. Giannotti mesmo afirma que “trato de explorar ao máximo a indicação do próprio Marx de que as categorias por ele analisadas constituem ‘formas do pensamento’ (*Gedankenformen*)”, ou seja, os modos mediante tanto o cientista quanto os indivíduos imersos na prática imediata “pensam e se pensam para poder agir” (GIANNOTTI, 2000, p. 15). Trata-se não de uma analítica do modo pelo qual o conjunto das relações sociais e dos elementos – objetivos ou não – nele envolvidos se transmuta, adquirem novas figurações e possibilidades, mas de uma *leitura* que se põe do *Standpunkt* imediato do capital. Para sustentar a pertinência de sua propositura, Giannotti se entrega à tarefa de demonstrar a insustentabilidade da pretensa fundante *lógica* de *O Capital*; em especial da noção mesma de contradição objetiva, existente na forma de ser efetiva da coisa. Tomando o *Darstellungsweise* como fundamentação implícita do *Forschungsweise*, ainda que ao arripio da observação marxiana acerca desse problema, o autor assevera da impossibilidade de transpor um apanágio da linguagem para o terreno da coisa – quando Marx, claramente, se volta à *forma*

social de existência – julgando-se apoiado, nesse particular, em Aristóteles²⁸. Parte Giannotti aqui da mesma convicção de seus primeiros escritos, não obstante a modulação progressiva dada pela repercussão de diversas vagas acadêmicas ou não sobre seu pensamento: há uma lógica que implicitamente produz ou enquadra o discurso – senão a própria análise – marxiana. Como não parece mais factível fundamentá-la, há que derogá-la sem mais. Para tanto, percorre criticamente a elaboração de Marx, a fim de flagrar dificuldades conceituais ou desafios em suspensão, que não encontrariam solução, nem ao menos pistas, na formulação da crítica da economia política. O que se observa em vários momentos é a pura e simples transposição dos elementos analíticos marxianos para o registro hegeliano. Tal é o caso da referência à categoria capital, a qual é antes de tudo *uma relação social*, frente a suas possíveis figurações:

São momentos da mesma substância, o capital, que se diferencia e se contradiz conforme o exercício do capital variável produz mais-valia, negando assim o pressuposto inicial de igualdade, que se configura na troca e venda de força de trabalho (GIANNOTTI, 2000, p. 62).

A meta aqui é refutar a própria pretensão científica de Marx, a partir da negação da pretensa fundamentação lógica de seu *método*. Intenta mostrar que “os deslizamentos por que passam os conceitos hegelianos, ao se aplicarem à crítica da Economia Política, não se fazem sem levantar enormes dificuldades lógicas” (GIANNOTTI, 2000, p. 72).

Não obstante reconheça, curiosamente, a superioridade do *modus* marxiano frente aos esforços contemporâneos, irá afirmar que pensar a contradição em termos do real exigiria, para a sua resolução, a referência a um absoluto, o ponto de vista divino, o qual, evidentemente, não tem cabimento numa reflexão de cunho materialista (Cf. GIANNOTTI, 2000, p. 41-48). Toda análise, e a recusa da contradição real que se põe como coroamento, é aqui efetivada mediante a compreensão do valor como um tipo específico de “jogo de linguagem”. Na constituição e operação destes “jogos”, os comportamentos dos indivíduos teriam por parâmetro certas regras que se contradizem. Por exemplo, valor de uso e valor não seriam ambos, atributos da mercadoria, como aspectos da coisa, da forma social de ser

²⁸ Acerca da questão se Giannotti pode ou não legitimamente apoiar-se em Aristóteles para afastar do horizonte a *contradição real*, remeto aqui à resenha crítica de Hector Bennoit *Marx à luz de Wittgenstein*, publicada em *Crítica Marxista* n° 12, Boitempo Editorial, São Paulo, 2001, em especial, p. 152-155.

objetiva do produto, mas antes formas transcendentais que dão a norma, no mundo do capital, de maneira contraditória, ao comportamento recíproco de socializar os produtos enquanto mercadorias. Cabem neste passo duas breves observações. Em primeiro lugar, sobre o modo de aproximação à obra de Marx por Giannotti, sempre cuja matrização se dá por instrumentos e/ou noções extrínsecas ao discurso de Marx (antes, *esquemas operatórios*, hoje, *jogos de linguagem*); em segundo lugar, Giannotti acaba por afastar a perspectiva da própria transformação radical da sociabilidade, resultando quando muito na proposta de conformação e correção políticas de alguns de seus traços mais gravosos²⁹.

Do mesmo modo que Giannotti, Ruy Fausto está à busca de uma lógica que formate a crítica marxiana da economia política. Meta esta que aponta de imediato para uma presumida proximidade entre os registros discursivos e filosóficos marxiano e hegeliano. Aqui também se assume o vínculo, via dialética, não obstante tenha, ao reverso do ocorre em Giannotti, um sentido eminentemente positivo. Vinculação essa que tanto se faz mais forte quanto se revela, para ele, ser a dialética marxiana, praticamente, um caso da dialética em geral. Dito isso, o dilema engendrado pelo pretendido esgotamento do poder de cognição da estrutura lógica da teoria marxiana deveria, para ele, ser examinada no contexto geral do esvaziamento da dialética originada em Hegel. Tal premissa conduz à necessidade mesma de uma revisão da dialética em nome da renovação do marxismo como tal: “sabemos que a dialética vai mais longe do que o marxismo, não haverá novos marxismos, mas que pode haver novas dialéticas” (FAUSTO, 1987, p. 18). Consequentemente, haveria de inquirir a teoria marxiana no cerne lógico que preside seu desenvolvimento a fim de flagrar as possíveis aporias que a levariam à improdutividade analítica. O que preocupa a Fausto, como ele mesmo o afirma no tomo I de *Marx - Lógica e Política*, é a determinação do “teor lógico dos conceitos”, neste caso particular, os de valor e trabalho abstrato. O alvo de Ruy Fausto é o esclarecimento da noção de *abstração real*, o que considera não ter sido realizado mesmo por leituras críticas que romperam com aquelas tradicionais e vulgares:

²⁹ Cf. Giannotti, *Trabalho e Reflexão*, cit., pp. 360 a 374 & *Certa Herança Marxista*, cit., pp. 306 a 336.

Elas não explicitam bem a ideia de abstração real, em particular a de trabalho abstrato, elas não conseguem situar satisfatoriamente o lugar “estrutural” ou histórico dela, nem precisar seu teor, distinguindo-a bem de outras abstrações (FAUSTO, 1987, p. 89).

Nesse livro, o qual se dirige polemicamente contra algumas correntes de interpretação da obra marxiana, com destaque para as de Castoriadis e dos althusserianos, Fausto apresenta de modo explícito sua posição. No correr do texto abundam indicações que visam sustentar a proximidade da lógica de *O Capital* e a de Hegel. Um dos momentos de maior força deste sentido geral é o da análise da abstração valor. O problema da diferença presente em *O Capital* entre a categoria e a efetividade (*Wirklichkeit*) não se referiria a uma distinção entre a realidade e o pensamento. Antes teria a ver àquela havida na própria realidade entre o nível apenas da essência e o do fenômeno, este último como momento posto no ser-aí imediato. Assim, por exemplo, no que tange à delimitação categorial da atividade vital no contexto do capital,

Se o trabalho abstrato não pode ser confundido com o trabalho assalariado, embora só haja trabalho abstrato quando há trabalho assalariado, o vivido que corresponde à primeira determinação deve ser distinguido do vivido que corresponde à segunda (FAUSTO, 1987, p.97).

A diferença entre efetivo e imediato remete a dados níveis de determinação do vivido, do finito, onde se deve aferir em que ponto ou polo emerge ou se põe aquilo que especifica essencialmente a relação ou processo examinado.

Nessa direção, Fausto chega inclusive a propor, no primeiro texto da parte I do livro, a existência de uma analogia entre, de uma parte, o devir humano do homem em Marx, e, de outra parte, o desenvolvimento do Espírito em *A Fenomenologia do Espírito*. Na construção hegeliana, o Espírito somente no final estaria em sua plenitude, em virtude de ser um processo de desenvolvimento, por isso, a substância vigoraria na sua totalidade. Tal situação assinalaria uma ausência diversa daquela de um puro não existir, mas de “presença-ausente”. De maneira semelhante, a constituição do homem enquanto sujeito, de certo modo, de uma rota na qual, não obstante a sua presença plena dar-se tão somente no curso de um largo roteiro de autoconstrução, inicialmente como “pré-história”. Depois, como desenvolvimento no qual suas determinações não estão todas postas em ato, de certo

modo, equivalendo a dizer-se que o homem é embora não o seja ainda. Por esta razão, afirma o autor,

(...) que a história possa ser pensada como um processo de constituição do homem-sujeito significa que enquanto não se chegou ao comunismo, o homem *não é*, ou antes, ele é, entretanto como significação *muda, não posta*. Como na *Fenomenologia*, o homem não pode ser dito no nível da sua pré-história (FAUSTO, 1987, p. 28).

Como consequência, interpreta a determinação dos homens pelas particularidades de classe ou extrato sociais no momento da propriedade privada (operário, capitalista, cidadão romano, etc) como a existência da substância humana não como verdadeiro sujeito, posto a si, e sim pela via de seus predicados, como um sujeito não verdadeiro.

Em outro momento, a analítica marxiana da aporia da economia política, a vigência ou não da lei do valor frente à relação entre a grandeza dos capitais e o lucro gerado, é tomada como perfeito análogo dos modos da lógica hegeliana. Desse modo, segundo Fausto, frente à alternativa aporética na qual deságuam os clássicos, ou seja, ou bem se salvam os fenômenos, lançando aos ares a lei do valor, ou bem se mantém a lei do valor à custa dos fenômenos do capital. Marx se serve da solução lógica hegeliana de “suprimir” (*aufheben*) a aparente contradição entre fenômeno e lei, suprimindo-a sem negá-la sem mais. Desde modo, “a maneira pela qual Marx vai resolver esta antinomia corresponde, no plano da economia política, à solução dada por Hegel às antinomias da tradição filosófica” (FAUSTO, 1987, p. 119). Neste passo da argumentação, entende a distinção marxiana entre a circulação (e venda) por seus preços e a produção (e troca) por seus valores, sem dúvida, uma determinação tributária da identificação da essência e da aparência dos processos, como uma questão lógico-dialética, como o “é ou/e” do valor (Cf. FAUSTO, 1987, p. 120).

A este respeito, cabe ressaltar que o exame deste tema empreendido por Fausto permite-o colocar de maneira mais desdobrada a sua tese de haver na obra marxiana a operação de uma “lógica da contradição”. A qual é de todo diversa da hegeliana, na medida em que não recusa, mas incorpora, como forma de desenvolvimento, as incongruências e tensões constitutivas da coisa analisada. Como exemplo dessa propositura de Fausto, tem-se a análise da “teoria” da produção e da circulação simples, na qual as mercadorias são trocadas tendo por base o valor nelas contido. Como um momento de “negação da

negação”, pondo-se como positivo, a produção teria por *telos* a satisfação das necessidades e não a valorização do valor. O que no capitalismo efetivamente dado é posto sob uma forma negativa, um capitalismo com sinais invertidos. Cabe reconhecer neste passo que o autor recusa tanto a identificação deste polêmico momento de *O Capital* como mero recurso teórico-lógico (um artifício hipotético), quanto como uma narrativa histórica de um estado do capital antes do próprio capital. Desse modo, estando afastadas as alternativas tradicionais de leitura da referida parte de *O Capital*, uma lógica de a contradição evidenciar-se-ia, a qual opera mediante o que chama de “dupla negação”. Primeiramente, esse recurso ao princípio de uma lógica da contradição é afirmado com referência à relação entre a *produção simples de mercadorias* e a *produção capitalista* como tal:

(...) a produção simples de mercadorias, que é um *momento* da produção capitalista, está na realidade *em contradição* com as leis do sistema. Esta aparência do sistema, momento dele, remete às leis que são *opostas* às leis do capitalismo. E entretanto, trata-se sem dúvida, de leis do *capitalismo*. As leis da essência “negam”, na realidade, esta aparência, quando a aparência se inverte em seu contrário, quando se passa, quando ela passa, à essência. A aparência só existe no sistema (no conjunto do sistema, no sistema como totalidade) enquanto aparência “*negada*” (FAUSTO, 1987, p. 184).

Num segundo momento essa mesma linha de interpretação é desdobrada para a relação entre dinheiro e troca de mercadorias:

Ora a solução é até certo ponto análoga, sem ser idêntica, à do problema anterior: *os momentos do dinheiro existem e não existem no dinheiro, e portanto na circulação simples*. Na realidade, esses momentos existem exatamente enquanto *momentos* do dinheiro, porque o dinheiro é universal concreto, como vimos, síntese do momento da simplicidade (forma I) com o momento da pluralidade (forma II): eles só existem na forma dinheiro como determinações “negadas”, e não como determinações postas (FAUSTO, 1987, p. 186).

A *dupla negação* opera como princípio real e discursivo da superação das formas. Aqui, da mercadoria pelo dinheiro e, na sequência, do dinheiro pelo capital. Dupla negação que exprimiria um desenvolvimento das leis aparentiais do capital, no qual se daria a autonomização do valor, e o mais decisivo, a negação da troca de equivalentes pela apropriação de sobretrabalho. O que de modo algum faz a interpretação de Ruy Fausto afastar-se da perspectiva da lógica, em benefício de uma aproximação mais detida da

própria análise marxiana. Nesse caso específico, a compreensão do momento analítico em questão como a exposição da relação de valor num nível de abstração extremamente elevado, por exemplo.

Colocado dessa maneira o estado da questão por nossos autores, a hora é de dar a voz a Marx e ouvi-lo em seus próprios termos. Partindo de seu próprio texto, buscaremos uma pista para responder se “sua lógica” é “um caso” da dialética hegeliana. Ou, melhor ainda, afinal há uma lógica (dialética ou não) operando na crítica marxiana da economia política? Propomos-nos aqui a agir na contramão daquilo que podemos chamar de “método da suspeita”, algo quase sempre na grande maioria das “leituras” da obra marxiana. Nesse procedimento, o dito marxiano a cerca de si próprio ou bem é olímpicamente ignorado, ou bem é citado em sua letra, de modo estropiado, e contraposto a seu espírito. Dando-lhe o benefício da dúvida, diversamente, vamos tomar Marx a partir do que ele mesmo nos diz. Numa passagem localizada próximo ao final do *posfácio* à segunda edição de *O Capital*, já anteriormente discutida, Marx afirma que,

(...) por seu fundamento [*Grundlage*], meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também seu oposto direto [*direktes Gegenteil*]. Para Hegel, o processo de pensamento [*Denkprozeß*], que ele, sob o nome de ideia [*Idee*], transformada num sujeito autônomo, é o demiurgo do efetivo [*Wirklichen*], este apenas a sua manifestação externa (MARX, 1998, 23, p. 27).

Ou seja, há inequivocamente a posição duma distinção teórica, de dimensão fundamental, e de caráter eminentemente filosófico entre Marx e Hegel. O qual se dá num nível muito mais essencial que aquele circunscrito à esfera dos procedimentos, o que, *de per se*, já desautorizaria a tratar o *modus operandi* marxiano como um caso da dialética. Os termos não poderiam ser mais contundentes. O fundamento hegeliano é a da identidade entre ser e ideia. Identidade que inverte a relação de determinação real entre ser e pensar, fazendo do primeiro um modo de ser meramente particular, fugidio e, em si, inconsistente de manifestação do segundo. Para Marx, “pelo contrário, o ideal [*Ideelle*] nada mais é senão o material transposto [*übersetzte*] e traduzido [*umgesetzte*] para a cabeça do homem” (MARX, 1998, 23, *idem*). Resulta disso que a natureza da teoria é *tradução* da coisa enquanto efetivamente existente para a forma do pensamento.

Sendo assim, é a explicitação duma “lógica de ser” de entes, relações e processos (aqui, do único modo que parece pertinente afirmar existir uma *lógica* operando na cientificidade de Marx), de um modo social de ser específico de um ente ou de um processo específicos. Lógica que é modo de articulação das categorias na própria coisa, em seu existir objetivamente dado, e não uma dada configuração teórica presidindo a análise da coisa ou que subsuma a própria coisa sob um princípio racional realizado pela teoria. Não há nem a aplicação de um esquema silogístico a um objeto, como um método, nem, muito menos, uma homologia direta entre ser e idealidade. Entre o processo pelo qual a coisa é o que ela é e aquele outro através do qual a rede de suas determinações é abordada e apropriada conceitualmente pela cabeça, há uma distância e uma distinção. Nesse sentido, continuando o mesmo posfácio, Marx arremata afirmando que em Hegel a dialética em sendo um processo de desenvolvimento da *Ideia*, de um ente da pura razão, que por suas mais variadas diabruras põe efetivamente o mundo, “ela”, a dialética, “está assentada sobre a cabeça {*steht bei ihm auf dem Kopf*}. É preciso invertê-la {*Man muß sie umstülpen*}, para que possa ser descoberto o seu núcleo racional {*rationellen Kern*} envolvido no invólucro místico” (MARX, 1998, 23, *ibidem*). Em outros termos, não se trata de uma mera inversão de cunho metodológico ou lógico, mas que se dá no registro da compreensão do ser das coisas. Ao invés de assentar as categorias “na cabeça”, isto é, na racionalidade pura da substância ideal, uma figuração conceitual transmutada em *ente autônomo*, deve-se assentá-las, ao contrário, na efetividade do mundo, a partir da apreensão das formas de ser de que se revestem concretamente os existentes. Não se trata duma inversão lógica de uma lógica, que não deixaria de ser, apenas por ser uma inversão, tão somente a postulação de uma nova modalidade silogística, isto é *lógica*. Ao reverso disso, é a instauração de uma posição analítica que parte da própria coisa como sujeito do processo, e não de uma determinação da coisa convertida em substância dinâmica e autoposta. Assim, por exemplo, não é o valor, mas a mercadoria, sob sua forma social, o sujeito real da processualidade analisada em *O Capital* (Cf. MARX, 1962, p. 358).

III

Lukács

No que tange a Lukács, que igualmente sustenta uma dada vinculação de Marx a Hegel, o caso é mais complexo. Nas obras do filósofo húngaro, este liame se dá por via de meios e percalços teóricos altamente complicados. Seja por meio de um vínculo lógico ou metodológico, seja pela herança de elementos de uma ontologia “verdadeira” falseada pelo teor especulativo da reflexão idealista³⁰. Segundo Lukács haveria, conforme uma de suas últimas formulações, entre Marx e Hegel um *parentesco metodológico* (*methodologische Verwandtschaft*), uma relação de proximidade mediada pela identificação da centralidade das *determinações de reflexão* (*Reflexionsbestimmungen*)³¹, onde as categorias se articulariam num complexo. O que não redundaria na afirmação de uma filiação direta ou de uma simples apropriação modificada da especulação hegeliana por parte da reflexão de Marx. Em sendo o pensamento marxiano um padrão teórico cuja *démarche* o situa no terreno do materialismo, isto definiria outros parâmetros filosóficos pelos quais a própria cientificidade seria exercitada em suas investigações e seus escritos. À diferença para com o modo dominante da cientificidade comum, no método marxiano, as categorias perderiam sua fixidez e rigidez para integrarem um todo de determinações de reflexão (*Reflexionsbestimmungen*). A ordem dessas no complexo é cifrada sempre pelo *momento preponderante*, pela indicação de qual categoria exerce a determinação em *última instância*. O que de certo modo, configuraria já essa ligação, embora crítica, de Marx com Hegel. Mas, assevera Lukács que se trata de *uma proximidade apenas metodológica* (*nur eine methodologische*), pois,

(...) em Marx domina o momento do ser {*das Seinsmoment*}: essas determinações são momentos reais de complexos reais, que se movem realmente {*real bewogter*}, e a partir desse duplo caráter de ser {*Seinscharakter*} (ser em interações e em conexões complexas, bem como no âmbito daquele ser em particular {*innerhalb dieses eigenartigen Seins*}) é que antes podem ser compreendidas em sua relação de reflexão (LUKÁCS, 1984, p. 605).

³⁰ Cf. Chasin, José. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica, Boitempo Editorial, São Paulo, 2009, p. 140-219.

³¹ É importante deixar indicado que na, até o momento, única tradução em português existente deste capítulo da obra de Lukács este termo se acha estranhamente traduzido por *determinações reflexivas* (Cf. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*, item 2 – Crítica da economia política. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, em especial p. 62 a 70). A inadequação desta versão não apenas se refere ao fato de esta não corresponder ao consignado no original, mas, e principalmente, porque pode acabar por alterar o sentido do vocábulo, que assinala a reflexividade não como caráter meramente das categorias teóricas, mas como aspecto da efetividade das mesmas no complexo real que a teoria captura e expressa.

A percepção de uma ontologia em Marx constitui aqui o diferencial das formulações de Lukács comparando-se esta a dos demais autores da tradição filosófica, que advogam haver um nexos importante entre as formulações do elaborador da crítica da economia política e aquelas constantes no pensamento de Hegel. Ultrapassando a mera delimitação geral de *materialista*, o pensador húngaro pretende delimitar com mais precisão o caráter do materialismo em Marx. Não se tem assim uma simples “aplicação” da dialética hegeliana ao entendimento das categorias econômicas, mas a construção, orientada por sua postura ontológica particular, de uma dialética propriamente materialista, *uma dialética da própria coisa* (LUKÁCS, 1984, *idem*).

Ao contrário do que ocorre em alguns dos autores anteriormente referidos, nos quais o método é elevado a princípio de inteligibilidade, enquanto armação racional autojustificada e automovente, em Lukács se verifica a ancoragem da cientificidade numa dada configuração teórica acerca do ser. Do *critério gnosiológico*, como o nomeia ele mesmo, aquele assentado nas formas de proceder *a priori* e arbitrário, numa alteração completa de atmosfera filosófica, migra-se aqui para o *critério ontológico*, o qual é referido a uma dada compreensão do ser e serve de parâmetro aos andamentos cognitivos. Para Lukács, a teoria marxiana como um todo se erige num campo de forças desenhado pela intelecção das formas do ser e a esta intelecção se dirige. Deste modo, com relação à obra marxiana observa que,

(...) todas as suas afirmações concretas, se entendem corretamente, sem os preconceitos da moda {*ohne Modevorurteile richtig verstanden*}, em última instância, como afirmações diretas sobre um ser, logo são em geral puramente ontológicas (LUKÁCS, 1984, p. 559).

Não obstante a indicação da existência desse caráter, o próprio Lukács reconhece que Marx nunca se declarou explícita e autonomamente a respeito de problemas ontológicos em sua generalidade. O que nada tem de excêntrico ou estranho, em virtude da contextura teórica que preside a cientificidade marxiana. Como nessa última *domina o momento do ser* e não o da lógica, as categorias se compreendem como determinações do ser, no caso, do ser social. Essas não têm como determinação o fato de pertencerem a uma arquitetura metodológica dada de antemão. O *corpus* conceitual marxiano por isso não encontraria sua

delimitação por meio da eleição de uma fundamentação epistêmica, com base na qual se dê a clarificação dos princípios metodológicos que formulam os procedimentos e estabelecem *a priori* a ordem dos conceitos. É uma cientificidade que se volta à dilucidação dos processos e entes em sua precisa configuração objetiva, buscando a detecção das determinações essenciais dos seres em sua especificidade, mas igualmente determinando a série de relações que vigem entre aquelas.

Não se pretende aqui uma explicitação dos lineamentos mais importantes do pensamento de Lukács, menos ainda um exame exaustivo da trama conceitual que sustenta suas argumentações ou afirmações sobre problemas e temas em particular. O escopo da desta discussão está circunscrito pela necessidade de expor, ainda que sumariamente, como o pensador húngaro, investigador e interlocutor da obra marxiana, veio a aproximar-se da questão da cientificidade característica da crítica da economia política. Nesse sentido, buscar-se-á na sequência colocar em exame alguns dos pontos mais importantes da compreensão lukacsiana acerca do objeto da presente tese.

Segundo a elaboração lukacsiana, a intelecção teórica das determinações, em Marx, se dá mediante uma operação abstrativa em vários níveis, da obtenção das categorias simples pelo isolamento de certos aspectos comuns à complexão e concreção daquelas. Esse processo cognitivo tem como alvo a reprodução da interação recíproca das categorias em complexos conceituais, como articulação pensada. Tais momentos integram o que Lukács denomina de *experimentos abstrativos do pensamento (abstraktive Gedankenexperimente)* (LUKÁCS, 1984, p. 584). A idealidade de tais experimentos é determinada pelo tipo específico de objeto estudado, o ser social, o qual não permite o tipo de abordagem *matemático-experimental* típico das ciências da natureza por exemplo. A cientificidade de Marx

(...) tem como ponto de partida um vasto processo de abstração, de onde – por meio da dissolução das abstrações metodologicamente inevitáveis – é aberto {*gebahnt wird*}, por etapas {*etappenweise*}, o caminho à apreensão {*Erfassen*} da totalidade em sua concreticidade clara e ricamente estruturada {*gegliederten*} (LUKÁCS, 1984, *idem*).

Com o propósito de explicitar melhor a posição do filósofo húngaro com relação ao nosso problema, passaremos a uma apresentação de sua formulação, a partir da discussão

de três complexos de questões: 1) a relação de Marx com Hegel, 2) o procedimento teórico marxiano e, como pressuposto deste, 3) o sentido da determinação ontológica do método na crítica da economia política.

Como já se indicou, a conexão entre o padrão reflexivo marxiano e a filosofia de Hegel foi sempre, ainda que não da mesma forma, um dos aspectos mais destacáveis do pensamento de Lukács, desde que tomou contato com a tradição marxista. Propositura de enlace essencial, mas que nunca se resolveu na sustentação de uma indistinção, de uma identificação entre os dois. É possível, segundo o pensador húngaro, apontar a presença de elementos teóricos herdados, não obstante reconfigurados pela própria elaboração de Marx. Apoiando-se em diversas passagens dos escritos, que compõe a crítica da economia política, nas quais Marx fazia referências reconhecendo alguns méritos ao filósofo do *Espírito*, Lukács busca esquadrihar os contornos, bem como apreender os conteúdos dessa herança filosófica. A afirmação de Lukács não parece significar, entretanto, uma pura linha de continuidade, na qual o pensamento marxiano emergiria como um *caso* do hegelianismo ou mesmo como um episódio de utilização do padrão fixado pela especulatividade filosófica à decifração científica do complexo categorial da produção social.

Nesse sentido, segundo o autor húngaro, o movimento de elaboração da crítica marxiana pressupõe e se opera num rompimento essencial com a especulação hegeliana:

A ruptura {*Bruch*} com o modo de representação idealista é duplo. Primeiramente, deve ser considerado que o caminho cognitivamente {*erkenntnismäßig*} necessário, que vai dos ‘elementos’ extraídos {*gewonnenen*} por meio da abstração até o conhecimento da totalidade concreta é simplesmente um caminho {*ein Weg*} do conhecimento e não o da própria efetividade (LUKÁCS, 1984, p. 580).

Que se ressalte o sentido forte aqui indicado pelo termo *ruptura*. Ou seja, trata-se da instauração de um novo modo de tratar tanto o concreto imediatamente dado, que se deve explicar, quanto também do “como” se o faz. Rompimento que se dá num movimento dúplice. Seu primeiro ato, como já se observou quando foi discutida a *Einleitung zun den Grundrisse* (texto no qual igualmente se apoia Lukács), é o de reconhecer a não identidade entre o caminho pelo qual a efetividade se engendra (ou é engendrada) e aquele pelo qual o primeiro é conceitualmente apropriado. O concreto é uma síntese categorial imediatamente dada e independente das operações cerebrais e passos cognitivos mediante os quais este é

transposto e traduzido na cabeça do homem. A concretude e a racionalidade não são conatas, e muito menos ainda essencialmente idênticas. A descontinuidade entre as duas instâncias é um dos elementos da *démarche* que separa Marx de Hegel. A *differentia specifica* entre real e racional age no sentido de interditar a especulação e a consequente afirmação de que a finitude do existente é *tão somente* uma *forma da substância*. O outro ponto de desdobramento da ruptura é localizado por Lukács no que tange à determinação da *espessura ontológica* das próprias categorias. A relação das determinações de existência entre si nos diversos níveis como *momentos* ou como *totalidade* não se apresenta na forma de um encadeamento apriorístico, no interior do qual a resolução acerca da *função categorial* estivesse já definida de antemão. Assim, a vigência como parte de um complexo ou como conjunto articulado de determinações não se resolve de maneira unívoca e absoluta. Pois, “Em segundo lugar, (...) nunca se deve reduzir o contraste {*Gegensatz*} entre elementos e totalidades àquele entre o que é em-si simples {*an sich einfachen*} e o que é em-si composto {*an sich zusammengesetzte*}” (LUKÁCS, 1984, p. 582). A delimitação do “papel” cumprido pelas categorias como elementos depende da própria interação observada entre as mesmas nos entes/processos examinados e analisados. O que será de importância decisiva na medida em que, no decurso da explicitação da analítica marxiana, os elementos como tais podem revelar-se, eles mesmos, formas complexas, série concatenada de determinações.

Essas pontuações acerca da relação da crítica da economia política com o padrão filosófico de Hegel serão igualmente decisivas no entendimento da posição de Lukács acerca da questão de método em Marx. Pois, se de uma parte, o método marxiano se consolida na crítica da especulatividade ou do idealismo em geral, por outra parte, se apoia em certos elementos os quais, uma vez depurados da sistematicidade hegeliana, se revelam, aos olhos do filósofo húngaro, como produtivos no que respeita à inteligência científica da produção social. Lukács observa que, não obstante a importância relativa da questão do conhecimento e da teoria, “O Marx maduro escreveu relativamente pouco sobre questões gerais de filosofia e ciência. Seu plano ocasional de apresentar sucintamente o núcleo racional da dialética hegeliana nunca veio a ser efetivado” (LUKÁCS, 1984, p. 578). Vale indicar a conexão sustentada entre *questões gerais* acerca da formulação da teoria e da

resolução do conhecimento em Marx com o desvendamento do *núcleo racional da dialética hegeliana*. Observa-se a pressuposição de que, no mínimo, o *quantum* de efetiva racionalidade presente na propositura hegeliana desempenhou papel relevante na elaboração da cientificidade marxiana em sua feição madura. Função que, aliás, o próprio Marx tratou de apontar e, principalmente, circunscrever como *modo de apresentação* das relações sociais concretas, das formas de existência que perfazem e caracterizam determinados momentos históricosociais da produção. Como tracejamento discursivo geral e via de explicitação do caráter contraditório das categorias do capital (da *forma mercadoria* àquela do próprio capital), os *modos peculiares de expressão* (*eigentümlichen Ausdrucksweise*) de Hegel estão efetivamente incorporados à obra marxiana. No entanto, em que pesem os apontes de distinções de monta, a *dialética* como formatação da aproximação teórica de mundo aparece como um componente essencial da exercitação da crítica da economia política. Nesse contexto, a menção ao *método dialético*, no *posfácio à segunda edição* de *O Capital*, acaba por recobrir, ou pelos menos tende a recobrir, a autorreferência – *meine wirkliche Methode* – que assenta a procedência epistêmica da exposição das contradições na identificação daquelas fazendo parte do caráter das determinações das relações sociais concretas. Não obstante Lukács repise explicitamente em vários momentos de sua argumentação, a prioridade da *coisa* em relação à *dialeiticidade* do método, a dialética como tal surge sempre como elemento determinativo da cientificidade marxiana. Ressaltado isso, vejamos, pois, como se configura, para o autor húngaro, o método marxiano em operação na crítica da economia política.

Em primeiro lugar, Lukács chama a atenção para o fato de que,

Metodologicamente, deve-se salientar que Marx, desde o início, separa {*trennt*} sempre dois complexos: o ser social, que existe independentemente de vir a ser mais ou menos corretamente reconhecido {*erkannt*}, e o método para sua apreensão mental {*gedanklichen Erfassung*}, o mais adequadamente possível (LUKÁCS, 1984, *idem*).

Retoma-se aqui a pressuposição básica da distinção essencial para com o idealismo. O reconhecimento da vigência por-si da articulação das categorias frente à reprodução científica desta pela teoria. O que, desavisadamente poderia redundar num tipo qualquer de posição empirista ou que reduza a cognição ao embate direto com a imediatidade. Nada

mais falso, visto que “Se tomarmos uma dada totalidade imediata mesma ou seus complexos parciais, o conhecimento voltado a uma dada efetividade imediata sempre desemboca {*stoßt*} em meras representações” (LUKÁCS, 1984, p. 580). O concreto como objeto imediato da representação, em sua *forma de aparição*, não faculta a apreensão da articulação categorial que o determina como efetivamente existente. A analítica faz sua entrada em cena na medida em que vasculha em busca das determinações de existência do concreto dado. Ou seja, o caminho da intelecção que arranca da concreticidade como dado abstrato à determinação concreta do existente.

Roteiro teórico que não se resume à posse de um punhado de abstrações tornadas princípios isolados, mas que requer como condição de eficácia científica a reaproximação das abstrações do próprio complexo concreto das quais foram extraídas. A concatenação das categorias não obedeceria a um esquema prévio, mas dependeria do modo como estas existem e vigem no complexo tomado para análise. Tal momento de *concretização* das *abstrações isoladoras* (como as denomina Lukács) emerge como aquele decisivo na dilucidação dos fenômenos da produção da vida. Concretização que Lukács, talvez no empuxo circunstancial de discussões acerca da relação entre o lógico e o temporal na obra marxiana, conecta à questão da historicidade das categorias:

É, portanto, claro que o que Marx designa como “viagem de retorno” do método da economia política pressupõe uma permanente colaboração entre o histórico (genético) e o abstrato-sistematizante {*abstrakt-systematisierender*}, modo de trabalho que esclarece {*erhellender*} leis e tendências (LUKÁCS, 1984, p. 581).

Cabe nesta ocasião, a ressalva crítica de que, em primeiro lugar, este *Weg*, que inclui como parte obrigatória o retorno ao complexo concreto, não é *o da* economia política, mas de *sua crítica*. Aquela encerra sua caminhada cognitiva na transformação das abstrações em meros princípios sobre os quais se ergueram *sistemas econômicos*, elementos que se prestavam a procedimentos dedutivos ou como hipóteses indutivas. E, em segundo lugar, o fato de que o *rückwärts angetretene Reise* marxiano é um passo no qual as abstrações são concretizadas tendo em vista a sua existência no interior de um dado complexo particular, seja de engendramento de entes, seja numa determinada forma de processualidade. O que pode contemplar a questão da situação histórico-concreta de cada categoria, a determinação

de seu conteúdo, modo de vigência e limite no interior de um dado modo de produção, mas não imediatamente como a história da categoria.

Além da *viagem de retorno* merece destaque sob a pena de Lukács o parâmetro pelo qual a analítica marxiana estabelecerá seu ponto de partida. A identificação do teor e alcance de cada abstração no cotejamento com o concreto social existente seria o crivo de excelência do método marxiano. Nesse particular, o remetimento à totalidade da vida social se revela como princípio norteador da teoria:

(...) o caminho que Marx pretendeu percorrer do abstrato ao concreto e a partir daí tornar a totalidade razoável {*überschaubar*}, não pode começar de uma abstração qualquer. Não se recorda, aqui, apenas, mais uma vez, a importância para Marx do que resulta da distinção entre aparência {*Erscheinung*} e essência. Isso porque uma aparência isolada qualquer, como “elemento” abstraído, pode ser considerada como ponto de partida, é que somente tal caminho nunca poderia levar à compreensão da totalidade; o ponto de partida, precisa, antes melhor, ser uma categoria objetiva ontologicamente central (LUKÁCS, 1984, *idem*).

A partir dessas considerações, Lukács vai sustentar a legitimidade científica da categoria *valor* como aquela que se constitui em um *Ausgangspunkt* mais adequado à cientificidade da crítica da economia política. Em virtude de sua gênese, a categoria *valor*, no curso de sua análise, por um lado, *revela (zeigt) num resumo generalíssimo a história da efetividade econômica como um todo*. E, de outra parte, *ilumina a central sociabilidade da produção (die Gesellschaftlichkeit der Produktion zentral erhellen)* como o caráter determinativo principal do ser social. Não por acaso Lukács pontua que “O inovador da análise marxiana do valor revela-se mesmo em seu tratamento da abstração”. A abstração aparece como um caráter determinativo da própria efetividade, e não somente como um elemento ideal ou meramente teórico. Não obstante, o acerto da observação em certos problemas particulares, no detalhamento de algumas questões específicas, o acento da explicitação lukacsiana, como horizonte a partir do qual aqueles são levantados, se coloca muito mais sobre o *Darstellungsweise*. O autor húngaro acaba por centrar-se mais na exposição dialética da marcha das categorias, que no modo, essencialmente analítico-categorial, de descoberta e de apreensão das conexões e das modalidades de articulação existentes entre as mesmas num dado complexo posto em exame: “Marx ‘deduziu’ a gênese do dinheiro a partir da dialética legiferantemente racional do valor, poder-se-ia dizer, de modo rigorosamente

lógico” {*Marx hat die Genesis des Geldes aus der Wertdialektik rational gesetzlich, man könnte sagen, logisch stringent, “deduziert”*} (LUKÁCS, 1984, p. 591).

A analítica marxiana se define para Lukács por essa particular articulação de produção abstrativa e remetimento à integralidade do ser social efetivamente existente – seja no âmbito de sua gênese histórica, seja naquele de sua especificidade –. Desse modo, o objeto da cientificidade – o conjunto dos fenômenos de natureza propriamente econômica – jamais seria tratado e apresentado no completo isolamento com relação às demais instâncias da sociabilidade. Esta consciência teórica da totalidade aparece na compreensão do nosso autor na forma da intersecção entre o *econômico* e o *extraeconômico*:

Somente levando-se em conta as ininterruptas interações entre o econômico fortemente legiferado {*streng gesetzmäßigen*} e as relações, forças etc. do extraeconômico em si a ele heterogêneas, é que a estrutura de “O Capital” se torna compreensível: posições {*Setzen*} experimentais de conexões legais, em sua pura legalidade, abstratamente homogêneas, e a influência, levando até sua superação, sobre estas dos componentes mais próximos da efetividade, por meio de ligações {*Einschalten*} sucessivas, para finalmente chegar à totalidade concreta do ser social (LUKÁCS, 1984, p. 586).

A economia em Marx não pode ser tomada como uma esfera *in abstracto* frente ao complexo social total, tanto no sentido de sua existência concreta, quanto, por consequência, naquele que a define como objeto científico. O primado da totalidade, como caráter ontológico fundamental da concreticidade, desempenha a função de regulador da atividade cognitiva e conceitual. A fragmentação do objeto em *abstrações isoladoras*, que fixam determinações e as diferenciam reciprocamente, é sempre circunscrita pela exigência de recomposição do complexo, agora, como conjunto pensado de categorias. O que impede a dispersão conceitual e permite discernir a interação ente aquelas, bem como supera, por conseguinte, o caráter extremamente abstrato com o qual se revestem ao fim do momento analítico inicial. O *aufheben* do abstrativo é uma meta para a qual deve tender a apreensão teórica da concretude social. Nesse contexto, abstração e concretização não se opõem como formas metodológicas puras e excludentes, mas confluem para a construção – ou melhor, reconstrução – da totalidade no âmbito da cientificidade. E isso não somente por um postulado prévio de compromisso com a recomposição da totalidade, mas já no nível da atividade abstrativa, como se referiu mais acima. Marx opera, segundo Lukács, com uma

“redução abstrativa {*abstrahierenden Reduktion*} ao mais essencial {*Allerwesentlichste*}”, procedimento no decurso do qual, “todos os momentos – econômicos como extraeconômicos – comparecem {*treten*} numa manifestação {*Erscheinung*} indeformada {*unverzerrt*} (...)” (LUKÁCS, 1984, p. 586). O pensamento marxiano, e seu padrão de cientificidade, escapariam assim das mazelas do abstracionismo sem peias e da resultante deformação do objeto, os quais caracterizam, para Lukács, boa parte do entendimento moderno acerca dos problemas epistemológicos. Nesse sentido, a posição marxiana que empreende, pois,

(...) o caminho dos processos singulares ao processo como um todo, de modo algum apresenta {*vorstellt*} um abstrair mais amplo {*weiteres Abstrahieren*}, como obviamente seria de se aceitar a partir dos hábitos modernos de pensamento, mas ao contrário, uma superação de determinados limites da abstração, uma aproximação inicial à concreticidade da totalidade entendida (LUKÁCS, 1984, p. 597).

O que revela outro aspecto da inovação com relação ao manejo das abstrações na formulação da compreensão propriamente científica da efetividade social.

Essa particular forma de tratamento analítico da abstração, pela qual esta última é sempre referida à totalidade do ser social, entretanto não faz com que as especificidades sejam dissolvidas na indiferenciação. Ao contrário, a constante *crítica e autocrítica ontológica*, exercitada a partir da articulação dos problemas especificamente econômicos com aqueles atinentes à sociabilidade de um modo geral, identificada por Lukács como *doutrina marxista do ser social* determina ao procedimento abstrativo *um caráter peculiar, epistemologicamente novo*, onde o plano propriamente econômico,

(...) aparece numa projeção abstrativa {*abstrahierenden Projektion*}, na qual, devido a provisória exclusão ideal de determinadas conexões categoriais mais amplas, revela-se plenamente e sem interrupção as categorias movidas {*gerückten*} ao centro {*Mittelpunkt*}, podem desvelar {*enthüllen*} em formas puras sua legalidade imanente (LUKÁCS, 1984, p. 585).

A cientificidade marxiana se delimita e se diferencia daquele dos autores anteriores, em especial, segundo Lukács, “sobretudo pelo senso de realidade {*Wirklichkeitssinn*} – produzido filosoficamente consciente e por isso mais elevado – tanto na apreensão da totalidade dinâmica quanto na correta avaliação do o quê e do como das categorias

singulares” (LUKÁCS, 1984, p. 584). Desse modo, pela via das análises empreendidas em *O Capital*, o pensamento marxiano “coloca {legt} os fundamentos {Grundlagen} para uma teoria ontológica do desenvolvimento do ser social” (LUKÁCS, 1984, p. 593). A compreensão da cientificidade marxiana remete necessariamente ao que autor húngaro considera como essencial, a relação da teorização com os seus fundamentos ontológicos. Ao mesmo tempo em que pretende esclarecê-los com respeito ao pensamento de Marx, intenta, a partir disso, formular o arrimo categorial necessário à constituição de uma ontologia que rompa com a forma predominantemente idealista – e em alguns casos, até irracionalista – com que esta disciplina filosófica foi tradicionalmente abordada e desenvolvida. Tal desdobramento envia, pois, ao último ponto, desta apresentação, aquele referente à determinação ontológica do método da crítica da economia política, segundo Lukács.

O sentido da determinação ontológica do conhecimento, a subordinação da ordem epistemológica àquela da instância da determinação do ser, em Lukács, fica explícita levando-se em consideração a afirmação segundo a qual, “(...) a própria essência da totalidade econômica prescreve {schreibt} os caminhos {die Wege} para o seu conhecimento” (LUKÁCS, 1984, p. 580). A forma de existência do complexo da interatividade humana, enquanto conjunto das múltiplas e diferenciadas relações socioeconômicas, indica determinativamente o modo pelo qual é ela apreendida e fixada na teoria. Não há sentido, da perspectiva lukacsiana, em propor uma resolução do problema do conhecimento científico do método que seja “interna” ao campo da teoria do conhecimento e da epistemologia. Necessariamente a ontologia é a instância decisória tanto do estatuto dos objetos quanto dos procedimentos de abordagem dos mesmos. Por essa sustenta que o essencial do *método dialético marxiano* se situa no registro anterior àquele do terreno gnosiológico, ressaltando *o ponto essencial do novo método (wesentlichen Punkt der neuen Methode)*:

(...) não são o tipo e o sentido {Richtung} das abstrações, os experimentos de pensamento, determinados a partir de pontos de vista gnosiológico ou metodológicos (menos ainda logicamente), mas da coisa mesma {Sache selbst}, isto é pela essência ontológica da matéria tratada (LUKÁCS, 1984, p. 596).

Ou seja, a própria coisa em sua efetividade é o metro da abstração, da categoria tomada em sua pureza e simplicidade, como momento no qual se fixa um determinado *elemento* ou relação de um complexo.

A abstração mesma, na teoria marxiana da sociabilidade capitalista, não é, como se frisou anteriormente, um mero recurso ideal ou figura apenas teórica. Ao contrário, partindo da análise da questão do trabalho abstrato em *O Capital*, Lukács vai afastar-se do entendimento que toma a categoria como simples resultado de uma operação mental ou epistêmica. A abstratividade do trabalho que tem como caráter precípua, seu valor de uso para o capital, o *pôr valor*, não é uma atribuição nascida no solo da *episteme*, mas da própria efetividade da produção do mais-valor, e das relações nela implicadas. Esse momento da *abstração*, aqui consubstanciado pelo *trabalho abstrato*, por conseguinte, “é uma realidade {*Realität*}, um momento da ontologia do ser social, uma abstração real daquelas coisas concretas {*Gegenständen*} completamente dadas {*vollzogene*}, totalmente independentes de vir a ser dada ou não à consciência” (LUKÁCS, 1984, p. 590). A teoria deve antes de tudo apreender conceitualmente o movimento de abstração com referência às determinidades “naturais” da força de trabalho e de sua operosidade, fixando o feitiço que o complexo do trabalho produtivo assume no sistema de produção do mais-valor. Nesse contexto, arremata asseverando com um *quantum* de saborosa ironia que “(...) essa abstração tem a mesma dureza ontológica que a faticidade de um carro que atropela alguém” (LUKÁCS, 1984, *idem*).

Outro exemplo da determinação do campo do ontológico para Lukács é das conexões entre o simples e o complexo na delimitação das categorias. Que a definição do caráter de amplitude das abstrações não dependa de um esquema de estabelecimento prévio, acima já se viu. O presente caso aqui é que esse modo de por a questão se origina da tessitura do real como tal. A complexidade é compreendida como um “dado” inerente à própria configuração da concretude, mesma daquela atinente a um aspecto da totalidade tomado como um “elemento”. A natureza elementar do simples é a complexidade. A decomposição é uma possibilidade inscrita na coisa como tal: “De que a objetividade seja uma propriedade primário-ontológica de cada um dos entes, resulta, conseqüentemente, a constatação de que originariamente o ente é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade

de complexidade e processualidade {*eine Einheit von Komplexität und Prozeßhaftigkeit*}” (LUKÁCS, 1984, p. 579). O caráter de complexo pertence à alçada do efetivo e está ligado inextrincavelmente à objetividade, ao por-si, do ente como tal. O ente é determinado então como singularidade, ela mesma constituída pela rede categorial que a conforma em sua especificidade e, simultaneamente, como totalidade categorial dinâmica, na qual as determinações essenciais, em suas relações de reciprocidade podem alterar-se, em-si, e umas frente às outras. O complexo é, portanto dinâmico, transformando-se, na transformação da trama categorial que o perfaz. O que não resulta na perda do talhe *relativo* de *elemento* daquilo que é fixado mediante a abstração. A complexidade inerente aos elementos constituintes apreendidos eles mesmos como complexos de determinações,

(...) não suspende {*hebt*} seu caráter de ‘elemento’: as autênticas categorias da economia são, precisamente em seu intrincado {*komplizierten*}, complexidade processual {*prozeßhaften Komplexität*} – faticamente – cada um em seu tipo {*Art*}, cada um em seu posto {*Stelle*} – algo ‘último’, apenas ulteriormente analisável, mas não realmente decomponível ulteriormente (LUKÁCS, 1984, p. 582).

Outro momento da argumentação lukacsiana no qual se pode verificar a sustentação do caráter determinativo do ontológico em relação ao metodológico é naquele atinente à definição da prioridade de dadas categorias ou de certos complexos categoriais frente a outros elementos da análise da sociedade do capital. Tais são os casos da centralidade da categoria *valor* que, segundo Lukács, desempenharia a função de *abstração isoladora* principal nas formulações da crítica da economia política, assim como a atribuição por Marx de momento determinativo ao complexo da *produção da riqueza material*, subsumindo os demais que compõem o conjunto da sociabilidade. No que respeita à categoria valor, o filósofo marxista sustenta que a imputação de papel central a ela por Marx não deriva de um postulado epistêmico, advindo ou fixado por intermédio de uma fundamentação teórica, mas em consequência da observância do *status* dessa categoria no complexo real da produção capitalista. Assim,

Somente porque no valor, como categoria central da produção social, convergem {*zusammenlaufen*} as determinações essenciais, que determinam o processo como um todo, é que a escolhida {*Entscheidende*} apresentação abreviada, reduzida, das etapas ontológicas da gênese, possui igualmente uma importância como fundamento {*Fundament*}

teórico também das etapas econômicas concretas (LUKÁCS, 1984, p. 588).

O valor como categoria no interior de uma explicitação teórica, como conceito, tem sua validade arrimada na medida em que realiza esse processo conceitual de fazer *convergir*, agora idealmente, os elementos e relações que constituem o *Konkretum*, a síntese de determinações de existência, da produção social. Por esse motivo, a correção do procedimento não se assenta numa virtude axiomática deste, na remissão a um mero princípio de consistência e coerência internas, mas pela submissão dos seus passos ao que determina a *posição (Standpunkt)* ontológica que delimita e orienta a teorização. Nesse sentido, “Essa centralidade da categoria valor é um fato ontológico {*ontologische Tatsache*}, não algum ‘axioma’, como ponto de partida puramente teórico ou de deduções absolutamente lógicas” (LUKÁCS, 1984, *idem*). Com relação ao caráter de momento preponderante {*übergreifendes Moment*} identificado por Marx à *produção*, Lukács observa que esta “é entendida aqui em seu sentido o mais lato – ontológico –, como produção e reprodução da vida humana, que mesmo em seus estágios primitivos (pecuária dos mongóis) excedia em muito a simples manutenção biológica e devia ter um inequívoco caráter econômico-social” (LUKÁCS, 1984, p. 609). Ou seja, remetendo ao asseverado em *Die deutsche Ideologie*, a *produção* engloba certamente a elaboração das condições diretamente vitais da existência física imediata, mas como *um dos seus momentos* – o mais decisivo, por certo – como pressuposição necessária e ineliminável para o processo de objetivação do conjunto da vida humana. Entretanto, o complexo da produção não se reduz a si as demais dimensões da produção social e recíproca dos indivíduos. Daí Marx determinar o *modo de produção* como algo articulado, ainda que sob a forma de *determinante*, ao *modo de ser social dos indivíduos*.

IV

Althusser

Como última ilustração da questão acerca das relações de Marx com a filosofia hegeliana, há que referir, é evidente, a posição de Althusser, dada a natureza da querela em que emergiu: a delimitação do caráter científico da obra marxiana. A conhecida tese de uma

“cesura epistemológica” no curso de constituição do pensamento do autor de *O Capital*. Duas obras caracterizam bem a posição althusseriana acerca da fundamentação epistêmica da crítica da economia política: *Pour Marx* e *Lire le Capital*, as quais abordaremos, de modo sumário, a seguir, buscando delinear o modo como o pensador francês pretende resolver a questão do caráter da cientificidade marxiana.

Em *Pour Marx*, num primeiro momento, a “prática teórica” marxiana se caracteriza predominantemente por um caráter ideológico, ou seja, *filosófico*, a concepção de que a ciência começa pela abordagem direta dos entes ou através da extração das categorias pela abstração daqueles. E isto mesmo no interior da crítica de Marx à especulação hegeliana, à identificação de ser e ideia. Para precisar este problema, Althusser toma para exame as objeções marxianas contidas em *Mistérios da Construção Especulativa*, capítulo de *A Sagrada Família*. No capítulo em questão, Marx resume a forma geral da especulação, bem como aponta sua crítica a partir da exposição do método da especulação, como extensão ontologicamente indevida da abstração, servindo-se discursivamente de uma imagem, a relação entre as frutas e o conceito de fruta. Ressaltando o caráter indevido da especulatividade em geral, o fato de tornar a abstração “fruta” o ser e a verdade das frutas existentes, Marx afirmaria, para Althusser, ser o conceito algo extraído diretamente dos entes. Teria então invertido a relação entre ideia e ser que havia no método de Hegel.

Nesta simplicidade, segundo Althusser, esta inversão não basta para fundar um padrão de cientificidade, em razão de não ter ainda “conscientemente abandonando a ideologia empirista que permitia sustentar que um conceito científico é produzido exatamente como o conceito geral de ‘fruta’ seria produzido pela abstração operando sobre frutas concretas” (ALTHUSSER, 1965, p.194). Neste sentido, a extração de pontos comuns, de produção de conceitos, não se constitui ainda em momento propriamente dito do processo científico. Assim sendo, “o ato de abstração, o qual extrairia dos indivíduos concretos sua pura essência, é um *mito ideológico*” (ALTHUSSER, 1965, p.195). Contrapondo-se à própria ideia de uma inversão da dialética idealista, Althusser propõe que

em dado momento Marx põe em marcha uma “teoria pura”, não contaminada por elementos ideológicos³².

Além disso, e da separação radical entre ciência e ideologia, é importante ressaltar igualmente outro aspecto característico da tematização althusseriana, a diferença entre objeto e objeto do conhecimento. Indicando os níveis de abstração sob os quais entende dividir-se o andamento da cientificidade, adverte que não se deve confundir o primeiro nível de generalidade, onde as abstrações são extraídas, com o último, onde se têm propriamente as categorias científicas. No *intermezzo* destes dois graus de generalidade aconteceria o momento de elaboração metódica dos conceitos propriamente ditos, os “fatos científicos” sobre os quais laboraria a prática científica, o objeto desta prática. Deste modo, à ciência caberia, pois,

(...) elaborar seus próprios fatos científicos, através de uma crítica dos “fatos” *ideológicos* elaborados pela prática teórica ideológica anterior. (...) elaborar sua própria “teoria”, pois o fato científico – e não o dito fenômeno puro – não é identificado senão no campo de uma prática teórica (ALTHUSSER, 1965, p.187).

Entre categoria e ente abre-se um abismo que a laboração científica virá a preencher. Enquanto linha temática mais que conhecida, a decisão acerca de quando começa efetivamente a “ciência de Marx” fornece ao mesmo tempo uma indicação que a une todas as demais linhas de abordagem da obra marxiana: a aproximação por vias extrínsecas à própria obra. O problema central seria assinalar em que momento preciso sua reflexão se aparta de temas e questões ou de procedimentos não científicos. No caso em questão, a utilização da noção de *ruptura epistemológica*, oriunda da reflexão de Bachelard sobre os desenvolvimentos da física contemporânea, como metro da cientificidade. Neste contexto,

(...) a prática teórica se distingue sempre claramente da prática teórica de sua pré-história: esta distinção toma a forma de uma descontinuidade “qualitativa” teórica e histórica, que podemos designar, com Bachelard, pelo termo “corte epistemológico” (*coupure épistémologique*) (ALTHUSSER, 1965, p.168).

Pretende Althusser, por via daquele instrumento *metateórico*, centrar sua análise além do próprio corte e colocar-se no interior da “prática científica” marxiana uma vez já

³² Cf. Dosse, François. História do Estruturalismo, volume I, Editora Ensaio, São Paulo, pp. 337 a 340.

constituída, flagrando a série de procedimentos que informam seu método e a construção de seu objeto.

Em *Lire le Capital*, Althusser desdobra a investigação acerca do estatuto da cientificidade marxiana num sentido vertical. Ou seja, não se trata apenas de investigar no nível mais geral o que fundamenta a ciência de *O Capital*, mas de buscar na *leitura filosófica* desta obra o que a anima e sustenta como exercício científico. Nesse contexto, a questão que se pretende responder é precisamente aquela legada pela tradição do marxismo, quando esta tomou o próprio pensamento maduro de Marx como objeto:

O capital se distingue então da economia clássica, não por seu objeto, mas unicamente por seu método, a dialética tomada de empréstimo a Hegel? Ou antes, totalmente ao contrário, O Capital constitui uma verdadeira mutação epistemológica em seu objeto, sua teoria e seu método? (ALTHUSSER, 1973, p. 11-12).

Althusser toma aqui o epistemológico como uma totalidade de aspectos que determinam e estão implicados na definição do que efetivamente pode qualificar um discurso como científico. Nesse sentido, o problema dessa determinação não se resume à resolução do método apenas. Ainda que esse continue a ser o momento predominante do exercício da cientificidade, o filósofo da *École Normale* não o toma como aquele que genética e conceitualmente põe o discurso e a prática de uma ciência. Tomando agora a obra que realiza a crítica da economia política em sua feição mais madura como objeto de inquirição, Althusser amplia e ao mesmo tempo circunscreve o sentido da pesquisa pela fundamentação epistemológica da ciência marxiana. Amplia, na medida em que tenta apreender fixar o que, para ele, constitui o todo da prática científica de Marx, mas igualmente circunscreve, porquanto passa a considerar *O Capital* como uma totalidade científica em si. Para Althusser, *O Capital* se define como “la fondation em acte d'une science” (ALTHUSSER, 1973, p. 12).

Em outros termos, o essencial da nova posição científica inaugurada por Marx deve ser encontrado na análise interpretativa de sua obra mais acabada. Muito embora ainda reconheça a importância de momentos anteriores para a posição da *cesura epistêmica* – como o que se consubstancia em *Die deutsche Ideologie*, por exemplo – não mais avalia que nestes possam estar o que é mais central para o correto entendimento da crítica de Marx

aos clássicos da economia política. Com referência a esse problema em especial, assevera explicitamente que:

(...) a questão da diferença específica, tanto de seu objeto quanto de seu discurso (...) o objeto do *Capital* se distingue não somente do objeto da economia clássica (e mesmo moderna), mas também do objeto das *Obras de Juventude* de Marx, em particular do objeto dos *Manuscritos de 44* (...) (ALTHUSSER, 1973, p. 11).

Uma pressuposição essencial que permanece aqui intocada é a da radical distinção entre o *Jovem Marx* e o *Marx Maduro*. De um lado da linha temporal epistêmica, está o pensador que arrimaria suas reflexões, mesmo aquelas voltadas às produções de cientificidade de ponta de seu tempo, sobre a base de uma posição ideológica, imediatamente filosófica e referida a uma *ideia de essência do humano*. Na outra ponta, se localiza o cientista propriamente dito que se põe a escarafunchar metodicamente um objeto novo, antes melhor, a posicioná-lo como objeto de ciência. Não mais *o homem* e sua *essência genérica*, mas a produção humana, a atividade da riqueza, categorialmente configurada, teoricamente posta em independência para com as demais dimensões da vida social. Trata-se, pois, de um dúplice contraste entre dois períodos da produção intelectual marxiana.

A metateoria acima referida atinge nesse escrito o nível de particularização que pretende esclarecer em detalhes a constituição de uma ciência. Mas não é, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, a propositura de uma leitura particular. Não é uma aproximação cuja meta seria a da explicitação de aspectos de *O Capital* atinentes a cada uma das ciências humanas e sociais isoladamente. Ao contrário, é “la question de la nature du type de discours mis en oeuvre pour traiter de cet objet, la question du discours scientifique” (ALTHUSSER, 1973, p. 10). Problemática que supera e, simultaneamente, estaria aquém dos diversos olhares investigativos acerca do social; radicaria no pressuposto mesmo de qualquer posição científica. Leitura examinadora que dessa maneira se situa num terreno bem diferente daquele sobre o qual se erguem as diferentes aproximações das ciências humanas e sociais; a perspectiva da filosofia é aqui o lugar do qual se interroga *O Capital*. Acerca disso, Althusser é bastante claro quando refere retrospectivamente o esforço de entendimento empreendido sob sua inspiração, ao assinalar que “Nós éramos todos filósofos. Não tínhamos lido *O Capital* como economistas, como historiadores. Não

pusemos ao Capital a questão, nem de seu conteúdo econômico ou histórico, nem de sua simples ‘lógica’ interna” (ALTHUSSER, 1973, idem). A abordagem interpretativa de *O Capital* a partir da perspectiva filosófica, ou seja, de sua fundamentação como obra supera mesmo aquela delimitada pela mera intelecção de sua forma discursiva imediata, e de cada de seus elementos como tal. Como pergunta pela fundamentação é essa mesma uma pergunta mais fundamental:

Ler O Capital enquanto filósofo é exatamente colocar em questão o objeto específico de um discurso científico, e a relação específica deste discurso com seu objeto, é, portanto por a unidade discurso-objeto, a questão dos cunhos {*titres*} epistemológicos, os quais distinguem esta unidade precisa de outras formas de unidade discurso-objeto (...) (ALTHUSSER, 1973, p. 11).

Tal interrogação de fundamentos, inquirição acerca do título de cidadania científica de um dado discurso remete forçosamente, ao menos do ponto de vista de Althusser, àquela relativa ao estabelecimento de distinções do caráter de cada forma discursiva. Posição filosófica de um problema, a partir da qual se devem estatuir rigorosamente os elementos por meio dos quais o discurso científico pode ser posto em relevo frente àqueles de caráter ideológico. Nesse contexto, “Marx apenas poderia tornar-se Marx fundando uma teoria da história e uma filosofia da distinção histórica entre a ideologia e a ciência” (ALTHUSSER, 1973, p. 14). A leitura do filósofo pretende exatamente flagrar conceitualmente as condições de possibilidade da cientificidade, aquelas que posicionam um discurso para além e criticamente frente aos demais que se remeteriam, em última instância, ao jogo de interesses em torno da manutenção, ou não, da ordem social vigente. Por esse motivo, *Une lecture philosophique du Capital est donc tout le contraire d'une lecture innocente* (ALTHUSSER, 1973, p. 12). O novo discurso marxiano teria se elevado ao nível da ciência na exata medida em que se afastaria das pressuposições conceituais pretensamente compartilhadas com aquelas posições filosóficas idealistas ou mesmo neo-hegelianas. Além disso, porquanto superaria pontos de vistas acerca da fundamentação do conhecer que se filiariam, conscientemente ou não, com as ideologias do mundo societário do capital então em consolidação, as quais se assentam na pressuposição de uma *transparência* quase natural do mundo concreto à percepção do sujeito:

Lá onde o jovem Marx dos Manuscritos de 44 lia como um livro aberto, imediatamente, a essência humana na transparência de sua alienação, O Capital toma, ao contrário, a exata medida de uma distância, de uma defasagem {*décalage*} interior ao real, inscrita em sua estrutura e como tal torna seus efeitos eles mesmos indecifráveis, e fazem da ilusão de sua leitura imediata o último e o cúmulo de seus efeitos: *o fetichismo* (ALTHUSSER, 1973, p. 14).

A diferença científica entre a *essência* e a *aparência dos fenômenos* assinalada por Marx³³ é tomada na perspectiva althusseriana sob o viés da tematização da intransparência essencial e inevitável do mundo ao sujeito. As determinações descobertas pela analítica marxiana, as quais podem apresentar-se no nível do cotidiano e do imediato econômico de modo espelhado ou até invertido, acabam elas mesmas sendo entendidas como categorias do fetichismo.

Tal aproximação do discurso científico marxiano, pressupõe mesmo uma particular posição acerca do *ler*, do ato de decifrar, ou atribuir, sentidos ao que se lê – seja o real, tomado como *Grand Livre*, seja um discurso qualquer tornado objeto. Propositura hermenêutica que deveria romper com tanto com a ordem dos procedimentos tradicionais em filosofia, quanto, e principalmente, com aquela dos pressupostos por nela implicados. Ou seja, o abandono da segurança de um acesso efetivo e direto à objetividade dada. Segundo o pensador francês, o próprio Marx teria, com a elaboração de sua cientificidade, na ruptura teórica com sua “obra de juventude”, essa nova posição, avançando nas trilhas abertas por Spinoza, na direção de *une philosophie de l'opacité de l'immédiat*. Nesse sentido, “nós podemos precisamente apreender nele, não somente no que ele diz, mas no que ele faz, a passagem de uma primeira ideia e prática da leitura a uma nova prática da leitura, e a uma teoria da história capaz de nos fornecer uma nova teoria do ler” (ALTHUSSER, 1973, p. 15). Marx teria sido ele também, no decurso de sua produção, *un lecteur*. Das obras da economia política, de seus momentos iniciais, como disciplina científica, até a sua consolidação como forma de cientificidade com Smith e Ricardo. Um leitor cuja prática “É uma leitura dupla, - ou antes, de tudo uma leitura a qual coloca em

³³ “(...) alle Wissenschaft wäre überflüssig, wenn die Erscheinungsform und das Wesen der Dinge unmittelbar zusammenfielen (...)”. Marx, Karl. Das Kapital, drittel Buch, In Marx-Engels Werke, Band 25, Dietz Verlag, Berlin, 1993, p. 825.

ação dois princípios de leitura radicalmente diferentes” (ALTHUSSER, 1973, p. 16). Primeiramente, uma leitura que tem como escopo fixar méritos e deméritos da aproximação científica de outrem, a partir dos pontos conquistados pela própria análise marxiana, tendo como fundamento, segundo Althusser, uma concepção de conhecimento que se arrima no *ver*, no ato de visualizar o objeto, ou não, corretamente, identificando suas características. Nesse contexto, “(...) toda falha no sistema de conceitos, que faz o conhecimento se encontrar reduzido a uma falha psicológica do ‘ver’” (ALTHUSSER, 1973, p. 17). O objeto mesmo da cognição reduzir-se-ia à *la simple condition de donné*. O outro padrão de leitura que se poderia encontrar na crítica da economia política da maturidade, conforme sustenta Althusser, pode ser considerado *um protocole de lecture par Marx de l'économie classique*. Uma leitura que não somente assinala *presenças e ausências, vistos e não-vistos*, mas desvela o próprio não ver como um modo inerente à cientificidade clássica, não como defeito ou lacuna a serem corrigidos, mas como caráter daquela cientificidade. Assim,

A partir dessa restauração de um enunciado portador de vazios, e dessa produção de sua questão a partir da resposta, é possível trazer à luz as razões que tendo em conta da cegueira da economia clássica sobre o que, no entanto, ela vê, portanto de seu não-ver interior a seu ver (ALTHUSSER, 1973, p. 23).

Althusser afirma que o padrão científico de Marx inaugura, no campo da investigação sobre o social, com essa segunda leitura, uma nova concepção de cognição, pela qual se abandona “(...) o mito especular da visão e da leitura imediatas e do conceber o conhecimento como produção” (ALTHUSSER, 1973, p. idem). O conhecimento adquire então o significado de uma *prática produtiva*, cuja *démarche* teria como momento inaugural a produção da própria questão, do *objeto* como tal. A crítica da economia política não seria, entre outras coisas, a assinalação de um equívoco de percepção de um *objeto preexistente* à análise, mas antes a fundamentação de *um objeto de análise*. Apoiando-se na afirmação marxiana, consoante a qual, a distinção entre *trabalho e força de trabalho* significava que a análise da questão “era não de resolver o problema tal qual ele se apresenta ao ponto de partida, mas de mudar-lhe completamente os termos”, assevera haver aquele ato inaugural epistêmico de *produção de um objeto científico*. Em outros termos a diferenciação, não feita pela economia política, entre o ato de pôr valor, o qual *aparece*

como trocado por salário e o fundamento subjetivo concreto e vivo do pôr valor/mais-valor, cujo uso é que *efetivamente* adquirido pelo capital, entre determinações aparentes e essenciais, equivaleria à criação de um objeto de conhecimento.

A produção do objeto de conhecimento assinala então que uma vez posta em marcha a fundação de uma nova cientificidade, “Ces nouveaux objets et problèmes sont nécessairement invisibles dans le champ de la théorie existante”. A questão do *Standpunkt* social, que define as condições objetivas da “prática” dos cientistas não entra em cômputo aqui, na delimitação do que determina a possibilidade do conhecimento científico. Essa comparecerá na figura da *ideologia* como expressão de uma adstrição da sociabilidade, e dos confrontos de interesses nas quais nesta implícita, à produção do saber teórico. A separação gnosiológica dos discursos exerce o papel de horizonte da reflexão. Tudo se passa no terreno da fundamentação da cientificidade e de seu discurso, como um dado campo de ação tomado em separado, assentado na compreensão das dimensões do complexo da sociabilidade, da qual a cientificidade é um momento, como *campos*. Engendramento de um novo objeto que corresponderia, segundo Althusser, a uma revolução não no que tange à natureza das respostas às questões de uma ciência estabelecida – a economia política – mas ao caráter das próprias questões. Nesse sentido, Marx, na leitura crítica dos economistas a, foi levado a “formuler une *réponse sans question*” (ALTHUSSER, 1973, p. 30). Situação de inovação radical, no interior da qual, a análise marxiana teria sido levada, frente à ausência *du concept adéquat propre à penser ce qu'il produisait*, que não poderia ser outro senão àquele da determinação da articulação entre estruturas e elementos, teve de lançar mão de conceitos e fórmulas antigas, as quais corresponderiam ao *Darstellungsweise* dialético. Marx estaria na verdade empreendendo um roteiro que o levaria do terreno ideológico, no qual ainda se assentavam as tentativas de compreensão científica da sociabilidade, para um efetivamente científico, não obstante sem a clara percepção, e, conseqüentemente, tematização disso. É exatamente essa lacuna, ausência, ou esse *silêncio*, do discurso que serve de parâmetro à leitura propugnada pela investigação althusseriana. Althusser propõe proceder com o texto marxiano no mesmo diapasão do que identifica como leitura *symptomal*, a qual num “num mesmo movimento, ela demonstra o indemonstrável no próprio texto, apresenta uma ausência necessária no

primeiro” (ALTHUSSER, 1973, p. 29). Ou seja, uma leitura que vasculha as ausências, o *não dito*, que seriam indícios dos verdadeiros fundamentos do discurso. Forma de ler que se coaduna com o abandono também da suposição de um *sujeito* ao qual o mundo poderia aparecer em sua transparência ou ainda do próprio sujeito como fundamento da cognição, uma vez que já não se trataria mais da crítica de um déficit individual. Desse modo,

A visão não é mais então o feito de um sujeito individual, dotado de uma faculdade de “ver” que ele exerceria seja na atenção, seja na distração; a visão é o feito de suas condições estruturais, a visão é a relação de reflexão imanente do campo da problemática sobre seus objetos e seus problemas (ALTHUSSER, 1973, p. 25).

A partir dessa construção discursiva, arrimada nessa noção peculiar de *lecture*, Althusser busca enfim se aproximar de *la philosophie de Marx*. Pretende acercar-se de sua *etundue*, a qual não poderia, segundo ele, estar já dada, *en personne*, nas obras que demarcariam aquela *Coupure* com os modos de pensamento ideológicos da tradição. Seguindo indicações, temporais, de Engels, e, hermenêuticas, de Lênin, o pensador francês pretende encontrar *la logique du Capital*, sobre a qual estaria edificada a apreensão propriamente científica da produção social capitalista, na leitura atenta da grande obra de maturidade (Cf. ALTHUSSER, 1973, p. 33). Intenta no fim das contas a resposta fundamental e fundante da crítica da economia política, a qual remete à *inversão da dialética hegeliana*: “quelle est la différence spécifique qui distingue la dialectique marxiste de la dialectique hégélienne?” Questão essa que, segundo o pesquisador da *École Normale*, Marx não teria posto, ainda que respondido.

Ou seja, a fundamentação do discurso científico do marxismo permaneceu latente, ativa, mas inconsciente, não tematizada ou abordada como tal. Althusser “lê” a sentença segundo a qual a dialética em Hegel *Sie steht bei ihm auf dem Kopf*, como apenas uma *métaphore*, a qual remeteria a outra como sua solução de caráter tão somente verbal – *Man muß sie umstülpen, um den rationellen Kern in der mystischen Hülle zu entdecken* –, onde seria possível inferir uma *absence du concept sous le mot*. Nesse diapasão tanto o que precede quanto aquilo se segue à observação marxiana acerca da *Mystifikation* da apreensão categorial da contradição na forma de ser, e do ser, que a filosofia hegeliana perpetra ao versá-la no viés do absoluto, acaba sendo praticamente ignorado. O caráter mais

fundamental da crítica marxiana, o qual se encontra enunciado quando se explicita, sucintamente, o modo especulativo de tomar a efetividade finita e concreta, está já de certa maneira enunciado, e com este a distinção também no terreno da cientificidade. A *differentia specifica* não se dá na maturidade, como nunca se deu nas fases de elaboração mais iniciais do pensamento marxiano, no âmbito da fundamentação epistêmica, mas da delimitação do estatuto de ser da realidade.

Duas questões diferentes, ainda que interdependentes, guiam *la lecture* de Althusser. Ambas declaradamente externas ao texto marxiano, porquanto encontram sua validade definida por um parâmetro não explicitamente dada ou indicada pelos escritos de Marx. Não obstante haja o esforço hermenêutico de assentar o balizamento de leitura pela remissão atributiva do talhe *sintomático* na crítica marxiana aos economistas clássicos e vulgares. No entanto, tal recurso apenas atenua, mas não anula o fato de a leitura assim propugnada advir de uma circunscrição estranha ao próprio pensamento marxiano. De certo modo a *souçon* imputada ao padrão de reflexão marxiano é voltada contra este, como modo de investigação do seu discurso. O *nãodito* passa a valer mais que o explicitado como pista de intelecção. Cabe à leitura flagrar pelo comportamento sintomático posto semântica e epistemicamente aquilo que não se declara, mas constitui o verdadeiro do discurso:

Trata-se, por conseguinte de produzir, no sentido mais preciso da palavra, a qual parece significar: tornar manifesto o que está latente; mas que quer dizer transformar (para dar a uma matéria-prima preexistente a forma de um objeto ajustado a um fim) o qual, em um sentido, já existe (ALTHUSSER, 1973, p. 37).

Resta inquirir aqui se Althusser, ao menos o de *Lire Le Capital*, não troca um mito por outro. À pretensa narrativa fabulosa de uma verdade transparente que se ofereça à simples abordagem do “olhar”³⁴ – presente na *conception empiriste de la connaissance* – parece contrapor outra, que versa sobre o pecado original do logos, o encobrimento fatal posto pela intransparência do discurso ao ente que o engendra. Não se trata evidentemente de um mito *trágico* ou *psicológico*, mas social, o problema, em última instância, do *ideológico*. No curso de uma exposição crítica do empirismo, Althusser arma, no fundo, uma recusa da noção mesma de abstração, tomada num sentido unívoco, aquele que o deu a tradição da

³⁴ Cf. Althusser, Louis. *Lire Le Capital*, Op.Cit., p. 40-41.

filosofia das sensações e do *feeling*. E dessa, sua recusa se transfere à de *abstração real*. O conhecimento estaria já posto no real, à espera de que venha a ser “extraído” pelo tatear entre as impressões. Na realização de seu intento judicioso, o filósofo francês faz com que a forma empiricista de tomar as coisas seja no fundo a nota dominante, retomada e desenvolvida, nas mais diversas modalidades sonoras da história da filosofia. Mesmo a ilusão hegeliana do concreto realmente existente como resultado da posição da razão é reportada nesse quadro de referências (Cf. ALTHUSSER, 1973, p. 46). Resulta, além disso, que Althusser na sustentação de sua tese, da radical reconfiguração metodológico-discursiva feita por Marx – a criação de uma ciência sobre o capital, propriamente dita –, ultrapassa o próprio diagnóstico marxiano sobre a economia política. Porquanto coloque todo o itinerário da economia política como precedente à posição do objeto como tal, acaba por identificar as diversas posições científicas – ajuizadas por Marx como insatisfatórias, incompletas ou ambíguas (pensar na duplicidade da determinação do trabalho produtivo em Smith, por exemplo) – com posições ideológicas. Nesse sentido, enuncia o *telos* da própria *leitura* de *O Capital*: “(...) por o problema das condições da cesura epistemológica que inaugura toda ciência, isto é, para retomar a terminologia clássica, o problema das condições da descoberta científica, e que nos é requerido por também com relação a Marx” (ALTHUSSER, 1973, p. 53). O que, curiosamente, repõe a discussão althusseriana, não obstante a alteração dos pressupostos, no terreno o mais clássico da teoria filosófica do conhecimento.

É importante ressaltar que, conquanto isso, a argumentação althusseriana se propõe a criticamente estabelecer as bases de uma compreensão *prática* do conhecimento, como atuação metódica de produção teórica – do objeto ao conceito – oposta à concepção estática da tradição empiricista. Mas parece não ver que *abstrair* é um ato, não de um *sujeito racional autônomo* ou *suporte abstrato de impressões*, mas de um ente vivo, atuante e socialmente determinado em Marx. Que o sujeito, consoante a reflexão marxiana, é antes de tudo *um objeto real* no seu modo socialmente ativo de ser frente à mundaneidade e não um *cogito desencarnado*.

Afora isso, Althusser também toma a distinção entre *forma do concreto se constituir* e aquela *da* sua constituição como objeto *no pensamento*, analogamente a Lukács, como

uma distinção atinente apenas entre *gegenstand* e *objekt*, como uma diferenciação cujo escopo se situa imediatamente na esfera do conhecer. Parece não levar muito em conta a delimitação marxiana do *Konkretum* mesmo, imediatamente dado, como uma *Zusammenfassung vieler Bestimmungen*. Há, em Marx, o reconhecimento de um caráter de por-si ao concreto dado, o qual o *Gedankenkonkretum* deve, a seu modo, reproduzir. Althusser entende a questão do *Standpunkt* a partir do qual os cientistas (ou grupos de cientistas), colaborando ou competindo entre si, a sua *posição determinada*, como algo que se remete diretamente a um sistema de divisão social de produção teórica. A qual, de modo análogo àquele pelo qual os indivíduos se distribuem em classes sociais e ramos de produção material, reparte funções de caráter epistêmico ou espiritual, o entendimento e a explicação da realidade, entre indivíduos como pensadores, cientistas etc. A realidade que à cientificidade cabe apreender aparece determinando e limitando, em essência, a tarefa mesma de sua compreensão. O que poderia tender a quase um interdito ao acesso objetivo ao mundo social (Cf. ALTHUSSER, 1973, p. 47-49). Não obstante a estruturação adquirida pelo modo de produção do capital, a qual vai sendo constituída historicamente, se diversificando etc., se exprima também como organização complexa da divisão social da produção ideal, não parece que a analogia possa ser levada adiante, ao menos a partir de Marx, em sentido absoluto. A resposta a problemas da produção obtidas do *Standpunkt* do capital não são necessariamente *falsas, enviesadas* ou tão somente *ideológicas*, nem mesmo responde apenas demandas da propriedade privada como tal, como pode ser observado na avaliação marxiana das posições de Ricardo. Ou seja, a objetividade científica em Marx aparece determinada e condicionada, mas não necessariamente interdita. As condições sociais objetivas de compreensão científica da realidade têm um peso específico que amplia ou alarga os horizontes da possibilidade de apropriação do concreto e de sua transformação em concreto pensado, mas esta grandeza vetorial não se exerce aqui somente em sentido negativo. A transformação das condições sociais de produção da vida pode resultar ou bem numa abertura maior à intelecção, ou bem pode ter como consequência o impedimento mesmo do entendimento. Como tal o sentido e a direção da força exercida pelo social podem variar inteiramente, tanto dependendo da posição do(s) sujeito(s) concreto(s) que

enfrenta(m) a efetividade social, quanto das transformações que a forma de existência dessa última venha a sofrer.

Nesse sentido, mesmo tendo razão ao pontuar determinados problemas, do duplícite afastamento que identifica na cientificidade marxiana com relação a certos padrões da tradição filosófica – nomeadamente, a especulação hegeliana e o historicismo – Althusser, partindo de sua concepção de uma separação (mais que uma mera diferença) entre objeto real e aquele do conhecimento, parece não tomar a *Gliederung*, como um complexo real. Ou seja, como uma síntese por assim dizer *dada* na efetividade imediata, mas apenas como resultado/fundamento teoricamente posto. Verifica-se uma recusa decidida em reconhecer à cientificidade de Marx uma pressuposição qualquer de natureza não epistemológica, anterior à questão da fundamentação metodológica. Nesse contexto à observação marxiana de que as categorias da produção capitalista não se esclarecem com a montagem de sua história, mas com o remetimento destas à articulação recíproca que assumem *um ihre Gliederung innerhalb der modernen bürgerlichen Gesellschaft*, apõe o seguinte desdobramento “explicativo”: “É justamente essa *Gliederung*, esta totalidade-articulada-de-pensamento que se trata de produzir no conhecimento, como objeto do conhecimento para alcançar o conhecimento da *Gliederung* real, da totalidade-articulada real, a qual constitui a existência da sociedade burguesa” (ALTHUSSER, 1973, p. 56). O problema reside precisamente em considerar imediatamente a *Gliederung* como uma construção importante cientificamente, senão apenas, principalmente do pensamento. Como já se viu na sua crítica do empirismo, a abordagem althusseriana dá a impressão de tomar toda e qualquer referência à identificação de uma totalidade sintética de determinações anterior à dimensão do conhecimento como *metafísica do sujeito*. Não obstante reconheça explicitamente a existência da articulação real, não parece concebê-la como metro da cientificidade. O ato de *pôr* o objeto da ciência não possui, para o Althusser, outro caráter senão o epistêmico. A fundamentação, ainda que por veios diametralmente opostos aos da tradição desde Descartes, continua a ser o momento determinativo da compreensão do concreto. O principal desafio nesse sentido é o de compreender, antes de mais, o estatuto das próprias categorias em seus diferentes níveis, sua existência efetiva como momentos da coisa, depois, dessas figuras como elementos mentalmente separados e depois como conceitos

articulados etc., mas apenas a dessas na submissão a um dado esquema epistêmico. Não por acaso, somente tangencialmente o *rückwärts angetretene Reise* marxiano poderia ser referido. Quando, no entanto, explicitamente, na discussão do *caminho* do conhecimento, este é apontado por Marx como a *differentia specifica* de seu modo de proceder cientificamente, não somente em relação à economia política, mas também aos modos idealistas de abordar a questão da relação entre *Gedankenkonkretum* e *Konkretum*³⁵. *Differentia specifica* que radica não numa propositura de caráter epistemológico, mas na identificação da determinação histórica concreta dos próprios objetos. A Althusser, a articulação da produção do conhecimento, e da configuração *teórica* de seu objeto, parece não ter em si um lugar cabível para o referimento da objetividade exterior e anterior à ciência. É uma *prática* cujos parâmetros como prática propriamente dita, ou seja, não se levando em conta a sua determinação pelos vetores adstringentes da sociabilidade capitalista, têm um caráter endógeno. Não se trata aqui, evidentemente, de postulados psicológicos ou neurofuncionais, mas do tracejamento de uma *lógica discursiva*. Encadeamento fundador de cientificidade que, da posição do objeto – por meio da *resposta sem pergunta* – a do método, encaminha no sentido de uma separação irremediável para com a finitude imediata. Em alguns aspectos, a menção à relação mesma do conhecimento estruturado, ou da estruturação do ato de conhecer, com *o real* possui um aroma ideológico. A intransparência radical da efetividade surge, ela mesma, como um postulado da cientificidade. A ideia de uma aproximação contínua, não necessariamente “progressiva”, da ciência ao que é dado, por meio do abstrair, se reduz à concepção ideológica das *Luzes*; uma retomada do *empirismo*.

Nos momentos em que defronta a questão da relação entre a categoria como objeto do conhecimento e o real, Althusser remete-a sem mais àquela da *sucessão* ou da *gênese históricas* das categorias. O historicamente posto, como totalidade complexa e dinâmica de categorias, configurando um modo *atualmente existente* da produção, que como tal é algo de determinado, não encontra guarida na reflexão crítica do autor francês. A pista analógica para compreender a *Umkehrung* da forma da dialética em Hegel somente encontraria algum

³⁵ Cf. Marx, K. Einleitung zun den Grundrisse der polistischen Ökonomie, In Marx-Engels Werke, Band 42, Dietz Verlag, Berlin, 1983, p. 35.

sentido na medida em que, não somente quando se a afasta – como o faz acertadamente Althusser – de qualquer sentido lógico específico, mas também se remetida à ordem mais anterior de distinções teóricas que àquela epistemológica. A esfera atinente ao reconhecimento do estatuto de ser da efetividade que se pretende explicar cientificamente. Assim como a conversão da finitude em momento do desdobramento da *Idee* não é uma postulação epistemológica, sua crítica igualmente não o é. Não haveria assim somente *la logique du Capital*, entendida justamente como exposição articulada das categorias em sua ordem necessária no sistema do capital, a sustentar teoricamente a crítica da economia política em sua feição mais madura; há também, e antes, como fundamento da própria analítica das formas e das categorias, uma pressuposição da qual parte Marx, e que é indemonstrável no interior da crítica da economia política. Propositura fundamental, ainda que não ao modo de uma fundamentação epistêmica, que é ela mesma conquista do conhecimento obtido à duras penas, e no roteiro da história humana, extremamente complexo e problemático, de desvendamento racional e científico da efetividade do mundo. A assertiva da prioridade do ser em relação à consciência e, mais ainda, deste como um por-si, como processo e/ou ente objetivamente dados, é um posicionamento teórico – que não é uma mera postura ou disposição equivalente a tantas outras – que depende como tal do que a cientificidade e a reflexão desta, acumuladas historicamente permite concluir. Nesse sentido, é uma *posição* em sentido forte, *Standpunkt*, a que se alcança a partir dos resultados obtidos pelo próprio exercício histórico, inconcludente e indefinido da cientificidade. Denomine-se isso ou não pelo termo *materialismo*, ou por qualquer outro, não altera em nada a questão. Nem mesmo obliterá-la discursivamente no empuxo de problemas ou de concepções dominantes em dado momento acadêmico ou político, resolve-a adequadamente.

No fim das contas, a questão de fundo aqui seria antes se interrogar se a posição marxiana de cientificidade, independente de seu acerto ou eficácia teórico, coaduna-se com a pergunta feita a ela. O problema da fundamentação *gnósioepistêmica* da teoria seria um problema marxiano? Ao menos intrínseco ao pensamento de Marx, posto na ordem do dia por ele mesmo. Althusser não foge da questão, ao contrário a assume em sua resposta negativa e se propõe a realizar, num novo registro, com o próprio pensamento marxiano o

que este teria efetuado com o seu *discurso-objeto*, com a economia política. A questão que, em realidade, anima a formulação althusseriana é a construção de uma *théorie de l'histoire du théorique* (ALTHUSSER, 1973, p. 58). Nesse diapasão, o problema nodal é pôr o objeto mesmo dessa teoria da cientificidade, partindo de um novo *discurso-objeto*, a crítica da economia política.

Como consequência disso, conquanto indique a improcedência da propositura de uma *inversão lógica* da dialética hegeliana, não a considerando mais que um recurso analógico utilizado expositivamente por Marx, Althusser repete o que se observa na maior parte das aproximações interpretativas à obra marxiana. Verifica-se a consideração de que o decisivo seria compreender o “caractere complexe et original de l'ordre de démonstration qu'il instaure en économie politique” (ALTHUSSER, 1973, *idem*). O *modo de apresentação* das categorias e da articulação destas acaba por sobrepor-se ao *modo de pesquisa*, o qual, analítico, não pode prescindir de seu referimento à efetividade a ser reproduzida na forma do *Gedankenkomkretum*. Acerca do *Forschungsweise*, Althusser, em coerência com sua propositura de transmutar em *lecture* o esforço de cientificidade acerca do social, o descreve como “la recherche concrète que Marx a effectuée pendant des années sur les documents existants”. Ou seja, não toma a questão da analítica das formas de ser atual, do existente, das *Daseinsformen*, propriamente dita, senão pela via transversa do enfrentamento de outros discursos. À mercadoria restaria então ser uma *categoria discursiva*, não se trataria, portanto de uma forma social efetiva de existir que os produtos do trabalho assumem no interior do modo de produção do capital. Por consequência, a análise mesma já se entende como uma forma discursiva. Althusser afirma textualmente a esse respeito que ambos os *Weisen*, o “méthode d'analyse, dont parle Marx, fait un avec le mode d'exposition”. Quando, conforme o próprio Marx o declara, ao reverso, seria necessário distingui-los. A relação entre ambas as instâncias da cientificidade – operação analítica e discurso – se complica demasiadamente, muito além da complexidade efetiva que possuem na crítica marxiana da economia. A identificação do caráter próprio do padrão científico de Marx, que se pretendia rigorosa e precisa, resulta tornar-se oscilante e vacilante:

Se pudemos estabelecer, com muitas provas para afirma-lo que o discurso de Marx é em seu princípio estranho ao discurso de Hegel, que sua dialética (o posfácio o identifica ao modo de exposição do qual falamos) é de todo diferente da dialética hegeliana, nós não fomos muito longe. Nós estamos muito longe de ver de onde Marx havia tomado este método de análise que ele dá como preexistente, - nós não pusemos a questão de saber se Marx, longe de tomá-lo emprestado, não teria propriamente inventado este método de análise, o qual ele pensava ter somente aplicado (ALTHUSSER, 1973, p. 59).

O que torna a situação ainda mais curiosa, quando Marx, em certos momentos, valendo-se da metáfora do anatomista, como se verá na conclusão dessa tese, e no cotejamento com outros ramos da cientificidade (como a Química), aponta alguns indícios na direção talvez mais frutífera e apropriada³⁶. A *abstração*, como coisa produzida pela mediação da atividade de um cérebro humano vivo, da abstração como atividade de extração de determinações, substitui os métodos e elementos objetivos das ciências voltadas aos complexos existentes naturais. E isso em nome da regência da própria coisa investigada – um determinado modo de produção social da vida humana – e não em virtude de uma eleição epistêmica.

³⁶ Cf. Marx, Karl. Das Kapital, erste Buch, In Marx-Engels Werke, Band 23, Dietz Verlag, Berlin, 1993, p. 11-12.

CONCLUSÃO

Um dos pontos que pode caracterizar o presente trabalho é, tanto no cômputo de suas virtudes quanto naquele de suas fragilidades, a tentativa de empreender uma abordagem da questão da cientificidade marxiana em sua fase madura partindo, principalmente, do que o próprio pensador alemão deixou consignado e observado. Nesse sentido, talvez arcando com certa aparência de ingenuidade, tanto a pesquisa quanto a elaboração de sua apresentação tentaram sempre levar em conta primariamente o que se encontra configurado no conjunto dos testemunhos textuais recolhidos. Essa posição de saída ata fortemente sua consecução a um projeto de retomar o pensamento de Marx, independentemente dos possíveis diagnósticos ou vereditos que acerca dele se façam, como um objeto por-si, ele mesmo como uma totalidade finita constituída como síntese de elementos conceituais articulados. O que não equivale necessariamente a decidir de antemão sobre o acerto das asserções particulares ou a validade da propositura teórica, no que concerne ao seu enquadramento mais geral. Buscou-se tão somente o *dar voz* a esse concreto de pensamentos, bem como revelar, *pari passu* a essa explicitação, o padrão específico que conforma, organiza e distingue o modo de cientificidade exercitado por Marx.

Na imediatidade em que se delineia a realização e se efetua o projeto de compreensão filosófica acerca do caráter próprio da crítica marxiana da economia política toca-se inevitavelmente num problema importante, bem como se dá de encontro com uma atitude frente aos textos de Marx que se fixou como uma verdadeira tradição dentro dos vários marxismos. Indiferentemente às posições particulares verificadas nas diversas, e por vezes conflitantes, versões do conjunto do marxismo, nota-se claramente uma tendência a recobrir o modo como Marx opera o engendramento e a determinação do estatuto das categorias com aquele pelo qual seus resultados foram apresentados sob uma forma literária particular. Assim, para repisar uma diferenciação cuja expressão o próprio Marx deixou cunhada na distinção entre *Forschungsweise* e *Darstellungsweise*. De um lado, o rumo seguido pelo processo de apreensão conceitual das categorias da realidade. De outro lado, a apresentação das categorias em sua articulação e reciprocidade que lançando mão da utilização de algumas figurações provenientes de um *modus* bastante peculiar de expressão, pretendeu tornar palpável dados traços das categorias essenciais do capital. Tome-se, por

exemplo, a contraditoriedade imanente das relações havidas entre as determinações que perfazem a forma social *mercadoria* de ser dos produtos do trabalho no modo de produção capitalista da vida humana. A propositura de pesquisa consubstanciada na presente tese deliberadamente seguiu por um caminho que recusou a orientação prévia de ler na exposição das conexões categoriais das formas sociais da produção do capital como encadeamentos conceituais cuja natureza se definiria como uma manifestação da dialética hegeliana. Opção interpretativa que sustenta, não obstante sua natureza eletiva, ser mais que resultante de um mero exercício de escolha cuja premissa e justificação radicariam na esfera da simples predileção. Ao contrário, partindo da premissa de compromisso teórico de reconhecimento do padrão científico marxiano por seus próprios termos, atina para o apontamento de que o *fundamento* (*Grundlage*), a base, o solo, o arrimo, de sua teorização ser o *exato oposto* daquele existente na arquitetura filosófica hegeliana. Nesse contexto a distinção entre a *apresentação formal* dos resultados e o modo como estes são cientificamente obtidos ganha uma proeminência explícita e obrigatória. A recusa de uma estrutura lógica como pressuposição da cientificidade marxiana afronta ao leitor de modo direto e sem tergiversações. Não se tenciona aqui retomar a discussão acerca da impropriedade da imputação dialética como *resolução* para o método percorrido pela propositura científico-crítica de entendimento do capital legada por Marx, a qual se encontra desdobrada no capítulo III da presente tese. Insiste-se nesse passo final nessa questão com o fito de chamar a atenção para a posição da contraparte que forçosamente emerge da investigação empreendida: a da *prioridade do modo de pesquisa* frente àquele de apresentação.

I

A Metáfora do Anatomista

Seguindo mais uma vez indicações do próprio texto marxiano de *O Capital*, mas não apenas dele, em particular do *posfácio* à sua segunda edição, toma-se a liberdade de determinar o *modo* de enfrentamento cognitivo do existente, da prática científica marxiana, como eminentemente *analítico*. Tipo de procedimento que norteia e caracteriza o *fazer-ciência* de Marx e o distancia em seu cerne do talhe especulativo hegeliano. A analítica

marxiana tem por pressuposição a existência por-si do concreto como articulação categorial finita e autossustentada, o reconhecimento da preeminência do efetivo, da *coisa*, como algo que *é*. Um algo anterior e independentemente aos atos pelos quais outro ente objetivamente posto, o indivíduo socialmente determinado – ou mesmo um conjunto deles – o interpela com a finalidade de compreendê-lo e explicá-lo. Ponto de partida teórico que não apenas exerce a função de fundamento geral, mas também é parâmetro da marcha mesma do processo de conhecimento. Logo, o reconhecimento do caráter objetivo do existente a ser explicado, continua a fazer parte do andamento cognitivo, não é deixado de lado ou posto “entre parêntesis” como simples referimento de talhe genérico inicial. No reverso disso, toma parte da cientificidade marxiana como momento integrante decisivo (Cf. MARX, 1983, p. 40). A remissão categorial ao concreto realmente existente tem, pois uma dupla vigência teórica. Por um lado, na aferição da razoabilidade dos conceitos, na avaliação da relação destes, como *pontos em comum* ao diverso. Por outro lado, e principalmente, na etapa de concreção das abstrações, onde estas perdem sua vacuidade e são preenchidas pelo conteúdo determinativo real e particular.

Esse *modo de pesquisa* se define, portanto, em oposição direta e irreconciliável com o procedimento especulativo, pelo qual o finito realmente existente é convertido em momento de uma totalidade substancial tornada o sujeito efetivo. Modo ou maneira de exercer o conhecimento que frente à total independência da coisa abordada a toma como tal e passa a destrinchar suas determinações no curso da operação de abstração. Abstrair tem aqui o sentido preciso e predominante de *extrair* determinações de existência, o qual se entende então como momento do processo de *análise*, de separação, de decomposição de um todo. Não por acaso, as *imagens* ou *metáforas* do químico e, depois preponderantemente, do anatomista, compõe o arsenal argumentativo marxiano, no esforço de tornar o mais acessível ao leitor de *O Capital* o caráter próprio da cientificidade que anima e se realiza como crítica da economia política. Por ser imagem, elemento por meio do qual se evoca plasticamente uma determinada coisa, esta tem de ser qualificada, determinada, delimitada. Em razão disso, mesmo remetendo-se ao ofício do químico que analisa a matéria, Marx adverte que, por conta da natureza de sua matéria, “para a análise das formas econômicas nada podem ajudar o microscópio nem os reagentes químicos”

(MARX, 1998, 23, p.12). Em outros termos, a metáfora vale pelo que é: um recurso imagético, não um paradigma epistêmico. A regência da coisa – no caso, as relações econômicas – demanda esse acerto discursivo que perspectiva a própria imagem em função do existente tomado para análise. Porquanto a sociabilidade não possa ser abordada como moléculas ou reações, Marx arremata asseverando que, “A força de abstração {*Abstraktionkraft*} deve substituir a ambas. No entanto, para a sociedade burguesa a forma valor dos produtos do trabalho ou a forma valor da mercadoria é a forma celular {*Zellenform*}” (MARX, 1998, 23, idem).

Dessa especificação mesma emerge a segunda metáfora, aquela do *anatomista* que disseca um todo articulado funcional, em busca tanto das suas diversas partes quanto da concatenação existente entre estas, que perfaz na sua organicidade – não necessariamente sistematicidade – a *coisa* em sua forma concreta de ser. O remetimento à *anatomia* como correlato da analítica é bastante recorrente em Marx, desde seus primeiros enfrentamentos críticos com a moderna forma capitalista da sociabilidade, mas alcança sentido cada vez mais preciso no delineamento da crítica madura à cientificidade do capital. Já na fase mais desenvolvida do exame crítico da economia política, o primeiro momento no qual aparece a referência à *anatomia da sociedade civil* é em 1859. No *prefácio à Para Crítica da Economia Política*, nos quadros de um desenho retrospectivo dos seus esforços, Marx observa que:

O primeiro trabalho empreendido para resolver as dúvidas que me assediavam, foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, um trabalho do qual apareceu uma introdução, publicada nos "Anais Franco-Alemães", em 1844, em Paris. Minha investigação levou à conclusão de que as relações jurídicas, como as formas de Estado não devem ser entendidas por si mesmas ou radicadas no chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas sim nas condições materiais de vida, totalidade a qual Hegel resume, seguindo o exemplo do século XVIII inglês e francês, sob o nome de "sociedade civil", no entanto há que buscar a anatomia da sociedade civil na economia política (MARX, 1961, p.8).

Da passagem acima é importante reter, não apenas a conexão efetivamente havida entre os estágios de elaboração do pensamento marxiano os quais, desde meados de 1843, conquanto haja diferenças e transformações no que toca a certos problemas e categorias, não devem ser entendidos em isolamento e muito menos ainda em contraposição. O processo de produção de um padrão reflexivo como o de Marx atravessou um roteiro de constituição que, embora possam observar-se temas e conceitos reconfigurados ou mesmo abandonados, guarda uma linha de continuidade no que respeita à formulação de um caráter próprio. É igualmente decisivo o fato de que, marxianamente, as formas de expressão políticas e/ou jurídicas da sociabilidade não têm em si mesmas sua razão de ser. Essas se resolvem na medida em que são remetidas à modalidade específica de sociabilidade historicamente concreta da qual se originam e na qual desempenham um papel no complexo de relações sociais. A necessidade de explicitar a estrutura anatômica da *societate civilis* se colocou, por conseguinte pela via dos enfrentamentos que o pensamento marxiano teve de encetar com os problemas da sociabilidade capitalista, da delimitação da organização de sua produção. No entanto, se a exigência de perseguir o entendimento e a descrição da anatomia da *bürgerliche Gesellschaft* foi impulsionada pelas circunstâncias históricas e práticas da reflexão de Marx acerca da natureza do *político* na modernidade, a tarefa científica toma claramente um caráter próprio, não obstante conexo, frente às injunções políticas. A analítica marxiana é, antes de tudo, análise categorial das formas sociais objetivas, comprometida com a explicitação da especificidade do capital como modo de produzir historicamente determinado; como *explicação de um modo de existência objetivo dos homens*, não um manual de revolução. A ciência política, nas *personae* de seus autores mais importantes e influentes, aparece como a posição de cientificidade na qual se encontra posta a série de conceitos e problemas atinentes ao capital. Por esse motivo, a Marx o entendimento rigoroso, e a crítica cuidadosa, desse patrimônio conceitual surgem como tarefa da qual não pôde furtar-se.

Revelação de uma dada forma de estruturação social objetiva da produção, que pressupõe o ato de destrinchar elementos e relações essenciais, bem como aquele de expor a articulação particular, na qual aqueles momentos econômicos se encontram concatenados como modo de produção. O estudo anatômico da sociedade civil é, por conseguinte uma

separação de partes constituintes, a propositura de uma explicitação em detalhes de uma determinada forma de totalidade tanto no nível de cada uma de suas componentes quanto naquele da relação recíproca assumida por todos no interior de um complexo categorial. Nesse contexto, não há como escapar da imposição teórica de expor e configurar com as máximas exatidão e correção possíveis as categorias que configuram o capital, buscando revelar todos os matizes e liames determinativos que o constituem como tal totalidade de categorias, de formas de ser. Daí a analítica necessariamente enveredar por um roteiro no qual a descrição em minúcias das mais diversas ordens de determinação seja uma obrigação inerente. Nesse diapasão, “A um leigo sua análise parece [da *Zellenform* do capital] meramente demorar-se em torno de sutilezas {*Spitzfindigkeiten*}” (MARX, 1998, 23, p. 12). Dado o talhe analítico da cientificidade e do comprometimento desta em desvelar a totalidade de elementos e de relações necessárias entre eles, a analítica pode vir a afigurar-se como um verdadeiro exercício escolástico num emaranhado de determinações e conceitos. Mas, segundo Marx, “Trata-se de fato efetivamente de sutilezas, mas daquelas de que trata a anatomia micrológica {*mikrologischen Anatomie*}” (MARX, 1998, 23, idem). A aparência de um puro perder-se constante em miudezas se esvai porquanto o modo analítico de investigação se delimita como extração, descrição categorial e explicitação de relações *não visíveis* imediatamente, não dadas no extrato da prática cotidiana da própria sociabilidade. Por isso, a adjetivação *micrológica* aposta à anatomia das formas sociais de ser. Como exame da anatomia da sociabilidade, o procedimento analítico se distancia também do mero retalhamento da totalidade em partes, dispersas e para sempre desconectas, do esquartejamento empiricista que toma o imediatamente dado, e mensurável, como a *coisa* propriamente dita. A pressuposição do finito como por-si opera então com toda a sua força no interior mesmo da analítica, como um dístico que assinala e demarca o cunho da analítica das formas de ser. O finito efetivamente existe (*aquilo que é* – processo ou ente –) não é exaurido pela sua apreensão imediata ou pragmática, mas é reconhecido em sua tessitura sintética própria de complexo de categorias ou *formas*.

Dentre essas *formen*, a forma valor, a determinação preponderante na articulação que preside à figuração social da mercadoria, emerge analiticamente como aquela que cumpre, inicialmente, elucidar, assim como a de mais difícil enfrentamento:

A forma valor, cuja figura acabada {*fertig*} é a forma dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo {*inhaltslos*}. Apesar disso, o espírito humano procura inutilmente desde há mais de 2000 anos penetrá-la {*sie seit mehr 2000 jahre vergeblich zu ergründen*}, enquanto, por outro lado, a análise chegou ao menos a aproximar-se de formas muito complicadas e plenas de conteúdo {*inhaltsvollerer*}. Por que disso? Porque o corpo configurado {*ausgebildete*} é mais fácil de estudar que a célula do corpo {*Körperzelle*} (MARX, 1998, 23, p. 11-12).

O esclarecimento da forma valor, da forma celular da produção capitalista, a que se reveste da maior simplicidade e de um caráter abstrato mais acentuado é o mais custoso e preenhe de meandros. Isto em razão de que somente pode *valer* como *uma* determinação das formas mais complexas ou daquelas necessariamente relacionadas a outras. O complexo é entendido como caráter do próprio existente. Não é a totalidade uma mera junção de componentes elementares, preexistentes com toda a sua gama de aspectos, mas estes últimos são o que são como momentos de um todo efetivo de relações. Consequentemente não é o valor, muito menos ainda *o conceito de valor*, o sujeito efetivo da analítica, o existente, mas apenas uma determinação do existente e como tal vige nessa função apenas nos quadros definidos por essa totalidade. A relação entre célula e corpo, entre momento e complexo, se fixa aqui a contrapelo da tradição predominante. Essa posição, certamente, em muito deve à hegeliana, porquanto esta última tenha indicado, todavia especulativamente, a precedência da totalidade de relações frente aos elementos que dela tomam parte. Entretanto, o repetamos, como um recolhimento crítico e não ao modo de uma filiação direta. Na *filosofia do Espírito*, a síntese de determinações é um produto de um princípio racional autônomo e automovente e o finito absorvido como um simples *momento* de sua integração. Na posição marxiana, a síntese é um apanágio do existente finito, e o movimento da razão – esta sendo então um adjetivo, e não um substantivo – apenas uma aproximação cognitiva socialmente multideterminada. O que é atestado pela utilização do verbo *ergründen*, o qual denota o ato de escavar e adentrar num sitio dado e determinado, detentor de propriedades e relações como um conjunto de plena imanência. Ou seja, o finito concretamente existente é uma síntese ou totalidade *de suas próprias determinações*, formas que lhe são imanentes.

II

Da Possibilidade do Conhecimento Objetivo da Realidade Social

Do volteio acima cumprido, no curso do qual se recolheram, de modo sumário, alguns resultados mais genéricos da pesquisa, resulta que a posição marxiana se caracteriza não apenas como uma exercitação materialista de cientificidade, igualmente, seja também uma propositura que reafirma o conhecimento como possibilidade. Na contramão da dominância quase incontrastável da reflexão filosófica de Nietzsche em nossos dias, passando por Heidegger e seus herdeiros de vários tipos, retomar a tematização marxiana, intentando revelar-lhe o padrão característico, significa também reconquistar o espaço da própria cientificidade. Não uma forma de fazer científico cujo arrimo seria a garantia *a priori* do verdadeiro por obra e graça do espírito do método, mas de uma postura em que a ciência se exerce como subsunção teórica ao existente a ser explicado e reproduzido como *concreto de pensamentos*. No ambívio do caminho entre a fundamentação transcendental do conhecimento, típica da teoria do conhecimento, e da negação *in limine* do conhecer postulada pelas vertentes irracionalistas – *soi-disant* “críticas” – o pensamento marxiano se revela como propositura decididamente negadora de ambos. A encruzilhada histórica não se entende então como um meio de caminho, ou um termo médio entre duas posições aparentemente antitéticas, mas como exercício que busca a retomada da viagem do concreto ao concreto. A aparência de antítese se mostra como tal porquanto, no fim das contas, uma dupla característica se flagra dos dois lados: a resolução em última instância subjetivista e a interdição da teoria à esfera do efetivo. Em Marx esse par se acha, pois, anulado.

O primeiro ponto a destacar com referência à questão do conhecimento em Marx é que esta se resolve num registro de todo anterior, antes da sua posição mesma como problema. Ou seja, o tema da fundamentação epistemológica é, senão de todo estranho ao pensamento marxiano, um momento determinado, e não determinante, da estruturação da intelecção. Não cabe decidir da veracidade ou validade de um posicionamento epistêmico no isolamento ou na independência com relação à definição do estatuto das próprias categorias. Em segundo lugar, a cientificidade marxiana se propõe encontrar, delimitar e determinar a *differentia specifica*, o elemento ou relação que especifica a coisa concreta, o conjunto de conexões categoriais que a delimitam, e igualmente a limitam, em cotejamento

com outros complexos existentes – atual ou anteriormente. Momento crucial da exercitação científica de Marx que se põe, concomitantemente, como resultante de uma analítica e parâmetro de outras veredas teóricas. Um caso por excelência disso é o da distinção do caráter próprio à produção no mundo capitalista, a produção de um excedente em valor com referência àquele da força de trabalho, um *quantum* de *Mehrwert*. É tanto uma descoberta analítica, quanto, porquanto seja desse modo determinada, mediação conceitual por meio da qual se operam outras análises e demarcações categoriais (*trabalho produtivo/improdutivo*, p.ex.).

Por fim, o terceiro aspecto do problema a explicitar é aquele referente ao sentido mesmo que a *possibilidade do conhecimento* adquire no interior da cientificidade marxiana. A afirmação do caráter possível do conhecimento objetivo da realidade é, em grande parte das vezes, tomada como remissão a algum tipo de saber absoluto ou *ponto de vista de deus*. A posição marxiana se encontraria então imediatamente conectada àquela representada, entre outras, pela filosofia hegeliana e sua concepção da construção do conhecimento científico como rumo em direção à transparência a si do Espírito. No interior desse quadro de determinações o *objetivo* é identificado a *absoluto*. A propositura da objetividade do conhecer equivaleria então a um deslocamento para além do condicionamento que os indivíduos, e suas consciências, estão sujeitos na realidade social. O perspectivismo radical surgiria como único antídoto à especulatividade, limitando a esfera do conhecimento aos óbices e condicionamentos que interditarium o acesso à efetividade do existente como tal. O conhecer estaria por isso irremediavelmente adstringido por um horizonte intransponível dado ao conhecer, definido por duas linhas de relevo mestras. Primeiramente, a originária da posição gnosiológica clássica desde Kant, que define de modo natural os limites dentro dos quais é legítimo postular a operação cognitiva. Em segundo lugar, uma componente emergida da crítica das ideologias, a qual, numa curiosa junção entre certa leitura unilateral da determinação social do pensamento e posições irracionistas cujo fulcro é a assertiva da impossibilidade racional de superação da tradição, acaba por propugnar o abandono da pretensão do próprio conhecimento. O resultado a que se chega é a coexistência do perspectivismo teórico com a eleição das dimensões estéticas ou, na melhor das hipóteses,

pragmáticas, como divisa máxima a qual se pode aspirar. Como se pôde observar pelo exposto até aqui, nada mais estranho ao pensamento marxiano.

Em Marx o conhecer é por certo reconhecido como *possível*, mas evidentemente não da forma como esta possibilidade se dá na circunscrição metafísica do absoluto. Uma vez mais, a posição marxiana se mostra como uma dupla impugnação da tradição. Por um lado, todo conhecimento é produzido dentro de uma dada situação social, é determinado pelo conjunto das relações sociais, pela forma específica da sociabilidade de uma época particular. O que não significa necessariamente uma delimitação de caráter negativo. Basta referir aqui as considerações marxianas acerca dos desenvolvimentos da economia política como disciplina científica para que esse entendimento unilateral se veja afastado. Não obstante da *posição (Standpunkt)* do capital ainda se fez ciência, ainda que, a ciência *dentro dos limites* do capital. Das *Ad Feuerbach* às considerações críticas contidas nas *Theorien über den Mehrwert*, passando pelo *posfácio à 2ª edição de O Capital*, a reflexão marxiana veio tornando explícito o caráter histórico-social concreto da ambiência do conhecimento. Na sua construção como apreensão categorial foi desdobrando e enriquecendo essa mesma determinação no curso do avanço das investigações procedidas sobre a efetividade e a ciência do capital. Por conseguinte, a determinação social do pensamento simultaneamente nega tanto a pretensa naturalidade dos limites do conhecimento quanto os coloca em perspectiva, na medida em que os faz depender da organização histórico-social da produção da vida humana, como produto dos próprios indivíduos socialmente determinados. São, portanto condicionamentos e determinações que nada têm de naturais ou de permanentes. Ao contrário, correspondem à forma, e à série de figurações concretas por esta determinada, que assume a produção social da vida, as quais são, como produtos da interatividade concreta dos homens reais, ambas mutáveis e mutantes. Nesse contexto, define Marx o *material* da sua atividade científica: “(...) a atual sociedade de modo algum é um cristal sólido, mas um organismo capaz de transformação {*umwandlungsfähiger*} e compreendido {*begriffener*} em constante processo de transformação” (MARX, 1998, 23, p. 16). Nada pode estar mais distante conseqüentemente de uma teoria da intransparência do mundo do que isso.

Essa última referência remete a outro lado da questão; a saber, a possibilidade do conhecer se encontra também determinada pelo caráter da própria matéria. O que igualmente colabora para a objeção da identidade tradicionalmente postulada entre objetivo e absoluto. O conhecimento objetivo o é, antes de tudo, pelo seu remetimento obrigatório ao objeto como tal e à natureza particular deste. A cientificidade não procede, ou não deve proceder, a partir de um princípio incondicionado, seja este a razão ou a subjetividade transcendental, mas precisa arrancar em seu processo da própria objetividade da coisa e em respeito a ela. Nesse sentido, como observa Chasin,

(...) se admitido o princípio metódico de Marx, *saber é saber do ser*, que antes de tudo é complexo sensível – tudo que é, existe, é sempre um complexo, não uma substância ou essência pura e cristalina. E a cadeia do ser é o conjunto de graus do ser – do menos ao mais complexo.

O preceito metodológico marxiano é pois ontológico; sabe-se o que é, como se formou, se desenvolveu e como deperecerá (CHASIN apud VAISMAN, 2001, p. XXI).

Esse desdobramento pode parecer paradoxal porquanto aponte para um liame, inusual do ponto de vista da tradição, entre objetividade e relatividade do conhecimento. Tais termos não aparecem então, forçosamente, como antitéticos, mas, ao invés, até como complementares. O conhecimento se dá sempre em relatividade à coisa, em subsunção a mesma. Evidentemente, o sentido da *relatividade* deixa de estar atado ao sujeito, como comumente se entende, para referir-se às condições mutáveis da própria matéria examinada. O princípio da relatividade indica precisamente aqui a dependência da atividade cognitiva, inclusa a instância dos procedimentos, com relação ao modo de existir do objeto e das mediações pelas quais este se constitui como síntese concreta de determinações. O que pode ser depreendido, por exemplo, das célebres observações marxianas à tentativa aristotélica de delimitar o *valor* como determinação das trocas (Cf. MARX, 1998, p. 73-74) ou daquelas atinentes ao *status* inevitavelmente débil da economia política como ciência na Alemanha à época da aparição de *O Capital* (MARX, 1998, 23, p. 19-21).

Nesse contexto, o conhecimento científico, da perspectiva marxiana, é sempre incompleto, e como tal potencialmente infinito, ou tendo sua finitude inexoravelmente definida pelo estatuto e pelo estado de coisas do próprio complexo de determinações concretamente existente. Infinitude e incompletude que delineiam o caráter do esforço de

apreensão teórico-categorial do efetivo e põem o desenvolvimento do conhecer como engendramento de uma totalidade pensada como completude categorial continuamente provisória. Caráter provisório que não se apresenta como uma lacuna ou falha, mas que se afirma como aspecto necessário, porquanto se entenda o exercício teórico irremediavelmente subsumido ao concreto e também porque constitui a sua principal força. A atividade cognitiva se entende desse modo absolutamente aberta à coisa examinada e como tal igualmente disposta à revisão de seus próprios resultados e pressuposições. A abertura permanente ao existente concreto põe a virtualidade da abertura à correção e melhoria do conhecimento. A forma da cientificidade marxiana recusa a especulatividade que “simplesmente engenha *abstrações* e não análises” (CHASIN, 2009, p. 228). Formatação que exige a rigorosa submissão ao encadeamento de nexos próprios a cada objeto, e por isso não sujeita o ato cognitivo a nenhuma armação conceitual prévia absolutamente definida. A noção mesma de método, conforme produzida e cristalizada pela tradição filosófica dos últimos quatro séculos, coroada pela especulação hegeliana que o torna ontologicamente homólogo ao finito, se acha aqui impugnada. O método absoluto se reduz deste modo à expressão de uma *incontinência da abstração*, da volatilização do movimento específico de cada entificação em abstração geral de todo movimento particular. Isolado da concretude de cada processo e tomado neste isolamento, tal proceder engendra verdadeiras abstrações *irrazoáveis*, as quais não permitem mais que a repetição *Ad nauseam* das mesmas determinações abstratas aplicadas a todo e qualquer objeto. Reduzido a não mais que um jogo de linguagem, onde “o sim se torna não, o não torna-se sim, o sim torna-se simultaneamente não e sim, o não torna-se simultaneamente não e sim, os contrários se equilibram, neutralizam, paralisam” (CHASIN, 2009, p. 229)³⁷. A improdutividade analítica se põe então necessariamente como seu resultado inevitável, instilando a desnaturação de todo e qualquer objeto real.

Ao contrário da propositura de um método absoluto que se imponha indistintamente a quaisquer objetos, a transformação da análise em simples dedução especulativa e desdobramento de abstrações tomadas enquanto substância dos processos, segundo Chasin, dentro dos quadros da analítica marxiana,

³⁷ Chasin, José. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica, Op.Cit., p. 229.

(...) a análise efetiva e sua correlata produtividade só podem se manifestar pela escavação direta dos próprios objetos, reconhecidos como entificações historicamente engendradas e desenvolvidas por distintos movimentos contraditórios, pois “tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água existe e vive graças a um movimento qualquer” (CHASIN, 2009, p. 229-230).

Neste sentido, cognição somente pode significar a captação deste mesmo movimento real sob a forma das categorias, as quais nada mais são que expressões daquele. Uma vez separadas e tornadas autônomas do movimento de entificação real, têm-se que postulá-las como produtos do pensamento que engendra a si e a própria marcha da realidade. O padrão de cientificidade assim estatuído diverge substancialmente das várias posições contemporâneas, seja em suas versões positivistas, daquelas do logicismo, metodologistas ou irracionalistas. Todas essas posições filosóficas, cada qual a seu modo, através de procedimentos ou proposituras que desnaturam a empreitada do conhecimento por meio do deslocamento progressivo do critério da verdade, da objetividade para a subjetividade, ou mesmo de seu virtual abandono, acabam por colocar a própria factibilidade do saber em cheque ou relativizada. O perfilado teórico marxiano aqui estudado apresenta a sustentação do clássico e autêntico ideal do conhecimento das categorias e mediações do existente. A gnosiologia, como ciência ou saber apropriísticos da possibilidade do conhecer está aqui refutada, uma vez que sendo o fundamento de natureza pré-teórica, a ser confirmado ou não como resultado do próprio ato de apropriação mental dos objetos, o conhecimento tem o peso de uma evidência. Apropriação esta que parte do reconhecimento igualmente do que Chasin denomina de terreno do *onto-prático*, no qual o ente é enfrentado como por-si, como conjunto articulado de determinações independentes e autônomas frente ao sujeito. Como resultado, tem-se, de outra parte, o reconhecimento das próprias categorias que descrevem a articulação do objeto escavado e a reproduzem, como algo mais que simples formas do pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Principais:

1 – Originais:

MARX, K. **Ausgewählte Briefe**. Berlin: Dietz Verlag, 1953.

_____ **Das Elend der Philosophie**, In Marx/Engels Werke, Band 4. Berlin: Dietz Verlag, 1972.

_____ **Das Kapital, erster Buch - Kritik der politischen Ökonomie**, In Marx/Engels Werke, Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1998.

_____ **Das Kapital, zweiter Buch - Kritik der politischen Ökonomie**, In Marx/Engels Werke, Band 24. Berlin: Dietz Verlag, 1998.

_____ **Das Kapital, drittes Buch - Kritik der politischen Ökonomie**, In Marx/Engels Werke, Band 25. Berlin: Dietz Verlag, 1998.

_____ **Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844**, In Marx-Engels Werke, Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1956.

_____ **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**, In Marx/Engels Werke, 42. Berlin: Dietz Verlag, 1983.

_____ **Randglossen zu Adolph Wagners „Lehrbuch der politischen Ökonomie“**, In Marx-Engels Werke, Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

_____ **Resultate des unmittelbaren Produktionsprozess**, In Das Kapital. I. Buch. Der Produktionsprozess des Kapitals. VI. Kapitel, Archiv sozialistischer Literatur 17. Frankfurt: Verlag Neue Kritik, 1970.

_____ **Theorien über den Mehrwert**, Marx/Engels Werke, Bande 26.1/.2/.3. Berlin: Dietz Verlag, 1993.

MARX, K.&ENGELS, F. **Die deutsche Ideologie**, In Marx-Engels Werke, Band 3. Berlin: Dietz Verlag, 1969.

2 – Traduções:

MARX, K. **Capital – a critique of political economy**. New York: International Publ., 1967.

_____ **Le capital: critique de l'economie politique**, trois volumes. Paris: Éditions Sociales, 1977.

_____ **O Capital**, In Coleção Os Economistas, Volume Marx, cinco tomos. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ **Capítulo VI – inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

_____ **Grundrisse: foundations of the critique of political economy**. New York: Vintage Books, 1973.

_____ **Grundrisse, manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

_____ **Grundrisse 1857-1858**, In Carlos Marx/Frederico Engels Obras Fundamentales, volumes 6 e 7. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

_____ **Introdução [à Crítica da Economia Política]**, In Coleção Os Pensadores, Volume Marx. São Paulo: Editora Abril, 1974.

_____ **Glosas marginais ao Tratado de economía política de Adolph Wagner**, In Carlos Marx/Frederico Engels Obras Fundamentales, volume 11, Marx/Engels escritos económicos menores. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____ **Manuscrits de 1857-1858 (“Grundrisse”)**, deux tommes. Paris : Éditions Sociales, 1980.

_____ **Die Methode der politischen Ökonomie – o método da economia política, terceira parte**, In Coleção Primeira Versão, volume 71 edição bilingue. Campinas : IFCH/UNICAMP, 1997.

_____ **Misère de la philosophie**, réponse à la philosophie de la misère de M. Proudhon. Paris: Paoyt, 2002.

_____ **Notes critiques sur le Traité d'économie politique d'Adolph Wagner**, In Karl Marx Œuvres tome Economie II. Paris: Gallimard, 1968.

_____ **Théories sur la Plus-Value**, trois tommes. Paris: Éditions Sociales, 1976.

_____ **Theories of surplus value**. New York: Augustus M. Kelley, 1968.

_____ **Un chapitre inédit du Capital**. Paris: Union générale d'Éditions, 1971.

Complementares:

ALTHUSSER, L. **Lire Le Capital**. Paris: Maspero, 1973.

_____ **Pour Marx**. Paris: Maspero, 1965.

ARTHUR, C. **The new dialectic and Marx's Capital**. Boston: Brill, 2004.

BIDET, J. **The Dialectician's Interpretation of Capital**. In Historical Materialism, v. 13, n. 2, p. 121-146, Aug., 2005.

CHASIN, J. **Marx. Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____ **Marx no tempo da Nova Gazeta Renana**, In A Burguesia e a contrarrevolução. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.

D'HONDT, J. **De Hegel a Marx**. Paris: PUF, 1972.

DELLA VOLPE, G. **Clave de la dialéctica histórica**, In Problemas actuales de la dialéctica. Madrid: Alberto Corazon, 1971.

_____ **Rousseau y Marx**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1969.

DOSSE, F. **História do estruturalismo, volume dois**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

ENGELS, F. **A dialéctica da natureza**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FAUSTO, R. **Lógica e política: tomo um**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GIANNOTTI, J.A. **Certa herança marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____ **Dialética futurista e outras demãos**, In Novos Estudos CEBRAP, nº 57. São Paulo, CEBRAP, 2000.

_____ **Origens da dialética do trabalho – estudos sobre a lógica do jovem Marx**. Porto Alegre: L&PM Editora, 1985.

_____ **Recepções de Marx**, In Novos Estudos CEBRAP, nº 50, março de 1998. São Paulo: CEBRAP, 1998.

_____ **Trabalho e reflexão, ensaios para uma dialética da sociabilidade**. São Paulo: Editora Brasiliense.

KAUTSKY, K. **As três fontes do marxismo**. São Paulo: Global, s/d.

LENIN, V. **Cahiers Philosophiques**. Paris, Éditions Sociales, 1955.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

_____ **Die ontologischen Grundprinzipien von Marx**, In Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Darmstadt und Neuwied: Hermann Luchterhand Verlag, 1984.

_____ **Os princípios ontológicos fundamentais de Karl Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

OLLMAN, B. **Dance of the dialectic: steps in Marx's method**. Champaign: University of Illinois Press, 2003.

ROSENTHAL, M. **Les problemes de la dialectique dans Le Capital de Marx**. Paris: Éditions Sociales, 1959.

VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**, Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1996.

_____ **Dossiê Marx: um itinerário de um grupo de pesquisa**, In Ensaio Ad Hominem 1, Tomo IV. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

ZELENÝ, J. **La estructura lógica de “El Capital” de Marx**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.

Auxiliares:

ABENDROTH, W. et alli. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ALTHUSSER, L. **Ler O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____ **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global 1986.

ALTHUSSER, L. & BADIOU, A. **La revolución teórica de Marx**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1971.

ALVES, A. J. L. **A individualidade nos Grundrisse de Karl Marx**. dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999.

_____ **A individualidade moderna nos Grundrisse**, In Ensaio Ad Hominem 1, Tomo IV: São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

BIDET, J. **Explication et reconstruction du Capital**. Paris : PUF, 2004.

_____ **Que faire du Capital ?**. Paris : PUF, 2000.

- BURNS, T. & FRASER, I. (eds.) **The Hegel-Marx Connection**. Londres: Palgrave Macmillan, 2000.
- CHASIN, J **Ad Hominem: rota e perspectiva de um projeto marxista**, In Ensaio Ad Hominem 1, Tomo IV: São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.
- CROCE, B. **Materialismo storico ed economia marxista**. Roma: Editori Laterza, 1994.
- DOMINGUES, I. (1991) **O grau zero do conhecimento** – o problema da fundamentação das ciências humanas. Belo Horizonte: Edições Loyola, 1991.
- FAUSTO, R. **Dialética hegeliana e dialética marxista: a produção capitalista como circulação simples**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.
- FERREIRA, M.L. **A teoria marxiana do valor-trabalho**. São Paulo: Editora Ensaio, 1992.
- GORENDER, J. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- GUIMARÃES, J. **Democracia e marxismo** – crítica à razão liberal: São Paulo, Xamã Editora, 1999.
- HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**, In Técnica e Ciência como Ideologia. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____ **Excursus sobre o envelhecimento do paradigma da produção**, In O Discurso Filosófico da Modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____ **A nova intransparência: a crise do estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas**, In Novos Estudos CEBRAP, nº 18. São Paulo: CEBRAP, 1987.
- _____ **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- HARTMANN, N. **Ontologia**, volume 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**, partes I e II. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- _____ **Principes de la philosophie du droit**. Paris: Éditions Gallimard, 1940.
- _____ **Science de la logique**, deux tomes. Paris: Aubier Montaigne, 1972-1981.
- HELLER, A. et alli. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1999.
- HUME, D. **Escritos sobre economia**, In Coleção Os Economistas, volume Petty/Hume/Quesnay. São Paulo: Abril Editora, 1983.
- ILIENKOV, E. et alli. **Problemas actuales de la dialéctica**. Madrid: Alberto Corazon Editor, 1971.
- INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- KORSCH, K. **Marxismo e filosofia**. Porto: Edições Afrontamento, 1977.
- LABRIOLA, A. **La concezione materialistica della storia**. Bari: Laterza, 1971.
- LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- LEFEBVRE, H. **El materialismo dialéctico**. Buenos Aires: La Pléyade, 19171.
- LENIN, V. **As três fontes e as partes constitutivas do marxismo**, In Lenin Obras Escolhidas, tomo I: Lisboa, Edições “Avante!”, s/d.
- _____ **Cuadernos filosóficos**. Buenos Aires: Ediciones Estúdios, 1972.
- _____ **Materialismo e empíricocriticismo: novas críticas sobre uma filosofia reacionária**. Lisboa: Estampa, 1975.
- LUKÁCS, G. **A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____ **Histoire et conscience de classe: essais de dialectique marxiste**. Paris: Éditions de Minuit, 1965.
- _____ **The Ontology of social being – Marx’s basics ontological principals**. London: Merlin Press, 1978.
- _____ **Per l’ontologia dell’essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1980.
- MAYR, E. e BOCK, W.J. **Classifications and other ordering systems**. In: *Journal of zoological systematics and evolutionary research*, v. 40, Issue 4, p. 164-194. dec. 2002.
- MÉSZAROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- MORAES, J.C.K.Q. (Org.) **História do marxismo no Brasil, volume II: os influxos teóricos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- MOSELEY, F. **Marx's method in Capital: A Reexamination**. New York: Humanity, 1993.
- NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- PLEKHANOV, G. **A concepção materialista da história**. Rio de Janeiro: Vitória, 1958.
- _____ **O materialismo militante**. São Paulo: Moraes Editores, 1976.
- _____ **Questões fundamentais do marxismo**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**, In Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROSDOLSKY, R. **La genèse du “Capital” chez Karl Marx**. Paris: François Maspero, 1976.
- _____ **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 2002.
- _____ **Comments on the method of Marx's Capital and its importance for contemporary marxist scholarship**, In *New German Critique*, n. 3, 1974.
- RUBEL, M. **Crônica de Marx**. São Paulo: Editora Ensaio, 1991.
- SAMPAIO, B.A. & FREDERICO, C. **Dialética e materialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- SEKINE, T. **The law of market value**, In *Science & Society*, v. 46, p. 420-444, Winter 1982/1983.
- SILVA, S. M. **A fenomenologia do egoísmo**, In *Ensaio Ad Hominem* 1, Tomo IV. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**, In Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1998.